FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

Elaboração do “Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil - PDIF”

META 1 - Elaboração dos diagnósticos dos EIXOS ESTRATÉGICOS

Edgar Aparecido da Costa (Coord.)

Corumbá/MS, 01 de outubro de 2023.

Elaboração do "Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil - PDIF"

META 1 - Elaboração dos diagnósticos dos EIXOS ESTRATÉGICOS
Produto: Segurança, Saúde, Infraestrutura e Logística, Educação, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente.

Edgar Aparecido da Costa (Coord.)
Adilson Domingos dos Reis
Aguinaldo Silva
Ana Carolina Pontes Costa
Anderson Luis do Espirito Santo
Beatriz Lima de Paula Silva
Claudia Araújo de Lima
Jesã Pereira Kreitlow
Luciana Escalante Pereira
Marco Aurelio Machado de Oliveira
Milton Augusto Pasquotto Mariani
Renato Fonseca de Arruda
Sandra Mara Alves da Silva Neves

Corumbá/MS, 01 de outubro de 2023.

Diagnósticos dos EIXOS ESTRATÉGICOS: Segurança, Saúde, Infraestrutura e Logística, Educação, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente

Projeto de pesquisa desenvolvido com recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) através do TED SUDECO nº 12/2022 e executado em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). O projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação (PPG) em Estudos Fronteiriços (UFMS) e ao PPG Geografia (UNEMAT).

Reitor
Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora
Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Câmpus do Pantanal
Aguinaldo Silva

Equipe técnica

Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa - UFMS
Eng. Adilson Domingos dos Reis – ARO-Agenda Regional Oeste
Prof. Dr. Aguinaldo Silva - UFMS
Profa. Dra. Ana Carolina Pontes Costa - UFMS
Prof. Dr. Anderson Luis do Espirito Santo - UFMS
Profa. Dra. Beatriz Lima de Paula Silva - UFMS
Profa. Dra. Cláudia Araújo de Lima - UFMS
Prof. Ms. Jesã Pereira Kreitlow - UNEMAT
Profa. Dra. Luciana Escalante Pereira - UFMS
Prof. Dr. Marco Aurelio Machado de Oliveira - UFMS
Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - UFMS
Prof. Dr. Renato Fonseca de Arruda - UNEMAT
Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves - UNEMAT

Acadêmicos bolsistas de Iniciação Científica - UFMS
Kemilly Kellin Leon Castedo
Luis Henrique Banegas Soares
Maísa Guimarães Pereira
Maria Elisa Pereira da Silva
Mariana Cavaglieri Kaspary Azevedo Bighetti

Acadêmicos bolsistas de Iniciação Científica - UNEMAT
Carlos Miguel Velasco Revilla
Eric Rodrigues de Lima

Poliélson Otil da Silva

Apoio técnico UNEMAT
Profa. Dra. Rosilainy Surubi Fernandes
Prof. Dr. Bruno de Souza Lima
Prof. Dr. Evaldo Ferreira
Acad. João Henrique da Silva Massavi
Acad. Jordi Alcântara Ferreira

Acad. Lívia Angélica Siqueira de Oliveira
Acad. Anderson Silva Leite
Acad. Josimar Alves Figueredo

Coordenação administrativa: Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC

Figuras

FIGURA 1: REGIÕES DE PLANEJAMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA DA REGIÃO CENTRO-OESTE (FF-CO)..... 27
FIGURA 2 - MUNICÍPIOS COM CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES 40
FIGURA 3 - UNIVERSIDADES PÚBLICAS COM CURSOS PRESENCIAIS 41
FIGURA 4 - MUNICÍPIOS COM CURSOS SUPERIORES EM FACULDADES PRIVADAS 42
FIGURA 5 - MUNICÍPIOS COM OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU 44
FIGURA 6 - AEROPORTOS NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO..... 47
FIGURA 7 - FERROVIA MALHA OESTE CORUMBÁ (MS) - MAIRINQUE (SP) 49
FIGURA 8 - NÚMEROS DA MALHA OESTE 50
FIGURA 9 - PRINCIPAIS DEMANDAS RODOVIÁRIAS IDENTIFICADAS NA FF-CO EM MATO GROSSO 56
FIGURA 10 - PRINCIPAIS DEMANDAS RODOVIÁRIAS ESTRUTURANTES PARA A INTEGRAÇÃO À BOLÍVIA E ACESSO BRASILEIRO AO OCEANO PACÍFICO VIA FF-CO..... 58
FIGURA 11 - MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA PROJETADA PARA A ZPE DE CÁCERES, CONFORME AS CADEIAS PRODUTIVAS. 59
FIGURA 12 – MUNICÍPIOS COM PONTOS DE FRONTEIRA ALFANDEGADOS DA FF-CO. 61
FIGURA 13 - COBERTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - PNPS 2020-2023, SEGUNDO A QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS DA FF-CO..... 74
FIGURA 14 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO ABSOLUTO BRUTO DE MORTALIDADE POR MUNICÍPIO DA FF-CO (2021) 88
FIGURA 15 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL, 2022..... 103
FIGURA 16 - DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO POPULACIONAL NA REGIÃO CENTRO OESTE, COM ESTADOS FRONTEIRIÇOS (2010, ESTIMADA EM 2020 E 2022). 105
FIGURA 17 - POPULAÇÃO QUILOMBOLA - 2022, CONSIDERANDO O PERCENTUAL DA DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO. 106
FIGURA 18 - POPULAÇÃO INDÍGENA - 2022, CONSIDERANDO O PERCENTUAL DA DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO. 106
FIGURA 19 - POPULAÇÃO DA FF-CO, CONFORME OS CENSOS DE 2010 E 2022, DISTRIBUÍDA POR SUB-REGIÕES DO ARCO CENTRAL NO MATO GROSSO (MT) E MATO GROSSO DO SUL (MS). 110
FIGURA 20 - DINÂMICA POPULACIONAL NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO. 112
FIGURA 21 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA - 2022, PERCENTUAL DE PESSOAS POR MUNICÍPIO 113
FIGURA 22 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA - 2022, PERCENTUAL DE PESSOAS POR MUNICÍPIO. 113
FIGURA 23 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DO BRASIL E DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010. 114
FIGURA 24 - DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO, CONSIDERANDO A QUANTIDADE POR MUNICÍPIO. 128
FIGURA 25 - PRESENÇA DE TERRAS INDÍGENAS NA FF-CO. 134
FIGURA 26 - MUNICÍPIOS COM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, CONSIDERANDO AS SUAS DIFERENTES FASES DE REGULARIZAÇÃO. 138
FIGURA 27 - MUNICÍPIOS COM PRODUÇÃO ORGÂNICA CERTIFICADA NA FF-CO ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES RECONHECIDAS PELO MAPA (2023). 146
FIGURA 28 - INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PÚBLICAS E PRIVADAS DISTRIBUÍDAS POR MUNICÍPIO NA FF-CO 167
FIGURA 29- INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PÚBLICAS..... 168
FIGURA 30 - INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PRIVADAS 168
FIGURA 31 - CORREIOS NA FF-CO 169
FIGURA 32 - BANCOS COMUNITÁRIOS NA FF-CO 169
FIGURA 33: ÁREA TOTAL PLANTADA POR HA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS). 175
FIGURA 34: ÁREA TOTAL PLANTADA POR HA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT). 175
FIGURA 35: ÁREA TOTAL PLANTADA POR HA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS). 176
FIGURA 36: ÁREA TOTAL PLANTADA POR HA DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT). 176
FIGURA 37: CIDADES GÊMEAS E COMUNIDADES NOS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO FRONTEIRIÇA (MS) 188
FIGURA 38: CIDADES GÊMEAS E COMUNIDADES NOS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO FRONTEIRIÇA (MT) 189
FIGURA 39: CIDADES EMPREENDEDORAS EM MATO GROSSO..... 193
FIGURA 40: CIDADES EMPREENDEDORAS EM MATO GROSSO DO SUL 194
FIGURA 41 – DISTRIBUIÇÃO DO PIB *PER CAPITA* DOS MUNICÍPIOS NA FF-CO EM MATO GROSSO, A PREÇOS CORRENTES EM R$ 1,00 (2020). 216
FIGURA 42 - DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS E SETORES, SEGUNDO A SUB-REGIÃO DE MATO GROSSO, COM SETOR DE MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) EM 2020. 218
FIGURA 43 - DISTRIBUIÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIA NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO, COM VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES R$ 1.000 (2020). 221
FIGURA 44 - DISTRIBUIÇÃO DO SETOR INDÚSTRIA NOS MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES DA FF-CO EM MATO GROSSO, COM VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) A PREÇOS CORRENTES EM R$ 1.000 (2020)..... 223
FIGURA 45 - DISTRIBUIÇÃO DO SETOR SERVIÇOS (EXCETO ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL) NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FF-CO EM MATO GROSSO, COM VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) A PREÇOS CORRENTES EM R$ 1.000 (2020). 224
FIGURA 46 - DISTRIBUIÇÃO DO SETOR ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO, COM VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) A PREÇOS CORRENTES EM R$ 1.000 (2020) 226
FIGURA 47 - DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA* DOS MUNICÍPIOS NAS SUB-REGIÕES DA FF-CO EM MATO GROSSO DO SUL (2020). 228
FIGURA 48 – DISTRIBUIÇÃO DOS SETORES COM MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) POR MUNICÍPIOS, SEGUNDO A SUB-REGIÃO DE MATO GROSSO DO SUL EM 2020. 230
FIGURA 49 – DISTRIBUIÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIA - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) DOS MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES NA FF-CO EM MATO GROSSO DO SUL (2020). 234
FIGURA 50 – DISTRIBUIÇÃO DO SETOR ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL, 2015-2020..... 236

FIGURA 51 - DISTRIBUIÇÃO DO SETOR INDÚSTRIA - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL (2020).....238
FIGURA 52 - DISTRIBUIÇÃO DO SETOR SERVIÇOS (EXCETO ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL) - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) NOS MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES DA FF-CO EM MATO GROSSO DO SUL (2020). 240
FIGURA 53- ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO DO SUL EM 2017. 353
FIGURA 54- ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO DO SUL EM 2018. 353
FIGURA 55 - ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO DO SUL EM 2019. 354
FIGURA 56 - ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO DO SUL EM 2020. 355
FIGURA 57 - ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO DO SUL EM 2021. 355
FIGURA 58 - ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO EM 2017. 356
FIGURA 59 - ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO EM 2018. 357
FIGURA 60 - ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO EM 2019. 357
FIGURA 61 - ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO EM 2020. 358
FIGURA 62 - ÁREA QUEIMADAS NO MATO GROSSO EM 2021. 358
FIGURA 63 - EXISTÊNCIA DE BRIGADISTAS DO PREVFOGO EM MATO GROSSO DO SUL 359
FIGURA 64 - EXISTÊNCIA DE BRIGADISTAS DO PREVFOGO EM MATO GROSSO. 360
FIGURA 65- OCORRÊNCIA DE DESLIZAMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL 363
FIGURA 66 - OCORRÊNCIA DE DESLIZAMENTOS EM MATO GROSSO. 364
FIGURA 67 - OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES EM MATO GROSSO DO SUL 364
FIGURA 68 - OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES EM MATO GROSSO. 365
FIGURA 69 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL EM 2017. 366
FIGURA 70 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL EM 2018. 367
FIGURA 71 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL EM 2019. 368
FIGURA 72 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL EM 2020. 369
FIGURA 73 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL EM 2021. 370
FIGURA 74 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO EM 2017. 371
FIGURA 75 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO EM 2018. 372
FIGURA 76 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO EM 2019. 373
FIGURA 77 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO EM 2020. 374
FIGURA 78 - MAPA DO USO E COBERTURA DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO EM 2021. 375
FIGURA 79 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL. 377
FIGURA 80 - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM MATO GROSSO. 378
FIGURA 81- ESFERA DE ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL. 379
FIGURA 82 - ESFERA DE ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MATO GROSSO. 379
FIGURA 83 - GRUPOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL. 380
FIGURA 84 - GRUPOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MATO GROSSO. 380
FIGURA 85 - PLANO DE MANEJO DAS UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. 381
FIGURA 86 - PLANO DE MANEJO DAS UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO. 381
FIGURA 87 - CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS 383
FIGURA 88: CIDADES GÊMEAS - BELA VISTA (MS-BR) E BELLA VISTA (PY) 397
FIGURA 89: CIDADES GÊMEAS - PORTO MURTINHO (MS-BR) E CAPITÁN CARMELO PERALTA (PY) 398
FIGURA 90: CIDADES GÊMEAS - PONTA PORÃ (MS-BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY) 399
FIGURA 91: CIDADES GÊMEAS - CORUMBÁ (MS-BR) E PUERTO QUIJARRO (BO) 400
FIGURA 92: CIDADES GÊMEAS - CORONEL SAPUCAIA (MS) E CAPITÁN BADO (PY) 401
FIGURA 93: CIDADES GÊMEAS - MUNDO NOVO (MS) E SALTO DEL GUAIRÁ (PY) 402
FIGURA 94: CIDADES GÊMEAS - PARANHOS (MS-BR) E YPEJHÚ (PY) 403
FIGURA 95: CIDADE GÊMEA - CÁCERES (MT-BR) E SAN MATÍAS (BO) 404
FIGURA 96: PROPOSTA DE CIDADES GÊMEAS - VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (MT-BR) E SAN IGNACIO DE VELASCO (BO) 405
FIGURA 97: MUNICÍPIOS COM SEDE NA FF-CO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL 406
FIGURA 98: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS POR MUNICÍPIO NA FF-CO EM 2018 (MS) 407
FIGURA 99: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS POR MUNICÍPIO NA FF-CO EM 2022 (MS) 407
FIGURA 100: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO POR ATACADO NA FF-CO EM 2018 (MS) 408
FIGURA 101: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO POR ATACADO NA FF-CO EM 2022 (MS) 408
FIGURA 102: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO VAREJISTA NA FF-CO EM 2022 (MS) 409
FIGURA 103: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO VAREJISTA NA FF-CO EM 2018 (MS) 409
FIGURA 104: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS NA FF-CO EM 2018 (MS) 410
FIGURA 105: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS NA FF-CO EM 2022 (MS) 410
FIGURA 106: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS POR MUNICÍPIO NA FF-CO EM 2018 (MT) 411
FIGURA 107: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS POR MUNICÍPIO NA FF-CO EM 2022 (MT) 411
FIGURA 108: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO POR ATACADO NA FF-CO EM MATO GROSSO (2018) 412
FIGURA 109: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO POR ATACADO NA FF-CO EM MATO GROSSO (2022) 412
FIGURA 110: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO VAREJISTA NA FF-CO EM MATO GROSSO (2018) 413
FIGURA 111: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO VAREJISTA NA FF-CO EM MATO GROSSO (2022) 413
FIGURA 112: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS NA FF-CO EM MATO GROSSO (2018) 414
FIGURA 113: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS NA FF-CO EM MATO GROSSO (2022) 414
FIGURA 114: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ABACAXI POR MUNICÍPIO NA FF-CO EM 2017 (MT) 415
FIGURA 115: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ABACAXI POR MUNICÍPIO NA FF-CO EM 2017 (MS) 415
FIGURA 116: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ABACAXI POR MUNICÍPIO NA FF-CO EM 2022 (MT) 416
FIGURA 117: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ABACAXI POR MUNICÍPIO NA FF-CO EM 2022 (MS) 416
FIGURA 118: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ALGODÃO COM CAROÇO POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS). 417
FIGURA 119: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ALGODÃO COM CAROÇO POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT). 417

FIGURA 120: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ALGODÃO COM CAROÇO POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS). 418
FIGURA 121: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ALGODÃO COM CAROÇO POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT). 418
FIGURA 122: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ARROZ EM CASCA POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS). 419
FIGURA 123: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ARROZ EM CASCA POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT). 419
FIGURA 124: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ARROZ EM CASCA POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS). 420
FIGURA 125: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE ARROZ EM CASCA POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT). 420
FIGURA 126: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS). 421
FIGURA 127: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT). 421
FIGURA 128: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS). 422
FIGURA 129: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE CANA-DE-AÇÚCAR POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT). 422
FIGURA 130: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE FEIJÃO EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS). 423
FIGURA 131: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE FEIJÃO EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT). 423
FIGURA 132: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE FEIJÃO EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS). 424
FIGURA 133: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE FEIJÃO EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT). 424
FIGURA 134: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE MANDIOCA POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS).....425
FIGURA 135: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE MANDIOCA POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT). 425
FIGURA 136: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE MANDIOCA POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS).....426
FIGURA 137: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE MANDIOCA POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT). 426
FIGURA 138: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE MILHO EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS).....427
FIGURA 139: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE MILHO EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT). 427
FIGURA 140: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE MILHO EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS).....428
FIGURA 141: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE MILHO EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT). 428
FIGURA 142: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE SOJA EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS). 429
FIGURA 143: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE SOJA EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT). 429
FIGURA 144: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE SOJA EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS). 430
FIGURA 145: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE SOJA EM GRÃOS POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT). 430
FIGURA 146: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE TOMATE POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MS). 431
FIGURA 147: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE TOMATE POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2017 (MT).....431
FIGURA 148: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE TOMATE POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MS). 432
FIGURA 149: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE TOMATE POR HA NOS MUNICÍPIOS DA FF-CO EM 2021 (MT).....432
FIGURA 150: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MS) 433
FIGURA 151: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MS) 433
FIGURA 152: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MT) 434
FIGURA 153: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MT) 434
FIGURA 154: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ARTES POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MS).....435
FIGURA 155: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ARTES POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MS).....435
FIGURA 156: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ARTES POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MT) 436
FIGURA 157: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ARTES POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MT) 436
FIGURA 158: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS EDUCACIONAIS POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MS).....437
FIGURA 159: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS EDUCACIONAIS POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MS).....437
FIGURA 160: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS EDUCACIONAIS POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MT).....438
FIGURA 161: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS EDUCACIONAIS POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MT).....438
FIGURA 162: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ALOJAMENTO POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MS) 439
FIGURA 163: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ALOJAMENTO POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MS) 439
FIGURA 164: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ALOJAMENTO POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MT) 440
FIGURA 165: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE ALOJAMENTO POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MT) 440
FIGURA 166: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MS) 441
FIGURA 167: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MS) 441
FIGURA 168: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MT) 442
FIGURA 169: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MT) 442
FIGURA 170: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MS) 443
FIGURA 171: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MS) 443
FIGURA 172: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MT) 444
FIGURA 173: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MT) 444
FIGURA 174: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MS) 445
FIGURA 175: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2022 (MS) 445
FIGURA 176: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2018 (MT) 446
FIGURA 177: DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COM SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR MUNICÍPIO DA FF-CO EM 2020 (MT) 446

Quadros

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos segundo os Eixos Estratégicos da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste do Brasil 17
Quadro 2 - Número de municípios brasileiros na Faixa de Fronteira, distribuídos por regiões definidas por arcos 19
Quadro 3 - Sub-regiões que formam o Arco Central da faixa de fronteira do centro-oeste brasileiro. 25
Quadro 4 - Obrigatoriedade da Língua Estrangeira Moderna - Espanhol nas Escolas localizadas na FF-CO 32
Quadro 5 - Obtenção da média do IDEB em 2021 nos Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio nas Escolas da Rede pública localizadas na faixa de fronteira da Região Centro-Oeste 35
Quadro 6 - Presença da Língua Indígena, como componente curricular, nas Escolas da Rede pública localizadas na FF-CO 37
Quadro 7 - Cursos de pós-graduação stricto sensu oferecido em municípios da FF-CO 43
Quadro 8 - Matriz SWOT do Eixo Educação da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste 45
Quadro 9: Detalhamento das operações dos portos da Sub-região XI 52
Quadro 10 - Panorama do Saneamento Básico nos Municípios da FF-CO 66
Quadro 11 - Análise SWOT do Eixo Infraestrutura e Logística 68
Quadro 12 - Taxa de cobertura vacinal - covid-19 da FF-CO: 2021 a 30 de setembro de 2023. 83
Quadro 13 - Taxa bruta de mortalidade da FF-CO (2021) 85
Quadro 14 - Análise SWOT/FOFA do eixo Saúde nos municípios da FF-CO. 92
Quadro 15 - Análise SWOT/FOFA do eixo Segurança na FF-CO. 99
Quadro 16 - População total no Brasil e na região Centro Oeste, com o quadro dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e soma total dos residentes nos municípios da FF-CO (2010, 2020, 2021 e 2022). 104
Quadro 17 - Quantidade da população quilombola e indígena no Brasil, na Região Centro Oeste e nos seus Estados e Distrito Federal. 106
Quadro 18 - População total, rural e urbana, em 2010, a estimativa da população residente em 2020 e censo 2022 nos municípios da FF-CO. 108
Quadro 19 - População em 2010, com pessoas nas áreas rural e urbana, a estimativa da população em 2020 e o resultado consolidado do censo 2022 nos municípios da FF-CO. 110
Quadro 20 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios de Mato Grosso do Sul, com os anos de 1991, 2000 e 2010 e o lugar ocupado por estes dentre os 220 municípios dos estados que administram os municípios da FF-CO 115
Quadro 21 - Panorama das pessoas empregadas nos municípios da FF-CO (2017 – 2021) 117
Quadro 22 - Evolução dos acumulados anuais de admissões, desligamentos e saldo por município e sub-região, com ajustes nos anos de 2020, 2021 e 2022 119
Quadro 23 - Total da população com benefícios de combate à pobreza e percentual estimado. 122
Quadro 24 - Assentamentos rurais, capacidade e quantidade de famílias assentadas, distribuídas por Sub-regiões do Arco Central no Centro-Oeste (1994/2023). 125
Quadro 25 - Assentamentos, capacidade e quantidade de famílias assentadas, distribuídas por municípios nas sub-regiões do Arco Central no Centro-Oeste (1994/2023). 126
Quadro 26 - Etnias, municípios com terras indígenas e suas fases de regularização (MS). 131
Quadro 27 - Etnias, municípios com terras indígenas e suas fases de regularização (MT) 132
Quadro 28 - População residente em territórios quilombolas (2022) 136
Quadro 29 - Municípios com quilombos delimitados oficialmente, identificados e agrupamentos quilombolas na FF-CO. 137
Quadro 30 - SIM (Animal e Vegetal) nos municípios da FF-CO em Mato Grosso 139
Quadro 31 - SIM (Animal e Vegetal) nos municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul 140
Quadro 32 Consórcio Intermunicipal de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal nos municípios da FF-CO 142
Quadro 33 - Sistema de Inspeção via Consórcio Intermunicipal na FF-CO (MS). 143
Quadro 34 - Municípios com produtores orgânicos cadastrados por entidades de certificação cadastradas no MAPA (2023) 147
Quadro 35 - Infraestrutura de comercialização de produtos de origem animal e vegetal nos municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul 149
Quadro 36 - Infraestrutura de comercialização de produtos de origem animal e vegetal nos municípios da FF-CO em Mato Grosso 150
Quadro 37 – Número de Agricultores familiares e formas de negociação nos municípios em Mato Grosso do Sul 151
Quadro 38 – Número de Agricultores familiares e formas de negociação nos municípios da FF-CO em Mato Grosso 153
Quadro 39 - Estabelecimentos por Grandes Setores Econômicos na FF-CO (2018 e 2022) 156
Quadro 40 – Estabelecimentos do setor de Indústria de Água, Esgoto e Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação e do Indústria de Transformação (2018 e 2022). 158
Quadro 41 - Estabelecimentos dos setores de Indústria de Construção, Extrativista e Eletricidade e Gás (2018 e 2022). 160
Quadro 42 - Estabelecimentos das atividades de serviços na FF-CO (2018 e 2022). 161
Quadro 43 – Outros estabelecimentos de serviços na FF-CO (2018 e 2022). 163
Quadro 44 - Estabelecimentos com outras atividades de serviços na FF-CO (2018 e 2022). (2018 e 2022). 165
Quadro 45 - Área plantada das lavouras de abacaxi, algodão herbáceo (em caroço) e arroz (em casca) na FF-CO (2017 e 2021), em destaque os hectares cultivados. 170
Quadro 46 - Área plantada de cana-de-açúcar, feijão (em grãos) e mandioca por hectares cultivados na FF-CO (2017 e 2021) 171
Quadro 47 - Área plantada de Milho e Soja (em grãos) por hectares cultivados na FF-CO (2017 e 2021) 172
Quadro 48 - Silvicultura – Eucalipto e Outras Espécies por hectares cultivados (2017-2021) 177

QUADRO 49 - SILVICULTURA, QUANTIDADE PRODUZIDA DE CARVÃO VEGETAL, LENHA EM TONELADA E MADEIRA EM TORA POR M³ NA FF-CO (2017 E 2021) 179
QUADRO 50 - PRODUÇÃO DE BOVINOS E SUÍNOS POR CABEÇA NA FF-CO (2017 E 2021) 180
QUADRO 51 - PRODUÇÃO DE OVINOS E GALINÁCEOS POR CABEÇA NA FF-CO (2017 E 2021) 182
QUADRO 52 - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS POR ATIVIDADES NA FF-CO (2018 E 2022). 184
QUADRO 53 - CIDADES GÊMEAS, COM SEUS PRINCIPAIS SETORES COM MAIOR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SEGMENTOS DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS (2018/2022). 189
QUADRO 54 - CIDADES EMPREENDEDORAS LOCALIZADAS DENTRO E FORA DA FF-CO, COM PERCENTUAIS RELATIVOS A QUANTIDADE TOTAL DE CIDADES NAS CIDADES POR ESTADO E NA FAIXA. 191
QUADRO 55 - CIDADES EMPREENDEDORAS PRESENTES NA ZONA PROXIMAL DE 15 KM, COM SEDE DENTRO E AS QUE ESTÃO FORA DA FF, POR SUB-REGIÃO. 192
QUADRO 56 – VALORES PREVISTO POR MUNICÍPIO E SOMADOS POR SUB-REGIÃO DA FF-CO 195
QUADRO 57 – MUNICÍPIOS DA FF-CO QUE NÃO IMPLEMENTARAM OS RECURSOS DA ALDIR BLANC I ATÉ DEZEMBRO DE 2021. 197
QUADRO 58 - CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS DA LEI ALDIR BLANC, CONFORME MUNIC – IBGE (2021) 199
QUADRO 59 – MUNICÍPIOS NA FF-CO QUE INVESTIRAM EM MUSEUS, BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS, CINEMAS, TEATROS, CENTROS CULTURAIS, ARQUIVOS PÚBLICOS E ESPAÇOS PARA FESTIVIDADES LOCAIS. 202
QUADRO 60 - EXPORTAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS DA FF-CO (2022) 205
QUADRO 61 - IMPORTAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS DA FF-CO (2022). 209
QUADRO 62: PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) À PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) DO BRASIL (BR) E DOS ESTADOS DE MATO GROSSO (MT) E MATO GROSSO DO SUL (MS), COM A SOMATÓRIA DOS PIB'S DOS MUNICÍPIOS DA FF-CO, REFERENTES AOS ANOS DE 2015 A 2022 215
QUADRO 63 - EVOLUÇÃO DO PIB *PER CAPITA* DOS MUNICÍPIOS NA FF-CO EM MATO GROSSO, A PREÇOS CORRENTES EM R$ 1,00 (2015-2020). 215
QUADRO 64 - RANKING REFERENTE AO PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES (1,00), SEGUNDO OS MUNICÍPIOS E CONSIDERANDO AS SUB-REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA DE MATO GROSSO, 2020 216
QUADRO 65 - PRODUTO INTERNO BRUTO, A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) NOS MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO (2015-2020) 217
QUADRO 66 - QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS POR SUB-REGIÃO DE MATO GROSSO COM SETOR DE MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) EM 2020. 218
QUADRO 67 - PERCENTAGEM DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DOS SETORES DA AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA EM SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO PIB BRUTO TOTAL NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FF-CO EM MATO GROSSO (2015-2020) 219
QUADRO 68 - PERCENTAGEM DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL E IMPOSTOS EM RELAÇÃO AO PIB BRUTO TOTAL NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FF-CO EM MATO GROSSO (2015-2020). 219
QUADRO 69 - AGROPECUÁRIA NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO, COM VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000), 2015-2020. 220
QUADRO 70: INDÚSTRIA NOS MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES DA FF-CO EM MATO GROSSO, COM VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) A PREÇOS CORRENTES EM R$ 1.000 (2015-2020). 222
QUADRO 71 - SERVIÇOS (EXCETO ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL) NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FF-CO EM MATO GROSSO, COM VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) A PREÇOS CORRENTES EM R$ 1.000 (2015 – 2020). 223
QUADRO 72 - ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO, COM VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) A PREÇOS CORRENTES EM R$ 1.000 (2015-2020) 225
QUADRO 73 - PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA* DOS MUNICÍPIOS POR E DAS SUB-REGIÕES DA FF-CO EM MATO GROSSO DO SUL (2015-2020) 227
QUADRO 74 - RANKING DO PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS POR SUB-REGIÕES DA FF-CO EM MS (2020) 228
QUADRO 75 - QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A SUB-REGIÃO DE MATO GROSSO DO SUL COM SETOR DE MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) EM 2020 229
QUADRO 76 - PERCENTAGEM DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DOS SETORES DA AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA EM SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO PIB BRUTO TOTAL NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FF-CO EM MATO GROSSO DO SUL (2015-2020). 230
QUADRO 77 - PERCENTAGEM DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL E IMPOSTOS EM RELAÇÃO AO PIB BRUTO TOTAL NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FF-CO EM MATO GROSSO DO SUL (2015-2020) 231
QUADRO 78 - PRODUTO INTERNO BRUTO, A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL (2015-2020). 232
QUADRO 79 - AGROPECUÁRIA - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) DOS MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES NA FF-CO EM MATO GROSSO DO SUL (2015-2020). 233
QUADRO 80 - ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL, 2015-2020 235
QUADRO 81 - INDÚSTRIA - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL, 2015-2020. 236
QUADRO 82 - SERVIÇOS (EXCETO ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL) - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R$ 1.000) NOS MUNICÍPIOS E SUB-REGIÕES DA FF-CO EM MATO GROSSO DO SUL (2015-2020). 238
QUADRO 83 - VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL (EM %) NAS SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL (2020) 240
QUADRO 84 - ANÁLISE SWOT DO EIXO INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA 241
QUADRO 85- RELAÇÃO DE VISITANTES E PASSEIOS TURÍSTICOS REALIZADOS EM BONITO, NO PERÍODO ENTRE 2015 E 2019 248
QUADRO 86 - PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE BODOQUENA 255
QUADRO 87 - PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE JARDIM 257
QUADRO 88 - PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE AQUIDAUANA 259
QUADRO 89 - PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE MIRANDA 264
QUADRO 90 - ATRATIVOS TURÍSTICOS DE CÁCERES 272
QUADRO 91 - PROJETOS ACADÊMICOS DE PESQUISA E EXTENSÃO NA FF EM MATO GROSSO (2012/2023) 293

QUADRO 92 - FORÇAS (*STRENGTHS*): INDICADORES COMUNS DOS FATORES INTERNOS DA MATRIZ SWOT DOS TRÊS MUNICÍPIOS 326
QUADRO 93 - FORÇAS (STRENGTHS): INDICADORES NÃO COMUNS ENTRE OS TRÊS MUNICÍPIOS 327
QUADRO 94 - FRAQUEZAS (WEAKNESSES) - INDICADORES COMUNS ENTRE OS TRÊS MUNICÍPIOS.....329
QUADRO 95 - FRAQUEZAS (WEAKNESSES) - INDICADORES NÃO COMUNS ENTRE OS TRÊS MUNICÍPIOS 329
QUADRO 96 - OPORTUNIDADES (*OPPORTUNITIES*): INDICADORES COMUNS DOS TRÊS MUNICÍPIOS.....331
QUADRO 97 - AMEAÇAS (THREATS): VARIÁVEIS DOS FATORES INTERNOS DA MATRIZ SWOT 332
QUADRO 98 - INFORMAÇÕES DA OCORRÊNCIA DE DESLIZAMENTO E INUNDAÇÃO POR MUNÍCIPIO. 361
QUADRO 99 - CORREDORES ECOLÓGICOS 376
QUADRO 100 - UCS POR BIOMA NA FF-CO.....377

Sumário

1. INTRODUÇÃO 15
2. METODOLOGIA 17
3. ARCO CENTRAL E A FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE BRASILEIRA 18
4. VISÃO REGIONALIZADA DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO OESTE 25
5. EIXOS ESTRATÉGICOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA CENTRO-OESTE 29
5.1 - EDUCAÇÃO 29
5.1.1 - Procedimentos metodológicos do Eixo 30
5.1.2 - Oferta da Língua Estrangeira Moderna - Espanhol 32
5.1.3 - IDEB nos Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio nas Escolas da Rede pública (2021) 34
5.1.4 - Língua Indígena, como componente curricular 36
5.1.5 – Língua Portuguesa aparece como segunda língua 38
5.1.6 – Disponibilidade de internet nas escolas 39
5.1.7 – Política Municipal de Educação específica para fronteira nas cidades-gêmeas 39
5.1.8 – Apoio para os fluxos intermunicipais diários para ensino de graduação 39
5.1.9 – Plano municipal de carreira do magistério 39
5.1.10 - Ofertas de ensino técnico profissionalizante/escolas técnicas 40
5.1.11 - Universidades públicas com cursos presenciais 41
5.1.12 - Ciência, Tecnologia e Inovação 43
5.1.13 – Análise SWOT/FOFA 45
5.2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA 45
5.2.1 - Logística 46
5.2.1.1 - Aeroportos 46
5.2.1.2 - Ferrovia 48
5.2.1.3 – Portos 52
5.2.1.4 – Rodovias 53
5.2.1.5 - ZPE em Cáceres-MT 59
5.2.2 - Controle aduaneiro 60
5.2.3 - Saneamento básico e resíduos sólidos 62
5.2.3.1 - Identificação dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos 62
5.2.3.2 - Criação de aterros sanitários e consequente fechamento dos lixões 63
5.2.3.3 - Saneamento básico, identificação e análise do acesso (ou não) à água potável, coleta e tratamento de esgoto e os investimentos totais nesse setor 64
5.2.4 – Análise SWOT / FOFA 68
5.3 - SAÚDE 70
5.3.1 – Delimitação conceitual 71
5.3.2 - Metodologia 72
5.3.3 - Cobertura da atenção primária 73
5.3.4 - Cobertura vacinal 83
5.3.5 - Mortalidade 85
5.3.6 - Morbidade 89
5.3.7 – Análise SWOT/FOFA 92
5.4 - SEGURANÇA 93

5.4.1 – Análise SWOT/ FOFA do Eixo Segurança 99
5.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 99
5.5.1 - População do Brasil, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e da Fronteira 102
5.5.1.1 - População das Sub-regiões do Arco Central na FF-CO 107
5.5.2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 113
5.5.3 - Dinâmica das pessoas empregadas e desempregadas na FF-CO (2017 – 2021) .. 116
5.5.4 - Beneficiários de combate à pobreza (2021) 121
5.5.5. Territórios com saberes e fazeres camponeses e de povos tradicionais e originários 124
5.5.5.1 – Assentamentos da Reforma Agrária na FF-CO 125
5.5.5.2 – Terras indígenas 131
5.5.5.3 – Territórios Quilombolas 136
5.5.6 - Sistemas de Inspeção 139
5.5.7 – Produtores Orgânicos nos municípios da FF-CO 144
5.5.7.1 - Infraestrutura de Vendas e Revendas de Produtos locais na FF-CO 148
5.5.7.2 -Infraestrutura de comercialização de produtos de origem animal e vegetal nos municípios da FF-CO 149
5.5.7.3 – Agricultores cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em MS 151
5.5.8 - Estabelecimentos e áreas plantadas por setores por municípios (2018 e 2022) ... 155
5.5.8.1 – Estabelecimentos por setores de atividade econômica (2018 e 2022) 156
5.5.8.2 – Indústria - principais estabelecimentos por atividades (2018 e 2022) 158
5.5.8.3 - Serviços – quantidade de estabelecimentos por setor na FF-CO 161
5.5.8.4 – Agricultura - principais lavouras temporárias (2017 e 2021) 169
5.5.9 - Setores e atividades das cadeias produtivas das cidades gêmeas da FF-CO 187
5.5.9.1 - Principais setores e atividades da cadeia produtiva das cidades-gêmeas (2018/2022) 187
5.5.10 – Cidades empreendedoras 191
5.5.10.1 – Lei Aldir Blanc nos municípios da FF-CO 195
5.5.10.2 – Investimentos em equipamentos culturais 202
5.5.11 - Exportação e importação nos municípios da FF-CO 204
5.5.12 - Produto Interno Bruto por município 213
5.5.12.3 – PIB, a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MT 217
5.5.12.3 – PIB *per capita* dos municípios e sub-regiões da FF-CO em MS 227
5.5.12.3 – PIB, a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MS 232
5.5.12.4 – PIB, a preços correntes por setor (R$1.000) nos municípios da FF-CO em MS 233
5.5.13 – Análise SWOT/FOFA do Eixo Desenvolvimento Econômico 241
5.5.13.1 – Potencialidades a partir do quadro populacional 244
5.5.13.2 – Potencialidades a partir do IDHM na Faixa de Fronteira 244
5.5.13.2 - Potencialidades a partir dos Territórios 245
5.5.6 - TURISMO 246
5.5.6.1 - Procedimentos metodológicos do componente turismo 246
I - Rota Turística Estratégica Pantanal Sul e Bonito 248
5.5.6.1.1– Bonito (MS) 248
5.5.6.1.2 – Bodoquena (MS) 253
5.5.6.1.3 – Jardim (MS) 255
5.5.6.1.4 - Aquidauana (MS) 257

5.5.6.1.5 - Corumbá (MS) 260
5.5.6.1.6 – Miranda (MS) 263
5.5.6.1.7 - Ladário (MS) 265
II - Mato Grosso do Sul: Municípios da FF-CO fora da Rota Estratégica Pantanal Sul 266
5.5.6.1.8 - Ponta Porã (MS) 266
5.5.6.1.9 - Porto Murtinho (MS) 268
5.5.6.2 Mato Grosso **272**
5.5.6.2.1 - Cáceres (MT) 272
5.5.6.2.2 - Barão de Melgaço (MT) 273
5.5.6.2.3 - Poconé (MT) 274
5.5.6.2.4 - Nossa Senhora do Livramento (MT) 275
5.5.6.2.5 - Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) 277
5.5.6.3 Calendário de festividades e eventos tradicionais **281**
5.5.6.3.1 - Barão de Melgaço (MT) 281
5.5.6.3.2 - Poconé (MT) 281
5.5.6.3.3 - Cáceres - MT 283
5.5.6.3.4 - Nossa Senhora do Livramento (MT) 284
5.5.6.3.5 - Bonito (MS) 284
5.5.6.3.6 - Corumbá (MS) 286
5.5.6.3.7 - Aquidauana (MS) 286
5.5.6.3.8 - Miranda (MS) 287
5.5.6.3.9 - Jardim (MS) 288
5.5.6.3.10 - Ladário (MS) 289
5.5.6.3.11 - Bodoquena (MS) 289
5.5.6.3.12 - Ponta Porã (MS) 290
5.5.6.3.13 - Porto Murtinho (MS) 290
5.5.6.4 Pesquisas acadêmicas **291**
I - Mato Grosso do Sul 291
5.5.6.4.1 - UFMS 291
5.5.6.4.2 – UEMS 291
5.5.6.4.3 – UCDB 292
5.5.6.6.4 – UFGD 292
II - Mato Grosso 293
6.5 Análise SWOT/FOFA **293**
5.5.6.5.1. Aquidauana (MS) 294
5.5.6.5.2. Corumbá (MS) 296
5.5.6.5.3 – Cáceres (MT) 305
5.5.6.5.4 - Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) 326
5.5.6.5.5 – Ladário (MS) 334
5.5.6.5.6 - Ponta Porã (MS) 334
5.5.6.5.7 - Porto Murtinho (MS) 335
5.5.6.5.8 - SWOT / FOFA de Porto Murtinho 335
5.5.6.6 Potencialidades de atratividades locais para turismo de base comunitária **337**
5.5.6.6.1 - Mato Grosso do Sul 337
5.5.6.6.2 - Mato Grosso 338
5.5.6.7 - Estratégias para a qualificação do turismo (Política Nacional de Qualificação em

Turismo) 338
5.5.6.7.1 - Diretrizes para condução de uma qualificação pautada nas potencializações da FFCO 340
5.5.6.7.2 - Fluxos em busca pelos equipamentos de lazer do turismo nas cidades-gêmeas 344
5.5.7 - MEIO AMBIENTE 345
5.5.7.1 - A Região de fronteira e o meio ambiente 345
5.5.7.2 – Desmatamento, queimadas e incêndios florestais 345
5.5.7.3 – Desastres naturais (deslizamentos e inundações) 360
5.5.7.4 - Uso e cobertura da FF-CO 365
5.5.7.5 – Corredores ecológicos 375
5.5.7.6- Unidades de conservação 376
5.5.7.7 – Resíduos sólidos 382
5.5.7.8 - Tecnologias limpas 385
REFERÊNCIAS 387
APÊNDICE 394
IDHM na FF-CO (MS e MT) 394
IDHM – 1991 nos municípios da Faixa de Fronteira do Centro Oeste 394
IDHM – 2000 nos municípios da Faixa de Fronteira do Centro Oeste 395
IDHM – 2010 nos municípios da Faixa de Fronteira do Centro Oeste 396
Carta imagem das cidades gêmeas em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraguai e Bolívia 397
Bela Vista (MS-BR) e Bella Vista (PY) 397
Porto Murtinho (MS-BR) e Capitán Carmelo Peralta (PY) 398
Ponta Porã (MS-BR) e Pedro Juan Caballero (PY) 399
Corumbá (MS-BR) e Puerto Quijarro (BO) 400
Coronel Sapucaia (MS) e Capitán Bado (PY) 401
Mundo Novo (MS) e Salto del Guairá (PY) 402
Paranhos (MS-BR) e Ypejhú (PY) 403
Cáceres (MT-BR) e San Matías (BO) 404
Vila Bela da Santíssima Trindade (MT-BR) e San Ignacio de Velasco (BO) 405
Municípios com sede na FF-CO (MS) 406
Concentração de estabelecimentos por tipo de atividades de comércio na FF-CO (MS) 407
Comércio por atacado (MS) 408
Comércio varejista (MS) 409
Comércio varejista de reparação de veículos na FF-CO (MS) 410
Concentração de estabelecimentos por tipo de atividades de comércio na FF-CO (MT) 411
Comércio por atacado (MT) 412
Comércio varejista (MT) 413
Comércio de reparação de veículos (MT) 414
Área plantada em lavoura temporária nos municípios da FF-CO em 2017 e 2021 (MT e MS) 415
Abacaxi 415
Algodão 417
Arroz 419
Cana-de-açucar 421

Feijão 423
Mandioca 425
Milho 427
Soja 429
Tomate 431
Concentração de estabelecimentos por tipo de serviços nos municípios da FF-CO (2018/ 2022) 433
Distribuição de estabelecimentos com serviços de atividades científicas (2018 / 2022) 433
Distribuição de estabelecimentos com serviços de Artes 435
Distribuição de estabelecimentos com serviços educacionais 437
Distribuição de estabelecimentos com serviços de alojamento 439
Distribuição de estabelecimentos com serviços de saúde 441
Distribuição de estabelecimentos com serviços de informação 443
Distribuição de estabelecimentos com serviços de transporte 445

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Faixa de Fronteira configura uma importante diretriz das políticas nacional e internacional. A vasta extensão territorial que permite ao Brasil estabelecer fronteira com quase todos os países da América do Sul configura possibilidades e especificidades regionais que, consequentemente, inviabiliza ações padronizadas, ao passo que potencializam perspectivas de atuações para a integração sul-americana.

A elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das áreas de fronteiras são, também, dificultadas por aspectos legais, diplomáticos e falta de articulação do território com o centro político-decisório do país. Os próprios estados padecem de informações sobre a região, considerando principalmente o elevado grau de informalidade de diversas ações executadas na linha de fronteira. Acredita-se que a execução do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil (PDIF) tornará a fronteira integrada, nacional e internacionalmente, com cidadania plena e qualidade de vida.

Vale destacar que o objeto da ação visa levantar informações e projetos vinculados aos pontos críticos e oportunos relacionados aos eixos relevantes para a fronteira do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como fortalecer suas relações com os estados de Rondônia e Paraná e os países vizinhos, Bolívia e Paraguai.

Neste relatório, apresentaremos um estudo técnico com diagnóstico da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO), considerando as nuances e particularidades municipais e estaduais, que possam subsidiar análises sobre os diferentes contextos locais e regionais que implicam no desenvolvimento das ações previstas para auxiliar na elaboração de propostas dos Eixos Estratégicos do PDIF.

As carteiras de projetos e ações serão balizadoras para a atuação de forma coordenada, convergente e cooperada entre os órgãos de governo (federal, estadual e municipal) e demais parceiros públicos e privados presentes nos territórios. A proposta é que as carteiras de projetos e ações sejam construídas para potencializar o desenvolvimento dos espaços fronteiriços.

Cabe destacar a importância da governança fronteiriça estabelecida nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul por meio dos Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs, até então desativados), compostos por diversos atores públicos nas mais diversas áreas de atuação, capazes de contribuírem de forma significativa para o direcionamento das políticas públicas,

elaboração de projetos, pesquisas e desenvolvimento e na facilitação dos processos de condução das ações que fomentam o desenvolvimento regional.

O público beneficiário desta proposta abrange a população dos municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil da Região Centro-Oeste, totalizando 73 municípios, sendo 45 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso.

Os resultados esperados são orientados pelas seguintes metas e produtos:

● META 1 - Elaboração dos diagnósticos dos Eixos Estratégicos. ● Produto: Diagnósticos dos Eixos Estratégicos: segurança; saúde; infraestrutura e logística; educação; desenvolvimento econômico; turismo; e meio ambiente;

● META 2 - Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste. ● Produto: Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste;

● META 3 - Diagramação do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste – Versão para publicação. ● Produto: Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste em versão digital para publicação (site e impresso – 100 unidades em versão reduzida, coloridas e em capa dura).

O objetivo desta etapa (Meta 1) é apresentar o diagnóstico dos sete Eixos Estratégicos a serem trabalhados no PDIF: segurança, saúde, infraestrutura e logística, educação, desenvolvimento econômico, turismo e meio ambiente.

O projeto de pesquisa “Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil – PDIF” é desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS - Campus Pantanal), sob coordenação do Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa, em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT - Campus Cáceres), sob coordenação da Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves.

2. METODOLOGIA

Para elaboração dos diagnósticos dos Eixos Estratégicos: segurança, saúde, infraestrutura e logística, educação, desenvolvimento econômico, turismo e meio ambiente foi executada pesquisa em bancos de dados sobre os municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como visita e ligações telefônicas para agentes territoriais de cada um dos 73 municípios componentes da área de estudo.

Essas informações foram organizadas de modo a permitir a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, bem como sua carteira de projetos para cada área estratégica. Os protótipos serão discutidos com agentes territoriais dos municípios e com técnicos da SUDECO para efeito de validação das informações. Após a validação consensual será produzido o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste em versão digital para publicação.

Os procedimentos adotados podem ser assim descritos, em conformidade com os Eixos Estratégicos (Quadro 1).

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos segundo os Eixos Estratégicos da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste do Brasil

Eixo Estratégico	Procedimentos da pesquisa
Segurança	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos -, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)
Saúde	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos -, Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)
Infraestrutura e logística	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos -, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)
Educação	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos -, INEP, prefeituras municipais, entrevistas com gestores)
Desenvolvimento econômico	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos -, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)
Turismo	Utilização de bancos de dados disponíveis (Mintur, IBGE, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores, pesquisa em dissertações e teses)
Meio ambiente	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE, ANA, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)

3. ARCO CENTRAL E A FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE BRASILEIRA

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no § 2º do art. 20, como Faixa de Fronteira a área de até 150 quilômetros de largura, ao longo dos limites internacionais. Desde então, essa fração de território foi ampliada e assumida politicamente como fundamental para defesa do território nacional. Todavia, desde a Lei 6.634, de 1979 (Brasil, 1979), os municípios da faixa de fronteira estão sob legislação específica para áreas de segurança nacional e recebem auxílios financeiros específicos por parte do governo federal, que, sem prévia autorização, estabelece regras rígidas tanto para a concessão de terras públicas quanto para a construção de aeroportos, estradas, pontes e a instalação de empresas de mineração, por exemplo.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos debates e estudos técnicos que subsidiaram a elaboração de propostas de abordagem para enfrentar os múltiplos problemas sociais existentes nos municípios que formam esse extenso território nacional. A partir de 2019, através do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 (Brasil, 2019), para responder essa compreensão e atacar os problemas existentes, foi institucionalizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Ao considerar a proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), as Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (Brasil, 2010), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a proposta de “Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira” (Brasil, 2017) e o documento de referência Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste PRDCO 2024 -2027 (Brasil, 2023), observou-se que o Governo Federal tem estabelecido a sua base territorial de ações e áreas de planejamento na faixa de fronteira, dividindo-a em três grandes arcos.

O Arco Norte, com limite que abarca a faixa de fronteira dos Estados do Pará, Amapá, Roraima e Acre; o Arco Central, com abrangência da faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e; o Arco Sul, que contempla a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes três arcos estabelecem 588 municípios como área de abrangência.

Contudo, com base no levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), identificou-se a perda de dois municípios no Amazonas e, pari passu, também ocorreu o reconhecimento de um percentual do território de quatro municípios na Faixa de

Fronteira, ampliando de 588 para 590 municípios, em especial nos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Quadro 2).

Quadro 2 - Número de municípios brasileiros na Faixa de Fronteira, distribuídos por regiões definidas por arcos

ARCO	ESTADO	Nº. MUNICÍPIOS 2005/2017	IBGE 2022
I - Norte	Amapá	8	8
	Pará	5	5
	Roraima	15	15
	Amazonas	21	19
	Acre	22	22
	Total	**71**	**69**
II - Central	Rondônia	27	28
	Mato Grosso	28	28
	Mato Grosso do Sul	44	45
	Total	**99**	**101**
Sul	Paraná	139	139
	Santa Catarina	82	83
	Rio Grande do Sul	197	198
	Total	**418**	**420**
Total de Municípios		**588**	**590**

Fonte: Brasil, 2017; IBGE, 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Estes grandes arcos estão divididos em 17 (dezessete) sub-regiões, como frutificação do reconhecimento da complexidade existente na diversidade de organização territorial, bem como nos múltiplos sistemas econômicos, administrativos e culturais existentes ao longo de toda extensão territorial que abarca os 150 km que demarca a faixa de fronteira terrestre brasileira.

Quanto à posição geográfica dos municípios em relação à linha de fronteira, o Governo Federal tem dividido administrativamente em duas categorias principais: os municípios lindeiros e os não-lindeiros.

No grupo dos municípios lindeiros, há uma subdivisão em três subgrupos distintos: 1) aqueles cujo território municipal faz fronteira direta com o país vizinho, e sua sede está localizada na própria linha internacional, podendo ou não ter uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (conhecidos como cidades-gêmeas); 2) municípios cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede municipal não está localizada na linha internacional; e 3) municípios cujo território faz divisa com o país vizinho, mas a sede municipal está localizada fora da Faixa de Fronteira.

Já o grupo dos municípios não-lindeiros, que se encontram no interior da faixa, pode ser

subdividido em duas categorias: 1) aqueles cuja sede municipal está localizada dentro da Faixa de Fronteira; e 2) aqueles cuja sede municipal está fora dos limites da Faixa de Fronteira (Brasil, 2010; 2017; 2023). Essa divisão estabeleceu diretrizes para a definição dos municípios que passaram a compor o perímetro da faixa de fronteira da região Centro Oeste do Brasil.

Conforme o Grupo Retis/IGEO UFRJ (Brasil, 2005) e a proposta presente no documento "Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriço", o Arco Central foi constituído com base nas referências de desenvolvimento regional e identitárias, considerando o caráter de "transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do País e de sua posição central no subcontinente. É nele onde se encontram as duas principais bacias hidrográficas sul-americanas: a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná–Paraguai" (Brasil, 2010, p.19).

A partir da definição do Arco Central e os critérios jurídicos e técnicos para integrar a Faixa de Fronteira que se estabeleceu diretrizes para o reconhecimento atual de um conjunto de 101 (cento e um) municípios, que passaram a compor o perímetro da Faixa de Fronteira da região Centro Oeste (FF-CO) do Brasil, aos quais estabelecem as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

Na perspectiva administrativa interna brasileira, o Arco Central constitui-se a partir de uma grande diversidade cultural, ambiental, econômica em meio aos três biomas, ou seja, Amazônia, Cerrado e Pantanal, bem como é organizado de forma plural e distinta social, temporal e territorialmente em meio aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Desta forma, com base nos documentos de base de 2017 (Brasil, 2017), este Arco encontrava-se dividido em:

> **VII. Sub-região Madeira-Mamoré** (Sub-região Cultural Madeira-Mamoré). Inclui os municípios de:
> 1 - Campo Novo de Rondônia, 2 - Buritis, 3 - Guajará-Mirim, 4 - Nova Mamoré e 5 - Porto Velho no Estado de Rondônia.
> **VIII. Sub-região Fronteira do Guaporé** (Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO). Inclui os municípios de:
> 6 - Costa Marques, 7 - Seringueiras, 8 - São Miguel do Guaporé, 9 - Alvorada d'Oeste, 10 - Nova Brasilândia d'Oeste, 11 - Novo Horizonte do Oeste, 12 - Rolim de Moura, 13 - Alta Floresta d'Oeste, 14- São Francisco do Guaporé, 15 - Alto Alegre dos Parecis, 16 - Corumbiara, 16 - Cerejeiras, 17 - Pimenteiras do Oeste e 18 - Cabixi no Estado de Rondônia.
> **IX. Sub-região Chapada dos Parecis** (Sub-região Cultural Chapada dos Parecis). Inclui os municípios de: 19 - Chupinguaia, 20 - Colorado do Oeste, 21 - Parecis, 22 - Pimenta Bueno, 23 - Primavera de Rondônia, 24 - Santa Luzia d'Oeste, 25 - São Felipe do Oeste e 26- Vilhena, no Estado de Rondônia; Comodoro, Conquista d'Oeste, Campos de Júlio, Sapezal, Nova Lacerda e Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso.

> **X. Sub-região Alto Paraguai** (Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO). Inclui os municípios de: Araputanga, Barra do Bugre, Curvelândia, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade no Estado de Mato Grosso.
> **XI. Sub-região Pantanal** (Sub-região Cultural Chaquenha-Pantaneira). Inclui os municípios de: Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé, no Estado de Mato Grosso; Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho no Estado de Mato Grosso do Sul.
> **XII. Sub-região Bodoquena** (Sub-região Cultural Chaquenha-Pantaneira). Inclui os municípios de: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul.
> **XIII. Sub-região Dourados** (Sub-região Cultural Cone-sul-mato-grossense). Inclui os municípios de: Caarapó, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Maracajú, Novo Horizonte do Sul *[Nova Alvorada do Sul, inserido a partir de 2021]* Rio Brilhante, Sidrolândia, Taquarussu e Vicentina no Estado de Mato Grosso do Sul.
> **XIV. Sub-região Cone Sul-mato-grossense** (Sub-região Cultural Cone Sul-mato-grossense). Inclui os municípios de: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru, no Estado de Mato Grosso do Sul (Brasil, 2005, p. 65-66; Brasil, 2017 p. 59-60, grifos e inclusão nossa).

Após estudos geoespaciais desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 o total da Faixa de Fronteira brasileira correspondia o equivalente a 16,6% do território, e se constituía a partir das áreas territoriais dos 588 municípios localizados na faixa de fronteira com os países da América do Sul, que se formam ao longo de 15 mil quilômetros (km) de comprimento do norte ao sul do país, na faixa de 150 km de largura, com uma área total de 1,4 milhão de km², incluindo a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul.

Em 2022, conforme IBGE, após um delineamento mais apurado da cobertura do território brasileiro por meio de imagens de satélite, que proporcionou um cálculo mais exato, realizou-se uma nova atualização no cálculo da área territorial que resultou no valor total da extensão territorial do Brasil de 8.510.417,771 km², o equivalente a 72,231 km² a mais que os 8.510.345,540 km² publicados em 2021 (IBGE, 2023). Com isso, ocorreu uma nova mensuração da extensão de superfícies em trechos da fronteira internacional do Brasil nos Estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (IBGE, 2023)[1].

Acerca do Arco Central, que se encontra dividido administrativamente nas oito (08) sub-regiões supracitadas, a área territorial mudou na medida em que passou a integrar mais dois municípios a partir de 2022, com estudo do IBGE (2022), onde incorporou o município de

[1] Ver: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36532-ibge-atualiza-dados-geograficos-de-estados-e-municipios-brasileiros

Governador Jorge Teixeira no estado de Rondônia, com sede fora e um total de 0,009 km na faixa de fronteira, e outro no Mato Grosso do Sul.

Ao enfocarmos os 73 municípios que passaram a compor a região administrativa da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, instância do Governo Federal, conforme vamos observar nas próximas seções e tabelas, pode-se constatar a existência de 16 municípios, localizados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que não possuem suas sedes administrativas na faixa de fronteira. Dentre esses, encontra-se o outro município que passou a ser reconhecido pelo IBGE em 2022 como parte da Faixa de Fronteira no Arco Central, denominado de Nova Alvorada do Sul, com 0,60% do seu território na faixa de 150 km e sede fora (Tabela 1).

Tabela 1: Municípios com sede fora da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO).

Sub-região	UF	Município	Área Total	Área na Faixa	Percentual na Faixa
XI – Pantanal	MS	Anastácio	2.913,17	225,15	7,73
		Aquidauana	17.087,02	2.180,19	12,76
		Miranda	5.471,43	3.740,69	68,37
	MT	Barão de Melgaço	11.374,87	1.094,79	9,62
		Nossa Senhora do Livramento	5.537,41	221,94	4,01
		Poconé	17.156,75	11.754,19	68,51
X – Alto Paraguai	MT	Barra do Bugres	5.976,86	1.302,56	21,79
		Porto Estrela	2.045,46	1.208,60	59,09
IX – Chapada dos Parecis	MT	Tangará da Serra	11.636,82	968,01	8,32
		Sapezal	13.614,55	41,85	0,31
XIII – Dourados	MS	Deodápolis	828,53	79,88	9,64
		Dois Irmãos do Buriti	2.431,60	1,17	0,05
		Nova Alvorada do Sul	4.025,01	23,95	0,60
		Novo Horizonte do Sul	849,19	72,17	8,50
		Sidrolândia	5.265,69	1.605,49	30,49
		Taquarussu	1.052,23	123,59	11,75

Fonte: IBGE, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A inclusão de mais um município na Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO), mesmo que não esteja com sede na faixa, ao mesmo tempo que complexificou a atuação também amplia as possibilidades de atuação do governo federal de modo a transformar as diferentes realidades locais através de investimentos financeiros e desenvolvimento de programas voltados para atender as demandas sociais, econômicas e culturais locais de cada município.

Em contraste, existem 57 (cinquenta e sete) municípios, mato-grossenses e sul-mato-grossenses, incluindo as cidades gêmeas, com sede na Faixa de Fronteira do Centro Oeste e suas respectivas áreas totais, áreas em km e percentual na faixa (Tabela 2).

Tabela 2: Municípios e cidades-gêmeas, mato-grossenses e sul-mato-grossenses com sede na FF-CO e suas respectivas áreas totais, áreas em km e percentual na faixa.

SUB-REGIÃO	MUNICÍPIO	ÁREA TOTAL	AREA INTEGRADA NA FAIXA	% NA FAIXA	CIDADE GÊMEA
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	6.792,81	4.745,51	69,86	--
	Comodoro	21.485,02	15.700,25	73,08	--
	Conquista D'Oeste	2.684,68	2.684,68	100	--
	Nova Lacerda	4.780,43	4.780,43	100	--
X – Alto Paraguai	Araputanga	1.639,73	1.639,73	100	--
	Curvelândia	357,12	357,12	100	--
	Figueirópolis D'Oeste	891,44	891,44	100	--
	Glória D'Oeste	833,13	833,13	100	--
	Indiavaí	592,49	592,49	100	--
	Jauru	1.345,41	1.345,41	100	--
	Lambari D'Oeste	1.810,55	1.810,55	100	--
	Mirassol d'Oeste	1.085,49	1.085,49	100	--
	Pontes e Lacerda	8.545,29	8.545,29	100	--
	Porto Esperidião	5.835,28	5.835,28	100	--
	Reserva do Cabaçal	1.331,68	719,71	54,05	--
	Rio Branco	539,28	539,28	100	--
	Salto do Céu	1.753,38	1.561,58	89,06	--
	São José dos Quatro Marcos	1.282,76	1.282,76	100	--
	Vale de São Domingos	1.901,55	1.593,51	83,8	--
	Vila Bela da Santíssima Trindade	13.484,71	13.484,71	100	Em estudo
XI – Pantanal	Cáceres	24.495,51	24.491,57	99,98	SIM
	Corumbá	64.432,45	46.550,46	72,25	SIM
	Ladário	354,25	354,25	100	--
	Porto Murtinho	17.505,20	17.505,20	100	SIM
XII - Bodoquena	Bela Vista	4.899,44	4.899,44	100	SIM
	Bodoquena	2.591,93	2.404,80	92,78	--
	Bonito	5.373,02	4.956,92	92,26	--
	Caracol	2.943,21	2.943,21	100	--
	Guia Lopes da Laguna	1.225,43	1.225,43	100	--
	Jardim	2.126,13	2.126,13	100	--
	Nioaque	3.909,44	3.748,89	95,89	--
XIII - Dourados	Caarapó	2.115,73	2.115,73	100	--
	Douradina	280,45	280,45	100	--
	Dourados	4.062,24	3.864,59	95,13	--
	Fátima do Sul	315,33	315,33	100	--
	Glória de Dourados	493,43	276,08	55,95	--
	Itaporã	1.342,76	1.342,76	100	--
	Jateí	1.933,32	1.704,67	88,17	--
	Laguna Carapã	1.725,78	1.725,78	100	--
	Maracaju	5.396,91	5.388,56	99,85	--
	Rio Brilhante	3.983,56	2.395,49	60,13	--
	Vicentina	312,42	312,42	100	--
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai	4.193,74	4.193,74	100	--
	Antônio João	1.142,90	1.142,90	100	--
	Aral Moreira	1.653,86	1.653,86	100	--
	Coronel Sapucaia	1.023,73	1.023,73	100	SIM
	Eldorado	1.012,80	1.012,80	100	--
	Iguatemi	2.957,41	2.957,41	100	--
	Itaquiraí	2.063,72	2.063,72	100	--
	Japorã	416,60	416,60	100	--
	Juti	1.569,18	1.569,18	100	--
	Mundo Novo	478,38	478,38	100	SIM
	Naviraí	3.189,67	3.189,67	100	--
	Paranhos	1.307,09	1.307,09	100	SIM
	Ponta Porã	5.359,35	5.359,35	100	SIM
	Sete Quedas	839,11	839,11	100	--

Tacuru	1.784,21	1.784,21	100	--

Fonte: IBGE, 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Ao consideramos essa vasta extensão territorial dos municípios na Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, com 254.567,79 km², destes 111.102,08 km² no estado de Mato Grosso e 142.465,71 km² no Mato Grosso do Sul, conformando uma faixa de limite com aproximadamente 2.354 km de extensão. Torna-se evidente, portanto, que essa região é peculiar e possui desafios e oportunidades únicas, moldadas pelas características geográficas, culturais, econômicas e ambientais singulares.

4. VISÃO REGIONALIZADA DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO OESTE

Olhar para a faixa de fronteira a partir da subdivisão em arcos foi fundamental para criar elementos para se pensar o planejamento regional e integrado. Essa divisão territorial acompanha, de certo modo, a divisão que o IBGE propõe para o Brasil. Somente uma pequena parte de Rondônia que se integra ao Arco Central, juntamente com os municípios vizinhos no estado de Mato Grosso. Leva, portanto, em consideração elementos físico-geográficos, socioeconômicos e de ocupação territorial que permitem visualizar sub-regiões no contexto dos Arcos da faixa de fronteira (BRASIL, 2005).

O Arco Central é composto por oito sub-regiões e seis delas abrangem municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que interessam, diretamente, a este estudo (Quadro 3).

Quadro 3 - Sub-regiões que formam o Arco Central da faixa de fronteira do centro-oeste brasileiro.

Sub-regiões do Arco Central Municípios	Municípios
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Sapezal, Tangará da Serra.
X – Sub-região Alto Paraguai	Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, São José dos Quatro Marcos, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, Vale de São Domingos.
XI – Sub-região Pantanal	Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho, Sidrolândia.
XII – Sub-região Bodoquena	Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque.
XIII – Sub-região Dourados	Caarapó, Caracol, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Maracaju, **Nova Alvorada do Sul**, Novo Horizonte do Sul, Rio Brilhante, Taquarussu, Vicentina.
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, Tacuru.

Fonte: Brasil, 2005; IBGE, 2022.

A partir das vivências e experiências das/nas fronteiras, nossa proposta é trazer novos elementos para incrementar o excelente trabalho desenvolvido pelo grupo responsável pela

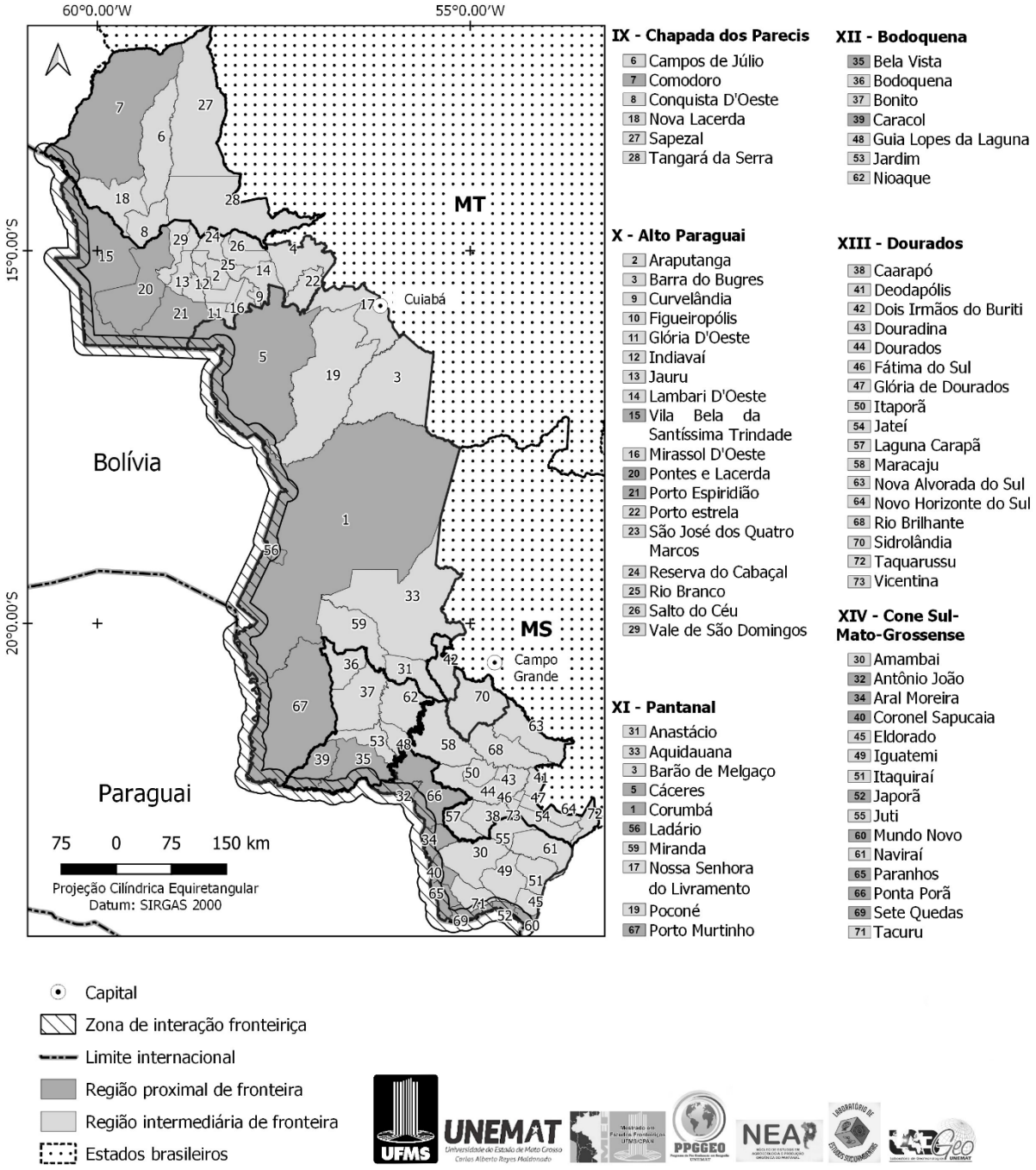
elaboração da Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Também, contribuiu a leitura e reflexão do trabalho organizado por Monteiro (2016) sobre a fronteira brasileira com a Bolívia na escala territorial do estado de Mato Grosso.

O professor Silvio Monteiro e colaboradores, através do contrato ALMT-COOTRADE Nº44/2015/SCCC/ALMT, dão luz aos fronteiriços na sua plenitude ao abordar as interações sociais e, consequentemente, econômicas e culturais dos vizinhos à linha do limite internacional Brasil-Bolívia. Neste trabalho, as comunidades rurais são ativas e flexionam as dobras do limite internacional para o trabalho e para a utilização dos serviços de saúde, educação, "benefícios" sociais e até políticos (Monteiro, 2016).

Por isso, mesmo reconhecendo a extensão territorial da faixa de fronteira, o professor Silvio Monteiro e seus colaboradores priorizam seus esforços nos municípios com interações fronteiriças com seus vizinhos bolivianos. São observadas as dinâmicas e os fluxos territoriais para um e outro lado do limite internacional. São práticas cotidianas que devem ser consideradas num propósito de desenvolvimento regional. Mas, suas amplificações não atingem a faixa de fronteira como um todo, apenas sua epiderme e algumas estradas que drenam os interesses migratórios na direção das capitais estaduais e do restante do país.

Diante disso, para fins de planejamento territorial, propomos que a faixa de fronteira deva ser fragmentada em áreas de maiores e de menores interações socioterritoriais fronteiriças. Optou-se por se apropriar de uma terminologia inspirada naquela utilizada para a subdivisão regional pelo IBGE. Assim, teríamos as Regiões Fronteiriças Proximais (dentro da faixa de fronteira e com intensas interações cotidianas com povos do país vizinho) e as Regiões Fronteiriças Intermediárias (dentro da faixa de fronteira, mas com poucas interações cotidianas com povos do país vizinho).

Figura 1: Regiões de planejamento da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste (FF-CO).



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Cabe chamar atenção que essa divisão não é estática, pois as fronteiras são dinâmicas, ora alargam, ora retraem. A precisão é apenas relativa, por conta disso e do reconhecimento da impossibilidade de identificar os limites da criatividade do ser humano. Contudo, como a delimitação respeita os limites territoriais de cada município para facilitar a proposição de

políticas públicas e instrumentos de indução de desenvolvimento territorial, as imprecisões de demarcação se tornam pouco constrangedoras.

Cabe dizer que os pesquisadores reconhecem as limitações do conceito de desenvolvimento territorial debatidas à luz da perspectiva decolonial. Em que pese a própria grafia da palavra, o desenvolvimento é entendido, aqui, com o envolvimento das sociedades componentes da fronteira, inclusive a lindeira. Nosso olhar não se volta, apenas, para as grandes forças econômicas que são vitais para o crescimento do país. Tem seu foco nas possibilidades de uso do território em favor das comunidades menos favorecidas economicamente. Entende-se que o desenvolvimento pressupõe a articulação entre as forças internas e as oportunidades de entorno e externas presentes nos territórios em favor da melhoria da qualidade de vida de suas populações.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA CENTRO-OESTE

Os dados deste relatório visam fornecer uma visão abrangente das estratégias propostas e seus potenciais impactos, contribuindo para uma compreensão mais clara das perspectivas de desenvolvimento econômico nesta região estratégica do Brasil, bem como oportunizar reflexões e geração de propostas de iniciativas que visam fortalecer a economia regional, gerar empregos, atrair investimentos e promover a inclusão social, considerando os fatores internos e externos, ou seja, as particularidades, com suas forças, fraquezas, bem como as oportunidades e desafios impostas ou apresentadas aos municípios fronteiriças. Ou seja, os dados, informações e análises estão relacionadas aos fatores internos e externos, forças e fraquezas, oportunidades e ameaças relativas as atividades de desenvolvimento econômico dos municípios mato-grossenses e sul-mato-grossenses.

São os seguintes Eixos Estratégicos trabalhados em sequência: educação; infraestrutura e logística; saúde; segurança; desenvolvimento econômico; turismo e; meio ambiente.

5.1 - EDUCAÇÃO

A importância da educação nos municípios situados na região de fronteira com o Brasil é inquestionável, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento social, econômico e cultural dessas localidades. A fronteira, muitas vezes, é um ponto de encontro de diferentes culturas, etnias e realidades socioeconômicas, exigindo um sistema educacional robusto e adaptável.

A educação não apenas fornece aos habitantes locais as habilidades possíveis para enfrentar os desafios contemporâneos, mas também promove a compreensão intercultural e a coesão social em uma área caracterizada pela diversidade.

Nos municípios da faixa de fronteira, a educação desempenha um papel estratégico na construção de pontes entre diferentes comunidades, contribuindo para a promoção e colaboração em áreas como comércio, turismo e desenvolvimento regional. Investir na educação nessas regiões é investir no fortalecimento das bases para um futuro mais integrado, equitativo e próspero, não apenas para os habitantes locais, mas para todo o contexto regional que se estende para além das fronteiras físicas.

5.1.1 - Procedimentos metodológicos do Eixo

Para compor os dados deste eixo, foram utilizadas diversas bases de dados. A principal delas, constituiu-se dos microdados do Censo Escolar, que coleta informações elaboradas sobre todas as escolas, turmas, alunos e profissionais da educação em todo o país, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação no Brasil e, neste caso, utilizou-se a base de 2020 para informações específicas, traçando um panorama educacional das cidades pertencentes da faixa de fronteira dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O ano de 2020 não foi escolhido aleatoriamente, já que considerou as alterações de divulgação e restrição dos dados a partir da edição do Censo Escolar de 2021. Desde 2021, os relatórios do Censo Escolar passaram a impedir o acesso a microdados importantes, como matrículas de estudantes, suas trajetórias, a identificação de nacionalidade, tipificação das deficiências e transtornos globais, condições de trabalho dos profissionais da educação, sua formação, condições de infraestrutura das instituições de ensino, seu financiamento, além de resultados de avaliações externas. O Inep alega que a medida foi adotada visando a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Da base de dados de 2020, foram extraídas informações como: Quantitativo de estudantes não brasileiros; Quantitativo de estudantes não brasileiros na educação infantil; Quantitativo de estudantes não brasileiros nos anos iniciais do ensino fundamental; Quantitativo de estudantes não brasileiros nos anos finais do ensino fundamental; Quantitativo de estudantes não brasileiros no ensino médio regular; Quantitativo de estudantes não brasileiros no ensino médio integrado; Quantitativo de estudantes não brasileiros no ensino médio normal – magistério; Quantitativo de estudantes não brasileiros na educação de jovens e adultos e Número total de estudantes não brasileiros.

Para a construção do indicador “Quantitativo de estudantes não brasileiros”, utilizamos a variável TP_NACIONALIDADE que é composta por 3 categorias: 1 – Brasileira, 2 - Brasileira - nascido no exterior ou naturalizado e 3 – Estrangeira.

Para a criação de uma nova variável de análise “Quantitativo de estudantes não brasileiros”, agregou-se as categorias 2 e 3, para compô-la, considerando um alto índice de estudantes matriculados na faixa de fronteira, como naturalizados brasileiros. Uma das

hipóteses, que não caberá a esta pesquisa responder, é a que os brasileiros naturalizados têm direito a todos os serviços públicos disponíveis no Brasil, assim como os brasileiros natos. Isso inclui serviços de educação, saúde, segurança, transporte público, assistência social e outros serviços governamentais.

Para a obtenção das informações sobre a obrigatoriedade da Língua Estrangeira Moderna - Espanhol nas Escolas localizadas na faixa de fronteira, da Língua Indígena como componente curricular na rede estadual e/ou municipal, e da Língua Portuguesa como segunda língua na rede estadual e/ou municipal também foram utilizados os dados da Base do Censo Escolar de 2020.

O Censo Escolar de 2021 foi utilizado para a coleta de informações sobre a existência de ofertas de ensino técnico profissionalizante/escolas técnicas nos municípios da faixa de fronteira, como também a disponibilidade de internet nas escolas, incluindo as rurais, indígenas e ribeirinhas.

Ainda, foram utilizados os microdados da Prova Brasil do ano de 2021, para verificar se os municípios da faixa de fronteira atingiram as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O IDEB é uma métrica que avalia a qualidade da educação no Brasil, considerando principalmente o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas, como a Prova Brasil. A nota do IDEB é formada a partir da média das notas obtidas pelos alunos em língua portuguesa e matemática, nas provas aplicadas aos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. É formada também pela taxa de aprovação escolar, ou seja, o percentual de alunos que passam de ano. Para ter calculada a média, o município precisa apresentar um limite mínimo de 10 alunos matriculados na série ou etapa avaliada, além de atingir uma taxa de participação mínima de 80% dos alunos matriculados. Essa exigência fez com que vários municípios da faixa de fronteira não apresentassem as médias do IDEB no ano de 2020, sendo classificados como “Não Aplicável”.

Em relação aos dados sobre a existência de universidades públicas e privadas de cursos presenciais e oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, foram utilizadas as informações contidas no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC e do Relatório [2021 a 2024] Cursos da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil, disponível até o momento, os dados disponibilizados contêm informações sobre os Cursos da Pós-Graduação do ano base 2021. Ainda, foi feita uma busca nos sites das universidades públicas e privadas

dos estados do MS e MT para confirmar a existência de campus ou unidades, uma vez que no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC aparecem apenas os dados das sedes das universidades.

Para os indicadores sobre a existência de política local específica do município para fronteira nas cidades-gêmeas e fluxos intermunicipais diários para os cursos de graduação em cidades próximas, foram enviados e-mails para todas as secretarias municipais de educação e gabinete das prefeituras, conforme os e-mails disponibilizados nos sites dos municípios. Dos 73 municípios nos quais os e-mails foram enviados, obtivemos a resposta apenas de 16 municípios. Destes, 15 são municípios do MS e apenas um do MT.

A partir desses procedimentos foram obtidas as informações organizadas em quadros e mapas, a seguir.

5.1.2 - Oferta da Língua Estrangeira Moderna - Espanhol

Considerando os dados do Censo Escolar do ano de 2020, a Língua Estrangeira Moderna - Espanhol é oferecida de maneira desigual nas Escolas localizadas na faixa de fronteira da Região Centro-Oeste. As escolas estaduais são as que mais oferecem a disciplina, presente em 39 (53,42%) dos municípios; enquanto na rede municipal só aparece em 14 (19.17%) dos municípios da faixa de fronteira. Entre os municípios considerados cidades-gêmeas, somente Corumbá, Ponta Porã e Porto Murtinho apresentam escolas com obrigatoriedade da Língua Estrangeira Moderna – Espanhol, tanto nas escolas da rede municipal quanto da rede estadual de ensino. Mundo Novo não apresenta obrigatoriedade desta língua em nenhuma das redes de ensino (Quadro 4).

Quadro 4 - Obrigatoriedade da Língua Estrangeira Moderna - Espanhol nas Escolas localizadas na FF-CO

Municípios	Rede Estadual	Rede Municipal
IX – Sub-região Chapada dos Parecis		
Campos de Júlio	Sim	Não
Comodoro	Sim	Não
Conquista D'Oeste	Sim	Não
Nova Lacerda	Não	Não
Sapezal	Sim	Não
Tangará da Serra	Sim	Não
X – Sub-região Alto Paraguai		

Araputanga	Sim	Não
Barra do Bugres	Sim	Não
Curvelândia	Não	Não
Figueirópolis D'Oeste	Não	Não
Glória D'Oeste	Não	Não
Indiavaí	Sim	Sim
Jauru	Não	Não
Lambari D'Oeste	Sim	Não
Vila Bela da Santíssima Trindade	Não	Não
Mirassol d'Oeste	Sim	Não
Pontes e Lacerda	Sim	**Não**
Porto Esperidião	Sim	Sim
Porto Estrela	Sim	Não
São José dos Quatro Marcos	Não	Não
Reserva do Cabaçal	Sim	Não
Rio Branco	Sim	Não
Salto do Céu	Sim	Não
Vale de São Domingos	Não	Não
XI – Sub-região Pantanal		
Barão de Melgaço	Sim	Sim
Cáceres	**Sim**	**Não**
Nossa Senhora do Livramento	Sim	Sim
Poconé	Sim	Sim
Anastácio	Sim	Não
Aquidauana	Sim	Não
Corumbá	**Sim**	**Sim**
Ladário	Não	Sim
Miranda	Sim	Não
Porto Murtinho	**Sim**	**Sim**
Sidrolândia	Sim	Não
XII – Sub-região Bodoquena		
Bela Vista	**Sim**	**Não**
Bodoquena	Não	Não
Bonito	Não	Não
Guia Lopes da Laguna	Não	Não
Jardim	Sim	Não
Nioaque	Não	Não
XIII – Sub-região Dourados		
Caarapó	Não	Não
Caracol	Não	Não
Deodápolis	Não	Não
Dois Irmãos do Buriti	Não	Não
Douradina	Sim	Não
Dourados	Sim	Não
Eldorado	Não	Não

Fátima do Sul	Sim	Não
Glória de Dourados	Não	Não
Itaporã	Não	Não
Jateí	Não	Não
Maracaju	Sim	Não
Nova Alvorada do Sul	Sim	Não
Novo Horizonte do Sul	Não	Não
Rio Brilhante	Não	Não
Taquarussu	Não	Não
Vicentina	Sim	Não
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense		
Amambai	Sim	Sim
Antônio João	Não	Não
Aral Moreira	Sim	Não
Coronel Sapucaia	**Não**	**Sim**
Iguatemi	Não	Não
Itaquiraí	Não	Não
Japorã	Não	Sim
Juti	Não	Não
Laguna Carapã	Não	Sim
Mundo Novo	**Não**	**Não**
Naviraí	Sim	Não
Paranhos	**Não**	**Sim**
Ponta Porã	**Sim**	**Sim**
Sete Quedas	Não	Não
Tacuru	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos dados do Censo Escolar de 2020. Obs. Em destaque as cidades-gêmeas: Bela Vista, Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho.

5.1.3 - IDEB nos Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio nas Escolas da Rede pública (2021)

Em relação à obtenção da média do IDEB em 2021 nos Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio nas Escolas da Rede pública localizadas na faixa de fronteira da Região Centro-Oeste observou-se que a maioria dos municípios tiveram seus alunos abaixo da média. Considerando as informações iniciais sobre esse indicador, que contemplasse o mínimo de 10 estudantes e ainda 80% da taxa de matrícula para ter computado a nota do IDEB, a pesquisa não se aplicou nos Anos Iniciais em 7 (9,59) municípios, nos Anos Finais em 13 (17,81%) e no Ensino Médio em 48 (65,75%). Do total que possuía média disponível verificou-se que nos Anos Iniciais, 72,73% dos municípios não alcançaram a média do IDEB. Nos Anos Finais o

percentual aumenta para 91,67% dos municípios abaixo da média e no Ensino Médio, 76,00% ficaram abaixo da média do IDEB. Em relação às cidades-gêmeas, somente Bela Vista e Mundo Novo alcançaram a média IDEB nos Anos Iniciais, apenas.

Quadro 5 - Obtenção da média do IDEB em 2021 nos Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio nas Escolas da Rede pública localizadas na faixa de fronteira da Região Centro-Oeste

Municípios	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
IX – Sub-região Chapada dos Parecis			
Campos de Júlio	Não	Não aplicável	Não aplicável
Comodoro	Não	Não	Não aplicável
Conquista D'Oeste	Sim	Não aplicável	Não aplicável
Nova Lacerda	Não	Não	Não aplicável
Sapezal	Sim	Não	Não aplicável
Tangará da Serra	Não	Não	Não
X – Sub-região Alto Paraguai			
Araputanga	Não	Não	Não aplicável
Barra do Bugres	Não	Não	Não aplicável
Curvelândia	Não	Sim	Não aplicável
Figueirópolis D'Oeste	Sim	Sim	Não
Glória D'Oeste	Sim	Não	Não aplicável
Indiavaí	Sim	Não aplicável	Não aplicável
Jauru	Sim	Não	Sim
Lambari D'Oeste	Sim	Não	Não
Vila Bela da Santíssima Trindade	Não	Não	Não
Mirassol d'Oeste	Não	Não	Sim
Pontes e Lacerda	Não	Não	Não aplicável
Porto Esperidião	Não	Não	Não aplicável
Porto Estrela	Sim	Não	Não aplicável
São José dos Quatro Marcos	Não	Não	Não aplicável
Reserva do Cabaçal	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Rio Branco	Não	Não	Não aplicável
Salto do Céu	Não	Sim	Não aplicável
Vale de São Domingos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
XI – Sub-região Pantanal			
Barão de Melgaço	Não	Não	Sim
Cáceres	**Não**	**Não**	**Não aplicável**
Nossa Senhora do Livramento	Não	Não	Não aplicável
Poconé	Não	Não	Não aplicável
Anastácio	Não	Não	Não aplicável
Aquidauana	Não	Não	Não
Corumbá	**Não**	**Não**	**Não**
Ladário	Não	Não	Não
Miranda	Não aplicável	Não	Não
Porto Murtinho	**Não**	**Não**	**Não aplicável**
Sidrolândia	Não	Não	Não aplicável
XII – Sub-região Bodoquena			
Bela Vista	**Sim**	**Não**	**Não aplicável**
Bodoquena	Não	Não aplicável	Não aplicável
Bonito	Sim	Não	Não aplicável
Guia Lopes da Laguna	Não	Não	Não
Jardim	Não	Não	Não aplicável
Nioaque	Não	Não aplicável	Sim
XIII – Sub-região Dourados			

Caarapó	Não	Não	Não aplicável
Caracol	Sim	Não	Não aplicável
Deodápolis	Não	Não	Sim
Dois Irmãos do Buriti	Não	Não	Não
Douradina	Não	Não aplicável	Não aplicável
Dourados	Não	Não	Não aplicável
Eldorado	Sim	Não	Não aplicável
Fátima do Sul	Não	Sim	Não
Glória de Dourados	Sim	Não	Não aplicável
Itaporã	Não	Não	Sim
Jateí	Não	Não aplicável	Não
Maracaju	Não	Não	Não
Nova Alvorada do Sul	Sim	Não	Não
Novo Horizonte do Sul	Não	Não	Não aplicável
Rio Brilhante	Não	Não	Não
Taquarussu	Não	Não aplicável	Não aplicável
Vicentina	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense			
Amambai	Sim	Sim	Não
Antônio João	Sim	Não	Não aplicável
Aral Moreira	Sim	Não	Não aplicável
Coronel Sapucaia	**Não aplicável**	**Não**	**Não**
Iguatemi	Não	Não	Não aplicável
Itaquiraí	Não	Não	Não
Japorã	Não	Não aplicável	Não
Juti	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Laguna Carapã	Não	Não	Não aplicável
Mundo Novo	**Sim**	**Não**	**Não aplicável**
Naviraí	Não	Não	Não aplicável
Paranhos	**Não**	**Não**	**Não aplicável**
Ponta Porã	**Não**	**Não**	**Não aplicável**
Sete Quedas	Não	Não	Não aplicável
Tacuru	Não aplicável	Não	Não aplicável

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base no IDEB 2021, INEP. Obs. Em destaque as cidades-gêmeas: Bela Vista, Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho.

5.1.4 - Língua Indígena, como componente curricular

A Língua Indígena, como componente curricular, está presente em 30 municípios (41.09%) na rede estadual e/ou municipal da faixa de fronteira da Região Centro-Oeste. Essa língua aparece nas cidades-gêmeas de Bela Vista, Coronel Sapucaia, Paranhos, Corumbá e Porto Murtinho.

Quadro 6 - Presença da Língua Indígena, como componente curricular, nas Escolas da Rede pública localizadas na FF-CO

Municípios	**Presença da língua indígena nas escolas**
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	
Campos de Júlio	Não
Comodoro	Sim
Conquista D'Oeste	Sim
Nova Lacerda	Sim
Sapezal	Sim
Tangará da Serra	Sim
X – Sub-região Alto Paraguai	
Araputanga	Não
Barra do Bugres	Sim
Curvelândia	Não
Figueirópolis D'Oeste	Não
Glória D'Oeste	Não
Indiavaí	Não
Jauru	Não
Lambari D'Oeste	Não
Vila Bela da Santíssima Trindade	Não
Mirassol d'Oeste	Não
Pontes e Lacerda	Não
Porto Esperidião	Sim
Porto Estrela	Não
São José dos Quatro Marcos	Não
Reserva do Cabaçal	Não
Rio Branco	Não
Salto do Céu	Não
Vale de São Domingos	Não
XI – Sub-região Pantanal	
Barão de Melgaço	Sim
Cáceres	**Não**
Nossa Senhora do Livramento	Não
Poconé	Não
Anastácio	Sim
Aquidauana	Sim
Corumbá	**Sim**
Ladário	Não
Miranda	Sim
Porto Murtinho	**Sim**
Sidrolândia	Sim
XII – Sub-região Bodoquena	
Bela Vista	**Sim**
Bodoquena	Não
Bonito	Não
Guia Lopes da Laguna	Não
Jardim	Não

Nioaque	Sim
XIII – Sub-região Dourados	
Caarapó	Sim
Caracol	Não
Deodápolis	Não
Dois Irmãos do Buriti	Sim
Douradina	Sim
Dourados	Sim
Eldorado	Sim
Fátima do Sul	Não
Glória de Dourados	Não
Itaporã	Não
Jateí	Não
Maracaju	Sim
Nova Alvorada do Sul	Não
Novo Horizonte do Sul	Não
Rio Brilhante	Não
Taquarussu	Não
Vicentina	Não
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	
Amambai	Sim
Antônio João	Sim
Aral Moreira	Sim
Coronel Sapucaia	**Sim**
Iguatemi	Não
Itaquiraí	Não
Japorã	Sim
Juti	Não
Laguna Carapã	Sim
Mundo Novo	**Não**
Naviraí	Não
Paranhos	**Sim**
Ponta Porã	**Não**
Sete Quedas	Não
Tacuru	Sim

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base nos dados do Censo Escolar de 2020. Obs. Em destaque as cidades-gêmeas: Bela Vista, Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho.

5.1.5 – Língua Portuguesa aparece como segunda língua

Cabe destacar que a Língua Portuguesa aparece como segunda língua em alguma escola da rede estadual e/ou municipal em dez (10) municípios (13.69%): Conquista D'Oeste e Reserva do Cabaçal em Mato Grosso e; Amambai, Antônio João, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Jardim, Miranda, Sidrolândia em Mato Grosso do Sul. São escolas indígenas que resistem em nome de sua cultura e da continuidade de suas tradições e ancestralidades.

5.1.6 – Disponibilidade de internet nas escolas

A disponibilidade de internet nas escolas, incluindo as rurais, indígenas e ribeirinhas ocorre em 100% dos municípios da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste. Cabe observar que disponibilidade não significa acesso ou qualidade da oferta desses serviços. Empiricamente foi constatada a dificuldade de sinais de internet em quase todas as cidades localizadas nas proximidades do limite internacional.

5.1.7 – Política Municipal de Educação específica para fronteira nas cidades-gêmeas

Investigamos, junto às secretarias municipais de Educação a existência de política local específica para fronteira nas cidades-gêmeas. Somente Porto Murtinho respondeu afirmativamente. Existem acordos tácitos para a realização de matrícula, acompanhamentos da documentação e transporte escolar. Neste último caso, empiricamente se observou que a rota do barco escola para levar as crianças ribeirinhas para a escola passa, estrategicamente, nas bordas da cidade-gêmea de Carmelo Peralta (PY) e de seu distrito de Isla Margarita. Assim, não existe um custo maior em relação aos gastos com o transporte de alunos paraguaios/indígenas, pois a rota é mais rápida e segura com a passagem pelas margens vizinhas. Tradicionalmente, as populações dessas cidades-gêmeas guardam importantes laços culturais e de amizade historicamente construídos.

5.1.8 – Apoio para os fluxos intermunicipais diários para ensino de graduação

As secretarias municipais de educação reconhecem seu esforço para os fluxos intermunicipais diários para apoiar jovens locais para desenvolverem cursos de graduação em cidades próximas. Dentre elas estão: Tangará da Serra, Araputanga, Bodoquena, Bonito, Jardim, Nioaque, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Taquarussu, Aral Moreira, Juti, Paranhos e Tacuru.

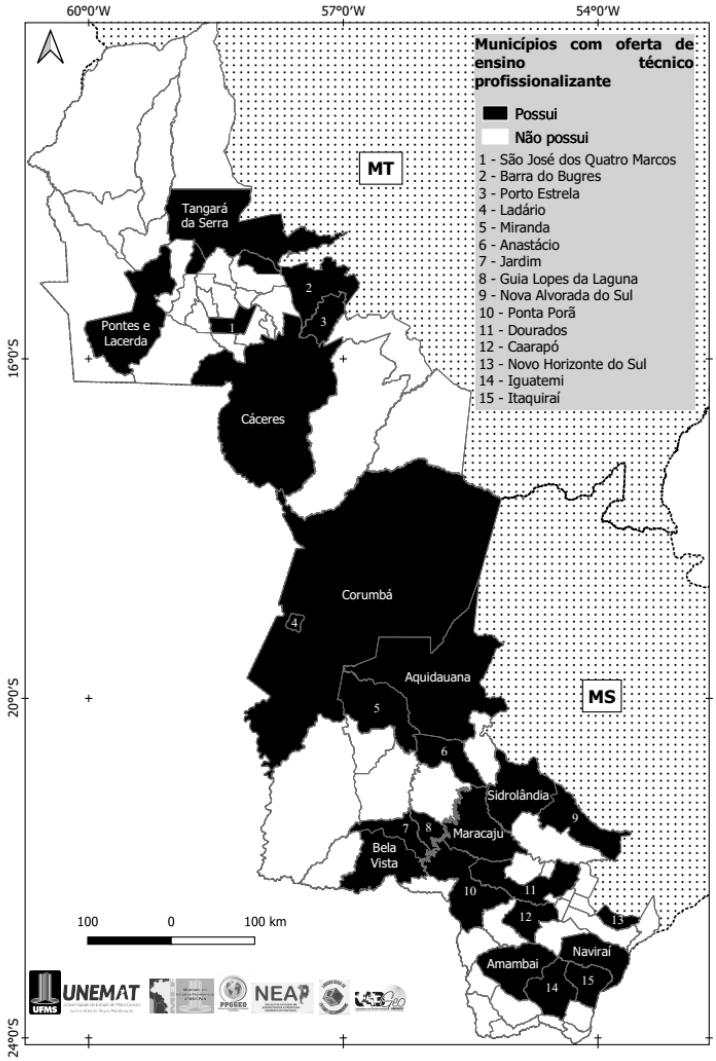
5.1.9 – Plano municipal de carreira do magistério

Sobre o plano municipal de carreira do magistério, apenas Deodápolis e Itaquiraí não informaram sua existência.

5.1.10 - Ofertas de ensino técnico profissionalizante/escolas técnicas

Observou-se a existência de ofertas de ensino técnico profissionalizante/escolas técnicas em 25 municípios da faixa de fronteira, sendo cinco em Mato Grosso: Tangará da Serra, Barra do Bugres, Pontes e Lacerda, Porto Estrela, São José dos Quatro Marcos e Cáceres; e 19 em Mato Grosso do Sul: Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Sidrolândia, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Caarapó, Dourados, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Amambai, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Ponta Porã. O Instituto Federal, que agrega grande potencial de intervenção social, está presente em Cáceres, Pontes e Lacerda e Tangará da Serra, no Mato Grosso e; Aquidauana, Corumbá, Dourados, Jardim, Naviraí e Ponta Porã em Mato Grosso do Sul (Figura 2).

Figura 2 - Municípios com cursos técnicos profissionalizantes

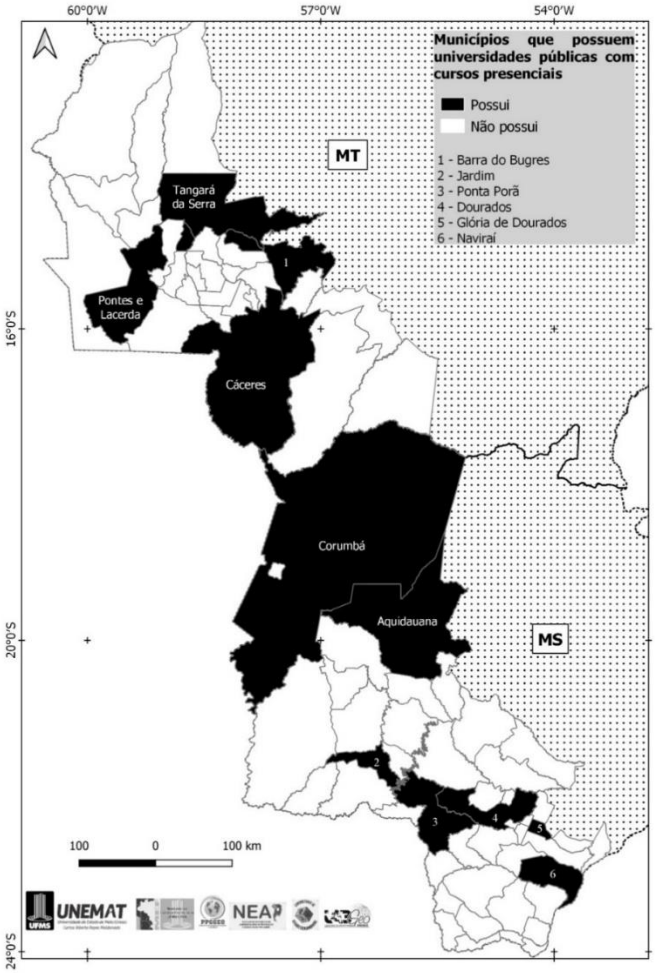


Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.1.11 - Universidades públicas com cursos presenciais

A existência de universidades públicas com cursos presenciais são importantes vetores da ciência, tecnologia e inovação presentes na faixa de fronteira. A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) está presente em Tangará da Serra, Barra do Bugres, Pontes e Lacerda e Cáceres. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) está presente em Aquidauana, Corumbá, Naviraí e Ponta Porã. A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) está em Dourados e atende sua região imediata. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede em Dourados, está presente nas seguintes cidades da faixa de fronteira sul-mato-grossense: Amambai, Aquidauana, Glória de Dourados, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã (Figura 03).

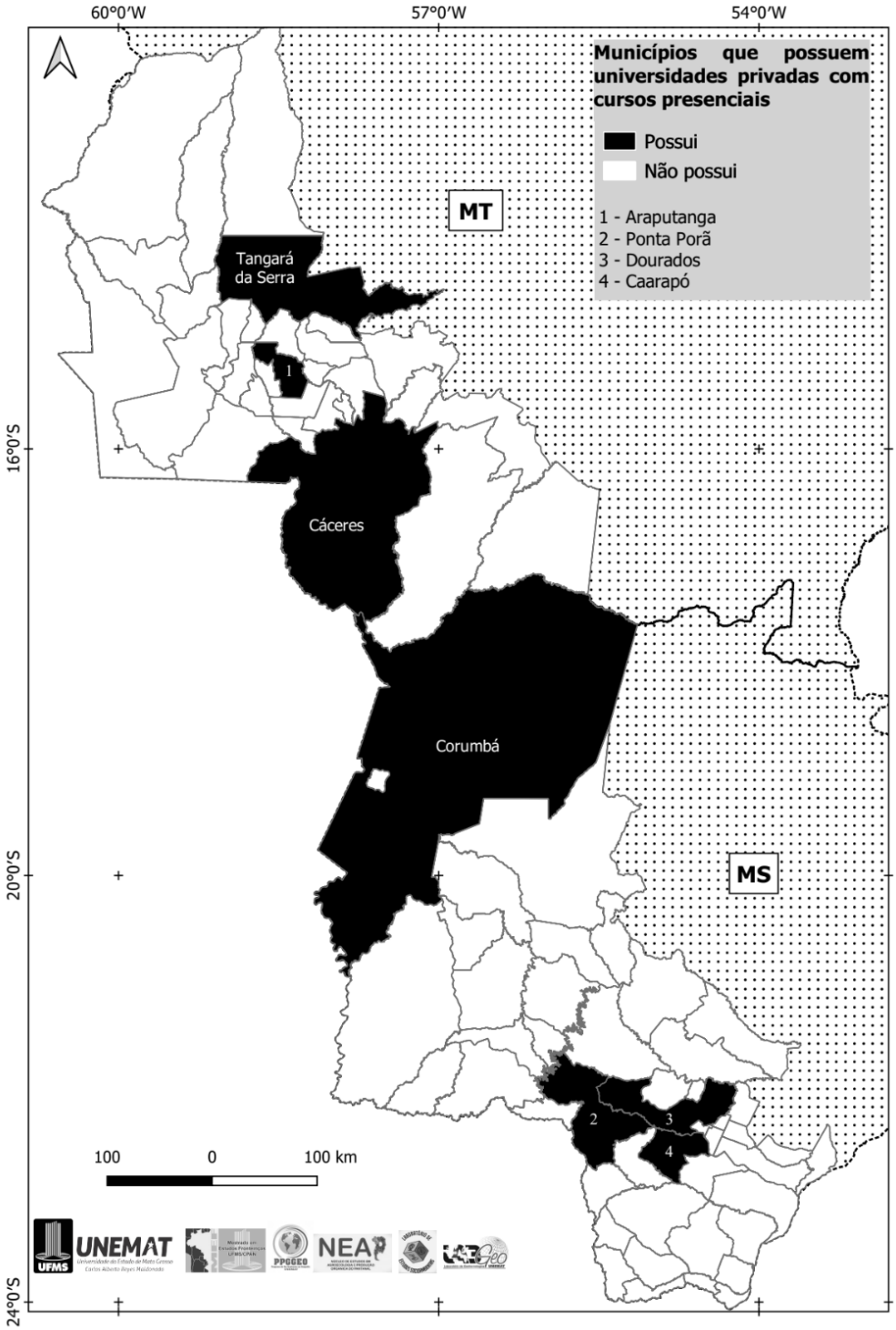
Figura 3 - Universidades públicas com cursos presenciais



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Outro ponto de destaque é a presença de universidades privadas que oferecem cursos presenciais nas cidades de Tangará da Serra, Araputanga, Cáceres, Corumbá, Caarapó, Dourados e Ponta Porã (Figura 04).

Figura 4 - Municípios com cursos superiores em faculdades privadas



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023)

Existem polos de Educação à Distância em várias outras cidades. Não foram consideradas em razão do entendimento de que a presença física das instituições de ensino superior pode fomentar a pesquisa e a extensão mais de perto da comunidade. Entendemos que pode ser reativa e proativa na direção de provocar as comunidades mais carentes para buscar melhoria na qualidade de vida e apresentar soluções sustentáveis de uso para as indústrias e demais setores da economia.

5.1.12 - Ciência, Tecnologia e Inovação

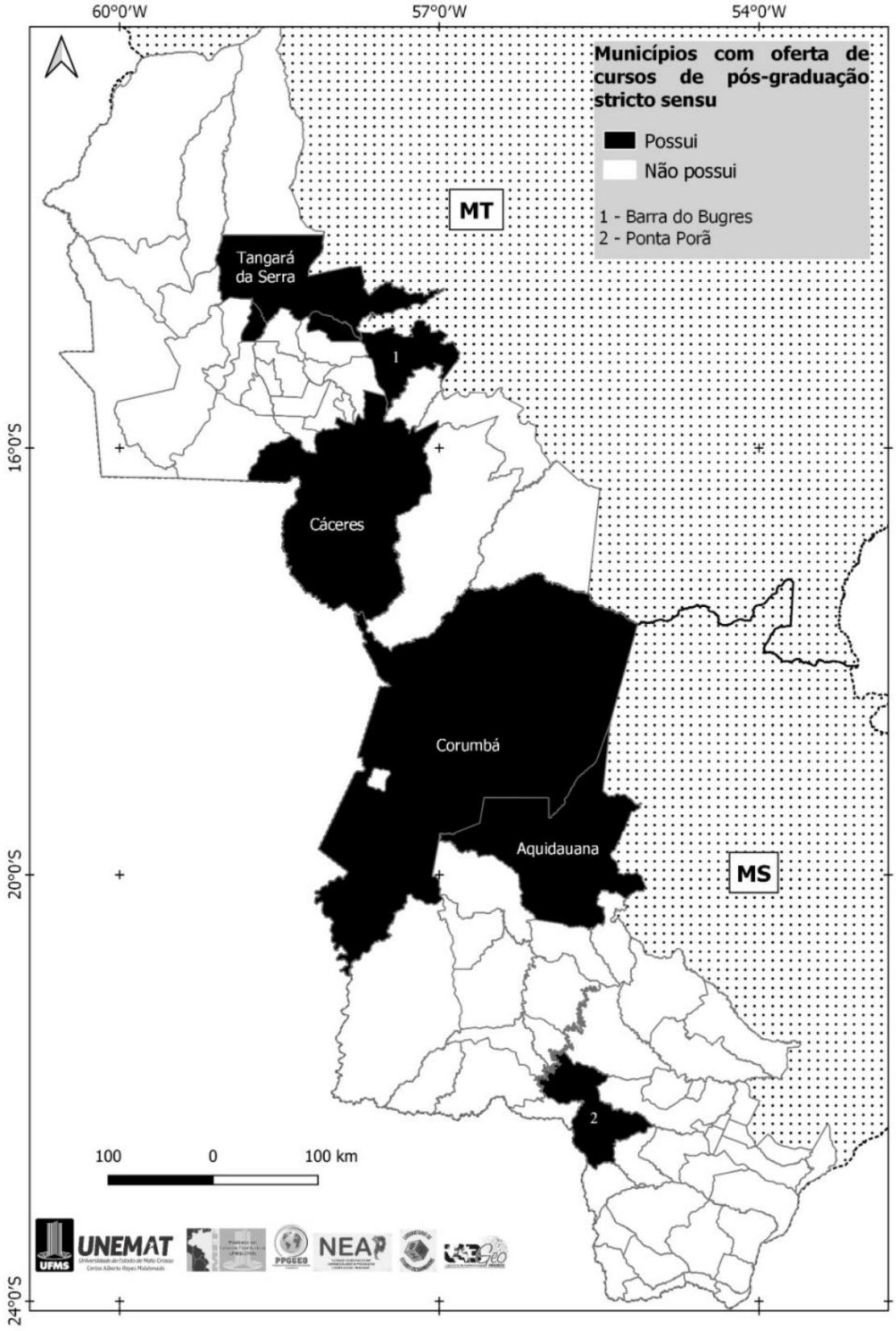
Nesta linha de pensar o eixo da ciência, tecnologia e inovação presente no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2024 -2027 (BRASIL, 2023) destacam-se a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu na faixa de fronteira (Quadro 07 e Figura 5).

Quadro 7 - Cursos de pós-graduação stricto sensu oferecido em municípios da FF-CO

Cidade	Universidade	Curso
Barra do Bugres/MT	UNEMAT	Ensino de Ciências e Matemática – Mestrado Acadêmico
		Ensino em Contexto Indígena Intercultural - Mestrado Profissional
		Matemática em Rede Nacional – Mestrado Profissional em Rede
Cáceres/MT	UNEMAT	Ciências Ambientais – Doutorado e Mestrado Acadêmico
		Ensino de História – Mestrado Profissional
		Educação – Mestrado Acadêmico
		Geografia – Mestrado Acadêmico
		Letras – Mestrado Profissional em Rede
		Linguística – Doutorado e Mestrado Acadêmico
Tangará da Serra/MT	UNEMAT	Ambiente e Sistema de Produção Agrícola - Mestrado Acadêmico
		Ensino de Biologia em Rede Nacional
		Estudos Literários – Doutorado e Mestrado Acadêmico
		Genética e Melhoramento de Plantas – Mestrado Acadêmico
Aquidauana	UFMS	Estudos Culturais - Mestrado Acadêmico
		Geografia – Mestrado Acadêmico
Corumbá	UFMS	Educação – Mestrado e Doutorado Acadêmico
		Estudos Fronteiriços - Mestrado Profissional
Aquidauana	UEMS	Agronomia: Produção Vegetal - Mestrado e Doutorado Acadêmico
		Zootecnia - Mestrado Acadêmico
Ponta Porã	UEMS	Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos - Mestrado Acadêmico

Fonte: Sites da pós-graduação das universidades de MT e MS, 2023.

Figura 5 - Municípios com oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023)

5.1.13 – Análise SWOT/FOFA

Do ponto de vista das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, o quadro regional da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste pode ser organizado, conforme quadro 8.

Quadro 8 - Matriz SWOT do Eixo Educação da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste

Forças	**Fraquezas**
1. Ampla cobertura de internet nas escolas; 2. Existência maciça de Plano e Cargos e Carreiras para os profissionais do magistério e da educação; 3. Oferta de espanhol na rede estadual de ensino dos municípios, em especial no estado de Mato Grosso do Sul para as escolas em tempo integral; 4. Oferta de Língua Indígena nas escolas de alguns municípios; 5. Oferta de Ensino Técnico profissionalizante 6. Existência de cursos presenciais de universidades públicas e privadas 7. Oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu.	1. Metas não atingidas nas avaliações externas - SAEB para os anos iniciais Ensino Fundamental; 2. Metas não atingidas nas avaliações externas SAEB para os anos finais do Ensino Fundamental; 3. Metas não atingidas nas avaliações externas SAEB para o Ensino Médio; 4. Dificuldades de domínio da língua espanhola por professores e alunos; 5. Falta de políticas educacionais específicas para as cidades fronteiriças; 6. Disponibilidade de internet com transmissão de fibra ótica para as escolas; 7. Oferta de Língua Espanhola nas redes estaduais, com foco apenas nas escolas em tempo integral.
Oportunidades	**Ameaças**
1. Adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e fomento a ações como do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA); 2. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2024 -2027; 3. Avanços da inteligência artificial (IA); 4. Intercâmbio cultural com os vizinhos fronteiriços.	1. Ampliação do ensino à distância, em detrimento de universidades presenciais; 2. Ausência de recursos para investimento em infraestrutura escolar; 3. Contingente desconhecido de estudantes do país vizinho que realizam migração pendular para estudar em escolas brasileiras; 4. Ampliação da violência no ambiente escolar; 5. Ampliação da intolerância social.

Fonte: Autores, 2023.

5.2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Seguindo o alinhamento definido com a equipe da SUDECO, o eixo “Infraestrutura e Logística” contém 3 subseções. Cada uma delas é explorada na sequência.

5.2.1 - Logística

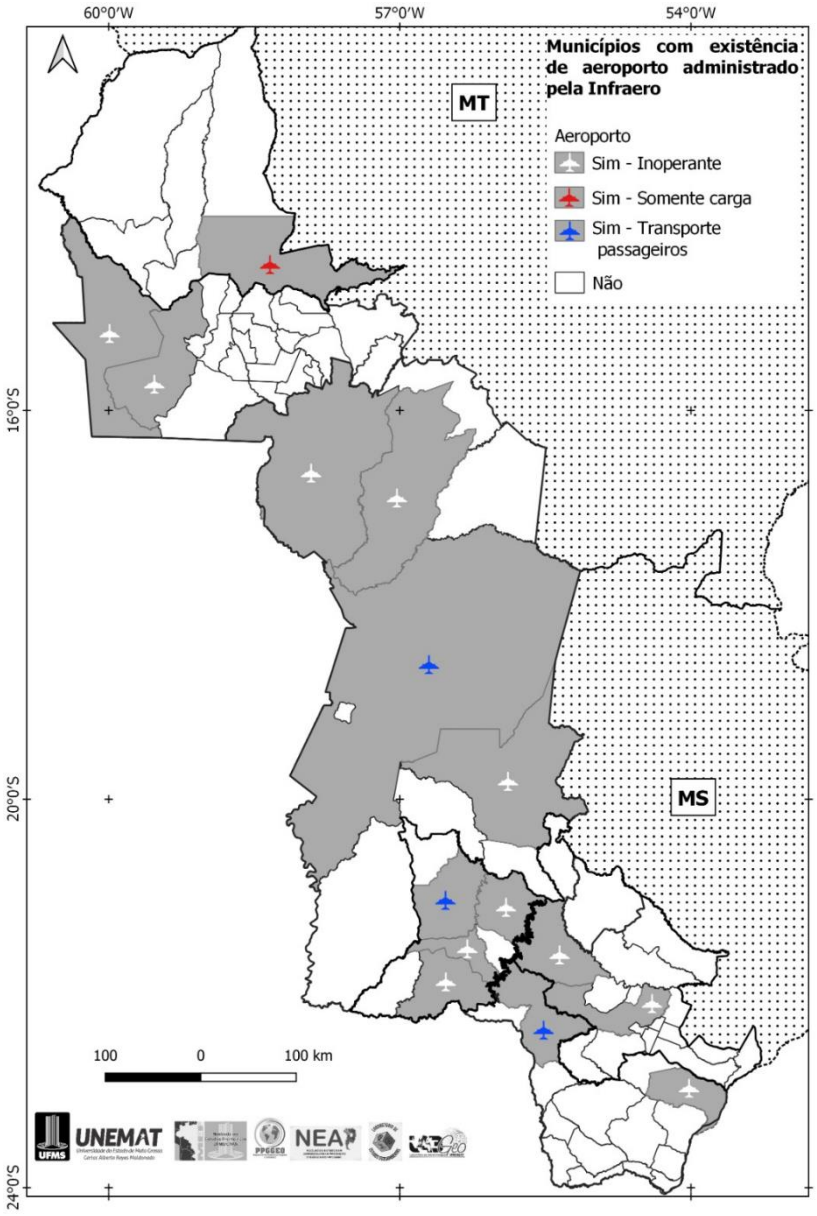
Refere-se ao transporte de cargas e passageiros realizados através de aeroportos, ferrovias, portos e rodovias.

5.2.1.1 - Aeroportos

Tendo por base os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC),[2] cruzados com dados da Receita Federal[3] e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)[4], dos 73 municípios localizados na faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apenas 3 possuem voos comerciais ativos que transportam cargas e passageiros: Corumbá, Bonito e Ponta Porã -, todos de MS, conforme destacado na figura abaixo (Figura 6).

[2] ANAAC. Pistas e aeroportos autorizados. Disponível em https://encurtador.com.br/dhrFM e https://encurtador.com.br/ftxF1
[3] Receita Federal. Aeroportos: terminais de passageiros 2023. Disponível em: https://encurtador.com.br/ivJLU
[4] Infraero. Mapa dos aeroportos. Disponível em: https://abre.ai/gVgj

Figura 6 - Aeroportos nos municípios da FF-CO



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023)

Os três voos são operados exclusivamente pela companhia Azul. Corumbá e Bonito compartilham as rotas. Os voos que saem de Corumbá descem em Bonito (cerca de 50 min.) e depois seguem para Campinas (SP). Os voos de Ponta Porã vão direto para Campinas. Não há rota desses municípios para a capital Campo Grande, demanda antiga e que historicamente foi carregada de descasos e conflitos. Viajar o trecho Corumbá-Campo Grande (426 km) de ônibus, pode durar até 8h devido às inúmeras paradas. Contudo, o mesmo trecho de avião demora cerca de 50 minutos. Por dia, a Andorinha, maior empresa de viação rodoviária que opera nesse trecho, informou que são, no mínimo, 8 ônibus e 300 passageiros (somente ida). As passagens

variam de R$ 180,00 (ônibus convencional) à R$ 270,00 (leito). Uma comparação com a rota São Paulo-Rio de Janeiro (434,5 km, 1h 8min. de voo) mostra que o preço médio das passagens fica em torno de R$ 296,00. O trecho Corumbá-Campo Grande, quando retomado, sempre é cancelado sob justificativa de baixa demanda ("falta" de passageiros). Todavia, quando os voos estão ativos, o preço médio das passagens era de R$ 800,00, podendo facilmente passar os R$ 1.000,00.

Além desses 3 aeroportos, essa faixa de fronteira possui 3 aeroportos em reforma: Cáceres (MT), Tangará da Serra (MT) e Dourados (MS). O aeroporto de Dourados está fechado. Em junho de 2023, o Governo Federal liberou R$ 12 milhões para a conclusão das obras previstas para final de 2023. O aeroporto de Tangará da Serra está em reforma. Em março de 2022, foram liberados mais R$ 8,5 milhões para reforma que ainda não foi concluída. Já o aeroporto de Cáceres, que também está em reforma, recebeu, em julho de 2023, R$ 9,6 milhões do Governo Federal e do Governo do Estadual para a conclusão das obras, previstas para 2024. Todas as obras são recorrentes e atrasadas. Essas três cidades apresentam o mesmo imbróglio que Corumbá, Bonito e Ponta Porã, ou seja, os voos para as suas respectivas capitais (Cuiabá e Campo Grande) não são efetivados devido aos altos preços da passagem, mesmo havendo demanda. Portanto, realizar estudos sobre o potencial econômico e social de voos regionais internos (em MS e MT) é urgente, pois quando ocorre algum levantamento nesse sentido, é mais local (por exemplo, estudo de viabilidade do aeroporto de Cáceres). É preciso idealizar os voos, sobretudo, de forma regional.

Além dos aeroportos ativos, a ANAC (2023) informa que Mato Grosso do Sul tem 493 pistas de aeroportos autorizadas e localizadas em fazendas/zona rural, enquanto Mato Grosso possui 707 pistas, totalizando 1200 pistas. Um grande problema identificado foi à falta de informação/controle dessas pistas. Por fim, importante registrar a inexistência de voos das cidades-gêmeas (Cáceres, Ponta Porã e Corumbá) para a Bolívia e Paraguai, outra demanda antiga, que já existiu, mas que também foi encerrada.

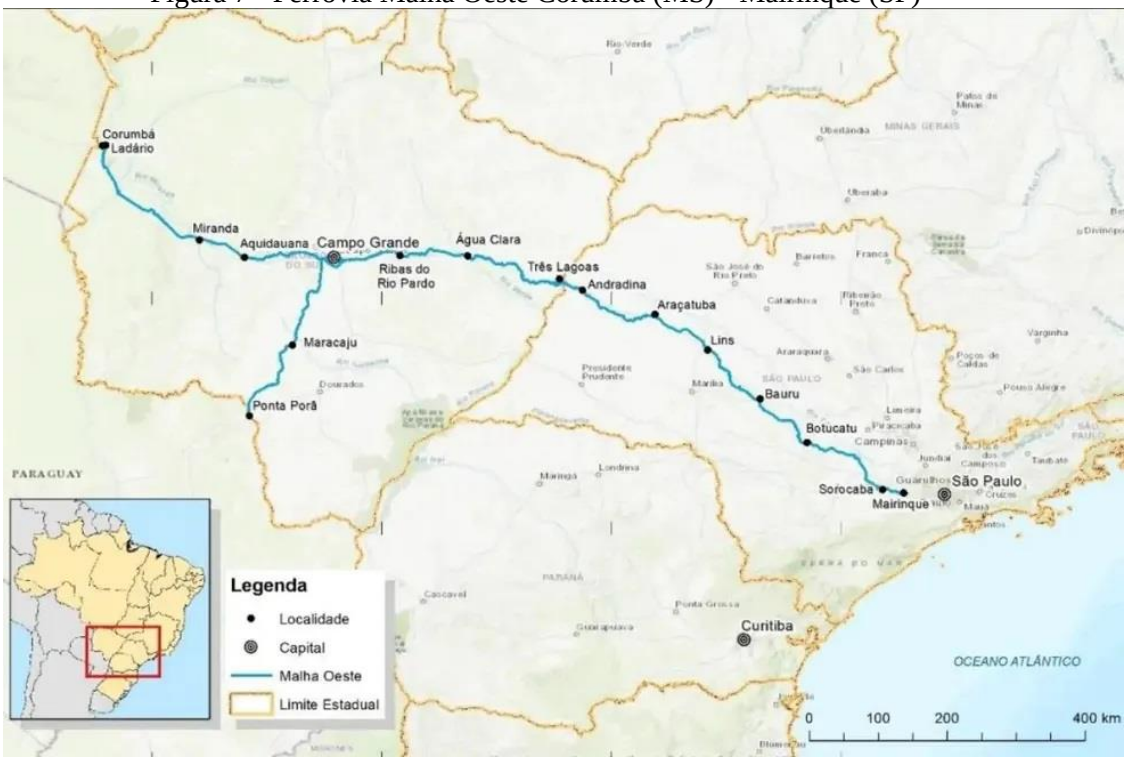
5.2.1.2 - Ferrovia

Os dados sobre ferrovias foram obtidos junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)[5], a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF)[6] e a

[5] ANTT. Ferrovias do Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/antt/pt-br
[6] ANTF. Mapa Ferroviário. Disponível em: https://abre.ai/gVlq

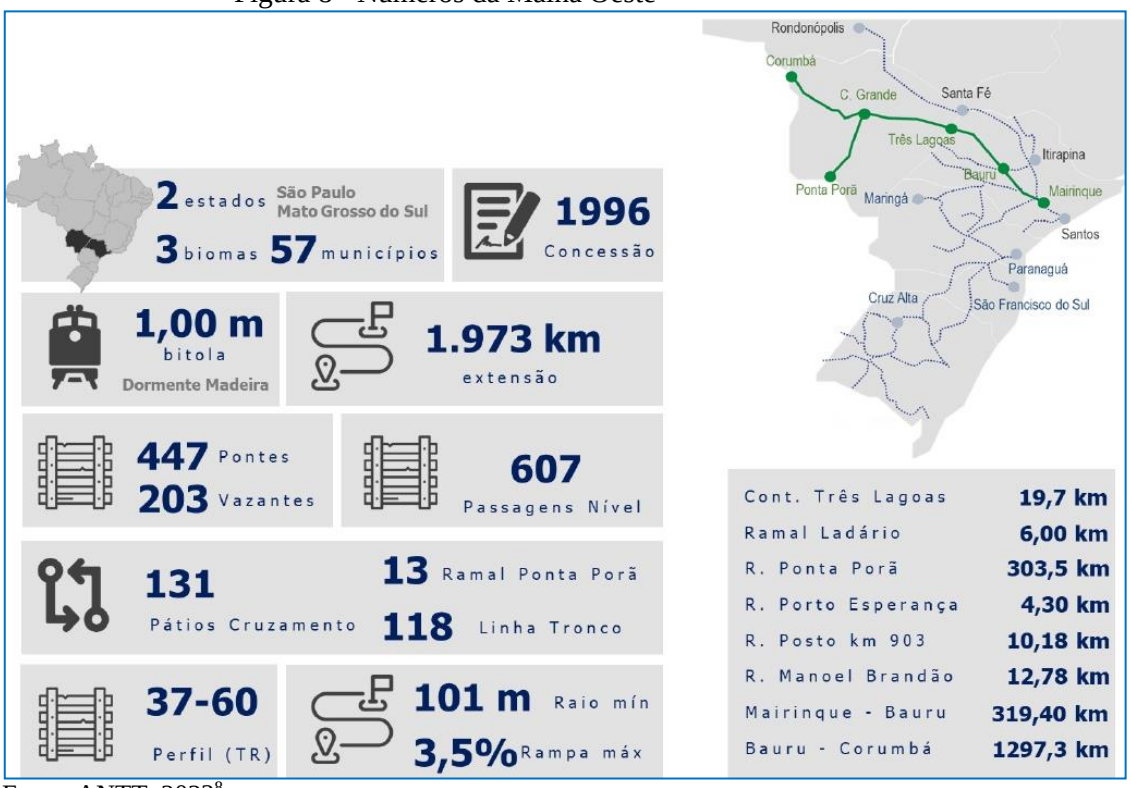
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA)[7]. Nesse processo, foi priorizado as "ferrovias ativas", ou seja, as que estão em funcionamento em contraponto ao levantamento das inúmeras estações que MT e MS já tiveram e estão em desuso/sucateada. Dos 73 municípios investigados, a ferrovia na faixa de fronteira está presente apenas em Corumbá, Maracaju e Ponta Porã, sendo denominada Ferrovia Malha Oeste. Os demais municípios fronteiriços não possuem ferrovias ou projetos em vista (Figuras 7 e 8).

Figura 7 - Ferrovia Malha Oeste Corumbá (MS) - Mairinque (SP)



[7] SINFRA. Malha Ferroviária. Disponível em: https://abre.ai/gVlW

Figura 8 - Números da Malha Oeste



Fonte: ANTT, 2023[8].

A discussão em torno das ferrovias é longa e ansiosamente aguardada. A Ferrovia Malha Oeste foi alvo de audiências públicas em 2023. São 1.973 km que atravessa o MS até chegar à São Paulo (SP). O potencial dessa ferrovia é tanto que, conforme detalhado na figura acima, ela se conecta com a Bolívia, aos portos de Ladário e Porto Esperança, em Mato Grosso do Sul, ao Porto de Santos (SP) e ao Porto de Itaguaí (Rio de Janeiro). Atualmente, é controlada pela Rumo Malha Oeste. Entre as principais cargas que seriam escoadas com a reativação da linha estão carnes, grãos, minério de ferro e celulose[9].

Mudanças na Lei das Ferrovias, publicada em 04 de outubro de 2023, podem beneficiar o desenrolar da Malha Oeste em MS, pois o Congresso Nacional derrubou vetos que simplifica a concessão para autorização da infraestrutura ferroviária no país. Um dos vetos derrubados permitirá repassar a metade dos recursos obtidos com outorgas e indenizações para projetos de estados proporcionalmente à malha ferroviária. Atualmente, a ANTT executa um projeto de nova licitação da estrada de ferro[10].

[8] ANTT (2023). Estudo de Viabilidade Técnica Operacional. Disponível em: https://abre.ai/gVoC
[9] CNN. Rumo começa obra ferroviária de mais de 700 km no Mato Grosso. Disponível em: https://abre.ai/gVmP
[10] Disponível em: G1MS https://abre.ai/gVoB e ANTT (2023).

Investir em ferrovias permitirá tornar Mato Grosso do Sul e Mato Grosso referências em sustentabilidade, pois o modal rodoviário é mais perigoso (acidentes e atropelamentos), emite mais gás carbônico por tonelada transportada do que o modal ferroviário, além do que, a abertura/desmatamento da área para implantação da ferrovia é até 15 vezes menor que a área aberta para rodovias. Impactos positivos significativos para dois estados que se localizam no bioma Pantanal e Cerrado.

Nesse sentido, articular e atrair investimentos do Governo Federal é requisito fundamental, uma vez que o investimento da Malha Oeste está calculado em mais de R$ 18 bilhões. Atualmente, a infraestrutura da Malha Oeste está muito deteriorada, resultado de anos de descaso, de priorização das rodovias frente às ferrovias e de baixo investimento. Isso acarreta na limitação da capacidade de transporte atual, pois, sem as reformas necessárias, a ferrovia opera com pouca capacidade de transporte (toneladas) e em reduzida velocidade (demorando o deslocamento)[11].

O estudo técnico desenvolvido pela ANTT comprova a viabilidade operacional, ambiental e econômica dessa ferrovia. Já não dá, porém, para sustentar a sua inviabilidade devido ao alto custo (R$ 18 bilhões), pois somente o Novo Pac (2023) destinará até R$ 29,1 bilhões[12] para MS investir em rodovias (detalhado mais adiante). Fica claro que o que mais falta não são bons conselhos e novas ideias, mas o foco e boa vontade política que priorize a consolidação do modal ferroviário e sua integração aos demais.

Além disso, existe a possibilidade de ligação com a malha ferroviária boliviana, em operação, que vai de Puerto Quijarro até Santa Cruz de La Sierra e, de lá, inflexiona para Yacuiba, na fronteira com a Argentina, avançando até Salta e chegando até o porto de Antofagasta, no Chile. É uma belíssima possibilidade de rota bioceânica utilizando um modal mais seguro e barato que o rodoviário. Isso torna o acesso mais competitivo das commodities brasileiras no mercado asiático. Na mesma direção, essa articulação logística pode colocar a cidade de Corumbá num papel estratégico na passagem de mercadorias pela fronteira Brasil-Bolívia.

[11] Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. Relicitação da Malha Oeste. Disponível em: https://abre.ai/gVpB
[12] Governo de Estado de MS. Obras do Novo PAC. Disponível em: https://abre.ai/gVr9

5.2.1.3 – Portos

Fundamentado na classificação e nos dados da Capitania dos Portos[13] (Marinha do Brasil), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)[14] e da Receita Federal[15], a faixa de fronteira de MT e MS está situada na 1ª Região Fiscal, sendo que a navegabilidade é realizada pelo rio Paraguai (Bacia Hidrográfica do Paraguai) e se dedica "oficialmente" ao transporte de cargas, conforme detalhado no quadro 9.

Quadro 9: Detalhamento das operações dos portos da Sub-região XI

Município	Sub-região	Porto	Carga	Números	Capitania dos Portos
Cáceres*	Sub-região XI	Não está em funcionamento			Agência Fluvial de Cáceres
Corumbá		Porto Gregório Curvo	Granel sólido, minério de ferro	1,3 milhões de toneladas, queda de 2,92% comparado ao mesmo período de 2022	Corumbá e Ladário compartilham a mesma capitania, a Capitania Fluvial do Pantanal
Ladário		Granel Química		1,3 milhões de toneladas, aumento de 110,12% comparado ao mesmo período de 2022	
Porto Murtinho		Itahum Export	Granel sólido, soja	0,7 milhões de toneladas, aumento de 258,72% comparado ao mesmo período de 2022	Agência Fluvial de Porto Murtinho

Fonte: Os autores, a partir dos dados da Capitania dos Portos, da Receita Federal e da Antaq, citados anteriormente.

Segundo a Antaq (2023), nos primeiros cinco meses de 2023 os portos brasileiros movimentaram R$ 495,7 milhões em toneladas de produtos. Desse total, R$ 3,3 milhões advém dos portos de MS. Fica claro que os portos acabam atendendo às exportações de *commodities* de cada município. O volume operacionalizado é alto, contudo, os 3 portos de Mato Grosso do Sul carecem de investimentos para potencializar o escoamento/navegabilidade (potencializar a economia local e estadual) alinhada à conservação ambiental. Também é necessário que os três portos sejam interligados com a ferrovia, pois, Corumbá e Ladário, por exemplo, têm comunicação apenas com o modal rodoviário (caminhões com minério de ferro).

[13] As Capitanias, Delegacias e Agências são administradas pela Marinha do Brasil e têm o propósito de contribuir para a orientação, coordenação e o controle das atividades inerentes à Marinha Mercante, organizações correlatas e atividades de Esporte e Recreio, no que se refere à defesa nacional, salvaguarda da vida humana no mar, segurança da navegação e prevenção da poluição hídrica, concernente às embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio. Cf. https://encurtador.com.br/lmILV.
[14] ANTAQ. Portos. Disponível em: https://encurtador.com.br/ewxJK
[15] Receita Federal. Portos. Disponível em: https://abre.ai/gVhS e https://encurtador.com.br/gqX26

O porto de Cáceres segue desativado[16]. As promessas e expectativas reacenderam em 2020, cuja operacionalização poderia facilitar a importação de fertilizantes dos países vizinhos. Contudo, a porto segue paralisado.

Importante registrar que todas as entidades utilizadas para diagnosticar os Portos, se baseiam em números "oficiais". Contudo, nos 4 municípios, o transporte de passageiros e cargas (bois, alimentos, materiais de construção e outros) saindo da área urbana para portos situados na região pantaneira é uma prática recorrente, o que corrobora a investigar as demandas de cada município.

5.2.1.4 – Rodovias

As rodovias são os principais canais de escoamento da produção e da circulação de passageiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assim como é para o restante do Brasil (priorização das rodovias frente a outros modais). Os dados da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul)[17] e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)[18], apresentam que os dois estados são cortados por inúmeras rodovias estaduais e federais, algumas delas, novas e em excelentes condições de usos. Vários trechos, porém, estão com obras atrasadas, enquanto outras tantas apresentam algum tipo de problema, sendo considerada regular, ruim ou péssima, demandando investimento.

Começando pelo Mato Grosso do Sul, as rodovias MS-299 e MS-165, desde Sete Quedas até Ponta Porã, numa extensão de 227 km, ainda não foram finalizadas. Esse trecho, denominado "Sul Fronteira", engloba um corredor de 300 km que cruza 7 municípios na fronteira Sul com o Paraguai, sendo, portanto, estratégico para ligar MS ao Sul do Brasil e ao Paraguai. O mesmo ocorre no trecho MS-299 entre Sete Quedas e a divisa de MS com o Paraná, cuja obra não foi finalizada. Esse trecho precisa ser finalizado e planejado de tal forma que se interconecte com a trama ferroviária de Ponta Porã e com a Rota Bioceânica (Porto Murtinho), como vem sendo idealizado[19]. Contudo, as obras da Sul Fronteira avançaram pelos municípios de Ponta Porã, Aral Moreira e Coronel Sapucaia, e estão paradas no trecho Coronel Sapucaia - Paranhos / Paranhos - Sete Quedas não por questões orçamentárias, mas, por entraves no

[16] Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico. Porto de Cáceres. Disponível em: https://abre.ai/gVjL
[17] AGESUL. Rodovias de MS. Disponível em: https://encurtador.com.br/ghkmq
[18] SEIL. Rodovias de MT. Disponível em: https://encurtador.com.br/lESZ4
[19] Governo de Estado de MS. Planejamento de novas estradas. Disponível em: https://abre.ai/gVsh

diálogo do Governo do Estado de MS com o Ibama e a Funai, uma vez que o local onde será executado essas obras possui comunidades indígenas. Assim, a participação do Governo Federal é fundamental para definir a melhor estratégia possível, além da obtenção do efetivo consentimento livre em relação às comunidades indígenas que ali vivem.

A Rota Bioceânica é um corredor rodoviário com extensão de 2.396 km que liga os dois maiores oceanos do planeta, o Atlântico ao Pacífico, pelos portos de Antofagasta e Iquique, no Chile, passando por Paraguai e Argentina. Em MS, as principais rodovias que intercruzam essa extensão são a MS-195 (Porto Murtinho), a BR-060 (Sidrolândia - Nioaque - Guia Lopes da Laguna) e a BR-267 (Itaporã - Maracaju - Guia Lopes - Jardim - Bonito - Bela Vista - Porto Murtinho). A nova ponte que dará suporte para essa integração já foi iniciada, mas, as obras estão atrasadas[20]. Inicialmente, esse corredor era previsto para sair do Brasil via Corumbá, adentrando a Bolívia. Desentendimento no diálogo da Gestão Temer-Evo Morales reorientou a rota para Porto Murtinho. O Novo PAC (2023) deve impulsionar as obras da Rota Bioceânica, pois MS receberá investimentos direto de até R$ 29,1 bilhões[21]. A expectativa agora é que a rota se interligue com a Bolívia, através da conexão Corumbá-Porto Murtinho. Mas, para assim o ser, precisará ser replanejado a comunicação rodoviária Brasil-Bolívia (Corumbá-Arroyo Concepción), pois a única ponte que conecta os dois países (na proximidade com o Porto Seco e a Receita Federal) é pequena e estreita, o que tem gerado constante engarrafamento e atrasando o deslocamento.

Outro conjunto de obras importantes que engloba parte dos municípios localizados na faixa de fronteira é o chamado “corredor turístico”, que pretende diminuir o trajeto de Campo Grande à Bonito em 40 km, passando por Anastácio. Essa obra prevê a duplicação de trecho da BR-262 (Campo Grande – Anastácio) e a finalização da obra já iniciada entre Bonito-Aquidauana (MS-345)[22].

Um grande entrave que permeia as rodovias da faixa de fronteira de MS, refere-se ao escoamento do minério de ferro de Corumbá pela BR-262. Esse escoamento também ocorre via fluvial, contudo, em épocas de secas/estiagens, o escoamento acaba sendo feito majoritariamente via rodovia. Há uma única saída asfaltada de Corumbá/Ladário (BR-262), cujo próximo município no Brasil se situa a 221 km (Miranda). Retomando a discussão feita no

[20] Campo Grande News. Ponte enfrenta atrasos. Disponível em: https://abre.ai/gVsl
[21] Governo de Estado de MS. Obras do Novo PAC. Disponível em: https://abre.ai/gVr9
[22] Governo de Estado de MS. Corredor turístico. Disponível em: https://abre.ai/gVsC

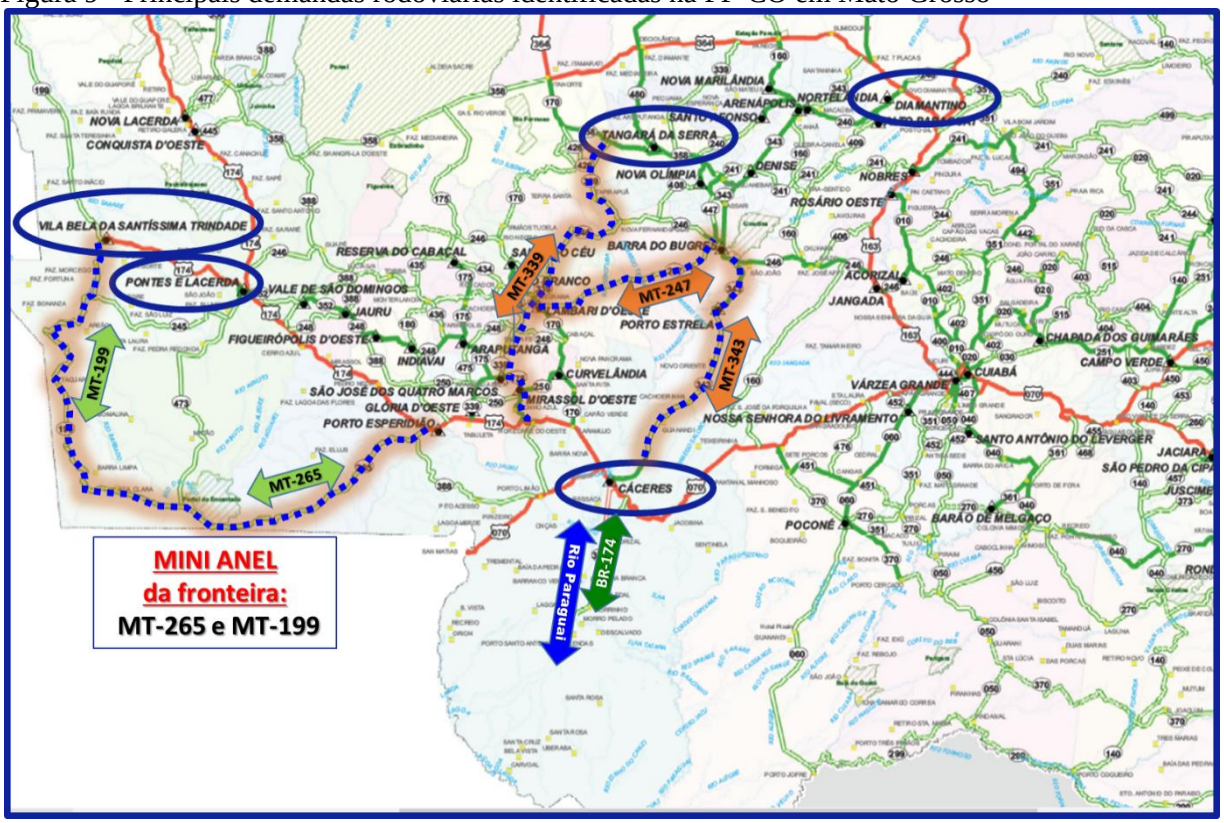
sub-eixo “ferrovias”, aqui, a operacionalização efetiva da Malha Oeste (em pleno funcionamento de suas capacidades de carga e tráfego/tempo) permitirá escoar o minério de ferro de Corumbá em maiores quantidade e diminuir o número de caminhões nas estradas, desafogando o trânsito e minimizando os acidentes letais contra humanos (que tem aumentado nos últimos anos) e a morte de animais, uma vez que a BR-262 é reconhecida como a rodovia que mata mais de 2 mil animais silvestres por ano[23], afetando assim o ecossistema pantaneiro.

É justamente esse aprendizado que deveria ser incorporado e aplicado nas novas obras/ rodovias de MS. Reformas, abertura e duplicação de antigas e novas estradas acompanhada de passagens subterrâneas para que os animais silvestres transitem, acompanhado de cercamento da beira da estrada (condicionar que o animal passe pela passagem subterrânea evite sua morte e acidentes com humanos), além de trechos com intensos trânsitos monitorados por câmeras e radares. Experiências, nesse sentido, foram aplicadas nas rodovias do Oeste do Paraná. Sem falar que existem diversos trechos que não contam com passarelas e nem com tuneis subterrâneos para facilitar a travessia de humanos, como os moradores da periferia de Aquidauana, que vivem nas margens da BR-262, ou os moradores de Dourados da região das Sitiocas, que vivem as margens da BR-163 - ambos estão constantemente sujeitos a atropelamentos/acidentes.

Já em Mato Grosso, poucas rodovias estaduais e federais atravessam os municípios localizados na faixa de fronteira[24]. A maior parte dessas rodovias é estadual e não são asfaltadas e/ou estão em péssimas condições. A qualidade das estradas BR-174, BR-364, MT-245, MT-246, MT-247, MT-265, MT-343 (nos trechos situados na faixa de fronteira) estão ruins ou péssimas, precisando de reforma urgente (Figura 9).

[23] BBC News Brasil. Rodovia da morte. Disponível em: https://abre.ai/gVsX
[24] Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA). Malha Rodoviária. Disponível em: https://abre.ai/gVGi

Figura 9 - Principais demandas rodoviárias identificadas na FF-CO em Mato Grosso



Fonte: Eng. Adilson Reis, 2023.

A BR-070, que liga Cáceres à Cuiabá, é uma das vias mais utilizadas pelos municípios fronteiriços para se comunicar com a capital, razão pela qual, o número de acidentes e mortes é elevado nesse trecho. Aqui, a demanda é para duplicação de trechos com histórico elevado de acidentes e implantação de radares.

A BR-174, que liga Porto Esperidião (MT) a Vilhena (RO) é muito utilizada para acessar o Estado de Rondônia e os demais estados amazônicos. A demanda é para duplicação de trechos por conta da passagem de caminhões que transportam madeira e maquinários agrícolas, principalmente. Cabe lembrar que é uma das veias que escoam a produção de Rondônia na direção Sul.

Outra demanda antiga é o asfaltamento da MT-199, que liga Vila Bela da Santíssima Trindade à Comodoro. Essa estrada já está aberta, mas não pavimentada[25]. Atualmente, a principal comunicação entre esses municípios ocorre através da BR-174 (3h30min de carro e 7h de ônibus). Isso facilitaria a circulação de mercadorias e passageiros, uma vez que o tráfego

[25] SINFRA. Malha Rodoviária. Disponível em: https://abre.ai/gVGi

seria feito em menor tempo e mais segurança, pois desafogaria o fluxo na BR-174 e ainda permitiria o acesso de Comodoro a San Ignacio de Velasco (Bolívia).

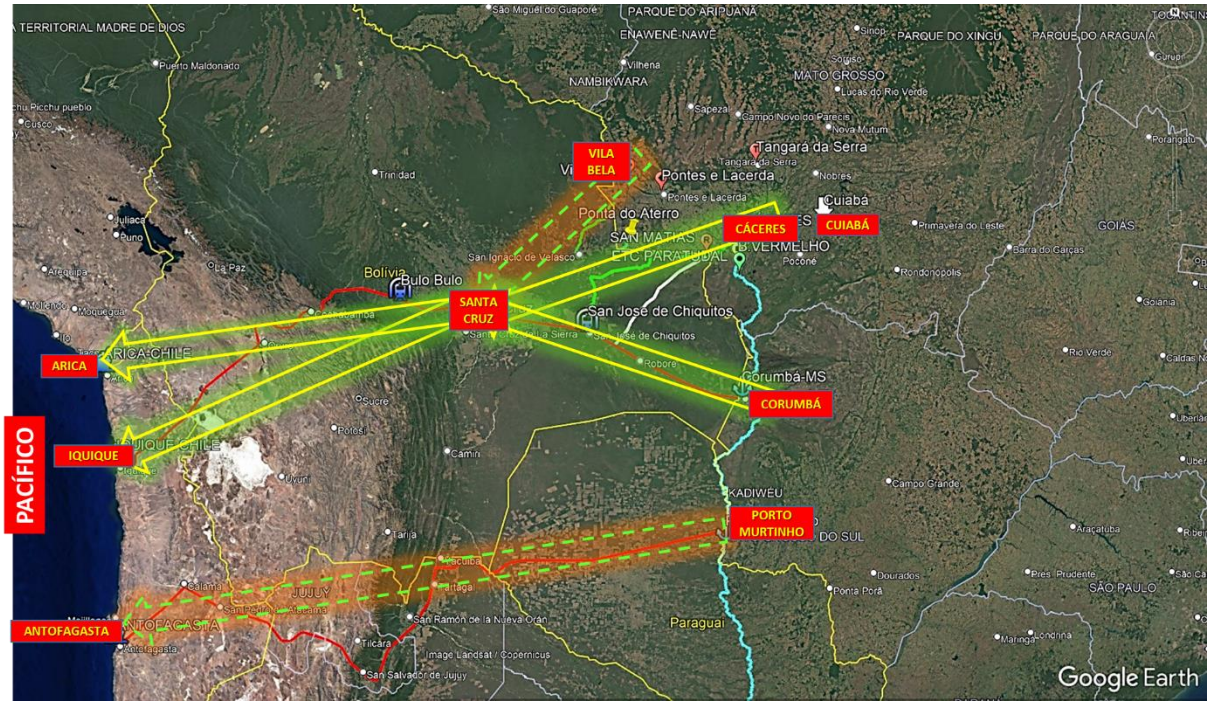
Outras rodovias estaduais estratégicas são fundamentais para ligar as áreas de produção com o centro de cargas e serviços na cidade de Cáceres. É o caso da MT-339 e MT-343, que estão em processo de pavimentação asfáltica. É estratégico asfaltar a MT-247 que interliga essas rodovias para permitir a conexão da malha até Diamantino.

Um projeto de construção estratégico é o que vem sendo conhecido como "minianel da fronteira" (MT-265 e MT-199) pois permitirá a ligação de Porto Esperidião até Vila Bela da Santíssima Trindade, contornando a linha do limite internacional.

Ainda em relação à criação de rodovias, a maior demanda dos municípios é a construção das rotas bioceânicas da faixa de fronteira em Mato Grosso para interligar o estado (mercado das commodities, turismo e outras atividades) ao mercado consumidor da América Latina e até a Ásia, via Oceano Pacífico. Assim, a demanda seria a construção de duas rotas estratégicas. A primeira, ligando Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) à San Ignacio de Velasco (Bolívia), para diminuir a comunicação com Santa Cruz de La Sierra e La Paz, mercados que poderiam dar vazão a produção mato-grossense, em especial a de açúcar. O olhar dos empresários do agronegócio mato-grossense, também, é para a importação de ureia e sal da Bolívia e do Chile, que reduziria seus custos com o transporte. A segunda rota sai de Cáceres (MT) e passa por San Matias até chegar a San Jose de Chiquitos e de lá a Santa Cruz de La Sierra.

Nessa lógica, Santa Cruz de La Sierra seria o ponto de encontro dessas duas rotas que permitiria ao Mato Grosso se comunicar de forma mais rápida com o Pacífico. Cruzando essa demanda com a demanda de Corumbá (reinserir a Bolívia na rota Bioceânica), MT e MS estariam conectados também via Bolívia, uma vez que a estrada que liga Corumbá a Santa Cruz de La Sierra já está pronta e em operação (655 km, 8h 30min) (Figura 10).

Figura 10 - Principais demandas rodoviárias estruturantes para a integração à Bolívia e acesso brasileiro ao Oceano Pacífico via FF-CO



Fonte: Eng. Adilson Reis, 2023.

Nesse ponto, fica evidente a necessidade de dar atenção à regionalização das rodovias de MT e MS. Assim, averiguar a qualidade das cabeceiras das pontes (asfalto) e a reestruturação da ponte sobre o rio Paraguai é urgente (em Corumbá, BR-262, que está funcionando a meia pista e sob risco de voltar para concessão privada/pedágio, devido à falta de um planejamento efetivo). Outra necessidade é avançar e finalizar as obras da rodovia que liga Aquidauana à Rio Negro (MS-419 BR-419 e MS-345 e MS-352) para diminuir o tempo de viagem de Corumbá/Bolívia até Cuiabá/Cáceres por essa rota. Por fim, a BR-163, principal rodovia que liga MT a MS, apresenta inúmeros entraves. Cerca de 900 km precisam ser duplicados, o que não foi cumprido pela concessionária antiga (CCR MSVia). Assim, o governo de MT assumiu a BR-163 em seu território, enquanto MS aguarda licitação e já solicitou ao Governo Federal outras duplicações[26].

Para finalizar, importante destacar que não foram encontrados dados sobre as situações das estradas vicinais de MT e MS, ou seja, àquelas que intercruzam a zona rural. Essas estradas são historicamente ruins ou péssimas, apesar de ser o principal meio de comunicação para o

[26] Duplicação da BR-163. Disponível em: https://abre.ai/gVIN e https://abre.ai/gVIO

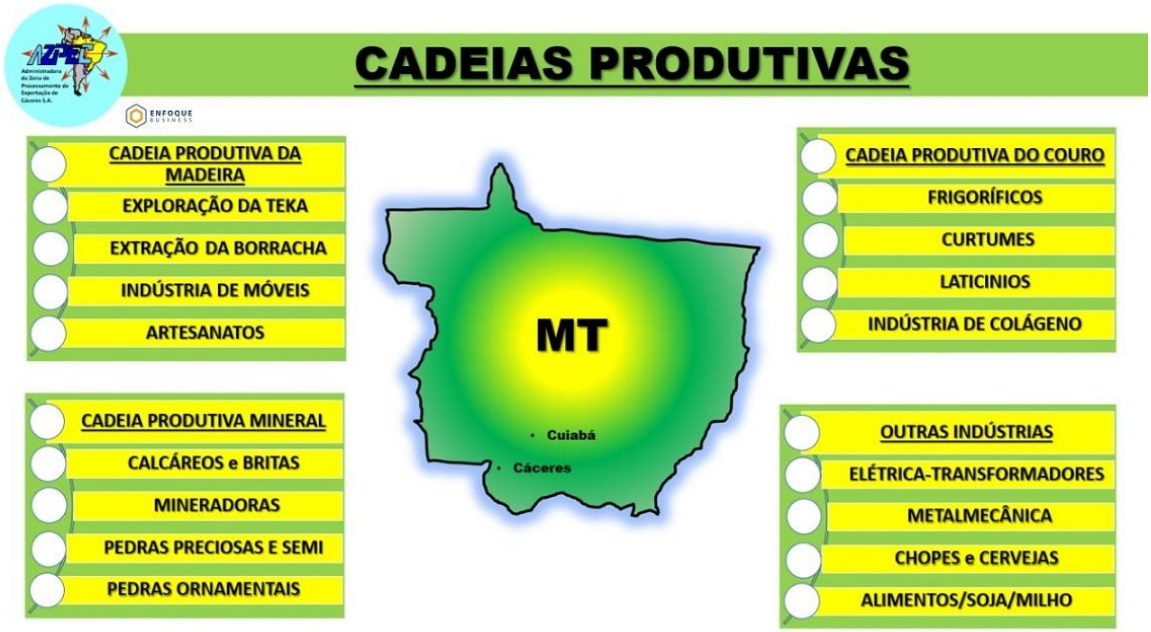
escoamento dos produtos produzidos pela agricultura familiar da região, além de servir para a circulação dos próprios moradores (ir para a escola, por exemplo).

5.2.1.5 - ZPE em Cáceres-MT

A Zona de Processamento de Exportação - ZPE, localizada no Município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, com área total de 247,26 hectares, foi criada pelo Decreto n. 99.043 de 6 de março de 1990. As ZPEs são espécies de distritos industriais com incentivos fiscais para empresas sediadas em seu interior e orientadas para exportação.

As ZPEs são importantes instrumentos da promoção de regiões menos desenvolvidas com vistas a diminuir as desigualdades socioterritoriais, melhorar o balanço de pagamentos e expandir a difusão tecnológica. Em Cáceres, estima-se que a ZPE possa impulsionar a cidade e toda sua hinterlândia, inclusive a boliviana. Devem ser gerados 18 mil empregos diretos e indiretos (Figura 11). Estão previstos 62 lotes industriais e cada empresa apresenta capacidade de geração de 300 empregos (Adilson Reis, Presidente da AZPEC, membro da Equipe).

Figura 11 - Movimentação econômica projetada para a ZPE de Cáceres, conforme as cadeias produtivas.



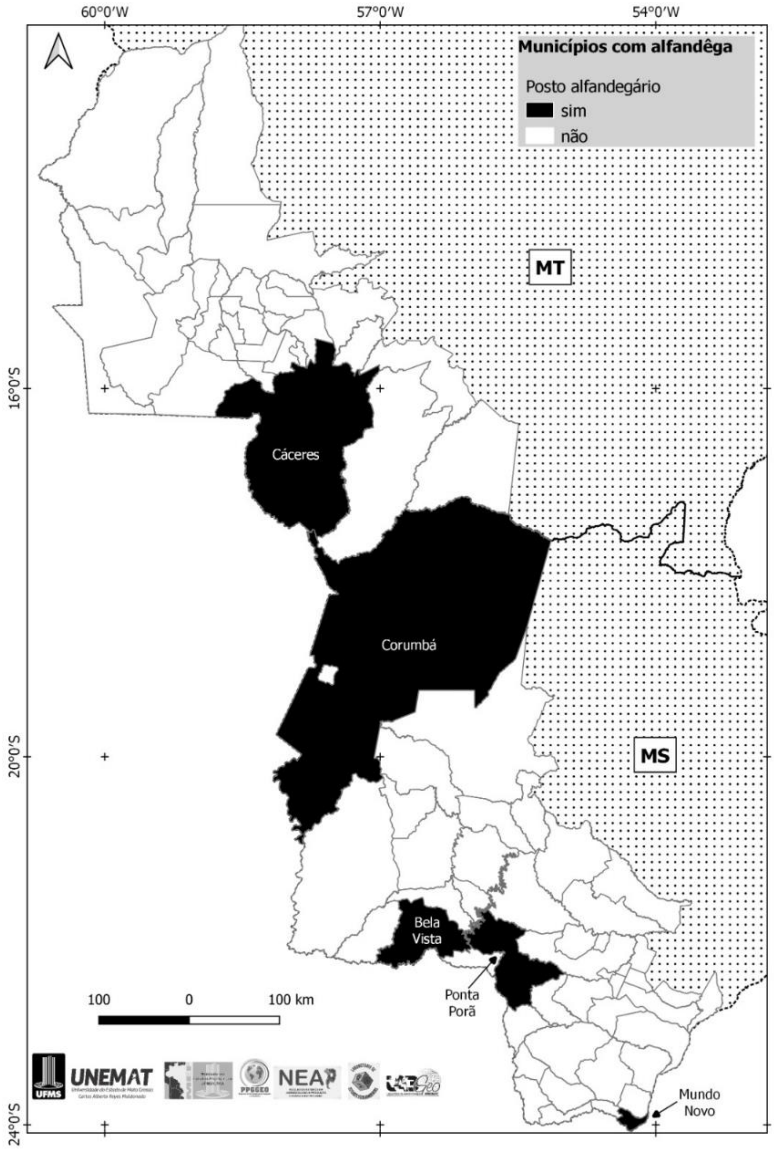
Fonte: Eng. Adilson Reis, 2022.

5.2.2 - Controle aduaneiro

De acordo com o artigo 3º do Regulamento Aduaneiro, Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009[27], que orienta a administração das atividades aduaneiras, a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior, o território nacional é dividido em zona primária (constituída pelos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados) e zona secundária (o restante do território nacional). Assim, a faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem 5 pontos de controle fronteiriço, sendo: **1**) Ponto de Fronteira Alfandegário Posto Esdras - Corumbá (MS); 2) Ponto de Fronteira Alfandegário Mundo Novo (MS); 3) Ponto de Fronteira Alfandegário Ponta Porã (MS); 4) Ponto de Fronteira Alfandegário Bela Vista (MS); 5) Ponto de Fronteira Alfandegário Cáceres (MT) (Figura 12).

[27] Governo Federal. Regulamento Aduaneiro. Disponível em: https://abre.ai/gVKH

Figura 12 – Municípios com pontos de Fronteira Alfandegados da FF-CO.



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023)

Além disso, em toda extensão dessa faixa há apenas um porto seco[28], o Porto Seco Agesa Armazéns Gerais Alfandegados de MS Ltda, localizado em Corumbá (MS). As operações em MT são realizadas no único porto seco da região localizado em Cuiabá (Porto Seco Transmino Transportes Ltda).

As principais demandas identificadas junto a agências transportadoras e com os agentes da Receita Federal, indicam que eles reconhecem os avanços da tecnologia na gestão do porto

[28] Receita Federal. Porto Seco. Disponível em: https://encurtador.com.br/agjEP

seco, mas questionam a defasagem da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal IN SRF 118/92[29].

Em resumo, o consenso é que sua atualização é urgente para que se possa ter maior controle do comércio transfronteiriço, afinal, muitos produtos em grandes quantidades saem sem tributação, fazendo com que o Brasil perca receita/arrecadação. Do outro lado, essa normativa acaba sendo muito rígida com a população pobre, aqui encarnada na figura da população que vive na fronteira e que compra pequenos produtos e em pequenas quantidades no país vizinho, para revender em sua cidade (localizada na faixa de fronteira). A revisão dessa normativa poderia dar maior permissividade para essa população, sem renunciar ao controle alfandegário, e fiscalizar mais intensamente a saída de grande quantidade não taxadas.

Ademais, outras demandas identificadas são: criação do Posto da Polícia Rodoviária Federal na região Vila Bela/San Inácio e Cáceres/San Matias (descentralizar o controle de imigração e regularização do comércio); integração do controle feito pela Polícia Rodoviária Federal com investimentos em scanners visando humanizar e agilizar as vistorias nos ônibus de passageiros; realizar um grande "estudo específico" sobre a criação e integração de segurança aduaneira na faixa de fronteira MS e MT (Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai).

5.2.3 - Saneamento básico e resíduos sólidos

Este terceiro e último ponto do eixo Infraestrutura e Logística busca levantar e apresentar o panorama da gestão dos resíduos sólidos, a oferta de água potável e o tratamento de esgoto nos municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para tanto, três ações foram operacionalizadas.

5.2.3.1 - Identificação dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei nº 12.305/2010, que disciplina a gestão de resíduos sólidos no Brasil através de diretrizes, princípios, objetivos e instrumentos específicos. Desde então, diversos estados tiveram dificuldades em criar seus respectivos planos, mas, foi verificado que MS[30] e MT[31] já criaram seus planos estaduais em

[29] Receita Federal: IN 118/1992. Disponível em: https://abre.ai/gVKW
[30] Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Plano de MS. Disponível em: https://encurtador.com.br/rJL67
[31] Plano de Resíduos Sólidos de MT: https://persmt.setec.ufmt.br/

consonância com o PNRS. Esse é o passo inicial para, dentre outros, a criação de aterros sanitários.

5.2.3.2 - Criação de aterros sanitários e consequente fechamento dos lixões

O diagnóstico realizado tomou por base a presença ou não de aterros sanitários em MT e MS. O PNRS prevê e estimula a criação de consórcios para que haja uma gestão compartilhada dos resíduos sólidos. Em MS, por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) propôs a criação de 11 arranjos regionais baseado no número populacional e nos custos de operação/manutenção de tais aterros. Desse total, 6 arranjos envolvem os 44 municípios da faixa de fronteira de MS. O Arranjo 8 (A8), região de Jardim (local do aterro), é formado por Bonito, Jardim, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Bela Vista, Caracol e Porto Murtinho. Todos destinam seus resíduos para o aterro de Jardim. Outros municípios acabaram criando o aterro sanitário individualmente, caso de Sidrolândia, Dourados, Jatei, Taquarussu e Naviraí. Atualmente, apenas 10 municípios de MS estão irregular e não possuem aterros, dos quais, Corumbá e Ladário (Arranjo 5) são o caso mais problemático. O consórcio até foi criado, porém, inúmeros entraves e desarticulações tem impedido a efetivação do aterro na capital do Pantanal, tendo, até o presente momento, o maior lixão a céu aberto do estado. Com apoio do TCE-MS, POnta Porã avançou na articulação que criará o aterro do município, contudo, falta apoio financeiro do governo federal para complementar o orçamento.[32] [33]

Em Mato Grosso, o diagnóstico fundamentou-se nos dados disponibilizados pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS (2022)[34], organizados pelo Governo do Estado em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso, sendo cruzados com os dados do Ministério do Meio Ambiente - MMA (2022)[35]. O resultado mostra que apenas 3 dos 28 municípios mato-grossenses situados na faixa de fronteira possuem aterro sanitário - Tangará da Serra, Mirassol d'Oeste e Cáceres -, os demais ainda possuem lixão e/ou que dependem do município vizinho para destinação de seus resíduos.

[32] TCE, Indicadores de Resíduos Sólidos nos Municípios de MS https://encurtador.com.br/dehqs
[33] Agradecemos ao TCE-MS, que disponibilizou o sumário executivo do "Plano Estadual de Resíduos Sólidos de MS", elaborado pela equipe da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc) em parceira com o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) e que será lançado em 2024.
[34] PERS. https://persmt.setec.ufmt.br/
[35] MMA, Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. https://encurtador.com.br/jnwTW

Em Mato Grosso, o aterro de Mirassol D'Oeste[36], lançado em 2019, é fruto do Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal, que envolve 13 municípios fronteiriços e fazem parte do recorte dessa pesquisa (Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol d'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos).

Desde 2022, a Promotoria de Justiça do Estado vem discutindo/articulando a efetivação de outros consórcios que abrangem 8 municípios, dois dos quais são fronteiriços (Pontes e Lacerda e Sapezal) visando a construção de aterros para a destinar o resíduo de forma correta, controlar o desmatamento irregular e recuperar a área onde funcionava o lixão.

5.2.3.3 - Saneamento básico, identificação e análise do acesso (ou não) à água potável, coleta e tratamento de esgoto e os investimentos totais nesse setor

O diagnóstico realizado tomou por base os dados do Painel Saneamento Básico Brasil (2023)[37], que se fundamenta na operacionalização do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, publicado em 2007 e alterado em 2020. Trata-se do único painel que apresenta dados municipais/regionais, pois, o próprio Plano Nacional do Saneamento Básico (Plansab)[38], trabalha apenas com dados regionais (Centro-Oeste como um todo), o que limita a análise.

O Novo Marco do Saneamento (2020)[39] objetiva universalizar e qualificar a prestação dos serviços no setor, garantindo que, até 2033, 99% da população brasileira tenha acesso a água potável e 90% ao tratamento e coleta de esgoto. Os dados atuais disponíveis revelam que os 73 municípios localizados na faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul terão que enfrentar grandes desafios para alcançar essa meta, pois, apesar de os dois estados terem promovido um avanço significativo na gestão dos resíduos sólidos, o mesmo não aconteceu na coleta e tratamento de esgoto.

Em Mato Grosso[40], apenas 30% do estado tem cobertura no que tange a coleta e o tratamento do esgoto, enquanto que em Mato Grosso do Sul a cobertura chega a 50%. A meta em MS é ambiciosa: "nos próximos 10 anos, MS terá orgulho de ser o primeiro Estado do Brasil

[36] Prefeitura Municipal de Rio Branco, Aterro Sanitário de Mirassol. https://encurtador.com.br/qxFOW
[37] Disponível em: https://encurtador.com.br/GKX89 Acesso em: de 30 jul. 2023 a 02 ago. 2023
[38] Ministério das Cidades, Plansab. https://encurtador.com.br/goLX7
[39] Governo Federal, Universalização do saneamento básico no Brasil. https://abre.ai/gVbK
[40] Enfoque, Tangará da Serra coleta 100% do lixo, mas ainda patina no esgoto. https://abre.ai/gVbJ

a ter 100% de coleta e tratamento do esgoto sanitário”[41], mas os dados do Painel Saneamento Básico Brasil (quadro abaixo) ilustram que o planejamento e as ações precisam ser revistos e alterados com urgência nos dois estados.

[41] Campo Grande News, Esgoto em MS. https://abre.ai/gVbG

Quadro 10 - Panorama do Saneamento Básico nos Municípios da FF-CO

Município	Estado	Área do município (km²)	População (pessoas)	População sem acesso à água (número e %) (pessoas)		População sem coleta de esgoto (número e %) (mil m³)		Esgoto não tratado (número e %)		Investimentos totais (em R$ de 2021)	Existe estação de tratamento na cidade-gêmea?
Cáceres	MT	24.593,030	95.339	17.171	18%	88.625	93%	3.367,49	94,3%	237.704,32	Não
Tangará da Serra	MT	11.601,250	107.631	1.931	1,8%	82.166	76,3%	722,00	15,4%	20.227.497,35	Sim
Barão do Melgaço	MT	11.174,470	8.165	8.165	100%	-	-	-	-	-	Não
Nossa Senhora do Livramento	MT	4.934,710	13.093	6.599	50,4%	13.093	100%	382,00	100%	336.843,37	Não
Poconé	MT	17.164,000	33.386	9.158	27,4%	33.386	100%	1.157,33	100%	2.164.583,34	Não
Corumbá	MS	64.721,720	112.669	14.098	12,5%	52.586	46,7%	2.376,10	54,7%	9.373.056,55	Sim
Sidrolândia	MS	5.286.410	60.792	24.984	41.1%	51.824	85,2%	1.597,03	90,4%	6.605.912,26	Sim
Dourados	MS	4.086.240	227.990	19.585	8,6%	32.154	14,1%	4.860,11	40,3%	22.699.262,16	Sim
Naviraí	MS	3.193,550	56.484	4.863	8,6%	33.532	59.4%	2.094,70	72,4%	1.442.185,32	Sim
Ponta-Porã	MS	5.330,450	95.320	20.105	21,1%	33.486	35,1%	2.436,22	62,3%	5.958.120,68	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Painel Saneamento Básico Brasil (2022).

Inicialmente, a primeira gravidade obtida dos dados apresentados neste quadro refere-se, justamente, à ausência de dados. Dos 73 municípios fronteiriços, apenas 10 possuem dados no Painel (5 de cada estado), sendo que Barão de Melgaço (MT) possui dados incompletos e, por esse motivo, não será considerado na análise a seguir.

Analisando o quantitativo populacional *versus* o número de população sem acesso a água potável, a situação mais drástica é encontrada em Nossa Senhora do Livramento (MT), onde 50,4% da população não tem acesso à água potável -, seguida de Sidrolândia (MS), com 41,1%, Poconé (MT), com 27,4% e Ponta Porã com 21,1%. A pesquisa se baseia na oferta de água das agências públicas ou privadas, portanto, esses números podem ser bem maiores.

Em Corumbá (MS), por exemplo, o Painel indica que apenas 12,5% da população não tem acesso à água, um número relativamente baixo e possível de ser atendido/cumprido até 2033, prazo máximo da meta. Contudo, o Painel não apresenta dados específicos do acesso à agua potável nas comunidades rurais e tradicionais (quilombolas, ribeirinhas e indígenas), mesmo sabendo que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentam um histórico problema relacionado à oferta de água doce potável para esse público. No caso de Corumbá, para continuar e endossar o exemplo, são 8 assentamentos rurais com mais de 30 anos que não tem acesso à água doce, apenas à agua salobra[42]. Mesmo as comunidades quilombolas urbanas (Família Ozório e Campos) que deveria ter o acesso facilitado, por estarem na zona urbana, não tem acesso à água potável, tendo que se inserir no circuito da ilegalidade para obter tal recurso, o famoso *gato*. Problemas que se arrastam há décadas.

No outro lado do saneamento está a coleta e o tratamento de esgoto, um problema histórico no Brasil. Seis, dos 9 municípios que apresentaram dados completos no quadro, tem mais de 50% de sua população com acesso parcial ou nenhum a esgoto tratado. Desses. Nossa Senhora do Livramento e Poconé tem 100% do esgoto não coletado/tratado. Chama atenção, nesses 10 municípios elencados, que 5 deles estão inserido no bioma Pantanal[43] e, se pensarmos no circuito das águas do Pantanal, praticamente 100% do esgoto é lançado no Pantanal sem tratamento.

[42] Água salobra, segundo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, é aquela que possui salinidade alta, tendo aparência turva e grande quantidade de substâncias dissolvidas. Por isso não pode ser consumida pelo ser humano. Cf. https://bit.ly/3TMFOAw

[43] O Pantanal está situado no sul do estado do Mato Grosso, que ocupa 35% do território (Barão de Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari d'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger), e no noroeste de Mato Grosso do Sul, que ocupa 65% (Anastácio, Aquidauana, Miranda, Corumbá e Ladário), além de partes do norte do Paraguai e do leste da Bolívia. O Pantanal é a maior planície alagada contínua do mundo, considerado pela UNESCO como Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera.

5.2.4 – Análise SWOT / FOFA

Do ponto de vista das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, o eixo saúde na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste pode ser organizado, conforme quadro 11.

Quadro 11 - Análise SWOT do Eixo Infraestrutura e Logística

Forças	**Fraquezas**
1. Localização geográfica (do Mercosul e dos países do noroeste da América do Sul). 2. Presença de aeroportos nas cidades-gêmeas. 3. Existência da demarcação das linhas férreas. 4. Hidrovia Paraguai-Paraná. 5. Quantidade e qualidade das rodovias federais e estaduais em MS (condições das estradas e sinalizações). 6. Alto contingente populacional na faixa de fronteira de MS. 7. Cadeias produtivas (minério, grãos, bovina) 8. Presença de universidades federais, estaduais e centros de pesquisa. 9. Existência de inúmeros diagnósticos e planejamentos concretos para potencializar a infraestrutura na faixa de fronteira. 10. Existência da ZPE em Cáceres, em vias de funcionamento; 11. Implantação da Rota Bioceânica em Mato Grosso do Sul	1. Decrescimento populacional na faixa de fronteira. 2. Baixa operacionalização de aeroportos de Corumbá, Ponta Porã e Bonito. 3. Atraso nas obras dos aeroportos de Dourados, Cáceres e Tangará da Serra. 4. Monopólio de uma única companhia nos aeroportos. 5. Subutilização e sucateamento da Malha Oeste. 6. Inutilização e sucateamento do porto fluvial de Cáceres. 7. Atraso na obra MS-345 (Bonito-Aquidauana). 8. Qualidade das estradas estaduais e federais de MT, principalmente: BR-174, BR-264, MT-245, MT-246, MT-247, MT-265, MT-343. Todas precisam de ampla reforma. 9. Qualidade das cabeceiras das pontes (asfalto). 10. Qualidade e durabilidade das pontes de madeiras nas estradas estaduais (MT e MS). 11. Falta estruturação para vários trechos rodoviários de MS e MT (postos de gasolina, Polícia RodoviáriaFederal, borracharias e conveniências, sinal de telefone nas estradas). 12. Não operacionalização da PNRS (aterro e cooperativas de reciclagens). 13. Pouca/nula representação política dos municípios fronteiriços nas bancadas estadual e federal. 14. Engavetamento e/ou não implantação dos vários diagnósticos e planejamentos realizados para potencializar a Infraestrutura na faixa de fronteira. 15. Acesso a água potável e a coleta e tratamento de esgoto efetivo, em toda faixa de fronteira.
Oportunidades	**Ameaças**
1. Avançar/finalizar as obras da rodovia MS-419 que liga Aquidauana-Rio Negro (BR-419 e MS-345 e MS-352) para diminuir o tempo de viagem de Corumbá até Cuiabá/Cáceres.	1. Atrasos na conclusão das rodovias MS-299 e MS-165 (Sul-Fronteira). 2. Atrasos na conclusão das obras do porto fluvial de Porto Murtinho.

2. Avançar/finalizar as obras da rodovia "corredor turístico". 3. Duplicação da BR-163 na divisa com MT (obras atrasadas) e próximo a Dourados. 4. Duplicação da BR-070 Cáceres-Cuiabá e da BR-170 (Porto Esperidião (MT)-Vilhena (RO). 5. Asfaltamento da MT-199 (Vila Bela da Santíssima Trindade - Comodoro). 6. Retomar a inclusão da Bolívia (via Corumbá) na Rota Bioceânica e nova estrutura para a integração (substituição da ponte pequena e estreita). 7. Priorizar, com urgência, a construção das duas Rotas Bioceânica da faixa de fronteira em Mato Grosso para interligar o mercado das commodities mato-grossense ao mercado consumidor da América Latina e até da Ásia, via Oceano Pacífico, através das seguintes rotas: 1) Vila Bela da Santissima Trindade (MT) - San Ignacio de Velasco (Bolívia) e 2) Cáceres (MT) - San Matias (Bolívia). 3) As duas anteriores até Santa Cruz de La Sierra 8. Aproveitar a flexibilização da Lei das Ferrovia para articular a retomada da Malha Oeste Corumbá (MS) - Mairinque (SP) (buscar acordo e recursos) 9. Implementar voos domésticos de Corumbá-Campo Grande e Ponta Porã-Campo Grande 10. Fazer estudo sobre o potencial econômico e social de voos regionais internos (em MS e MT). 11. Integração dos modais ferroviário e rodoviário em MT e MS, incluso silos e armazéns (escoamento de grãos, gados, minérios). 12. Criação de um programa integrado de saneamento básico para os municípios fronteiriços que se situam no bioma Pantanal (circuito das águas). 13. Intensificar a criação das unidades de transbordo e a criação de cooperativas de reciclagem. 14. Realizar um grande estudo específico sobre a criação e integração de segurança aduaneira na faixa de fronteira MS e MT (Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai). 15. Criação do Posto da Polícia Rodoviária Federal na região Vila Bela/San Inácio/San Matias (descentralizar o controle de imigração e regularização do comércio)	3. Atrasos nas conclusões das obras dos aeroportos de Dourados, Cáceres e Tangará da Serra. 4. Priorização da rodovia frente a ferrovia para escoar minérios de Corumbá e Ladário. 5. Baixo contingente nas aduanas e necessidade de atualização da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº118/92 (regulamenta a saída de bens e mercadorias adquiridos no território brasileiro) para controle aduaneiro. 6. Falta integração/controle das rodoviárias com a Polícia Rodoviária Federal, visando humanizar e agilizar as vistorias nos ônibus de passageiros. 7. Falta regionalização de voos comerciais (MT-MS e entre os municípios de cada estado). 8. Falta controle das pistas de pouso/decolagem autorizadas localizadas em fazendas e no Pantanal. 9. Degradação ambiental do Pantanal e Cerrado. 10. Alto impacto da rodovia da morte (BR-163/humanos e BR-262/animais). 11. Alto preço dos combustíveis em todos os municípios da faixa de fronteira (reduções não acompanham as medidas nacionais – falta fiscalização). 12. Centralização de serviços e atividades nas capitais (Cuiabá e Campo Grande). 13. Sucateamento da ponte sobre o Rio Paraguai (Corumbá, BR-262) sob-risco de voltar para concessão privada (pedágio)."

Fonte: Autores, 2023.

5.3 - SAÚDE

A saúde é um direito fundamental orientado pela Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e pela Organização Mundial da Saúde aos países membros da Organização das Nações Unidas. Nessa perspectiva, o Brasil adere às Convenções, Declarações e Acordos internacionais relacionados à saúde, traduzindo suas ações no texto do art. 196 da Constituição Federal (1988) e no texto da Lei 8.080, de 1990, que cria o Sistema Único de Saúde.

No Brasil, o conceito ampliado de saúde está descrito como:

> Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Assim, os entes federados: Governo Federal, Estados e Municípios assumem responsabilidades, no sentido de ofertar ações em saúde, nos componentes de prevenção, promoção, atenção e recuperação.

De acordo com a Lei 8.080 de 19/09/1990 e suas leis complementares, é necessário observar os determinantes sociais em saúde, para que as ações tenham resolubilidade no território onde acontecem.

> Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
> § 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
> § 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
> Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)
> Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social (BRASIL, 1990; BRASIL, 2013).

A saúde de uma pessoa está relacionada ao ambiente onde vive, o desenvolvimento de suas capacidades para o autocuidado e o acesso que possui aos serviços e ofertas em saúde em sua região ou outra que possa atender às suas necessidades.

5.3.1 – Delimitação conceitual

O conceito de saúde em região de fronteira assumido por este estudo, consiste em afirmar que: saúde em região de fronteira, é a junção de esforços entre o poder público e a sociedade, para proporcionar o bem-estar e o bem viver das pessoas que ali circulam. Para que seja materializada, a saúde na fronteira deve ser organizada a partir da análise de informações epidemiológicas, relacionadas as causas de morbimortalidade de suas populações fixas e flutuantes, de iniciativas e cobertura populacional pela atenção primária em saúde, pela organização de redes e serviços conforme complexidades, observadas as capacidades de suas regiões de saúde, da qualificação das gestões em ações de fronteira e implementação de planos e estratégias operacionais, preferencialmente bi ou tri nacionais.

Astorga (2004), em pesquisa financiada pela Organização Panamericana da Saúde (OPAS), afirma que os serviços de saúde em região de fronteira necessitam de cooperação técnica internacional, entre países, para que as ações possam ser desenvolvidas, buscando a qualificação das ofertas aos cidadãos.

O Ministério da Saúde do Brasil no ano 2005 implementou o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), que foi finalizado no início dos anos 2010, sem alcançar os objetivos propostos ou apresentar uma nova ferramenta para essa inópia, potencializando as desigualdades em saúde para os arcos fronteiriços do país. Esse projeto foi analisado por muitos estudiosos, demonstrando a necessidade de que alguma política fosse desenvolvida para esses territórios, considerando suas especificidades, suas populações e suas capacidades operativas. Esse fato trouxe prejuízos às populações fronteiriças, sendo que em situações de endemias e pandemias, exige articulações e estratégias emergenciais.

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação de pandemia da COVID-19, como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, prevista em seu Regulamento Sanitário Internacional, com alerta de alto nível para todos os países. De acordo com a OMS, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente

nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19[44].

A COVID-19 exigiu dos países, que se colocasse em prática ações de saúde nas fronteiras de maneiras diversas e com as expertises de seus gestores de saúde. Esse movimento foi percebido no Brasil, que teve que se associar aos países fronteiriços para o desenvolvimento de ações para atendimento imediato, abertura de novos leitos, capacitações de urgência e o fechamento de fronteiras, de formas nem sempre adequadas as necessidades sociais da população nessas regiões e que, na medida do possível, se mostrou positiva. O protagonismo dos secretários estaduais e municipais de saúde foram a boa demonstração de gerenciamento da crise sanitária brasileira naquele momento.

O olhar para as iniquidades e os determinantes sociais em saúde em regiões de fronteira pode contribuir para um melhor desempenho de gestão, se, aliados ao desenvolvimento econômico e social, sejam ampliadas as ações em saúde, consideradas as regiões de saúde e as condições de acesso para as populações. Iniquidades devem ser revertidas em equidade, para que as pessoas alcancem direitos humanos básicos e possam contribuir com o progresso, vivendo em municípios saudáveis.

5.3.2 - Metodologia

Trata-se um estudo quantitativo/qualitativo, exploratório, elaborado a partir da coleta de informações nas bases de dados do Sistema Único de Saúde – SUS, utilizando os indicadores como ferramentas para o desenvolvimento de análises simplificadas.

De acordo com a Organização Panamericana da Saúde e Organização Mundial de Saúde (2010), “os indicadores de Saúde medem na população diferentes aspectos relacionados com a função ou incapacidade, a ocorrência de doenças ou óbito, bem como, os aspectos relacionados com os recursos e desempenho dos serviços de saúde.”

Morbidade é a variável característica das comunidades de seres vivos, refere-se ao conjunto dos indivíduos que adquirem doenças (ou determinadas doenças) num dado intervalo de tempo em uma determinada população. A morbidade mostra o comportamento das doenças e dos agravos à saúde na população.

[44] Histórico da Pandemia de COVID-19 – Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19

A morbidade é frequentemente estudada segundo quatro indicadores básicos: a incidência, a prevalência, a taxa de ataque e a distribuição proporcional. Para este estudo definimos fazer uso da prevalência e com a taxa de mortalidade hospitalar por município/UF.

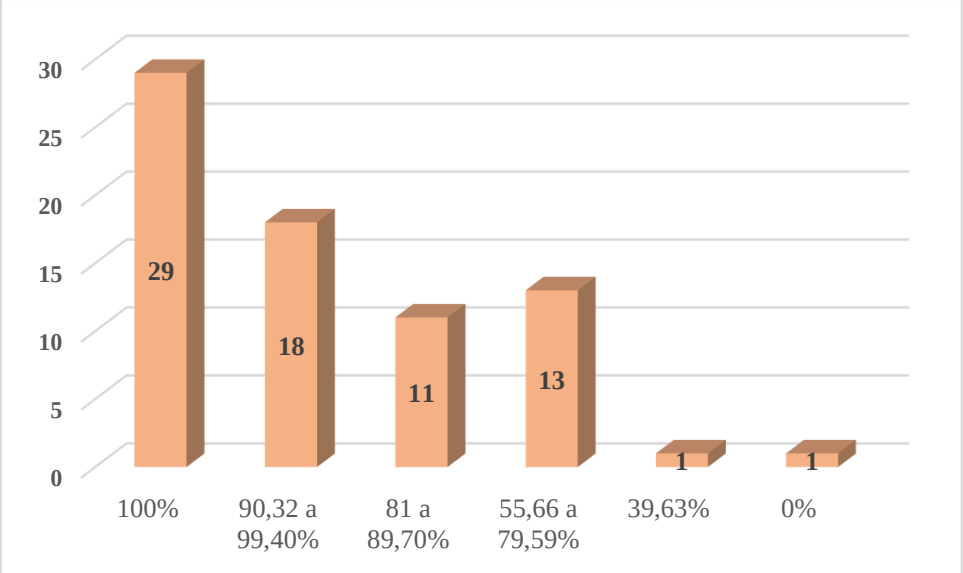
Mortalidade é a variável característica das comunidades de seres vivos; refere-se ao conjunto dos indivíduos que morreram num dado intervalo do tempo. Representa o risco ou probabilidade que qualquer pessoa na população apresenta de poder vir a morrer ou de morrer em decorrência de uma determinada doença. Diversas vezes temos que medir a ocorrência de doenças numa população através da contagem de óbito e para estudá-las corretamente; estabelecemos uma relação com a população que está envolvida. É calculada pelas taxas ou coeficientes de mortalidade. Representam o "peso" que os óbitos apresentam numa certa população.

Calculamos principalmente os coeficientes ou taxas de mortalidade geral, mortalidade infantil, mortalidade por causa e a letalidade, apesar de haver muitos outros coeficientes de mortalidade bastante usados. Para este estudo definimos fazer uso da ocorrência e da taxa bruta de mortalidade por município/UF. A análise dos dados estará baseada nas teorias da análise de conteúdo, possibilitando aproximações com a realidade das sub-regiões em pauta (Minayo, 2012)

5.3.3 - Cobertura da atenção primária

Em relação à cobertura da atenção primária - PNPS 2020-2023 observou-se que 29 (39,73%) municípios possuem 100% do seu território coberto pela atenção primária e 64,38% apresentam mais de 90% de cobertura territorial (Figura 13). O destaque negativo é Taquarussu-MS que em 2022 não apresentou nenhum registro de atenção primária e para Cáceres com apenas 39,63% da população coberta pela atenção primária, em que pesem as 10 Equipes de Saúde da Família (eSF) (Quadro 12).

Figura 13 - Cobertura da atenção primária - PNPS 2020-2023, segundo a quantidade de municípios da FF-CO.



FONTE: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2022. Org. Autores, 2023

Quadro 13 - Cobertura da atenção primária - PNPS 2020-2023 da FF-CO.

IX – Sub-região Chapada dos Parecis	População do Município	População Coberta APS	Observação
Campos de Júlio	7.245	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 10.658 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 7.245 pessoas.
Comodoro	21.249	91,4	Em 11/2022 o município contava com 6 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 19.423 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 19.423 pessoas.
Conquista D'Oeste	4.163	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 4.393 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 4.163 pessoas.
Nova Lacerda	6.861	100%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 7.569 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 6.861 pessoas.
Sapezal	27.485	100%	Em 11/2022 o município contava com 6 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP)

			financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 28.215 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 27.485 pessoas.
Tangará da Serra	107.631	89,02%	Em 11/2022 o município contava com 22 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 95.818 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 95.818 pessoas.
X – Sub-região Alto Paraguai	**População do Município**	**População Coberta APS**	**Observação**
Araputanga	17.078	95,50%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 16.311 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 16.311 pessoas.
Barra do Bugres	35.642	74,49%	Em 11/2022 o município contava com 7 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 26.553 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 26.553 pessoas.
Curvelândia	5.267	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 6.572 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 5.267 pessoas.
Figueirópolis D'Oeste	3.411	100%	Em 11/2022 o município contava com 1 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 3.678 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 3.411 pessoas.
Glória D'Oeste	2.990	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 3.646 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 2.990 pessoas.
Indiavaí	2.806	100%	Em 11/2022 o município contava com 1 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 2.980 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 2.806 pessoas.

Jauru	8.377	94,89%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 7.949 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 7.949 pessoas.
Lambari D'Oeste	6.246	86,45%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 5.400 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 5.400 pessoas.
Vila Bela da Santíssima Trindade	16.412	100%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 17.897 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 16.412 pessoas.
Mirassol d'Oeste	28.135	96,74%	Em 11/2022 o município contava com 7 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 27.218 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 27.218 pessoas.
Pontes e Lacerda	46.105	92,52%	Em 11/2022 o município contava com 10 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 42.659 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 42.659 pessoas.
Porto Esperidião	12.176	100%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 14.219 pessoas (*) e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 12.176 pessoas. Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde.
Porto Estrela	2.794	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 4.241 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 2.794 pessoas.
São José dos Quatro Marcos	18.788	93,04%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 17.481 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 17.481 pessoas.

Reserva do Cabaçal	2.754	91,57%	Em 11/2022 o município contava com 1 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 2.522 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 2.522 pessoas.
Rio Branco	5.147	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 5.381 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 5.147 pessoas.
Salto do Céu	3.226	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 4.561 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 3.226 pessoas.
Vale de São Domingos	3.124	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 3.584 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 3.124 pessoas.
XI – Sub-região Pantanal	**População do Município**	**População Coberta APS**	**Observação**
Barão de Melgaço	8.165	81%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 6.619 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 6.619 pessoas.
Cáceres	95.339	39,63%	Em 11/2022 o município contava com 10 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 37.780 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 37.780 pessoas.
Nossa Senhora do Livramento	13.093	100%	Em 11/2022 o município contava com 4 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 1 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 13.287 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 720 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 13.093 pessoas.
Poconé	33.386	100%	Em 11/2022 o município contava com 9 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 30.820 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 30.820 pessoas.

Anastácio	25.336	93,66%	Em 11/2022 o município contava com 8 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 23.730 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 23.730 pessoas.
Aquidauana	48.184	100%	Em 11/2022 o município contava com 17 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 48.843 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 48.184 pessoas.
Corumbá	112.669	85,03%	Em 11/2022 o município contava com 27 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 96.107 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 96.107 pessoas.
Ladário	24.040	64,01%	Em 11/2022 o município contava com 7 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 15.390 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 15.390 pessoas.
Miranda	28.423	66,62%	Em 11/2022 o município contava com 7 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 18.938 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 18.938 pessoas.
Porto Murtinho	17.640	75,31%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 13.150 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 13.150 pessoas.
Sidrolândia	60.792	79,59%	Em 11/2022 o município contava com 12 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 48.387 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 48.387 pessoas.
XII – Sub-região Bodoquena	**População do Município**	**População Coberta APS**	**Observação**
Bela Vista	24.842	76,70%	Em 11/2022 o município contava com 6 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 19.054 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 19.054 pessoas.
Bodoquena	7.802	100%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde.

			A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 8.050 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 7.802 pessoas.
Bonito	22.401	96,75%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 21.673 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 21.673 pessoas.
Guia Lopes da Laguna	9.754	100%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 11.056 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 9.754 pessoas.
Jardim	26.375	100%	Em 11/2022 o município contava com 7 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 26.516 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 26.375 pessoas.
Nioaque	13.794	75,17%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 10.370 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 10.370 pessoas.
XIII – Sub-região Dourados	**População do Município**	**População Coberta APS**	**Observação**
Caarapó	31.005	81,11%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 25.151 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 25.151 pessoas.
Caracol	6.247	97,67%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 6.102 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 6.102 pessoas.
Deodápolis	13.043	100%	Em 11/2022 o município contava com 6 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 15.648 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 13.043 pessoas.

Dois Irmãos do Buriti	11.547	89,70%	Em 11/2022 o município contava com 4 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 10.358 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 10.358 pessoas.
Douradina	6.025	96,03%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 5.786 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 5.786 pessoas.
Dourados	227.990	85,36%	Em 11/2022 o município contava com 52 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 1 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 188.600 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 6.034 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 194.634 pessoas.
Eldorado	12.447	95,41%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 11.876 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 11.876 pessoas.
Fátima do Sul	19.152	100%	Em 11/2022 o município contava com 7 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 24.272 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 19.152 pessoas.
Glória de Dourados	9.934	100%	Em 11/2022 o município contava com 4 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 10.863 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 9.934 pessoas.
Itaporã	25.748	77,66%	Em 11/2022 o município contava com 7 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 19.787 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 19.787 pessoas.
Jateí	4.015	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 4.581 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 4.015 pessoas.
Maracaju	48.994	90,32%	Em 11/2022 o município contava com 11 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 44.209 pessoas e a população coberta pelas Equipes da

			Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 44.209 pessoas.
Nova Alvorada do Sul	22.967	82,38	Em 11/2022 o município contava com 7 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 18.921 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 18.921 pessoas.
Novo Horizonte do Sul	3.556	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 5.548 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 3.556 pessoas.
Rio Brilhante	38.884	99,40%	Em 11/2022 o município contava com 9 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 38.612 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 38.612 pessoas.
Taquarussu	3.588	0%	Em 11/2022 o município contava com 0 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 0 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 0 pessoas.
Vicentina	6.115	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 6.233 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 6.115 pessoas.
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	**População do Município**	**População Coberta APS**	**Observação**
Amambai	40.247	78,75%	Em 11/2022 o município contava com 9 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 31.698 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 31.698 pessoas.
Antônio João	9.082	100%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 9.279 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 9.082 pessoas.
Aral Moreira	12.511	82,95%	Em 11/2022 o município contava com 4 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 10.378 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 10.378 pessoas.

Coronel Sapucaia	15.449	86,30%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 13.333 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 13.333 pessoas.
Iguatemi	16.273	95,26	Em 11/2022 o município contava com 4 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 15.502 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 15.502 pessoas.
Itaquiraí	21.604	81,73%	Em 11/2022 o município contava com 6 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 17.658 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 17.658 pessoas.
Japorã	9.372	55,66%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 1 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 4.611 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 606 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 5.217 pessoas.
Juti	6.861	100%	Em 11/2022 o município contava com 2 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 7.125 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 6.861 pessoas.
Laguna Carapã	7.496	97,65%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 7.320 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 7.320 pessoas.
Mundo Novo	18.578	92,87%	Em 11/2022 o município contava com 5 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 17.255 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 17.255 pessoas.
Naviraí	56.484	77,26%	Em 11/2022 o município contava com 11 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 43.642 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 43.642 pessoas.
Paranhos	14.576	67,49%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 9.838 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 9.838 pessoas.

Ponta Porã	95.320	100%	Em 11/2022 o município contava com 21 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 100.965 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 95.320 pessoas.
Sete Quedas	10.751	98,93%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 10.636 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 10.636 pessoas.
Tacuru	11.795	63,95%	Em 11/2022 o município contava com 3 Equipes de Saúde da Família (eSF) e 0 Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde. A população coberta pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) era de 7.544 pessoas e a população coberta pelas Equipes da Atenção Primária (eAP) era de 0 pessoas. O total de cadastros (limitado pela população IBGE) era de 7.544 pessoas.

FONTE: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2022

5.3.4 - Cobertura vacinal

De uma maneira geral, a taxa de cobertura vacinal na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste se mostra satisfatória. Alguns municípios alcançaram índices superiores a 100% com aplicação da segunda dose, como Porto Estrela, Salto do Céu, Fátima do Sul, Jateí, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu e Vicentina. Por outro lado, Vila Bela da Santíssima Trindade (50,04%), Caracol (50,20%) e Aral Moreira (48,14%) foram os que apresentaram os mais baixos índices de vacinação.

Quadro 12 - Taxa de cobertura vacinal - covid-19 da FF-CO: 2021 a 30 de setembro de 2023.

IX – Sub-região Chapada dos Parecis	População do Município	Cobertura Vacinal 2 doses	Total de doses	Cobertura Vacinal 3 doses	Total de doses	Cobertura Vacinal 4 doses	Total de doses
Campos de Júlio	7.245	99,62%	7.138	42,39%	3.037	8,15%	584
Comodoro	21.249	70,53%	19.795	29,71%	8.340	5,13%	1.440
Conquista D'Oeste	4.163	71,65%	23.044	30,40%	9.777	5,56%	1.789
Nova Lacerda	6.861	63,34%	4.267	25,62%	1.726	4,39	296
Sapezal	27.485	77,43%	21.055	27,98%	7.608	4,13%	1.124
Tangará da Serra	107.631	67,29%	71.981	30,20%	32.309	6,27%	6.704
X – Sub-região Alto Paraguai	**População do Município**	**Cobertura Vacinal 2 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 3 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 4 doses**	**Total de doses**
Araputanga	17.078	76,34%	12.954	41,18%	7.326	10,76%	1.825
Barra do Bugres	35.642	71,93%	25.225	40,57%	14.226	10,37%	3.635
Curvelândia	5.267	85,43%	4.438	45,79%	2.379	12,32%	640
Figueirópolis D'Oeste	3.411	74,29%	2.499	44,35%	1.492	14,27%	480

Glória D'Oeste	2.990	92,75%	2.738	44,28%	1.307	10,43%	308
Indiavaí	2.806	81,84%	2.254	45,93%	1.265	10.93%	301
Jauru	8.377	86,27%	7.160	50,22%	4.168	14,78%	1.227
Lambari D'Oeste	6.246	65,35%	4.022	37,86%	2.330	10,28%	633
Vila Bela da Santíssima Trindade	16.412	50,04%	9.170	23,24%	3.736	4,65%	748
Mirassol d'Oeste	28.135	65,68%	18.341	33,03%	9.223	7,51%	2.096
Pontes e Lacerda	46.105	68,66%	31.498	31,31%	14.361	7,29%	3.346
Porto Esperidião	12.176	78,08%	9.381	42,67%	5.126	10,81%	1.299
Porto Estrela	2.794	110,95%	3.071	74,42%	2.060	25,36%	702
São José dos Quatro Marcos	18.788	69,22%	12.897	35,62%	6.636	8.29%	1.544
Reserva do Cabaçal	2.754	71,68%	1.934	32,91%	888	5,89%	159
Rio Branco	5.147	77,56%	3.965	38.71%	1.979	9,96%	509
Salto do Céu	3.226	108,02%	3.462	65,55%	2.101	18.56%	595
Vale de São Domingos	3.124	91,00%	2.800	39,75%	1.223	7,51%	231
XI – Sub-região Pantanal	**População do Município**	**Cobertura Vacinal 2 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 3 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 4 doses**	**Total de doses**
Barão de Melgaço	8.165	68,81%	5.518	41,16%	3.782	14,20%	1.139
Cáceres	95.339	64,67%	61.101	33,65%	31.793	7,43%	7.022
Nossa Senhora do Livramento	13.093	92,90%	11.994	59,39%	7.667	15,72%	2.029
Poconé	33.386	64,48%	22.960	34,09%	11.266	8,88%	2.935
Anastácio	25.336	65,48%	16.472	35,83%	9.014	11.23%	2.825
Aquidauana	48.184	83,90%	39.975	44,51%	21.208	10,91%	5.196
Corumbá	112.669	67,70%	72.203	29,44%	32.851	5,34%	5.955
Ladário	24.040	58,51%	13.892	31,89%	7.571	7,65%	1.817
Miranda	28.423	65,44%	18.370	29,43%	8.261	5.91%	1.660
Porto Murtinho	17.640	58,93%	10.084	31,66%	5.418	7.22%	1.236
Sidrolândia	60.792	56,75%	33.941	30.98%	18.528	8,27%	4.947
XII – Sub-região Bodoquena	**População do Município**	**Cobertura Vacinal 2 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 3 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 4 doses**	**Total de doses**
Bela Vista	24.842	65,40%	16.088	32,17%	7.913	11.11%	2.733
Bodoquena	7.802	75,14%	5.814	35,14%	2.719	8,66%	670
Bonito	22.401	76,95%	17.137	34,86%	7.763	8.06%	1.795
Guia Lopes da Laguna	9.754	73,74%	7.117	33,96%	3.278	7,30%	705
Jardim	26.375	80,49%	21.093	41,97%	10.997	11,61%	3.043
Nioaque	13.794	60,44%	8.212	31,88%	4.332	8,48%	1.152
XIII – Sub-região Dourados	**População do Município**	**Cobertura Vacinal 2 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 3 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 4 doses**	**Total de doses**
Caarapó	31.005	81,45%	24.919	36.24%	11.087	6,94%	2.123
Caracol	6.247	50,20%	3.657	26,97%	1.666	8,87%	548
Deodápolis	13.043	77,73%	10.050	42,42%	5.485	12,84%	1.660
Dois Irmãos do Buriti	11.547	69,47%	7.911	40,43%	4.604	9,35%	1.065
Douradina	6.025	68,60%	4.673	38,12%	2.266	8,43%	501
Dourados	227.990	80,42%	182.739	40,46%	91.933	10,55%	23.965
Eldorado	12.447	73,94%	9.148	40.93%	5.064	9,20%	1.138
Fátima do Sul	19.152	104,27%	20.015	62,57%	12.010	17,29%	3.319

Glória de Dourados	9.934	87,10%	8.602	55,50%	5.481	17,08%	1.687
Itaporã	25.748	62,83%	15.639	36,31%	9.037	10.07%	2.506
Jateí	4.015	103,92%	4.139	67,89%	2.704	20.11%	801
Maracaju	48.994	61,50%	29.832	28,41%	13.779	6,39%	3.098
Nova Alvorada do Sul	22.967	70,94%	16.074	33,76%	7.649	6,81%	1.543
Novo Horizonte do Sul	3.556	143,58%	5.123	112.30%	4.007	34,61%	1.235
Rio Brilhante	38.884	73,38%	28.168	35,45%	13.610	8,42%	3.231
Taquarussu	3.588	101,18%	3.590	65,22%	2.314	18,86%	669
Vicentina	6.115	108,11%	6.614	79,81%	4.883	28,51%	1.744
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	**População do Município**	**Cobertura Vacinal 2 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 3 doses**	**Total de doses**	**Cobertura Vacinal 4 doses**	**Total de doses**
Amambai	40.247	71,66%	28.391	32,70%	12.954	7,41%	2.934
Antônio João	9.082	76,83%	6.852	38,44%	3.428	8,43%	752
Aral Moreira	12.511	48,14%	5.878	20.99%	2.563	3,35%	409
Coronel Sapucaia	15.449	60,35%	9.256	23,65%	3.627	4,49%	689
Iguatemi	16.273	79,39%	12.806	41,93%	6.763	10,10%	1.630
Itaquiraí	21.604	62,74%	13.370	35,06%	7.741	10,06%	2.143
Japorã	9.372	59,63%	5.394	23,86%	2.158	1,69%	153
Juti	6.861	79,15%	5.364	38,67%	2.621	7,50%	508
Laguna Carapã	7.496	70,75%	5.218	33,91%	2.501	6,47%	477
Mundo Novo	18.578	73,71%	13.659	33,87%	6.276	8,83%	1.637
Naviraí	56.484	70,17%	39.263	34,88%	19.516	8,48%	4.745
Paranhos	14.576	68,66%	9.789	25,83%	3.683	2.83%	403
Ponta Porã	95.320	80,42%	76.117	31,51%	29.819	7,52%	7.113
Sete Quedas	10.751	67,56%	7.177	25,82%	2.743	3,77%	400
Tacuru	11.795	74,14%	8.542	43,50%	5.012	6.11%	704

FONTE: Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) até as 01/10/2023 às 18:06:16

5.3.5 - Mortalidade

Quando se olha para a taxa bruta de mortalidade da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste é possível afirmar que é considerada baixa pois todas são inferiores a 15%, conforme observado no ano de 2021, em que pese, ainda, a ocorrência da covid-19.

Quadro 13 - Taxa bruta de mortalidade da FF-CO (2021)

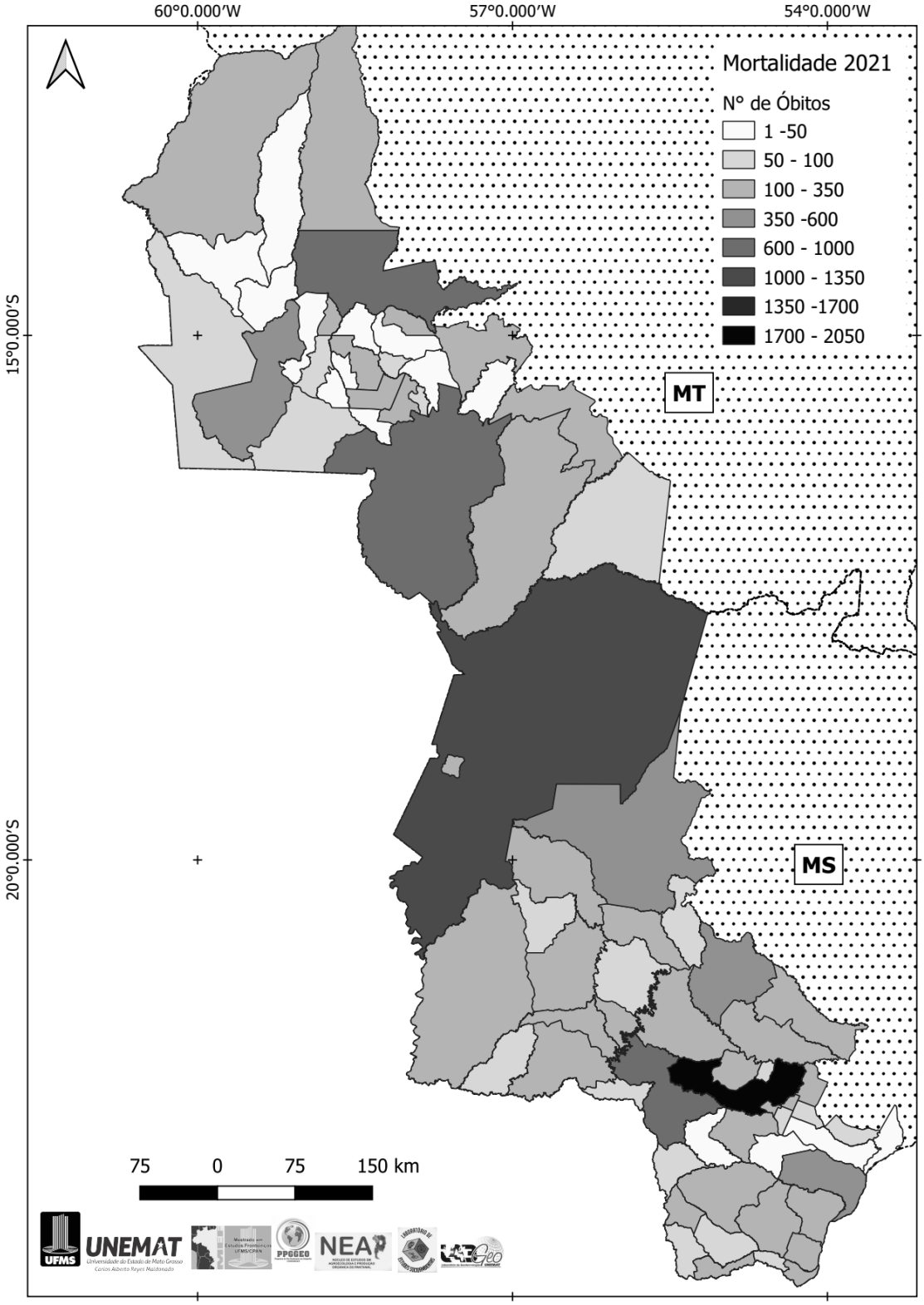
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	População do Município	Mortalidade Geral 2021	Taxa Bruta de Mortalidade/Indicador
Campos de Júlio	7.245	27	3,72
Comodoro	21.249	156	7,34
Conquista D'Oeste	4.163	41	9,84
Nova Lacerda	6.861	34	0,00
Sapezal	27.485	118	4,29
Tangará da Serra	107.631	859	7,98

X – Sub-região Alto Paraguai	População do Município	Mortalidade 2021	Taxa Bruta de Mortalidade/Indicador
Araputanga	17.078	146	8,54
Barra do Bugres	35.642	209	5,86
Curvelândia	5.267	52	9,87
Figueirópolis D'Oeste	3.411	29	8,5
Glória D'Oeste	2.990	42	14,04
Indiavaí	2.806	19	6,77
Jauru	8.377	96	11,45
Lambari D'Oeste	6.246	40	6,4
Vila Bela da Santíssima Trindade	16.412	96	5,84
Mirassol d'Oeste	28.135	268	9,52
Pontes e Lacerda	46.105	471	10,21
Porto Esperidião	12.176	92	7,55
Porto Estrela	2.794	40	14,31
São José dos Quatro Marcos	18.788	201	10,69
Reserva do Cabaçal	2.754	21	7,62
Rio Branco	5.147	57	11,07
Salto do Céu	3.226	39	12,08
Vale de São Domingos	3.124	29	9,28
XI – Sub-região Pantanal	**População do Município**	**Mortalidade 2021**	**Taxa Bruta de Mortalidade/Indicador**
Barão de Melgaço	8.165	67	8,2
Cáceres	95.339	914	9,58
Nossa Senhora do Livramento	13.093	120	9,16
Poconé	33.386	307	9,19
Anastácio	25.336	254	10,02
Aquidauana	48.184	482	10
Corumbá	112.669	1.034	9,17
Ladário	24.040	157	6,53
Miranda	28.423	249	8,76
Porto Murtinho	17.640	116	6,57
Sidrolândia	60.792	387	6,36
XII – Sub-região Bodoquena	**População do Município**	**Mortalidade 2021**	**Taxa Bruta de Mortalidade/Indicador**
Bela Vista	24.842	174	7
Bodoquena	7.802	64	8,2
Bonito	22.401	170	7,58
Guia Lopes da Laguna	9.754	123	12,61

Jardim	26.375	246	9,32
Nioaque	13.794	94	6,81
XIII – Sub-região Dourados	**População do Município**	**Mortalidade 2021**	**Taxa Bruta de Mortalidade/Indicador**
Caarapó	31.005	260	8,38
Caracol	6.247	53	8,48
Deodápolis	13.043	133	10,19
Dois Irmãos do Buriti	11.547	81	7,01
Douradina	6.025	52	8,63
Dourados	227.990	2041	8,95
Eldorado	12.447	112	8,99
Fátima do Sul	19.152	219	11,43
Glória de Dourados	9.934	100	10,06
Itaporã	25.748	166	6,44
Jateí	4.015	13	3,23
Maracaju	48.994	301	6,14
Nova Alvorada do Sul	22.967	145	6,31
Novo Horizonte do Sul	3.556	53	14,9
Rio Brilhante	38.884	245	6,3
Taquarussu	3.588	28	7,8
Vicentina	6.115	78	12,75
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	**População do Município**	**Mortalidade 2021**	**Taxa Bruta de Mortalidade/Indicador**
Amambai	40.247	346	8,59
Antônio João	9.082	82	9,02
Aral Moreira	12.511	72	5,75
Coronel Sapucaia	15.449	133	8,6
Iguatemi	16.273	126	7,74
Itaquiraí	21.604	148	6,85
Japorã	9.372	65	6,93
Juti	6.861	36	5,24
Laguna Carapã	7.496	36	4,8
Mundo Novo	18.578	193	10,38
Naviraí	56.484	532	9,41
Paranhos	14.576	100	6,85
Ponta Porã	95.320	929	9,74
Sete Quedas	10.751	102	9,48
Tacuru	11.795	81	6,86

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Figura 14 - Distribuição do número absoluto bruto de mortalidade por município da FF-CO (2021)



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023)

5.3.6 - Morbidade

As sub-regiões selecionadas para o estudo, apresentam dados sobre internação peculiares, com causas que necessitam de ampliação de estratégias de atenção à saúde, visando a promoção da saúde e a prevenção de doenças e mortes evitáveis.

As taxas de morbidade são os resultados dos óbitos hospitalares, à partir das internações, por tipo de causa e auxiliam com suas importâncias, na compreensão de necessidades de organização de redes e serviços de saúde locais, regionais e estaduais.

A sub-região da Chapada dos Parecis é composta por 06 municípios. Destes, 02 municípios não apresentam dados de internação hospitalar, sendo eles: Conquista D'Oeste e Nova Lacerda.

As taxas de morbidade nos municípios de Campos de Júlio, Comodoro, Sapezal e Tangará da Serra chamam atenção para as neoplasias (tumores), em especial para neoplasias malignas do fígado e vias biliares intra-hepáticas, pele, mama, colo de útero e trato urinário, traqueia, brônquios e pulmão; seguidos respectivamente, das doenças do aparelho circulatório, as hemorragias intracranianas, doenças do aparelho digestivo e de septicemias.

A sub-região do Alto Paraguai é composta por 18 munícipios, dos quais 12 municípios não apresentam dados de internação, sendo eles: Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Lambari D'Oeste, Porto Esperidião, Porto Estrela, São José dos Quatro Marcos, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Vale de São Domingos.

As taxas de morbidade nos municípios de Araputanga, Jauru, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda e Salto do Céu, apresentam dados relacionados às neoplasias (tumores), com foco em neoplasias malignas de mama, reto, ânus, canal anal, fígado e vias biliares intra-hepáticas, tecido mesotelial e tecidos moles, encéfalo; leucemia, acidente vascular cerebral não especificado hemorrágico ou isquêmico, doença de Alzheimer, doenças do aparelho respiratório.

A sub-região do Pantanal se compõe com 11 municípios, dos quais 02 municípios, Barão de Melgaço e Ladário não registram dados de internação hospitalar.

As taxas de morbidade nos municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Miranda, Porto Murtinho e Sidrolândia, apresentam dados de óbitos hospitalares por neoplasias malignas do fígado e vias biliares intra-hepáticas,

útero, bexiga, órgãos digestivos, mama, colón, útero, estomago, pâncreas, laringe; anemia por deficiência de ferro e tuberculoses, doenças do aparelho circulatório e septicemias.

A sub-região de Bodoquena é composta por 06 municípios, sendo que Nioaque, não apresenta registros de internação hospitalar.

Os municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna e Jardim, apresentam dados de óbitos hospitalares relacionados às neoplasias malignas do fígado e vias biliares intra-hepáticas, traqueia, brônquios, pulmões e mama; doença diverticular do intestino, doenças alcoólicas do fígado, diarreias e gastroenterite de origem infecciosa presumida, desnutrição e anemias.

A sub-região de Dourados se compõe por 17 municípios, sendo que o município de Douradina, não apresenta registro de internações hospitalares.

Os municípios de Caarapó, Caracol, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jatei, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Rio Brilhante, Taquarussu, Vicentina, apresentam dados de óbitos hospitalares relacionados à doenças infecciosas intestinais, tuberculose miliar, septicemias, as neoplasias (tumores) malignos nos lábios, cavidade oral e faringe, esôfago, fígado e vias biliares intra-hepáticas, pâncreas, traqueia, brônquios, pulmão, pele, tecido mesotelial e tecidos moles, colo do útero; linfoma não-Hodgkin, doenças do aparelho circulatório, hipóxia intrauterina e asfixia ao nascer e traumatismo intracraniano.

A sub-região do Cone Sul-mato-grossense é composta por 15 municípios, sendo que o município de Japorã não registra dados de internação hospitalar.

Nos municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Iguatemi, Itaquirai, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru, apresentam dados representativos em doenças infecto parasitárias, neoplasias malignas de fígado e vias biliares intra-hepáticas, encéfalo e outras partes sistema nervoso central, linfoma não-Hodgkin, doenças do aparelho circulatório, infarto cerebral, outras doenças vasculares periféricas, doenças do aparelho respiratório.

As neoplasias, chamadas canceres, são as causas de óbitos hospitalares mais representativas em todas as regiões estudadas, o que significa a necessidade de um olhar técnico e de gestão que oriente a ampliação e implementação de hospitais regionais, com a organização de serviços de atenção especializada em áreas da oncologia.

Os dados coletados, apontam para doenças que se apresentam em regiões de agronegócios, com uso intenso de insumos agrícolas e pesticidas, bem como a dificuldade de acesso a serviços de atenção secundária e terciária em saúde. Eles sinalizam para se pensar práticas agrícolas mais sustentáveis.

A ausência de dados hospitalares nas regiões, apontam para a necessidade de implantação de serviços hospitalares fronteiriços e ferramentas de gestão em saúde que potencializem a quantidade e a qualidade da atenção à saúde nos territórios.

A Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste possui muitos municípios com populações menores que 10 mil habitantes, localizados em regiões de saúde que necessitam expandir suas coberturas de atenção primária em saúde, o que contribui para o acompanhamento e monitoramento de agravos à saúde da população. Para isso é necessário que os gestores locais ampliem suas participações estabelecidas por lei, para o fortalecimento de suas redes de atenção à saúde, aumentando o número de Centros de Especialidades e articulando parcerias tripartite (Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde, parcerias internacionais ou responsabilidade social de empresas estabelecidas nos territórios), para a construção de hospitais regionais, Hospitais de pequeno e médio porte).

O que ameaça as ações em saúde nos territórios contidos na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste é a dependência massiva de custeio do Ministério da Saúde para as ações de Atenção Primária em Saúde, o que demonstra o baixo comprometimento dos municípios em criar condições de sustentabilidade para as ações em saúde primária, média e alta complexidade. O tratamento fora de domicílio - TFD é uma ação recorrente em municípios que não possuem estrutura ampliada de serviços de saúde pública, o que onera a municipalidade, as famílias e contribui para o não desenvolvimento das ações em saúde na região prioritária.

Em comum os municípios estudados possuem, em sua grande maioria, boa cobertura de Atenção Primária em Saúde - APS, tendo em todo o conjunto apenas um município que não possui sequer esse tipo de atendimento (conforme registrado no CNES-IBGE - (Taquarussu/MS). Essa potencialidade das equipes de atenção básicas em saúde, contribui para a ampliação de ações de redução de morbidade e mortalidade por doenças preveníveis.

As fraquezas comuns identificadas no estudo são as condições de saúde e as causas de internação mais frequentes na população durante a série histórica de 10 anos de registro de dados epidemiológicos, como eventos preveníveis ou que podem ser acompanhados em Centros de Especialidades. As doenças infecto-parasitárias ainda são uma das causas de internação, o

demonstra a necessidade de desenvolvimento de políticas de saneamento básico em todas as regiões. Os cânceres de pele, mama e colo de útero, são fatores de saúde preocupantes, posto que os serviços especializados estão distantes das regiões prioritárias desses grupos de municípios. As doenças crônico-degenerativas (hipertensão e diabetes) são causas que motivam internações decorrentes dos agravos adjacentes, o que poderia ser melhor acompanhado se houvesse um conjunto de hospitais regionais nas regiões de saúde dessas municipalidades para os encaminhamentos. Outra fraqueza observada, é o número de profissionais disponíveis nos serviços de saúde e as baixas oportunidades de receberem qualificações presenciais, com possíveis deslocamentos aos grandes centros. Outra fragilidade é a não composição de equipes de projetos e captação de recursos nesses territórios, o que demandaria uma assessoria técnica para organização dessas estratégias, com fortalecimento do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde - COSEMS em cada UF.

5.3.7 – Análise SWOT/FOFA

Do ponto de vista das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, o eixo saúde na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste pode ser organizado, conforme quadro 14.

Quadro 14 - Análise SWOT/FOFA do eixo Saúde nos municípios da FF-CO.

Forças	**Fraquezas**
1. Existência de muitos municípios com populações menores que 10 mil habitantes; 2. Equipes de atenção básicas em saúde; 3. Elevada adesão da vacina covid-19; 4. Presença do PPG Estudos Fronteiriços em Corumbá; 5. Práticas de atendimento humanitário; 6. Presença de cursos de medicina nas cidades gêmeas; 7. Existência do SUS.	1. Dependência de recursos federais para operacionalização da saúde; 2. Ausência de serviços hospitalares de média e alta complexidade; 3. Incapacidade de diálogo com os gestores de saúde vizinhos fronteiriços; 4. Prefeitos pouco comprometidos com a busca pela cooperação internacional; 5 Incapacidade de criação de um banco de dados para os atendimentos sistemáticos dos vizinhos fronteiriços; 6. Ações sanitárias e de combate epidemiológicos unilaterais.
Oportunidades	**Ameaças**
1. Adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); 2. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2024 -2027; 3. Valorização da pesquisa pública e privada pós-pandemia; 4. Telemedicina – Atendimento Remoto;	1. Parcos recursos federais para operacionalização da saúde; 2. Risco de aumento exponencial da busca dos vizinhos fronteiriços pelos serviços de saúde; 3. Risco de uma nova pandemia; 4. Conflitos internacionais, com diáspora dos povos vencidos;

5. Cooperação internacional com a Bolívia e com o Paraguai para o enfrentamento dos problemas de saúde nas fronteiras; 6. Próteses e implantes impressos em 3D de acordo com a biotipo do paciente; 7. Retomada do SISfronteira; 8. Fortalecimento da UNASUL e do Mercosul.	5. Fortalecimento do negacionismo das campanhas preventivas de saúde coletiva; 6. Privatização de setores estratégicos da saúde pública; 7. Poluição do ar e mudanças climáticas; 8. Aumento das doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, câncer e doenças cardiovasculares).

Fonte: Autores, 2023.

5.4 - SEGURANÇA

As cidades localizadas na Faixa de Fronteira (FF) em Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS) têm perfis com semelhanças quando tratamos de aspectos demográficos. Para efeito comparativo, MT possui população menor que a região metropolitana de Belo Horizonte (MG) e MS menor que a de Curitiba (PR). São diversas as razões para esse traço da ocupação de seus territórios, sendo algumas bem semelhantes. A principal delas está relacionada às históricas estruturas latifundiárias ligadas à pecuária e ao plantio e colheita da soja, denotando na existência de conflitos dos mais variados ligados à questão. Disputas por terras e conflitos com indígenas coabitam com baixos adensamentos populacionais e com traços socioeconômicos bastante vulneráveis. E é sobre essa realidade fronteiriça que os órgãos de segurança pública, especialmente as polícias civis e militares, atuam que faremos algumas observações e propostas para esse projeto.

Em 2012 ambos os estados elaboraram seus planos de desenvolvimento para a faixa de fronteira, e nos dois casos a segurança pública pautou parte desses planos. Em MS, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira (MATO GROSSO DO SUL, 2012) preconizava a necessidade de elaborar planos estratégicos para solução de conflitos ligados à terra bem como para sua estrutura ser integrada e de caráter comunitário, ao mesmo passo que o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça do Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2012) apontava para a necessidade de ampliação do efetivo e das atuações policiais como forma de transmitir à população mais sentimentos de segurança. Contudo, o que pudemos perceber foi que em nenhum dos casos as diretrizes foram efetivadas, ao contrário, as vozes mais comuns é de que o efetivo foi reduzido e as ações continuam sendo pautadas nas ocorrências.

Embora os respectivos planos de desenvolvimento para a faixa de fronteira previssem atuações mais planejadas e calculadas no campo da segurança pública, nota-se que as instituições estatais continuam sujeitas a algumas características que terminam por promover atuações mais limitadas. A primeira delas é o caráter reativo que é peculiar ao próprio estado brasileiro, ou seja, as ações ocorrem a partir de demandas apresentadas. Exemplo disso está nos núcleos de inteligência que operam nas delegacias regionais em MT e MS, onde seu pessoal, bastante reduzido, trabalha a partir de ocorrências realizando sinapses com os agentes de segurança que atuam na investigação e repressão. Não conseguimos identificar rotinas proativas nos campos da inteligência, o que implica no permanente pensar em respostas às problemáticas de segurança pública a partir do ocorrido.

Um segundo aspecto que devemos mencionar diz respeito ao pensamento consolidado nas altas esferas administrativas da nação e que se reproduzem nas estaduais aqui estudadas. Falamos do sentido de vigilância e controle como os principais condutores das ações em fronteira. Esse histórico procedimento, especialmente ligado às Forças Armadas, acabam por orientar as administrações da segurança pública e reger as ações desencadeadas nesse espaço. Ou seja, a fronteira é permanentemente vista como local de ameaças, seja ao território, à integridade do patrimônio, aos valores culturais nacionais, dentre outras. Isso não passa despercebido pelos agentes de segurança pública que, rotineiramente, mencionam esse espaço como ‘ameaçador’.

Ficou evidente o quanto é prejudicial a inexistência de formação dos agentes de segurança pública que promova a compreensão das dinâmicas socioespaciais, incluindo os variados níveis de vulnerabilidades que suas populações estão sujeitas e que são típicas das fronteiras. Damos como exemplo as interações econômicas e sociais que são intensificadas pelos movimentos migratórios que ali ocorrem, isso gera algumas situações de indocumentação e deixa o sujeito à margem da proteção do Estado. Nesses casos, conforme pudemos constatar em ambientes da assistência social, mulheres se sentem menos confiantes para denunciar violências domésticas do que as que estão com documentação regular em solo brasileiro.

Neste sentido, fortalecimentos de elos institucionais com a Guarda Municipal, nos municípios onde ela estiver instalada, devem ser colocados na ordem do dia. As Guardas Municipais possuem interessantes capilaridades na sociedade o que as colocam em lugar de destaque em uma perspectiva municipal de segurança pública. A Patrulha Maria da Penha é um

dos exemplos de suas atuações que podem ser aproveitadas quando se tratar de alcance de uma polícia comunitária.

Ainda sobre a questão do binômio vigilância-controle, as operações em fronteira promovidas pelas Forças Armadas precisam ser melhor analisadas. Da forma como são conduzidas, os resultados alcançados estão muito mais relacionados ao fortalecimento da ideia de criminalizar o espaço fronteiriço do que o de transmitir à população local algum sentimento de segurança. Devemos adicionar que anúncios das operações leva as organizações criminosas a elaborarem novas estratégias de atuação. Embora os agentes públicos de segurança que ouvimos tenham reforçado a ideia de que as Forças Armadas são importantes no sentido de promover o controle do território a partir de ações de vigilância, alguns deles foram enfáticos ao dizer que tais operações "não produzem efeito duradouro". Os gastos públicos com essas operações não justificam o volume de suas apreensões realizadas.

Outro aspecto relevante é relacionado à existência de redes solidárias de proteção criadas a partir de segmentos da população e que precisam ser estimuladas, identificadas, valorizadas e fortalecidas pelas autoridades de segurança pública. Seja nas zonas rurais ou urbanas que foram analisadas, a existência de práticas sociais que são sustentadas por laços familiares, amizades, atividades econômicas, dentre outras, carecem de melhores compreensões por parte das autoridades. Para tanto, necessitarão afastar do referido binômio e aproximar da realidade onde atuam. Neste sentido, as centrais regionais, seja da Polícia Militar seja da Polícia Civil, podem exercer papel importante a partir da construção de uma base cartográfica dinâmica que lhes permita identificar pontos inexistentes ou mais vulneráveis nas redes de proteção. A partir de uma base cartográfica, com uso de georreferenciamento e valorização de elos com a sociedade (Konzen, Pessoa, Silva, 2023) podem permitir que sejam feitos recálculos sobre as patrulhas rurais e a polícia comunitária como instrumentos de pacificação e estabilização da segurança pública em fronteira.

Conforme pudemos averiguar, são as centrais regionais que possuem agentes de segurança com mais tempo de atuação na localidade. Ou seja, são esses servidores que podem possuir maiores conhecimentos da realidade em que estão lotados e que, portanto, podem entender melhor as dinâmicas que ocorrem em seus territórios de atuação. Consideramos isso como uma oportunidade muito importante para iniciar um processo de aperfeiçoamento das políticas de segurança pública em fronteira, através de redimensionamentos nos aproveitamentos de seus quadros e estabelecimento der canais de diálogos com a sociedade.

Uma informação importante é que em ambos os estados ocorrem centralizações dos dados da violência, bem como de uma cartografia que assinala níveis de incidências, recorrências, dentre outros. Isso, por um lado, pode ser visto como algo positivo para tomadas de decisões, uma vez que a leitura mais ampla e profunda conduz à celeridade e eficiência nas ações. Porém, por outro lado, as decisões cotidianas por parte dos superiores lotados nas regionais de ambas as polícias ficam prejudicadas por não possuírem banco de dados e base cartográfica relativos a esse cotidiano. Ou seja, a partir de mapas dinâmicos sobre as redes e ocorrências as ações poderão ser mais bem elaboradas.

A indisponibilidade de acesso aos dados relativos às incidências e recorrências dos diversos tipos de delitos, crimes e violência prejudicou sobremaneira a realização de coleta de dados, parte essencial desta pesquisa. Um outro recurso que poderia ser utilizado era o Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Gabinete da Presidência da República. Contudo, a última publicação feita IPEA, não com dados da violência por municípios do Brasil, foi em 2019.

Desta forma, optamos por fazer a pesquisa em busca de leituras dos policiais visitados a respeito da violência a que eles trabalham cotidianamente. Em Jardim, por exemplo, a delegada visitada relatou que o combate à violência contra a mulher esbarra em dois problemas culturais na região que envolve aquela cidade até a fronteira com Bela Vista. O primeiro é o casamento precoce de meninas, que ocorre nas faixas etárias da adolescência com homens em torno dos 30 anos. O segundo é a ocorrência histórica de trabalhadores paraguaios sazonais que atuam nos trabalhos de cultivo e colheita na região. Esses, quando autores de violência contra a mulher evadem para o território do país vizinho impossibilitando procedimentos policiais padrão.

Em Dourados, Antônio João e Ponta Porã, a ocorrência de violência por parte de trabalhadores sazonais se repete. Na opinião dos policiais que pudemos acessar a questão indígena aparece como uma questão “sem solução”, uma vez que esses estão sob a proteção de legislação federal. Agiotagem, superexploração de trabalho entre outras são recorrentes situações que os policiais têm que enfrentar.

Em Jardim, Dourados, Antônio João e Ponta Porã quando perguntados pelas ocorrências de abigeato, os policiais mencionaram esse crime como recorrentes na região. Contudo, assinalaram que se trata de algo com características muito distintas quando comparadas aos

anos 1980 e 1990. Segundo eles o crime se tornou algo de pequenas proporções e localizadas em propriedades próximas a linha de limite internacional o que termina por dificultar a ação e até mesmo a observação do ocorrido por parte dos proprietários. Mencionaram ainda que essa prática consiste em matar o animal ainda em solo brasileiro e, depois de carneá-lo, levar as partes que lhes interessam deixando o restante da parte do animal morto sem valor ainda na propriedade. Isso foi mais enfatizado na Regional de Jardim, sendo que se referiam a propriedades em Bela Vista.

Na questão da terra dois problemas foram os mais enfatizados. O primeiro diz respeito ao furto de equipamentos de alto valor no mercado internacional e que são utilizados nas colheitadeiras. O segundo está relacionado aos "esporádicos" casos de conflitos pela terra, que suas opiniões, também, os colocam em uma espécie de limbo de ação. Em ambas as situações afirmaram ser da alçada das mais elevadas esferas dos comandos das respectivas polícias a decisão sobre a ação a ser deflagrada.

Em um panorama mais amplo, os policiais ressentem da falta de planejamento do cotidiano, sempre referindo a estarem permanentemente "apagando fogo", sem que as situações se resolvam. Os pequenos estabelecimentos de comércio de entorpecentes, as chamadas "bocas de fumo", só são alvo de operações quando ocorrem situações de violência em que a população de vizinhança está ameaçada.

O contrabando de cigarros e pneus são os dois tipos de crime cujas ocorrências mais chamaram a atenção quando da visita à DOF e à Delegacia de Fronteiras em Dourados. Neste ponto, dois assuntos foram bastante enfatizados. O primeiro é em relação às dificuldades em realizar operações com colaborações das autoridades policiais paraguaias. Mencionaram as altas rotatividades em postos de comando na polícia do país vizinho como um dos elementos que impedem estabilização dos diálogos. O segundo é identificar o contrabando de pneus, uma vez que grande parte deles entram em solo brasileiro rodando em caminhões. Em ambos os órgãos ficou evidente que se trata de crimes muito recorrentes e que conta com estruturas e logísticas muito articuladas.

Nas fronteiras em Mato Grosso percebemos muitas semelhanças em relação as de Mato Grosso do Sul, porém com algumas especificidades. Se em MS o contrabando de cigarros e de pneus e o furto de equipamentos de tecnologia de ponta ocupam o topo da pauta das autoridades policiais, em MT há recorrências de atividades relacionadas aos crimes ambientais,

especialmente ao tráfego ilegal de madeira. Esse tipo de crime mobiliza os serviços de inteligência e seus efetivos terminam por receber treinamentos específicos para suas ações.

Além deste, o crime de contrabando de agrotóxicos ocupa bastante as agendas dos comandos das respectivas polícias. Esse tipo de crime, além de todas as características típicas de organização criminosa, gera severos prejuízos à população em geral e à fronteiriça em específico, como podemos perceber nas incidências de mortalidade demonstradas no eixo Saúde deste relatório.

No que diz respeito às migrações internacionais, dinâmica rotineira nas fronteiras de MS e MT, a situação é bastante preocupante. Identificamos quatro tipos de migração estabelecidas e estáveis nessas fronteiras. A migração pendular, ou seja, pessoas que se deslocam rotineiramente ao país vizinho para trabalhar, estudar ou cuidar da saúde. Os permanentes, sendo aqueles que estão domiciliados fora do país de origem. Os de passagem, ou em trânsito, que fazem uso da fronteira para em seus limites procederem os trâmites de ingresso no território. E, os sazonais, aqueles que migram para o país para atividades específicas e marcadas no tempo, e depois retornando para seu país de origem. Exceto o último que é bem-marcado em atividades de plantio e colheita de diversos tipos de produtos e em diversos municípios, predominando os paraguaios que migram ao Sul de MS para seus trabalhos, os demais tipos de migrantes são verificados nas fronteiras em estudo. E, à exceção de Corumbá (MS), não foi encontrado em nenhum dos municípios qualquer tipo de programa, projeto ou ação que busque mitigar as suas vulnerabilidades.

Em Corumbá existem projetos ligados à municipalidade e coordenados pelo Migrafron (Observatório Fronteiriços das Migrações Internacionais), do Mestrado em Estudos Fronteiriços, Campus do Pantanal da UFMS, que promovem reconhecimentos de direitos e formação dos servidores municipais para melhor atendê-los.

Em outubro de 2023 o Migrafron e a Prefeitura Municipal de Corumbá realizaram o II Encontro de Municípios de Fronteira, evento que contou com a participação das municipalidades de Porto Espiridião e Cáceres, além de órgãos do estado do MT. Nesse encontro ficou decidida a criação e uma rede de municípios de fronteira para atuar na questão migratória em três segmentos administrativos: saúde, educação e assistência social.

5.4.1 – Análise SWOT/ FOFA do Eixo Segurança

Quadro 15 - Análise SWOT/FOFA do eixo Segurança na FF-CO.

Forças	**Fraquezas**
1. Departamento de Operações de Fronteira e Delegacia de Fronteiras em MS; 2. Quadro de delegados e oficiais com bom nível de preparo para atuar em fronteira, alguns com mais de 10 anos de experiência; 3. Base de dados, mesmo que centralizada nas capitais, com muito bom estoque de informações; 4. GGI-FRON integrado e ampliado com os estados vizinhos; 5. Presença do PPG Estudos Fronteiriços em Corumbá; 6. Presença do Observatório Fronteiriços das Migrações Internacionais – Migrafron; 7. Existência de patrulhas rurais e polícia comunitária.	1. Efetivo reduzido e com alta rotatividade. 2. Ausência de dados locais sistematizados; 3. O conhecimento empírico é do servidor e não é sistematizado pelos órgãos; 4. Ausência de mapeamento de zonas rurais com proprietários e demandas recorrentes; 5. Falta de diálogo mais efetivo com comunidades mais vulneráveis; 6. Fraca relação de cooperação com as polícias paraguaias e, ainda carentes de maior aprofundamento com as polícias bolivianas.
Oportunidades	**Ameaças**
1. Os relacionamentos historicamente construídos entre as populações fronteiriças favorecem a base cartográfica de redes solidárias; 2. Cooperação internacional para combate ao crime; 3. Avanço nos sistemas de monitoramento; 4. Tecnologias sociais para uso da inteligência no combate ao crime; 5. Fortalecimento do Mercosul e da Unasul; 6. Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) 2021-2030. 7. Uso de sistemas de controle, com fins de segurança pública, com manejo de instrumentos de leitura facial, controle de trânsito e tráfego com recursos da Inteligência Artificial.	1. Ampliação do domínio das facções criminosas nas regiões fronteiriças vizinhas; 2. Falta de formação específica para atuação policial nas fronteiras; 3. Desconhecimento das dinâmicas populacionais que implicam em atuações de trabalhadores sazonais vizinhos fronteiriços em terras brasileiras; 4. Conflitos entre as sociedades de fronteiras que implica em dificuldades para a identificação de redes solidárias; 5. Ausência de base cartográfica das rodovias conhecidas como cabriteiras e de estradas vicinais com fluxos, tipificações de mercadorias e de pessoas. 6. A velocidade com que o crime organizado age pode ser potencializado pelos recursos da Inteligência Artificial

5.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um pilar fundamental para o crescimento e a sustentabilidade das regiões. No contexto do Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira (PDIF), da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), o Eixo

Estratégico 5 desempenha um papel central. Este eixo é dedicado ao diagnóstico de questões sociais e econômicas dos municípios, bem como de políticas e ações externas que incidem, possibilitam e impulsionam a promoção de estratégias para o desenvolvimento econômico dos municípios e populações fronteiriças da região Centro-Oeste brasileira.

Metodologia

O diagnóstico de desenvolvimento econômico demandou uma metodologia abrangente, que levou em consideração as pesquisas documental e bibliográfica a fim de viabilizar a análise de diversos indicadores e fontes de dados. Para tanto, foram utilizados os seguintes materiais e métodos.

Para levantamento das pesquisas sobre o desenvolvimento econômico dos 73 municípios e estados que compõem a Faixa de Fronteira do Centro Oeste foi aplicada a técnica de Levantamento de dados, conforme proposto por Marconi e Lakatos (2017), cuja busca ocorreu nos sítios oficiais, na rede mundial de computadores (WEB), das seguintes instituições: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Receita Federal, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Confederação Nacional de Indústrias (CNI), o Banco Central, a Receita Federal, as prefeituras e câmaras legislativas municipais, as assembleias legislativas e secretarias de governos dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Fundação Palmares e do Sistema de Dados Abertos do Brasil em 2023, considerando os sítios eletrônicos e agências destas e outras instituições governamentais relevantes.

No processo de desenvolvimento do levantamento documental também foi elaborado de um banco de dados, planilhado em Excel, onde possibilitou organizar os dados socioeconômicos, demográficos e ambientais dos 73 municípios em estudo a partir de fontes confiáveis.

Neste processo, foi desenvolvido um banco de dados e a estruturação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) voltado para mapear os municípios, identificar suas

características geográficas e espaciais, como proximidade de fronteiras, rios, rodovias e áreas urbanas e rurais.

Foram considerados apresentações e estudos com entrevistas de líderes locais, empresários e membros das comunidades para obter informações qualitativas sobre a economia local, desafios e oportunidades.

Em termos metodológicos de pesquisa, desenvolveu-se análise documental após a coleta de dados secundários de fontes oficiais, como censos demográficos, relatórios governamentais e estudos prévios sobre a Faixa de Fronteira do Centro Oeste, incluindo seus municípios.

As análises estatísticas foram desenvolvidas de forma descritiva, para apresentar: a distribuição de indicadores econômicos, como: PIB per capita, produtos internos brutos a preços correntes, taxa de emprego; contextos populacionais; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); acesso da população a programas de combate à pobreza, com número de beneficiários de programas; índices de principais produções, atividades e setores municipais; áreas com assentamentos rurais e terras indígenas; existência de programas de aquisição de alimentos e sistemas de inspeções de produtos de origem animal e vegetal municipal e estadual (SIM; SIE); presença de instituições bancárias e feiras; principais produções de agricultura, extrativismo, comércio e serviços; produção de produtos ou fornecedores de produtos orgânico nos/aos municípios; integração a proposta de cidade empreendedora; apoio a programas de assistência e extensão rural; ações de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; principais setores de arrecadação; cidades gêmeas, com suas cadeias produtivas e selos de inspeções; produtos com selos e indicações de origem; e, por fim, potencialidades para o desenvolvimento econômico.

Os municípios foram agrupados a partir das divisões sub-regionais estabelecidas nos planejamentos de ação e relatórios da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), aos quais consideraram aspectos ambientais e identitários de cada município que construíram padrões regionais de desenvolvimento nos territórios da Faixa de Fronteira. Com isso, foi possível reduzir a dimensionalidade dos dados e identificar os principais fatores que influenciam o desenvolvimento econômico.

As técnicas de análise espacial possibilitaram identificar áreas com potencial para desenvolvimento econômico, levando em consideração fatores geográficos e socais, como proximidade de fronteiras, acessibilidade e fluxos comerciais e culturais.

Por fim, os dados passaram por um processo de análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) com a finalidade de identificar fatores internos e que podem influenciar e potencializar a resolução ou acentuar problemas, bem como analisar os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento econômico de cada sub-região e município.

Essa metodologia abrangeu diferentes aspectos do desenvolvimento econômico, desde dados quantitativos até informações qualitativas, permitindo uma compreensão sistêmica das condições econômicas dos municípios na faixa de fronteira do Centro-Oeste.

Agora, ao direcionar nossa atenção para o quadro populacional e a densidade demográfica, é possível compreender como a distribuição da população nessas extensas áreas impacta não apenas a dinâmica local, mas também a região como um todo, assim como os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como o Brasil em seu contexto nacional. Vamos agora explorar as nuances demográficas que caracterizam essa parte do país.

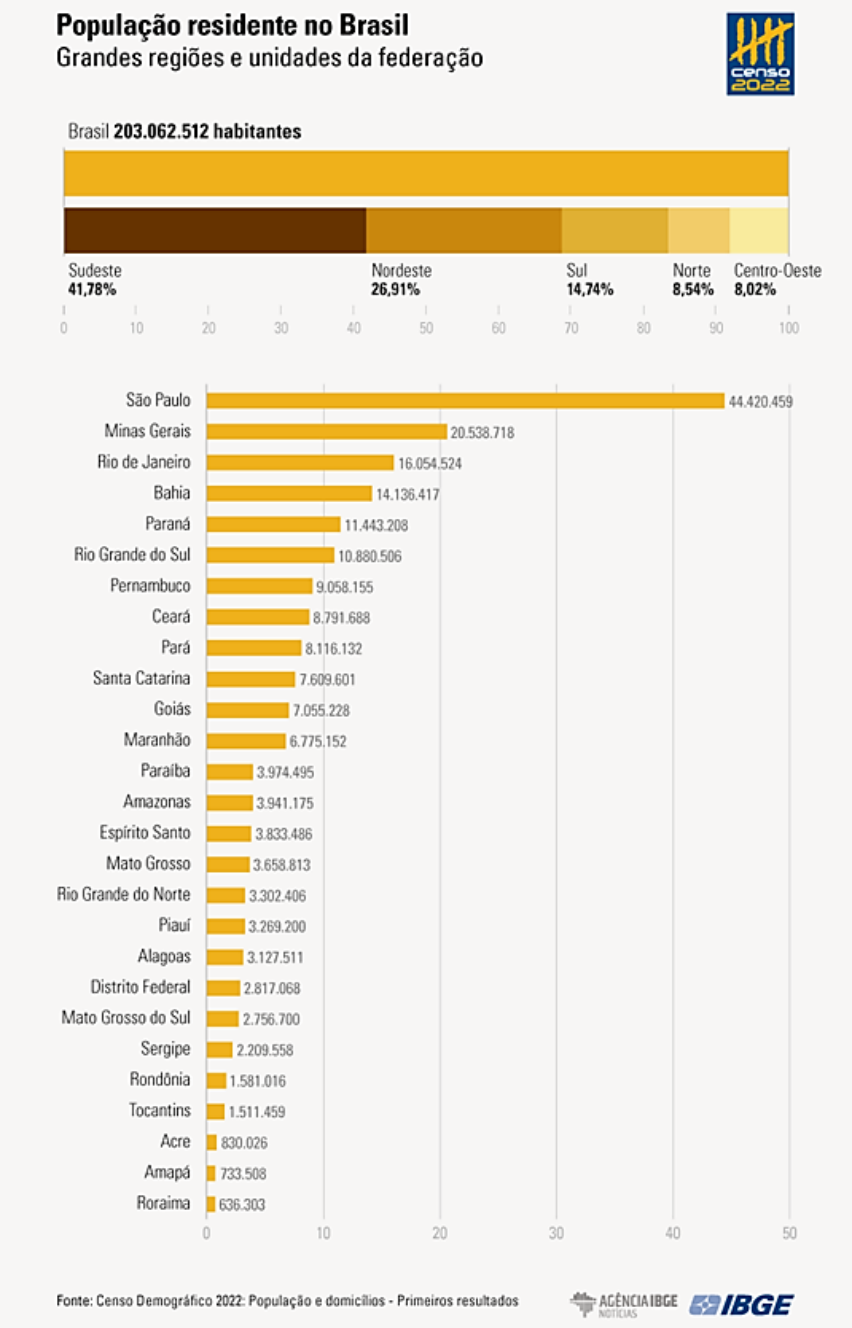
5.5.1 - População do Brasil, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e da Fronteira

O Brasil, uma nação de dimensões continentais, tem passado por transformações significativas em seu cenário demográfico nas últimas décadas, e essas mudanças também se refletem nas regiões administrativas que compõem a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste (CO) do país. Historicamente, o quadro populacional influencia a definição de políticas públicas de desenvolvimento social e econômico por parte do Estado brasileiro. Com isso, ao tomar como recorte territorial e temático a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, torna-se imprescindível apresentar a dinâmica da evolução populacional nos últimos 12 anos.

A análise do quadro populacional do Brasil, da região Centro-Oeste e de seus estados, juntamente com os dados referentes aos municípios que compõem a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, oferece uma visão abrangente das dinâmicas demográficas em um país de dimensões continentais com diferentes processos de desenvolvimento social e econômico. Estes números são cruciais para entender não apenas a evolução da população, mas também as tendências econômicas existentes e possíveis que moldam as diversas regiões e seus municípios no país.

O Brasil, com uma população de 203.062.512 habitantes em 2022, continua sendo uma nação de grande diversidade territorial, demográfica, cultural e social, refletindo a complexidade de sua história e geografia (Figura 15).

Figura 15 - População residente no Brasil, 2022.



Nesse contexto, a região Centro-Oeste desempenha um papel significativo, abrigando 16.287.809 habitantes, com um percentual de 8,02 de toda população brasileira. Ela é composta pelos estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cada um com suas peculiaridades econômicas e culturais.

O Distrito Federal, como a capital do país, concentra uma população de 2.817.068 habitantes, refletindo seu papel central nas atividades políticas e administrativas do Brasil.

Goiás, com sua diversidade geográfica e econômica, apresenta uma população de 7.055.228 habitantes. Mato Grosso, com sua vasta extensão territorial, belezas naturais e culturais, com relevância nos setores agropecuário e serviços, conta com 3.658.813 habitantes. Mato Grosso do Sul, conhecido por sua riqueza cultural e belezas naturais, registra 2.756.700 habitantes.

Adicionalmente, a partir desse panorama geral do país, é importante destacar a população dos 73 municípios que compõem as seis (06) sub-regiões da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, uma área estratégica para a segurança e o desenvolvimento do Brasil. A soma dos habitantes de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na Faixa de Fronteira da Região Centro Oeste totaliza 1.718.196 pessoas, ressaltando a relevância dessas sub-regiões para a nação (Quadro 16).

Quadro 16 - População total no Brasil e na região Centro Oeste, com o quadro dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e soma total dos residentes nos municípios da FF-CO (2010, 2020, 2021 e 2022).

UF	População 2010	Densidade demográfica 2010 km²	Estimativa 2020	Estimativa 2021	População 2022	Densidade demográfica 2022 km²	Dinâmica em %
Brasil – BR	190.755.799	22,43	211.755.692	213.317.639	203.062.512	23,86	6,06
Centro Oeste – CO	14.058.094	8,75	16.504.303	16.707.336	16.287.809	10,14	13,69
Distrito Federal – DF	2.570.160	444,07	3.055.149	3.094.325	2.817.068	489,01	8,76
Goiás – GO	6.003.788	17,65	7.113.540	7.206.589	7.055.228	20,74	14,90
Mato Grosso – MT	3.035.122	3,36	3.526.220	3.567.234	3.658.813	4,05	17,05
Mato Grosso do Sul - MS	2.449.024	6,86	2.809.394	2.839.188	2.756.700	7,72	11,16
FF-CO – Total (MT+MS)	1.570.023	6,04	1.786.759	1.804.263	1.718.196	6,61	8,62
Fonte: IBGE, 2010; 2020; 2021; 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).[45]							

Constatou-se, assim, uma dinâmica de variação da população em percentagem importante nos contextos para as administrações federal, regional, estadual e municipais que contrastam com o percentual da região da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO) entre os anos de 2010 e 2022, considerando também as estimativas populacionais dos anos de 2020 e 2021 que serviram de base para a elaboração do Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios e regiões para os respectivos anos.

A população residente nos 73 municípios da FF-CO, com base no último censo de 2022, corresponde a 0,85% da população brasileira. Em relação as pessoas residentes no Centro Oeste e nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que totalizam de 6.415.513, a da FF-CO

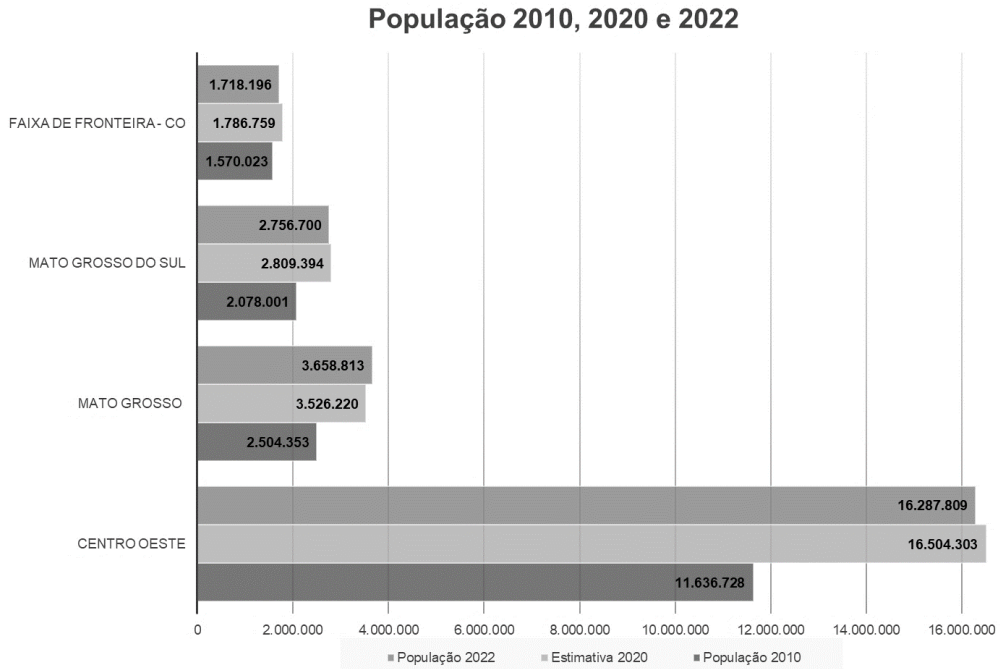
[45] Ver: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31458-populacao-estimada-do-pais-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-em-2021

corresponde a um total de 10,55% e 26,78%, respectivamente, com concentrações demográficas que podem ser apresentadas a partir das sub-regiões administrativas do Arco Central da FF-CO.

Da região Centro-Oeste, apesar do estado de Mato Grosso do Sul e da maioria municípios da FF-CO ter um crescimento abaixo da estimativa populacional de 2020, a região Centro Oeste os estados da Faixa de Fronteira cresceram acima de 20% nesses últimos doze (12) anos, com destaque para Mato Grosso, que cresceu 31,55%. Por outro lado, no geral, a dinâmica populacional dos municípios com sede ou parte do seu território na FF-CO teve um aumento pouco acima da nacional. Essas informações apresentam um quadro geral com diferenças substanciais entre cada Estado, bem como cada município dentro da área administrativa considerada região da FF-CO.

Com isso, pode-se constar essa distribuição e perfil de crescimento total de população a partir dos censos de 2010 e 2022, incluindo a estimativa de 2020 (Figura 16).

Figura 16 - Distribuição do quadro populacional na região Centro Oeste, com estados fronteiriços (2010, estimada em 2020 e 2022).



Fonte: IBGE, 2010; 2020; 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Além disso, para uma análise mais ampla social, cultural e econômica, é fundamental destacar o quadro populacional das comunidades indígenas e quilombolas presentes nessas áreas. Os dados do IBGE de 2022, fornecem uma base importante para entender suas condições de vida, desafios e necessidades específicas (Quadro 17).

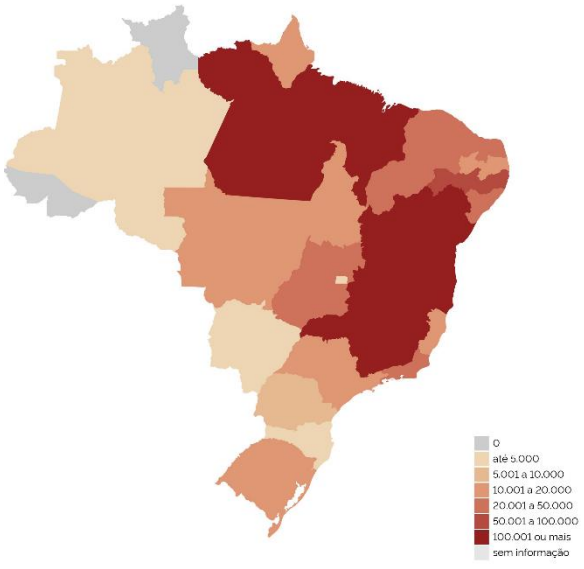
Quadro 17 - Quantidade da população quilombola e indígena no Brasil, na Região Centro Oeste e nos seus Estados e Distrito Federal.

UF	Nº Quilombolas	Nº Indígenas	Percentual da população brasileira	
			% Quilombolas	% Indígenas
BR	1.327.802	1.693.535	0,65	0,83
CO	44.957	199.912	0,28	1,23
DF	305	5.813	0,01	0,21
GO	30.387	19.522	0,43	0,28
MT	11.719	58.231	0,32	1,59
MS	2.546	116.346	0,09	4,22

Fonte: IBGE, 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

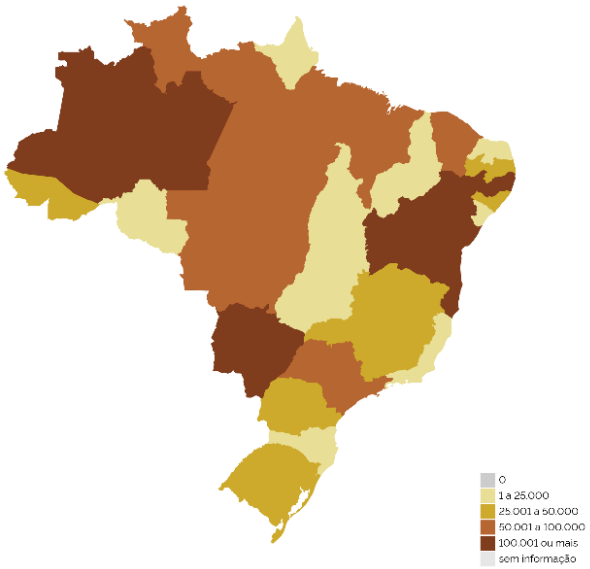
Portanto, a partir dessas informações do quadro da população em geral, somadas as quilombolas e indígenas, conforme os percentuais representados das figuras 17 e 18, o quadro populacional da região Centro-Oeste possibilita identificar contribuições, ações, demandas sociais e questões prioritárias que podem ser base para o desenvolvimento de medidas e políticas públicas para promover programas para a inclusão nos diferentes setores econômicos, considerando os instrumentos jurídicos para a proteção de direitos em um cenário demográfico em constante evolução.

Figura 17 - População quilombola - 2022, considerando o percentual da distribuição do número de pessoas por unidades da federação.



Fonte: IBGE, Censo 2022.

Figura 18 - População indígena - 2022, considerando o percentual da distribuição do número de pessoas por unidades da federação.



Fonte: IBGE, Censo 2022.

Em resumo, dentro deste panorama da população do país, as populações quilombolas e indígenas desempenham um papel importante na diversidade cultural e na riqueza do Brasil. Portanto, torna-se imprescindível que sejam incluídas de forma equitativa no desenvolvimento

do país. As políticas públicas adequadas podem não apenas melhorar suas condições de vida, mas também contribuir para um Brasil mais justo e inclusivo.

Em vista disso, também se faz necessário identificar a distribuição demográfica, considerando as concentrações populacionais em todos os municípios da FF-CO, inclusive as distribuições por sub-regiões, conforme organização administrativa das ações da SUDECO e do Governo Federal.

5.5.1.1 - População das Sub-regiões do Arco Central na FF-CO

Do total de 1.718.196 de habitantes residentes na região da FF-CO, estes encontram-se distribuídos territorialmente em 73 municípios e nas seis (06) sub-regiões administrativas do Arco Central da Faixa de Fronteira, conforme já observado, composto pelas: IX – Chapada dos Parecis, X – Alto Paraguai, XI – Pantanal, XII – Bodoquena, XIII – Dourados, XIV - Cone Sul-mato-grossense.

Estas sub-regiões estão situadas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constituem-se através de uma notável diversidade demográfica, cultural e econômica. Essas áreas, conhecidas por suas paisagens variadas que incluem desde o bioma Pantanal até serras e chapadas, abrigam comunidades urbanas e rurais, além de uma rica miscigenação cultural.

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira do Centro-Oeste são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária, a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais. Essa região, caracterizada por sua vastidão geográfica e recursos naturais abundantes, atrai pessoas em busca de oportunidades econômicas, mas também enfrenta desafios relacionados à preservação ambiental, ao patrimônio cultural e natural e à infraestrutura.

Ao compararmos os censos de 2010, contemplado a população urbana e rural, a estimativa populacional de 2020 e o de 2022, considerando a estimativa populacional do ano de 2020, podemos identificar um quadro complexo de aumento e declínio populacional em diferentes territórios dessa região estratégica.

Conforme tabela 5, pode-se identificar as tendências demográficas observadas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que compõem as seis (06) sub-regiões administrativas do Arco Central da FF-CO, destacam casos de aumento e declínio populacional entre os censos de 2010 e 2022 (Quadro 18).

Quadro 18 - População total, rural e urbana, em 2010, a estimativa da população residente em 2020 e censo 2022 nos municípios da FF-CO.

N. Cidade Gêmea	Sub-região	População					
		2010	Estimativa 2020	2022	Dinâmica em %	2010	
						Urbana	Rural
01	XI – Pantanal – MT	138.921	149.444	140.888	1,42	107.294	31.627
02	XI – Pantanal – MS	233.736	254.531	227.095	-2,84	193.265	40.471
03	XI – Pantanal – MT+MS	372.657	403.975	367.983	-1,25	300.559	72.098
-	X – Alto Paraguai – MT	206.695	219.626	205.745	-0,46	146.217	60.478
-	IX – Chapada dos Parecis – MT	133.678	171.329	172.868	29,32	112.674	21.004
	Faixa de Fronteira (MT) - Total						
01	XII – Bodoquena – MS	105.254	110.869	106.015	0,72	82.684	22.570
04	XIV - Cone Sul-mato-grossense – MS	300.751	347.460	329.419	9,53	217.244	83.507
-	XIII – Dourados – MS	450.988	533.500	536.166	18,89	366.094	84.894
	Faixa de Fronteira (MS) - Total						
Faixa de Fronteira – Total		**1.570.023**	**1.786.759**	**1.718.196**	**8,62**	**1.225.472**	**344.551**

Fonte: (IBGE). Censo Populacional 2010 e 2022. / Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A tabela apresenta dados importantes sobre a população total, urbana e rural, em 2010, estimativas para 2020 e o censo de 2022, exceto na área urbana e rural deste último ano, residentes em municípios da Faixa de Fronteira nos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). Vamos analisar esses dados em detalhes:

Sub-região XI - Pantanal - MT: Em 2010, a população total era de 138.921 habitantes, com 107.294 habitantes vivendo em áreas urbanas e 31.627 em áreas rurais. A estimativa para 2020 indicava um aumento para 149.444 habitantes, com um aumento maior na população urbana. No censo de 2022, a população estimada foi de 140.888 habitantes, mostrando um ligeiro declínio em relação a expectativa de 2020. O Censo 2022 ainda não disponibilizou o quadro de população residente na área urbana e rural.

Sub-região XI - Pantanal - MS: Em 2010, a população total era de 233.736 habitantes, com uma grande população urbana de 193.265 habitantes e uma população rural de 40.471 habitantes. A estimativa para 2020 acenava um aumento para 254.531 habitantes. No censo de 2022, a população levantada foi de 227.095 habitantes.

Sub-região XI - Pantanal - Total: A população desta sub-região em 2010 era de 372.657 habitantes, com a maioria vivendo em áreas urbanas (300.559) em comparação com áreas rurais (72.098). A estimativa para 2020 indicou um aumento para 403.975 habitantes. No censo de 2022, a população estimada foi de 367.983 habitantes, com uma ligeira queda em relação a 2020.

Sub-região X - Alto Paraguai: Em 2010, a população total era de 206.695 habitantes, com 146.217 habitantes em áreas urbanas e 60.478 em áreas rurais. A estimativa para 2020 indicou um aumento para 219.626 habitantes, com uma população rural reduzida. No censo de 2022, a população foi de 205.745 habitantes.

Sub-região IX - Chapada dos Parecis: Em 2010, a população total era de 133.678 habitantes, com 112.674 habitantes em áreas urbanas e 21.004 em áreas rurais. A estimativa para 2020 indicou um aumento significativo para 171.329. No censo de 2022, a população foi de 172.868 habitantes, mostrando um aumento constante.

Sub-região XII - Bodoquena: Em 2010, a população total era de 105.254 habitantes, com 82.684 habitantes em áreas urbanas e 22.570 em áreas rurais. A estimativa para 2020 indicou um aumento modesto para 110.869 habitantes. No censo de 2022, a população foi de 106.015 habitantes, com uma pequena variação demográfica em relação a 2010.

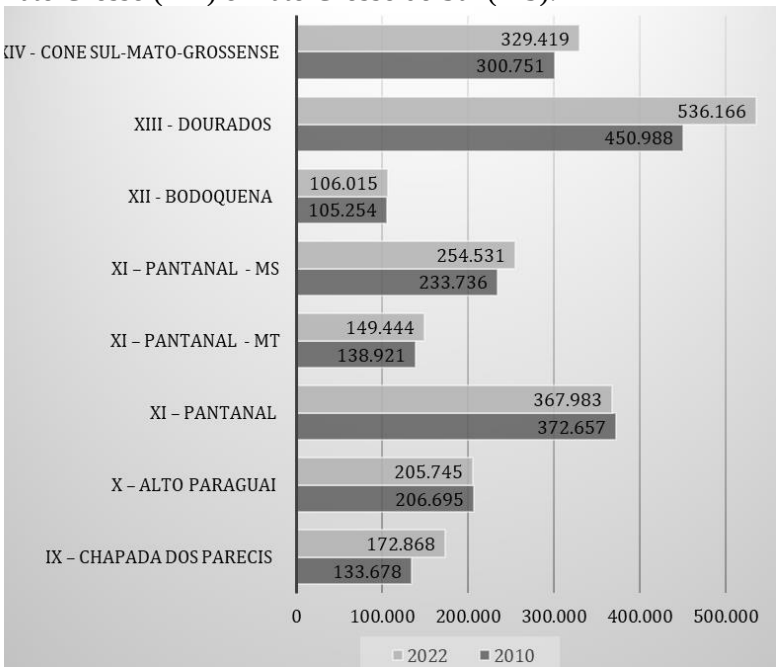
Sub-região XIV - Cone Sul-mato-grossense: Em 2010, a população total era de 300.751 habitantes, com 217.244 habitantes em áreas urbanas e 83.507 em áreas rurais. A estimativa para 2020 indicou um aumento significativo para 347.460 pessoas. No censo de 2022, a população foi de 329.419 habitantes.

Sub-região XIII - Dourados: Em 2010, a população total era de 450.988 habitantes, com 366.094 habitantes em áreas urbanas e 84.894 em áreas rurais. A estimativa para 2020 indicou um aumento para 533.500. No censo de 2022, a população estimada foi de 536.166 habitantes.

Em relação ao total da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO), em 2010, a população total era de 1.570.023 habitantes, com 1.225.472 habitantes em áreas urbanas e 344.551 em áreas rurais. A estimativa para 2020 indicava um aumento para 1.786.759 habitantes. No censo de 2022, a população de 1.718.196 habitantes e uma dinâmica de variação em percentual para 2022 subiu 8,62% (figura 19).

Essas análises nos fornecem informações sobre o crescimento e as mudanças na distribuição da população em 2010 e 2022, inclusive nas áreas urbanas e rurais em 2010, destacando a dinâmica demográfica na Faixa de Fronteira entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Figura 19 - População da FF-CO, conforme os censos de 2010 e 2022, distribuída por sub-regiões do Arco Central no Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS).



Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Nas análises das sub-regiões da Faixa de Fronteira no Centro-Oeste nos anos de 2010 e 2020, esses dados revelam nuances significativas nas dinâmicas populacionais em áreas urbanas e rurais dos municípios fronteiriços. Para uma visão mais detalhada dos números populacionais dos 73 municípios que compõem essa região, divididos entre os 28 de Mato Grosso e 45 de Mato Grosso do Sul, pode-se consultar o Quadro 19 com dados específicos e informações detalhadas sobre cada localidade, o que pode fornecer uma compreensão mais completa das tendências demográficas em curso. É importante considerar esses dados ao planejar políticas públicas e desenvolvimento nessas regiões.

Quadro 19 - População em 2010, com pessoas nas áreas rural e urbana, a estimativa da população em 2020 e o resultado consolidado do censo 2022 nos municípios da FF-CO.

Cidade Gêmea	UF	Sub-região	População					
			2010	Estimativa 2020	2022	Dinâmica em %	2010	
							Urbana	Rural
	XII – Bodoquena		**105.254**	**110.869**	**106.015**	**0,72**	**82.684**	**22.570**
Sim	MS	Bela Vista	23.181	24.735	21.613	-7,25	18.927	4.254
Não	MS	Bodoquena	7.985	7.838	8.567	6,79	5.777	2.208
	MS	Bonito	19.587	22.190	23.659	17,21	16.159	3.428
	MS	Caracol	5.398	6.182	5.036	-7,19	3.238	2.160
	MS	Guia Lopes da Laguna	10.366	9.824	9.939	-4,30	8.785	1.581
	MS	Jardim	24.346	26.238	23.981	-1,52	22.741	1.605
	MS	Nioaque	14.391	13.862	13.220	-8,86	7.057	7.334
	XI – Pantanal		**372.657**	**403.975**	**367.983**	**-1,27**	**300.559**	**72.098**
Não	MS	Anastácio	23.835	25.237	24.107	1,13	19.674	4.161
	MS	Aquidauana	45.614	48.029	46.803	2,54	35.926	9.688
	MT	Barão de Melgaço	7.591	8.164	7.253	-4,66	3.422	4.169
Sim	MT	Cáceres	87.942	94.861	89.478	1,72	76.568	11.374
	MS	Corumbá	103.703	112.058	96.268	-7,72	93.452	10.251

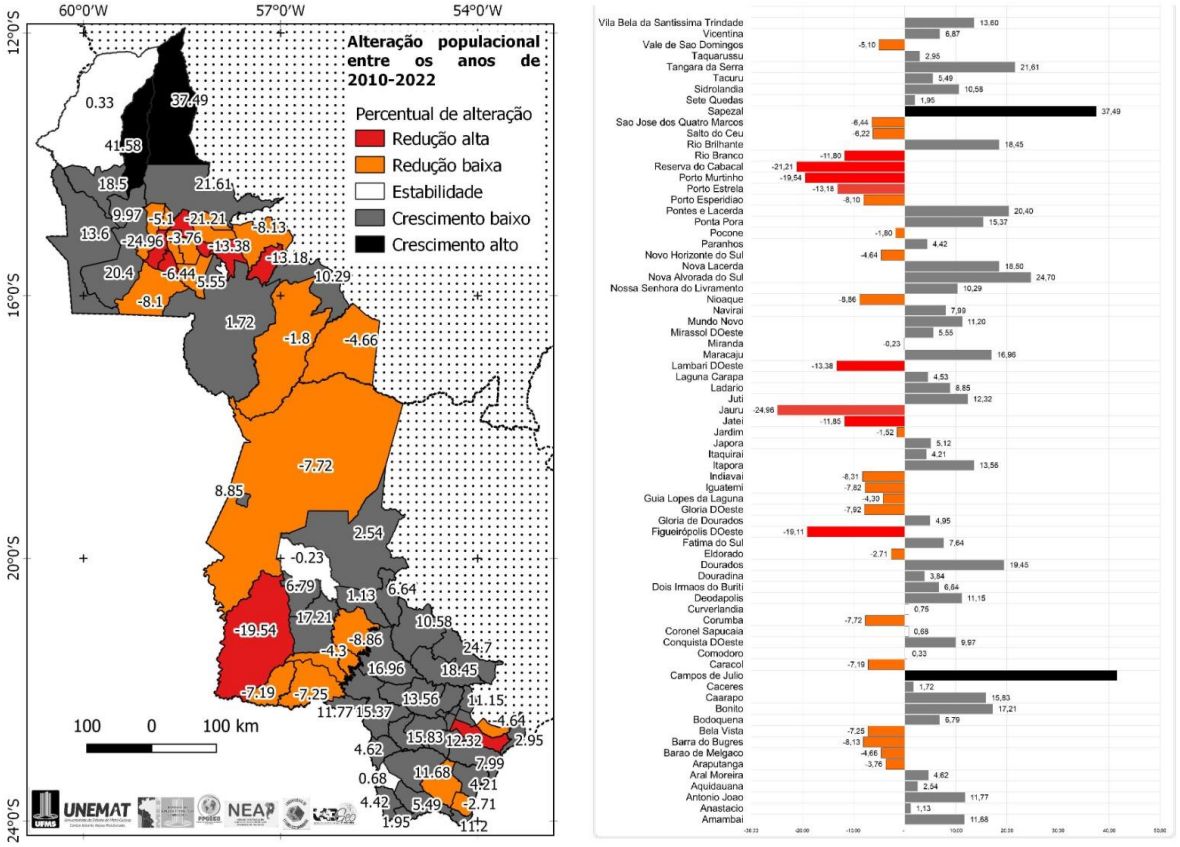
Não	MS	Ladário	19.617	23.689	21.522	8,85	18.587	1.030
	MS	Miranda	25.595	28.220	25.536	-0,23	15.567	10.028
	MT	Nossa Senhora do Livramento	11.609	13.104	12.940	10,29	4.242	7.367
	MT	Poconé	31.779	33.315	31.217	-1,80	23.062	8.717
Sim	MS	Porto Murtinho	15.372	17.298	-19,54	-19,54	10.059	5.313
	X – Alto Paraguai		**206.695**	**219.626**	**205.745**	**-0,46**	**146.217**	**60.478**
Não	MT	Araputanga	15.342	16.951	14.786	-3,76	12.185	3.157
	MT	Barra do Bugres	31.793	35.307	29.403	-8,13	25.996	5.797
	MT	Curvelândia	4.866	5.241	4.903	0,75	2.894	1.972
	MT	Figueirópolis D'Oeste	3.796	3.452	3.187	-19,11	2.010	1.786
	MT	Glória D'Oeste	3.135	3.008	2.905	-7,92	2.147	988
	MT	Indiavaí	2.397	2.779	2.213	-8,31	1.781	616
	MT	Jauru	10.455	8.582	8.367	-24,96	6.171	4.284
	MT	Lambari D'Oeste	5.431	6.186	4.790	-13,38	2.895	2.536
	MT	Mirassol d'Oeste	25.299	27.941	26.785	5,55	21.470	3.829
	MT	Pontes e Lacerda	41.408	45.774	52.018	20,40	34.662	6.746
	MT	Porto Esperidião	11.031	12.097	10.204	-8,10	4.203	6.828
	MT	Porto Estrela	3.649	2.877	3.224	-13,18	1.466	2.183
	MT	Reserva do Cabaçal	2.572	2.743	2.122	-21,21	1.622	950
	MT	Rio Branco	5.070	5.150	4.535	-11,80	4.145	925
	MT	Salto do Céu	3.908	3.295	3.679	-6,22	2.184	1.724
	MT	São José dos Quatro Marcos	18.998	18.846	17.849	-6,44	14.507	4.491
	MT	Vale de São Domingos	3.052	3.126	2.904	-5,10	713	2.339
	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	14.493	16.271	16.774	13,60	5.166	9.327
	IX – Chapada dos Parecis		**133.678**	**171.329**	**172.868**	**22,67**	**112.674**	**21.004**
Não	MT	Campos de Júlio	5.154	7.070	8.822	41,58	4.014	1.140
	MT	Comodoro	18.178	21.008	18.238	0,33	12.582	5.596
	MT	Conquista D'Oeste	3.385	4.101	3.760	9,97	2.053	1.332
	MT	Nova Lacerda	5.436	6.751	6.670	18,50	2.980	2.456
	MT	Sapezal	18.094	26.688	28.944	37,49	15.124	2.970
	MT	Tangará da Serra	83.431	105.711	106.434	21,61	75.921	7.510
	XIV - Cone Sul-mato-grossense		**300.751**	**347.460**	**329.419**	**8,70**	**217.244**	**83.507**
	MS	Amambai	34.730	39.826	39.325	11,68	22.375	12.355
	MS	Antônio João	8.208	9.020	9.303	11,77	6.828	1.380
	MS	Aral Moreira	10.251	12.332	10.748	4,62	5.357	4.894
	MS	Coronel Sapucaia	14.064	15.352	14.161	0,68	10.208	3.856
	MS	Eldorado	11.694	12.400	11.386	-2,71	9.348	2.346
	MS	Iguatemi	14.875	16.176	13.796	-7,82	11.006	3.869
	MS	Itaquiraí	18.614	21.376	19.433	4,21	7.600	11.014
	MS	Japorã	7.731	9.243	8.148	5,12	1.400	6.331
	MS	Juti	5.900	6.787	6.729	12,32	3.925	1.975
Sim	MS	Mundo Novo	17.043	18.473	19.193	11,20	15.271	1.772
Não	MS	Naviraí	46.424	55.689	50.457	7,99	42.855	3.569
Sim	MS	Paranhos	12.350	14.404	12.921	4,42	6.263	6.087
	MS	Ponta Porã	77.872	93.937	92.017	15,37	62.067	15.805
Sim	MS	Sete Quedas	10.780	10.771	10.994	1,95	8.974	1.806
Não	MS	Tacuru	10.215	11.674	10.808	5,49	3.767	6.448
		XIII – Dourados	**450.988**	**533.500**	**536.166**	**15,89**	**366.094**	**84.894**
Não	MS	Caarapó	25.767	30.593	30.612	15,83	18.309	7.458
	MS	Deodápolis	12.139	12.984	13.663	11,15	10.047	2.092
	MS	Dois Irmãos do Buriti	10.363	11.467	11.100	6,64	4.705	5.658
	MS	Douradina	5.364	5.975	5.578	3,84	3.286	2.078
	MS	Dourados	196.035	225.495	243.368	19,45	181.005	15.030
	MS	Fátima do Sul	19.035	19.170	20.609	7,64	16.967	2.068
	MS	Glória de Dourados	9.927	9.950	10.444	4,95	7.670	2.257
	MS	Itaporã	20.865	25.162	24.137	13,56	13.290	7.575
	MS	Jateí	4.011	4.021	3.586	-11,85	1.871	2.140
	MS	Laguna Carapã	6.491	7.419	6.799	4,53	2.737	3.754
	MS	Maracaju	37.405	48.022	45.047	16,96	32.224	5.181
	MS	Nova Alvorada do Sul	16.432	22.430	21.822	24,70	12.286	4.146
	MS	Novo Horizonte do Sul	4.940	3.684	4.721	-4,64	2.660	2.280
	MS	Rio Brilhante	30.663	38.186	37.601	18,45	24.557	6.106
	MS	Sidrolândia	42.132	59.245	47.118	10,58	27.783	14.349
	MS	Taquarussu	3.518	3.588	3.625	2,95	2.454	1.064

	MS	Vicentina	5.901	6.109	6.336	6,87	4.243	1.658
	FF-CO		**1.570.023**	**1.786.759**	**1.718.196**	**8,62**	**1.225.472**	**344.551**

Fonte: IBGE. Censo Populacional 2010 e 2022. Diretoria de Pesquisas-DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.
Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Os dados demográficos dos municípios que formam as sub-regiões da Faixa de Fronteira no Centro-Oeste revelam uma interessante dinâmica de crescimento e distribuição da população ao longo dos anos de 2010 a 2022, com variações notáveis (Figura 20).

Figura 20 - Dinâmica populacional nos municípios da FF-CO.



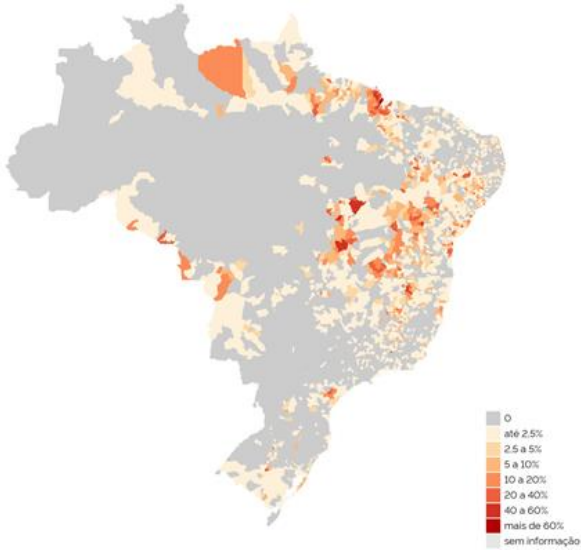
Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Os quadros acima possibilitaram pensar a dinâmica e o crescimento populacional, a transição urbana, a população rural significativa, a diversidade econômica, as desigualdades sociais, as assimetrias territoriais, os desafios em sub-regiões menos populosas e o potencial de desenvolvimento regional, com inclusão e reconhecimento do potencial de geração de trabalho e renda a partir de assentamentos oriundos de projetos das políticas nacional e estaduais de reforma agrária, bem como do reconhecimento de territórios tradicionalmente ocupados por indígenas e quilombolas, como será apresentado a seguir.

Essas informações fornecem uma base para compreender as nuances populacionais nessas regiões fronteiriças. Além disso, quando consideramos a importância da diversidade étnica e cultural em todo o Brasil, torna-se crucial examinar como as populações quilombolas e indígenas estão distribuídas em relação à população total nos municípios dessas sub-regiões.

As figuras 21 e 22 apontam a distribuição em percentual da população quilombola e indígena por região, oferecendo dados valiosos sobre a composição demográfica e as realidades desses grupos específicos nas diferentes regiões e municípios do país, inclusive nos da FF-CO.

Figura 21 - Percentual da população quilombola - 2022, percentual de pessoas por município



Fonte: IBGE, Censo 2022.

Figura 22 - Percentual da população quilombola - 2022, percentual de pessoas por município.

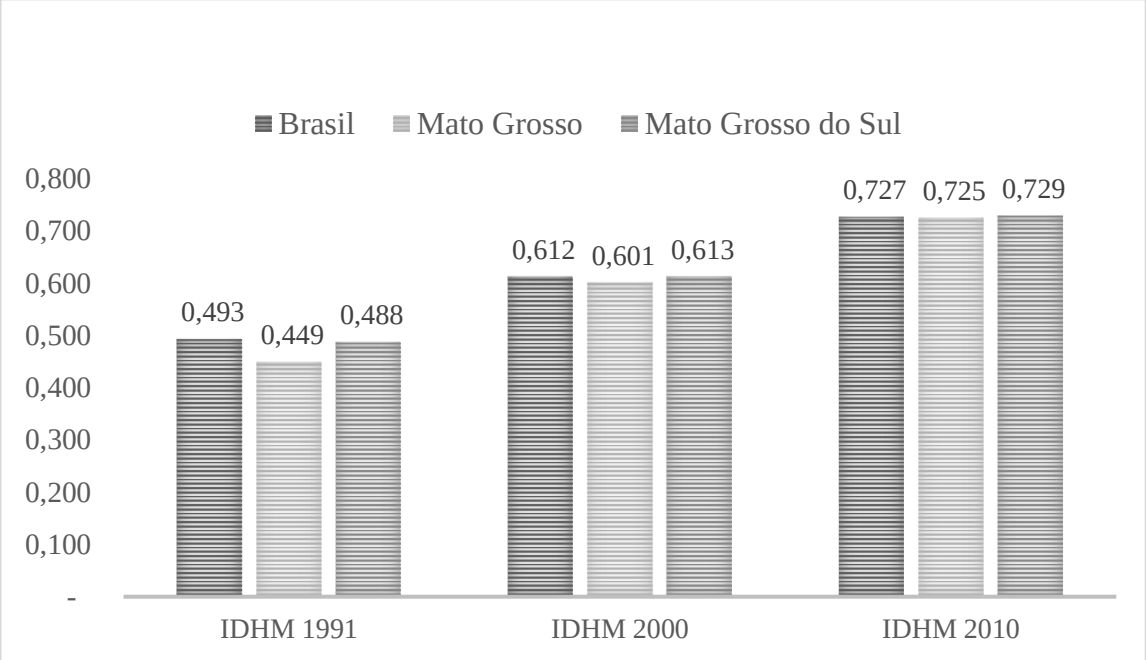


Fonte: IBGE, Censo 2022.

5.5.2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Quantidade populacional distribuída por estados, sub-regiões e municípios, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com indicação do índice nacional, mato-grossense e sul-mato-grossense nos anos de 1991, 2000 e 2010, bem como as classificações de cada município dentre os 220 existentes nos dois que contemplam toda Faixa de Fronteira da região do Centro-Oeste do Brasil. Desde a década de 1990, o Brasil tem desenvolvido políticas públicas para aumentar o IDH, quando passou de 0,493 para 0,727. Da mesma a forma os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que saíram de 0,449 e 0,488 para 0,727 e 0,725, respectivamente (Figura 23).

Figura 23 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil e dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Atlas Br, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

O IDH considera os múltiplos indicadores, como a expectativa de vida, a educação e o padrão de vida, proporcionando uma visão mais abrangente do desenvolvimento. Compreender o IDH em nível nacional e dos estados que formam a FF-CO possibilita a promoção de meios para garantir o desenvolvimento humano, ajudando a direcionar esforços para áreas críticas, melhorar a qualidade de vida das pessoas e criar um mundo mais justo e igualitário. Nesse sentido, pode-se também observar mais adiante os IDH dos 73 municípios que formam a FF-CO.

5.5.2.1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na FF-CO

O IDHM permite uma análise local que possibilita avaliar o desenvolvimento humano em nível local e em áreas específicas. Isso pode viabilizar o combate as disparidades e assimetrias regionais e locais, o direcionamento de políticas públicas de forma eficaz, fornecer subsídios para a formulação e implementação de políticas e programas, a avaliação de impactos das intervenções públicas e políticas e a promoção do conhecimento sobre as desigualdades regionais e locais na FF-CO.

Apesar dos dados serem de 1991, 2000 e 2010, ainda se pode extrair informações sociais relevantes que apontam para esforços na melhoria da qualidade de vida da maioria da população

brasileira (Quadro 20), mas, que, por vezes, não refletem em parte dos municípios da FF-CO, como são os casos de Porto Estrela e Japorã, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente, que estão abaixo da média da região.

Quadro 20 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios de Mato Grosso do Sul, com os anos de 1991, 2000 e 2010 e o lugar ocupado por estes dentre os 220 municípios dos estados que administram os municípios da FF-CO

Sub-região e municípios	UF	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
XIII - Dourados				
Dourados	MS	0,512	0,636	0,747
Glória de Dourados (MS)	MS	0,485	0,604	0,721
Fátima do Sul (MS)	MS	0,473	0,596	0,716
Maracaju (MS)	MS	0,48	0,597	0,716
Vicentina (MS)	MS	0,421	0,594	0,714
Rio Brilhante (MS)	MS	0,475	0,584	0,708
Deodápolis (MS)	MS	0,407	0,583	0,706
Douradina (MS)	MS	0,442	0,567	0,699
Sidrolândia (MS)	MS	0,453	0,562	0,693
Jateí (MS)	MS	0,404	0,56	0,692
Itaporã	MS	0,447	0,55	0,688
Caarapó	MS	0,422	0,548	0,687
Laguna Carapã	MS	0,363	0,535	0,681
Taquarussu	MS	0,373	0,51	0,664
Novo Horizonte do Sul	MS	0,242	0,494	0,651
Dois Irmãos do Buriti	MS	0,332	0,447	0,611
IX – Chapada dos Parecis				
Campos de Júlio	MT	0,46	0,636	0,744
Tangará da Serra	MT	0,443	0,621	0,729
Nova Lacerda	MT	0,292	0,464	0,623
Conquista D'Oeste	MT	0,276	0,456	0,615
Sapezal	MT	0,341	0,601	0,720
Comodoro	MT	0,389	0,521	0,672
X – Alto Paraguai				
Araputanga	MT	0,42	0,604	0,725
Mirassol D'Oeste	MT	0,442	0,582	0,705
Figueirópolis D'Oeste	MT	0,366	0,576	0,704
Glória D'Oeste	MT	0,355	0,574	0,703
São José dos Quatro Marcos	MT	0,4	0,571	0,701
Pontes E Lacerda	MT	0,383	0,548	0,688
Barra do Bugres	MT	0,404	0,55	0,688
Reserva do Cabaçal	MT	0,366	0,548	0,686
Rio Branco	MT	0,403	0,539	0,683
Curvelândia	MT	0,329	0,53	0,678
Indiavaí	MT	0,399	0,517	0,670
Salto do Céu (MT)	MT	0,32	0,507	0,662
Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	0,328	0,502	0,658
Jauru	MT	0,314	0,5	0,656
Porto Esperidião	MT	0,327	0,478	0,638
Vale de São Domingos	MT	0,305	0,474	0,633
Lambari D'Oeste	MT	0,262	0,472	0,632
Porto Estrela	MT	0,224	0,404	0,589
Vale de São Domingos	MT	0,305	0,474	0,633

XI – Pantanal				
Ladário (MS)	MS	0,503	0,605	0,725
Cáceres (MT)	MT	0,42	0,586	0,710
Corumbá (MS)	MS	0,509	0,584	0,708
Aquidauana (MS)	MS	0,447	0,556	0,692
Poconé (MT)	MT	0,419	0,528	0,675
Anastácio (MS)	MS	0,362	0,517	0,670
Porto Murtinho (MS)	MS	0,347	0,501	0,656
Miranda (MS)	MS	0,389	0,5	0,655
Nossa Senhora do Livramento (MT)	MT	0,359	0,464	0,627
Barão de Melgaço (MT)	MT	0,32	0,446	0,609
XII - Bodoquena				
Jardim (MS)	MS	0,473	0,59	0,714
Bela Vista (MS)	MS	0,468	0,58	0,704
Guia Lopes da Laguna (MS)	MS	0,42	0,567	0,699
Bonito (MS)	MS	0,406	0,564	0,697
Bodoquena (MS)	MS	0,345	0,513	0,666
Nioaque (MS)	MS	0,36	0,504	0,661
Caracol (MS)	MS	0,379	0,484	0,639
XIV - Cone Sul-mato-grossense				
Ponta Porã (MS)	MS	0,495	0,6	0,718
Mundo Novo (MS)	MS	0,47	0,585	0,710
Amambai (MS)	MS	0,447	0,576	0,704
Naviraí (MS)	MS	0,446	0,572	0,701
Eldorado (MS)	MS	0,386	0,551	0,688
Iguatemi (MS)	MS	0,395	0,542	0,686
Aral Moreira (MS)	MS	0,397	0,52	0,672
Sete Quedas (MS)	MS	0,393	0,512	0,665
Antônio João (MS)	MS	0,373	0,509	0,663
Itaquiraí (MS)	MS	0,323	0,498	0,653
Coronel Sapucaia (MS)	MS	0,337	0,488	0,649
Juti (MS)	MS	0,353	0,48	0,638
Tacuru (MS)	MS	0,343	0,469	0,628
Paranhos	MS	0,336	0,441	0,600
Japorã	MS	0,29	0,399	0,538

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios congrega além de renda, apontado no PIB, mais duas dimensões básicas do desenvolvimento, que são saúde e educação. Abordá-los possibilita um outro olhar, considerando que a "criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o "[...] PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica [...]" (PNUD BRASIL, 2022, p. 1).

5.5.3 - Dinâmica das pessoas empregadas e desempregadas na FF-CO (2017 – 2021)

Os dados sobre pessoas empregadas coletados pelo RAIS demonstraram-se cruciais para refletir sobre o planejamento, monitoramento e formulação de políticas nos diversos eixos de atuação dos órgãos federais nos municípios e territórios da FF-CO, incluindo emprego,

economia, direitos trabalhistas e igualdade social. Eles oferecem uma visão abrangente do mercado de trabalho e são essenciais para promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Entre 2017 e 2021, ocorreu uma evolução de pessoas empregadas na FF-CO, com tendências e variações temporais interessantes. Com isso, pode-se considerar o aumento consistente de emprego ao longo dos anos em alguns municípios, como os municípios de Sapezal, Tangará da Serra e Dourados, enquanto há outros com constantes flutuações (Quadro 21).

Quadro 21 - Panorama das pessoas empregadas nos municípios da FF-CO (2017 – 2021)

UF	***Municípios***	***Empregados***				
		2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
MT	Araputanga	4.831	4.815	4.523	4.526	4.775
MT	Barão De Melgaço	731	690	817	730	904
MT	Barra Do Bugres	9.737	9.425	9.365	9.128	9.266
MT	Cáceres	21.350	21.638	21.871	20.420	21.767
MT	Campos De Júlio	5.650	6.767	6.803	5.950	6.138
MT	Comodoro	5.330	5.916	5.865	5.828	6.483
MT	Conquista D'Oeste	897	873	890	904	918
MT	Curvelândia	659	641	700	654	672
MT	Figueirópolis D'Oeste	687	696	696	701	730
MT	Glória D'Oeste	500	556	546	486	455
MT	Indiavaí	552	485	435	426	460
MT	Jauru	1.375	1.264	1.242	1.198	1.358
MT	Lambari D'Oeste	1.988	1.961	1.919	1.880	1.927
MT	Mirassol D'Oeste	8.404	8.661	8.876	7.995	10.072
MT	Nossa Senhora Do Livramento	2.117	2.120	2.381	2.398	2.743
MT	Nova Lacerda	1.637	1.578	1.871	2.258	2.363
MT	Poconé	4.950	5.424	5.138	5.304	5.515
MT	Pontes e Lacerda	13.535	15.078	15.966	16.510	19.359
MT	Porto Esperidião	2.276	2.248	2.413	2.360	2.413
MT	Porto Estrela	723	684	613	603	625
MT	Reserva Do Cabaçal	439	439	398	380	358
MT	Rio Branco	705	730	767	732	772
MT	São José dos Quatro Marcos	3.550	3.545	3.785	3.440	3.672
MT	Salto Do Céu	701	637	694	682	726
MT	Sapezal	17.540	20.065	21.651	20.629	23.991
MT	Tangará da Serra	33.709	36.899	37.065	37.145	41.267
MT	Vale De São Domingos	432	383	440	494	435
MT	Vila Bela Da Santíssima Trindade	4.316	4.530	4.483	4.594	4.894
MS	Amambaí	8.950	9.524	9.476	9.540	10.082
MS	Anastácio	4.324	4.614	4.512	4.980	5.519
MS	Antônio João	1.623	1.600	1.673	1.689	1.812
MS	Aquidauana	10.438	10.428	9.436	9.767	10.770
MS	Aral Moreira	2.307	2.543	2.579	2.924	3203
MS	Bela Vista	4.174	4.346	4.259	4.418	4920
MS	Bodoquena	2.227	2.238	2.125	2.181	2271
MS	Bonito	8.331	8.402	8.639	8.160	8812
MS	Caarapó	9.678	9.617	9.501	9.809	1.0610

MS	Caracol	1.106	1.039	1.207	1.095	1149
MS	Coronel Sapucaia	1.770	1.784	1.622	1.771	2037
MS	Corumbá	25.919	26.574	26.381	20.436	26.486
MS	Deodápolis	2.279	2.524	2.520	2.277	2.653
MS	Dois Irmãos Do Buriti	2.242	2.307	2.378	2.490	2.228
MS	Douradina	789	784	852	833	956
MS	Dourados	94.356	95.560	94.244	91.750	101.994
MS	Eldorado	2.811	3.274	3.379	3.328	3.635
MS	Fátima do Sul	4.451	4.698	4.770	4.385	4.996
MS	Glória de Dourados	1.547	1.428	1.636	1.799	1.778
MS	Guia Lopes da Laguna	2.250	2.276	2.127	2.195	2.131
MS	Iguatemi	3.432	3.340	3.456	3.594	4.224
MS	Itaporã	3.621	3.653	4.225	4.137	4.287
MS	Itaquiraí	5.899	6.004	6.363	6.932	7.608
MS	Japorã	853	817	775	793	764
MS	Jardim	5.324	5.444	5.599	5.413	6.430
MS	Jateí	1.353	1.456	1.599	1.574	1.911
MS	Juti	1.931	1.609	1.699	1.656	1.758
MS	Ladário	3.367	4.164	3.999	3.962	4.912
MS	Laguna Carapã	2.026	2.115	2.160	2.291	2.192
MS	Maracaju	16.458	14.937	14.637	14.029	16.293
MS	Miranda	5.703	5.434	5.697	5.620	5.988
MS	Mundo Novo	3.713	3.471	3.545	3.653	4.099
MS	Naviraí	16.931	17.067	17.041	15.136	16.633
MS	Nioaque	2.523	2.749	2.946	2.810	2.851
MS	Nova Alvorada Do Sul	8.447	8.322	9.198	7.876	8.204
MS	Novo Horizonte Do Sul	1.119	1.140	1.155	955	995
MS	Paranhos	1.460	1.381	1.439	1.508	1.502
MS	Ponta Porã	18.945	20.027	21.037	19.894	22.164
MS	Porto Murtinho	3.928	3.749	3.927	4.434	4.202
MS	Rio Brilhante	15.709	14.662	14.720	14.515	15.156
MS	Sete Quedas	1.392	1.458	1.530	1.415	1.525
MS	Sidrolândia	14.104	14.601	14.886	16.034	17.965
MS	Tacuru	1.773	1.618	1.463	1.428	1.426
MS	Taquarussu	834	741	713	697	707
MS	Vicentina	1.612	1.533	1.679	1.934	2.096

Fonte: RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A evolução das pessoas empregadas nos municípios também nos colocou diante do desafio de compreender os acumulados anuais de admissões, desligamentos e saldo por município, com ajustes para os anos de 2020, 2021 e 2022. Isso decorre do entendimento de que são informações fundamentais para compreender o cenário do mercado de trabalho em um contexto de pandemia e recuperação econômica. Essas informações são cruciais para a tomada de decisões, políticas de emprego e análises socioeconômicas.

Os impactos da pandemia no mercado de trabalho puderam ser observados nos municípios da FF-CO entre os anos de 2020 e 2021, ao passo que os dados de 2022 possibilitaram acompanhar e identificar como foram afetados os níveis de admissões,

desligamentos e saldos, bem como o ritmo da retomada das contratações, as tendências emergentes no mercado de trabalho e as tomadas de decisões por parte dos governos federais, estaduais e municipais a fim de subsidiar investimentos, políticas de emprego e de formação de recursos humanos de forma estratégica. Por fim, cabe ressaltar que esses dados possibilitam identificar as diferenças locais dentro das sub-regiões de planejamento da FF-CO (Quadro 22).

Quadro 22 - Evolução dos acumulados anuais de admissões, desligamentos e saldo por município e sub-região, com ajustes nos anos de 2020, 2021 e 2022

Sub-região	Município	Acumulado no Ano (2020)				Acumulado no Ano (2021)				Acumulado no Ano (2022)			
		Adms	Desl	Saldo	Variação Relativa (%)	Adms	Desl	Saldo	Variação Relativa (%)	Adms	Desl	Saldo	Variação Relativa (%)
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	1.341	1.498	-157	-4,48	2.072	1.833	239	7,89	1.921	1.749	172	6,82
	Comodoro	1.250	1.268	-18	-0,58	1.888	1.633	255	9,06	2.131	1.998	133	3,93
	Conquista D Oeste	121	125	-4	-0,98	112	130	-18	-4,64	255	194	61	16,85
	Nova Lacerda	722	412	310	36,82	716	651	65	5,50	744	863	-119	-11,19
	Sapezal	6.552	6.145	407	3,81	9.780	8.011	1.769	15,94	10.318	10.691	-373	-3,05
	Tangara da Serra	10.937	10.531	406	1,69	14.286	12.563	1.723	7,33	17.435	15.669	1.766	6,74
X – Alto Paraguai	Araputanga	745	730	15	0,49	1.167	1.024	143	4,68	1.278	1.118	160	4,97
	Barra do Bugres	2.040	1.923	117	2,12	2.400	1.995	405	7,17	3.208	2.973	235	3,92
	Curvelândia	158	143	15	4,53	208	193	15	4,02	206	198	8	2,25
	Figueirópolis D'Oeste	52	63	-11	-3,01	93	95	-2	-0,56	169	159	10	2,88
	Glória D'Oeste	38	58	-20	-8,89	52	52	0	0,00	135	131	4	1,71
	Indiavaí	32	35	-3	-1,63	44	39	5	2,87	60	48	12	7,10
	Jauru	116	140	-24	-3,60	222	203	19	2,95	261	222	39	5,69
	Lambari D Oeste	530	536	-6	-0,60	614	493	121	12,56	724	651	73	6,60
	Mirassol D Oeste	2.090	1.995	95	1,81	3.954	3.068	886	16,68	4.892	3.703	1.189	20,44
	Pontes e Lacerda	4.921	4.041	880	9,24	7.049	6.347	702	6,79	7.512	7.207	305	2,77
	Porto Esperidião	217	198	19	1,44	372	338	34	2,54	677	688	-11	-0,73
	Porto Estrela	34	28	6	2,65	59	45	14	5,34	140	122	18	6,43
	Reserva do Cabaçal	36	33	3	3,45	934	805	129	5,58	86	81	5	4,31
	Rio Branco	74	70	4	1,03	63	52	11	13,75	156	163	-7	-1,60
	Salto do Céu	64	79	-15	-5,56	143	116	27	6,65	173	142	31	10,44
	São Jose dos Quatro Marcos	620	605	15	0,69	106	102	4	1,31	1.158	1.038	120	4,98
	Vale de São Domingos	78	64	14	11,20	83	84	-1	-0,76	88	71	17	10,37
	Vila Bela da Santíssima Trindade	396	410	-14	-0,61	540	482	58	2,63	1.550	1.232	318	13,05
XI – Pantanal	Anastácio	726	583	143	5,72	1.216	1.044	172	6,76	1.396	1.309	87	3,19
	Aquidauana	1.479	1.316	163	3,14	2.107	1.814	293	6,30	3.240	2.794	446	7,85
	Barão de Melgaço	49	50	-1	-0,36	79	82	-3	-1,09	122	114	8	2,85
	Cáceres	3.565	3.654	-89	-0,76	5.020	4.272	748	6,45	5.921	5.880	41	0,33
	Corumbá	2.090	1.995	95	1,81	1.235	1.083	152	9,73	9.120	8.256	864	5,53
	Ladário	221	169	52	7,32	398	341	57	7,35	596	605	- 9	-1,19
	Miranda	840	846	-6	-0,19	1.236	1.013	223	6,38	1.573	1.446	127	3,74
	Nossa Senhora do Livramento	461	272	189	17,90	657	491	166	10,91	790	819	-29	-1,68
	Poconé	809	756	53	1,51	1.212	992	220	6,63	1.480	1.354	126	3,76
	Porto Murtinho	410	359	51	3,09	524	462	62	3,83	894	842	52	2,81
XII - Bodoquena	Bela Vista	3.565	3.654	-89	-0,76	472	355	117	13,39	1.011	978	33	1,24
	Bodoquena	1.341	1.498	-157	-4,48	2.916	2.435	481	10,49	844	693	151	14,55
	Bonito	1.250	1.268	-18	-0,58	2.665	2.560	105	1,88	4.517	3.876	641	12,73
	Caracol	1.250	1.268	-18	-0,58	188	152	36	6,92	259	233	26	4,31
	Guia Lopes da Laguna	6.552	6.145	407	3,81	366	316	50	4,61	612	471	141	12,43
	Jardim	949	916	33	1,17	1.664	1.383	281	10,38	1.835	1.700	135	4,34
	Nioaque	388	271	117	10,31	271	242	29	2,58	554	502	52	4,61
XIII - Dourados	Caarapó	121	125	-4	-0,98	131	72	59	11,82	3.042	2.591	451	7,63
	Deodápolis	722	412	310	36,82	357	341	16	1,39	1.074	1.080	- 6	-0,46
	Dois Irmãos do Buriti	809	756	53	1,51	155	104	51	12,53	515	411	104	9,24
	Douradina	4.921	4.041	880	9,24	32.044	28.006	4.038	6,99	212	170	42	10,10
	Dourados	217	198	19	1,44	979	853	126	6,31	36.211	33.281	2.930	4,88

	Fatima do Sul	36	33	3	3,45	153	127	26	6,53	1.397	1.216	181	7,28
	Gloria de Dourados	620	605	15	0,69	308	404	- 96	-10,07	336	343	-7	-0,79
	Itaporã	116	140	-24	-3,60	893	668	225	11,76	1.197	977	220	10,26
	Jatei	82	73	9	1,10	110	86	24	3,10	524	473	51	5,27
	Laguna Carapã	270	234	36	3,52	339	300	39	3,52	563	472	91	7,72
	Maracaju	2.491	2.230	261	3,08	4.262	3.508	754	9,06	5.527	4.905	622	7,03
	Nova Alvorada do Sul	1.516	1.449	67	1,55	1.803	1.766	37	0,85	2.702	2.332	370	8,38
	Novo Horizonte do Sul	809	756	53	1,51	145	116	29	6,55	172	180	- 8	-1,79
	Rio Brilhante	2.945	2.949	-4	-0,05	3.842	3.204	638	7,88	4.877	3.904	973	10,97
	Sidrolândia	3.931	3.139	792	9,06	4.945	4.454	491	5,18	5.564	5.358	206	2,11
	Taquarussu	78	64	14	11,20	83	49	34	13,28	817	767	50	15,87
	Vicentina	374	325	49	5,78	356	365	- 9	-0,94	754	484	270	27,58
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai	1.555	1.350	205	4,20	2.006	1.642	364	7,24	2.308	2.181	127	2,42
	Antônio Joao	121	105	16	2,47	254	161	93	13,92	374	316	58	7,45
	Aral Moreira	405	217	188	18,43	910	647	263	11,60	1.104	986	118	6,78
	Coronel Sapucaia	158	143	15	4,53	6.820	5.053	1.767	12,37	246	229	17	3,05
	Eldorado	34	28	6	2,65	1.367	1.364	3	0,12	1.129	1.060	69	3,25
	Iguatemi	10.937	10.531	406	1,69	1.117	866	251	12,10	1.200	1.075	125	5,48
	Itaquirai	1.912	1.472	440	11,65	2.294	1.940	354	8,49	2.610	2.486	124	2,75
	Japorã	35	47	-12	-11,32	48	53	- 5	- 4,95	56	52	4	3,48
	Juti	530	536	-6	-0,60	243	356	- 113	- 13,33	224	457	- 233	-31,53
	Mundo Novo	461	272	189	17,90	1.252	1.018	234	11,01	1.182	1.155	27	1,16
	Naviraí	5.006	4.133	873	9,06	5.954	5.323	631	6,30	6.652	6.189	463	4,51
	Paranhos	116	77	39	8,61	132	111	21	4,26	185	145	40	8,55
	Ponta Porã	3.936	3.323	613	5,27	5.831	4.642	1.189	9,94	7.008	6.394	614	4,43
	Sete Quedas	224	205	19	2,70	272	238	34	4,41	331	284	47	6,19
	Tacuru	89	95	-6	-1,09	200	124	76	14,31	287	265	22	3,66

Notas: Admissões – Adms; Desligamentos – Desl; Saldos; Variação Relativa (%).
Fonte: CAGED, 2023. *** O estoque da competência dezembro/2021 refere-se ao Estoque de referência do ano de 2022. **** Em municípios com baixos estoques de emprego formal, podem aparecer estoques negativos. Nesses casos os estoques são zerados, mas considerados para os totais.

A evolução dos acumulados anuais de admissões, desligamentos e saldo por município das sub-regiões da FF-CO nos anos de 2020, 2021 e 2022 revela algumas tendências importantes, sendo:

1) Sub-região IX – Chapada dos Parecis: O município de Campos de Júlio teve um aumento significativo nas admissões em 2021, com uma variação relativa positiva de 7,89%. No entanto, em 2022, houve uma queda de 4,48% nas admissões em relação a 2020. Sapezal teve um aumento constante nas admissões, com uma variação relativa positiva de 15,94% em 2021, mas uma pequena queda de 3,05% em 2022. Tangará da Serra apresentou um aumento constante nas admissões nos três anos, com uma variação relativa positiva de 6,74% em 2021. Em contraste, com -11,19%, Nova Lacerda teve uma variação relativa negativa no ano de 2022.

2) Sub-região X – Alto Paraguai: Araputanga e Barra do Bugres tiveram aumentos nas admissões em 2021, com variações relativas positivas de 4,68% e 7,17%, respectivamente. Jauru teve uma variação relativa positiva de 5,69% nas admissões em 2022. Porto Esperidião e Rio Branco tiveram uma variação negativa.

Sub-região XI – Pantanal: Anastácio e Aquidauana apresentaram variações relativas positivas nas admissões nos três anos, indicando um crescimento constante. Corumbá teve uma

queda nas admissões em 2021, mas uma recuperação em 2022, com uma variação relativa positiva de 5,53%. Nossa Senhora do Livramento teve um aumento significativo nas admissões em 2020, mas uma queda em 2021 e 2022. Cáceres manteve estagnado nas admissões.

Sub-região XII - Bodoquena: Guia Lopes da Laguna teve um aumento constante nas admissões nos três anos, com uma variação relativa positiva de 12,43% em 2022. Bonito apresentou um aumento nas admissões em 2021, com uma variação relativa positiva de 1,88%, mas uma queda em 2022. Jatei teve uma variação relativa positiva de 5,27% nas admissões em 2022.

Sub-região XIII - Dourados: Sidrolândia teve um aumento constante nas admissões nos três anos, com uma variação relativa positiva de 2,11% em 2022. Dourados, apresentou uma variação relativa positiva de 4,88% nas admissões em 2022, indicando uma recuperação. Rio Brilhante também teve um aumento nas admissões em 2022, com uma variação relativa positiva de 10,97%.

Sub-região XIV - Cone Sul-mato-grossense: Amambai e Aral Moreira tiveram aumentos nas admissões em 2021, mas uma queda em 2022. Coronel Sapucaia apresentou uma variação relativa positiva significativa de 12,37% nas admissões em 2022. Naviraí teve um aumento nas admissões em 2022, com uma variação relativa positiva de 4,51%. Ponta Porã também teve uma variação relativa positiva de 4,43% nas admissões em 2022.

Por fim, pode-se concluir que muitos municípios da FF-CO experimentaram variações nas admissões ao longo dos anos, com alguns apresentando crescimento constante, enquanto outros tiveram flutuações. As variações relativas positivas indicam recuperação e crescimento no mercado de trabalho, especialmente em 2021 e 2022, após o impacto da pandemia em 2020 e 2021. Essa análise é fundamental para entender as dinâmicas do mercado de trabalho em cada região e orientar políticas e estratégias de emprego.

5.5.4 - Beneficiários de combate à pobreza (2021)

As informações sobre o número de beneficiários de programas de combate à pobreza na Faixa de Fronteira do Centro-Oeste não apenas ajudam a melhorar a qualidade de vida das populações locais, mas também a impulsionar o desenvolvimento econômico e social de toda a região. Os dados podem ser utilizados tanto para garantir que os programas atinjam seus objetivos de forma eficaz e justa, quanto para planejar novos programas de assistência básica, de geração de trabalho e renda, de educação e culturais. Ao aferir, com base na estimativa

populacional de 2021, pode-se observar o percentual estimado do total de beneficiários que estendem desde o Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil, Auxílio Gás e outros programas federais (Quadro 23).

Quadro 23 - Total da população com benefícios de combate à pobreza e percentual estimado.

Sub-Regiões	***Municípios***	***Estimativa população 2021***	***Total de Benefícios Variáveis***	***Percentual estimado***
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	7.245	618	9
	Comodoro (MT)	21.249	1.954	9
	Conquista D'Oeste (MT)	4.163	321	8
	Nova Lacerda (MT)	6.861	734	11
	Sapezal (MT)	27.485	1.229	4
	Tangará da Serra (MT)	107.631	3.851	4
Total		**174.634**	**8.707**	**5**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	17.078	1.099	6
	Barra do Bugres (MT)	35.642	2.726	8
	Curvelândia (MT)	5.267	501	10
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	3.411	213	6
	Glória D'Oeste (MT)	2.990	313	10
	Indiavaí (MT)	2.806	110	4
	Jauru (MT)	8.377	610	7
	Lambari D'Oeste (MT)	6.246	588	9
	Mirassol d'Oeste (MT)	28.135	2.737	10
	Pontes e Lacerda (MT)	46.105	3.321	7
	Porto Esperidião (MT)	12.176	910	7
	Porto Estrela (MT)	2.794	259	9
	Reserva do Cabaçal (MT)	2.754	197	7
	Rio Branco (MT)	5.147	366	7
	Salto do Céu (MT)	3.226	206	6
	São José dos Quatro Marcos (MT)	18.788	983	5
	Vale de São Domingos (MT)	3.124	261	8
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	16.412	1.607	10
Total		**220.478**	**17.007**	**8**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	8.165	1.093	13
	Cáceres (MT)	95.339	10.681	11
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	13.093	1.427	11
	Poconé (MT)	33.386	5.736	17
	Anastácio (MS)	25.336	2.382	9
	Aquidauana (MS)	48.184	3.994	8
	Corumbá (MS)	112.669	11.165	10
	Ladário (MS)	24.040	2.464	10
	Miranda (MS)	28.423	4.956	17
	Porto Murtinho (MS)	17.460	1.118	6
Total		**406.095**	**45.016**	**11**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	24.842	2.692	11
	Bodoquena (MS)	7.802	791	10
	Bonito (MS)	22.401	1.147	5
	Caracol (MS)	6.247	622	10
	Guia Lopes da Laguna (MS)	9.754	1.270	13
	Jardim (MS)	26.375	2.161	8
	Nioaque (MS)	13.794	1.737	13
Total		**111.215**	**10.420**	**9**
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	31.005	2.503	8

	Deodápolis (MS)	13.043	858	7
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	11.547	1.343	12
	Douradina (MS)	6.025	468	8
	Dourados (MS)	227.990	14.651	6
	Fátima do Sul (MS)	19.152	1.263	7
	Glória de Dourados (MS)	9.934	572	6
	Itaporã (MS)	25.478	446	2
	Jateí (MS)	4.015	312	8
	Laguna Carapã (MS)	7.496	701	9
	Maracaju (MS)	48.944	1.708	3
	Nova Alvorada do Sul (MS)	22.967	1.468	6
	Novo Horizonte do Sul (MS)	3.556	181	5
	Rio Brilhante (MS)	38.844	2.349	6
	Sidrolândia (MS)	60.792	4.126	7
	Taquarussu (MS)	3.588	303	8
	Vicentina (MS)	6.115	446	7
Total		**540.491**	**33.698**	**6**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	40.247	5.319	13
	Antônio João (MS)	9.082	1.136	13
	Aral Moreira (MS)	12.511	1.569	13
	Coronel Sapucaia (MS)	15.449	3.053	20
	Eldorado (MS)	12.447	951	8
	Iguatemi (MS)	16.273	1.297	8
	Itaquiraí (MS)	21.604	1.328	6
	Japorã (MS)	9.372	2.008	21
	Juti (MS)	6.861	962	14
	Mundo Novo (MS)	18.578	1.515	8
	Naviraí (MS)	56.484	2.581	5
	Paranhos (MS)	14.576	3.392	23
	Ponta Porã (MS)	95.320	9.373	10
	Sete Quedas (MS)	10.751	683	6
	Tacuru (MS)	11.795	1.974	17
Total		**351.350**	**37.141**	**11**
Total Geral		**1.804.263**	**151.989**	**8,42**

Fonte: IBGE,2021, 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Essas informações sobre beneficiários dos programas de combate à pobreza nos municípios da FF-CO são de extrema importância porque pode subsidiar a formulação de políticas públicas de combate à pobreza, o desenvolvimento de ações voltadas para garantir a segurança alimentar e nutricional, a redução das desigualdades e vulnerabilidades ligadas aos territórios, bem como pode contribuir para a compreensão das diferenças regionais e locais, as suas necessidades específicas e auxiliar os governos federal, estaduais e municipais no direcionamento de recursos e programas de forma mais eficaz, onde possam promover o desenvolvimento regional com respeito as particularidades e as diferenças culturais e ambientais.

As informações referentes aos beneficiários de programas sociais nos municípios da FF-CO contribuem também para compreender as diferenças regionais, pois se pode identificar a

existência de uma variação significativa nos percentuais estimados de beneficiários entre as sub-regiões, inclusive, contraditoriamente, um percentual significativo com 9% da população com acesso a programas de combate à pobreza em município em que o PIB *per capita* é de 260 mil reais, conforme veremos mais adiante no município de Campos de Júlio. Por exemplo, a sub-região "XI – Pantanal" tem um percentual estimado mais alto em comparação com outras sub-regiões, indicando tanto uma possível maior concentração de beneficiários em relação à população total quanto desafios ligados as cadeias produtivas e as desigualdades socais condicionadas ao quadro de concentração de renda e número da população que vive na faixa pobreza nos municípios. A concentração de maior número de beneficiários nem sempre traduz a um valor elevado nos municípios, haja vista que muitos possuem uma densidade demográfica maior, como é o caso de Tangará da Serra (MT) e Dourados (MS).

Os percentuais apontam para a eficácia e alcance dos programas de combate à pobreza, contudo, torna-se relevante lembrar que esse quadro fornece uma visão geral. Análises detalhadas, considerando as características socioeconômicas e geográficas de cada região, são necessárias para compreender completamente os desafios e oportunidades de combate à pobreza.

5.5.5. Territórios com saberes e fazeres camponeses e de povos tradicionais e originários

Os territórios caracterizados pelos saberes e práticas dos camponeses e povos tradicionais e originários desempenham um papel essencial no fomento do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida. Essas áreas concentram uma rica diversidade de recursos naturais, culturais, infraestrutura e capital humano, criando um ambiente propício para a preservação e fortalecimento dos bens culturais.

Esse entendimento decorre do reconhecimento da necessidade de um olhar abrangente dos territórios na Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO), e que considere as forças, fraquezas, oportunidades, ameaças e potencialidades também a partir dos assentamentos de reforma agrária, as terras indígenas e os territórios quilombolas.

As sub-regiões da FF-CO, muitas vezes dotadas de vastos recursos naturais e patrimônio cultural, possuem dinâmicas e desafios específicos no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. A inclusão desses elementos na análise proporciona uma visão mais completa e equitativa dos territórios produtivos, assegurando que políticas públicas federais e estratégias de desenvolvimento sejam sensíveis à diversidade de realidades e promovam um

desenvolvimento inclusivo e sustentável.

5.5.5.1 – Assentamentos da Reforma Agrária na FF-CO

Ao longo das últimas quatro décadas, a distribuição de assentamentos agrícolas tem desempenhado um papel significativo na produção de alimentos vegetal e animal, bem como na configuração do desenvolvimento socioeconômico das diversas sub-regiões do Arco Central no Centro-Oeste brasileiro.

Desde a década de 1990, milhares de famílias foram assentadas em parte dos 73 municípios da FF-CO, constituindo um processo de ocupação diversificado de famílias. A implantação dos assentamentos visou a promoção da reforma agrária e o fomento da agricultura familiar, com o intuito de mitigar desigualdades e promover o uso sustentável da terra.

Neste contexto, o quadro 24 traz dados essenciais para compreender não apenas o crescimento numérico dos assentamentos, mas também a sua distribuição espacial nos diversos territórios e o impacto dessas políticas na vida das famílias envolvidas e nas economias locais, contribuindo para uma avaliação mais abrangente das dinâmicas territoriais da região. A tabela agrega os dados de todas as sub-regiões da FF-CO, apresentando um panorama abrangente da região. A área total ocupada por assentamentos nessa faixa é significativa (939.721,75 ha), com um número considerável de famílias assentadas (31.173).

Quadro 24 - Assentamentos rurais, capacidade e quantidade de famílias assentadas, distribuídas por Sub-regiões do Arco Central no Centro-Oeste (1994/2023).

Sub-regiões	Assentamentos	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas
IX – Chapada dos Parecis	7	95.743,07	2.279	1.876
X – Alto Paraguai	48	201.086,38	5.511	4.753
XI – Pantanal - MT	60	179.439,21	5.838	4.127
XI – Pantanal – MS	18	61.997,49	2.405	2.161
XI – Pantanal – Total	78	241.436,70	8.243	6.288
XII – Bodoquena	23	73.905,15	2.957	2.569
XIII – Dourados	55	170.549,74	8.543	7.372
XIV – Cone Sul-mato-grossense	38	157.000,71	8.610	8.315
Faixa de Fronteira – MS	134	463.453,09	22.515	20.417
Faixa de Fronteira – MT	115	476.268,66	13.628	10.756
Faixa de Fronteira Centro Oeste	**249**	**939.721,75**	**36.143**	**31.173**

Fonte: INCRA, agosto de 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

O quadro acima apresenta dados relacionados aos assentamentos e áreas ocupadas por famílias assentadas em diferentes sub-regiões da FF-CO, onde se pode identificar uma

distribuição variada de assentamentos em cada sub-região, com a maior concentração na sub-região XI - Pantanal (78) e a menor na IX – Chapada dos Parecis (sete).

Esse quadro geral das sub-regiões não apresentam as assimetrias que podem ser analisadas a partir de dados específicos de cada município (Quadro 25).

Quadro 25 - Assentamentos, capacidade e quantidade de famílias assentadas, distribuídas por municípios nas sub-regiões do Arco Central no Centro-Oeste (1994/2023).

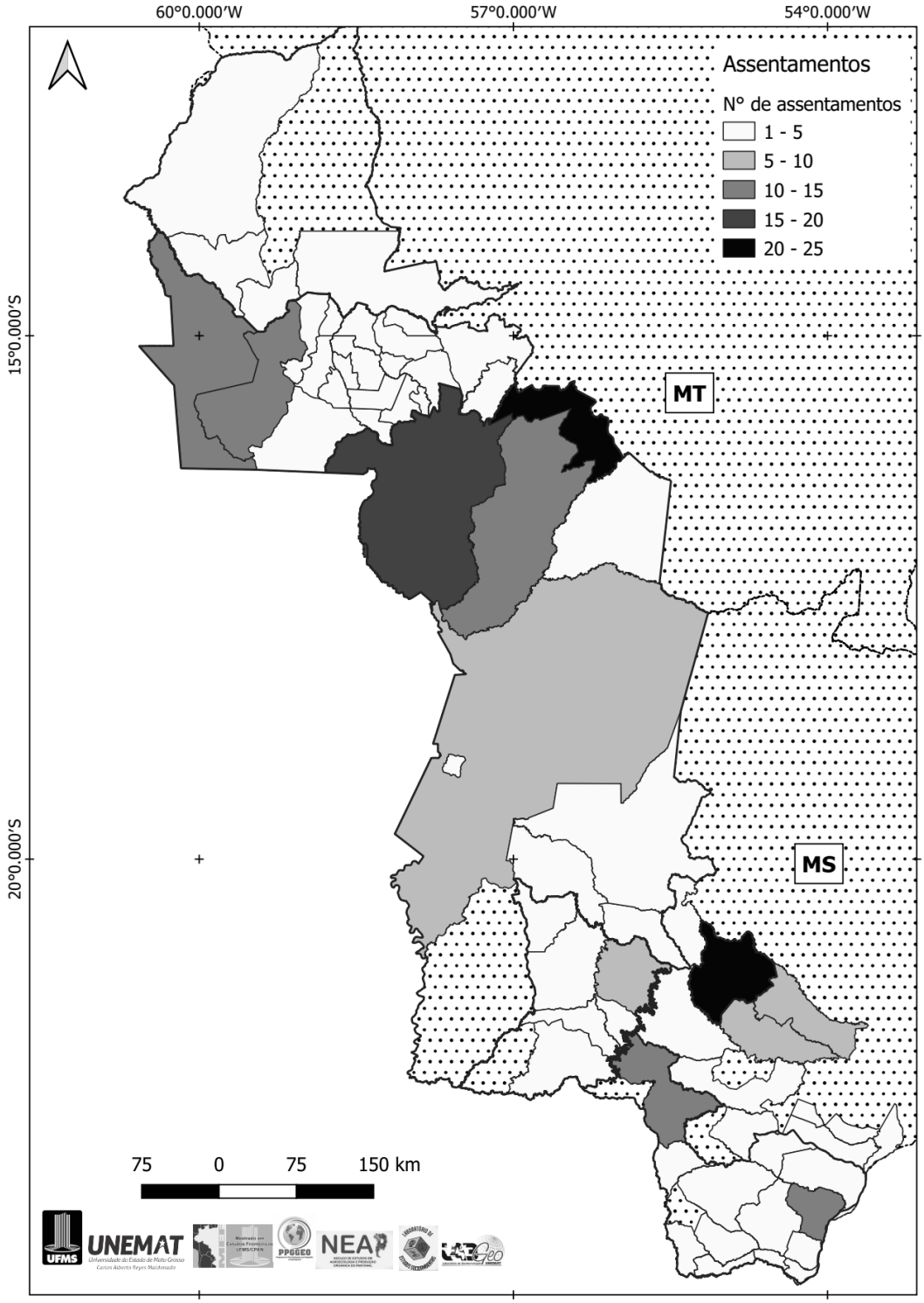
Sub-regiões	Município Sede	Assentamentos	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assentadas
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	--	--	--	--
	Comodoro	1	7.870,00	123	94
	Conquista D'Oeste	1	13.936,00	398	390
	Nova Lacerda	3	32.832,15	620	579
	Sapezal	--	--	--	--
	Tangara da Serra	2	41.104,92	1.138	813
X – Alto Paraguai	Araputanga	4	11.777,31	408	393
	Barra do Bugres	3	7.926,65	250	198
	Curvelândia	2	4.395,25	201	187
	Figueirópolis D'Oeste	1	68,53	26	24
	Glória D`Oeste	--	--	--	--
	Indiavaí	1	2.161,50	85	6
	Jauru	3	27.540,00	963	905
	Lambari D`Oeste	--	--	--	--
	Mirassol D'Oeste	1	3.983,00	68	67
	Pontes e Lacerda	11	51.950,78	1.608	1.167
	Porto Esperidião	2	1.194,50	76	72
	Porto Estrela	2	1.500,00	61	60
	Reserva do Cabaçal	1	141,25	35	35
	Rio Branco	1	2.691,71	117	104
	Salto do Céu	2	1.336,33	72	69
	São José dos Quatro Marcos	1	1.887,03	73	73
	Vale de São Domingos	1	7.327,67	155	122
	Vila Bela da Santíssima Trindade	12	75.204,87	1.313	1.271
XI – Pantanal	Cáceres	20	76.131,31	2.631	1.707
	Barão de Melgaço	3	8.246,76	322	249
	Nossa Senhora do Livramento	23	70.723,05	1.943	1.372
	Poconé	14	24.338,09	942	799
	Anastácio	2	13.846,25	433	433
	Aquidauana	4	6.750,26	253	241
	Corumbá	9	34.774,12	1.489	1.265
	Ladário	1	2.343,41	85	84
	Miranda	2	4.283,45	145	138
	Porto Murtinho	--	--	--	--
XII – Bodoquena	Bela Vista	5	14.190,25	470	463
	Bodoquena	4	13.284,08	590	307
	Bonito	2	3.799,06	164	159
	Caracol	--	--	--	--
	Guia Lopes da Laguna	2	4.508,75	162	162
	Jardim	2	1.987,88	110	107
	Nioaque	8	36.135,13	1.461	1.371
XII - Dourados	Caarapó	1	1.194,61	41	40
	Dois Irmãos do Buriti	4	10.236,29	443	432
	Deadópolis	--	--	--	--
	Douradina	--	--	--	--
	Dourados	2	5.197,66	225	213

	Fátima do Sul	--	--	--	--
	Gloria De Dourados	1	441,08	45	38
	Itaporã	--	--	--	--
	Jatei	1	2.820,00	110	82
	Maracaju	3	11.278,57	360	349
	Nova Alvorada Do Sul	7	13.988,91	635	595
	Novo Horizonte Do Sul	1	16.580,38	763	676
	Rio Brilhante	9	17.920,29	810	616
	Sidrolândia	25	89.029,59	5009	4231
	Taquarussu	1	1.862,36	102	100
	Vicentina	--	--	--	--
XIV – Cone Sul-mato-grossense	Amambai	3	4.984,77	204	204
	Antônio João	--	--	--	--
	Aral Moreira	1	1.958,60	90	77
	Coronel Sapucaia	--	--	--	--
	Eldorado	1	4.980,99	185	182
	Iguatemi	3	5.058,26	233	421
	Itaquirai	13	46.117,80	3.130	2.772
	Japorã	4	13.869,86	640	512
	Juti	2	2.925,40	132	126
	Mundo Novo	1	1.887,92	88	85
	Naviraí	1	2.453,17	114	111
	Paranhos	5	7.262,32	293	200
	Ponta Porã	1	58.209,63	2.948	3.137
	Sete Quedas	--	--	--	--
	Tacuru	3	7.291,99	553	488
Faixa de Fronteira – CO		**262**	**939.721,71**	**35.725**	**31.173**

Fonte: INCRA, agosto de 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A área total ocupada pelos assentamentos varia significativamente, com o maior território registrado nos municípios da FF-CO no estado de Mato Grosso (491.017,00 ha), contraditoriamente também corresponde ao menor número de famílias assentadas comparada aos assentamentos no Mato Grosso do Sul (Figura 24).

Figura 24 - Distribuição dos Assentamentos nos municípios da FF-CO, considerando a quantidade por município.



Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Ao compararmos os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os dados apresentam que há mais assentamentos e famílias assentadas neste último, indicando uma maior densidade de ocupação nos assentamentos sul-mato-grossenses.

Esse quadro de famílias, quantidade de assentamentos, tamanho das áreas, capacidade e quantidade de famílias assentadas acima apresentadas possibilitam refletir sobre os diversos desafios impostos tanto as pessoas, que precisam de apoio para permanecer na terra, quanto as instituições das três esferas governamentais responsáveis pelas políticas públicas do campo, educação, formação, capacitação, como a criação políticas de fomento, assistência e extensão rural voltada para famílias assentadas a partir dos municípios.

Esses dados são fundamentais para entender a distribuição e o alcance dos programas de reforma agrária e de assentamentos na região da FF-CO. Eles podem ser utilizados para análises de políticas públicas, planejamento territorial, desenvolvimento rural e outras iniciativas relacionadas ao uso da terra e à promoção da agricultura familiar na região.

De toda forma, pode-se destacar nos municípios da faixa de fronteira do Centro-Oeste os seguintes pontos fortes: alto número de assentamentos: a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste possui um grande número de assentamentos (263), o que representa uma base sólida para a implementação de políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural; área considerável: a área total dos assentamentos na região é significativa (954.470,06 ha), o que pode suportar uma variedade de atividades agrícolas e agropecuárias; população assentada expressiva: com mais de 31 mil famílias assentadas, essas comunidades podem se tornar um importante fator de desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais da faixa de fronteira; diversidade de sub-regiões: a região inclui várias sub-regiões com características distintas, o que permite a adaptação de políticas e estratégias de desenvolvimento de acordo com as necessidades específicas de cada área.

Em contrate, como fraquezas destacam-se: baixa produtividade agrícola: algumas áreas de assentamento podem enfrentar desafios em termos de baixa produtividade agrícola devido à falta de infraestrutura, tecnologia e capacitação adequadas; falta de infraestrutura: muitos assentamentos podem carecer de infraestrutura básica, como estradas, eletricidade, escolas e serviços de saúde, o que limita o potencial de desenvolvimento; poucos incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento e fortalecimento das cadeias produtivas desenvolvidas nas diversas sub-regiões.

Enquanto oportunidades, destacam-se: economia solidária sustentável: a região tem um grande potencial para o desenvolvimento do agronegócio sustentável, com oportunidades para produção orgânica, agroecologia e agricultura de pequena e média escala; mercados locais e regionais: a proximidade de centros urbanos e mercados locais oferece oportunidades para os agricultores assentados venderem seus produtos, promovendo o desenvolvimento econômico local; recursos naturais abundantes: a região é rica em recursos naturais, como água e biodiversidade, que podem ser explorados de forma sustentável para o benefício das comunidades locais.

Acerca das ameaças, de modo geral, constatou-se: desmatamento e exploração não sustentável: a pressão por desmatamento e exploração não sustentável dos recursos naturais pode representar uma ameaça ao meio ambiente e aos meios de subsistência das comunidades locais; conflitos fundiários: diversas sub-regiões pode ser suscetível a conflitos fundiários devido a disputas pela posse da terra, o que pode prejudicar a estabilidade e o desenvolvimento dos assentamentos; mudanças climáticas: as mudanças climáticas podem afetar negativamente a produção agrícola e a disponibilidade de recursos hídricos, representando uma ameaça para a sustentabilidade dos assentamentos.

Por fim, as potencialidades podem ser definidas a partir dos seguintes pontos: diversificação agrícola: os assentamentos têm a oportunidade de diversificar suas atividades agrícolas, explorando culturas diferentes e sistemas de produção inovadores; integração de saberes locais: a rica diversidade cultural das comunidades assentadas pode ser uma fonte valiosa de conhecimento tradicional, que pode ser integrado às práticas agrícolas e de conservação ambiental; apoio governamental: o compromisso do governo em apoiar a reforma agrária e o desenvolvimento rural na região pode ser uma vantagem importante para impulsionar o crescimento e a sustentabilidade dos assentamentos.

Em resumo, a FF-CO apresenta um grande potencial para o desenvolvimento agrícola e rural, mas também enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, assistência técnica, fortalecimento de cadeias de produção e à sustentabilidade ambiental. A implementação de políticas eficazes, investimentos em infraestrutura e capacitação, e o envolvimento das comunidades locais são essenciais para aproveitar ao máximo as oportunidades e enfrentar as ameaças.

5.5.5.2 – Terras indígenas

Os territórios indígenas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, tanto para as comunidades indígenas que os habitam quanto para a sociedade em geral. Para fins de diagnóstico e identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, foram considerados nos municípios, respectivamente, nas sub-regiões, a presença dos territórios indígenas nas seguintes fases de regularização: regularizada, declarada, em estudo e em reestudo, conforme informações fornecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2023.

O conhecimento desses territórios permite observar para temas importantes que podem gerar trabalho e renda para os municípios da FF-CO, em especial, ao analisar sob a perspectiva da conservação ambiental, manejo sustentável de recursos naturais, conhecimento botânico e medicinal, preservação de sementes tradicionais, turismo cultural e ecoturismo, patentes e propriedade intelectual, autonomia e autodeterminação e, por fim o diálogo intercultural. Com isso, pode-se observar a maior e a menor presença de terras indígenas por município, suas fases de regularização e os municípios com maior e menor número de terras indígenas por estado no Mato Grosso do Sul (Quadro 26).

Quadro 26 - Etnias, municípios com terras indígenas e suas fases de regularização (MS).

Etnia	Município	Nº Terra Indígena	Fase de regularização
Guarani Kaiowá	Amambai	**03**	Regularizada
		01	Em Estudo
	Antônio João	**01**	Declarada
	Aral Moreira	**01**	Em Estudo
		01	Regularizada
	Bela Vista	**01**	Regularizada
	Ponta Porã	**01**	Regularizada
Caarapó	Caarapó	**01**	Regularizada
Guyraroká		**01**	Declarada
Guarani Kaiowá	Coronel Sapucaia	**01**	Em Estudo
		01	Regularizada
Guató	Corumbá	**01**	Regularizada
Terena, Kadiwéu		**01**	Regularizada
Guarani Nhandeva	Dourados	**01**	Regularizada
Terena		**01**	Em Estudo
Guarani Kaiowá		**02**	Regularizada
Guarani	Eldorado	**01**	Em Estudo
Guarani Nhandeva		**01**	Regularizada
Guarani Kaiowá	Iguatemi	**01**	Em Estudo
		01	Delimitada
	Itaporã	**01**	Delimitada
	Douradina	**01**	Delimitada
Guarani	Japorã	**01**	Em Estudo

Guarani Nhandeva		**01** **01** **01**	Em Estudo Regularizada Reestudo
Guarani Kaiowá	Juti	**01** **01**	Homologada Declarada
	Laguna Carapã	**02**	Regularizada
	Maracaju	**01**	Regularizada
Guarani	Naviraí	**01**	Delimitada
	Amambai	**01**	Delimitada
	Dourados	**01**	Delimitada
Terena	Nioaque	**01**	Regularizada
Guarani Kaiowá	Paranhos	**04** **01**	Homologada Em Estudo
Guarani Nhandeva		**01** **01** **01** **01**	Regularizada Delimitada Declarada Homologada
Guarani Kaiowá	Ponta Porã	**01** **01**	Em Estudo Declarada
Terena, Kadiwéu	Porto Murtinho	**01**	Regularizada
Guarani Guarani Nhandeva	Sete Quedas	**01** **02**	Em Estudo Declarada
Guarani Kaiowá Guarani Guarani Kaiowá	Tacuru	**02** **01** **02**	Regularizada Em Estudo Em Estudo

Fonte: Funai, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Dos 45 municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul, 27 possuem territórios indígenas em diferentes fases de regularização. A sub-região com maior número de terras indígenas é a XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense e o município com maior presença é Paranhos, com oito terras indígenas reconhecidas e uma em estudo. A sub-região XII - Bodoquena tem a menor presença de terras indígenas, com apenas duas terras indígenas, sendo uma em Bela Vista e outra em Nioaque.

Em contraste, a FF-CO no estado de Mato Grosso apresenta um número significativo de terras indígenas em 28 municípios ligadas a oito etnias, destas 11 em diferentes fases de regularização (Quadro 27).

Quadro 27 - Etnias, municípios com terras indígenas e suas fases de regularização (MT)

Etnia	Município	Nº Terra Indígena	Fase de regularização
Guató	Barão de Melgaço	**01**	Homologada
Paresí	Campos de Júlio	**01**	Declarada
Enawenê-Nawê	Comodoro	**01**	Em Estudo
Negarotê		**01**	Regularizada
Nambikwára		**01**	Regularizada
Enawenê-Nawê		**01**	Regularizada
Paresí	Conquista D´Oeste	**01**	Regularizada
Nambikwára		**01**	Delimitada

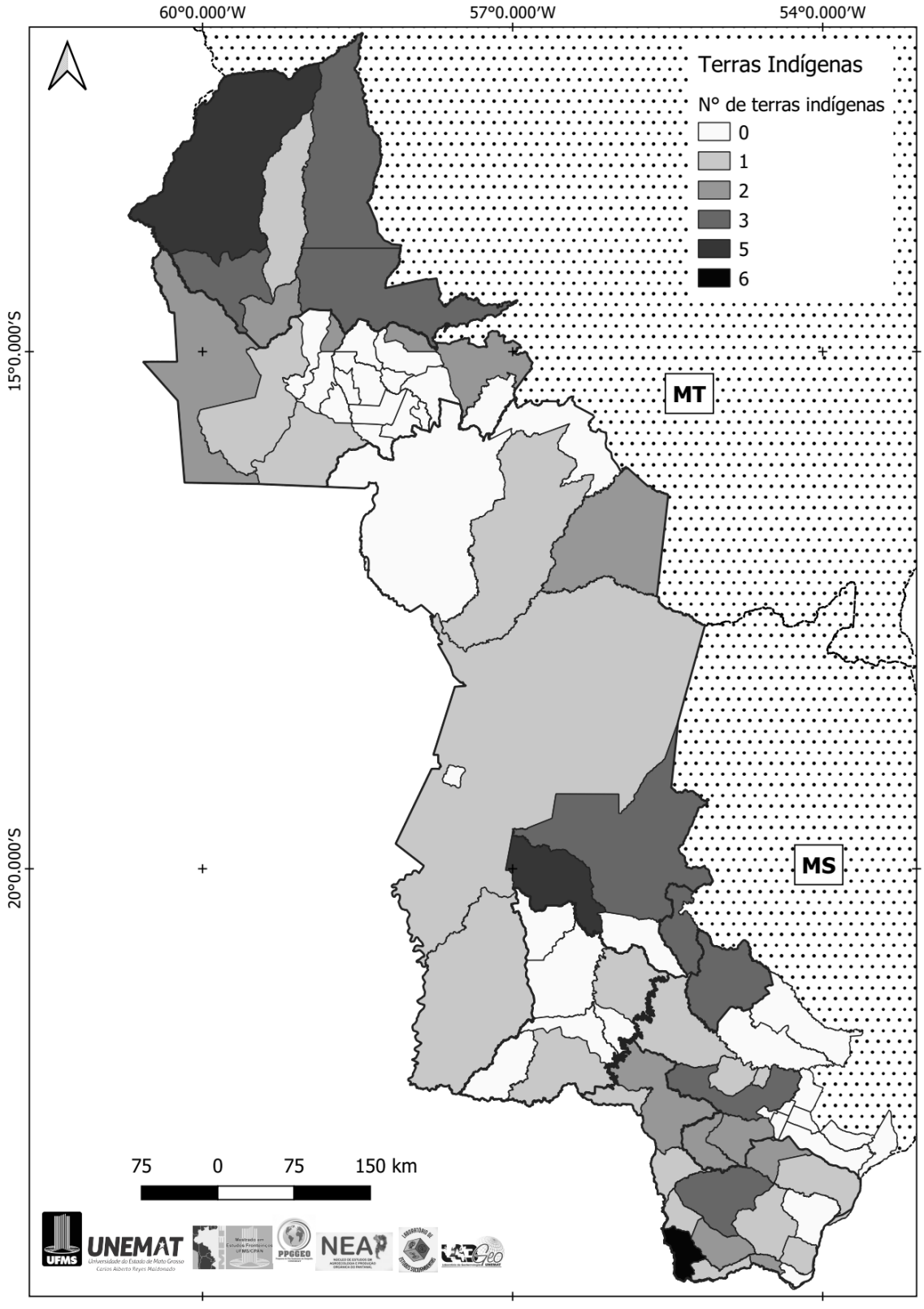
Nambikwára	Nova Lacerda	**03**	Regularizada
Wasusu		**01**	Regularizada
Paresí		**01**	Declarada
Guató	Poconé	**01**	Homologada
Chiquitano	Porto Esperidião	**01**	Declarada
	Pontes e Lacerda	**01**	Declarada
Enawenê-Nawê	Sapezal	**01**	Em Estudo
		01	Regularizada
Paresí	Tangará da Serra	**01**	Regularizada
Nambikwára	Vila Bela da Santíssima Trindade	**01**	Delimitada
Chiquitano		**01**	Declarada
Nambikwára		**01**	Regularizada

Fonte: Funai, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Em Mato Grosso, a sub-região Chapada dos Parecis é a que mais possui municípios com territórios indígenas, somando 15 das etnias Paresí, Negarotê, Nambikwára, Enawenê-Nawê e Wasusu, em diferentes fases de regularização. Em contraste, a sub-região Pantanal é a que menos tem municípios com territórios indígenas, com apenas 02 ligados à etnia Guató.

Há uma variedade de municípios com diferentes números de terras indígenas e fases de regularização, demonstrando a complexidade da questão indígena na FF-CO (Figura 25).

Figura 25 - Presença de Terras Indígenas na FF-CO.



Fonte: Funai, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Essas informações refletem a diversidade e a distribuição das terras indígenas na região da FF-CO, evidenciando a necessidade de considerar as particularidades de cada território na discussão sobre a regularização e a gestão das terras indígenas. Há uma variedade de 37 dos 73 municípios com diferentes números de terras indígenas e fases de regularização, demonstrando a complexidade da questão indígena na faixa, evidenciando a necessidade de considerar as particularidades de cada território na discussão sobre a regularização e a gestão das terras indígenas.

Esses territórios possuem algumas das potencialidades para o desenvolvimento econômico sustentável, considerando a relevância dos saberes tradicionais no compartilhamento de saberes e geração de novos conhecimentos e patentes.

Neste caso, pode-se destacar a importância nas seguintes áreas: **Conservação ambiental:** os territórios indígenas estão localizados em áreas de grande importância ecológica, como florestas tropicais e ecossistemas aquáticos. Os povos indígenas têm uma relação cosmologia com a natureza e desempenham um papel crucial na conservação ambiental, o que contribui para a preservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. **Manejo sustentável de recursos:** os saberes tradicionais indígenas incluem técnicas de manejo sustentável de recursos naturais, como agricultura de subsistência, pesca, caça e coleta. Essas práticas respeitam os ciclos naturais e garantem a disponibilidade contínua de recursos para as comunidades, em certa medida, promovendo a segurança alimentar. **Conhecimento botânico e medicinal:** muitos povos indígenas têm um profundo conhecimento das plantas locais, suas propriedades medicinais e outros usos. Isso pode ser valioso para a pesquisa científica e o desenvolvimento de novos medicamentos, produtos farmacêuticos e biotecnologia. **Preservação de sementes tradicionais:** os povos indígenas mantêm seus bancos de sementes de variedades tradicionais de culturas agrícolas. Essas sementes podem ser resistentes a pragas e adaptações ao clima local, contribuindo para a segurança alimentar e a agricultura sustentável. **Turismo cultural e ecoturismo:** os territórios indígenas muitas vezes atraem visitantes interessados em aprender sobre as culturas, tradições e modos de vida indígenas. O turismo cultural e o ecoturismo podem gerar renda para as comunidades, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável. **Patentes e propriedade intelectual:** os saberes tradicionais dos povos indígenas têm potencial para gerar novas patentes e inovações em diversos campos, como medicina, agricultura, artesanato e biotecnologia. Isso pode criar oportunidades econômicas para as comunidades indígenas e ao mesmo tempo promover a

proteção de suas tradições culturais. **Autonomia e autodeterminação:** o reconhecimento e o respeito pelos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas promovem a autonomia e a autodeterminação. Isso permite que as comunidades tomem decisões sobre seu próprio desenvolvimento e futuro, de acordo com seus valores e saberes tradicionais. **Diálogo intercultural:** a colaboração entre povos indígenas e sociedades não indígenas promove o diálogo intercultural e a troca de conhecimento. Isso pode levar a soluções compartilhadas para desafios globais, beneficiando a todos.

Em síntese, os territórios indígenas são centros de conhecimento, conservação e saberes que desempenham um papel crucial no desenvolvimento sustentável. Ao reconhecer e apoiar os saberes tradicionais dos povos indígenas, podemos promover tanto a conservação ambiental quanto o desenvolvimento econômico inclusivo, respeitando os direitos e a cultura dos diversos povos e etnias.

5.5.5.3 – Territórios Quilombolas

Os territórios quilombolas oficialmente delimitados nos municípios da FF-CO tem um quadro populacional importante, com um total aproximado de 1642 pessoas em 2022 (Quadro 28), das 10.061 residentes nos municípios da região Centro Oeste.

Quadro 28 - População residente em territórios quilombolas (2022)

Município	***Quantidade de Pessoas***
Dourados (MS)	82
Itaporã (MS)	109
Maracaju (MS)	125
Nioaque (MS)	210
Rio Brilhante (MS)	26
Nossa Senhora do Livramento (MT)	888
Poconé (MT)	202
Fonte: IBGE (2022). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).	

O quadro acima apresenta o quadro populacional quilombola declarados ou autodeclarados em territórios da FF-CO, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022. É possível observar que a população quilombola varia consideravelmente entre os municípios listados. Nossa Senhora do Livramento (MT) apresentou o maior número de pessoas autodeclaradas como quilombolas, totalizando 888 habitantes, enquanto Rio Brilhante (MS)

possui a menor população quilombola, com apenas 26 habitantes. Esses números destacam a diversidade demográfica e a complexidade da presença das comunidades e populações em algumas localidades.

Este quadro populacional encontra-se ligado as particularidades dos diferentes tipos de território quilombola, que demandam reconhecer as suas tensões e práticas culturais partilhadas entre os diferentes grupos sociais distribuídos na região, inclusive para compreender as dispersões nos 73 municípios e a maior presença na FF-CO, com registro em 16 municípios (Quadro 29).

Quadro 29 - Municípios com quilombos delimitados oficialmente, identificados e agrupamentos quilombolas na FF-CO.

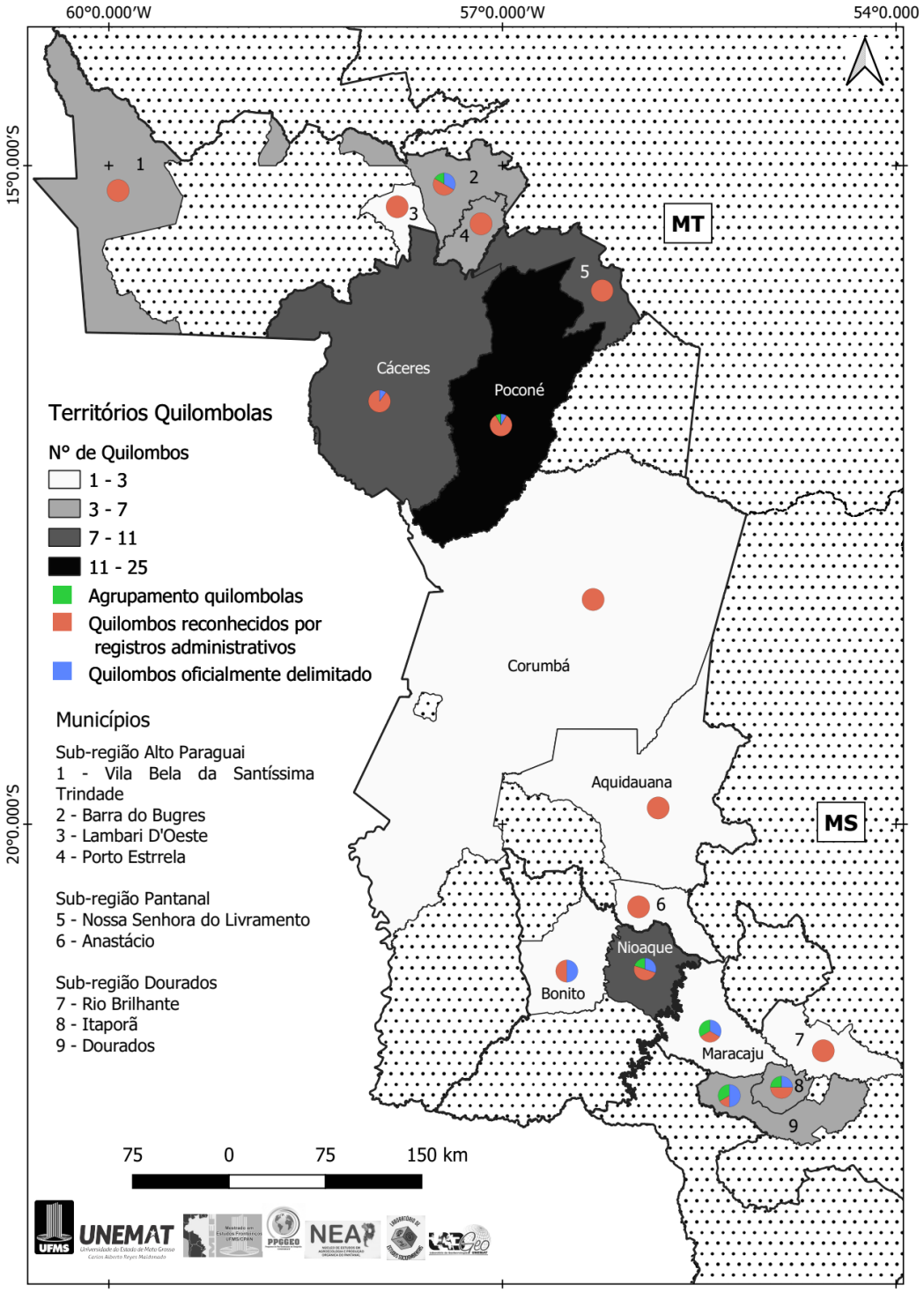
Município	**Território oficialmente delimitado**	**Identificado por registros administrativos**	**Agrupamento quilombola**	**Total de territórios**
Anastácio	-	3	-	3
Aquidauana	-	1	-	1
Barra do Bugres	1	3	2	6
Bonito	-	1	1	1
Cáceres	-	9	1	10
Corumbá	-	2	-	2
Dourados	2	1	3	6
Itaporã	1	2	1	4
Lambari D'Oeste	-	1	-	1
Maracaju	1	1	1	3
Nioaque	2	5	3	10
Nossa Senhora do Livramento	-	10	-	10
Poconé	2	20	2	24
Porto Estrela	-	6	-	6
Rio Brilhante	-	1	-	1
Vila Bela da Santíssima Trindade	-	4	-	4
Total	9	70	14	92

Fonte: INCRA, 2023; Palmares, 2023; IBGE, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

As informações populacionais podem ser ampliadas mediante ao fato desses dados estarem condicionados às pessoas residentes em localidades quilombolas que se declarou quilombola e aos territórios quilombolas oficialmente delimitados, dos agrupamentos quilombolas e das demais áreas de conhecida ou potencial ocupação quilombola.

Ao mapear os territórios quilombolas, torna-se uma oportunidade para considerar a infraestrutura, serviços públicos e políticas públicas específicas para que possam atender às demandas dessas comunidades, promovendo seu desenvolvimento, a inclusão social e o fortalecimento das comunidades quilombolas na FF-CO (Figura 26).

Figura 26 - Municípios com territórios quilombolas, considerando as suas diferentes fases de regularização.



Fonte: INCRA, 2023; Palmares, 2023; IBGE, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Nesse sentido, a fim de pensar no desenvolvimento social articulado dos assentamentos e territórios indígenas e quilombolas na sua dimensão econômica, fez-se necessário identificar a existência de sistemas de inspeção municipais de produtos de origens animal e vegetal.

5.5.6 - Sistemas de Inspeção

Os Sistemas de Inspeção Municipal (SIM) Animal e Vegetal desempenham um papel fundamental nos municípios da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, representando um instrumento institucional de proteção da saúde pública importante para garantir a qualidade e a segurança dos produtos de origem animal e vegetal produzidos nos municípios dessa região.

Os sistemas de inspeção de produtos de origens animal e vegetal asseguram que os alimentos produzidos e comercializados atendam a padrões sanitários e de qualidade estabelecidos. Além disso, podem promover o desenvolvimento econômico ao permitir a inserção dos produtos locais nos mercados regionais e nacionais, fortalecendo a economia dos municípios.

Neste contexto, a implementação e operação eficaz dos SIM's Animal e Vegetal são essenciais para garantir a sustentabilidade, segurança alimentar e competitividade dessas regiões, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento socioeconômico.

5.5.6.1 – Sistema de Inspeção Municipal (Animal e Vegetal) da FF-CO em MT

Em relação à presença de Sistemas de Inspeção Municipal (SIM) Animal e Vegetal nos 28 municípios das sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso, pode-se observar aqueles que possuem, não possuem ou não informaram (Quadro 30).

Quadro 30 - SIM (Animal e Vegetal) nos municípios da FF-CO em Mato Grosso

Sub-região	Munícipio	S.I.M. Animal.	S.I.M. Vegetal.
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Campos De Júlio	Sim	Não informado
	Comodoro	Sim	Sim
	Conquista D'Oeste	Sim	Sim
	Nova Lacerda	Não informado	Não informado
	Sapezal	Sim	Sim
	Tangará Da Serra	Sim	Sim
X – Sub-região Alto Paraguai	Araputanga	Sim	Sim
	Barra Do Bugres	Sim	Sim
	Curvelândia	Sim	Sim

	Figueirópolis D'Oeste	Sim	Sim
	Glória D'Oeste	Sim	Sim
	Indiavaí	Não informado	Não informado
	Jauru	Sim	Sim
	Lambari D'Oeste	Sim	Sim
	Mirassol D'Oeste	Sim	Sim
	Pontes E Lacerda	Sim	Sim
	Porto Esperidião	Sim	Sim
	Porto Estrela	Não informado	Não informado
	Reserva Do Cabaçal	Sim	Sim
	Rio Branco	Sim	Sim
	Salto Do Céu	Sim	Sim
	São José Dos Quatro Marcos	Não informado	Não informado
	Vale De São Domingos	Sim	Sim
	Vila Bela Da Santíssima Trindade	Sim	Não informado
XI – Sub-região Pantanal	Barão De Melgaço	Sim	Sim
	Cáceres	Sim	Sim
	Nossa Senhora Do Livramento	Sim	Sim
	Poconé	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras municipais, 2023; Consórcios de Inspeção (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.6.2 – Sistema de Inspeção Municipal (Animal e Vegetal) da FF-CO em MS

Em relação à presença de Sistemas de Inspeção Municipal (SIM) Animal e Vegetal nos 45 municípios das sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso do Sul, pode-se observar aqueles que possuem, não possuem ou não informaram (Quadro 31).

Quadro 31 - SIM (Animal e Vegetal) nos municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul

Sub-região	Munícipio	S.I.M. Animal.	S.I.M. Vegetal.
XI – Sub-região Pantanal	Anastácio	Sim	Não Informado
	Aquidauana	Sim	Não Informado
	Corumbá	Sim	Sim
	Ladário	Sim	Não informado
	Miranda	Sim	Não informado
	Porto Murtinho	Não Informado	Não informado
	Sidrolândia	Não	Não informado
XII – Sub-região Bodoquena	Bela Vista	Sim	Não informado
	Bodoquena	Não	Não informado
	Bonito	Sim	Sim

	Guia Lopes Da Laguna	Sim	Não informado
	Jardim	Sim	Não informado
	Nioaque	Sim	Não informado
XIII – Sub-região Dourados	Caarapó	Sim	Não informado
	Caracol	Sim	Não informado
	Deodápolis	Sim	Sim
	Dois Irmãos Do Buriti	Sim	Não informado
	Douradina	Sim	Não informado
	Dourados	Sim	Sim
	Eldorado	Sim	Sim
	Fatima Do Sul	Não	Não informado
	Glória De Dourados	Sim	Não informado
	Itaporã	Recusa	Não informado
	Jateí	Sim	Não informado
	Maracaju	Sim	Sim
	Nova Alvorada Do Sul	Sim	Não informado
XIII – Sub-região Dourados	Novo Horizonte Do Sul	Sim	Não informado
	Rio Brilhante	Sim	Sim
	Taquarussu	Sim	Sim
	Vicentina	Sim	Não informado
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	Amambai	Sim	Sim
	Antônio João	Sim	Não informado
	Aral Moreira	Sim	Sim
	Coronel Sapucaia	Não	Sim
	Iguatemi	Sim	Sim
	Itaquiraí	Sim	Sim
	Japorã	Sim	Sim
	Juti	Sim	Não informado
	Laguna Carapã	Sim	Não informado
	Mundo Novo	Sim	Sim
	Naviraí	Sim	Sim
	Paranhos	Sim	Sim
	Ponta Porã	Sim	Sim
	Sete Quedas	Sim	Sim
	Tacuru	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras municipais, 2023. SGSI, 2023. Org. por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A presença significativa de municípios nas sub-regiões da FF-CO nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que não informaram sobre os sistemas de inspeção animal e vegetal representa uma fragilidade importante para o setor econômico dessas regiões.

A ausência de informações claras e a falta de sistemas de inspeção municipais podem afetar negativamente a qualidade e a segurança dos produtos de origem animal e vegetal produzidos nesses municípios. Isso pode impactar a competitividade dos produtos no mercado, a confiança do consumidor e, em última análise, a economia local.

Além disso, a falta de informações pode dificultar o cumprimento das regulamentações sanitárias e de qualidade, o que pode ter consequências legais e de saúde pública. Portanto, é

essencial que os municípios forneçam dados precisos e implementem sistemas de inspeção adequados para promover o desenvolvimento econômico sustentável e a segurança alimentar.

Por outro lado, muitos desses municípios, adotaram a implementação eficaz desses sistemas por meio de consórcios intermunicipais, uma abordagem colaborativa que permite compartilhar recursos, conhecimentos e expertise para atender às exigências sanitárias e de qualidade.

5.5.6.3 – Sistema de Inspeção (S.I) Consórcio Intermunicipal (Animal e Vegetal)

Os consórcios intermunicipais desempenham um papel fundamental ao unir esforços e capacidades, tornando possível a aplicação das regulamentações e a inspeção adequada dos produtos, ao mesmo tempo em que fortalecem a economia local e garantem a conformidade com as leis e normas vigentes. Neste contexto, vale conhecer os municípios que participam dessas parcerias intermunicipais na Faixa de Fronteira do Centro-Oeste.

Nas sub-regiões da FF-CO atuam sete consórcios intermunicipais que abrangem 45 municípios (Quadro 32).

Quadro 32 Consórcio Intermunicipal de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal nos municípios da FF-CO

1)	**Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul (CONISUL).**
2)	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá (CIDES-VRC) (MT)
3)	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Vale do Guaporé (CIDESA) (MT)
4)	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai (MT)
5)	Consórcio Intermunicipal De Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes Do Pantanal (MT).
6)	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das bacias do rio Miranda e Apa – CIDEMA (MS)
7)	Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema (MS).

Fonte: SGSI, 2023. Org. por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.6.4 – S.I. Consórcio Intermunicipal (Animal e Vegetal) da FF-CO em MS

Em relação à participação do município ao Consórcio Intermunicipal de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal nos 45 municípios das sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso do Sul, pode-se observar aqueles que participam ou não e os que não informaram em

suas páginas oficiais ou ao Sistema para Gestão dos Serviços oficiais de Inspeção – SGSI. Destes, apenas sete não informam nos seus canais oficiais a integração a sistemas de inspeção através de consórcios (Quadro 33).

Quadro 33 - Sistema de Inspeção via Consórcio Intermunicipal na FF-CO (MS).

Sub-região	Munícipio	Inspeção Animal	Inspeção Vegetal
XI – Sub-região Pantanal	Anastácio	Sim	Sim
	Aquidauana	Sim	Sim
	Corumbá	Não informado	Não informado
	Ladário	Não informado	Não informado
	Miranda	Sim	Sim
	Porto Murtinho	Sim	Sim
	Sidrolândia	Sim	Sim
XII – Sub-região Bodoquena	Bela Vista	Sim	Sim
	Bodoquena	Sim	Sim
	Bonito	Sim	Sim
	Guia Lopes Da Laguna	Sim	Sim
	Jardim	Sim	Sim
	Nioaque	Sim	Sim
XIII – Sub-região Dourados	Caarapó	Sim	Sim
	Caracol	Sim	Sim
	Deodápolis	Sim	Sim
	Dois Irmãos Do Buriti	Sim	Sim
	Douradina	Sim	Sim
	Dourados	Não informado	Não informado
	Eldorado	Sim	Sim
	Fatima Do Sul	Sim	Sim
	Glória De Dourados	Sim	Sim
	Itaporã	Sim	Sim
	Jateí	Sim	Sim
	Maracaju	Não informado	Não informado
	Nova Alvorada Do Sul	Sim	Sim
	Novo Horizonte Do Sul	Sim	Sim
	Rio Brilhante	Sim	Sim
	Taquarussu	Sim	Sim
	Vicentina	Sim	Sim
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	Amambai	Sim	Sim
	Antônio João	Não informado	Não informado
	Aral Moreira	Sim	Sim
	Coronel Sapucaia	Sim	Sim
	Iguatemi	Sim	Sim
	Itaquiraí	Sim	Sim
	Japorã	Sim	Sim
	Juti	Sim	Sim
	Laguna Carapã	Não informado	Não informado
	Mundo Novo	Sim	Sim
	Naviraí	Sim	Sim
	Paranhos	Sim	Sim
	Ponta Porã	Não informado	Não informado
	Sete Quedas	Sim	Sim
	Tacuru	Sim	Sim

Fonte: SGSI, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.6.5 – S.I. Consórcio Intermunicipal (Animal e Vegetal) da FF-CO em MT

Dos 28 municípios na FF-CO em Mato Grosso em Consórcios Intermunicipais de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, identificou-se que todos participam de sistemas de inspeção via Consórcio Intermunicipal, inscritos no Sistema para Gestão dos Serviços oficiais de Inspeção – SGSI, conforme os consórcios listados.

5.5.6.6 – Sistema de Inspeção Estadual (Animal e Vegetal) na FF-CO

Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul contam com dois pilares fundamentais para a manutenção da qualidade e segurança dos produtos de origem animal e vegetal: a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) e o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA-MT).

Estas instituições desempenham um papel importante na garantia da saúde pública, bem como na preservação e no fomento das atividades agropecuárias locais. Através de sistemas de inspeção, essas entidades asseguram que os produtos agrícolas e pecuários produzidos nos estados atendam aos mais elevados padrões de qualidade, contribuindo para construção de padrões de qualidade e a competitividade dos produtos tanto no mercado interno quanto nas exportações.

5.5.7 – Produtores Orgânicos nos municípios da FF-CO

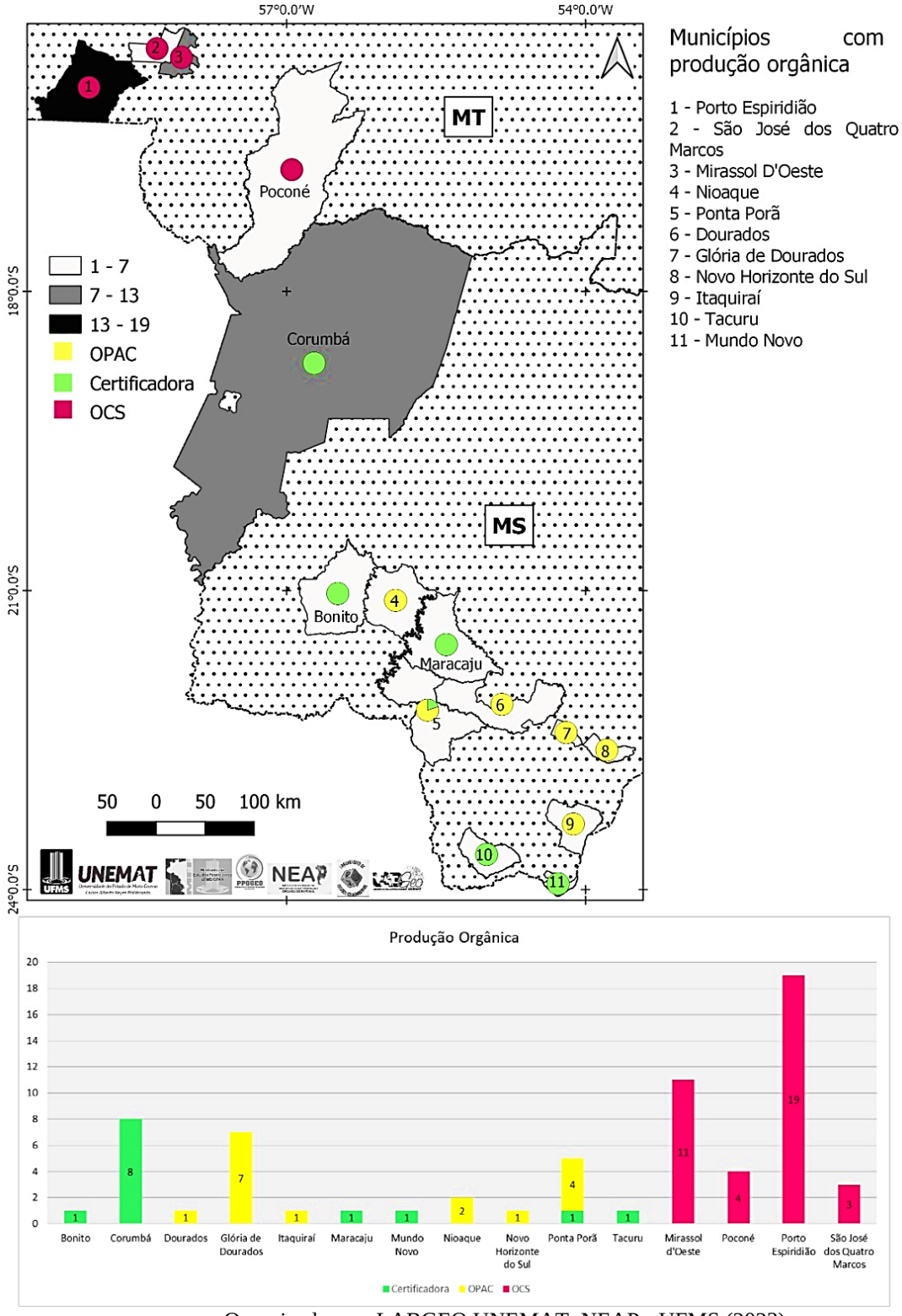
A certificação orgânica é orientada, no Brasil, pela Lei n° 10831 de 23 de dezembro de 2003 que dá as bases para seu entendimento e destaca a preocupação na manutenção dos recursos naturais, exclusão do uso de agrotóxicos e de materiais geneticamente modificados, dentre outros (BRASIL, 2003). Foi regulamentada pelo Decreto nº 6.323/2007 de dezembro de 2007, com os conceitos e diretrizes para a certificação orgânica. Com ele, é criado o “Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica” (SisOrg) composto pelos “Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica” e pela “Certificação por Auditoria” (CA). Essas são as duas possibilidades de certificação no país, quando credenciadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): certificadora (CA) e sistemas participativos (OPAC). O Decreto federal permite a venda direta sem certificação articulada por Organizações

de Controle Social (OCS), cadastradas no MAPA (BRASIL 2007). Neste caso, é considerado orgânico (sem direito a selo) pela venda direta.

O Decreto Nº 7794, 20 de agosto de 2012 instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) com a indicação de diretrizes para a segurança alimentar e nutricional, dentre outros, e define o que são produtos da sociobiodiversidade, sistema orgânico de produção, produção de base agroecológica e transição agroecológica (BRASIL, 2012).

A seguir, são apresentadas a espacialização certificação orgânica dos municípios da faixa de fronteira. Destaque para a certificação de origem animal no Pantanal Sul-mato-grossense, a força das ações participativas de certificação comandadas pela Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) na fronteira Sul e para as articulações em Organizações de Controle Social (OCS) em São José de Quatro Marcos orientados por uma ONG (FASE) e para a Associação Produtiva Indígena Chiquetana, em Porto Espiridião. Essa última revela o caráter de ser e de viver na fronteira e das capacidades de criar territorialidades de resistência e de reconhecimento do trabalho diversificado através de diversos produtores que tem adquirido certificações através de unidades reconhecidas como certificadoras pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Figura 27).

Figura 27 - Municípios com produção orgânica certificada na FF-CO através de organizações reconhecidas pelo MAPA (2023).



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A figura apresenta de forma espacializada a força de 15 municípios, dentre os 73 na FF-CO, onde os produtores locais contam com unidades certificadoras dos produtos locais orgânicos. Contudo, esses dados demonstram fraquezas de outra parte dos municípios e oportunidades externas a serem alcançadas (Quadro 34).

Quadro 34 - Municípios com produtores orgânicos cadastrados por entidades de certificação cadastradas no MAPA (2023)

Municípios	***CERTIFICADORA***	***OPAC***	***OCS***	***Total***
Bonito	1	-	-	1
Corumbá	8	-	-	8
Dourados	-	1	-	1
Glória de Dourados	-	7	-	7
Itaquirai	-	1	-	1
Maracaju	1		-	1
Mundo Novo	1		-	1
Nioaque	-	2	-	2
Novo Horizonte do Sul	-	1	-	1
Ponta Porã	1	4	-	5
Tacuru	1	-	-	1
Mirassol d'Oeste	-	-	11	11
Poconé	-	-	4	4
Porto Esperidião	-	-	19	19
São José dos Quatro Marcos	-	-	3	3
Total	12	16	37	66

Fonte: Brasil, 2023. Org.: NEAP – UFMS, LABGEO UNEMAT (2023).

Analisando o quadro de presença de produtores orgânicos e unidades certificadoras na faixa de fronteira, é possível identificar forças, fraquezas, oportunidades, ameaças e potencialidades.

Dentre as forças, pode-se destacar: 1) a presença de unidades certificadoras em 15 municípios de sub-regiões da FF-CO. A presença de 12 unidades certificadoras indica um ambiente favorável para a certificação de produtos orgânicos, o que pode atrair mais produtores interessados nesse nicho de mercado; 2) Número de produtores orgânicos: Com 66 produtores orgânicos, a região demonstra um potencial considerável para a produção orgânica; 3) Diversidade de municípios envolvidos: A distribuição dos produtores orgânicos em 15 municípios diferentes indica que a produção orgânica está se espalhando nos municípios da faixa de fronteira, demonstrando as possibilidades de investimento e fortalecimento dos territórios com produções ligadas aos assentamentos, quilombos e indígenas.

Acerca das fraquezas, destacam-se: Desigualdade na distribuição: 1) concentração de produtores em alguns municípios, indicando desafios para a disseminação da produção orgânica em toda a região; 2) Baixa presença de unidades certificadoras, OPAC e Organismos de Controle Social (OCS): apenas 37 OCS, 12 certificadoras e 16 OPAC pode ser visto como uma fraqueza, já que essas organizações são importantes para a credibilidade e fiscalização da produção orgânica.

No tocante a Oportunidades, identificou-se: 1) Mercado crescente: o aumento da demanda por produtos orgânicos representa uma oportunidade significativa para os produtores da região; 2) Exportação: a certificação orgânica permite o acesso a mercados internacionais que valorizam produtos orgânicos, o que pode impulsionar a economia local.

Em relação as Ameaças, foram levantados os seguintes pontos: 1) Concorrência: na medida que mais produtores entram no mercado orgânico, a concorrência pode se tornar mais acirrada; 2) Riscos climáticos: eventos climáticos extremos podem afetar a produção orgânica, que muitas vezes é mais sensível a variações ambientais.

Por fim, as Potencialidades levantadas foram: 1) Desenvolvimento rural sustentável: a produção orgânica pode contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, proporcionando renda aos agricultores e preservando o meio ambiente; 2) Valorização da cultura local: a produção orgânica pode valorizar a cultura e a tradição agrícola da região, agregando valor aos produtos locais.

5.5.7.1 - Infraestrutura de Vendas e Revendas de Produtos locais na FF-CO

A infraestrutura de vendas e revendas de produtos locais desempenha um papel crucial na promoção do comércio e no desenvolvimento econômico das regiões do país, e a FF-CO não é exceção.

A FF-CO é diversificada e produtiva, pois possui uma variedade de estruturas de comercialização que desempenham um papel fundamental na facilitação da troca de produtos locais. O IBGE em 2021 fez um levantamento que abrangeu desde Centros de Comercialização até Parques de Exposição e outras estruturas específicas. Essas instalações desempenham um papel vital na conexão entre produtores e consumidores, promovendo o crescimento econômico e a valorização dos produtos locais.

Neste contexto, apresentaremos dados detalhados sobre a infraestrutura de vendas e revendas de produtos locais na FF-CO, destacando a diversidade dessas estruturas e seu impacto no cenário econômico das sub-regiões.

5.5.7.2 -Infraestrutura de comercialização de produtos de origem animal e vegetal nos municípios da FF-CO

Quadro 35 - Infraestrutura de comercialização de produtos de origem animal e vegetal nos municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul

Sub-região e Município	Centro de Comercialização	Feira	Parque de Exposição	Centro de comercializa-ção Extra Vegetal	Nenhuma Estrutura	outros
XI – Pantanal	**01**	**06**	**01**	**0**	**0**	**0**
Anastácio	0	1	0	0	0	0
Aquidauana	1	1	0	0	0	0
Corumbá	0	1	1	0	0	0
Ladário	0	1	0	0	0	0
Miranda	0	1	0	0	0	0
Porto Murtinho	0	1	0	0	0	0
XII – Bodoquena	**01**	**06**	**01**	**0**	**01**	**0**
Bela Vista	0	1	0	0	0	0
Bodoquena	0	1	1	0	0	0
Bonito	0	1	0	0	0	0
Caracol	0	0	0	0	1	0
Guia Lopes da Laguna	0	1	0	0	0	0
Jardim	1	1	0	0	0	0
Nioaque	0	1	0	0	0	0
XIII - Cone Sul-mato-grossense	**04**	**10**	**03**	**01**	**03**	**0**
Amambai	1	0	0	1	0	0
Antônio João	1	0	1	0	0	0
Aral Moreira	0	1	0	0	0	0
Coronel Sapucaia	0	1	0	0	0	0
Eldorado	0	1	0	0	0	0
Iguatemi	0	1	0	0	0	0
Itaquiraí	0	1	0	0	0	0
Japorã	0	0	1	0	1	0
Juti	0	0	0	0	1	0
Mundo Novo	1	1	0	0	0	0
Naviraí	1	1	0	0	0	0
Paranhos	0	0	0	0	1	0
Ponta Porã	0	1	1	0	0	0
Sete Quedas	0	1	0	0	0	0
Tacuru	0	1	0	0	0	0
XIII – Dourados	**03**	**15**	**03**	**01**	**01**	**0**
Caarapó	0	1	0	0	0	0

Deodápolis	0	1	0	0	0	0
Dois Irmãos do Buriti	1	1	1	1	0	0
Douradina	0	1	0	0	0	0
Dourados	0	1	0	0	0	0
Fátima do Sul	0	1	0	0	0	0
Glória de Dourados	1	1	1	0	0	0
Itaporã	Recusa	Recusa	0	0	Recusa	0
Jateí	0	0	0	0	1	0
Laguna Carapã	0	1	0	0	0	0
Maracaju	0	1	0	0	0	0
Nova Alvorada do Sul	0	1	1	0	0	0
Novo Horizonte do Sul	0	1	Recusa	Recusa	0	Recusa
Rio Brilhante	0	1	0	0	0	0
Sidrolândia	1	1	0	0	0	0
Taquarussu	0	1	0	0	0	0
Vicentina	0	1	0	0	0	0

Fonte: IBGE, 2022. Org.: NEAP – UFMS, LABGEO UNEMAT (2023).

Dentre os dados apresentados pelos 45 municípios, dois municípios recusaram-se a informar ao IBGE sobre a existência de feiras, parques de exposições e outros.

Quadro 36 - Infraestrutura de comercialização de produtos de origem animal e vegetal nos municípios da FF-CO em Mato Grosso

Sub-região e Município	Centro de comercialização	Feiras	Parque de Exposição	Centro de comercialização Extra Vegetal	Nenhuma Estrutura	Outros
IX – Chapada dos Parecis	**0**	**04**	**02**	**0**	**02**	**0**
Campos de Júlio	0	1	1	0	0	0
Comodoro	0	1	0	0	0	0
Conquista D Oeste	0	0	0	0	1	0
Nova Lacerda	0	0	0	0	1	0
Sapezal	0	1	0	0	0	0
Tangará da Serra	0	1	1	0	0	0
X – Alto Paraguai	**01**	**13**	**03**	**01**	**02**	**02**
Araputanga	0	1	1	0	0	0
Barra do Bugres	1	1	0	0	0	0
Curvelândia	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	0
Figueirópolis D Oeste	0	1	0	0	0	0
Glória D Oeste	0	1	0	0	0	0
Indiavaí	0	0	0	0	1	1
Jauru	0	1	0	0	0	0
Lambari D Oeste	0	0	0	1	0	0
Mirassol D Oeste	0	1	1	0	0	0
Pontes e Lacerda	0	1	0	0	0	0

Porto Esperidião	0	1	0	0	0	0
Porto Estrela	0	0	0	0	0	0
Reserva do Cabaçal	0	1	0	0	0	0
Rio Branco	0	1	1	0	0	0
São José dos Quatro Marcos	0	1	0	0	0	0
Salto do Céu	0	1	0	0	0	0
Vale de São Domingos	0	0	0	0	1	1
Vila Bela da Santíssima Trindade	0	1	0	0	0	0
XI – Pantanal	**01**	**03**	**01**	**0**	**0**	**0**
Barão de Melgaço	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou
Cáceres	0	1	1	0	0	0
Nossa Senhora do Livramento	0	1	0	0	0	0
Poconé	1	1	0	0	0	0

Fonte: IBGE, 2022. Org.: NEAP – UFMS, LABGEO UNEMAT (2023).

Existem outras importantes iniciativas de feiras camponesas. O Câmpus do Pantanal da UFMS organiza, juntamente com a Embrapa Pantanal e o Câmpus de Corumbá do IFMS, feiras de produtores em transição agroecológicas em seus espaços internos. É uma forma de aproximar os camponeses dos compradores e atrair pessoas para o interior dessas instituições em apoio a projetos sociais com elevado impacto socioeconômico.

5.5.7.3 – Agricultores cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em MS

Em Mato Grosso do Sul, dos 45 municípios da FF-CO, conforme registros no MAPA, entre 2019 e 2022, 34 passou a intensificar ações envolvendo desde a aquisição de produtos até o incentivo a agricultores familiares através da compra com doações simultâneas ou pela aquisição de sementes (Quadro 37). Não foram encontrados registros de agricultores familiares que obtiveram algum tipo de incentivo à produção e ao consumo de leite e nem compra direta.

Quadro 37 – Número de Agricultores familiares e formas de negociação nos municípios em Mato Grosso do Sul

Municípios	Agricultores familiares - Compra com Doação Simultânea				Agricultores familiares - Aquisição de Sementes
	2019	2020	2021	2022	2019
Amambaí	-	-	71	-	-
Anastácio	-	-	6	-	-
Aquidauana	-	-	12	2	-
Bela Vista	-	-	11	-	-

Caarapó	-	1	8	8	-
Coronel Sapucaia	-	-	29	-	-
Corumbá	95	75	81	-	
Dois Irmãos Do Buriti		11	-	-	
Dourados	-	8	35	-	-
Douradina	-	11	-	-	-
Eldorado	-	-	10	10	-
Fátima Do Sul	-	-	1	-	-
Glória De Dourados	-	15	-	-	-
Guia Lopes Da Laguna	-	-	12	-	-
Iguatemi	-	24	-	-	-
Itaporã	-	5	9	1	-
Itaquiraí	-	38	9	8	-
Japorã	13	19	50	-	-
Jardim	-	-	7	-	-
Jateí	-	-	1	-	-
Juti	-	-	8	-	-
Miranda	-	-	27	-	-
Mundo Novo	-	-	1	-	-
Naviraí	-	6		-	-
Nioaque	-	-	2	-	-
Nova Alvorada Do Sul	-	16		-	-
Novo Horizonte Do Sul	-	11	15	-	-
Paranhos	-		40	-	-
Ponta Porã	-	102	7	21	18
Rio Brilhante	19	20	8		-
Sidrolândia	7	71	16	15	-
Tacuru	-	-	12	8	-
Taquarussu	-	-	2		-
Vicentina	-	1	2	-	-
Fonte: SEBRAE, 2023. Org.: NEAP – UFMS, LABGEO UNEMAT (2023).					

No estado de Mato Grosso, identificou-se que 14 dos 28 municípios na FF-CO desenvolvem ações em conjunto com agricultores familiares através de aquisição de produtos e compra com doações simultâneas. Por outro lado, não foi possível identificar dados disponíveis que pudessem subsidiar a análise sobre ações dos governos municipais voltadas para a aquisição de sementes, incentivo à produção e ao consumo de leite e acerca da compra direta.

Quadro 38 – Número de Agricultores familiares e formas de negociação nos municípios da FF-CO em Mato Grosso

Unidade Territorial	Referência	Agricultores Familiares - Compra Com Doação Simultânea	Agricultores Familiares - Apoio À Formação De Estoques
Araputanga	2017	20	-
	2020	35	-
Barra Do Bugres	2019	16	-
	2020	28	-
Cáceres	2016	34	-
	2018	49	-
	2019	25	-
	2020	48	-
Curvelândia	2016	10	-
Glória D´Oeste	2016	33	-
Mirassol D´Oeste	2016	75	-
	2017	67	-
	2018	6	-
	2020	35	-
	2021	12	-
Nossa Senhora Do Livramento	2016	11	-
	2017	24	23
	2018	25	-
	2020	1	-
Poconé	2016	50	-
	2017	36	22
	2019	14	-
	2020	43	-
	2021	36	-
	2022	24	-
Pontes E Lacerda	2017	16	-
Porto Esperidião	2016	3	-
Porto Estrela	2017	84	-
	2020	58	-
Rio Branco	2020	1	-
Salto Do Céu	2016	1	-
Vale De São Domingos	2017	1	-

Fonte: SEBRAE, 2023. Org.: NEAP – UFMS, LABGEO UNEMAT (2023).

Dentre os dados apresentados pelos 28 municípios, dois municípios não informaram ao IBGE sobre a existência de feiras, parques de exposições e outros. Ao observar as tabelas referentes as infraestruturas de comercialização de produtos orgânicos nos municípios da FF-

CO, considerando os pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades, pode-se ser realizada da seguinte forma:

Sub-região XI - Pantanal: nos pontos fortes, estão: presença de seis feiras e um centro de comercialização indicam um ambiente favorável para a comercialização de produtos locais. Dentre as Fraquezas, destacam-se: falta de parques de exposição e centros de comercialização extra vegetal, que pode limitar a diversificação da infraestrutura de comercialização. Das oportunidades, indica-se que: a presença de feiras pode estimular o comércio local e regional, promovendo a economia das sub-regiões e seus municípios. Acerca das ameaças, constam: a falta de outras estruturas, como parques de exposição, pode limitar a capacidade de promover eventos e atrair investimentos.

Sub-região XII - Bodoquena: nos pontos fortes, a presença de seis feiras e um centro de comercialização oferece um ambiente favorável para a comercialização de produtos. Nas fraquezas, a existência de apenas um centro de comercialização extra vegetal e a recusa de alguns municípios em fornecer informações sobre infraestrutura podem limitar a diversificação e inviabilizar ações de geração de trabalho e renda na sub-região. Nas oportunidades, destacam-se a infraestrutura existente pode ser usada para promover a produção local e atrair investimentos. Nas ameaças, a recusa de alguns municípios em fornecer informações pode dificultar a análise completa e planejamento do desenvolvimento da sub-região.

Sub-região XIII - Cone Sul-mato-grossense: dentre os pontos fortes consta a presença significativa de feiras (10) e parques de exposição (3) indica uma infraestrutura robusta de comercialização. Fraquezas: a presença de apenas uma unidade certificadora e três centros de comercialização extra vegetal pode limitar a certificação e a diversificação da infraestrutura. Oportunidades: a infraestrutura existente pode atender à demanda local e regional por produtos orgânicos. Ameaças: a concentração de feiras e parques de exposição em alguns municípios pode deixar outros municípios com menos recursos.

Sub-região XIII - Dourados: pontos fortes, consta a presença significativa de feiras em 15 municípios, que oferecem muitas oportunidades de comercialização. Fraquezas: a recusa de alguns municípios em fornecer informações sobre infraestrutura pode limitar a análise. Oportunidades: a presença de várias feiras pode promover o comércio local e regional. Ameaças: a falta de informações completas sobre a infraestrutura pode dificultar a análise completa e planejamento do desenvolvimento da sub-região.

Sub-região IX - Chapada dos Parecis (MT): pontos fortes, tem a presença de feiras em quatro municípios e dois parques de exposição, indicando uma infraestrutura de comercialização em crescimento. Dentre as fraquezas consta a ausência de centros de comercialização e nenhuma outra estrutura. Das oportunidades está o crescimento das feiras e parques de exposição pode promover a economia local. Ameaças, a falta de centros de comercialização pode limitar a diversificação da infraestrutura.

Sub-região X - Alto Paraguai (MT): dentre os pontos fortes está a presença de 13 feiras e três parques de exposição que permitem a comercialização e circulação de produtos nos municípios. Dentre as fraquezas consta também o fato de que alguns municípios não forneceram informações completas sobre a infraestrutura. Nas oportunidades destaca-se a possibilidade da infraestrutura existente auxiliar na promoção do comércio local e regional. Nas ameaças, a falta de informações completas também pode limitar a análise da região.

Sub-região XI - Pantanal (MT): nos pontos fortes destaca a presença de três feiras e um centro de comercialização. Nas fraquezas, a falta de centros de comercialização extra vegetal pode limitar a diversificação. Nas oportunidades, a infraestrutura existente também pode ser usada para promover a produção local. Nas ameaças, destaca-se a falta de outras estruturas, como parques de exposição, pode limitar a capacidade de atrair investimentos.

Por fim, ressalta-se que as sub-regiões e municípios da FF-CO apresentam uma variedade de infraestruturas de comercialização, com pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças específicas. A presença de feiras e parques de exposição é um ponto forte com potencial para promover os comércios local e regional. No entanto, a falta de outras estruturas, como centros de comercialização extra vegetal, pode limitar a diversificação e o desenvolvimento econômico. A recusa de alguns municípios em fornecer informações também é uma fraqueza que dificulta a análise completa de todas as sub-regiões.

5.5.8 - Estabelecimentos e áreas plantadas por setores por municípios (2018 e 2022)

Compreender a evolução dos estabelecimentos por setor da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) nos municípios da Faixa de Fronteira Centro-Oeste (FF-CO) desempenha um papel crucial na análise e no planejamento do desenvolvimento econômico e social dessa região.

O acompanhamento dessas mudanças ao longo do tempo permite identificar tendências, pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças que impactam diretamente na economia local.

Além disso, essa análise fornece subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas, estratégias de investimento e apoio ao empreendedorismo no período pós-pandemia da Covid 19, contribuindo para a promoção de um ambiente econômico mais sustentável e próspero nos municípios da FF-CO.

5.5.8.1 – Estabelecimentos por setores de atividade econômica (2018 e 2022)

Quadro 39 - Estabelecimentos por Grandes Setores Econômicos na FF-CO (2018 e 2022)

Sub-região	Município	Agropecuária		Comércio		Indústria		Serviços	
		2018	2022	2018	2022	2018	2022	2018	2022
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	13	28	90	121	33	114	118	235
	Comodoro (MT)	10	21	227	255	115	226	259	348
	Conquista D'Oeste (MT)	0	5	33	28	33	23	23	24
	Nova Lacerda (MT)	3	9	54	54	20	39	46	52
	Sapezal (MT)	37	80	415	490	233	343	477	576
	Tangará da Serra (MT)	57	73	1659	1365	640	886	1351	1878
Total por estabelecimentos		120	216	2478	2313	1074	1631	2274	3113
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	4	5	200	148	52	100	145	188
	Barra do Bugres (MT)	8	22	450	362	172	190	420	475
	Curvelândia (MT)	1	4	33	46	11	45	22	41
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	1	1	31	30	3	30	14	19
	Glória D'Oeste (MT)	5	3	16	31	10	10	13	17
	Indiavaí (MT)	0	4	12	18	12	27	19	23
	Jauru (MT)	2	24	117	82	36	41	83	106
	Lambari D'Oeste (MT)	6	9	26	43	6	33	38	170
	Mirassol d'Oeste (MT)	8	6	368	338	145	144	280	383
	Pontes e Lacerda (MT)	17	52	847	777	363	478	815	1024
	Porto Esperidião (MT)	1	15	100	89	23	64	103	126
	Porto Estrela (MT)	1	6	14	25	9	25	34	46
	Reserva do Cabaçal (MT)	0	1	24	17	10	7	21	18
	Rio Branco (MT)	2	4	76	53	22	24	46	68
	Salto do Céu (MT)	4	5	45	36	10	11	41	35
	São José dos Quatro Marcos (MT)	11	14	195	253	71	124	174	306
	Vale de São Domingos (MT)	0	1	22	40	2	17	11	23
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	14	32	145	170	53	89	108	152
Total por estabelecimentos		85	208	2721	2558	1010	1459	2387	3220
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	4	3	61	38	14	7	83	56
	Cáceres (MT)	37	48	1514	1075	371	568	1172	1607
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	5	19	73	96	30	70	109	82
	Poconé (MT)	21	18	413	329	104	146	360	430
	Anastácio (MS)	25	21	269	266	99	123	218	233
	Aquidauana (MS)	47	53	579	483	149	199	576	558
	Corumbá (MS)	22	79	1621	1234	345	410	1404	1683
	Ladário (MS)	1	23	142	156	85	62	139	216
	Miranda (MS)	36	29	215	174	59	99	240	240

	Porto Murtinho (MS)	23	25	213	157	50	45	196	155
Total por estabelecimentos		221	318	5100	4008	1306	1729	4497	5260
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	15	15	353	265	45	67	187	237
	Bodoquena (MS)	5	7	66	71	33	38	76	109
	Bonito (MS)	30	46	378	324	132	203	591	662
	Caracol (MS)	7	4	53	47	15	20	36	37
	Guia Lopes da Laguna (MS)	12	6	81	107	53	36	116	115
	Jardim (MS)	22	24	396	329	102	147	283	389
	Nioaque (MS)	12	23	199	115	33	39	142	161
Total por estabelecimentos		103	125	1526	1258	413	550	1431	1710
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	7	20	209	318	81	126	233	366
	Deodápolis (MS)	22	22	185	129	50	60	150	148
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	9	16	65	63	22	55	67	70
	Douradina (MS)	5	5	57	58	21	22	62	73
	Dourados (MS)	71	127	3234	3323	1407	2129	2978	5163
	Fátima do Sul (MS)	4	10	207	222	100	114	212	222
	Glória de Dourados (MS)	4	19	96	133	55	45	88	161
	Itaporã (MS)	7	20	162	161	77	137	151	262
	Jateí (MS)	0	7	18	49	22	17	30	21
	Laguna Carapã (MS)	0	11	48	44	21	19	57	74
	Maracaju (MS)	33	113	432	507	131	285	493	632
	Nova Alvorada do Sul (MS)	34	40	233	230	73	105	206	235
	Novo Horizonte do Sul (MS)	4	3	69	25	13	27	35	29
	Rio Brilhante (MS)	35	62	310	353	135	231	334	389
	Sidrolândia (MS)	26	53	464	493	225	336	518	535
	Taquarussu (MS)	5	3	31	25	8	16	16	23
	Vicentina (MS)	1	0	31	30	12	21	24	45
Total por estabelecimentos		267	531	5851	6163	2453	3745	5654	8448
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	32	37	379	343	136	200	288	388
	Antônio João (MS)	3	8	76	86	32	33	83	80
	Aral Moreira (MS)	6	10	83	77	45	26	76	66
	Coronel Sapucaia (MS)	5	19	102	144	25	43	58	80
	Eldorado (MS)	3	4	103	108	62	102	66	130
	Iguatemi (MS)	4	23	178	133	79	86	122	154
	Itaquiraí (MS)	11	22	161	159	43	76	104	214
	Japorã (MS)	0	0	11	18	6	16	29	28
	Juti (MS)	6	24	70	58	25	37	51	65
	Mundo Novo (MS)	1	10	307	202	117	123	203	309
	Naviraí (MS)	41	52	622	532	269	324	624	939
	Paranhos (MS)	1	2	69	40	25	21	60	45
	Ponta Porã (MS)	18	62	1198	1106	284	335	858	1284
	Sete Quedas (MS)	0	2	94	68	24	40	57	77
	Tacuru (MS)	3	0	52	64	17	11	51	42
Total por estabelecimentos		**134**	**275**	**3505**	**3138**	**1189**	**1473**	**2730**	**3901**
Total Geral		**930**	**1673**	**21181**	**19438**	**7445**	**10587**	**18973**	**25652**

Fonte: Receita Federal, 2023. Org.: LABGEO/UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A análise da evolução dos estabelecimentos por setores da CNAE nos municípios FF-CO entre 2018 e 2022 revela diversos pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades. Entre os pontos fortes, destaca-se o crescimento significativo nos setores de Comércio e Serviços, sinalizando um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e a diversificação de atividades. No entanto, os setores de Agropecuária e Indústria apresentam crescimento menos expressivo, apontando possíveis desafios na geração de empregos e no aumento da produção industrial. As oportunidades residem na

expansão do comércio e na prestação de serviços, que podem impulsionar o desenvolvimento local. As ameaças incluem a necessidade de desconcentrar investimentos em setores agrícolas e industriais para evitar o desequilíbrio econômico. As potencialidades estão relacionadas à diversificação da economia, que pode tornar a FF-CO mais resiliente e competitiva, aproveitando suas características geográficas e recursos naturais. Isso pode ser observado a partir das tabelas a seguir, que indicam os setores com maior número de estabelecimentos nos municípios nos anos de 2018 e 2020, um ano antes e um ano após o período crítico da Pandemia da Covid-19.

5.5.8.2 – Indústria - principais estabelecimentos por atividades (2018 e 2022)

Quadro 40 – Estabelecimentos do setor de Indústria de Água, Esgoto e Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação e do Indústria de Transformação (2018 e 2022).

Sub-região	Município	Água, Esgoto, Atividades De Gestão de Resíduos E Descontaminação		Indústrias de Transformação	
		2018	2022	2018	2022
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	1	20	18	29
	Comodoro (MT)	1	3	72	99
	Conquista D'Oeste (MT)	0	1	11	6
	Nova Lacerda (MT)	--	--	12	10
	Sapezal (MT)	7	2	104	167
	Tangará da Serra (MT)	9	11	352	417
Total por estabelecimentos		**18**	**37**	**569**	**728**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	0	1	30	61
	Barra do Bugres (MT)	5	6	71	76
	Curvelândia (MT)	--	--	5	11
	Figueirópolis D'Oeste	--	--	3	19
	Glória D'Oeste (MT)	0	1	9	5
	Indiavaí	--	--	9	19
	Jauru (MT)	0	2	17	16
	Lambari D'Oeste (MT)	1	9	4	9
	Mirassol D'Oeste (MT)	0	1	84	76
	Pontes e Lacerda (MT)	15	5	175	198
	Porto Esperidião (MT)	0	1	14	13
	Porto Estrela (MT)	--	--	5	17
	Reserva do Cabaçal (MT)	0	1	5	4
	Rio Branco (MT)	--	--	14	14
	Salto do Céu (MT)	1	0	5	3
	São José dos Quatro Marcos (MT)	1	6	42	47
	Vale de São Domingos (MT)	--	--	0	6
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	2	2	35	43
Total por estabelecimentos		**25**	**35**	**527**	**637**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	2	0	9	3
	Cáceres (MT)	5	23	223	266
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	0	1	19	41
	Poconé (MT)	1	0	49	61
	Anastácio (MS)	2	3	61	47
	Aquidauana (MS)	2	2	113	67
	Corumbá (MS)	6	0	182	203
	Ladário (MS)	1	4	64	19

	Miranda (MS)	--	--	28	57
	Porto Murtinho (MS)	3	0	27	27
Total por estabelecimentos		**22**	**33**	**775**	**791**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	--	--	29	35
	Bodoquena (MS)	0	1	15	21
	Bonito (MS)	1	1	58	81
	Caracol (MS)	--	--	10	11
	Guia Lopes da Laguna (MS)	2	0	26	22
	Jardim (MS)	7	2	41	63
	Nioaque (MS)	0	1	20	17
Total por estabelecimentos		**10**	**5**	**199**	**250**
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	0	3	34	52
	Deodápolis (MS)	1	0	38	40
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	0	1	9	28
	Douradina (MS)	1	0	10	10
	Dourados (MS)	21	31	602	833
	Fátima do Sul (MS)	1	0	73	45
	Glória de Dourados (MS)	1	2	37	19
	Itaporã (MS)	--	--	34	81
	Jateí (MS)	--	--	14	8
	Laguna Carapã (MS)	1	0	9	6
	Maracaju (MS)	1	1	65	120
	Nova Alvorada do Sul (MS)	3	1	29	43
	Novo Horizonte do Sul (MS)	0	1	6	19
	Rio Brilhante (MS)	3	4	64	128
	Sidrolândia (MS)	11	4	83	158
	Taquarussu (MS)	--	--	6	8
	Vicentina (MS)	0	1	6	17
Total por estabelecimentos		**44**	**49**	**1119**	**1615**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	6	2	82	101
	Antônio João (MS)	2	1	15	10
	Aral Moreira (MS)	0	1	25	17
	Coronel Sapucaia (MS)	1	3	18	19
	Eldorado (MS)	1	0	51	54
	Iguatemi (MS)	1	2	43	27
	Itaquiraí (MS)	1	1	29	41
	Japorã (MS)	--	--	4	11
	Juti (MS)	--	--	16	12
	Mundo Novo (MS)	3	5	89	67
	Naviraí (MS)	6	2	136	135
	Paranhos (MS)	--	--	18	12
	Ponta Porã (MS)	6	5	163	199
	Sete Quedas (MS)	2	1	16	25
	Tacuru (MS)	--	--	14	2
Total por estabelecimentos		**29**	**23**	**719**	**732**
Total Geral		**148**	**182**	**3.908**	**4.753**

Fonte: Receita Federal, compilado e disponibilizado pelo Datampe – SEBRAE, 2023. Org.: LABGEO; NEAP - UFMS (2023).

Quadro 41 - Estabelecimentos dos setores de Indústria de Construção, Extrativista e Eletricidade e Gás (2018 e 2022).

Sub-região	Município	Construção		Extrativista		Eletricidade e Gás	
		2018	2022	2018	2022	2018	2022
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	9	65	1	0	4	0
	Comodoro (MT)	41	123	0	1	1	0
	Conquista D'Oeste (MT)	22	16	--	--	--	--
	Nova Lacerda (MT)	6	15	2	14	--	--
	Sapezal (MT)	105	170	14	0	3	4
	Tangará da Serra (MT)	274	453	5	4	0	1
Total por estabelecimentos		**457**	**842**	**22**	**19**	**8**	**5**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	21	37	1	1	--	--
	Barra do Bugres (MT)	93	96	3	12	--	--
	Curvelândia (MT)	6	33	0	1	--	--
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	0	11	--	--	--	--
	Glória D'Oeste (MT)	1	4	--	--	--	--
	Indiavaí (MT)	2	8	1	0	--	--
	Jauru (MT)	18	23	--	--	1	0
	Lambari D'Oeste (MT)	1	15	--	--	--	--
	Mirassol d'Oeste (MT)	61	67	--	--	--	--
	Pontes e Lacerda (MT)	169	270	4	4	0	1
	Porto Esperidião (MT)	9	49	0	1	--	--
	Porto Estrela (MT)	4	7	0	1	--	--
	Reserva do Cabaçal (MT)	5	1	--	--	0	1
	Rio Branco (MT)	7	10	1	0	--	--
	Salto do Céu (MT)	4	8	0	0	--	--
	São José dos Quatro Marcos (MT)	28	70	0	1	--	--
	Vale de São Domingos (MT)	1	11	--	--	1	0
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	16	44	--	--	--	--
Total por estabelecimentos		**446**	**764**	**10**	**21**	**2**	**2**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	3	4	--	--	--	--
	Cáceres (MT)	141	275	2	3	0	1
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	8	17	3	11	--	--
	Poconé (MT)	35	51	19	34	--	--
	Anastácio (MS)	36	72	0	1	--	--
	Aquidauana (MS)	32	130	2	0	--	--
	Corumbá (MS)	151	204	5	3	1	0
	Ladário (MS)	20	39	--	--	--	--
	Miranda (MS)	30	39	1	3	--	--
	Porto Murtinho (MS)	19	16	1	2	--	--
Total por estabelecimentos		**475**	**847**	**33**	**57**	**1**	**1**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	16	30	0	2	--	--
	Bodoquena (MS)	17	16	1	0	--	--
	Bonito (MS)	71	121	2	0	--	--
	Caracol (MS)	5	9	--	--	--	--
	Guia Lopes da Laguna (MS)	25	14	--	--	--	--
	Jardim (MS)	54	81	0	1	--	--
	Nioaque (MS)	13	21	--	--	--	--
Total por estabelecimentos		**201**	**292**	**3**	**3**	**--**	**--**
XIII – Dourados	Caarapó (MS)	46	71	1	0	--	--
	Deodápolis (MS)	11	18	0	1	0	1
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	13	26	--	--	--	--
	Douradina (MS)	9	12	--	--	1	0
	Dourados (MS)	783	1245	1	17	0	3

XIII - Dourados	Fátima do Sul (MS)	25	61	1	8	--	--
	Glória de Dourados (MS)	17	21	--	--	0	3
	Itaporã (MS)	43	54	0	2	--	--
	Jateí (MS)	7	8	1	0	0	1
	Laguna Carapã (MS)	11	13	--	--	--	--
	Maracaju (MS)	65	163	0	1	--	--
	Nova Alvorada do Sul (MS)	40	60	1	0	0	1
	Novo Horizonte do Sul (MS)	7	6	--	--	0	1
	Rio Brilhante (MS)	68	98	--	--	0	1
	Sidrolândia (MS)	130	173	1	0	0	1
	Taquarussu (MS)	2	8	--	--	--	--
	Vicentina (MS)	6	3	--	--	--	--
Total por estabelecimentos		**1.283**	**2.040**	**6**	**29**	**0**	**12**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	47	96	1	1	--	--
	Antônio João (MS)	15	22	--	--	--	--
	Aral Moreira (MS)	20	7	--	--	0	1
	Coronel Sapucaia (MS)	6	21	--	--	--	--
	Eldorado (MS)	10	48	--	--	--	--
	Iguatemi (MS)	35	57	--	--	--	--
	Itaquiraí (MS)	13	34	--	--	--	--
	Japorã (MS)	2	5	--	--	--	--
	Juti (MS)	8	23	1	0	0	2
	Mundo Novo (MS)	25	51	--	--	--	--
	Naviraí (MS)	127	186	--	--	0	1
	Paranhos (MS)	7	9	--	--	--	--
	Ponta Porã (MS)	112	129	3	0	0	2
	Sete Quedas (MS)	6	14	--	--	--	--
	Tacuru (MS)	2	9	1	0	--	--
Total por estabelecimentos		**435**	**711**	**6**	**1**	**0**	**6**
Total Geral		**3.297**	**5.496**	**80**	**130**	**12**	**26**

Fonte: Receita Federal, compilado e disponibilizado pelo Datampe – SEBRAE, 2023. Org.: LABGEO; NEAP - UFMS (2023).

5.5.8.3 - Serviços – quantidade de estabelecimentos por setor na FF-CO

Quadro 42 - Estabelecimentos das atividades de serviços na FF-CO (2018 e 2022).

Sub-região	Município	Alojamento e Alimentação		Artes, Cultura, Esportes e Recreação		Atividades Administrativas e Serviços Complementares		Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços relacionados	
		2018	2022	2018	2022	2018	2022	2018	2022
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	56	44	3	1	7	12	0	2
	Comodoro (MT)	69	72	11	2	18	24	2	2
	Conquista D'Oeste (MT)	8	9	1	1	3	1	0	2
	Nova Lacerda (MT)	15	18	1	1	6	4	0	1
	Sapezal (MT)	142	144	9	7	58	48	5	1
	Tangará da Serra (MT)	324	370	39	22	174	207	19	41
Total por estabelecimentos		**614**	**657**	**64**	**34**	**266**	**296**	**26**	**49**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	22	38	5	8	6	19	2	0
	Barra do Bugres (MT)	101	126	11	3	75	62	6	3
	Curvelândia (MT)	8	8	1	0	0	5	--	--
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	0	1	--	--	0	5	0	1

X – Alto Paraguai	Glória D'Oeste (MT)	6	9	--	--	0	1	--	--
	Indiavaí (MT)	2	3	--	--	1	10	1	1
	Jauru (MT)	12	23	3	3	11	18	1	1
	Lambari D'Oeste (MT)	4	19	1	0	5	28	0	1
	Mirassol d'Oeste (MT)	65	87	8	9	19	40	4	1
	Pontes e Lacerda (MT)	189	185	12	5	112	88	12	5
	Porto Esperidião (MT)	26	27	1	1	12	37		
	Porto Estrela (MT)	3	8	1	0	3	1	0	3
	Reserva do Cabaçal (MT)	6	8	--	--	0	1	1	0
	Rio Branco (MT)	2	9	2	0	4	13	0	1
	Salto do Céu (MT)	7	13			0	5	--	--
	São José dos Quatro Marcos (MT)	31	30	6	4	15	53	1	0
	Vale de São Domingos (MT)	2	5	--	--	4	5	--	--
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	24	68	3	2	6	12	0	3
Total por estabelecimentos		**510**	**667**	**54**	**35**	**273**	**403**	**28**	**20**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	14	10	2	0	6	8	--	--
	Cáceres (MT)	332	381	35	44	105	158	8	11
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	19	30	1	3	15	8	1	0
	Poconé (MT)	75	107	14	33	47	75	8	6
	Anastácio (MS)	49	68	6	8	19	25	0	2
	Aquidauana (MS)	111	141	24	11	60	47	11	7
	Corumbá (MS)	343	481	50	32	195	135	18	14
	Ladário (MS)	41	57	9	18	17	12	0	1
	Miranda (MS)	42	70	6	1	37	23	8	2
	Porto Murtinho (MS)	55	36	9	2	36	19	1	0
Total por estabelecimentos		**1081**	**1381**	**156**	**152**	**537**	**510**	**55**	**43**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	21	43	6	4	27	24	6	1
	Bodoquena (MS)	7	21	2	4	10	28	0	1
	Bonito (MS)	130	145	23	27	109	112	1	8
	Caracol (MS)	9	9	2	2	4	3	0	1
	Guia Lopes da Laguna (MS)	29	26	3	4	10	12	0	1
	Jardim (MS)	73	81	9	12	24	36	5	5
	Nioaque (MS)	39	38	5	6	6	9	--	--
Total por estabelecimentos		**308**	**363**	**50**	**59**	**190**	**224**	**12**	**17**
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	55	86	2	4	26	29	6	4
	Deodápolis (MS)	32	45	4	1	24	14	0	4
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	16	17	0	2	1	7	1	1
	Douradina (MS)	18	33	3	3	3	6	1	1
	Dourados (MS)	422	813	88	112	431	591	63	58
	Fátima do Sul (MS)	26	35	5	8	10	31	1	1
	Glória de Dourados (MS)	36	26	4	2	3	10	1	0
	Itaporã (MS)	19	35	6	7	10	19	2	5
	Jateí (MS)	0	4	0	1	2	2	--	--
	Laguna Carapã (MS)	14	28	1	1	2	3	2	1
	Maracaju (MS)	94	127	8	16	70	80	13	9
	Nova Alvorada do Sul (MS)	58	67	6	9	16	35	2	3
	Novo Horizonte do Sul (MS)	7	6	1	0	6	5	--	--
	Rio Brilhante (MS)	67	84	5	4	29	40	3	4
	Sidrolândia (MS)	95	104	17	9	53	74	11	5
	Taquarussu (MS)	3	7	--	--	3	1	--	--
	Vicentina (MS)	2	8	3	3	4	5	--	--
Total por estabelecimentos		**964**	**1525**	**153**	**182**	**693**	**952**	**106**	**96**
XIV - Cone Sul-	Amambai (MS)	53	74	14	6	34	39	8	2
	Antônio João (MS)	12	21	2	2	8	3	3	2
	Aral Moreira (MS)	18	27	5	3	8	3	2	1

mato-grossense	Coronel Sapucaia (MS)	12	23	1	2	3	6	--	--
	Eldorado (MS)	12	23	2	0	5	5	2	2
	Iguatemi (MS)	26	37	1	2	14	20	1	0
	Itaquiraí (MS)	16	36	1	1	9	31	1	1
	Japorã (MS)	3	5	--	--	1	1	--	--
	Juti (MS)	15	16	2	1	3	8	1	0
	Mundo Novo (MS)	51	47	12	10	13	25	1	1
	Naviraí (MS)	110	138	30	25	58	85	9	2
	Paranhos (MS)	13	9	1	1	1	4	1	1
	Ponta Porã (MS)	173	295	32	34	80	120	9	7
	Sete Quedas (MS)	10	11	3	2	6	6	0	3
	Tacuru (MS)	3	7	3	1	2	4	1	0
Total por estabelecimentos		**527**	**769**	**109**	**90**	**245**	**360**	**39**	**22**
Total Geral		**4004**	**5362**	**586**	**552**	**2204**	**2745**	**266**	**247**

Fonte: Receita Federal, 2023. Compilado por Datampe, SEBRAE (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Quadro 43 – Outros estabelecimentos de serviços na FF-CO (2018 e 2022).

Sub-região	**Município**	**Atividades Imobiliárias**		**Atividades Profissionais Científicas e Técnicas**		**Educação**		**Informação e Comunicação**	
		2018	**2022**	**2018**	**2022**	**2018**	**2022**	**2018**	**2022**
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	--	--	4	12	6	27	1	3
	Comodoro (MT)	3	2	20	26	11	7	9	9
	Conquista D'Oeste (MT)	--	--	--	--	6	0	1	0
	Nova Lacerda (MT)	--	--	5	4	1	1	0	1
	Sapezal (MT)	5	5	44	71	16	25	5	9
	Tangará da Serra (MT)	11	27	108	285	50	82	40	70
Total por estabelecimentos		**19**	**34**	**181**	**398**	**90**	**142**	**56**	**92**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	--	--	17	22	7	10	1	5
	Barra do Bugres (MT)	1	1	32	42	33	52	9	6
	Curvelândia (MT)	--	--	1	3	1	2	2	1
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	--	--	2	3	0	1	1	0
	Glória D'Oeste (MT)	--	--	1	2	1	3	--	--
	Indiavaí (MT)	--	--	0	1	1	2	1	0
X – Alto Paraguai	Jauru (MT)	0	1	3	3	7	19	3	3
	Lambari D'Oeste (MT)	0	1	2	6	3	26	1	1
	Mirassol d'Oeste (MT)	0	3	19	45	8	32	9	5
	Pontes e Lacerda (MT)	5	5	61	97	40	25	9	23
	Porto Esperidião (MT)	--	--	10	8	5	3	1	1
	Porto Estrela (MT)	--	--	1	2	3	3	1	1
	Reserva do Cabaçal (MT)	--	--	2	1	2	1	1	0
	Rio Branco (MT)	0	1	3	4	4	4	3	12
	Salto do Céu (MT)	--	--	1	2	2	4	1	0
	São José dos Quatro Marcos (MT)	0	1	16	27	6	37	4	8
	Vale de São Domingos (MT)	--	--	1	2	0	3	--	--
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	--	--	11	9	0	4	2	2
Total por estabelecimentos		**6**	**13**	**183**	**279**	**123**	**231**	**49**	**68**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	--	--	0	2	1	0	1	1
	Cáceres (MT)	9	3	78	206	71	66	36	58
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	0	2	11	2	5	3	1	1
	Poconé (MT)	0	2	17	27	10	28	7	12
	Anastácio (MS)	--	--	2	16	8	10	8	5

	Aquidauana (MS)	1	5	46	46	55	35	19	19
	Corumbá (MS)	12	9	98	135	45	100	59	49
	Ladário (MS)	--	--	4	11	6	13	4	4
	Miranda (MS)	--	--	12	12	0	24	9	3
	Porto Murtinho (MS)	0	1	2	9	4	4	4	4
Total por estabelecimentos		**22**	**22**	**270**	**466**	**205**	**283**	**148**	**156**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	2	1	8	36	9	19	6	5
	Bodoquena (MS)	--	--	7	8	1	3	--	--
	Bonito (MS)	4	9	23	30	15	24	8	15
	Caracol (MS)	--	--	3	1	2	3	1	0
	Guia Lopes da Laguna (MS)	--	--	1	3	6	5	3	3
	Jardim (MS)	2	1	24	56	16	18	7	13
	Nioaque (MS)	1	0	7	10	3	8	2	16
Total por estabelecimentos		**9**	**11**	**73**	**144**	**52**	**80**	27	52
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	1	6	18	59	4	14	5	5
	Deodápolis (MS)	--	--	9	13	13	5	4	5
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	--	--	2	2	3	4	--	--
	Douradina (MS)	1	0	3	4	1	2	4	4
	Dourados (MS)	42	58	321	839	156	357	125	170
	Fátima do Sul (MS)	2	3	23	22	9	8	19	17
	Glória de Dourados (MS)	--	--	4	20	1	32	4	3
	Itaporã (MS)	4	1	20	34	2	17	5	3
	Jateí (MS)	--	--	9	3	1	0	1	0
	Laguna Carapã (MS)	--	--	3	4	--	--	1	0
	Maracaju (MS)	3	16	65	114	12	36	10	9
	Nova Alvorada do Sul (MS)	2	1	7	21	6	8	3	7
	Novo Horizonte do Sul (MS)	0	1	0	1	2	0	4	0
	Rio Brilhante (MS)	2	5	27	57	8	14	9	6
	Sidrolândia (MS)	4	10	38	73	29	14	19	10
	Taquarussu (MS)	--	--	2	4	0	2	0	2
	Vicentina (MS)	0	1	2	5	0	2	0	1
Total por estabelecimentos		**61**	**102**	**553**	**1275**	**247**	**515**	**213**	**242**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	5	1	20	62	17	12	5	11
	Antônio João (MS)	--	--	9	18	5	3	1	2
	Aral Moreira (MS)	--	--	8	7	3	2	1	1
	Coronel Sapucaia (MS)	--	--	6	3	0	3	3	1
	Eldorado (MS)	--	--	7	18	2	8	0	4
	Iguatemi (MS)	0	1	8	16	16	6	3	4
	Itaquiraí (MS)	2	2	4	14	4	10	1	4
	Japorã (MS)	--	--	2	4	0	1	--	--
	Juti (MS)	2	0	2	2	0	1	3	2
	Mundo Novo (MS)	1	0	13	26	7	28	13	16
	Naviraí (MS)	5	29	84	125	45	80	23	40
	Paranhos (MS)	--	--	6	6	1	2	5	1
	Ponta Porã (MS)	8	14	88	190	50	63	27	46
	Sete Quedas (MS)	1	0	2	10	1	5	1	4
	Tacuru (MS)	--	--	2	7	4	6	0	1
Total por estabelecimentos		**24**	**47**	**261**	**508**	**155**	**230**	**86**	**137**
Total Geral		**141**	**229**	**1521**	**3070**	**872**	**1481**	**579**	**747**

Fonte: Receita Federal, 2023. Compilado por Datampe, SEBRAE (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Quadro 44 - Estabelecimentos com outras atividades de serviços na FF-CO (2018 e 2022). (2018 e 2022).

Sub-região	Município	Outras Atividades		Saúde Humana e Serviços Sociais		Serviços Domésticos		Transportes, Armazenagem e Correio	
		2018	2022	2018	2022	2018	2022	2018	2022
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	18	23	3	22	5	39	15	50
	Comodoro (MT)	56	75	15	6	1	42	44	81
	Conquista D'Oeste (MT)	2	5	1	2	0	1	1	3
	Nova Lacerda (MT)	8	10	0	1	--	--	10	11
	Sapezal (MT)	78	95	18	15	3	3	94	153
	Tangará da Serra (MT)	298	373	67	71	3	32	218	298
Total por estabelecimentos		**460**	**581**	**104**	**117**	**12**	**117**	**382**	**596**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	54	31	8	19	1	2	22	34
	Barra do Bugres (MT)	70	57	33	73	1	5	48	45
	Curvelândia (MT)	4	7	2	5	--	--	3	10
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	10	3	1	1	--	--	0	4
	Glória D'Oeste (MT)	2	2	1	0	--	--	2	0
	Indiavaí (MT)	10	4	1	1	--	--	2	1
X – Alto Paraguai	Jauru (MT)	30	12	6	8	0	2	7	13
	Lambari D'Oeste (MT)	6	12	7	10	2	39	7	27
	Mirassol D'Oeste (MT)	81	53	22	23	2	12	43	73
	Pontes e Lacerda (MT)	162	197	35	76	13	24	165	294
	Porto Esperidião (MT)	22	15	9	16	3	3	14	15
	Porto Estrela (MT)	16	4	4	8	0	8	2	8
	Reserva do Cabaçal (MT)	8	4	1	1	--	--	0	2
	Rio Branco (MT)	13	11	5	4	3	3	7	6
	Salto do Céu (MT)	20	5	4	1	0	1	6	4
	São José dos Quatro Marcos (MT)	53	54	10	31	10	5	22	56
	Vale de São Domingos (MT)	3	5	--	--	--	--	1	3
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	38	35	1	0	0	2	23	15
Total por estabelecimentos		**602**	**511**	**150**	**277**	**35**	**106**	**374**	**610**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	24	15	1	2	0	2	34	16
	Cáceres (MT)	272	305	62	114	6	19	158	242
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	42	16	4	2	--	--	10	15
	Poconé (MT)	84	70	5	11	--	--	93	59
	Anastácio (MS)	75	52	7	0	1	7	43	40
	Aquidauana (MS)	171	135	24	23	0	14	54	75
	Corumbá (MS)	307	298	47	92	3	30	227	308
	Ladário (MS)	41	45	0	5	1	3	16	47
	Miranda (MS)	67	51	4	3	0	1	55	50
	Porto Murtinho (MS)	52	35	0	10	0	2	33	33
Total por estabelecimentos		**1135**	**1022**	**154**	**262**	**11**	**78**	**723**	**885**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	66	46	7	7	0	12	29	39
	Bodoquena (MS)	29	16	4	5	0	4	16	19
	Bonito (MS)	100	85	11	14	3	13	164	180
	Caracol (MS)	10	10	0	1	0	1	5	6
	Guia Lopes da Laguna (MS)	30	15	2	3	1	2	31	41
	Jardim (MS)	82	86	11	25	0	9	30	47
	Nioaque (MS)	48	46	4	7	2	4	25	17
Total por estabelecimentos		**365**	**304**	**39**	**62**	**6**	**45**	**300**	**349**
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	62	71	4	24	3	12	47	52
	Deodápolis (MS)	39	30	5	2	3	3	17	26
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	33	19	2	4	0	2	9	12

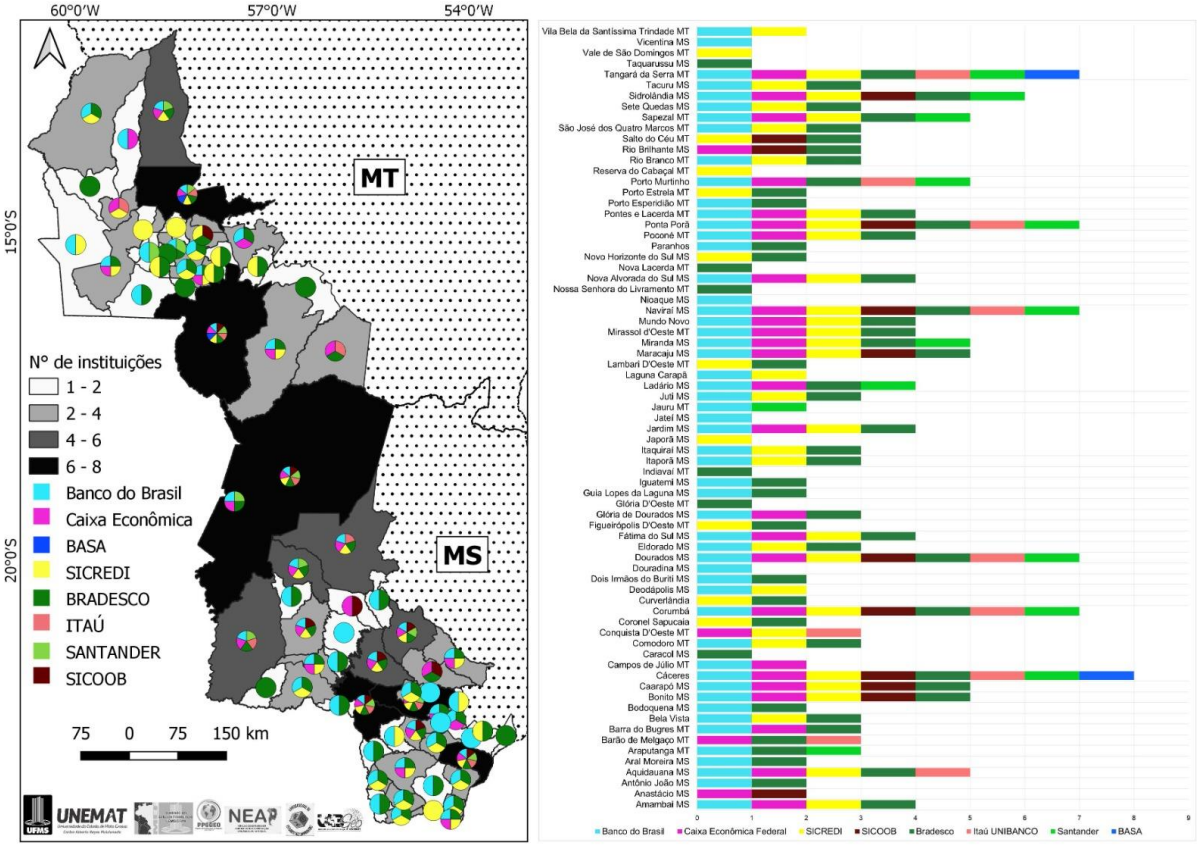
	Douradina (MS)	12	12	0	1	--	--	16	7
	Dourados (MS)	752	963	153	319	22	121	403	762
	Fátima do Sul (MS)	62	40	17	10	1	1	37	46
	Glória de Dourados (MS)	23	25	0	5	5	11	7	27
	Itaporã (MS)	47	53	3	13	2	15	31	60
	Jateí (MS)	15	6	0	1	0	1	2	3
	Laguna Carapã (MS)	26	23	0	1	0	4	8	9
	Maracaju (MS)	112	103	27	26	3	12	76	84
	Nova Alvorada do Sul (MS)	58	39	8	2	0	3	40	40
	Novo Horizonte do Sul (MS)	12	4	2	1	0	1	1	10
	Rio Brilhante (MS)	100	84	9	8	1	13	74	70
	Sidrolândia (MS)	119	121	18	11	1	15	114	89
	Taquarussu (MS)	7	3	--	--	--	--	1	4
	Vicentina (MS)	6	15	3	2	--	--	4	3
Total por estabelecimentos		**1485**	**1611**	**251**	**430**	**41**	**214**	**887**	**1304**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	**86**	**85**	7	17	3	9	36	70
	Antônio João (MS)	25	13	3	2	--	--	15	14
	Aral Moreira (MS)	25	12	0	2	0	4	6	4
	Coronel Sapucaia (MS)	26	24	2	11	1	2	4	5
	Eldorado (MS)	24	26	1	8	3	19	8	17
	Iguatemi (MS)	36	22	8	19	1	5	8	22
	Itaquiraí (MS)	38	43	4	7	0	1	24	64
	Japorã (MS)	20	6	0	2	--	--	3	9
	Juti (MS)	18	8	0	6	0	11	5	10
	Mundo Novo (MS)	48	66	14	14	3	13	27	63
	Naviraí (MS)	128	139	20	55	6	24	106	197
	Paranhos (MS)	24	16	5	3	--	--	3	2
	Ponta Porã (MS)	246	271	37	76	2	16	106	152
	Sete Quedas (MS)	24	22	4	3	0	1	5	10
	Tacuru (MS)	28	11	1	3	--	--	7	2
Total por estabelecimentos		**796**	**764**	**106**	**228**	**19**	**105**	**363**	**641**
Total Geral		**4843**	**4793**	**804**	**1376**	**124**	**665**	**3029**	**4385**

Fonte: Receita Federal, 2023. Compilado por Datampe, SEBRAE (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.3.1 – Instituições financeiras bancárias públicas e privadas na FF-CO

A presença de instituições financeiras bancárias nas sub-regiões da FF-CO do Brasil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na estabilidade financeira desses municípios. Para esse estudo, a presença por meio de agência ou pontos de atendimentos foram considerados tanto para os bancos públicos quanto os privados, sendo: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, SICREDI, SICOOBI, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander (Figura 28).

Figura 28 - Instituições bancárias públicas e privadas distribuídas por município na FF-CO



Dentre as instituições públicas, o Banco do Brasil (BB) é a instituição mais capilarizada na FF-CO, se fazendo presente em 53 dos 73 municípios da FF-CO. A Caixa Econômica Federal (CEF) está presente em 30 e o Banco da Amazônia (BASA) em dois municípios. Em contraste, as instituições bancárias privadas que se demonstraram mais capilarizadas foram o Bradesco e o Sicredi, com presença em 59 e 45 municípios, respectivamente (Figuras 29 e 30).

Figura 29- Instituições bancárias públicas

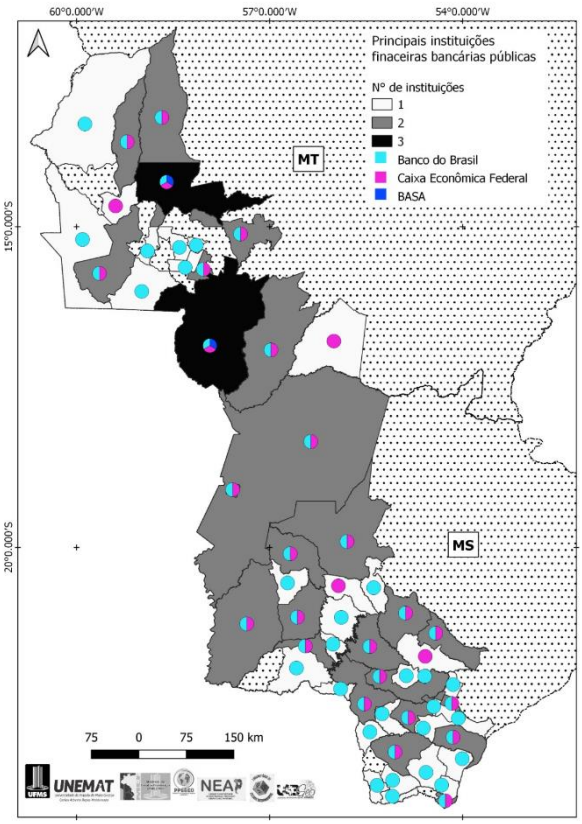
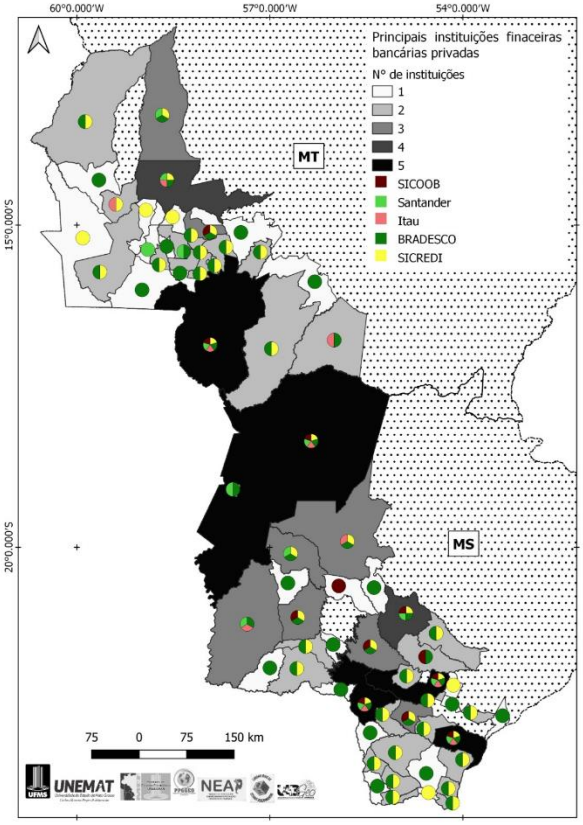


Figura 30 - Instituições bancárias privadas



Em termos de potencialidades, também foram identificados os municípios que possuem agências e postos de atendimento dos Correios, haja vista que a instituição atuou como correspondente do Banco do Brasil através do Banco Postal, bem como os municípios que possuem bancos comunitários. O Correios demonstrou-se como uma força dos municípios, com unidades de atendimento em 65 dos 73 municípios. Por outro lado, os Bancos Comunitários estão presentes em apenas cinco municípios, localizados na Faixa de Fronteira do estado de Mato Grosso do Sul (Figuras 31 e 32).

Figura 31 - Correios na FF-CO

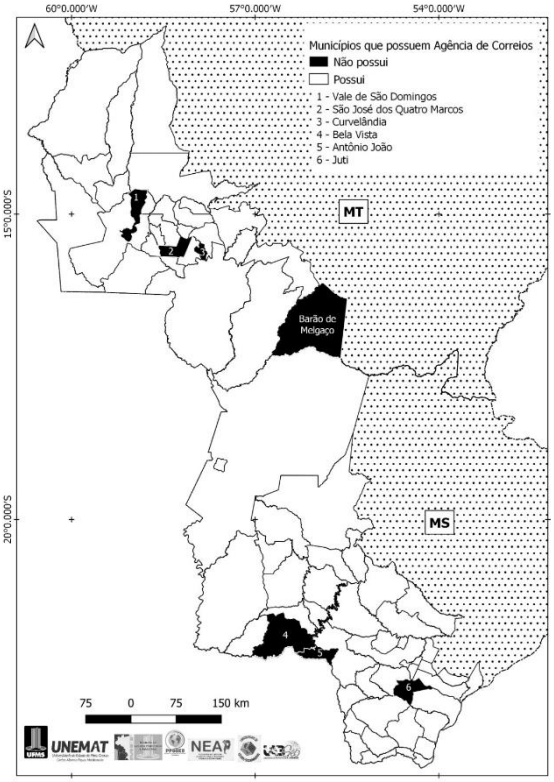
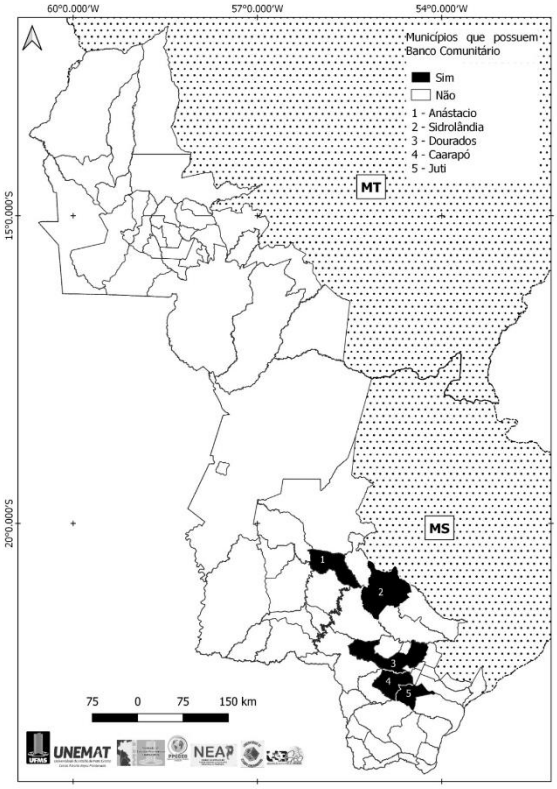


Figura 32 - Bancos Comunitários na FF-CO



Essas instituições desempenham um papel vital ao oferecer serviços bancários essenciais, como empréstimos, contas correntes e investimentos, que sustentam tanto os residentes quanto as atividades comerciais. Além disso, elas desempenham um papel estratégico na promoção do comércio e do investimento transfronteiriço, contribuindo para a integração econômica e o crescimento da região. Neste contexto, apresentaremos a presença das instituições financeiras bancárias nas áreas de fronteira do Centro-Oeste.

5.5.8.4 – Agricultura - principais lavouras temporárias (2017 e 2021)

As lavouras de abacaxi não são extensas, mas aparecem em vários municípios da faixa de fronteira. São produtos com potencial de exportação e muito ligadas à agricultura familiar. O arroz perdeu áreas em quase todos os municípios produtores, mas teve aumento expressivo em Comodoro (5 mil hectares plantadas).

O algodão herbáceo tem como área de destaque a sub-região da Chapada dos Parecis que parece ter tomado espaço que antes era da cana-de-açúcar. Campos de Júlio (MT) quase dobrou a área plantada e Sapezal (MT) chegou próximo a 200 mil hectares plantadas em 2022. A cana, por sua vez, mantém

sua força em Dourados e no Cone Sul-mato-grossense e uma certa estabilidade territorial nas demais sub-regiões.

A sub-região da Chapada dos Parecis é a maior produtora de feijão, com destaque para os municípios de Campos de Júlio (MT), Comodoro (MT) e Tangará da Serra (MT). A mandioca é cultivada em, praticamente, todos os municípios, mas se destaca na sub-região Cone Sul-mato-grossense, motivada, em grande parte, pela proximidade de fecularias e demais indústria beneficiadoras da mandioca situadas na vizinhança do Paraná.

As lavouras de milho e soja tem sua área core na sub-região de Dourados. São mais de 1 milhão de hectares plantadas. São lavouras que utilizam mecanização intensiva e com foco na exportação. Movimentam recursos vultosos e cresce em todas as sub-regiões da faixa de fronteira de maneira diversa. É temeroso o crescimento na sub-região de Bodoquena por conta dos desmatamentos de áreas fundamentais para exploração do turismo. É preciso pensar formas sustentáveis de produção para evitar a perda do potencial turístico.

5.5.4.1 – Lavouras temporárias - área plantada das lavouras (2017-2021)

Quadro 45 - Área plantada das lavouras de abacaxi, algodão herbáceo (em caroço) e arroz (em casca) na FF-CO (2017 e 2021), em destaque os hectares cultivados.

Sub-região	Município	Abacaxi		Algodão (em caroço)		Arroz (em casca)	
		2017	2021	2017	2021	2017	2021
	Campos de Júlio	--	--	30.100	53.821	2.400	230
IX – Chapada dos Parecis	Comodoro (MT)	8	20	0	4.428	400	5.000
	Nova Lacerda (MT)	5	5	--	--	--	--
	Sapezal	--	--	132.298	192.138	4.380	0
	Tangará da Serra (MT)	115	320	6.005	19.037	3.226	1.680
Total por hectares		**128**	**345**	**168.403**	**269.424**	**10.406**	**6.910**
X – Alto Paraguai	Barra do Bugres (MT)	0	7	-	-	1.000	450
	Curvelândia (MT)	50	18	-	-	-	-
	Mirassol d'Oeste (MT)	6	5	-	-	-	-
	Pontes e Lacerda (MT)	10	10	-	-	540	300
	Porto Esperidião (MT)	4	5	-	-	-	-
	Porto Estrela (MT)	10	20	-	-	-	-
	São José dos Quatro Marcos (MT)	10	15	-	-	-	-
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	10	10	-	-	-	-
Total por hectares		**100**	**90**	**-**	**-**	**1.540**	**750**
XI – Pantanal	Cáceres (MT)	20	20	-	-	0	2
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	10	5	-	-	30	5
	Poconé (MT)	20	20	-	-	20	12
	Anastácio (MS)	6	6	-	-	-	-
	Aquidauana (MS)	20	35	-	-	-	-
	Corumbá (MS)	0	1	-	-	-	-
	Miranda (MS)					6.000	2.212
Total por hectares		**76**	**87**	**-**	**-**	**6050**	**2231**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	0	1	-	-	-	-
	Bodoquena (MS)					200	0
	Bonito (MS)	5	1	-	-	-	-
	Caracol (MS)	0	3	-	-	80	0
	Guia Lopes da Laguna (MS)	0	1	-	-		
	Jardim (MS)	0	2	-	-	-	-
	Nioaque (MS)	20	1	-	-	0	15
Total por hectares		**25**	**9**	**-**	**-**	**280**	**15**
XIII - Dourados	Deodápolis (MS)	-	-	-	-	450	700

	Dois Irmãos do Buriti (MS)	20	6	-	-		
	Douradina (MS)	-	-	-	-	1.200	500
	Dourados (MS)	-	-	-	-	1.200	1.800
	Fátima do Sul (MS)	-	-	-	-	600	355
	Itaporã (MS)	3	1	-	-	900	1.200
	Jateí (MS)	6	0	-	-	-	-
	Maracaju (MS)	-	-	-	-	325	0
	Nova Alvorada do Sul (MS)	2	2	-	-	-	-
	Novo Horizonte do Sul (MS)	1	1	-	-	-	-
	Rio Brilhante (MS)	-	-	-	-	4.000	2.650
	Sidrolândia (MS)	40	50	1.350	0	380	230
Total por hectares		**72**	**60**	**1.350**	**0**	9055	7435
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Antônio João (MS)	2	1	-	-		
	Aral Moreira (MS)	1	0	85	107		
	Coronel Sapucaia (MS)	2	2	-	-		
	Eldorado (MS)	12	0	-	-		
	Itaquiraí (MS)	10	0	-	-		
	Japorã (MS)	0	2	-	-	7	0
	Mundo Novo (MS)	2	1	-	-		
	Naviraí (MS)	2	2	-	-		
	Paranhos (MS)	0	5	-	-		
	Ponta Porã (MS)	0	5	-	-	0	560
Total por hectares		**31**	**18**	**85**	**107**	**7**	**560**
Total Geral		**432**	**609**	**169.838**	**269.531**	**27.338**	**17.901**

Fonte: IBGE, 2017; 2021. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Quadro 46 - Área plantada de cana-de-açúcar, feijão (em grãos) e mandioca por hectares cultivados na FF-CO (2017 e 2021)

Sub-região	Município	Cana-de-açúcar		feijão (em grão)		Mandioca	
		2017	2021	2017	2021	2017	2021
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	11.616	5.658	7.940	8.100	--	--
	Comodoro (MT)	10	15	2.400	2.515	160	161
	Conquista D'Oeste (MT)	--	--	10	2	15	15
	Nova Lacerda (MT)	5	5	210	700	60	70
	Sapezal (MT)	--	--	11.303	2.445	--	--
	Tangará da Serra (MT)	4.152	783	2.710	8.500	280	330
Total por hectares		**15.783**	**6.461**	**24.573**	**22.262**	**515**	**576**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	5	5	30	8	80	70
	Barra do Bugres (MT)	48.530	52.561	--	--	400	460
	Curvelândia (MT)	5.236	4.155	--	--	100	56
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	--	--	--	--	10	15
	Glória D'Oeste (MT)	1.932	2.288	--	--	8	8
	Indiavaí (MT)	5	0	4	8	5	15
	Jauru (MT)	--	--	10	6	40	50
	Lambari D'Oeste (MT)	9.294	9.452	0	500	51	55
	Mirassol D'Oeste (MT)	3.522	6.744	--	--	30	50
	Pontes e Lacerda (MT)	20	0	179	350	220	220
	Porto Esperidião (MT)	--	--	20	20	80	80
	Porto Estrela (MT)	600	615	50	30	350	450
	Reserva do Cabaçal (MT)	--	--	5	5	60	60
	Rio Branco (MT)	--	--	--	--	80	200
	Salto do Céu (MT)	--	--	35	0	45	49
	São José dos Quatro Marcos (MT)	60	48	--	--	70	75
	Vale de São Domingos (MT)	--	--	8	13	40	80
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	--	--	25	40	180	220
Total por hectares		**69.204**	**75.868**	**366**	**980**	**1.849**	**2.213**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	22	22	--	--	30	50
	Cáceres (MT)	2.056	1.035	--	--	50	200
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	280	200	--	--	130	160
	Poconé (MT)	400	200	20	13	115	120
	Anastácio (MS)	50	10	400	280	200	182
	Aquidauana (MS)	15	15	120	120	220	190

	Corumbá (MS)	--	--	60	30	200	300
	Ladário (MS)	--	--	0	9	25	6
	Miranda (MS)	10	18	25	40	120	120
	Porto Murtinho (MS)	20	5	0	602	35	20
Total por hectares		**2.853**	**1.505**	**625**	**1.094**	**1.125**	**1.348**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	0	10	70	1.500	265	250
	Bodoquena (MS)	10	10	40	216	110	100
	Bonito (MS)	30	8	4.500	7.250	130	120
	Caracol (MS)	8	20	0	100	50	80
	Guia Lopes da Laguna (MS)	20	10	300	208	80	70
	Jardim (MS)	20	50	0	154	80	90
	Nioaque (MS)	100	5	300	13	400	227
Total por hectares		188	113	5.210	9.441	1.115	937
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	17.104	19.892	634	2.200	310	230
	Deodápolis (MS)	2.835	4.765	75	70	720	1.200
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	--	--	25	15	80	80
	Douradina (MS)	259	0	200	100	10	4
	Dourados (MS)	28.272	18.601	500	0	500	300
	Fátima do Sul (MS)	1.707	1.403	40	15	350	268
	Glória de Dourados (MS)	994	1.879	--	--	300	3.133
	Itaporã (MS)	--	--	--	--	15	20
	Jateí (MS)	20.672	20.843	--	--	400	1.000
	Laguna Carapã (MS)	12.035	3.300	400	17	50	50
	Maracaju (MS)	22.114	15.000	2.000	363	100	158
	Nova Alvorada do Sul (MS)	90.977	84.247	--	--	70	50
	Novo Horizonte do Sul (MS)	6.908	9.735	1	0	2.000	1.015
	Rio Brilhante (MS)	89.662	83.476	1.200	200	300	70
	Sidrolândia (MS)	5.148	4.934	3.570	400	600	450
	Taquarussu (MS)	3.161	4.524	150	400	900	410
	Vicentina (MS)	6.109	6.744	--	--	300	230
Total por hectares		**307.957**	**279.343**	**8.795**	**3.780**	**7.005**	**8.668**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	1.255	1.445	0	15	270	100
	Antônio João (MS)	--	--	255	700	80	775
	Aral Moreira (MS)	--	--	225	450	55	23
	Coronel Sapucaia (MS)	--	--	50	68	200	260
	Eldorado (MS)	6.426	7.605	24	0	1.200	1.900
	Iguatemi (MS)	3.977	6.200	--	--	850	3.000
	Itaquiraí (MS)	5.014	11.180	380	50	2.200	5.500
	Japorã (MS)	--	--	30	0	1.446	2.273
	Juti (MS)	15.814	16.343	37	9	577	512
	Mundo Novo (MS)	--	--	--	--	530	854
	Naviraí (MS)	7.458	16.000	1.215	400	2.180	2.705
	Paranhos (MS)	--	--	--	--	330	180
	Ponta Porã (MS)	41.597	26.494	500	720	250	300
	Sete Quedas (MS)	--	--	--	--	200	110
	Tacuru (MS)	--	--	--	--	710	1.018
Total por hectares		**81.541**	**85.267**	**2.716**	**2.412**	**11.078**	**19.510**
Total Geral		**477.526**	**448.557**	**42.285**	**39.969**	**22.687**	**33.252**

Fonte: IBGE, 2017; 2021. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Quadro 47 - Área plantada de Milho e Soja (em grãos) por hectares cultivados na FF-CO (2017 e 2021)

Sub-região	Município	Milho (em grão)		Soja (em grãos)	
		2017	2021	2017	2021
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	138.129	160.601	196.780	202.500
	Comodoro (MT)	35.500	37.955	65.000	83.080
	Conquista D'Oeste (MT)	2.020	3.470	3.490	8.249
	Nova Lacerda (MT)	5.710	9.613	17.543	31.527
	Sapezal (MT)	186.855	171.887	361.261	366.592
	Tangará da Serra (MT)	68.046	67.645	105.000	205.111

Total por hectares		**436.260**	**451.171**	**749.074**	**897.059**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	1.900	2.600	485	1.510
	Barra do Bugres (MT)	900	1.050	1.750	1.496
	Curvelândia (MT)	5	18	--	--
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	70	200	--	--
X – Alto Paraguai	Glória D'Oeste (MT)	75	150	--	--
	Indiavaí (MT)	275	180	0	1.496
	Jauru (MT)	30	120	--	--
	Lambari D'Oeste (MT)	90	340	940	1.849
	Mirassol d'Oeste (MT)	950	110	3.100	2.219
	Pontes e Lacerda (MT)	7.750	13.000	15.750	31.171
	Porto Esperidião (MT)	70	400	0	2.474
	Porto Estrela (MT)	40	450	0	80
	Reserva do Cabaçal (MT)	7	10	--	--
	Rio Branco (MT)	250	300	0	67
	Salto do Céu (MT)	590	860	1.500	2.309
	São José dos Quatro Marcos (MT)	650	400	2.100	2.496
	Vale de São Domingos (MT)	3.370	150	--	--
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	6.180	18.500	17.660	38.513
Total por hectares		**23.202**	**38.838**	**43.285**	**85.680**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	19	0	--	--
	Cáceres (MT)	2.100	2.653	6.085	7.490
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	500	400	1.950	2.988
	Poconé (MT)	540	390	8.450	9.520
	Anastácio (MS)	4.550	7.230	6.000	10.716
	Aquidauana (MS)	70	50	--	--
	Corumbá (MS)	160	1.610	910	4.139
	Ladário (MS)	10	0	--	--
	Miranda (MS)	4.620	3.288	12.611	9.132
	Porto Murtinho (MS)	1.920	4.000	2.510	7.000
Total por hectares		**14.489**	**19.621**	**38.516**	**50.985**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	20.100	26.000	24.958	41.368
	Bodoquena (MS)	2.240	3.958	2.540	7.260
	Bonito (MS)	32.000	34.610	48.000	57.500
	Caracol (MS)	1.815	2.500	1.831	3.360
	Guia Lopes da Laguna (MS)	15.240	15.200	15.780	22.250
	Jardim (MS)	8.540	11.650	10.320	17.181
	Nioaque (MS)	2.100	6.305	2.100	7.559
Total por hectares		**82.035**	**100.223**	**105.529**	**156.478**
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	85.236	88.000	87.000	110.000
	Deodápolis (MS)	7.650	9.000	8.500	15.000
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	6.100	11.031	6.500	13.469
	Douradina (MS)	12.000	14.030	13.200	15.000
	Dourados (MS)	145.000	170.000	166.000	200.000
	Fátima do Sul (MS)	10.000	10.000	9.700	14.000
	Glória de Dourados (MS)	1.500	2.000	1.600	3.000
	Itaporã (MS)	76.500	70.000	78.300	75.000
	Jateí (MS)	16.000	18.000	18.451	25.000
	Laguna Carapã (MS)	65.000	65.000	108.600	117.000

	Maracaju (MS)	225.500	250.000	270.000	295.000
	Nova Alvorada do Sul (MS)	22.000	30.200	28.250	55.500
	Novo Horizonte do Sul (MS)	5.110	8.030	5.000	10.500
	Rio Brilhante (MS)	90.000	95.000	110.000	115.000
	Sidrolândia (MS)	177.000	200.800	196.250	245.000
	Taquarussu (MS)	4.400	4.200	4.600	7.000
	Vicentina (MS)	7.000	8.080	7.000	8.886
Total por hectares		**955.996**	**1.053.371**	**1.118.951**	**1.324.355**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	45.000	65.000	75.500	102.000
	Antônio João (MS)	20.000	30.000	32.500	45.000
	Aral Moreira (MS)	75.500	75.000	113.000	115.000
	Coronel Sapucaia (MS)	8.000	10.010	17.700	24.700
	Eldorado (MS)	8.145	10.000	15.290	20.000
	Iguatemi (MS)	6.134	32.000	15.350	45.000
	Itaquiraí (MS)	36.620	42.050	42.770	61.000
	Japorã (MS)	2.148	2.000	2.724	2.800
	Juti (MS)	10.000	12.004	16.000	25.000
	Mundo Novo (MS)	4.645	4.590	8.270	9.300
	Naviraí (MS)	63.200	70.000	85.306	110.000
	Paranhos (MS)	4.000	8.000	8.000	15.927
	Ponta Porã (MS)	140.300	165.200	211.000	275.000
	Sete Quedas (MS)	7.170	15.020	21.000	26.000
	Tacuru (MS)	6.170	5.160	14.000	19.350
Total por hectares		**437.032**	**546.034**	**678.410**	**896.077**
Total Geral		**1.949.014**	**2.209.258**	**2.733.765**	**3.410.634**

Fonte: IBGE, 2017; 2021. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Os quadros acima possibilitaram analisar a distribuição territorial por hectares das plantações de lavouras temporárias nos diferentes municípios da FF-CO nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos anos de 2017 e 2021, conforme poderá ser observado a seguir nas figuras 33 a 36.

Figura 33: Área total plantada por ha de lavouras temporárias nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

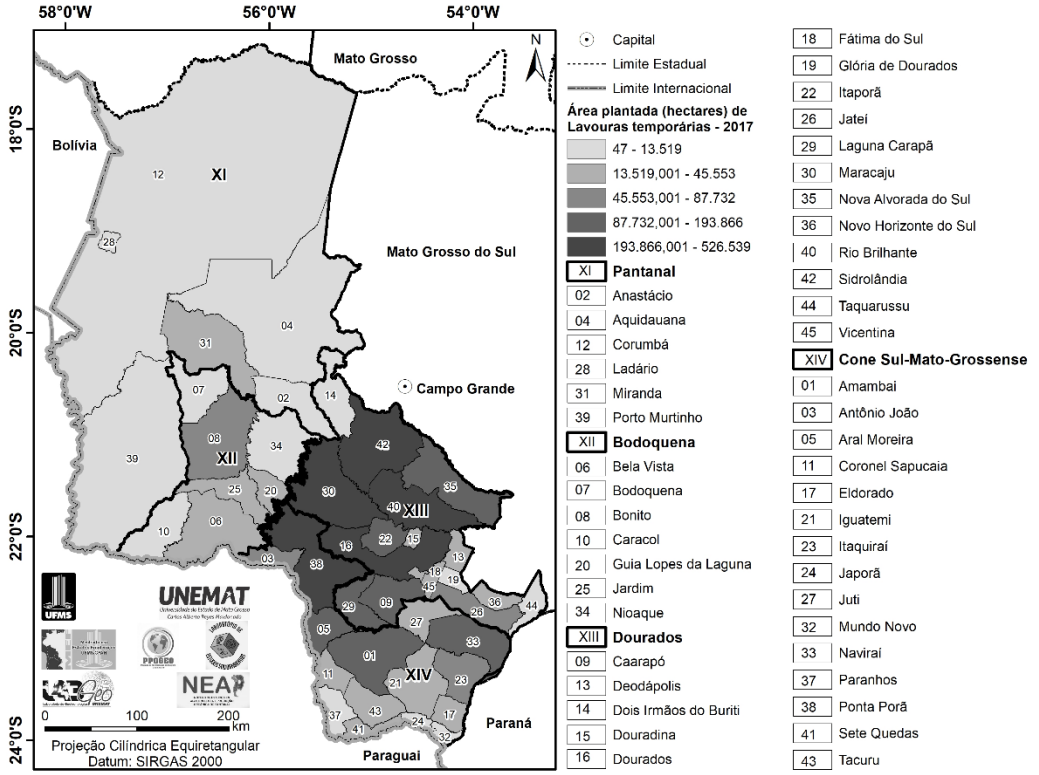


Figura 34: Área total plantada por ha de lavouras temporárias nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

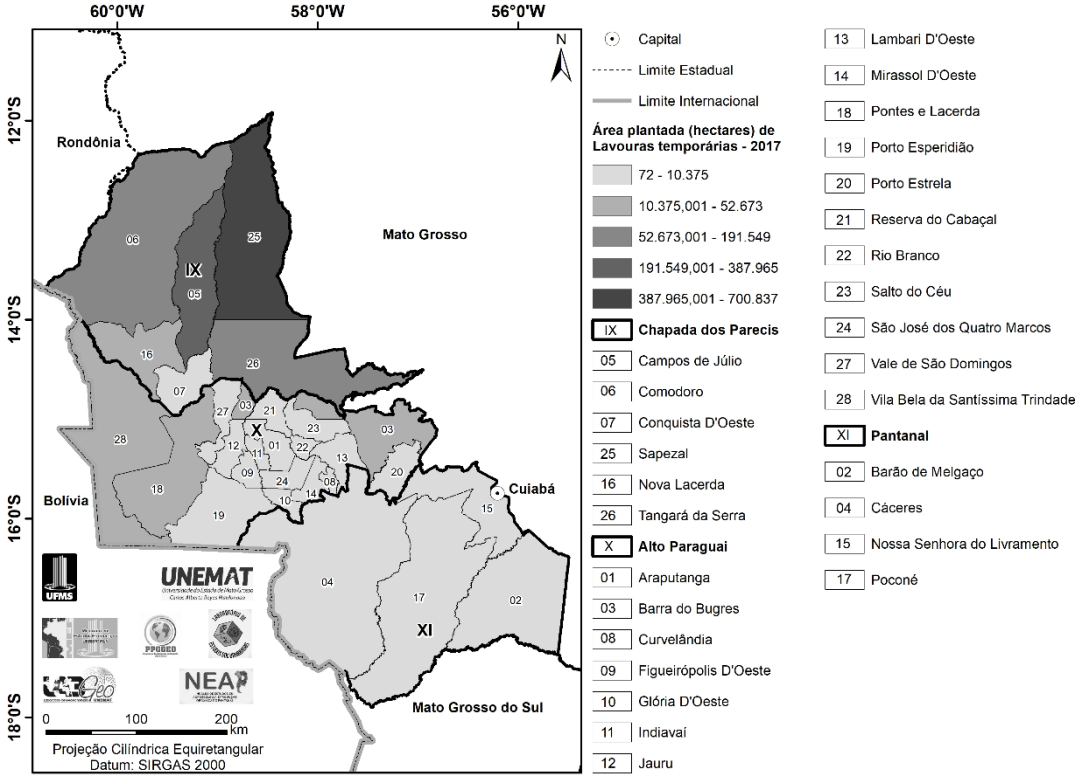


Figura 35: Área total plantada por ha de lavouras temporárias nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

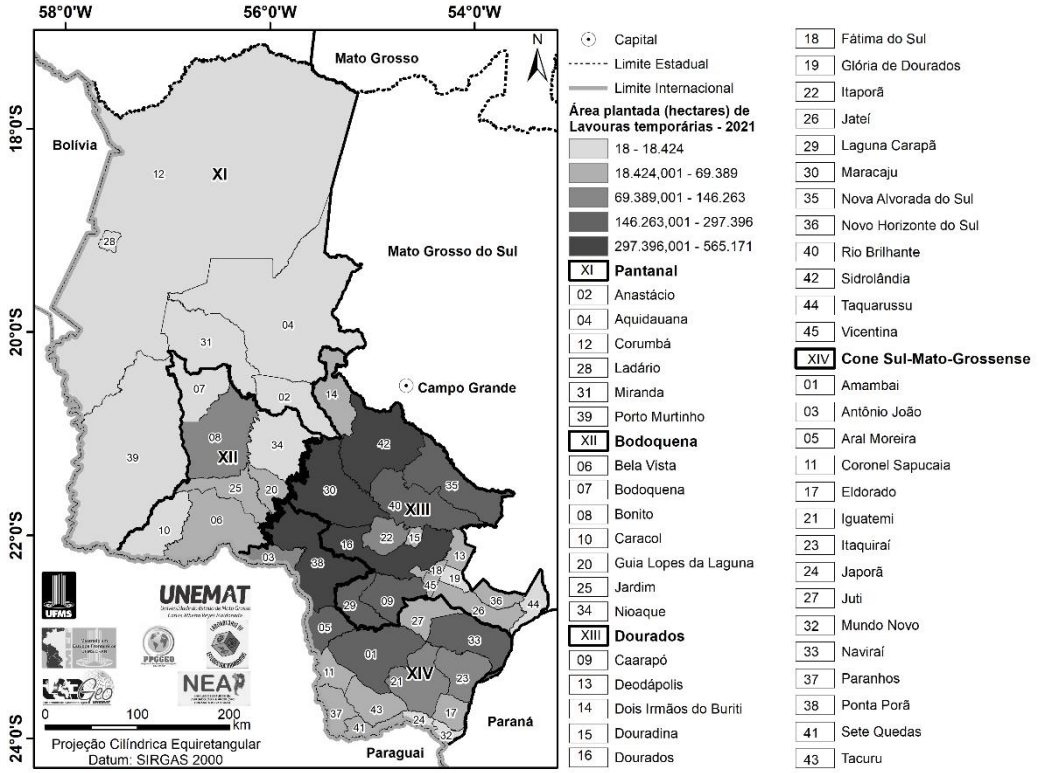
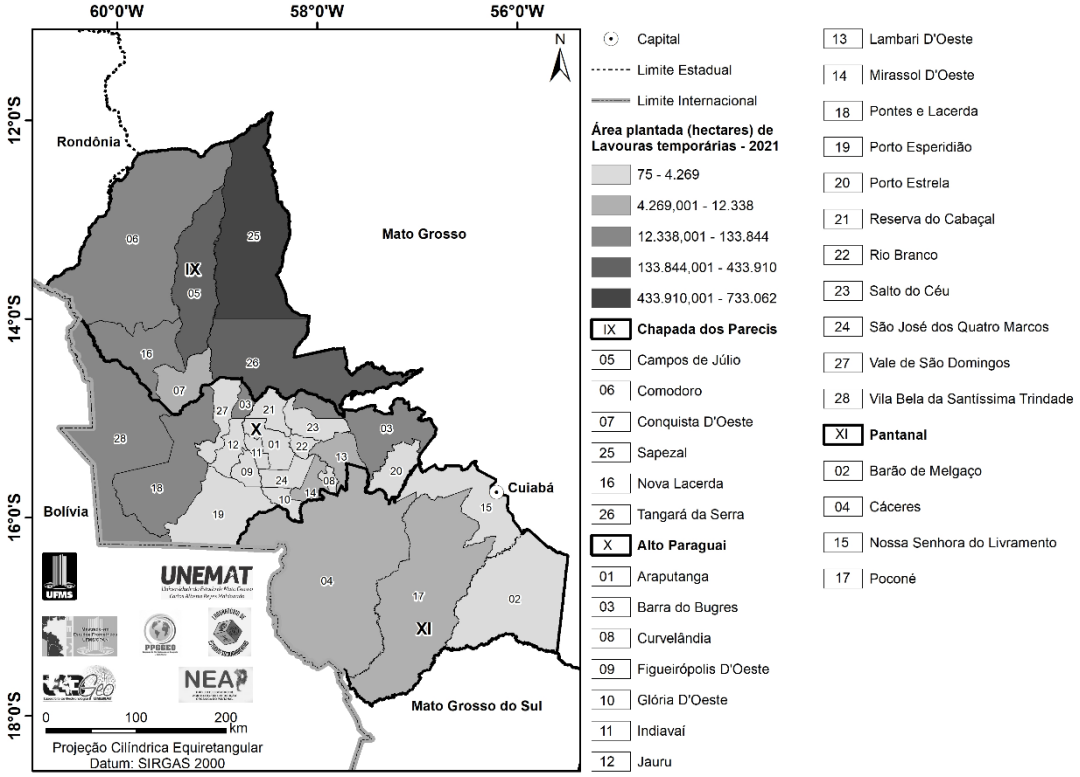


Figura 36: Área total plantada por ha de lavouras temporárias nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



5.5.4.2 - Silvicultura - área dos efetivos por espécie florestal (2017-2021)

A silvicultura aparece com mais força na sub-região de Dourados e do Cone Sul. Em todas as sub-regiões, com exceção da Chapada dos Parecis, a cultura perdeu espaço para outras. A teca e a seringueira começam a avançar para a faixa de fronteira no estado do Mato Grosso com certo vigor. Destaque para São José dos Quatro Marcos (MT) com cerca de 3 mil hectares plantadas.

Quadro 48 - Silvicultura – Eucalipto e Outras Espécies por hectares cultivados (2017-2021)

Sub-região	Município	Eucalipto		Outras Espécies	
		2017	2021	2017	2021
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	4.200	8.036	850	0
	Comodoro (MT)	720	700	40	40
	Conquista D'Oeste (MT)	--	--	--	--
	Nova Lacerda (MT)	--	--	--	--
	Sapezal (MT)	2.828	2.801	--	--
	Tangará da Serra (MT)	1.819	1.832	1.833	2.260
Total por hectares		**9.567**	**13.369**	**2.723**	**2.300**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	15	15	770	770
	Barra do Bugres (MT)	--	--	7.535	4.311
	Curvelândia (MT)	--	--	0	437
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	--	--	130	130
X – Alto Paraguai	Glória D'Oeste (MT)	--	--	2.875	2.467
	Indiavaí (MT)	--	--	896	1.434
	Jauru (MT)	--	--	20	20
	Lambari D'Oeste (MT)	--	--	2.373	1.697
	Mirassol d'Oeste (MT)	--	--	188	610
	Pontes e Lacerda (MT)	--	--	--	--
	Porto Esperidião (MT)	--	--	2.009	1.937
	Porto Estrela (MT)	0	1.976	2.203	2.145
	Reserva do Cabaçal (MT)	2.600	1.476	--	--
	Rio Branco (MT)	--	--	261	448
	Salto do Céu (MT)	856	856	1.395	52
	São José dos Quatro Marcos (MT)	--	--	3.731	3.026
	Vale de São Domingos (MT)	--	--	--	--
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	--	--	--	--
Total por hectares		**3.471**	**4.323**	**24.386**	**19.484**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	--	--	--	--
	Cáceres (MT)	--	--	10.918	8.358
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	--	--	1.189	1.238
	Poconé (MT)	--	--	--	--
	Anastácio (MS)	3.600	1.987	--	--
	Aquidauana (MS)	1.000	686	--	--
	Corumbá (MS)	66	0	--	--
	Ladário (MS)	--	--	--	--
	Miranda (MS)	350	111	--	--
	Porto Murtinho (MS)	950	937	--	--
Total por hectares		**5.966**	**3.721**	**12.107**	**9.596**
	Bela Vista (MS)	1.100	707	--	--
	Bodoquena (MS)	--	--	--	--

XII - Bodoquena	Bonito (MS)	300	0	--	--
	Caracol (MS)	200	199	--	--
	Guia Lopes da Laguna (MS)	117	90	--	--
	Jardim (MS)	170	100	--	--
	Nioaque (MS)	185	177	--	--
Total por hectares		**2.072**	**1.273**	**--**	**--**
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	330	347	--	--
	Deodápolis (MS)	30	0	--	--
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	20.000	18.950	--	--
	Douradina (MS)	50	19	--	--
	Dourados (MS)	3.400	3.431	--	--
	Fátima do Sul (MS)	80	75	--	--
	Glória de Dourados (MS)	250	195	--	--
	Itaporã (MS)	250	151	--	--
	Jateí (MS)	930	913	--	--
	Laguna Carapã (MS)	1.100	814	--	--
	Maracaju (MS)	650	367	--	--
	Nova Alvorada do Sul (MS)	3.500	0	--	--
	Novo Horizonte do Sul (MS)	1.900	1.602	--	--
	Rio Brilhante (MS)	300	164	--	--
	Sidrolândia (MS)	900	912	--	--
	Taquarussu (MS)	--	--	--	--
	Vicentina (MS)	120	141	--	--
Total por hectares		**33.790**	**28.081**	**--**	**--**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	5.000	5.141	--	--
	Antônio João (MS)	350	434	--	--
	Aral Moreira (MS)	750	828	--	--
	Coronel Sapucaia (MS)	800	517	--	--
	Eldorado (MS)	300	0	--	--
	Iguatemi (MS)	2.500	2.838	--	--
	Itaquiraí (MS)	320	236	--	--
	Japorã (MS)	70	55	--	--
	Juti (MS)	650	597	--	--
	Mundo Novo (MS)	20	13	--	--
	Naviraí (MS)	800	2.179	--	--
	Paranhos (MS)	450	427	--	--
	Ponta Porã (MS)	9.000	6.236	--	--
	Sete Quedas (MS)	150	116	--	--
	Tacuru (MS)	1.965	0	--	--
Total por hectares		**23.125**	**19.617**		--
Total Geral		**77.991**	**70.384**	**39.216**	**31.380**

Fonte: IBGE, 2017; 2021. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.4.3 Quantidade de produção na extração vegetal de silvicultura, por tipo (2017 e 2021)

A produção de carvão vegetal possui maior destaque na sub-região do Pantanal, em especial no município de Aquidauana. A lenha tem grande destaque nos municípios do Cone Sul e Dourados, portanto, no Sul de Mato Grosso do Sul. Os municípios de Ponta Porã e Novo Horizonte do Sul são grandes produtores. No Mato Grosso, destaca-se Campos de Júlio (MT).

Quadro 49 - Silvicultura, quantidade produzida de carvão vegetal, lenha em tonelada e Madeira em tora por m³ na FF-CO (2017 e 2021)

Sub-região	Município	Carvão Vegetal (Ton)		Lenha (Ton)		Madeira em tora (m³)	
		2017	2021	2017	2021	2017	2021
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	--	--	22.800	120.000	--	--
	Comodoro (MT)	--	--	10.000	10.000	--	--
	Conquista D'Oeste (MT)	--	--	--	--	--	--
	Nova Lacerda (MT)	--	--	--	--	--	--
	Sapezal (MT)	--	--	1.850	4.650	5.650	5.680
	Tangará da Serra (MT)	--	--	16.572	23.489	5.020	51.819
Total		--	--	**51.222**	**158.139**	**10.670**	**57.499**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	--	--	--	--	--	--
	Barra do Bugres (MT)	--	--	0	3.099	0	28.154
	Curvelândia (MT)	--	--	--	--	--	--
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	--	--	--	--	--	--
	Glória D'Oeste (MT)	--	--	1.154	5.550	3.914	6.417
	Indiavaí (MT)	--	--	2.290	985	38	4.762
	Jauru (MT)	--	--	--	--	--	--
	Lambari D'Oeste (MT)	--	--	0	1.385	0	1.783
	Mirassol d'Oeste (MT)	--	--	4.137	1.460	5.803	3.102
	Pontes e Lacerda (MT)	--	--	--	--	--	--
	Porto Esperidião (MT)	--	--	--	--	--	--
	Porto Estrela (MT)	--	--	1.976	1.825	252	545
	Reserva do Cabaçal (MT)	--	--	800	15.563	700	5.213
	Rio Branco (MT)	--	--	300	2.049	560	2.792
	Salto do Céu (MT)	--	--	0	252	0	268
X – Alto Paraguai	São José dos Quatro Marcos (MT)	--	--	31.694	11.414	41.688	8.434
	Vale de São Domingos (MT)	--	--	--	--	--	--
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	--	--	--	--	--	--
Total		--	--	**42.351**	**43.582**	**52.955**	**61.470**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	--	--	--	--		
	Cáceres (MT)	--	--	2.753	9.403	31.215	46.866
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	--	--	10.939	2.508	9.754	2.073
	Poconé (MT)	--	--	--	--	--	--
	Anastácio (MS)	0	2.187	0	6.500	--	--
	Aquidauana (MS)	120	5.000	--	--	0	9.477
	Corumbá (MS)	--	--	--	--	--	--
	Ladário (MS)	--	--	--	--	--	--
	Miranda (MS)	0	3.255	1.000	705	--	--
	Porto Murtinho (MS)	--	--	--	--	--	--
Total		**120**	**10.442**	**14.692**	**19.116**	**40.969**	**58.416**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	560	0	5.000	1.266	1.000	604
	Bodoquena (MS)	--	--	--	--	--	--
	Bonito (MS)	--	--	5.000	0	--	--
	Caracol (MS)	--	--	6.000	617	--	--
	Guia Lopes da Laguna (MS)	--	--	0	98	--	--
	Jardim (MS)	--	--	3.000	619	--	--
	Nioaque (MS)	--	--	1.500	1.667	--	--
Total		**560**	**0**	**20.500**	**4.267**	**1.000**	**604**
	Caarapó (MS)	--	--	10.000	7.015	--	--
	Deodápolis (MS)	--	--	4.000	0	--	--
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	0	659	0	4.012	--	--
	Douradina (MS)	--	--	2.000	5.100	--	--
	Dourados (MS)	100	615	80.000	84.556	--	--
	Fátima do Sul (MS)	--	--	13.000	1.058	--	--
	Glória de Dourados (MS)	--	--	8.000	1.449	--	--
	Itaporã (MS)	--	--	4.000	24.796	--	--

XIII - Dourados	Jateí (MS)	0	40	2.000	687	500	335
	Laguna Carapã (MS)	--	--	10.000	48.045	1.200	316
	Maracaju (MS)	--	--	20.000	21.332	--	--
	Nova Alvorada do Sul (MS)	--	--	7.000	0	--	--
	Novo Horizonte do Sul (MS)	--	--	10.000	64.238	500	335
	Rio Brilhante (MS)	--	--	5.000	10.475	--	--
	Sidrolândia (MS)	--	--	5.000	1.397	0	564
	Taquarussu (MS)	--	--	--	--	--	--
	Vicentina (MS)	--	--	4.000	1.297	--	--
Total		**100**	**1.314**	**184.000**	**275.457**	**2.200**	**1.550**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	--	--	30.000	18.975	0	2.875
	Antônio João (MS)	--	--	2.000	1.043	--	--
	Aral Moreira (MS)	--	--	30.000	19.054	--	--
	Coronel Sapucaia (MS)	--	--	1.000	720	--	--
	Eldorado (MS)	--	--	28.000	0	1.000	0
	Iguatemi (MS)	--	--	26.000	15.349	--	--
	Itaquiraí (MS)	--	--	20.000	11.508	1.000	341
	Japorã (MS)	--	--	20.000	7.925	--	--
	Juti (MS)	--	--	6.500	3.505	500	324
	Mundo Novo (MS)	--	--	4.000	799	0	339
	Naviraí (MS)	--	--	20.000	12.472	2.000	470
	Paranhos (MS)	--	--	80.000	170.000	--	--
	Ponta Porã (MS)	--	--	1.800	990	15.000	8.371
	Sete Quedas (MS)	--	--	7.000	0	50	43
	Tacuru (MS)	--	--	--	--	100	0
Total		**--**	**--**	**276.300**	**262.340**	**19.650**	**12.763**
Total Geral		**780**	**11.756**	**589.065**	**762.901**	**127.444**	**192.302**

Fonte: IBGE, 2017; 2021. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.4.4 - Rebanhos por cabeça 2017-2021

O Pantanal é a sub-região core da criação de gado bovino. Corumbá e Cáceres superam um milhão de cabeças. O primeiro, por exemplo, sozinho, é maior que o somatório de cada uma das demais sub-regiões. Vale dizer, que o município já se antenou para a certificação orgânica de seu rebanho e quase dez fazendas já estão certificadas para vender carne com selo orgânico.

O rebanho suíno está presente em todos os municípios, mas encontra destaque na sub-região de Dourados, onde Glória de Dourados, Dourados e Jatei são grandes produtores. O Cone Sul-mato-grossense possui o maior rebanho de ovinos na faixa de fronteira e Dourados o maior de galináceos, com destaque para a presença de agroindústrias abatedoras de frangos naqueles municípios.

Quadro 50 - Produção de bovinos e suínos por cabeça na FF-CO (2017 e 2021)

Sub-região	Município	Bovino		Suíno	
		2017	2021	2017	2021
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	45.967	93.557	1.280	2.042
	Comodoro (MT)	306.794	327.973	3.219	7.225
	Conquista D'Oeste (MT)	69.711	87.819	1.896	1.759
	Nova Lacerda (MT)	257.395	261.381	3.362	3.064
	Sapezal (MT)	100.992	132.972	4.153	3.161
	Tangará da Serra (MT)	296.487	335.387	7.851	8.395

Total por cabeça		1.077.346	1.239.089	21.761	25.646
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	216.551	239.105	3.225	3.704
	Barra do Bugres (MT)	279.741	298.668	4.022	2.347
	Curvelândia (MT)	60.909	59.927	1.396	1.791
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	140.732	157.186	3.743	3.786
	Glória D'Oeste (MT)	102.879	101.584	2.441	2.327
	Indiavaí (MT)	75.552	91.568	715	864
	Jauru (MT)	191.271	223.346	893	2.038
	Lambari D'Oeste (MT)	143.711	157.282	2.224	2.650
	Mirassol d'Oeste (MT)	168.963	170.330	4.072	4.595
	Pontes e Lacerda (MT)	666.662	671.082	7.311	9.444
	Porto Esperidião (MT)	555.932	562.410	5.983	7.863
	Porto Estrela (MT)	117.550	127.387	1.927	2.256
	Reserva do Cabaçal (MT)	37.327	46.814	1.554	1.938
	Rio Branco (MT)	60.569	73.336	1.330	1.534
	Salto do Céu (MT)	163.052	196.668	2.911	3.698
	São José dos Quatro Marcos (MT)	211.086	228.072	5.072	5.563
	Vale de São Domingos (MT)	124.718	136.899	2.554	3.216
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	980.351	1.066.344	7.658	10.871
Total por cabeça		4.297.556	4.608.008	59.031	70.485
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	177.091	191.578	2.846	3.918
	Cáceres (MT)	1.073.531	1.161.605	15.806	20.287
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	201.497	192.732	5.986	6.828
	Poconé (MT)	516.323	526.275	3.581	5.885
	Anastácio (MS)	288.994	257.328	3.968	1.247
	Aquidauana (MS)	800.827	782.966	3.411	1.247
	Corumbá (MS)	1.887.633	1.838.542	8.000	4.454
	Ladário (MS)	10.261	8.858	400	143
	Miranda (MS)	372.760	315.361	2.000	719
	Porto Murtinho (MS)	691.092	664.620	2.500	2.147
Total por cabeça		6.020.009	5.939.865	48.498	46.875
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	451.799	373.218	4.500	2.120
	Bodoquena (MS)	163.372	158.116	2.000	831
	Bonito (MS)	383.138	321.393	4.000	2.155
	Caracol (MS)	282.994	262.276	1.500	822
	Guia Lopes da Laguna (MS)	121.892	99.034	3.000	971
	Jardim (MS)	197.935	180.513	2.500	977
	Nioaque (MS)	423.564	387.559	5.000	4.662
Total por cabeça		2.024.694	1.782.109	22.500	12.538
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	78.024	56.149	21.500	28.421
	Deodápolis (MS)	87.927	69.401	12.000	7.660
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	220.150	196.174	4.708	1.356
	Douradina (MS)	11.470	9.149	6.500	9.639
	Dourados (MS)	148.185	106.442	73.418	157.325
	Fátima do Sul (MS)	19.049	17.341	20.106	30.954
	Glória de Dourados (MS)	69.995	61.565	236.975	250.353
	Itaporã (MS)	31.422	26.282	142.280	100.114
	Jateí (MS)	124.256	101.156	97.023	141.076
	Laguna Carapã (MS)	41.627	28.489	2.000	28.323
	Maracaju (MS)	179.903	143.279	6.000	7.301
	Nova Alvorada do Sul (MS)	214.215	163.083	2.652	1.983
	Novo Horizonte do Sul (MS)	63.897	57.981	2.000	823

	Rio Brilhante (MS)	113.087	91.822	13.000	11.871
	Sidrolândia (MS)	282.563	207.023	12.000	7.860
	Taquarussu (MS)	72.500	83.071	868	920
	Vicentina (MS)	24.636	18.993	28.000	43.731
Total por cabeça		1.782.906	1.437.400	681.030	829.710
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	347.900	288.583	7.000	8.109
	Antônio João (MS)	48.780	39.080	1.500	947
	Aral Moreira (MS)	32.500	26.126	3.450	1.944
	Coronel Sapucaia (MS)	72.378	62.705	1.750	1.277
	Eldorado (MS)	72.315	65.071	1.269	627
	Iguatemi (MS)	271.316	232.345	3.000	1.695
	Itaquiraí (MS)	181.342	162.792	9.000	2.402
	Japorã (MS)	39.154	35.725	1.900	1.601
	Juti (MS)	87.730	76.718	1.000	1.995
	Mundo Novo (MS)	26.383	27.828	1.700	1.808
	Naviraí (MS)	195.191	131.583	9.000	7.264
	Paranhos (MS)	96.327	91.185	1.500	2.009
	Ponta Porã (MS)	145.765	90.368	20.000	25.327
	Sete Quedas (MS)	74.642	55.875	1.700	1.904
	Tacuru (MS)	189.920	171.143	2.800	1.407
Total por cabeça		1.881.643	1.557.127	**66.569**	**60.316**
Total Geral		17.084.154	16.563.598	**899.389**	**1.045.570**

Fonte: IBGE (2017/2021).

Quadro 51 - Produção de ovinos e galináceos por cabeça na FF-CO (2017 e 2021)

Sub-região	Município	Ovino		Galináceos	
		2017	2021	2017	2021
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	1.211	2.106	8.556	20.387
	Comodoro (MT)	4.078	4.060	33.093	46.430
	Conquista D'Oeste (MT)	749	864	16.676	12.522
	Nova Lacerda (MT)	3.217	3.281	21.910	20.381
	Sapezal (MT)	5.046	5.861	14.075	14.111
	Tangará da Serra (MT)	4.791	4.018	2.579.879	3.676.125
Total por cabeça		**19.092**	**20.190**	**2.674.189**	**3.789.956**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	1.912	407	27.904	23.319
	Barra do Bugres (MT)	2.595	3.221	69.862	40.747
	Curvelândia (MT)	191	603	75.634	36.007
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	1.883	2.109	18.630	15.206
	Glória D'Oeste (MT)	1.668	1.604	14.500	14.408
	Indiavaí (MT)	1.000	1.056	5.507	5.961
	Jauru (MT)	1.343	1.637	5.720	17.899
	Lambari D'Oeste (MT)	1.961	1.954	14.432	14.198
	Mirassol d'Oeste (MT)	2.653	2.077	60.258	92.117
	Pontes e Lacerda (MT)	9.302	9.377	59.816	81.801
	Porto Esperidião (MT)	9.349	10.457	37.031	39.584
	Porto Estrela (MT)	963	1.197	24.199	12.160
	Reserva do Cabaçal (MT)	734	1.253	291.660	102.692
	Rio Branco (MT)	622	744	7.540	7.491
	Salto do Céu (MT)	2.172	2.162	17.566	22.114
	São José dos Quatro Marcos (MT)	2.548	2.364	43.460	83.618
	Vale de São Domingos (MT)	1.698	2.350	27.707	33.962
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	10.637	12.417	57.690	71.154

Total por cabeça		**53.231**	**56.989**	**445.623**	**714.438**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	744	826	25.070	32.881
	Cáceres (MT)	14.999	17.727	127.124	141.293
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	2.476	4.017	57.868	198.780
	Poconé (MT)	2.309	2.765	18.076	33.471
	Anastácio (MS)	5.773	3.967	44.000	37.198
	Aquidauana (MS)	11.993	13.755	43.000	36.645
	Corumbá (MS)	21.892	20.498	60.000	58.739
	Ladário (MS)	700	942	6.500	6.410
	Miranda (MS)	5.448	4.773	40.000	38.705
	Porto Murtinho (MS)	15.963	13.963	22.000	20.596
Total por cabeça		**82.297**	**83.233**	**443.638**	**604.718**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	15.931	14.320	35.600	35.490
	Bodoquena (MS)	5.117	5.202	33.750	30.595
	Bonito (MS)	11.692	11.035	49.800	41.681
	Caracol (MS)	10.680	8.655	22.000	19.454
XII - Bodoquena	Guia Lopes da Laguna (MS)	5.089	4.630	46.500	44.584
	Jardim (MS)	6.828	5.558	26.900	25.044
	Nioaque (MS)	11.533	10.355	80.000	68.846
Total por cabeça		**66.870**	**59.755**	**294.550**	**265.694**
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	4.593	3.096	956.118	953.394
	Deodápolis (MS)	1.087	851	117.375	102.103
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	3.368	3.652	513.531	411.368
	Douradina (MS)	297	341	292.310	217.969
	Dourados (MS)	11.792	7.392	3.104.507	3.578.050
	Fátima do Sul (MS)	549	400	912.275	951.259
	Glória de Dourados (MS)	592	642	1.405.705	856.357
	Itaporã (MS)	1.709	1.558	1.207.489	873.377
	Jateí (MS)	3.874	3.633	340.394	480.000
	Laguna Carapã (MS)	1.600	1.954	465.743	465.146
	Maracaju (MS)	5.000	4.583	273.488	284.668
	Nova Alvorada do Sul (MS)	4.175	3.727	26.000	22.282
	Novo Horizonte do Sul (MS)	2.012	2.009	150.000	124.800
	Rio Brilhante (MS)	3.463	2.446	216.868	244.212
	Sidrolândia (MS)	8.698	8.896	6.736.127	9.014.514
	Taquarussu (MS)	1.637	1.515	7.200	6.447
	Vicentina (MS)	289	308	458.736	585.535
Total por cabeça		**54.735**	**47.003**	**17.183.866**	**19.171.481**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	11.098	9.183	373.199	301.580
	Antônio João (MS)	3.989	3.310	18.000	22.307
	Aral Moreira (MS)	4.209	3.778	26.500	26.614
	Coronel Sapucaia (MS)	4.200	3.145	24.000	68.920
	Eldorado (MS)	1.992	1.540	89.839	115.868
	Iguatemi (MS)	5.615	5.027	730.680	905.468
	Itaquiraí (MS)	1.769	1.874	2.200.000	2.614.457
	Japorã (MS)	600	893	25.000	128.295
	Juti (MS)	3.000	2.663	346.120	415.134
	Mundo Novo (MS)	1.600	1.584	23.000	372.480
	Naviraí (MS)	2.500	3.134	80.000	135.285
	Paranhos (MS)	2.530	2.666	150.000	109.633
	Ponta Porã (MS)	12.024	9.862	200.000	136.325
	Sete Quedas (MS)	3.105	2.065	18.000	16.626

	Tacuru (MS)	4.788	3.906	280.000	344.133
Total por cabeça		**63.019**	**54.630**	**4.584.338**	**5.713.125**
Total Geral		**339.244**	**321.800**	**25.626.204**	**30.259.412**

Fonte: IBGE (2017/2021).

5.5.4.7 – Comércio - principais estabelecimentos por atividades (2018 e 2022)

A obtenção de informações precisas e atualizadas sobre o número de estabelecimentos comerciais é de fundamental importância para o planejamento estratégico e o desenvolvimento econômico sustentável dos 73 municípios distribuídos nas seis sub-regiões da FF-CO. Esses dados não apenas refletem o dinamismo das atividades econômicas locais, mas também fornecem informações valiosas sobre a vitalidade do setor comercial, incluindo áreas como comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio por atacado e comércio varejista. Compreender a distribuição e a evolução desses estabelecimentos nos anos e 2018 e 2022, ano em que se decretou o fim da pandemia da Covid-19, nos diversos subsetores é essencial para identificar oportunidades de crescimento de forma inclusiva, criar políticas de fomento e financiamento econômico e promover a competitividade e produção dessas regiões fronteiriças (quadro 52).

Quadro 52 - Estabelecimentos comerciais por atividades na FF-CO (2018 e 2022).

Sub-região	Município	Comércio e reparação de veículos e automotores e motocicletas		Comércio por Atacado		Comércio Varejistas	
		2018	2022	2018	2022	2018	2022
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio (MT)	11	31	24	10	55	80
	Comodoro (MT)	31	48	25	21	171	186
	Conquista D'Oeste (MT)	5	5	1	2	27	21
	Nova Lacerda (MT)	14	14	3	1	37	39
	Sapezal (MT)	108	140	36	48	271	302
	Tangará da Serra (MT)	283	256	216	156	1160	953
Total		**452**	**494**	**305**	**238**	**1.721**	**1.581**
X – Alto Paraguai	Araputanga (MT)	24	33	12	6	164	109
	Barra do Bugres (MT)	67	43	38	19	345	300
	Curvelândia (MT)	5	5	1	2	27	39
	Figueirópolis D'Oeste (MT)	2	3	1	0	28	27
	Glória D'Oeste (MT)	1	4	1	15	14	12
	Indiavaí (MT)	4	2	1	0	7	16
	Jauru (MT)	14	11	0	3	103	68
	Lambari D'Oeste (MT)	6	12	0	1	20	30
	Mirassol d'Oeste (MT)	37	90	49	15	282	233
	Pontes e Lacerda (MT)	126	169	63	43	658	565
	Porto Esperidião (MT)	17	16	8	6	75	67
	Porto Estrela (MT)	4	6	1	3	9	16

	Reserva do Cabaçal (MT)	3	2	0	2	21	13
	Rio Branco (MT)	9	9	3	1	64	43
	Salto do Céu (MT)	3	7	2	3	40	26
	São José dos Quatro Marcos (MT)	23	27	29	41	143	185
	Vale de São Domingos (MT)	5	16	1	3	17	24
	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	16	29	210	163	128	138
Total		**366**	**484**	**420**	**326**	**2.145**	**1.911**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço (MT)	6	4	108	84	54	33
	Cáceres (MT)	207	165	8	6	1199	826
	Nossa Senhora do Livramento (MT)	6	6	19	12	59	84
	Poconé (MT)	32	44	19	10	362	273
XI – Pantanal	Anastácio (MS)	41	67	40	34	209	189
	Aquidauana (MS)	63	37	172	73	476	412
	Corumbá (MS)	167	112	18	4	1282	1049
	Ladário (MS)	13	11	14	5	111	141
	Miranda (MS)	31	38	23	3	170	131
	Porto Murtinho (MS)	13	13	422	232	177	141
Total		**579**	**497**	**843**	**463**	**4.099**	**3.279**
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	25	52	4	1	315	189
	Bodoquena (MS)	8	15	8	12	54	55
	Bonito (MS)	47	53	2	1	323	259
	Caracol (MS)	8	11	7	4	43	35
	Guia Lopes da Laguna (MS)	3	11	38	13	71	92
	Jardim (MS)	46	64	7	3	312	252
	Nioaque (MS)	12	16	79	58	180	96
Total		**149**	**222**	**145**	**92**	**1.298**	**978**
XIII - Dourados	Caarapó (MS)	26	61	13	11	171	242
	Deodápolis (MS)	14	20	3	3	158	98
	Dois Irmãos do Buriti (MS)	13	12	4	2	49	48
	Douradina (MS)	8	14	360	226	45	42
	Dourados (MS)	473	639	24	16	2401	2458
	Fátima do Sul (MS)	15	27	8	4	168	179
	Glória de Dourados (MS)	10	19	23	7	78	110
	Itaporã (MS)	20	26	1	15	119	128
	Jateí (MS)	0	3	6	1	17	31
	Laguna Carapã (MS)	13	6	47	48	29	37
	Maracaju (MS)	64	100	5	5	321	359
	Nova Alvorada do Sul (MS)	61	31	2	0	167	194
	Novo Horizonte do Sul (MS)	10	6	33	15	57	19
	Rio Brilhante (MS)	52	80	50	42	225	258
	Sidrolândia (MS)	61	91	1	0	353	360
	Taquarussu (MS)	5	4	1	2	25	21
	Vicentina (MS)	5	6	593	412	25	22
Total		**850**	**1.145**	**1.174**	**809**	**4.408**	**4.606**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai (MS)	48	43	6	20	297	269
	Antônio João (MS)	14	8	6	6	56	58
	Aral Moreira (MS)	8	12	6	3	69	59
	Coronel Sapucaia (MS)	10	14	7	9	86	127
	Eldorado (MS)	14	8	19	8	82	91
	Iguatemi (MS)	18	27	16	7	141	98
	Itaquiraí (MS)	18	13	2	2	127	139
	Japorã (MS)	0	2	3	1	9	14
	Juti (MS)	7	5	31	14	60	52
	Mundo Novo (MS)	35	36	64	67	241	152
	Naviraí (MS)	87	123	4	1	471	342
	Paranhos (MS)	5	5	190	83	60	34
	Ponta Porã (MS)	142	160	9	12	866	863

	Sete Quedas (MS)	11	4	6	2	74	52
	Tacuru (MS)	4	10	**403**	**266**	42	52
Total		**421**	**470**	**772**	**501**	**2.681**	**2.402**
Total Geral		**2.817**	**3.312**	**3.659**	**2.429**	**16.352**	**14.757**

Fonte: Receita Federal, 2023. Compilado por Datampe, SEBRAE (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A contextualização da evolução de estabelecimentos comerciais por setores nos 73 municípios das sub-regiões da FF-CO entre os anos de 2018 e 2022 revela pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades para o desenvolvimento da região. Dentre esses, podem ser destacados:

Pontos Fortes: crescimento geral, haja vista que ocorreu um aumento no número de estabelecimentos comerciais de reparação de veículos automotores e motocicletas na maioria das sub-regiões, indicando um crescimento econômico. Apesar da pandemia da Covid 19 e da perda de estabelecimentos, os comércios varejista e de atacado demonstraram-se ter grande resiliência em todas as sub-regiões, destacando-se como um ponto forte para o comércio local. Diversificação: a diversificação dos estabelecimentos comerciais nos municípios, incluindo comércio por atacado e varejo, oferece uma variedade de opções para os consumidores e fortalece a economia local.

Pontos Fracos: setores de comércio por atacado e comércio varejistas demonstram dificuldades de recuperação, conforme constatação do declínio pós-pandemia, indicando possíveis desafios nesse segmento. No comércio atacadista, muitos municípios experimentaram uma queda no comércio por atacado, sugerindo uma volatilidade e desafios que esse setor vem enfrentando.

Oportunidades: o crescimento do comércio varejista e por atacado oferece oportunidades para a criação de empregos e atração de investimentos em infraestrutura comercial. Isso poderá contribuir na diversificação de produtos e serviços oferecidos pelos estabelecimentos comerciais e atrair um público mais amplo e aumentar a demanda da população brasileira, boliviana e paraguaia que vivem ou transitam nas sub-regiões da FF-CO.

Ameaças: a volatilidade em alguns setores, como o comércio atacadista e automotivo, pode representar ameaças à estabilidade econômica local.

Por fim, destacam-se entre as potencialidades: a diversificação e o crescimento geral dos estabelecimentos comerciais podem impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável nas sub-regiões da FF-CO. O fortalecimento do comércio local pode contribuir para o

desenvolvimento regional e a geração de trabalho e renda nas áreas urbanas e rurais e fronteiriças.

A análise dos dados apresenta um cenário com desafios e oportunidades para a economia das sub-regiões da FF-CO. O crescimento do comércio reparação de veículos e automotores é um ponto forte, mas as flutuações em outros setores requerem monitoramento e estratégias para garantir um desenvolvimento econômico sustentável e resiliente. A diversificação e o foco na qualidade dos produtos e serviços podem ser cruciais para o sucesso futuro do comércio nessas regiões.

5.5.9 - Setores e atividades das cadeias produtivas das cidades gêmeas da FF-CO

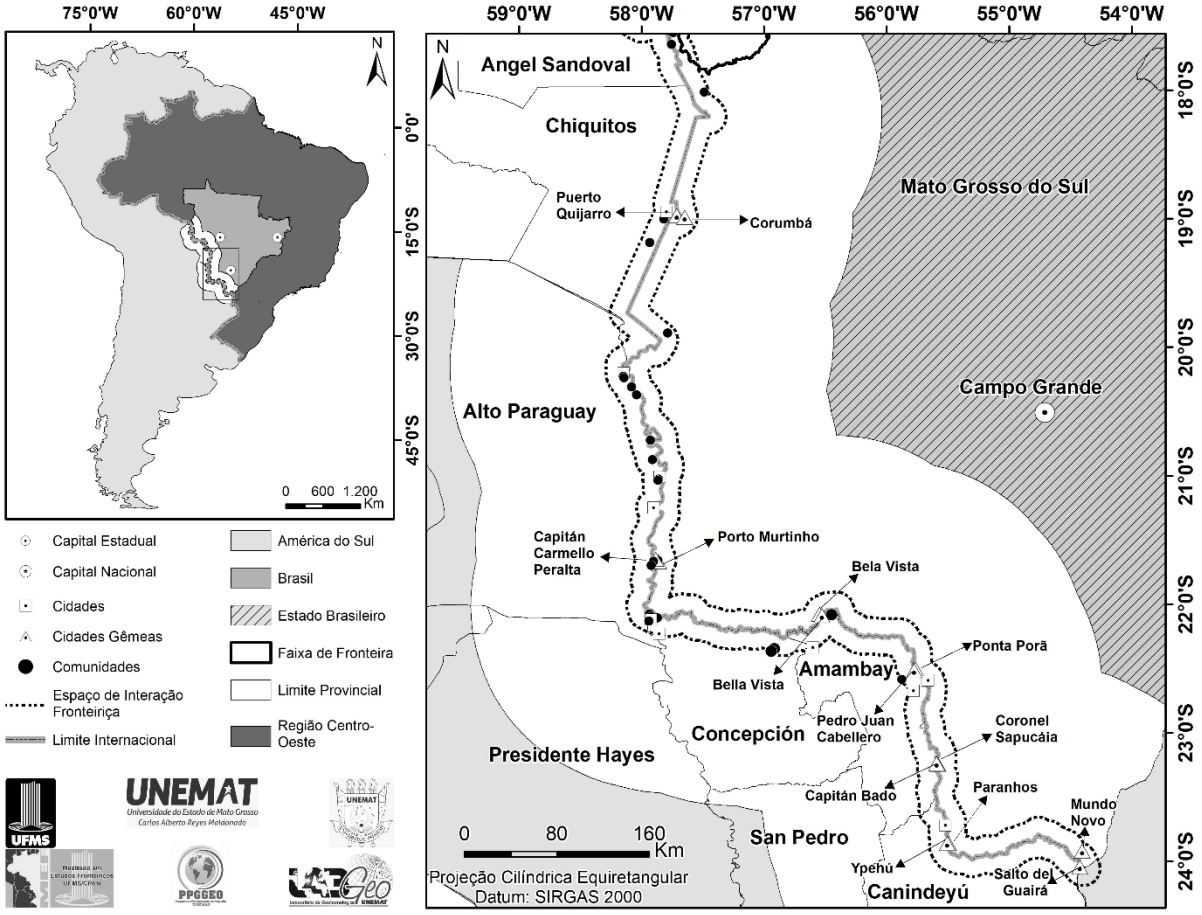
As oito cidades gêmeas, localizadas nas fronteiras dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com a Bolívia e Paraguai, desempenham um papel de destaque na promoção do desenvolvimento das seis sub-regiões da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste. Essas cidades desempenham um papel estratégico, nos quais vem atuando como portas de entrada para o comércio internacional e desencadeando impactos significativos nos setores de indústria, comércio, agricultura e serviços.

Ao exercer o papel na facilitação do comércio transfronteiriço, disponibilização de saúde e educação, acabam por desenvolver suas capacidades de arrecadação de recursos para impulsionar o crescimento econômico, os direitos humanos e a inclusão social nas regiões circundantes. Portanto, os dados a seguir possibilitaram o desenvolvimento de uma análise sobre o funcionamento dessas cidades gêmeas e suas capacidades de atuar na promoção de um crescimento sustentável e equitativo nas sub-regiões da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste.

5.5.9.1 - Principais setores e atividades da cadeia produtiva das cidades-gêmeas (2018/2022)

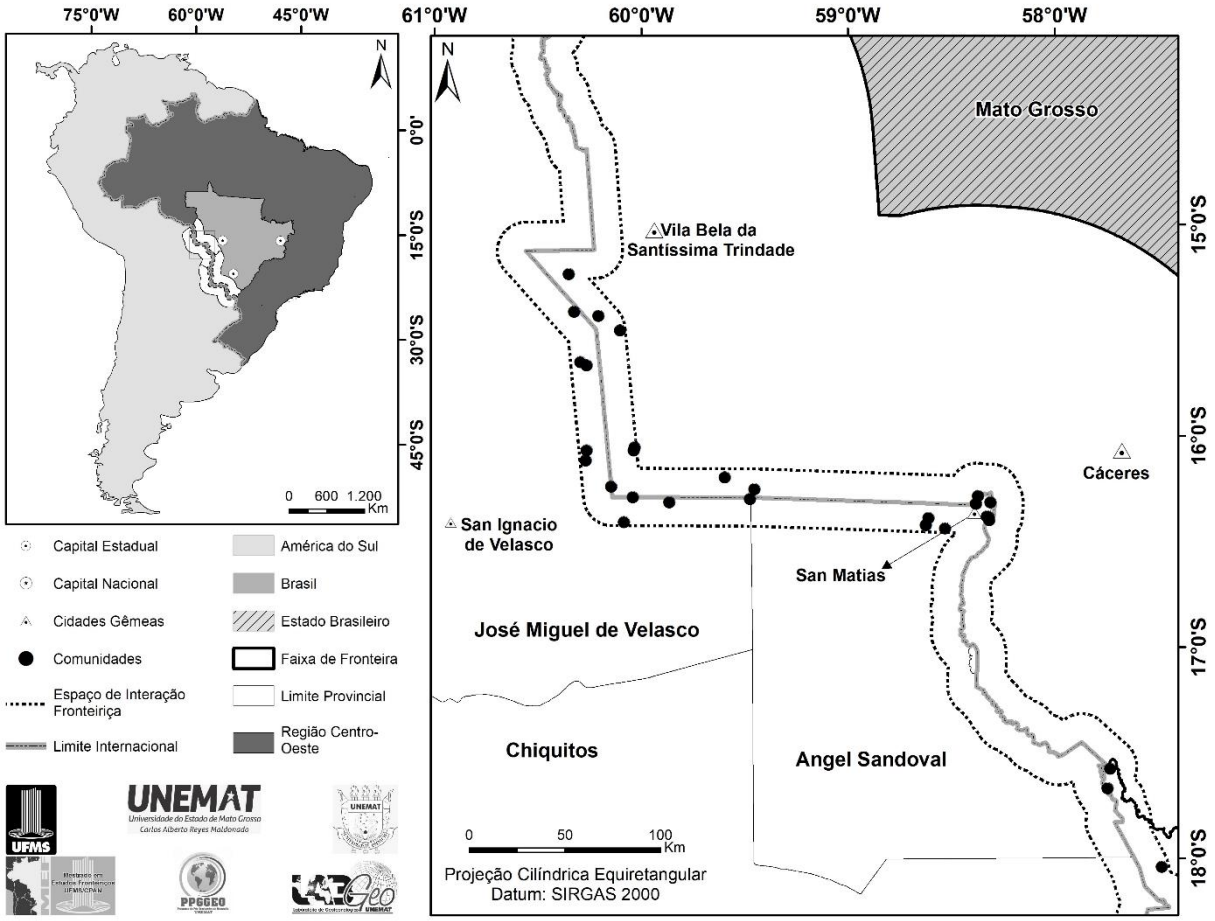
Os principais setores e a evolução de estabelecimentos comerciais por subsetores nas oito cidades gêmeas da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste (FF-CO) revelaram um cenário diversificado do desenvolvimento econômico das sub-regiões e cidades que fazem fronteira com municipalidades da Bolívia e do Paraguai, inclusive nos municípios da Estado de Mato Grosso do Sul, conforme pode ser constata a partir da perspectiva da faixa proximal (Figura 33).

Figura 37: Cidades Gêmeas e comunidades nos espaços de interação fronteiriça (MS)



Da mesma forma, pode-se considerar as comunidades e as possibilidades a partir de Cáceres, única cidade gêmea de Mato Grosso, que estabelece relações diretas com San Matias, vinculada a Província de Angel Sandoval, na Bolívia, bem como a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que se encontra em fase de estudo técnico para reconhecimento da inter-relação com San Ignácio de Velasco através das comunidades localizadas no espaço de interação fronteiriço.

Figura 38: Cidades Gêmeas e comunidades nos espaços de interação fronteiriça (MT)



O quadro a seguir destaca cada um dos principais setores (agricultura, comércio, indústria e serviços) e, em seguida, destacaremos os pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades para o desenvolvimento da região.

Quadro 53 - Cidades Gêmeas, com seus principais setores com maior número de estabelecimentos por segmentos das cadeias produtivas locais (2018/2022).

Sub-regiões	**Municípios**	**Agricultura**		**Comércio**		**Indústria**		**Serviços**	
		Agricultura, pecuária e serviços relacionados		*Varejista*		*Serviços especializados para construção*		*Alimentação*	
		2018	***2022***	***2018***	***2022***	***2018***	***2022***	***2018***	***2022***
XI – Pantanal	Cáceres (MT)	10	14	315	189	12	27	--	43
	Corumbá (MS)	29	31	1.199	826	101	250	332	381
	Porto Murtinho (MS)	3	17	86	127	5	19	--	23
XII - Bodoquena	Bela Vista (MS)	15	78	1.282	1.049	120	172	343	481
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Coronel Sapucaia (MS)	-	10	241	152	22	50	51	--
	Mundo Novo (MS)	1	02	60	34	7	8	--	9
	Paranhos (MS)	16	61	866	863	76	105	173	295
	Ponta Porã (MS)	17	23	177	141	12	16	55	36

Fonte: Receita Federal (2023), disponibilizado por SEBRAE (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

No âmbito da agricultura, identificou-se que as cidades gêmeas da FF-CO possuem destaque na produção de grãos, pecuária e agricultura familiar, bem como um quadro substancial de estabelecimentos que prestam serviços voltadas para o setor da pecuária e serviços relacionados. A evolução dos estabelecimentos agrícolas indica um crescimento constante, o que demonstra a importância contínua desse setor para a economia local. Além disso, os pontos fortes incluem a disponibilidade de terras férteis e recursos naturais, bem como a capacidade de exportação de produtos agrícolas. No entanto, a dependência excessiva desse setor pode ser considerada uma fraqueza, tornando a economia vulnerável a flutuações nos preços das commodities.

O setor do comércio desenvolve um papel de relevo nas cidades-gêmeas, atuando como centros de distribuição de produtos para as regiões circundantes e como portas de entrada para o comércio internacional. A evolução dos estabelecimentos comerciais varejistas indica uma resiliência do setor, apesar do decréscimo em todas as cidades, refletindo a importância do comércio para a arrecadação de recursos e a promoção do desenvolvimento econômico. As oportunidades incluem a expansão do comércio internacional e a diversificação dos produtos e serviços oferecidos.

Embora o setor industrial não seja tão dominante quanto à agricultura, as cidades gêmeas têm vivenciado um aumento no número de estabelecimentos industriais no setor da construção nos últimos anos. Isso pode ser considerado uma oportunidade para diversificar a economia local e criar empregos de maior valor agregado. No entanto, a falta de infraestrutura industrial e de logística avançadas, bem como qualificação da mão de obra pode ser um desafio a ser superado.

O setor de serviços nas cidades gêmeas também tem visto um crescimento relevante, apesar da queda no município de Ponta Porã, nos quais abrange desde serviços financeiros até turismo. Isso pode ser uma potencialidade para o desenvolvimento social, criando empregos e promovendo o crescimento econômico. No entanto, a prestação de serviços de qualidade e a infraestrutura para apoiar esse setor precisam de melhoria contínua.

Por fim, acerca das potencialidades para o desenvolvimento social das cidades-gêmeas e das sub-regiões incluem a criação de empregos de qualidade, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento das comunidades locais. Isso pode ser alcançado por meio do

desenvolvimento equilibrado dos principais setores econômicos, investimentos em educação, saúde, cultura, e promoção da sustentabilidade ambiental. Além disso, a integração regional e o fortalecimento da cooperação transfronteiriça podem abrir novas oportunidades para o crescimento econômico e social das cidades gêmeas da FF-CO.

5.5.10 – Cidades empreendedoras

O levantamento das cidades empreendedoras partiu dos índices elaborado pela Endeavour, implementado no Brasil em parceria com o SEBRAE, que visa apresentar melhores condições para que empresas possam prosperarem.

Após solicitação de informações e parcerias para a concessão de informações, o SEBRAE-MS, Corumbá, disponibilizou um conjunto de cidades consideradas como empreendedoras que estão localizadas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A partir dos dados fornecidos em setembro de 2023, foi possível analisar que a Faixa de Fronteira no Mato Grosso possui uma quantidade relativa de 14,29% em relação a quantidade total de 28 cidades situadas na faixa, enquanto das 45 cidades de Mato Grosso do Sul, 33,33% estão dentro da faixa (Quadro 54).

Quadro 54 - Cidades empreendedoras localizadas dentro e fora da FF-CO, com percentuais relativos a quantidade total de cidades nas cidades por estado e na faixa.

Localização dos Municípios	**Quantidade de municípios**		**Cidades empreendedoras**			
			MS		**MT**	
	MS	**MT**	**Quantidade**	**% Relativo**	**Quantidade**	**% Relativo**
Na FF-CO	45	28	15	33,33	4	14,29
Fora da FF-CO	34	113	22	64,71	23	20,35
Total	79	141	37	-	27	-

Fonte: SEBRAE, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Essas cidades foram caracterizadas por sua capacidade de inovação, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável. Ao impulsionar a economia, criar oportunidades de emprego e estimular a criatividade empresarial, entende-se que elas contribuem para o desenvolvimento das sub-regiões onde estão localizadas e, por extensão, para o avanço de todo o país.

Neste contexto, identificar e compreender as Cidades Empreendedoras (quadro 55), tanto dentro quanto fora da FF-CO, é fundamental para desenvolver o planejamento de políticas

e identificar estratégias que promovam o desenvolvimento e a prosperidade em todas as sub-regiões.

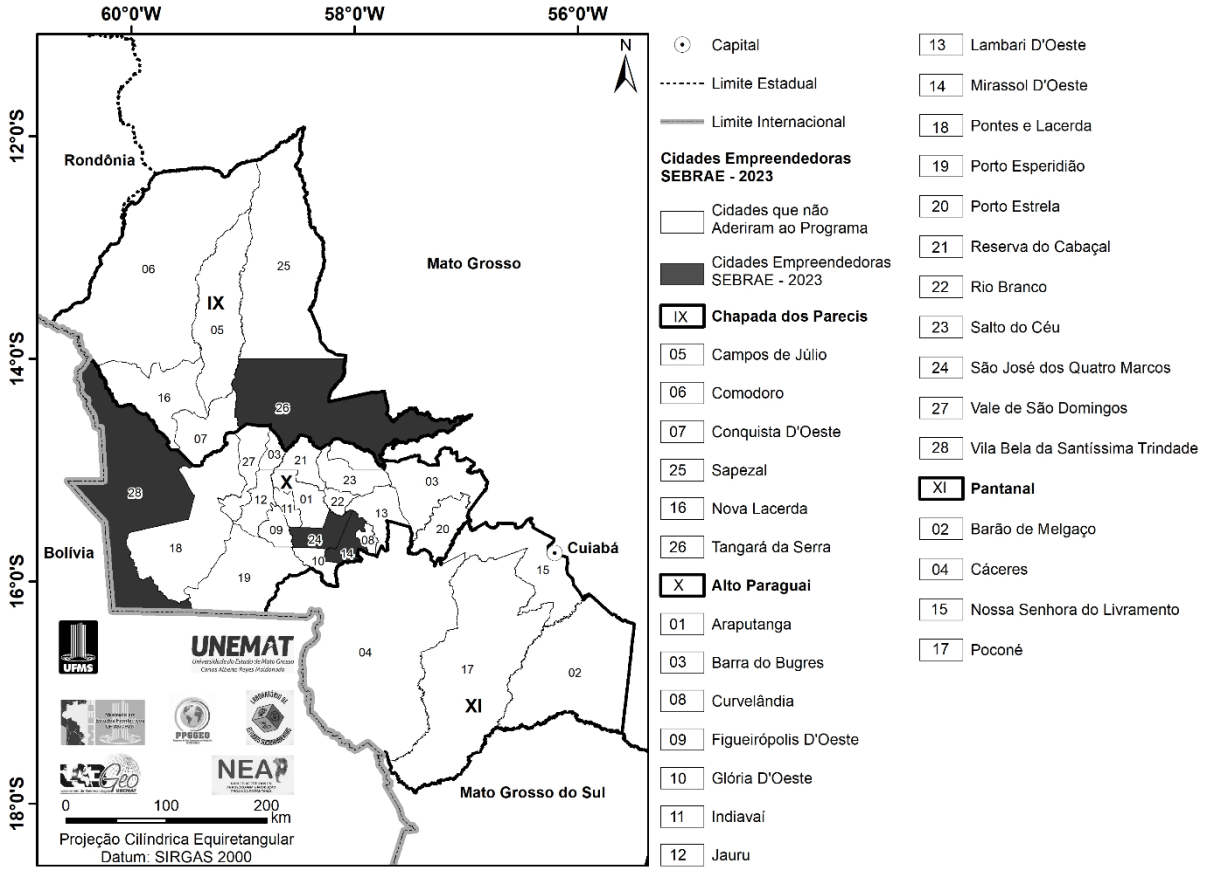
Quadro 55 - Cidades Empreendedoras presentes na Zona Proximal de 15 km, com sede dentro e as que estão fora da FF, por sub-região.

Sub-regiões	***UF***	***Municípios***	***Zona Proximal 15 km***	***Sede na FF***
IX – Chapada dos Parecis	MT	Tangará da Serra	Não	Não
X – Alto Paraguai	MT	Mirassol D'Oeste	Não	Sim
	MT	São José dos Quatro Marcos	Não	Sim
	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Sim	Sim
XI – Pantanal	MS	Ladário	Sim	Sim
	MS	Miranda	Não	Não
	MS	Porto Murtinho	Sim	Sim
XII - Bodoquena	MS	Bela Vista	Sim	Sim
	MS	Jardim	Não	Sim
	MS	Nioaque	Não	Sim
XIII - Dourados	MS	Caarapó	Não	Sim
	MS	Deodápolis	Não	Não
	MS	Dourados	Não	Sim
	MS	Maracaju	Não	Sim
	MS	Nova Alvorada do Sul	Não	Não
	MS	Rio Brilhante	Não	Sim
XIV - Cone Sul-mato-grossense	MS	Amambai	Não	Sim
	MS	Naviraí	Sim	Sim
	MS	Ponta Porã	Sim	Sim

Fonte: SEBRAE, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Conforme identificado, em Mato Grosso há quatro cidades empreendedoras na FF-CO e, apenas uma dessas encontra-se na faixa do limite internacional e na zona proximal (Figura 35).

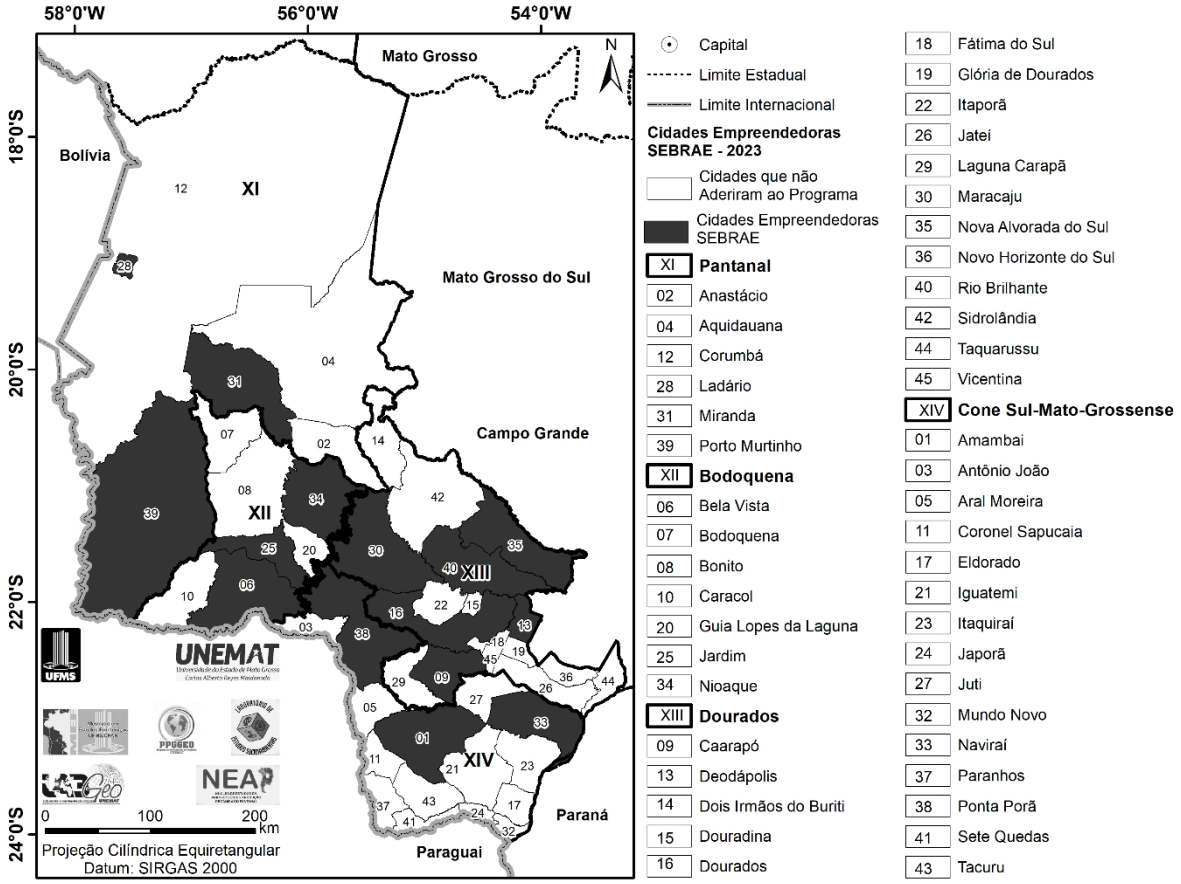
Figura 39: Cidades empreendedoras em Mato Grosso.



Fonte: SEBRAE, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Por outro lado, em Mato Grosso do Sul há 15 cidades empreendedoras na FF-CO e, apenas cinco dessas encontra-se na faixa do limite internacional e na zona proximal (Figura 36).

Figura 40: Cidades empreendedoras em Mato Grosso do Sul



Fonte: SEBRAE, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Os quadros e as figuras acima nos apresentam um potencial único das cidades empreendedoras nas zonas proximais devido às localizações estratégicas, que possibilitam um contato direto com as comunidades dos países vizinhos e abre oportunidades de desenvolvimento econômico e cultural.

Dentre as cidades inseridas na zona proximal, destacam-se Vila Bela da Santíssima Trindade, Ladário, Porto Murtinho, Bela Vista, Naviraí e Ponta Porã. Essas cidades têm a vantagem de estarem próximas dos limites das fronteiras e, ao mesmo tempo, fazerem parte da FF-CO, o que pode facilitar o acesso a recursos e programas específicos para essa região.

Por outro lado, há cidades empreendedoras que, embora não estejam na zona proximal das fronteiras, estão fora da FF-CO, como Tangará da Serra, Mirassol D'Oeste, Miranda, Jardim, Nioaque, Caarapó, Deodápolis, Dourados, Maracaju, Nova Alvorada do Sul e Rio Brilhante. Para essas cidades, a localização próxima das fronteiras oferece desafios e oportunidades distintas, exigindo estratégias de desenvolvimento específicas.

Em termos de pontos fortes, essas cidades têm potencial para o comércio internacional, turismo fronteiriço, intercâmbio cultural e cooperação transfronteiriça. No entanto, os pontos fracos incluem desafios relacionados a questões alfandegárias, infraestrutura de transporte, diferenças culturais.

As oportunidades residem na promoção do comércio bilateral, no desenvolvimento de setores turísticos e na diversificação econômica. As ameaças podem incluir problemas de segurança transfronteiriça e desequilíbrios econômicos entre os municípios e países. As potencialidades incluem a criação de redes de negócios internacionais e intermunicipais, o fortalecimento do empreendedorismo local, regional e a promoção da cultura da inovação.

5.5.10.1 – Lei Aldir Blanc nos municípios da FF-CO

A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020) foi criada a partir de uma mobilização nacional de artistas, produtores culturais e demais trabalhadores da cultura para garantir auxílio no período da pandemia e definiu ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade, em função da Covid-19.

Com isso, as ações do governo federal conseguiram alcançar mais de 4 mil municípios que nunca receberam recursos diretos para a cultura. De acordo com Brasil (2021), cerca de 75% das prefeituras do país não haviam recebido, nos últimos 12 anos, dinheiro do Governo Federal para apoio ao setor da cultura. Ao todo, foram distribuídos s R$ 1,5 bilhão repassados aos estados, destinados desse aos estados de mato Grosso e Mato Grosso do Sul um montante de R$ 25.594.825,31 e R$ 20.514.887,18, respectivamente, e outros 1,5 bilhão previstos para os municípios brasileiros, inclusive os 73 municípios da FF-CO (Quadro 54).

Quadro 56 – Valores previsto por município e somados por sub-região da FF-CO

Sub-região	**Nome do município**	**Valor total**
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	R$ 59.751
	Comodoro	R$ 159.359
	Conquista D'Oeste	R$ 43.463
	Nova Lacerda	R$ 58.318
	Sapezal	R$ 195.382
	Tangará da Serra	R$ 701.187
Total		R$ 1.217.460
	Araputanga	R$ 130.056
	Barra do Bugres	R$ 254.054
	Curvelândia	R$ 50.205
	Figueirópolis D'Oeste	R$ 40.357

X – Alto Paraguai	Glória D'Oeste	R$ 37.685
	Indiavaí	R$ 36.120
	Jauru	R$ 70.610
	Lambari D'Oeste	R$ 55.355
	Mirassol d'Oeste	R$ 205.990
	Pontes e Lacerda	R$ 327.436
X – Alto Paraguai	Porto Esperidião	R$ 95.820
	Porto Estrela	R$ 37.325
	Reserva do Cabaçal	R$ 36.006
	Rio Branco	R$ 49.846
	Salto do Céu	R$ 39.620
	São José dos Quatro Marcos	R$ 148.757
	Vale de São Domingos	R$ 38.261
	Vila Bela da Santíssima Trindade	R$ 126.094
Total		R$ 1.779.598
XI – Pantanal	Anastácio	R$ 203.467
	Aquidauana	R$ 358.973
	Barão de Melgaço	R$ 69.303
	Cáceres	R$ 640.865
	Corumbá	R$ 773.278
	Ladário	R$ 184.601
	Miranda	R$ 219.899
	Nossa Senhora do Livramento	R$ 102.665
	Poconé	R$ 241.933
	Porto Murtinho	R$ 149.203
Total		R$ 2.944.187
XII - Bodoquena	Bela Vista	R$ 200.578
	Bodoquena	R$ 70.659
	Bonito	R$ 176.865
	Caracol	R$ 60.617
	Guia Lopes da Laguna	R$ 82.192
	Jardim	R$ 208.959
	Nioaque	R$ 122.362
Total		R$ 922.233
XIII - Dourados	Caarapó	R$ 232.236
	Deodápolis	R$ 108.052
	Dois Irmãos do Buriti	R$ 99.265
	Douradina	R$ 59.521
	Dourados	R$ 1.494.174
	Fátima do Sul	R$ 160.953
	Glória de Dourados	R$ 82.592
	Itaporã	R$ 201.777
	Jateí	R$ 48.690
	Laguna Carapã	R$ 67.611
	Maracaju	R$ 354.474
	Nova Alvorada do Sul	R$ 176.328
	Novo Horizonte do Sul	R$ 47.474
	Rio Brilhante	R$ 291.275
	Sidrolândia	R$ 423.456
	Taquarussu	R$ 46.184
	Vicentina	R$ 60.537
Total		R$ 3.954.599
	Amambai	R$ 302.020

XIV - Cone Sul-mato-grossense	Antônio João	R$ 76.831
	Aral Moreira	R$ 103.627
	Coronel Sapucaia	R$ 129.915
	Eldorado	R$ 104.792
	Iguatemi	R$ 134.625
	Itaquiraí	R$ 172.104
	Japorã	R$ 77.710
	Juti	R$ 64.019
	Mundo Novo	R$ 156.254
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Naviraí	R$ 407.544
	Paranhos	R$ 124.063
	Ponta Porã	R$ 656.754
	Sete Quedas	R$ 95.874
	Tacuru	R$ 100.219
Total		R$ 2.706.353
Brasil, Lei Aldir Blanc (2021). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).		

Conforme pode-se observar, as sub-regiões dispunham cada uma de um montante de: IX – Chapada dos Parecis, R$ 1.217.460; X – Alto Paraguai, R$ 1.779.598; XI – Pantanal, R$ 2.944.187; XII – Bodoquena, XII: R$ 922.233; XIII – Dourados, R$ 3.954.599; XIV - Cone Sul-mato-grossense, R$ 2.706.353.

Contudo, dada as diversas fragilidades no campo da gestão pública da cultura nos municípios da FF-CO, identificou-se que 44 municípios não implementaram até dezembro de 2021 os R$ 4.078.300 dos R$ 13.524.431 disponibilizados (Quadro 55).

Quadro 57 – Municípios da FF-CO que não implementaram os recursos da Aldir Blanc I até dezembro de 2021.

Sub-região	**Nome do município**	**Valor total**
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	R$ 59.751
	Conquista D'Oeste	R$ 43.463
	Nova Lacerda	R$ 58.318
Total		R$ 161.532
X – Alto Paraguai	Araputanga	R$ 130.056
	Curvelândia	R$ 50.205
	Figueirópolis D'Oeste	R$ 40.357
	Indiavaí	R$ 36.120
	Jauru	R$ 70.610
	Lambari D'Oeste	R$ 55.355
	Mirassol D'Oeste	R$ 205.990
	Pontes e Lacerda	R$ 327.436
	Porto Estrela	R$ 37.325
	Reserva do Cabaçal	R$ 36.006
	Rio Branco	R$ 49.846
	Salto do Céu	R$ 39.620
	Vale de São Domingos	R$ 38.261
Total		R$ 1.117.188

XI – Pantanal	Anastácio	R$ 203.467
	Barão de Melgaço	R$ 69.303
	Miranda	R$ 219.899
	Poconé	R$ 241.933
Total		R$ 734.602
XII - Bodoquena	Bela Vista	R$ 200.578
	Bodoquena	R$ 70.659
	Guia Lopes da Laguna	R$ 82.192
	Nioaque	R$ 122.362
Total		R$ 475.792
XIII - Dourados	Douradina	R$ 59.521
	Glória de Dourados	R$ 82.592
	Itaporã	R$ 201.777
	Laguna Carapã	R$ 67.611
	Maracaju	R$ 354.474
	Novo Horizonte do Sul	R$ 47.474
	Rio Brilhante	R$ 291.275
	Taquarussu	R$ 46.184
	Vicentina	R$ 60.537
Total		R$ 1.211.444
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Antônio João	R$ 76.831
	Coronel Sapucaia	R$ 129.915
	Eldorado	R$ 104.792
	Iguatemi	R$ 134.625
	Itaquiraí	R$ 172.104
	Japorã	R$ 77.710
	Juti	R$ 64.019
	Mundo Novo	R$ 156.254
	Sete Quedas	R$ 95.874
	Tacuru	R$ 100.219
Total		R$ 1.112.345
Total geral		R$ 4.078.300

Fonte: Brasil, Lei Aldir Blanc (2021). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Esses municípios não implementaram totalmente a Lei Aldir Blanc ou não utilizaram os recursos a que tinham direito pelos critérios da lei. É importante destacar que cada município tinha a responsabilidade de aplicar os recursos da lei de acordo com os princípios e finalidades estabelecidos, o que nem todos cumpriram de forma satisfatória. Mesmo dentre os que implementaram os recursos, parte dos municípios não conseguiram implementar todo (Quadro 56).

Quadro 58 - Capacidade de planejamento e implementação dos recursos da Lei Aldir Blanc, conforme Munic – IBGE (2021)

Mun	Distribuiu recursos da Lei Aldir Blanc	Subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos, culturais etc. (inciso 2 da Lei) - Tipo de auxílio distribuído	Editais (inciso 3 da Lei) - Tipo de auxílio distribuído	Chamadas públicas (inciso 3 da Lei) - Tipo de auxílio distribuído	Prêmios (inciso 3 da Lei) - Tipo de auxílio distribuído	Aquisição de bens e serviços culturais (inciso 3 da Lei) - Tipo de auxílio distribuído	Outros instrumentos (inciso 3 da Lei) - Tipo de auxílio distribuído	Em relação aos recursos a que tinha direito, pelos critérios da Lei Aldir Blanc, o município utilizou
Amambai	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Anastácio	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Antônio João	Não	-	-	-	-	-	-	-
Aquidauana	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Entre 90% e 100%
Aral Moreira	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Araputanga	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Entre 90% e 100%
Barão de Melgaço	Não	-	-	-	-	-	-	-
Barra do Bugres	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Bela Vista	Não	-	-	-	-	-	-	-
Bodoquena	Não	-	-	-	-	-	-	-
Bonito	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Entre 50% e 90%
Caarapó	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Menos de 50%
Cáceres	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Entre 90% e 100%
Campos de Júlio	Não	-	-	-	-	-	-	-
Caracol	Não	-	-	-	-	-	-	-
Comodoro	Não	-	-	-	-	-	-	-
Conquista DOeste	Não	-	-	-	-	-	-	-
Coronel Sapucaia	Não	-	-	-	-	-	-	-
Corumbá	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Curvelândia	Não	-	-	-	-	-	-	-
Deodápolis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Menos de 50%
Dois Irmãos do Buriti	Não	-	-	-	-	-	-	-

Douradina	Não	-	-	-	-	-	-	-
Dourados	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Entre 50% e 90%
Eldorado	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Entre 90% e 100%
Fátima do Sul	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Entre 50% e 90%
Figueirópolis D'Oeste	Não	-	-	-	-	-	-	-
Glória de Dourados	Não	-	-	-	-	-	-	-
Glória D'Oeste	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Entre 50% e 90%
Guia Lopes da Laguna	Não	-	-	-	-	-	-	-
Iguatemi	Não	-	-	-	-	-	-	-
Indiavaí	Não	-	-	-	-	-	-	-
Itaporã	Não	-	-	-	-	-	-	-
Itaquiraí	Não	-	-	-	-	-	-	-
Japorã	Não	-	-	-	-	-	-	-
Jardim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Entre 90% e 100%
Jateí	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Menos de 50%
Jauru	Não	-	-	-	-	-	-	-
Juti	Não	-	-	-	-	-	-	-
Ladário	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Entre 50% e 90%
Laguna Carapã	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Entre 50% e 90%
Lambari D'Oeste	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não sabe informar
Maracaju	Não	-	-	-	-	-	-	-
Miranda	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Entre 90% e 100%
Mirassol D'Oeste	Não	-	-	-	-	-	-	-
Mundo Novo	Não	-	-	-	-	-	-	-
Naviraí	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Entre 50% e 90%
Nioaque	Não	-	-	-	-	-	-	-
Nossa Senhora do Livramento	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Entre 50% e 90%

Nova Alvorada do Sul	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Nova Lacerda	Não	-	-	-	-	-	-	-
Novo Horizonte do Sul	Não	-	-	-	-	-	-	-
Paranhos	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Entre 50% e 90%
Poconé	Não	-	-	-	-	-	-	-
Ponta Porã	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Pontes e Lacerda	Não	-	-	-	-	-	-	-
Porto Esperidião	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Entre 90% e 100%
Porto Estrela	Não	-	-	-	-	-	-	-
Porto Murtinho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não sabe informar
Reserva do Cabaçal	Não	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	Não	-	-	-	-	-	-	-
Rio Brilhante	Não	-	-	-	-	-	-	-
Salto do Céu	Não	-	-	-	-	-	-	-
São José dos Quatro Marcos	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Sapezal	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Entre 90% e 100%
Sete Quedas	Não	-	-	-	-	-	-	-
Sidrolândia	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não sabe informar
Tacuru	Não	-	-	-	-	-	-	-
Tangará da Serra	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Entre 90% e 100%
Taquarussu	Não	-	-	-	-	-	-	-
Vale de São Domingos	Não	-	-	-	-	-	-	-
Vicentina	Não	-	-	-	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Entre 90% e 100%

Brasil, Lei Aldir Blanc (2021). IBGE, (2021). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.10.2 – Investimentos em equipamentos culturais

Os quadros abaixo apresentam um panorama dos investimentos financeiros aportados pelos municípios nos diversos equipamentos culturais nos últimos 12 meses da coleta, em 2021, sja por meio de programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização (Quadro 57).

Quadro 59 – Municípios na FF-CO que investiram em Museus, Bibliotecas públicas e comunitárias, cinemas, teatros, centros culturais, arquivos públicos e espaços para festividades locais.

Municípios	Museu	Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Cinema	Teatro	Centro cultural	Arquivo público	Espaço para festividades locais
Amambai	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Anastácio	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Antônio João	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquidauana	-	-	-	-	-	-	-	-
Aral Moreira	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Araputanga	-	-	-	-	-	-	-	-
Barão de Melgaço	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Barra do Bugres	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Bela Vista	-	-	-	-	-	-	-	-
Bodoquena	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Bonito	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
Caarapó	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Cáceres	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Campos de Júlio	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Caracol	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Comodoro	-	-	-	-	-	-	-	-
Conquista D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Coronel Sapucaia	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Corumbá	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Curvelândia	-	-	-	-	-	-	-	-
Deodápolis	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Dois Irmãos do Buriti	-	-	-	-	-	-	-	-
Douradina	-	-	-	-	-	-	-	-
Dourados	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Eldorado	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Fátima do Sul	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Figueirópolis D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Glória de Dourados	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Glória D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Guia Lopes da Laguna	-	-	-	-	-	-	-	-
Iguatemi	-	-	-	-	-	-	-	-
Indiavaí	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaporã	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Itaquiraí	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Japorã	-	-	-	-	-	-	-	-

Jardim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Jateí	-	-	-	-	-	-	-	-
Jauru	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Juti	-	-	-	-	-	-	-	-
Ladário	-	-	-	-	-	-	-	-
Laguna Carapã	-	-	-	-	-	-	-	-
Lambari D'Oeste	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Maracaju	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-
Mirassol D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Mundo Novo	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Naviraí	-	-	-	-	-	-	-	-
Nioaque	-	-	-	-	-	-	-	-
Nossa Senhora do Livramento	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Nova Alvorada do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Horizonte do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Poconé	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Ponta Porã	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Pontes e Lacerda	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Porto Esperidião	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
Porto Estrela	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Murtinho	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
Reserva do Cabaçal	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Rio Brilhante	-	-	-	-	-	-	-	-
Salto do Céu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
São José dos Quatro Marcos	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Sapezal	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Sete Quedas	-	-	-	-	-	-	-	-
Sidrolândia	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Tacuru	-	-	-	-	-	-	-	-
Tangará da Serra	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
Taquarussu	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-
Vicentina	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Vila Bela da Santíssima Trindade	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Brasil, Lei Aldir Blanc (2021). IBGE, (2021). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Diante desse panorama, compreende-se que investir no setor cultural, ou seja, nos equipamentos culturais e trabalhadores da cultura, torna-se vital para o desenvolvimento sociocultural de determinadas localidades e de ativos para os municípios, permitindo-lhes

promover a riqueza de sua cultura local e exercer influência cultural, também conhecida como "soft power", sobre outras regiões e até mesmo países. Esses ativos incluem teatros, museus, centros culturais, artistas, músicos, escritores e artesãos, que contribuem para a identidade cultural de uma localidade. Eles não apenas preservam tradições e expressões culturais únicas, mas também atraem visitantes, estimulam o turismo, fomentam a economia local e fortalecem os laços entre comunidades.

Por fim, os equipamentos culturais e trabalhadores da cultura têm o poder de influenciar positivamente a imagem e reputação de um município, região ou país no cenário internacional, criando uma conexão emocional duradoura com outras culturas e sociedades. Portanto, investir e apoiar esses ativos culturais é essencial para impulsionar o desenvolvimento e a projeção cultural de uma localidade no contexto global.

5.5.11 - Exportação e importação nos municípios da FF-CO

Os dados de exportações dos municípios da FF-CO no ano de 2022 apresentam uma diversidade de produtos e setores que contribuem para o comércio exterior dessas localidades, refletindo a importância econômica da região. Cada município desempenha um papel específico, seja na fabricação de produtos alimentícios, equipamentos elétricos, metais básicos, produtos farmacêuticos, entre outros.

Além disso, as cidades-gêmeas na fronteira desempenham um papel estratégico na conexão com os países vizinhos, demonstrando como a geografia influencia as atividades comerciais.

Ao analisar as importações em termos de produtos e valores em dólares, é possível identificar setores-chave da economia, como fabricação de máquinas, produtos informáticos, produtos metálicos, móveis, produtos químicos, entre outros.

Por outro lado, as importações demonstram dados relevantes conhecer as informações detalhadas sobre as importações realizadas pelos municípios na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste no ano de 2022, pois elas nos permitiram desvelar a diversidade das atividades econômicas nas cidades fronteiriças, viabilizando o planejamento do desenvolvimento econômico regional e local.

5.5.11.1 - Exportação

O valor das exportações em dólar e a quantidade em quilogramas destacam a relevância dessas transações para a economia local, evidenciando a capacidade dos municípios em competir no mercado internacional e fortalecer suas economias regionais (Quadro 58).

Quadro 60 - Exportação pelos municípios da FF-CO (2022)

Cidades Gêmeas	Sub-região	Exportação em kg, valor em Dólar		
		Divisão em produtos	KG	USD $
	XII – Bodoquena			
SIM	Bela Vista	-	-	-
	Bodoquena	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	29.968.000,0	1.977.888,00
	Bonito	-	-	-
	Caracol	-	-	-
	Guia Lopes da Laguna	-	-	-
	Jardim	Fabricação de produtos alimentícios	672.210,0	348.899,00
	Nioaque	-	-	-
	XI – Pantanal			
	Anastácio	Fabricação de produtos alimentícios	12.312.609,0	63.237.357,00
	Aquidauana	-	-	-
	Barão de Melgaço	-	-	-
SIM	Cáceres	Fabricação de equipamentos elétricos	3	600,00
		Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	15.216.384,0	10.143.202,00
		Fabricação de móveis	7.476,0	50.718,00
		Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	12	5.820,00
		Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	3	490,00
SIM	Corumbá	Extração de minerais metálicos	2.870.452.920,0	120.000.336,00
		Extração de outros minerais	41.303,0	34.682,00
		Fabricação de bebidas	63.000,0	73.231,00
		Fabricação de couro e produtos afins	165.355,0	1.062.536,00
		Fabricação de equipamentos elétricos	71.121,0	235.135,00
		Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	53.000,0	206.906,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos n.c.	5.950.155,0	13.513.110,00
		Fabricação de metais básicos	184.982.287,0	146.802.840,00
		Fabricação de móveis	7.459,0	39.887,00
		Fabricação de outro equipamento de transporte	13.724,0	175.097,00
		Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	3.033.146,0	782.961,00
		Fabricação de papel e produtos de papel	56.271,0	127.989,00
		Fabricação de produtos alimentícios	8.094.247,0	7.299.935,00
		Fabricação de produtos de borracha e plásticos	105.522,0	623.976,00
		Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	13.300,0	77.794,00
		Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	6.824,0	150.720,00
		Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	122.212,0	1.236.588,00
		Fabricação de produtos químicos	172.074,0	502.554,00
		Fabricação de têxteis	11.189,0	103.009,00
		Fabricação de veículos automóveis, reboques e semirreboques	269.653,0	438.038,00
		Fabricação de vestuário	12.086,0	322.008,00

		Impressão e reprodução de mídia gravada	20.000,0	31.046,00
		Outras manufaturas	39.996,0	122.755,00
	Ladário	-	-	-
	Miranda	-	-	-
	Nossa Senhora do Livramento	Fabricação de metais básicos	291	16.553.126,00
	Poconé	Fabricação de metais básicos	3.491,0	181.317.148,00
SIM	Porto Murtinho		-	
	X – Alto Paraguai			
	Araputanga	Fabricação de metais básicos	-	4.776,00
		Fabricação de produtos alimentícios	30.402.626,0	142.761.646,00
		Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	-	100,00
	Barra do Bugres	Fabricação de couro e produtos afins	86.426,0	156.890,00
		Fabricação de produtos alimentícios	27.660.972,0	171.502.342,00
	Curvelândia	-	-	-
	Figueirópolis D'Oeste	-	-	-
	Glória D'Oeste	-	-	-
	Indiavaí	-	-	-
	Jauru	-	-	-
	Lambari D'Oeste	-	-	-
	Mirassol d'Oeste	Fabricação de produtos alimentícios	23.271.424,0	107.835.021,00
	Pontes e Lacerda	Fabricação de metais básicos	2.386,0	119.382.706,00
		Fabricação de produtos alimentícios	74.732.564,0	149.555.541,00
		Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	3	1.002,00
	Porto Esperidião	Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	369.750,0	217.967,00
		Fabricação de metais básicos	116	6.478.798,00
	Porto Estrela	-	-	-
	Reserva do Cabaçal	-	-	-
	Rio Branco	-	-	-
	Salto do Céu	-	-	-
	São José dos Quatro Marcos	Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	3.574.975,0	1.923.019,00
		Fabricação de metais básicos	32	10,00
	Vale de São Domingos	-	-	-
	Vila Bela da Santíssima Trindade	-	-	-
	IX – Chapada dos Parecis			
	Campos de Júlio	Fabricação de produtos alimentícios	147.737.819,0	104.294.214,00
	Comodoro	-	-	-
	Conquista D'Oeste	-	-	-
	Nova Lacerda	-	-	-
	Sapezal	Fabricação de produtos alimentícios	155.150.982,0	113.231.216,00
	Tangará da Serra	Fabricação de couro e produtos afins	-	100,00
		Fabricação de equipamentos elétricos	-	90,00
		Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	19.198,0	14.422,00
		Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	12	245,00
		Fabricação de papel e produtos de papel	5	72,00
		Fabricação de produtos alimentícios	63.638.504,0	342.728.240,00
		Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	-	1.004,00
		Fabricação de têxteis	20	482,00
		Fabricação de vestuário	6	2.316,00
		Outras manufaturas	6	224,00
	XIV - Cone Sul-mato-grossense			
	Amambai	Fabricação de produtos alimentícios	219.336,0	870.682,00
	Antônio João	-	-	-
	Aral Moreira	-	-	-
SIM	Coronel Sapucaia	Fabricação de equipamentos elétricos	31.765,0	20.910,00

		Fabricação de máquinas e equipamentos n.c.	7.668,0	13.302,00
		Fabricação de metais básicos	52	692,00
		Fabricação de móveis	1.569,0	11.865,00
		Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	886.987,0	246.156,00
		Fabricação de papel e produtos de papel	14	60,00
		Fabricação de produtos de borracha e plásticos	18.602,0	66.652,00
		Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	4	225,00
		Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	49.839,0	9.118,00
		Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	10.069,0	44.457,00
		Fabricação de produtos químicos	236.114,0	72.256,00
		Fabricação de têxteis	123	692,00
		Fabricação de vestuário	102	712,00
		Outras manufaturas	38	672,00
	Eldorado	Fabricação de produtos alimentícios	12	29,00
	Iguatemi	Fabricação de produtos alimentícios	29.551.649,0	184.238.014,00
	Itaquiraí	Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	2	5,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	6.170,0	36.575,00
		Fabricação de papel e produtos de papel	132	391,00
		Fabricação de produtos alimentícios	42.025.428,0	80.975.586,00
		Outras manufaturas	7.050,0	91.169,00
	Japorã	-	-	-
	Juti	-	-	-
SIM	Mundo Novo	Fabricação de produtos alimentícios	12.407.813,0	10.703.991,00
		Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	2.800.000,0	2.543.782,00
	Naviraí	Fabricação de couro e produtos afins	427.328,0	659.064,00
		Fabricação de produtos alimentícios	224.719.827,0	196.944.402,00
SIM	Paranhos	-	-	-
SIM	Ponta Porã	Extração de outros minerais	1.704.351,0	123.420,00
		Fabricação de bebidas	12.532.923,0	7.277.201,00
		Fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados	1.419.568,0	2.757.613,00
		Fabricação de couro e produtos afins	67.082,0	1.270.117,00
		Fabricação de equipamentos elétricos	286.914,0	2.149.700,00
		Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	259.838,0	265.833,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos n.c.	326.283,0	1.312.053,00
		Fabricação de metais básicos	1.044.612,0	1.342.481,00
		Fabricação de móveis	160.155,0	379.325,00
		Fabricação de outro equipamento de transporte	1.638,0	30.237,00
		Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	63.877.379,0	11.655.892,00
		Fabricação de papel e produtos de papel	346.734,0	658.599,00
		Fabricação de produtos alimentícios	11.604.659,0	10.747.977,00
		Fabricação de produtos de borracha e plásticos	568.790,0	2.716.099,00
		Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	26.785,0	97.502,00
		Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	29.178,0	135.794,00
		Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	356.051,0	1.307.391,00
		Fabricação de produtos químicos	11.004.988,0	4.713.373,00
		Fabricação de têxteis	19.833,0	174.589,00

		Fabricação de veículos automóveis, reboques e semirreboques	23.188,0	289.524,00
		Fabricação de vestuário	46.106,0	2.149.923,00
		Impressão e reprodução de mídia gravada	2.100,0	7.560,00
		Outras manufaturas	207.479,0	581.740,00
	Sete Quedas	Fabricação de equipamentos elétricos	6.000,0	800,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	43.480,0	11.900,00
		Fabricação de produtos alimentícios	2.430.660,0	1.894.874,00
		Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	10.500,0	2.200,00
	Tacuru	-	-	-
XIII – Dourados				
	Caarapó	Fabricação de produtos alimentícios	112.800.703,0	97.272.571,00
	Deodápolis	Fabricação de produtos alimentícios	2.421.000,0	1.805.240,00
	Dois Irmãos do Buriti	-	-	-
	Douradina	-	-	-
	Dourados	Fabricação de equipamentos elétricos	2.243,0	99.567,00
		Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	17.119,0	509.915,00
		Fabricação de metais básicos	-	6,00
		Fabricação de produtos alimentícios	378.598.663,0	267.567.479,00
		Fabricação de produtos de borracha e plásticos	-	7,00
		Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	1.706,0	12.079,00
		Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	3	2.408,00
		Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	186	21.442,00
		Fabricação de produtos químicos	303.147,0	583.919,00
		Outras manufaturas	-	30,00
	Fátima do Sul	-	-	-
	Glória de Dourados	Fabricação de produtos alimentícios	7.295.225,0	6.348.180,00
	Itaporã	Fabricação de produtos alimentícios	254.475,0	585.784,00
	Jateí	-	-	-
	Laguna Carapã	-	-	-
	Maracaju	-	-	-
	Nova Alvorada do Sul	Fabricação de produtos alimentícios	52.435,0	79.844,00
	Novo Horizonte do Sul	-	-	-
	Rio Brilhante	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	5	182,00
		Fabricação de produtos alimentícios	187.331.086,0	72.538.892,00
		Fabricação de produtos de borracha e plásticos	37	531,00
		Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	1	14,00
		Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	2	19,00
		Fabricação de produtos químicos	4.954.449,0	3.309.004,00
		Fabricação de têxteis	8	146,00
		Fabricação de vestuário	51	740,00
		Outras manufaturas	9	245,00
	Sidrolândia	Fabricação de produtos alimentícios	81.045.356,0	159.275.717,00
	Taquarussu	-	-	-
	Vicentina	Outras manufaturas	12.130,0	296.937,00

Fonte: Base de dados do sistema Comex Stat do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2023. Compilado por Datampe, SEBRAE (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Essa lista de exportação traz valores e quantidade em kg dos municípios que disponibilizaram e foram especificados na tabela fornecida. Pode haver outros municípios com valores significativos de exportação que não estão listados nesta tabela.

5.5.11.2 – Importação

Ao identificar o perfil das importações municipais, esses dados permitem os governos federal, estaduais e municipais, bem como empresários e sociedade civil organizada das sub-regiões e municípios direcionarem recursos e esforços políticos para impulsionar e minorar os problemas dos diversos setores, promovendo o crescimento econômico sustentável e a geração de empregos locais (Quadro 59).

Quadro 61 - Importação pelos municípios da FF-CO (2022).

Cidades Gêmeas	UF	Sub-região	Importação em kg, valor em Dólar		
			Divisão em produtos	KG	USD $
		XII – Bodoquena			
SIM	MS	Bela Vista	-	-	-
	MS	Bodoquena	Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	1.526,0	46.882,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	620	61.423,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	24	1.888,00
			Fabricação de vestuário	-	103,00
	MS	Bonito	Fabricação de móveis	14.750,0	31.809,00
	MS	Caracol	-	-	-
	MS	Guia Lopes da Laguna	-	-	-
	MS	Jardim	Fabricação de metais básicos	320	1.216,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	3	349,00
	MS	Nioaque	-	-	-
		XI – Pantanal			
	MS	Anastácio	Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	2.417.857,0	179.045,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	3	1.175,00
	MS	Aquidauana	Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	1	43.886,00
			Fabricação de produtos químicos	2.002.542,0	841.422,00
	MT	Barão de Melgaço	-	-	-
SIM	MT	Cáceres	Extração de outros minerais	81.000,0	25.839,00
			Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	26.243,0	2.302,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	10.220,0	28.596,00
			Fabricação de produtos químicos	108.000,0	70.470,00
SIM	MS	Corumbá	Extração de minerais metálicos	3.837.446,0	204.053,00
			Extração de outros minerais	594.000,0	165.591,00
			Extração de petróleo bruto e gás natural	4.623.104.255,0	1.436.214.108,00
			Fabricação de equipamentos elétricos	14	8.997,00
			Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	747.180,0	54.918,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	64.472,0	1.004.921,00
			Fabricação de metais básicos	25.056,0	27.878,00
			Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	7.000,0	16.050,00
			Fabricação de produtos alimentícios	25.000,0	19.950,00
			Fabricação de produtos de borracha e plásticos	63.459,0	189.742,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	617	231.895,00
			Fabricação de produtos químicos	3.845.000,0	2.341.722,00

	MS	Ladário	-	-	-
	MS	Miranda	Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	737.171,0	55.606,00
	MT	Nossa Senhora do Livramento	Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	6.037,0	159.655,00
			Fabricação de metais básicos	22	12.267,00
			Fabricação de produtos de borracha e plásticos	47	2.389,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	550.000,0	648.727,00
	MT	Poconé	Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	40	3.812,00
SIM	MS	Porto Murtinho	Fabricação de veículos automóveis, reboques e semirreboques	4	3.306,00
		X – Alto Paraguai			
	MT	Araputanga	-	-	-
	MT	Barra do Bugres	Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	946	17.399,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	32	548,00
	MT	Curvelândia	-	-	-
	MT	Figueirópolis D'Oeste	-	-	-
	MT	Glória D'Oeste	-	-	-
	MT	Indiavaí	-	-	-
	MT	Jauru	-	-	-
	MT	Lambari D'Oeste	-	-	-
	MT	Mirassol d'Oeste	-	-	-
	MT	Pontes e Lacerda	Fabricação de equipamentos elétricos	-	386,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	1.991,0	28.877,00
			Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-	121,00
			Fabricação de produtos de borracha e plásticos	11.084,0	37.711,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	62.641,0	292.496,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	1.504.000,0	2.090.699,00
			Fabricação de produtos químicos	491.200,0	782.783,00
			Fabricação de vestuário	-	498,00
	MT	Porto Esperidião	-	-	-
	MT	Porto Estrela	-	-	-
	MT	Reserva do Cabaçal	-	-	-
	MT	Rio Branco	-	-	-
	MT	Salto do Céu	-	-	-
	MT	São José dos Quatro Marcos	-	-	-
	MT	Vale de São Domingos	-	-	-
	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	-	-	-
		IX – Chapada dos Parecis			
	MT	Campos de Júlio	Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	4.340,0	88.000,00
			Fabricação de têxteis	305	7.200,00
	MT	Comodoro	Fabricação de produtos químicos	604.930.480,0	334.113.708,00
	MT	Conquista D'Oeste	-	-	-
	MT	Nova Lacerda	-	-	-
	MT	Sapezal	Extração de outros minerais	54.000,0	17.685,00
			Fabricação de equipamentos elétricos	67	15.861,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	697.078,0	15.969.437,00
			Fabricação de metais básicos	4	344,00
			Fabricação de outro equipamento de transporte	4.487,0	6.127.747,00
			Fabricação de produtos de borracha e plásticos	101	10.874,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	606.489,0	2.937.596,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	11.015,0	143.792,00

	MT	Tangará da Serra	Extração de outros minerais	100.000,0	32.300,00
			Fabricação de equipamentos elétricos	335	800,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	187.680,0	3.536.838,00
			Fabricação de outro equipamento de transporte	13.252,0	9.003.085,00
			Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	197	3.604,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	121	25.990,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	3.197,0	41.882,00
			Fabricação de produtos químicos	12.775.827,0	5.745.546,00
			Fabricação de têxteis	540	2.888,00
			Fabricação de vestuário	19	375,00
			Outras manufaturas	312	4.408,00
		XIV - Cone Sul-mato-grossense			
	MS	Amambai	Fabricação de produtos alimentícios	9.511,0	5.707,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	14.320,0	36.595,00
	MS	Antônio João	-	-	-
	MS	Aral Moreira	-	-	-
SIM	MS	Coronel Sapucaia	-	-	-
	MS	Eldorado	Fabricação de couro e produtos afins	642.983,0	5.326.124,00
			Fabricação de equipamentos elétricos	45	19.630,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	16.555,0	423.354,00
			Fabricação de produtos de borracha e plásticos	18.481,0	171.202,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	10.335,0	94.778,00
			Fabricação de produtos químicos	2.269.099,0	4.547.025,00
			Fabricação de têxteis	119.120,0	789.171,00
			Fabricação de vestuário	301.845,0	1.674.698,00
			Outras manufaturas	43.441,0	631.334,00
	MS	Iguatemi	-	-	-
	MS	Itaquiraí	Fabricação de equipamentos elétricos	4.436,0	145.000,00
			Fabricação de produtos alimentícios	18.763,0	161.311,00
			Fabricação de têxteis	43.600,0	68.473,00
	MS	Japorã	-	-	-
	MS	Juti	-	-	-
SIM	MS	Mundo Novo	Fabricação de equipamentos elétricos	4.384,0	49.091,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	2.022,0	71.332,00
			Fabricação de produtos alimentícios	23.074.755,0	18.422.622,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	14.014,0	187.073,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	61.349,0	136.711,00
			Fabricação de produtos químicos	497.280,0	450.543,00
			Fabricação de têxteis	1.436.407,0	6.017.186,00
			Fabricação de vestuário	2.066.362,0	16.326.059,00
			Impressão e reprodução de mídia gravada	3	8.139,00
			Outras manufaturas	891	10.170,00
	MS	Naviraí	Fabricação de couro e produtos afins	69	517,00
			Fabricação de equipamentos elétricos	11.670,0	162.865,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	224.261,0	3.845.560,00
			Fabricação de metais básicos	47.520,0	39.383,00
			Fabricação de outro equipamento de transporte	2.177,0	550.000,00
			Fabricação de produtos de borracha e plásticos	8	1.661,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	715	247.846,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	3	455,00

			Fabricação de produtos químicos	1.384.272,0	1.614.376,00
			Outras manufaturas	-	3,00
SIM	MS	Paranhos	-	-	-
SIM	MS	Ponta Porã	Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	896.810,0	63.246,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	18.071,0	86.820,00
			Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	21.473.545,0	730.862,00
			Fabricação de produtos alimentícios	1.830.026,0	8.658.845,00
			Fabricação de produtos de borracha e plásticos	11.565.716,0	20.833.941,00
			Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	65	25.126,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	1.671.291,0	8.453.175,00
			Fabricação de têxteis	468.139,0	1.647.783,00
			Fabricação de vestuário	124.434,0	857.144,00
			Outras manufaturas	1.653,0	15.400,00
	MS	Sete Quedas	Fabricação de produtos alimentícios	374.400,0	159.120,00
	MS	Tacuru	-	-	-
		XIII – Dourados			
	MS	Caarapó	-	-	-
	MS	Deodápolis	Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	6.210,0	25.366,00
	MS	Dois Irmãos do Buriti	-	-	-
	MS	Douradina	-	-	-
	MS	Dourados	Extração de outros minerais	17.573.033,0	1.852.409,00
			Fabricação de equipamentos elétricos	804.496,0	6.179.215,00
			Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de cestaria	100.440,0	7.192,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	484.640,0	13.880.205,00
			Fabricação de metais básicos	10.850.721,0	12.309.534,00
			Fabricação de outro equipamento de transporte	2.173,0	1.118.270,00
			Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	91.586,0	139.590,00
			Fabricação de produtos alimentícios	4.155.526,0	4.235.634,00
			Fabricação de produtos de borracha e plásticos	107.354,0	251.196,00
			Fabricação de produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	47.684,0	393.946,00
			Fabricação de produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	662.782,0	3.579.573,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	440.712,0	840.743,00
			Fabricação de produtos químicos	432.220.435,0	280.258.395,00
			Fabricação de têxteis	600	3.505,00
			Fabricação de veículos automóveis, reboques e semirreboques	15	1.728,00
			Fabricação de vestuário	2	307,00
	MS	Fátima do Sul	-	-	-
	MS	Glória de Dourados	-	-	-
	MS	Itaporã	Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	109	1.009,00
			Fabricação de outro equipamento de transporte	88	761,00
			Fabricação de produtos alimentícios	660.000,0	385.729,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	318	1.503,00
	MS	Jateí	-	-	-
	MS	Laguna Carapã	-	-	-
	MS	Maracaju	Fabricação de equipamentos elétricos	87.700,0	218.238,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	44.050,0	416.653,00
			Fabricação de outro equipamento de transporte	4.368,0	2.214.745,00

			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	338	5.336,00
			Fabricação de produtos químicos	641.211,0	576.486,00
	MS	Nova Alvorada do Sul	Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	7	2.537,00
	MS	Novo Horizonte do Sul	-	-	-
	MS	Rio Brilhante	Extração de outros minerais	2.002.335,0	371.118,00
			Fabricação de máquinas e equipamentos n.c	10.008,0	76.065,00
			Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	14	2.024,00
			Fabricação de produtos químicos	11.329.394,0	10.488.013,00
	MS	Sidrolândia	Fabricação de produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	7	1.684,00
	MS	Taquarussu	-	-	-
	MS	Vicentina	-	-	-

Fonte: Base de dados do sistema Comex Stat do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), 2023. Compilado por Datampe, SEBRAE (2023). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Portanto, os dados de importação desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e na formulação de estratégias para fortalecer as economias municipais na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste. Essa lista de importação traz valores e quantidade em quilograma (kg) de produtos importados nos municípios, contudo, os que disponibilizaram não foram especificados na tabela fornecida, e pode haver outros municípios com valores significativos de importação que não estão listados nesta tabela.

5.5.12 - Produto Interno Bruto por município

O desempenho econômico do Brasil e da região de Fronteira da região Centro-Oeste, contida nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram apresentados através do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB) por setores de atividade econômica de seus municípios e regiões de planejamento do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

O PIB de Mato Grosso aumentou de R$ 107.418.318,63 em 2015 para R$ 178.649.563,70 em 2020, enquanto o de Mato Grosso do Sul saltou de R$ 83.082.554,71 para R$ 122.627.726,08. Quando se olha para a participação dos municípios da faixa de fronteira de cada estado na composição do PIB, nota-se que ela é inversa. Entre 2015 e 2020 os municípios da faixa de fronteira do MT diminuíram, sucessivamente, sua participação no PIB estadual de 12,50% para 11,93%; enquanto os do MS, no mesmo período, ampliaram, sucessivamente, de 38,27% para 42,22% sua cota na fatia do PIB estadual. Isso não significa dizer que não houve crescimento bruto da geração do PIB, mas que no contexto do estado de Mato Grosso, os

municípios da faixa de fronteira reduziram sua participação no PIB, muito provavelmente pela expansão de áreas mais dinâmicas ligadas ao agronegócio.

Em Mato Grosso, com relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB), em 2020, a sub-região IX – Chapada dos Parecis se destaca no setor de agropecuária, que também é marcante no Alto Paraguai, juntamente com Administração, defesa, educação e saúde públicas. Na Sub-região Pantanal, o destaque é para os serviços.

No Mato Grosso do Sul a agropecuária é muito forte na maioria dos municípios da Sub-região Bodoquena, Dourados e do Cone Sul-mato-grossense. Nestas, contudo, em Dourados e Bodoquena prevalecem os maiores valores para Serviços, por conta do peso da cidade de Dourados e de Bonito e Jardim, respectivamente. Na Sub-região Pantanal, a força é para os serviços puxado pela cidade de Corumbá.

A indústria responde pela maior participação no PIB apenas em municípios de Mato Grosso: Araputanga, Indiavaí, Jauru e Nossa Senhora do Livramento. Administração, defesa, educação e saúde públicas aparecem com mais força (33,33% dos municípios) na sub-região Alto Paraguai.

O agronegócio eleva o PIB *per capita* do município. As lavouras produtoras de *commodities* tornam esses números extraordinários (entre 61 e 270 mil reais por pessoa ao ano), quando, na verdade, não refletem a realidade municipal marcada por nichos de riqueza, mas com concentração destacada de pobreza. A mecanização do campo não reflete na geração de empregos. Isso só é possível pela associação com a transformação da produção primária.

Dentre os municípios com maiores PIB *per capita*, os 11 mais bem ranqueados concentram mais de 50% na agricultura. São eles, sequencialmente: Campos de Júlio, Sapezal, Jateí, Laguna Carapã, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Aral Moreira, Maracaju, Novo Horizonte do Sul, Caarapó e Juti. Dados esses que podem ser aferidos nos subtópicos e quadros a seguir.

5.5.12.1 – PIB a preços correntes (R$1.000) no Brasil, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e municípios da FF-CO em ambos os estados

Quadro 62: Produto Interno Bruto (PIB) à preços correntes (R$ 1.000) do Brasil (BR) e dos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), com a somatória dos PIB's dos municípios da FF-CO, referentes aos anos de 2015 a 2022.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BR	5.994.906.389,13	6.268.210.006,41	6.585.479.000,01	7.002.807.563,18	7.388.002.862,40	7.609.597.000,02
MT	107.418.318,63	123.880.295,56	126.845.897,79	137.442.852,83	142.122.027,97	178.649.563,70
FF – MT	13.423.385,62	15.668.542,74	15.784.619,26	17.171.518,00	17.460.428,67	21.319.637,87
MS	83.082.554,71	91.892.285,16	96.396.433,76	106.969.141,70	106.943.246,42	122.627.726,08
FF-MS	31.882.243,65	35507279,64	36674717,92	40884306,37	41.203.702,12	51.771.427,78

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2022 - Primeiros Resultados. Produto Interno Bruto dos Estados. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

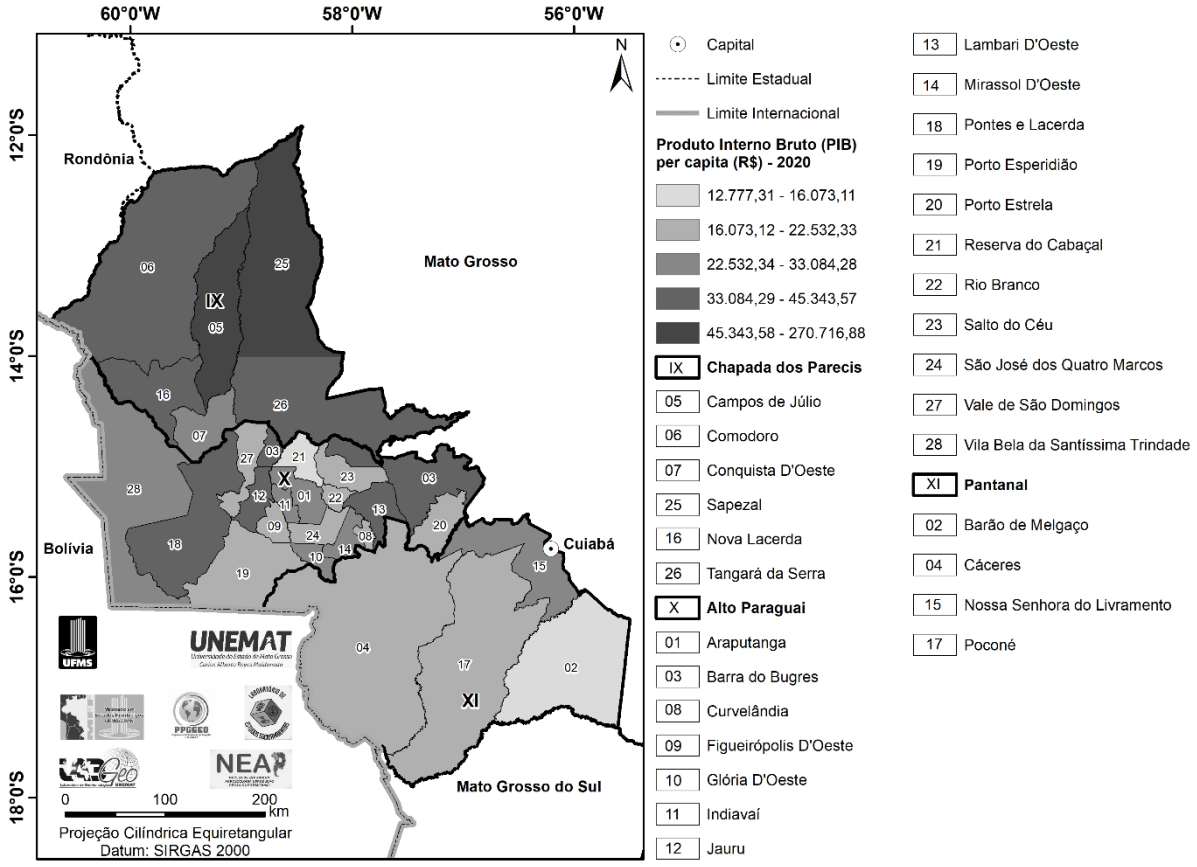
5.5.12.2 – PIB *per capita* dos municípios e sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso

Quadro 63 - Evolução do PIB *per capita* dos municípios na FF-CO em Mato Grosso, a preços correntes em R$ 1,00 (2015-2020).

Sub-região	Nome do Município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	158.142,76	202.320,42	190.303,12	206.659,46	193.827,09	270.716,88
	Comodoro	23.214,76	28.105,34	28.147,72	34.075,60	35.359,95	45.343,57
	Conquista D'Oeste	19.042,15	22.098,36	22.873,51	23.846,16	24.280,91	27.503,01
	Nova Lacerda	19.139,19	26.795,50	28.165,00	27.731,30	30.087,81	42.906,29
	Sapezal	84.347,41	113.766,61	103.573,58	116.679,54	100.088,52	140.079,54
	Tangará da Serra	26.336,67	30.627,03	30.517,21	31.833,48	33.024,73	38.582,07
IX –Chapada dos Parecis		**39.419,53**	**49.383,67**	**47.569,43**	**51.806,15**	**49.918,00**	**64.705,85**
X –Alto Paraguai	Araputanga	23.101,00	25.734,46	25.742,26	27.281,46	28.091,59	33.084,28
	Barra do Bugres	30.783,32	35.535,67	38.912,37	38.128,81	36.994,39	40.051,09
	Curvelândia	22.270,83	22.036,68	20.781,18	20.236,66	23.279,82	22.018,98
	Figueirópolis D'Oeste	15.319,75	17.190,72	16.901,08	17.486,95	17.014,50	20.247,46
	Glória D'Oeste	22.756,41	23.718,54	22.983,48	22.857,62	26.629,70	26.204,73
	Indiavaí	18.607,90	23.049,96	21.560,52	21.044,27	26.716,82	27.912,08
	Jauru	25.946,04	29.166,91	31.190,93	30.117,76	33.277,59	37.226,52
	Lambari D'Oeste	34.130,43	30.131,54	37.274,01	31.336,59	41.832,12	36.411,42
	Mirassol d'Oeste	22.330,98	23.073,85	24.941,78	27.095,41	28.268,75	28.650,80
	Pontes e Lacerda	26.684,70	27.404,08	27.132,12	29.728,71	33.802,03	43.762,66
	Porto Esperidião	15.259,91	17.172,76	16.453,38	18.684,53	18.199,08	19.760,70
	Porto Estrela	15.617,26	18.147,61	18.104,63	17.553,93	18.623,72	22.532,33
	Reserva do Cabaçal	75.939,05	14.465,69	14.600,91	14.077,23	14.092,75	16.073,11
	Rio Branco	14.063,05	15.806,74	16.404,22	17.319,38	17.813,58	21.320,36
	Salto do Céu	15.724,91	17.984,10	16.989,18	16.897,50	17.676,28	19.892,28
	São José dos Quatro Marcos	17.929,77	18.950,46	19.827,53	20.047,59	19.993,42	21.025,31
	Vale de São Domingos	16.622,96	19.805,67	16.059,30	19.181,84	18.073,90	20.068,90
	Vila Bela da Santíssima Trindade	25.217,86	27.518,44	20.689,99	19.834,35	20.910,12	28.225,31
X –Alto Paraguai		**24.566,59**	**25635,92231**	**26.074,33**	**26.787,29**	**28.365,32**	**32.357,56**
XI – Pantanal	Barão de Melgaço	10.220,49	11.055,81	10.774,44	10.684,53	10.820,79	12.777,31
	Cáceres	17.169,87	18.870,73	19.900,52	20.104,68	20.259,81	21.563,09
	Nossa Senhora do Livramento	13.876,21	17.119,31	20.525,06	22.108,05	22.766,73	26.818,20
	Poconé	13.585,31	15.803,46	15.600,49	16.461,05	17.209,24	18.785,87
XI – Pantanal - MT		**15.721,79**	**17.600,02**	**18.491,72**	**18.935,54**	**19.267,22**	**20.924,81**

Fonte: IBGE (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 41 – Distribuição do PIB *per capita* dos municípios na FF-CO em Mato Grosso, a preços correntes em R$ 1,00 (2020).



5.5.12.2.1 – Ranking PIB *per capita* dos municípios e sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso (2020)

Quadro 64 - Ranking referente ao PIB Per capita a preços correntes (1,00), segundo os municípios e considerando as sub-regiões da Faixa de Fronteira de Mato Grosso, 2020.

Sub-região	Nome do Município	Produto Interno Bruto per capita, a preços correntes -R$ 1,00	Ranking
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	270.716,88	1°
	Sapezal	140.079,54	2°
	Comodoro	45.343,57	3°
X – Sub-região Alto Paraguai	Pontes e Lacerda	43.762,66	4°
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Nova Lacerda	42.906,29	5°
X – Sub-região Alto Paraguai	Barra do Bugres	40.051,09	6°
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Tangará da Serra	38.582,07	7°
X – Sub-região Alto Paraguai	Jauru	37.226,52	8°
	Lambari D'Oeste	36.411,42	9°
	Araputanga	33.084,28	10°
	Mirassol d'Oeste	28.650,80	11°
	Vila Bela da Santíssima Trindade	28.225,31	12°
	Indiavaí	27.912,08	13°
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Conquista D'Oeste	27.503,01	14°
XI – Sub-região Pantanal	Nossa Senhora do Livramento	26.818,20	15°

X – Sub-região Alto Paraguai	Glória D'Oeste	26.204,73	16°
	Porto Estrela	22.532,33	17°
	Curvelândia	22.018,98	18°
XI – Sub-região Pantanal	Cáceres	21.563,09	19°
X – Sub-região Alto Paraguai	Rio Branco	21.320,36	20°
	São José dos Quatro Marcos	21.025,31	21°
	Figueirópolis D'Oeste	20.247,46	22°
	Vale de São Domingos	20.068,90	23°
	Salto do Céu	19.892,28	24°
	Porto Esperidião	19.760,70	25°
XI – Sub-região Pantanal	Poconé	18.785,87	26°
X – Sub-região Alto Paraguai	Reserva do Cabaçal	16.073,11	27°
XI – Sub-região Pantanal	Barão de Melgaço	12.777,31	28°
Fonte: IBGE (2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).			

5.5.12.3 – PIB, a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MT

Quadro 65 - Produto Interno Bruto, a preços correntes (R$ 1.000) nos municípios e sub-regiões da faixa de fronteira em Mato Grosso (2015-2020).

Sub-região	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IX –Chapada dos Parecis	**6.008.876,07**	**7.728.347,81**	**7.600.405,90**	**8.524.184,16**	**8.384.377,14**	**11.085.988,02**
Campos de Júlio	973.368,70	1.281.902,10	1.239.253,90	1.386.684,90	1.335.662,40	1.913.968,30
Comodoro	453.523,65	553.731,42	561.040,42	698.992,73	734.178,56	952.577,64
Conquista D'Oeste	71.160,53	83.951,65	88.291,73	94.740,78	98.046,33	112.789,85
Nova Lacerda	115.830,39	166.962,77	178.509,75	180.974,45	199.783,08	289.660,40
Sapezal	1.911.734,10	2.673.060,31	2.517.355,81	2.923.289,21	2.590.390,90	3.738.442,70
Tangará da Serra	2.483.258,70	2.968.739,40	3.015.954,30	3.239.502,02	3.426.315,82	4.078.549,05
X – Alto Paraguai	**5.188.806,91**	**5.414.768,24**	**5.523.846,84**	**5.836.467,50**	**6.205.254,83**	**7.106.562,33**
Araputanga	370.701,68	414.556,48	417.616,66	455.327,64	472.556,66	560.811,56
Barra do Bugres	1.037.398,00	1.184.546,07	1.309.167,75	1.319.981,29	1.293.545,81	1.414.083,80
Curvelândia	111.487,75	110.800,42	104.924,18	105.068,71	121.497,40	115.401,47
Figueirópolis D'Oeste	54.369,79	60.030,01	58.207,33	61.851,35	59.448,66	69.894,22
Glória D'Oeste	68.792,64	70.823,56	68.123,03	69.601,45	80.581,48	78.823,82
Indiavaí	47.319,90	60.483,10	57.092,26	57.345,63	73.524,68	77.567,68
Jauru	239.767,31	262.589,67	273.731,64	271.240,52	292.609,83	319.477,97
Lambari D'Oeste	196.830,18	175.697,02	219.432,11	189.868,38	256.054,39	225.241,04
Mirassol D'Oeste	588.845,58	613.672,03	667.641,53	746.099,10	784.146,76	800.531,97
Pontes e Lacerda	1.153.713,22	1.193.118,81	1.189.254,93	1.340.556,70	1.535.828,86	2.003.192,19
Porto Esperidião	174.939,63	198.087,77	190.908,59	222.999,85	218.698,40	239.045,14
Porto Estrela	49.319,30	55.604,27	53.825,08	53.539,49	55.182,07	64.825,51
Reserva do Cabaçal	199.719,69	38.160,49	38.634,01	38.304,15	38.501,39	44.088,54
Rio Branco	70.934,03	79.476,27	82.332,76	89.350,66	91.846,81	109.799,86
Salto do Céu	55.068,64	61.559,58	56.862,80	58.076,71	59.480,68	65.545,06
São José dos Quatro Marcos	333.888,20	351.265,75	365.857,51	380.242,64	377.995,51	396.243,05
Vale de São Domingos	50.533,79	60.347,87	48.836,34	60.000,80	56.517,09	62.735,40
Vila Bela da Santíssima Trindade	385.177,60	423.949,09	321.398,34	317.012,44	337.238,37	459.254,05
XI – Pantanal	**2.225.702,72**	**2.525.426,96**	**2.660.366,65**	**2.810.866,61**	**2.870.796,87**	**3.127.087,52**
Barão de Melgaço	76.919,38	87.186,15	84.816,37	91.491,62	92.669,21	104.313,93
Cáceres	1.554.182,08	1.714.990,75	1.816.340,06	1.887.467,59	1.912.039,47	2.045.496,59
Nossa Senhora do Livramento	158.091,65	214.299,51	256.234,89	292.511,65	300.885,13	351.425,74
Poconé	436.509,61	508.950,56	502.975,33	539.395,75	565.203,08	625.851,26
Municípios Faixa de Fronteira em MT	**13.423.385,78**	**15.668.543,01**	**15.784.619,49**	**17.171.518,28**	**17.460.428,85**	**21.319.637,87**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios (2015, 2016, 2017, 2018, 2019. 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

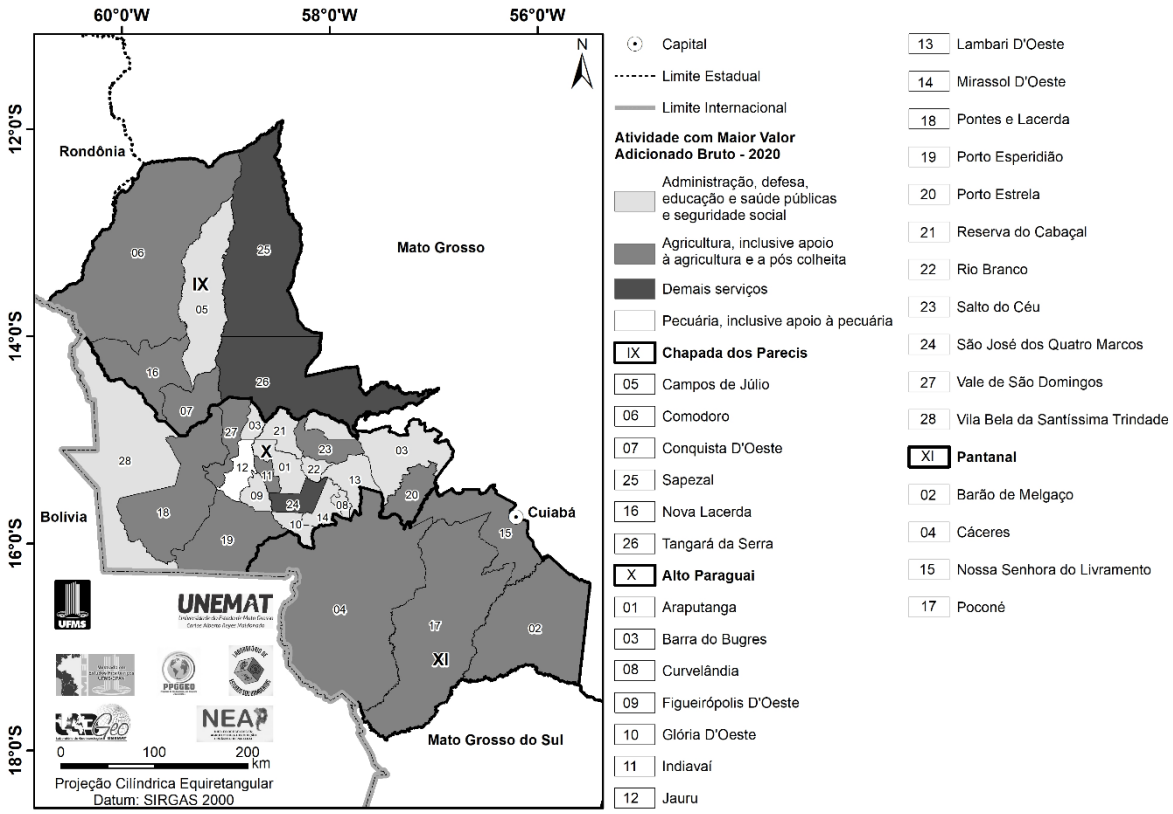
5.5.12.3.5 – Maiores PIB e percentuais de evolução dos setores nas sub-regiões da FF-CO em MT

Quadro 66 - Quantidade de municípios por sub-região de Mato Grosso com setor de maior Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2020.

Setores	Sub-região		
	IX – Chapada dos Parecis	X – Alto Paraguai	XI – Pantanal
Agropecuária	4	6	
Indústria		3	1
Serviços	1	3	2
Administração, defesa, educação e saúde públicas	1	6	1
Total de municípios por sub-região	6	18	4

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC, 2020. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 42 - Distribuição de municípios e setores, segundo a sub-região de Mato Grosso, com setor de maior Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2020.



Quadro 67 - Percentagem do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores da Agropecuária, Indústria em Serviços em relação ao PIB bruto total nas sub-regiões e municípios da FF-CO em Mato Grosso (2015-2020).

Sub-região	Nome do Município	Agropecuária %						Indústria %						Serviços %					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	44,56	39,41	32,97	32,58	38,09	44,88	12,57	22,67	28,76	31,56	24,57	19,75	31,39	21,65	20,91	19,56	18,48	16,69
	Comodoro	25,96	29,55	24,74	24,53	26,60	36,47	8,00	22,90	25,88	27,49	27,98	26,22	34,86	16,26	18,18	16,14	14,75	12,47
	Conquista D'Oeste	15,48	46,58	48,78	43,60	46,34	54,02	6,20	6,30	5,07	5,13	5,26	5,53	36,34	21,85	21,90	24,06	21,27	18,63
	Nova Lacerda	29,01	9,38	7,31	7,41	7,84	10,82	13,56	4,88	6,27	7,76	10,15	19,20	19,42	39,87	38,67	38,01	36,51	29,93
	Sapezal	46,98	45,30	43,28	42,68	40,23	54,67	10,37	6,61	4,84	4,64	4,96	4,15	28,73	16,92	17,44	17,64	17,48	13,29
	Tangará da Serra	12,27	34,16	25,35	29,41	21,19	29,24	13,93	7,52	3,05	4,02	9,15	2,41	45,60	17,92	20,78	22,28	21,67	18,71
X – Alto Paraguai	Araputanga	6,87	9,36	8,75	9,04	4,30	8,63	30,22	19,19	17,35	16,45	19,45	20,18	34,50	36,04	36,85	37,15	37,17	34,29
	Barra do Bugres	36,49	35,68	32,35	26,62	22,21	26,78	20,17	3,33	3,67	8,90	16,52	18,72	22,58	22,83	24,02	25,74	24,41	23,00
	Curvelândia	46,33	24,35	19,80	19,92	16,80	29,27	10,88	5,00	4,79	4,61	4,67	3,93	15,93	18,02	18,12	18,21	18,73	17,50
	Figueirópolis D'Oeste	27,40	12,35	10,37	9,82	8,99	13,00	5,90	9,25	6,82	6,67	8,52	8,07	24,76	37,53	38,60	40,34	41,96	37,44
	Glória D'Oeste	44,05	27,14	21,72	24,78	20,81	33,70	5,19	11,36	13,64	11,28	9,17	7,74	20,83	34,22	35,13	35,81	38,29	32,60
	Indiavaí	15,24	8,39	6,69	6,27	5,74	7,45	33,61	21,77	15,38	19,10	25,37	30,82	14,17	41,07	45,00	43,43	40,67	36,06
	Jauru	9,89	32,13	24,31	20,16	20,81	28,88	44,64	6,55	8,68	17,92	16,01	10,48	20,76	20,54	23,06	21,96	21,83	19,82
	Lambari D'Oeste	51,23	30,55	28,19	28,02	28,53	34,74	14,85	6,78	5,69	7,25	9,10	7,18	14,76	17,40	16,83	16,17	15,89	14,31
	Mirassol d'Oeste	9,66	44,66	37,55	33,78	31,86	39,31	19,92	2,91	3,08	3,19	3,69	3,31	40,91	16,84	20,32	23,08	21,80	19,44
	Pontes e Lacerda	7,19	34,15	29,53	28,98	28,35	31,62	29,20	3,72	4,34	4,01	5,60	5,86	38,45	20,11	19,79	19,33	18,44	16,53
	Porto Esperidião	30,42	13,86	12,73	12,02	11,74	11,88	5,55	9,56	8,22	8,52	7,72	9,38	24,00	39,33	40,69	41,16	41,50	39,75
	Porto Estrela	29,63	52,46	49,94	53,02	48,79	57,82	6,31	7,86	6,36	5,59	8,45	7,47	19,63	27,14	28,96	27,62	27,38	21,72
	Reserva do Cabaçal	82,92	27,04	23,40	27,06	23,59	38,11	0,93	5,82	5,25	6,11	9,47	5,28	5,19	30,37	30,89	30,46	30,07	25,56
	Rio Branco	8,57	33,12	28,75	33,93	31,29	40,43	5,14	10,06	8,20	10,12	11,50	9,75	41,02	28,58	31,81	29,56	27,56	24,90
	Salto do Céu	31,66	34,77	31,94	35,54	29,56	43,25	3,65	3,68	4,06	3,59	3,91	3,57	22,41	22,44	22,25	21,67	20,74	16,58
	São José dos Quatro Marcos	13,30	11,54	9,90	9,89	9,17	12,28	12,73	15,31	14,06	13,98	15,07	15,88	39,93	44,70	45,26	45,36	45,10	42,84
	Vale de São Domingos	35,61	27,08	27,45	24,53	19,94	31,14	2,94	29,75	27,77	32,46	35,31	27,46	19,69	21,66	20,29	19,16	18,05	16,69
	Vila Bela da Santíssima Trindade	26,41	28,80	30,35	32,93	35,11	45,15	25,28	22,43	6,99	5,16	3,29	3,57	20,10	19,39	23,62	22,45	22,26	17,98
XI – Pantanal	Barão de Melgaço	28,78	16,46	15,09	19,11	13,78	19,66	1,85	20,06	16,35	15,25	19,38	24,55	19,43	34,69	36,97	36,10	35,42	30,27
	Cáceres	8,78	23,58	16,27	14,56	12,47	11,94	7,94	9,41	9,46	12,46	21,23	30,77	48,68	25,44	33,43	33,94	29,80	24,35
	Nossa Senhora do Livramento	25,19	17,17	13,56	13,98	14,59	21,77	8,38	4,74	4,48	2,36	2,70	2,29	23,43	24,86	26,15	25,04	22,99	19,66
	Poconé	10,49	38,92	33,89	37,03	29,99	34,59	9,27	22,33	24,08	20,52	21,94	26,01	38,98	22,45	23,58	24,25	26,61	22,04

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Quadro 68 - Percentagem do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e impostos em relação ao PIB bruto total nas sub-regiões e municípios da FF-CO em Mato Grosso (2015-2020).

Sub-região	Nome do Município	Administração %						Impostos %					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	4,88	8,54	9,42	9,54	10,54	9,83	6,59	7,73	7,93	6,76	8,32	8,85
	Comodoro	22,81	24,73	23,58	24,35	23,04	17,36	8,37	6,55	7,62	7,49	7,64	7,48
	Conquista D'Oeste	32,76	17,82	16,49	19,03	18,72	14,14	9,21	7,44	7,76	8,18	8,41	7,68
	Nova Lacerda	30,31	37,92	38,38	38,05	37,38	31,81	7,69	7,95	9,37	8,77	8,12	8,24
	Sapezal	6,63	26,76	29,83	30,34	32,36	23,64	7,29	4,41	4,60	4,70	4,97	4,24
	Tangará da Serra	18,48	34,46	43,10	37,15	40,96	41,72	9,72	5,93	7,72	7,14	7,02	7,92
X – Alto Paraguai	Araputanga	21,08	22,60	23,52	22,00	22,60	20,10	7,34	12,81	13,53	15,36	16,48	16,80
	Barra do Bugres	15,91	31,33	33,57	31,87	30,38	24,59	4,85	6,84	6,39	6,87	6,48	6,91
	Curvelândia	23,20	48,78	53,78	53,39	55,57	44,59	3,66	3,86	3,50	3,88	4,23	4,70
	Figueirópolis D'Oeste	35,39	33,32	35,14	34,70	31,83	32,02	6,55	7,55	9,07	8,48	8,69	9,47
	Glória D'Oeste	24,35	17,98	19,44	17,90	18,65	14,38	5,57	9,30	10,08	10,22	13,08	11,58
	Indiavaí	32,64	18,88	19,89	19,11	17,04	14,15	4,34	9,89	13,04	12,08	11,18	11,52
	Jauru	19,88	34,14	35,60	32,98	34,42	33,14	4,83	6,65	8,34	6,98	6,93	7,68
	Lambari D'Oeste	15,40	40,57	44,49	44,01	41,98	38,62	3,77	4,70	4,80	4,55	4,49	5,15
	Mirassol d'Oeste	20,85	30,37	33,45	34,39	36,54	31,66	8,66	5,23	5,59	5,55	6,11	6,28
	Pontes e Lacerda	17,08	35,99	39,96	42,00	41,16	41,05	8,09	6,03	6,38	5,68	6,45	4,93
	Porto Esperidião	33,37	28,21	27,91	28,51	29,57	28,48	6,66	9,05	10,45	9,79	9,47	10,51
	Porto Estrela	39,66	5,59	6,40	5,95	7,17	5,60	4,77	6,95	8,34	7,82	8,21	7,38
	Reserva do Cabaçal	8,08	28,69	31,73	27,86	27,64	22,75	2,87	8,07	8,73	8,51	9,23	8,29
	Rio Branco	37,70	18,96	19,49	15,83	18,87	14,27	7,57	9,28	11,75	10,56	10,78	10,65
	Salto do Céu	36,48	32,22	34,92	32,60	38,91	30,25	5,81	6,89	6,82	6,60	6,88	6,34
	São José dos Quatro Marcos	26,32	17,89	18,53	18,79	18,54	16,34	7,71	10,55	12,25	11,99	12,11	12,65
	Vale de São Domingos	35,91	16,81	17,10	15,58	16,39	16,04	5,85	4,70	7,40	8,27	10,31	8,67
	Vila Bela da Santíssima Trindade	21,64	22,68	30,87	32,43	31,84	25,79	6,56	6,70	8,16	7,03	7,50	7,51
XI – Pantanal	Barão de Melgaço	45,64	20,65	22,84	19,46	20,14	15,34	4,30	8,15	8,75	10,09	11,27	10,18
	Cáceres	26,52	32,72	28,06	27,40	26,58	23,74	8,08	8,85	12,78	11,64	9,92	9,19
	Nossa Senhora do Livramento	35,67	46,94	48,47	52,05	53,87	50,33	7,33	6,28	7,34	6,58	5,85	5,94
	Poconé	34,37	9,74	11,13	10,89	11,67	8,67	6,88	6,56	7,33	7,31	9,79	8,70

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

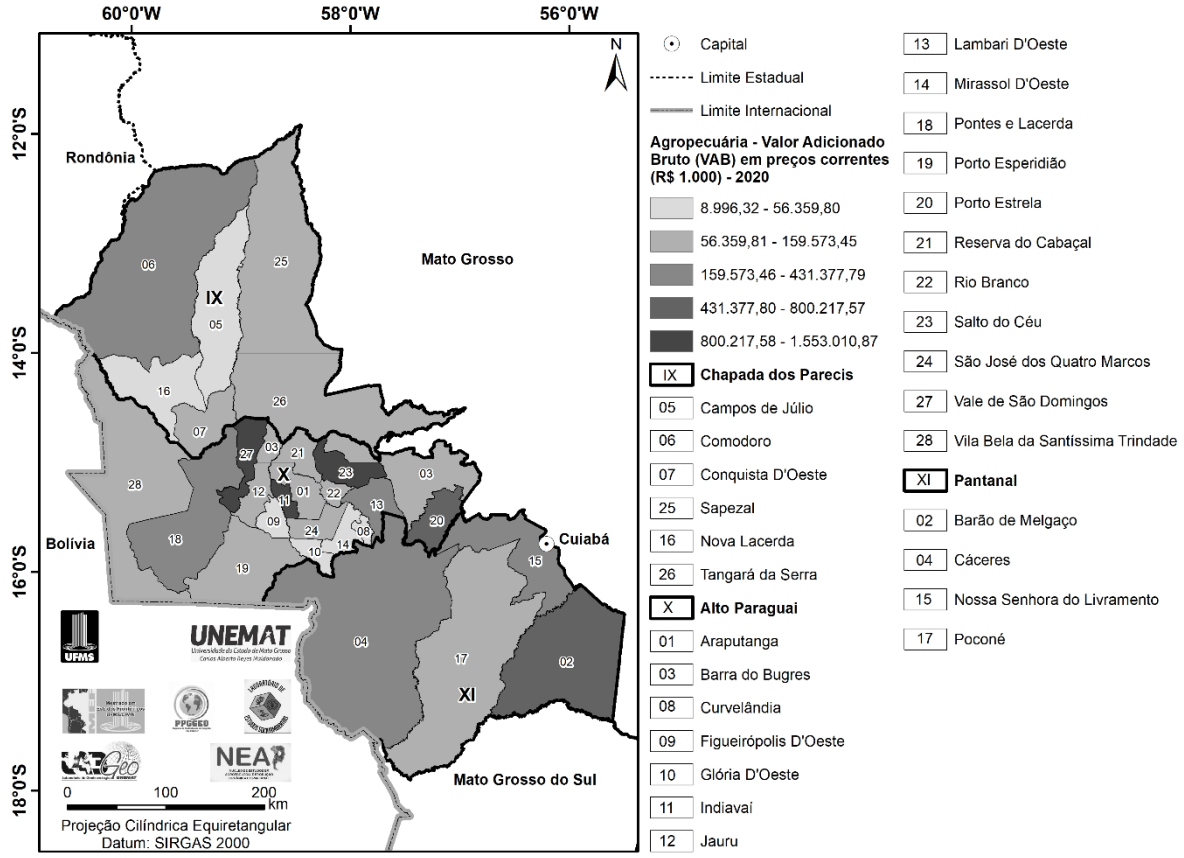
5.5.12.3.1 – Agropecuária – PIB com VAB a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MT

Quadro 69 - Agropecuária nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso, com Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000), 2015-2020.

IX – Sub-região Chapada dos Parecis	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Campos de Júlio	433.749,47	535.413,15	524.145,49	642.165,13	602.326,63	995.298,71
Comodoro	117.719,22	141.793,08	115.551,05	169.430,36	172.968,42	311.059,73
Conquista D'Oeste	11.012,96	13.927,10	11.376,89	14.091,74	17.150,95	31.827,52
Nova Lacerda	33.602,20	49.341,83	44.166,14	44.401,14	53.134,01	105.627,89
Sapezal	898.137,52	1.402.282,11	1.257.290,41	1.549.828,95	1.263.974,09	2.161.715,76
Tangará da Serra	304.642,95	342.734,85	298.721,49	320.457,33	314.264,74	500.862,04
Total	**1.798.864,32**	**2.485.492,12**	**2.251.251,46**	**2.740.374,65**	**2.423.818,84**	**4.106.391,65**
X – Sub-região Alto Paraguai						
Araputanga	25.457,18	29.351,75	24.425,37	22.873,36	19.310,40	27.414,63
Barra do Bugres	378.532,97	384.076,47	426.982,47	390.982,11	380.497,29	431.377,79
Curvelândia	51.647,18	50.204,01	43.493,51	40.741,25	51.333,95	44.113,54
Figueirópolis D'Oeste	14.896,81	17.273,39	13.219,33	12.695,26	12.179,74	18.513,19
Glória D'Oeste	30.302,39	28.433,63	22.888,25	26.045,83	33.755,89	31.983,35
Indiavaí	7.211,18	8.071,44	6.462,42	6.615,23	6.416,67	8.535,15
Jauru	23.716,32	27.053,29	21.480,82	20.992,79	19.453,57	27.067,30
Lambari D'Oeste	100.826,44	63.744,73	73.276,48	77.695,60	117.848,38	102.188,38
Mirassol d'Oeste	56.904,87	57.564,52	47.494,43	47.369,38	99.632,95	90.766,19
Pontes e Lacerda	82.921,74	100.096,31	79.566,33	84.113,02	88.088,31	149.202,59
Porto Esperidião	53.208,58	63.640,22	46.405,32	44.956,68	45.515,94	69.025,20
Porto Estrela	14.615,00	16.986,76	15.171,91	14.999,98	15.745,70	22.517,87
Reserva do Cabaçal	165.614,35	6.553,82	5.237,18	5.354,91	5.617,41	9.596,56
Rio Branco	6.078,02	7.455,25	6.021,24	6.617,49	7.200,91	11.879,18
Salto do Céu	17.433,74	21.023,06	16.792,80	16.829,47	16.865,70	20.726,67
São José dos Quatro Marcos	44.418,91	48.679,48	46.578,19	45.715,99	44.377,43	47.072,59
Vale de São Domingos	17.995,97	20.617,52	12.380,13	17.644,04	11.977,15	18.344,13
Vila Bela da Santíssima Trindade	101.737,21	122.096,93	97.545,78	104.392,16	118.416,65	207.355,14
Total	**1.193.518,85**	**1.072.922,57**	**1.005.421,96**	**986.634,53**	**1.094.234,02**	**1.337.679,45**
XI – Sub-região Pantanal						
Barão de Melgaço	22.139,86	24.206,53	19.865,18	19.490,69	20.108,37	26.813,36
Cáceres	136.487,63	155.396,30	136.774,85	139.230,95	129.601,37	175.142,25
Nossa Senhora do Livramento	39.828,67	50.534,41	41.686,05	42.592,67	37.520,52	41.959,62
Poconé	45.795,12	62.858,27	52.158,72	52.958,03	50.817,09	81.343,94
Total	**244.251,28**	**292.995,51**	**250.484,80**	**254.272,34**	**238.047,35**	**325.259,17**

Fonte: Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios (2015, 2016, 2017, 2018, 2019. 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 43 - Distribuição do setor Agropecuária nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso, com Valor adicionado bruto a preços correntes R$ 1.000 (2020).



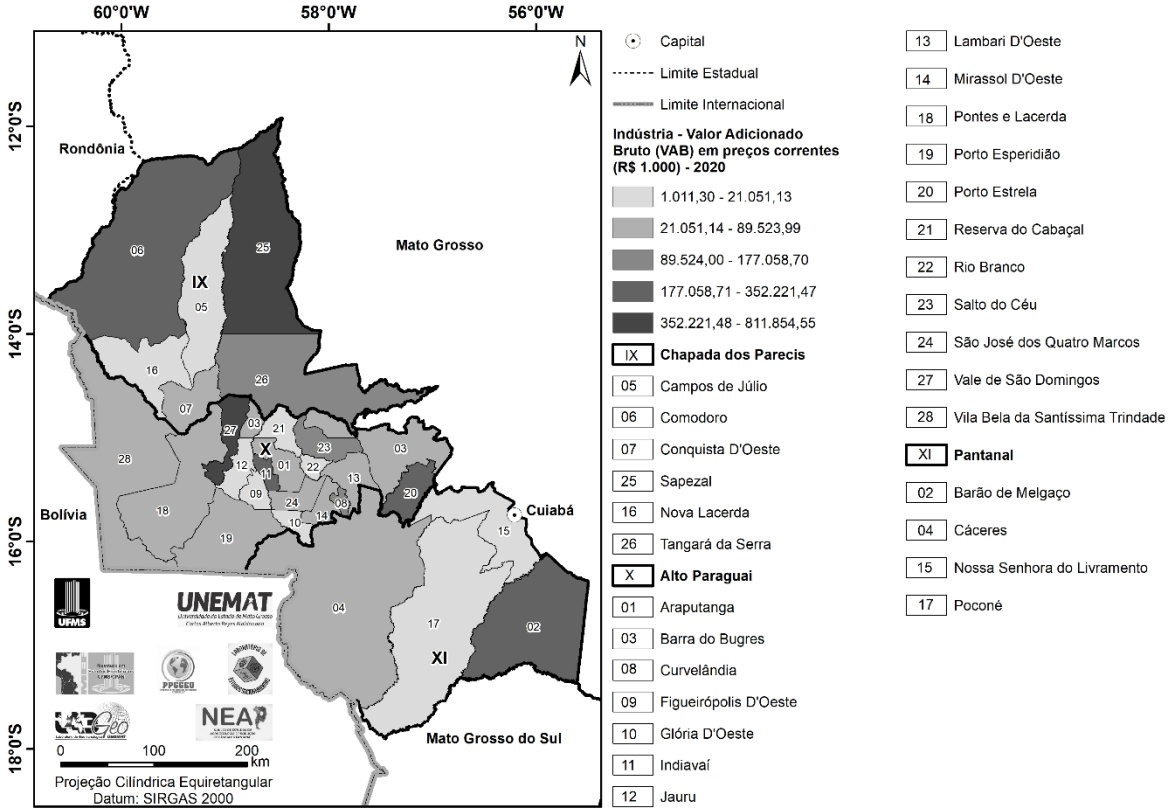
5.5.12.3.2 – Indústria – PIB com VAB a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MT

Quadro 70: Indústria nos municípios e sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso, com Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes em R$ 1.000 (2015-2020).

Sub-região e município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IX –Chapada dos Parecis	**723.034,15**	**951.086,88**	**871.189,56**	**956.323,66**	**1.180.067,34**	**1.558.401,36**
Campos de Júlio	122.344,30	214.215,80	193.905,52	202.252,37	277.226,17	401.973,18
Comodoro	36.296,72	28.866,60	42.534,67	83.284,71	105.510,09	147.314,60
Conquista D'Oeste	4.413,92	5.158,09	4.645,58	4.817,59	6.118,85	6.030,40
Nova Lacerda	15.711,30	38.235,26	46.206,95	49.742,72	55.898,84	75.942,67
Sapezal	198.303,73	210.041,00	159.992,39	163.502,33	218.829,92	279.296,47
Tangará da Serra	345.964,18	454.570,13	423.904,45	452.723,94	516.483,47	647.844,04
X – Alto Paraguai	**1.108.189,97**	**1.135.546,64**	**1.023.161,84**	**1.186.938,82**	**1.356.168,03**	**1.677.898,03**
Araputanga	112.013,41	123.235,31	107.960,41	129.825,70	150.251,96	199.149,21
Barra do Bugres	209.205,59	288.690,94	295.379,79	319.838,46	298.186,57	337.694,97
Curvelândia	12.124,66	11.998,35	10.546,92	10.806,22	12.682,40	9.977,04
Figueirópolis D'Oeste	3.206,33	3.646,22	3.271,02	4.937,70	5.145,80	7.216,28
Glória D'Oeste	3.571,55	3.807,95	3.143,73	3.576,23	5.521,07	4.047,18
Indiavaí	15.905,19	22.582,26	21.091,43	20.822,98	36.026,63	35.827,46
Jauru	107.038,69	111.987,99	130.037,66	124.578,60	147.465,48	160.633,18
Lambari D'Oeste	29.225,78	41.035,63	48.536,08	15.853,82	38.026,54	42.545,70
Mirassol D'Oeste	117.302,57	110.914,58	137.254,22	195.412,48	174.055,72	152.665,13
Pontes e Lacerda	336.873,15	259.736,90	182.924,15	256.110,57	389.650,21	617.425,90
Porto Esperidião	9.709,66	12.968,43	16.571,51	39.965,56	35.008,46	25.059,35
Porto Estrela	3.111,90	3.768,08	3.062,70	3.880,97	5.022,65	4.654,52
Reserva do Cabaçal	1.857,65	1.808,34	1.729,32	902,26	1.040,93	1.011,31
Rio Branco	3.645,22	3.874,87	5.159,90	6.936,33	9.319,17	21.082,89
Salto do Céu	2.007,61	2.288,02	2.468,63	2.330,00	3.333,22	3.841,55
São José dos Quatro Marcos	42.519,11	33.569,69	30.074,03	32.386,12	29.179,69	37.153,13
Vale de São Domingos	1.485,20	4.537,58	1.487,39	2.414,55	5.170,37	1.512,80
Vila Bela da Santíssima Trindade	97.386,70	95.095,50	22.462,95	16.360,28	11.081,17	16.400,43
XI – Sub-região Pantanal	**178.548,89**	**171.016,20**	**186.982,99**	**226.228,65**	**272.758,30**	**359.443,87**
Barão de Melgaço	1.419,83	2.009,09	2.628,95	2.807,63	2.508,00	2.876,82
Cáceres	123.405,62	101.772,27	125.819,71	150.981,04	158.234,59	197.902,96
Nossa Senhora do Livramento	13.249,74	20.165,94	24.247,78	36.450,92	63.868,14	108.143,43
Poconé	40.473,70	47.068,90	34.286,55	35.989,06.	48.147,57	50.520,66
FF-CO Total MT	**2.009.773,01**	**2.257.649,72**	**2.081.334,39**	**2.369.491,14**	**2.808.993,68**	**3.595.743,26**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 44 - Distribuição do setor Indústria nos municípios e sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso, com Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes em R$ 1.000 (2020).



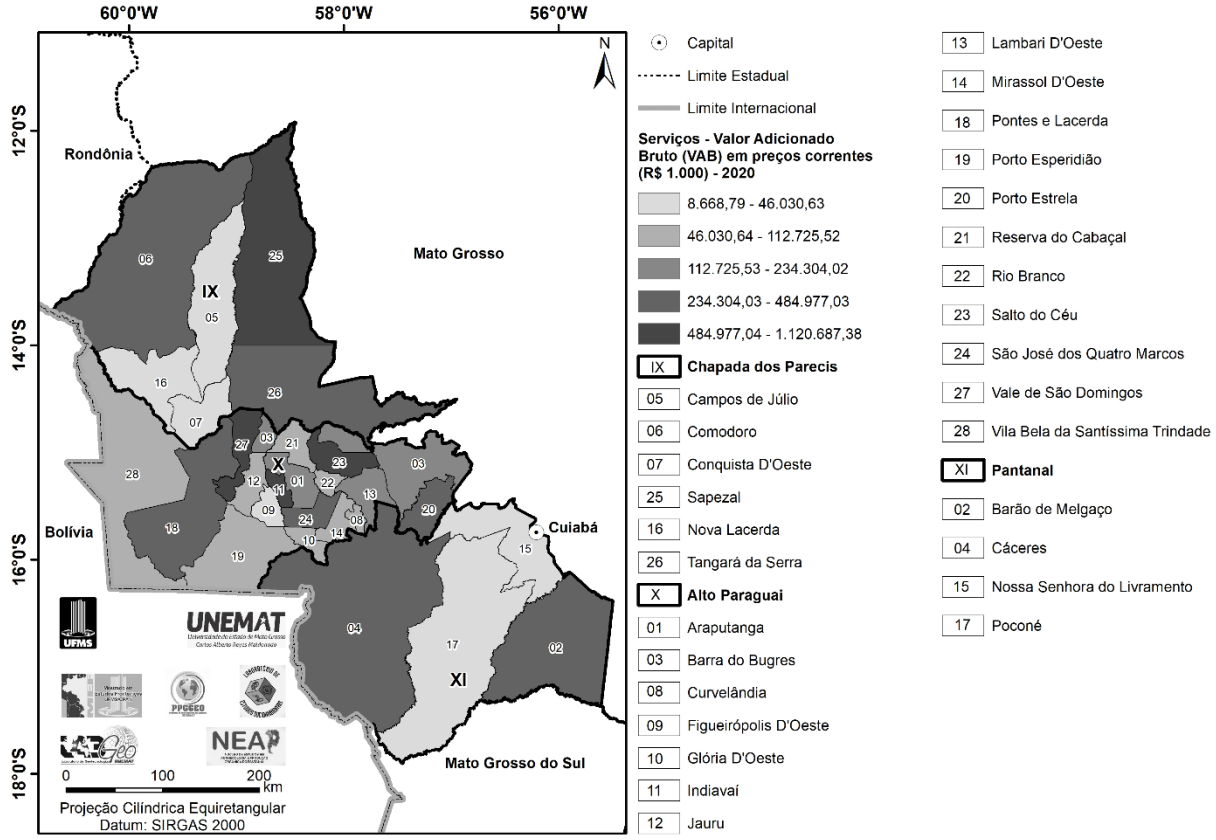
5.5.12.3.3 – Serviços, PIB com VAB a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MT

Quadro 71 - Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) nas sub-regiões e municípios da FF-CO em Mato Grosso, com Valor adicionado bruto (VAB) a preços correntes em R$ 1.000 (2015 – 2020).

Sub-região e município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IX – Chapada dos Parecis	**2.193.694,30**	**2.712.266,26**	**2.746.258,93**	**2.977.158,06**	**2.870.126,42**	**3.217.925,40**
1 - Campos de Júlio	305.566,70	391.513,81	366.231,97	388.168,33	304.760,85	330.853,11
2 - Comodoro	158.110,92	212.003,95	220.649,03	247.833,00	247.714,59	260.855,69
3 - Conquista D'Oeste	25.861,86	29.139,27	32.814,22	35.371,30	33.628,24	30.841,23
4 - Nova Lacerda	22.499,99	27.152,17	32.446,79	99.271,25	89.675,90	36.120,12
5 - Sapezal	549.308,81	725.430,83	729.109,98	807.271,30	709.157,37	811.960,80
6 - Tangará da Serra	1.132.346,03	1.327.026,23	1.365.006,93	1.469.303,32	1.545.405,45	1.747.294,5
X – Alto Paraguai	**1.501.868,59**	**1.612.967,75**	**1.717.753,31**	**1.812.783,03**	**1.853.532,71**	**1.982.366,4**
7 - Araputanga	127.886,40	140.052,01	146.780,18	158.560,63	153.475,63	170.816,70
8 - Barra do Bugres	234.207,93	266.200,72	290.145,30	309.079,87	303.209,13	309.988,00
9 - Curvelândia	17.763,53	15.139,40	16.304,06	17.029,66	19.559,31	20.419,07
10 - Figueirópolis D'Oeste	13.460,45	13.256,98	13.880,20	14.975,70	13.369,24	13.539,41
11 - Glória D'Oeste	14.331,94	14.742,51	15.756,34	13.576,37	14.612,28	14.266,14
12 - Indiavaí	6.704,65	7.562,46	7.370,38	7.161,47	7.109,68	7.496,35
13 - Jauru	49.768,24	53.643,61	53.464,84	56.123,13	54.461,19	54.856,08
14 - Lambari D'Oeste	29.046,09	28.701,11	30.728,11	24.021,51	26.095,72	24.927,30
15 - Mirassol d'Oeste	240.917,54	248.519,31	266.928,33	276.667,05	282.919,18	282.832,22
16 - Pontes e Lacerda	443.603,39	490.052,05	535.170,16	582.147,00	624.657,24	722.385,44
17 - Porto Esperidião	41.983,28	40.677,61	44.030,89	48.961,16	47.739,33	47.381,99
18 - Porto Estrela	9.680,41	9.676,34	9.059,31	8.655,47	8.770,84	9.276,46

19 - Reserva do Cabaçal	10.367,97	9.488,42	10.104,34	9.589,66	8.849,94	8.668,79
20 - Rio Branco	29.095,06	31.683,33	31.837,29	33.962,15	33.537,13	32.863,13
21 - Salto do Céu	12.341,11	12.380,16	11.251,52	11.226,52	10.967,83	10.837,53
22- São José dos Quatro Marcos	133.323,24	138.157,05	148.863,57	156.505,62	156.877,74	157.520,22
23 - Vale de São Domingos	9.948,48	10.816,31	10.148,19	13.370,15	12.248,64	11.736,08
24 - Vila Bela da Santíssima Trindade	77.438,90	82.218,38	75.930,30	71.169,93	75.072,66	82.555,57
XI – Pantanal	**978.693,16**	**1.082.227,28**	**1.150.269,41**	**1.201.315,59**	**1.212.283,7**	**1.202.616,0**
25 - Barão de Melgaço	14.945,57	16.223,33	15.693,78	16.319,73	16.040,95	17.164,13
26 - Cáceres	756.539,28	820.470,06	854.784,54	868.144,29	883.863,71	865.563,21
27 - Nossa Senhora do Livramento	37.038,44	54.512,60	85.661,63	99.271,25	89.675,90	85.584,70
28 - Poconé	170.169,87	191.021,29	194.129,46	217.580,31	237.186,45	234.304,02
FF-CO Total MT	**4.674.256,05**	**5.407.461,29**	**5.614.281,64**	**5.991.256,68**	**5.950.426,13**	**6.402.907,99**
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC, 2023. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).						

Figura 45 - Distribuição do setor Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) nas sub-regiões e municípios da FF-CO em Mato Grosso, com Valor adicionado bruto (VAB) a preços correntes em R$ 1.000 (2020).



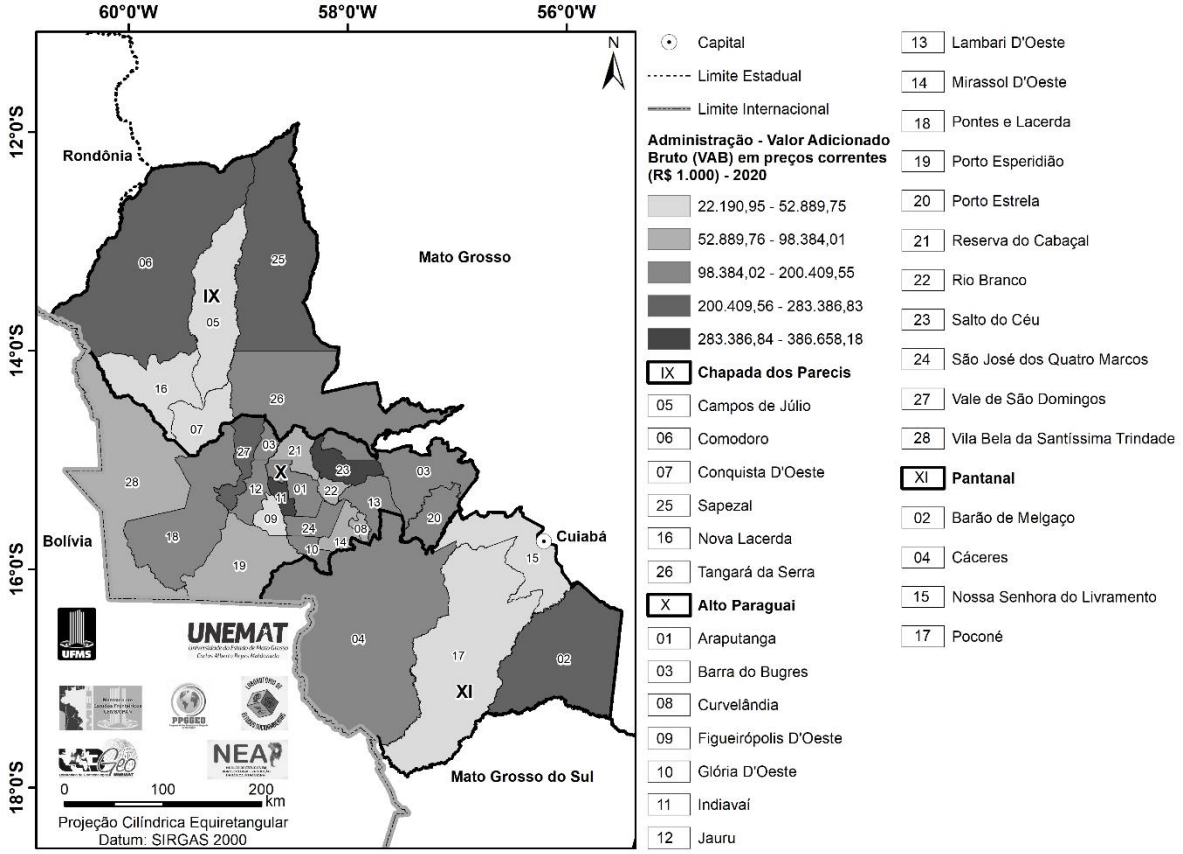
5.5.12.3.4 – Administração, PIB com VAB a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MT

Quadro 72 - Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso, com Valor adicionado bruto (VAB) a preços correntes em R$ 1.000 (2015-2020)

Sub-região	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IX –Chapada dos Parecis	**794.984,06**	**925.012,96**	**973.843,83**	**1.050.708,41**	**1.099.963,95**	**1.179.421,20**
Campos de Júlio	47.546,63	57.720,16	61.296,91	61.696,36	63.879,17	71.440,51
Comodoro	103.427,80	117.974,28	121.382,65	132.752,64	138.258,93	149.023,97
Conquista D'Oeste	23.314,61	27.493,69	28.942,64	29.601,55	30.642,49	32.853,41
Nova Lacerda	35.109,88	41.297,49	42.094,85	44.066,77	46.021,15	50.293,28
Sapezal	126.705,23	149.466,32	161.141,35	173.959,20	185.798,07	209.400,39
Tangará da Serra	458.879,90	531.061,020	558.985,42	608.631,90	635.364,13	666.409,71
X – Alto Paraguai	**1.048.595,81**	**1.188.665,63**	**1.239.395,49**	**1.321.224,51**	**1.349.596,14**	**1.441.822,20**
Araputanga	78.131,85	87.354,84	93.612,22	96.993,57	100.484,73	109.990,45
Barra do Bugres	165.091,83	181.191,31	191.122,83	205.500,35	209.881,66	219.530,84
Curvelândia	25.866,36	29.662,17	29.856,27	32.080,43	32.263,46	33.813,53
Figueirópolis D'Oeste	19.243,25	21.793,06	22.902,95	24.605,34	24.799,14	26.132,78
Glória D'Oeste	16.752,39	19.472,39	21.268,54	22.367,23	22.500,13	23.862,83
Indiavaí	15.446,31	18.497,11	19.759,08	20.608,74	21.060,96	23.166,55
Jauru	47.657,01	56.011,61	53.336,90	55.097,08	57.726,68	60.801,35
Lambari D'Oeste	30.314,98	35.026,20	36.752,32	39.060,26	39.896,03	41.610,04
Mirassol d'Oeste	122.754,86	137.993,45	146.877,12	159.707,15	158.977,43	173.790,50
Pontes e Lacerda	197.032,41	225.226,47	236.538,33	256.237,71	261.732,42	283.386,83
Porto Esperidião	58.382,13	67.632,52	67.972,15	73.549,25	75.280,17	79.221,04
Porto Estrela	19.558,32	22.558,79	23.949,45	23.564,90	23.163,48	25.035,74
Reserva do Cabaçal	16.143,03	17.913,80	18.726,77	19.937,77	20.742,19	22.190,95
Rio Branco	26.742,66	30.140,80	31.602,94	33.999,48	34.328,15	34.928,05
Salto do Céu	20.087,49	22.156,53	22.722,86	24.394,10	24.479,94	26.908,38
São José dos Quatro Marcos	87.889,95	99.085,78	102.118,35	108.412,53	111.767,65	112.843,57
Vale de São Domingos	18.146,91	20.797,84	21.048,03	22.288,85	23.151,18	26.172,69
Vila Bela da Santíssima Trindade	83.354,08	96.150,97	99.228,40	102.819,76	107.360,77	118.436,14
XI – Sub-região Pantanal	**653.648,72**	**750.782,05**	**791.552,25**	**849.054,03**	**856.117,34**	**913.771,63**
Barão de Melgaço	35.105,87	40.995,38	42.603,00	49.031,95	50.124,05	52.889,75
Cáceres	412.120,76	470.068,47	500.282,41	532.713,56	546.098,70	577.046,93
Nossa Senhora do Livramento	56.387,37	70.126,21	71.900,80	80.162,13	79.985,99	83.425,41
Poconé	150.034,72	169.592,00	176.766,04	187.146,39	179.908,61	200.409,55
FF-CO Total MT	**2.497.228,59**	**2.864.460,64**	**3.004.791,56**	**3.220.986,96**	**3.305.677,43**	**3.535.015,16**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC, 2020. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 46 - Distribuição do setor Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso, com Valor adicionado bruto (VAB) a preços correntes em R$ 1.000 (2020)



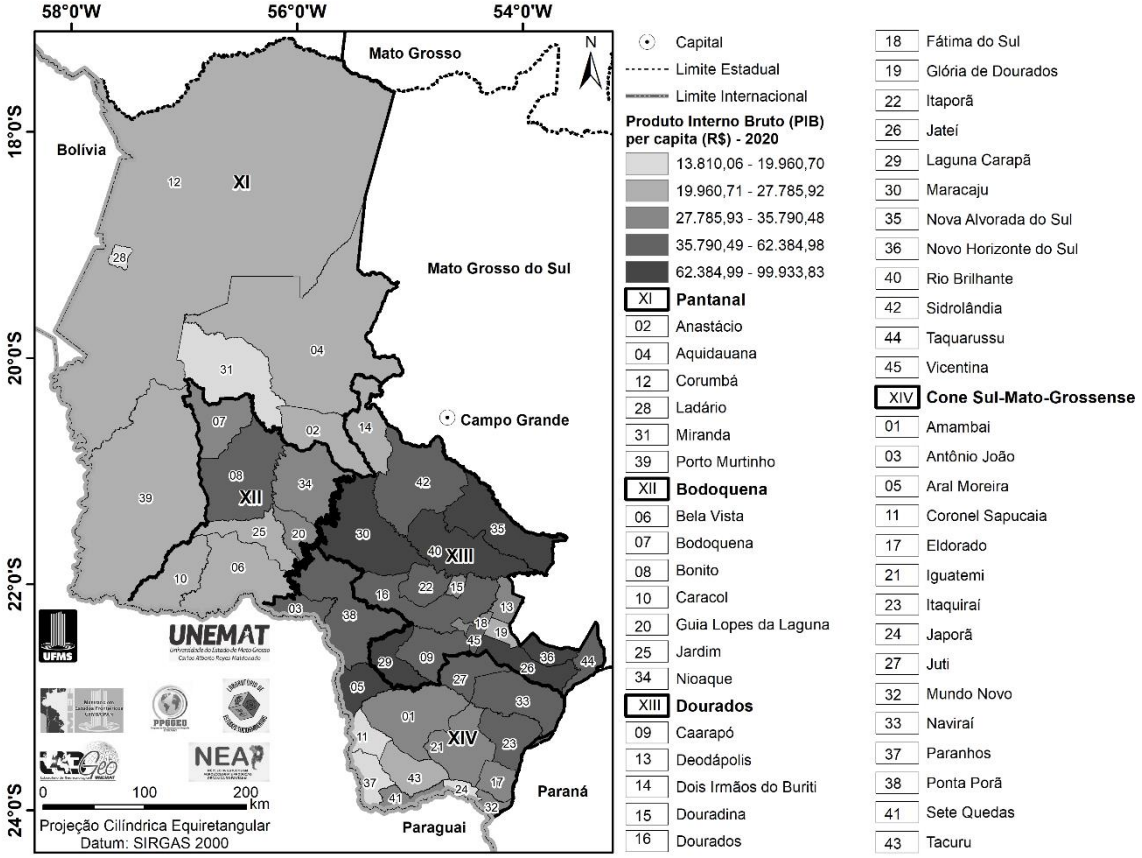
5.5.12.3 – PIB *per capita* dos municípios e sub-regiões da FF-CO em MS

Quadro 73 - Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios por e das sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso do Sul (2015-2020).

Sub-região	Nome do Município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
XI – Pantanal	Anastácio	15.956,54	16.598,00	16.855,54	18.115,30	19.922,51	23.083,94
	Aquidauana	17.137,57	18.572,54	19.335,00	19.386,93	20.073,80	21.548,90
	Corumbá	25.234,43	24.068,95	26.114,74	27.578,76	24.960,26	25.756,90
	Ladário	12.862,65	12.465,31	13.053,49	14.115,84	15.571,19	13.810,06
	Miranda	15.919,54	16.949,12	18.197,30	18.016,54	18.405,39	19.960,70
	Porto Murtinho	17.682,51	18.669,80	19.038,73	20.153,85	20.713,24	23.466,09
XI – Pantanal - MS		**32.205,37**	**32.137,78**	**34.180,99**	**35.658,44**	**34.633,93**	**36.437,98**
XII - Bodoquena	Bela Vista	17.373,87	19.858,98	21.195,97	22.514,01	22.410,56	27.785,92
	Bodoquena	25.025,15	25.004,75	26.776,05	27.071,60	27.954,42	33.838,02
	Bonito	26.732,23	29.866,44	31.741,15	34.566,62	35.991,46	43.851,21
	Caracol	18.227,30	19.812,70	19.629,53	19.684,04	19.664,99	23.586,34
	Guia Lopes da Laguna	19.166,79	21.928,97	23.379,17	25.855,48	24.437,28	32.546,63
	Jardim	17.925,73	20.787,39	20.512,28	23.317,17	22.873,01	27.277,12
	Nioaque	16.217,79	17.683,46	17.973,03	19.874,63	22.614,54	28.863,86
XII - Bodoquena		**10.872,59**	**12.117,03**	**12.555,65**	**13.601,25**	**13.788,64**	**16.925,55**
XIII - Dourados	Caarapó	37.527,91	43.299,46	40.409,90	46.878,17	41.258,20	62.384,98
	Deodápolis	17.876,58	19.331,51	20.677,31	22.937,24	23.517,96	30.688,17
	Dois Irmãos do Buriti	28.564,37	17.521,76	16.781,64	18.319,91	18.700,03	23.305,58
	Douradina	18.131,95	19.894,95	20.590,74	23.804,60	21.728,31	30.347,76
	Dourados	34.271,65	36.325,30	38.197,49	38.427,67	42.505,96	48.135,57
	Fátima do Sul	18.589,98	21.015,38	24.540,15	25.939,64	25.693,32	31.097,52
	Glória de Dourados	16.084,18	17.355,04	19.077,79	18.663,63	21.050,09	25.674,93
	Itaporã	25.277,79	28.060,91	27.566,24	34.386,65	32.645,69	42.095,98
	Jateí	47.780,29	63.281,06	67.201,77	75.603,62	75.009,00	99.933,83
	Laguna Carapã	54.077,86	57.692,00	59.580,20	82.137,74	67.013,90	97.817,25
	Maracaju	47.715,21	52.528,13	53.048,10	63.617,48	54.118,99	76.639,22
	Nova Alvorada do Sul	57.952,53	70.618,37	69.055,81	70.078,32	70.478,72	79.495,66
	Novo Horizonte do Sul	32.276,31	38.319,85	45.978,05	42.744,68	46.784,08	67.079,65
	Rio Brilhante	48.398,14	62.127,65	57.474,14	62.272,38	62.232,64	81.737,49
	Sidrolândia	25.926,27	28.432,46	29.910,90	38.624,57	34.545,53	45.740,11
	Taquarussu	25.161,60	30.367,74	30.619,25	31.622,59	30.604,03	46.112,26
	Vicentina	28.137,30	34.668,06	35.487,51	43.495,76	43.711,29	46.806,68
XIII - Dourados		**37.886,62**	**42.171,39**	**43.172,07**	**47.349,99**	**47.435,74**	**59.370,87**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Itaquiraí	22.603,96	30.230,91	29.794,63	35.788,49	32.458,26	43.752,50
	Amambai	20.900,98	23.074,82	23.465,01	26.340,65	24.685,76	32.016,94
	Antônio João	22.124,84	22.891,61	26.238,09	35.052,81	41.772,58	59.161,79
	Aral Moreira	40.129,10	50.243,90	40.591,44	49.986,81	41.636,57	77.539,30
	Coronel Sapucaia	12.018,57	12.257,38	12.841,43	13.949,12	14.024,49	17.318,49
	Eldorado	23.720,05	26.671,78	28.939,16	30.062,27	28.842,16	35.790,48
	Iguatemi	23.360,49	25.351,40	24.159,14	25.248,38	26.124,28	35.638,72
	Japorã	9.536,35	11.851,24	14.008,82	14.520,01	11.822,85	14.989,80
	Juti	26.781,48	42.064,51	38.302,80	42.867,46	43.014,28	61.001,00
	Mundo Novo	21.537,98	23.912,69	25.600,95	28.410,17	29.640,00	34.693,52
	Naviraí	26.301,76	28.756,10	27.845,24	34.044,44	34.781,92	45.633,80
	Paranhos	10.759,75	12.064,87	11.524,52	11.995,79	12.616,08	16.216,58
	Ponta Porã	26.033,03	29.307,55	29.490,41	33.621,62	34.797,86	45.669,74
	Sete Quedas	17.384,14	19.638,27	19.179,26	23.073,42	24.783,93	29.617,70
	Tacuru	15.968,46	17.174,66	17.148,39	19.481,20	17.128,17	22.202,56
XIV - Cone Sul-mato-grossense		**20.276,55**	**23.074,68**	**22.807,40**	**26.252,97**	**26.131,45**	**34.768,74**
FF-CO (MS)		**27.059,42**	**29.797,39**	**30.439,37**	**33.512,33**	**33.409,61**	**41.538,10**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios, MUNIC (2015, 2013, 2017, 2018, 2019, 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 47 - Distribuição do Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios nas sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso do Sul (2020).



5.5.12.3.1 – Ranking do PIB *per capita* dos municípios e sub-regiões da FF-CO em MS

Quadro 74 - Ranking do PIB per capita dos municípios localizados por sub-regiões da FF-CO em MS (2020)

Sub-região	Nome do Município	2020	Ranking
XIII - Dourados	Jateí	99.933,83	1º
	Laguna Carapã	97.817,25	2 º
	Rio Brilhante	81.737,49	3 º
	Nova Alvorada do Sul	79.495,66	4 º
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Aral Moreira	77.539,30	5 º
XIII - Dourados	Maracaju	76.639,22	6 º
	Novo Horizonte do Sul	67.079,65	7 º
	Caarapó	62.384,98	8 º
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Juti	61.001,00	9 º
	Antônio João	59.161,79	10 º
XIII - Dourados	Dourados	48.135,57	11 º
	Vicentina	46.806,68	12 º
	Taquarussu	46.112,26	13 º
	Sidrolândia	45.740,11	14 º

XIV - Cone Sul-mato-grossense	Ponta Porã	45.669,74	15 º
	Naviraí	45.633,80	16 º
XII - Bodoquena	Bonito	43.851,21	17 º
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Itaquiraí	43.752,50	18 º
XIII - Dourados	Itaporã	42.095,98	19 º
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Eldorado	35.790,48	20 º
	Iguatemi	35.638,72	21 º
	Mundo Novo	34.693,52	22 º
XII - Bodoquena	Bodoquena	33.838,02	23 º
	Guia Lopes da Laguna	32.546,63	24 º
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai	32.016,94	25 º
XIII - Dourados	Fátima do Sul	31.097,52	26 º
	Deodápolis	30.688,17	27 º
	Douradina	30.347,76	28 º
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Sete Quedas	29.617,70	29 º
XII - Bodoquena	Nioaque	28.863,86	30 º
	Bela Vista	27.785,92	31 º
	Jardim	27.277,12	32 º
XI – Pantanal	Corumbá	25.756,90	33 º
XIII - Dourados	Glória de Dourados	25.674,93	34 º
XII - Bodoquena	Caracol	23.586,34	35 º
XI – Pantanal	Porto Murtinho	23.466,09	36 º
XIII - Dourados	Dois Irmãos do Buriti	23.305,58	37 º
XI – Pantanal	Anastácio	23.083,94	38 º
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Tacuru	22.202,56	39 º
XI – Pantanal	Aquidauana	21.548,90	40 º
	Miranda	19.960,70	41 º
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Coronel Sapucaia	17.318,49	42 º
	Paranhos	16.216,58	43 º
	Japorã	14.989,80	44 º
XI – Pantanal	Ladário	13.810,06	45 º

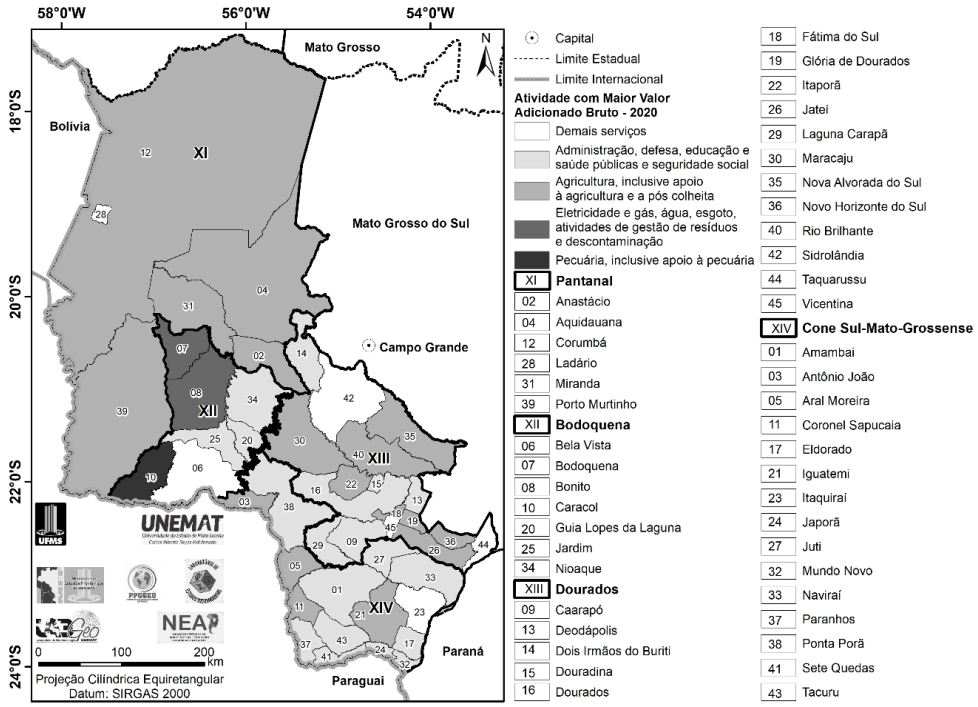
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios, MUNIC (2015, 2013, 2017, 2018, 2019, 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.12.3.2 – Maiores PIB e percentuais de evolução dos setores nas sub-regiões da FF-CO em MS

Quadro 75 - Quantidade de municípios, segundo a sub-região de Mato Grosso do Sul com setor de maior Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2020.

Setores	**XI – Sub-região Pantanal**	**XII – Sub-região Bodoquena**	**XIII – Sub-região Dourados**	**XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense**
Agropecuária	2	3	15	8
Indústria				
Serviços	3	2	2	4
Administração, defesa, educação e saúde públicas	2	1		3
Total de municípios por sub-região	7	6	17	15

Figura 48 – Distribuição dos Setores com maior Valor Adicionado Bruto (VAB) por municípios, segundo a sub-região de Mato Grosso do Sul em 2020.



Quadro 76 - Percentagem do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores da Agropecuária, Indústria em Serviços em relação ao PIB bruto total nas sub-regiões e municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul (2015-2020).

Sub-região	Nome do Município	Agropecuária %						Indústria %						Serviços %					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015	2016	2017	2018	2019	2020
XI – Pantanal	Anastácio	23,46	17,62	15,81	15,15	12,75	18,27	12,08	15,73	11,12	14,02	14,70	15,37	28,38	29,33	32,46	31,60	32,35	29,80
	Aquidauana	17,69	17,41	14,89	14,08	13,04	15,44	8,64	10,40	8,34	7,59	7,92	8,31	37,39	36,03	38,81	39,71	38,18	37,68
	Corumbá	12,01	25,57	21,53	27,68	25,17	35,09	17,89	21,59	24,24	21,37	12,13	17,44	38,92	30,02	29,08	28,21	32,90	25,41
	Ladário	2,04	21,32	24,22	19,88	26,01	32,01	9,21	7,70	5,35	5,09	5,26	7,52	47,15	33,97	33,89	36,13	31,49	27,83
	Miranda	19,83	28,47	28,84	29,02	29,93	38,54	6,66	18,52	12,98	10,83	12,50	12,74	33,62	24,04	25,62	26,69	23,75	21,44
	Porto Murtinho	44,93	50,14	42,59	52,00	52,15	64,27	2,98	13,79	15,47	10,12	9,34	5,26	17,59	16,80	19,28	17,04	16,21	12,97
XII - Bodoquena	Bela Vista	28,67	7,08	5,85	5,02	4,09	4,89	10,11	29,73	25,85	28,51	31,80	35,51	26,66	33,78	35,15	34,82	32,48	30,46
	Bodoquena	17,08	27,76	23,42	21,30	21,70	25,70	24,24	2,30	3,10	3,07	2,71	2,76	23,82	18,61	18,50	17,84	17,31	16,45
	Bonito	25,53	32,42	32,61	29,62	29,42	30,51	6,43	24,37	22,56	24,23	23,05	23,88	39,06	22,47	22,16	23,42	23,44	21,92
	Caracol	49,54	19,37	16,60	17,48	15,00	21,25	3,05	20,81	20,19	18,93	21,88	22,81	13,03	23,57	25,08	23,90	22,95	21,79
	Guia Lopes da Laguna	22,65	45,31	41,45	38,78	42,25	38,23	14,43	10,83	10,05	10,28	10,44	8,65	30,08	13,66	15,54	16,21	16,10	17,69
	Jardim	11,33	27,10	28,52	27,55	22,71	29,85	7,38	9,41	12,44	14,71	15,78	14,94	43,17	32,43	28,91	28,11	28,49	25,75
	Nioaque	35,21	28,39	27,77	32,29	24,47	37,08	3,42	21,26	18,59	18,22	22,30	18,31	23,02	24,46	25,05	24,20	24,04	21,41
XIII - Dourados	Caarapó	24,96	27,45	22,91	27,84	26,66	35,69	16,65	6,64	10,04	11,36	11,07	7,75	33,31	29,10	30,26	26,28	25,27	23,78
	Deodápolis	26,10	9,06	7,53	7,38	6,78	8,56	6,76	5,93	6,93	8,00	8,28	9,68	33,00	47,84	47,06	46,00	46,23	42,32
	Dois Irmãos do Buriti	61,70	41,77	42,30	46,31	45,10	52,00	3,62	16,71	15,65	14,59	20,76	21,00	12,30	30,54	29,55	27,99	22,82	17,29
	Douradina	27,15	49,45	45,13	43,56	39,53	46,20	5,36	2,60	2,70	2,82	3,29	2,94	29,42	12,81	13,78	14,60	14,88	13,77
	Dourados	6,28	25,61	20,60	24,24	23,56	32,65	15,14	5,21	7,58	11,91	14,37	15,46	51,90	38,29	39,33	35,46	33,74	27,38
	Fátima do Sul	8,12	23,50	22,71	25,38	20,95	31,54	12,31	6,12	5,58	5,49	5,83	5,13	43,68	21,69	21,38	20,77	20,96	19,67
	Glória de Dourados	22,46	13,41	11,00	9,99	10,68	13,85	6,87	11,16	16,48	15,08	14,28	12,46	33,94	40,12	39,29	40,46	37,02	35,55
	Itaporã	29,88	32,84	29,12	30,04	25,97	34,62	12,54	7,36	6,66	7,79	8,93	7,88	29,53	21,34	22,68	22,15	22,65	20,79
	Jateí	64,29	9,26	8,50	10,60	7,70	13,75	5,08	15,51	19,81	18,55	20,49	18,20	11,93	40,38	39,22	39,42	38,52	37,24
	Laguna Carapã	58,49	40,15	33,60	37,42	41,89	40,58	5,56	5,38	4,61	5,14	6,85	5,13	18,57	20,82	23,13	19,51	18,13	18,10
	Maracaju	32,21	23,77	22,60	27,60	23,81	38,33	12,32	17,56	14,47	13,25	13,02	11,29	33,55	28,42	30,89	29,37	28,98	23,30
	Nova Alvorada do Sul	37,00	31,92	35,43	35,73	21,83	34,72	24,09	3,85	3,67	3,43	3,57	3,17	21,73	13,86	13,53	13,28	13,62	12,24
	Novo Horizonte do Sul	44,02	11,34	10,05	11,34	9,97	16,03	6,11	7,50	7,37	7,03	6,70	6,06	22,55	42,99	43,53	43,64	42,60	40,54
	Rio Brilhante	36,79	2,18	2,25	2,01	1,76	2,75	22,22	7,71	6,56	6,67	6,94	5,29	23,19	43,25	41,57	38,23	40,69	34,46
	Sidrolândia	34,27	36,28	33,39	40,92	46,02	45,37	10,71	23,36	22,12	8,35	14,85	18,89	27,63	16,34	14,00	12,65	10,19	11,07
	Taquarussu	43,95	22,00	19,11	18,77	15,43	20,36	5,44	5,96	5,47	5,86	6,43	5,64	17,01	33,14	35,78	34,14	34,45	32,19
	Vicentina	27,27	9,38	7,11	6,35	12,71	11,34	25,85	18,07	20,56	26,19	22,20	19,07	22,61	40,50	39,98	37,08	36,08	35,33

XIV - Cone Sul-mato-grossense	Itaquiraí	29,01	25,66	23,36	28,20	21,97	37,98	17,16	4,33	3,85	3,72	3,93	3,53	23,86	31,15	32,01	29,95	33,14	26,31
	Amambai	26,04	25,43	22,21	27,44	21,95	24,97	8,32	9,77	8,89	8,28	8,77	7,11	33,33	32,77	34,24	31,93	32,24	34,28
	Antônio João	35,67	38,29	27,98	33,52	18,42	30,15	4,48	4,08	3,34	3,22	2,59	2,41	26,90	24,96	30,88	30,80	40,33	36,42
	Aral Moreira	49,05	43,95	45,98	52,79	41,83	56,45	4,71	3,63	3,72	3,69	5,63	3,72	23,88	29,02	24,22	21,51	24,07	20,05
	Coronel Sapucaia	24,71	26,54	21,96	25,50	21,16	32,04	6,01	6,59	6,19	6,28	7,24	6,16	22,75	38,70	41,96	39,78	41,81	35,06
	Eldorado	23,51	16,59	12,89	14,87	17,49	28,22	11,11	6,14	5,26	5,09	6,24	5,35	33,92	34,71	37,17	37,33	34,30	27,34
	Iguatemi	28,06	25,56	22,53	24,78	22,48	30,79	17,16	7,92	8,41	9,91	9,83	9,26	25,47	32,35	34,23	32,29	32,12	29,27
	Japorã	25,28	7,71	5,82	7,67	6,17	9,34	4,15	13,84	13,21	13,42	14,08	15,37	14,31	51,02	52,59	49,57	50,27	47,36
	Juti	50,81	28,77	22,71	20,53	20,49	26,49	6,82	6,07	5,62	7,98	8,66	10,32	16,75	22,08	23,85	24,21	22,49	19,37
	Mundo Novo	9,76	13,34	11,32	11,54	8,73	11,00	17,44	37,34	36,94	36,31	49,00	46,19	37,23	12,50	12,91	12,49	9,67	9,66
	Naviraí	15,29	31,02	24,83	31,75	24,91	36,90	20,36	10,61	9,02	7,86	7,65	5,23	35,54	29,88	32,86	31,53	33,42	29,73
	Paranhos	23,94	66,07	64,65	64,04	62,36	69,18	5,67	4,48	4,24	4,51	5,56	5,18	18,43	12,31	12,13	12,64	11,94	9,86
	Ponta Porã	26,80	10,30	7,85	7,74	6,65	8,47	11,44	42,65	47,51	45,93	50,40	50,28	33,76	20,43	19,53	20,69	18,61	17,17
	Sete Quedas	27,19	57,85	54,82	61,85	54,78	57,55	5,68	4,80	4,46	4,42	4,50	3,46	30,09	19,75	21,16	18,56	20,78	20,79
	Tacuru	36,18	31,42	26,88	34,02	28,52	42,20	3,94	13,37	14,53	9,58	6,40	4,81	21,18	33,46	34,72	33,95	37,36	30,45

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Quadro 77 - Percentagem do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e impostos em relação ao PIB bruto total nas sub-regiões e municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul (2015-2020).

Sub-região	Nome do Município	Administração %						Impostos %					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2015	2016	2017	2018	2019	2020
XI – Pantanal	Anastácio	28,24	29,73	31,90	31,18	30,75	27,75	7,85	7,58	8,71	8,05	9,45	8,81
	Aquidauana	27,96	28,44	29,83	30,85	32,32	29,74	8,33	7,73	8,14	7,78	8,53	8,83
	Corumbá	22,42	13,17	15,59	13,57	17,00	11,48	8,76	9,66	9,56	9,17	12,81	10,59
	Ladário	37,52	30,16	29,63	31,50	30,13	25,53	4,09	6,85	6,91	7,40	7,11	7,12
	Miranda	31,00	21,95	24,73	25,20	26,25	19,92	8,89	7,01	7,82	8,26	7,57	7,37
	Porto Murtinho	29,13	14,17	16,21	15,40	16,39	12,26	5,36	5,10	6,46	5,44	5,91	5,23
XII - Bodoquena	Bela Vista	27,72	21,07	22,42	21,30	21,26	19,61	6,86	8,34	10,74	10,34	10,38	9,53
	Bodoquena	24,37	47,02	50,23	53,59	54,09	50,70	10,49	4,30	4,75	4,20	4,20	4,38
	Bonito	19,43	15,30	14,60	15,57	16,23	15,52	9,54	5,44	8,06	7,17	7,87	8,17
	Caracol	29,90	27,03	28,85	30,33	30,64	24,57	4,47	9,22	9,28	9,36	9,52	9,59
	Guia Lopes da Laguna	25,99	26,77	28,46	30,53	26,55	29,30	6,86	3,43	4,50	4,20	4,66	6,13
	Jardim	26,90	20,61	20,94	21,12	23,46	19,64	11,22	10,45	9,20	8,52	9,56	9,81
	Nioaque	31,60	18,15	20,28	17,53	20,53	14,94	6,75	7,74	8,31	7,75	8,66	8,26
XIII - Dourados	Caarapó	13,36	28,16	28,28	28,02	29,82	25,27	11,72	8,65	8,51	6,50	7,19	7,50
	Deodápolis	25,93	27,41	27,54	28,22	28,56	28,21	8,22	9,75	10,94	10,41	10,16	11,24
	Dois Irmãos do Buriti	17,91	4,50	4,95	4,45	4,78	3,73	4,46	6,48	7,56	6,66	6,55	5,98
	Douradina	30,41	30,72	33,33	34,07	37,03	31,92	7,67	4,42	5,06	4,95	5,27	5,17
	Dourados	14,87	21,31	21,64	18,99	18,83	15,64	11,81	9,59	10,86	9,40	9,50	8,85
	Fátima do Sul	25,84	43,83	45,66	43,91	47,00	38,19	10,04	4,87	4,66	4,44	5,25	5,46
	Glória de Dourados	29,38	26,01	25,25	25,69	30,35	30,23	7,35	9,30	7,98	8,77	7,67	7,92
	Itaporã	18,46	32,91	35,97	34,87	36,63	30,44	9,59	5,55	5,57	5,15	5,83	6,27
	Jateí	14,41	26,16	24,07	23,67	25,82	21,60	4,29	8,69	8,40	7,76	7,47	9,21
	Laguna Carapã	11,51	27,49	31,22	32,14	27,92	30,27	5,87	6,17	7,44	5,80	5,20	5,92
	Maracaju	10,67	23,98	24,87	22,89	27,10	20,62	11,24	6,27	7,17	6,90	7,09	6,46
	Nova Alvorada do Sul	9,63	47,00	43,69	44,25	57,56	46,12	7,56	3,37	3,68	3,32	3,41	3,74
	Novo Horizonte do Sul	19,68	26,61	28,38	26,37	28,98	25,55	7,64	11,56	10,66	11,62	11,75	11,82
	Rio Brilhante	11,09	42,72	44,50	44,53	42,15	49,19	6,70	4,13	5,12	8,56	8,47	8,32
	Sidrolândia	18,44	19,94	16,75	20,57	15,58	18,47	8,95	4,09	13,74	17,51	13,35	6,20
	Taquarussu	29,17	30,80	31,42	32,88	35,49	33,86	4,44	8,10	8,21	8,35	8,21	7,94
	Vicentina	18,94	22,49	22,00	21,41	20,27	21,71	5,34	9,56	10,35	8,97	8,74	12,55
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Itaquiraí	21,96	30,52	32,21	30,71	33,23	24,90	8,01	8,35	8,57	7,41	7,74	7,28
	Amambai	22,72	23,00	25,15	23,84	27,68	21,67	9,58	9,03	9,52	8,50	9,36	11,96
	Antônio João	23,88	24,63	24,21	19,32	17,31	13,13	9,06	8,05	13,59	13,14	21,35	17,89
	Aral Moreira	13,44	11,73	15,84	14,03	17,19	9,73	8,92	11,67	10,24	7,98	11,29	10,05
	Coronel Sapucaia	40,86	18,95	20,00	18,80	19,53	16,31	5,67	9,21	9,90	9,64	10,25	10,42
	Eldorado	21,00	32,75	32,78	31,24	31,25	29,13	10,45	9,81	11,91	11,46	10,72	9,96
	Iguatemi	21,53	26,42	26,90	25,60	27,14	21,66	7,78	7,75	7,93	7,42	8,43	9,03
	Japorã	52,63	15,77	16,41	16,45	16,73	15,09	3,64	11,66	11,97	12,88	12,75	12,83
	Juti	19,86	36,30	39,35	39,78	41,72	37,39	5,76	6,76	8,48	7,50	6,65	6,43
	Mundo Novo	23,33	30,58	34,61	35,94	28,64	29,87	12,24	6,23	4,22	3,73	3,96	3,28
	Naviraí	19,84	18,41	20,37	17,11	19,58	15,25	8,97	10,08	12,92	11,76	14,45	12,88
	Paranhos	47,89	12,72	13,80	13,97	14,44	10,82	4,07	4,42	5,18	4,84	5,69	4,96
	Ponta Porã	18,36	21,33	19,49	20,31	19,73	19,03	9,64	5,29	5,63	5,33	4,61	5,05
	Sete Quedas	29,21	11,75	11,89	9,20	11,66	9,00	7,83	5,85	7,67	5,97	8,28	9,21
	Tacuru	32,29	10,72	11,76	10,24	12,83	9,96	6,42	11,02	12,11	12,21	14,89	12,58

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020. Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.12.3 – PIB, a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MS

Quadro 78 - Produto Interno Bruto, a preços correntes (R$ 1.000) nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul (2015-2020).

Sub-região	Município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
XI – Pantanal	Anastácio	394.892,51	412.493,41	420.613,20	455.201,18	500.752,22	582.569,46
	Aquidauana	808.241,90	878.908,40	918.064,25	926.384,98	960.953,02	1.034.971,98
	Corumbá	2.741.871,77	2.630.591,39	2.869.983,29	3.055.891,62	2.781.446,04	2.886.266,67
	Ladário	281.177,52	277.078,89	294.878,29	324.212,71	363.291,52	327.146,45
	Miranda	431.483,10	462.982,28	500.880,68	500.769,70	515.590,25	563.291,00
	Porto Murtinho	292.009,02	311.524,35	321.354,77	344.187,45	354.838,57	405.916,36
XI – Pantanal		**4.949.675,81**	**4.973.578,72**	**5.325.774,48**	**5.606.647,66**	**5.476.871,62**	**5.800.161,93**
XII - Bodoquena	Bela Vista	418.936,21	481.044,01	515.719,08	551.773,45	551.949,71	687.284,81
	Bodoquena	197.648,60	196.512,35	209.388,69	211.618,73	220.141,04	265.222,39
	Bonito	562.633,16	635.169,61	681.895,10	751.409,22	790.948,24	973.058,45
	Caracol	106.410,98	117.013,83	117.227,55	119.068,74	120.271,09	145.810,74
	Guia Lopes da Laguna	194.274,63	220.671,26	233.581,32	257.727,47	241.806,87	319.738,10
	Jardim	456.622,07	532.510,54	528.355,40	605.476,85	596.916,86	715.697,16
	Nioaque	230.827,74	250.433,09	253.275,90	279.934,16	315.020,55	400.110,88
XII - Bodoquena		**2.167.353,39**	**2.433.354,69**	**2.539.443,04**	**2.777.008,61**	**2.837.054,36**	**3.506.922,53**
XIII - Dourados	Caarapó	1.067.181,25	1.249.925,54	1.183.686,90	1.394.297,54	1.244.924,97	1.908.543,68
	Deodápolis	226.138,73	245.742,11	264.111,34	295.156,36	303.946,14	398.455,23
	Dois Irmãos do Buriti	313.208,29	193.597,95	186.813,22	205.897,50	212.899,80	267.245,12
	Douradina	103.769,16	114.893,34	119.982,21	140.185,31	128.718,51	181.327,84
	Dourados	7.295.406,82	7.827.594,25	8.329.689,22	8.491.169,34	9.476.661,47	10.854.329,87
	Fátima do Sul	357.299,49	403.495,37	470.704,68	498.923,00	493.029,03	596.139,52
	Glória de Dourados	160.713,12	173.133,83	190.014,78	186.281,71	209.764,17	255.465,56
	Itaporã	578.760,33	651.574,42	648.881,63	821.359,61	810.886,22	1.059.218,93
	Jateí	192.936,83	255.085,97	270.487,11	304.985,01	302.061,25	401.833,92
	Laguna Carapã	379.464,35	409.440,16	427.607,08	596.894,94	491.949,06	725.706,20
	Maracaju	2.055.475,82	2.313.443,93	2.386.846,30	2.922.077,94	2.548.084,61	3.680.368,59
	Nova Alvorada do Sul	1.139.114,97	1.427.691,54	1.434.427,32	1.492.668,12	1.542.215,35	1.783.087,63
	Novo Horizonte do Sul	138.981,80	159.908,75	185.797,28	168.713,27	178.434,48	247.121,44
	Rio Brilhante	1.683.093,63	2.203.357,06	2.077.345,41	2.293.491,67	2.334.595,14	3.121.227,83
	Sidrolândia	1.331.443,73	1.506.209,37	1.632.387,24	2.166.104,68	1.992.067,82	2.709.872,55
	Taquarussu	89.826,93	108.412,84	109.310,74	113.303,75	109.807,28	165.450,80
	Vicentina	169.583,49	209.187,07	214.380,03	263.888,75	266.726,29	285.942,01
XIII - Dourados		**17.282.398,76**	**19.452.693,48**	**20.132.472,51**	**22.355.398,50**	**22.646.771,57**	**28.641.336,70**
XIV - Cone Sul-mato-grossense	Amambai	785.667,95	877.535,48	902.581,74	1.026.178,98	972.520,38	1.275.106,85
	Antônio João	192.021,53	200.164,23	231.105,08	311.654,55	374.115,26	533.639,38
	Aral Moreira	457.431,58	582.125,78	477.801,83	597.992,26	505.842,64	956.214,59
	Coronel Sapucaia	178.055,07	182.831,01	192.826,87	211.357,02	213.915,61	265.873,45
	Eldorado	287.676,82	324.755,64	353.752,32	369.916,24	356.287,26	443.801,94
	Iguatemi	365.287,94	398.980,39	382.632,46	403.393,29	420.026,14	576.492,01
	Itaquiraí	455.741,00	616.740,83	614.871,76	748.158,39	686.232,50	935.253,34
	Japorã	81.697,92	103.129,51	123.781,97	130.331,61	107.706,14	138.550,71
	Juti	171.374,67	272.409,74	250.998,27	284.554,21	288.711,86	414.013,80
	Mundo Novo	385.185,21	430.284,97	463.454,07	518.656,15	544.368,28	640.893,36
	Naviraí	1.355.461,03	1.505.870,87	1.481.032,52	1.840.136,08	1.908.762,23	2.541.300,54
	Paranhos	145.192,10	164.974,97	159.637,71	168.516,91	179.501,56	233.583,60
	Ponta Porã	2.257.506,27	2.583.870,69	2.642.104,87	3.062.324,32	3.219.706,71	4.290.078,19
	Sete Quedas	188.305,03	212.309,37	206.944,27	249.469,87	267.443,42	319.012,20
	Tacuru	176.211,97	191.669,25	193.502,44	222.611,73	197.864,60	259.192,66
XIV - Cone Sul-mato-grossense		**7.482.816,08**	**8.647.652,73**	**8.677.028,18**	**10.145.251,61**	**10.243.004,58**	**13.823.006,62**
PIB da FF-CO (MS)		**31.882.244,03**	**35.507.279,62**	**36.674.718,21**	**40.884.306,38**	**41.203.702,14**	**51.771.427,78**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC (2015, 2013, 2017, 2018, 2019, 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

5.5.12.4 – PIB, a preços correntes por setor (R$1.000) nos municípios da FF-CO em MS

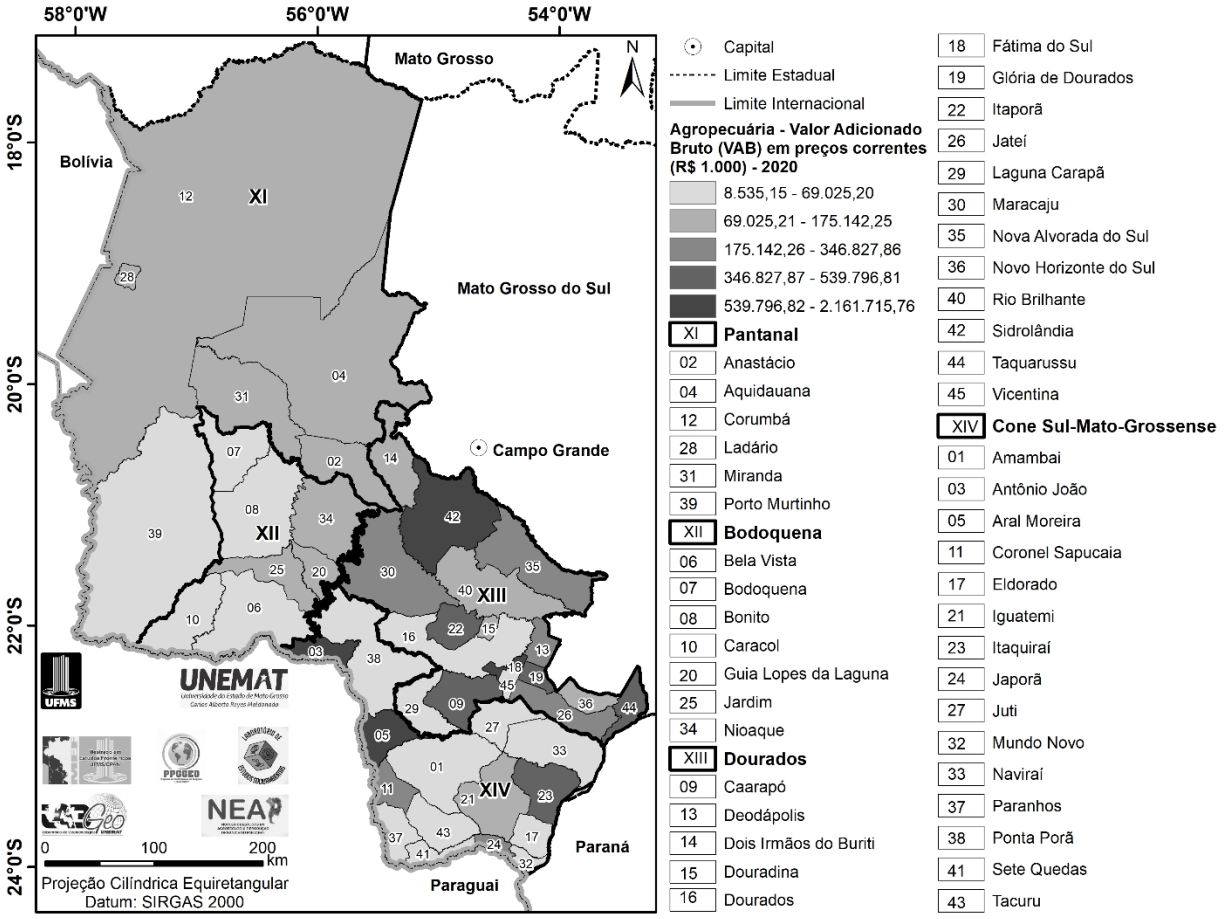
5.5.12.4.1 – Agropecuária – VAB a preços correntes (R$1.000) nos municípios da FF-CO em MS

Quadro 79 - Agropecuária - Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000) dos municípios e sub-regiões na FF-CO em Mato Grosso do Sul (2015-2020).

UF	Sub-região	Nome do Município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
MS	XI – Pantanal	Anastácio	92.641,59	72.692,89	66.499,92	68.944,90	63.846,52	106.436,93
		Aquidauana	142.962,54	153.001,70	136.672,36	130.398,81	125.344,11	159.786,95
		Corumbá	329.346,91	352.844,30	315.740,99	305.401,82	297.111,95	399.679,12
		Ladário	5.724,52	6.051,96	6.639,99	6.516,26	6.381,37	8.996,32
		Miranda	85.564,45	101.861,27	95.735,78	93.977,55	79.574,68	114.706,73
		Porto Murtinho	131.189,06	139.139,47	120.678,25	116.270,35	113.061,27	159.573,45
PIB Total XI – Pantanal (MS)			**787.429,07**	**825.591,60**	**741.967,31**	**721.509,68**	**685.319,91**	**949.179,49**
MS	XII - Bodoquena	Bela Vista	120.092,73	132.054,78	118.168,96	153.611,52	147.129,73	245.325,19
		Bodoquena	33.761,36	38.065,29	34.767,77	36.996,51	33.030,86	56.359,80
		Bonito	143.663,26	168.600,51	149.712,95	191.619,16	167.402,28	311.806,65
		Caracol	52.720,48	57.860,28	52.907,67	51.865,12	47.544,33	67.368,23
		Guia Lopes da Laguna	43.997,80	52.463,11	52.800,58	71.126,31	57.571,88	122.556,98
		Jardim	51.744,60	60.406,42	53.122,38	68.656,31	59.514,96	114.731,45
		Nioaque	81.277,99	89.348,04	81.946,65	74.531,92	69.966,09	107.157,79
PIB Total XII - Bodoquena			**527.258,22**	**598.798,41**	**543.426,95**	**648.406,85**	**582.160,13**	**1.025.306,08**
MS	XIII - Dourados	Caarapó	266.405,42	319.555,61	254.904,29	385.989,70	313.293,25	669.617,45
		Deodápolis	59.023,88	62.812,64	59.513,42	73.128,19	68.314,11	122.670,87
		Dois Irmãos do Buriti	193.247,22	63.581,40	54.401,14	61.852,20	55.289,52	92.520,26
		Douradina	28.171,69	29.476,65	28.027,98	39.537,53	28.278,90	68.874,75
		Dourados	457.805,05	603.632,01	484.891,03	651.688,66	584.859,34	1.014.317,36
		Fátima do Sul	29.024,25	37.356,00	40.032,41	52.886,27	37.983,18	81.983,81
		Glória de Dourados	36.093,10	36.909,13	46.020,16	37.036,94	54.565,41	81.766,84
		Itaporã	172.932,89	202.088,73	161.139,79	260.786,88	201.968,38	390.853,62
		Jateí	124.030,46	168.536,88	174.856,77	195.308,77	188.379,41	277.983,45
		Laguna Carapã	221.951,25	236.841,57	234.405,89	369.176,67	269.474,29	417.648,72
		Maracaju	662.126,33	726.916,74	641.587,75	993.970,91	726.689,69	1.553.010,87
		Nova Alvorada do Sul	421.431,83	562.623,77	472.963,27	486.323,29	587.443,06	800.217,57
		Novo Horizonte do Sul	61.178,14	74.486,13	90.634,76	73.559,09	82.683,88	133.504,80
		Rio Brilhante	619.193,86	857.551,68	703.976,88	849.287,70	700.154,32	1.079.553,52
		Sidrolândia	456.310,65	498.819,77	469.282,69	735.023,30	623.231,20	1.095.531,86
		Taquarussu	39.477,92	49.109,65	47.307,51	48.357,60	44.180,17	90.456,99
		Vicentina	46.242,90	56.647,87	58.841,19	64.722,95	53.174,20	89.029,23
PIB Total XIII - Dourados			**3.894.646,82**	**4.586.946,22**	**4.022.786,91**	**5.378.636,63**	**4.619.962,31**	**8.059.541,96**
MS	XIV - Cone Sul-mato-grossense	Itaquiraí	132.196,65	175.065,30	170.722,82	241.614,30	167.903,40	346.827,86
		Amambai	204.602,98	223.198,14	200.431,71	281.613,99	213.480,97	318.417,72
		Antônio João	68.501,72	76.641,09	64.663,24	104.471,92	68.908,63	160.891,09
		Aral Moreira	224.348,13	255.837,80	219.680,32	315.657,41	211.597,65	539.796,81
		Coronel Sapucaia	43.997,03	42.970,42	43.796,40	53.642,57	44.825,31	83.860,69
		Eldorado	67.642,94	88.006,64	100.882,37	101.900,85	80.913,88	132.456,13
		Iguatemi	102.510,53	113.594,90	110.350,35	117.050,35	125.693,46	222.164,65
		Japorã	20.649,84	32.922,59	43.850,59	46.562,84	23.515,26	48.106,10
		Juti	87.067,60	136.587,32	106.894,87	147.956,06	150.575,23	266.084,83
		Mundo Novo	37.602,26	40.270,71	40.562,40	46.874,40	23.424,28	55.280,90
		Naviraí	207.214,63	247.850,64	223.511,62	351.594,42	263.117,48	499.512,09
		Paranhos	34.756,51	40.173,33	31.602,98	33.563,54	30.160,03	68.378,41
		Ponta Porã	605.056,30	701.332,30	573.877,13	758.917,20	670.139,26	1.445.620,91
		Sete Quedas	51.205,90	57.409,08	48.414,69	67.513,95	63.085,92	121.574,38
		Tacuru	63.745,32	66.644,40	61.808,64	79.115,46	58.485,90	112.106,72
PIB Total XIV - Cone Sul-mato-grossense			**1.951.098,34**	**2.298.504,64**	**2.041.050,13**	**2.748.049,25**	**2.195.826,65**	**4.421.079,28**
VAB Agricultura - Mato Grosso do Sul			**7.160.432,45**	**8.309.840,87**	**7.349.231,29**	**9.496.602,41**	**8.083.268,99**	**14.455.106,81**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC (2015, 2013, 2017, 2018, 2019, 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 49 – Distribuição do setor Agropecuária - Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000) dos municípios e sub-regiões na FF-CO em Mato Grosso do Sul (2020).



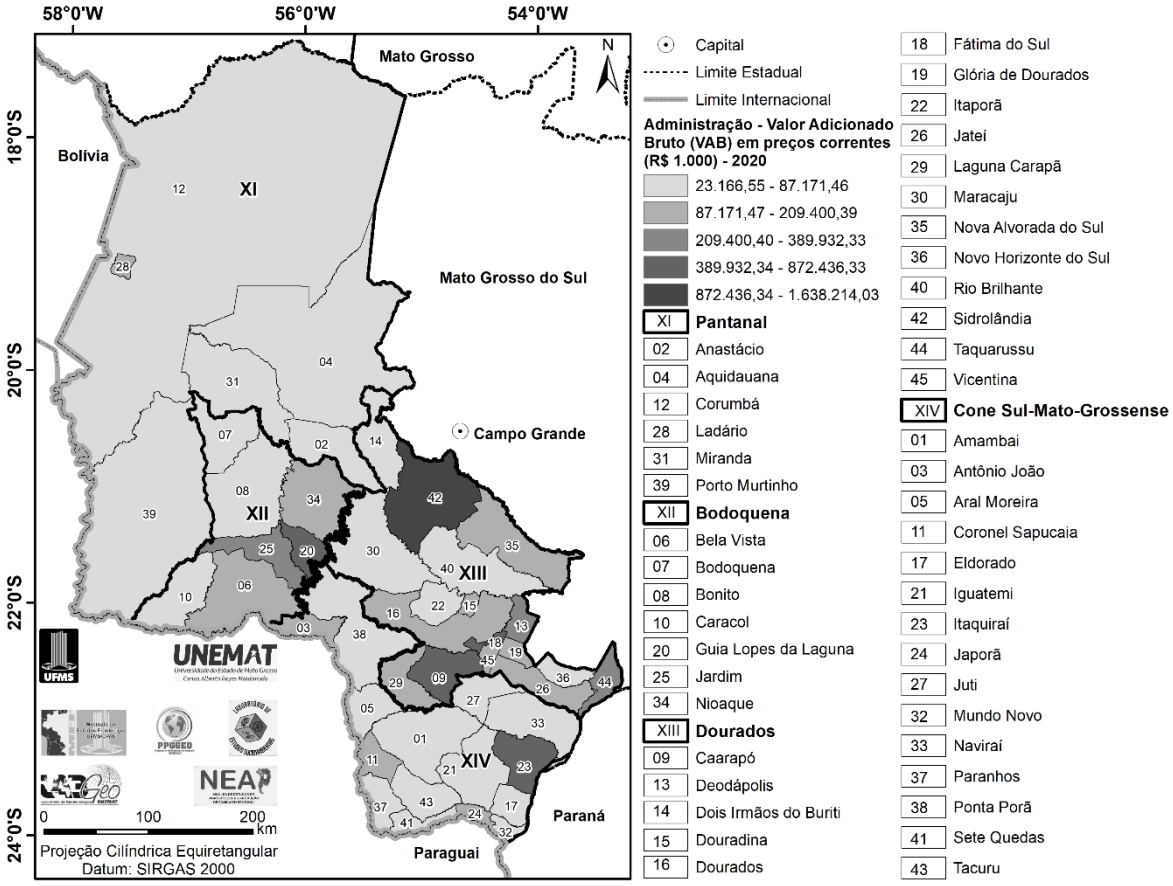
5.5.12.4.4 – Administração – VAB a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MS

Quadro 80 - Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social - Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000) nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul, 2015-2020

UF	Sub-Região	Nome do Município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
MS	XI – Pantanal	Anastácio	111.520,18	122.653,63	134.166,82	141.910,28	153.986,48	161.676,99
		Aquidauana	225.962,59	249.920,30	273.813,37	285.752,08	310.627,13	307.775,38
		Corumbá	614.687,45	684.246,78	724.758,64	785.095,35	844.085,90	872.436,33
		Ladário	105.486,02	118.362,34	131.214,82	144.372,70	153.137,68	160.918,02
		Miranda	133.776,85	142.613,71	157.367,69	164.664,92	182.975,34	190.737,76
		Porto Murtinho	85.071,51	94.596,44	107.503,22	118.380,29	129.640,44	128.499,73
PIB Total XI – Pantanal (MS)			1.276.504,59	1.412.393,21	1.528.824,56	1.640.175,61	1.774.452,96	1.822.044,20
MS	XII - Bodoquena	Bela Vista	116.115,25	135.462,67	145.823,11	154.592,15	164.591,99	173.676,58
		Bodoquena	48.158,43	53.117,21	60.415,15	64.175,51	67.448,63	65.160,68
		Bonito	109.320,17	120.356,98	136.376,76	141.267,98	154.479,27	158.728,40
		Caracol	31.819,75	35.948,27	39.067,93	40.569,60	44.537,11	46.543,39
		Guia Lopes da Laguna	50.500,37	52.924,33	58.084,23	58.996,15	65.523,81	65.942,39
		Jardim	122.816,59	141.696,45	149.959,64	159.678,50	172.998,76	182.857,94
		Nioaque	72.948,48	78.460,31	85.024,14	89.212,86	95.699,85	98.384,01
PIB Total XII - Bodoquena			551.679,04	617.966,21	674.750,97	708.492,74	765.279,42	791.293,39
MS	XIII - Dourados	Caarapó	142.533,93	164.573,01	184.554,35	189.253,94	211.587,09	219.007,62
		Deodápolis	58.638,52	64.933,50	71.042,55	75.571,37	82.505,70	86.299,06
		Dois Irmãos do Buriti	56.108,01	63.710,23	67.199,26	71.801,05	77.984,03	81.341,84
		Douradina	31.558,25	35.061,21	38.651,51	43.055,08	42.771,41	45.147,30
		Dourados	1.085.128,90	1.234.508,73	1.366.485,64	1.396.537,82	1.585.449,49	1.638.214,03
		Fátima do Sul	92.343,43	105.567,27	113.315,90	118.076,25	127.288,32	128.766,48
		Glória de Dourados	47.219,09	52.220,95	56.308,51	58.671,92	63.205,27	65.228,37
		Itaporã	106.832,13	119.950,38	132.156,67	140.494,96	158.791,07	161.568,08
		Jateí	27.810,04	32.444,03	37.338,41	42.603,59	43.628,65	43.482,93
		Laguna Carapã	43.665,40	48.127,62	50.863,39	54.930,65	57.361,55	65.318,54
		Maracaju	219.393,91	247.969,49	280.796,48	299.281,13	327.031,83	366.706,50
		Nova Alvorada do Sul	109.642,03	121.951,35	135.136,16	142.471,52	162.516,76	175.362,97
		Novo Horizonte do Sul	27.354,29	28.502,60	30.642,74	32.112,57	33.410,56	34.934,67
		Rio Brilhante	186.734,84	214.587,97	231.243,14	249.686,28	272.518,53	270.488,86
		Sidrolândia	245.473,10	285.570,75	318.151,55	342.834,60	375.946,83	386.658,18
		Taquarussu	26.198,42	29.016,47	32.609,60	34.381,74	35.531,07	39.114,66
		Vicentina	32.123,61	35.169,77	36.656,18	41.126,22	43.722,41	45.878,68
PIB Total XIII - Dourados			2.538.757,90	2.883.865,35	3.183.152,05	3.332.890,68	3.701.250,58	3.853.518,76
MS	XIV - Cone Sul-mato-grossense	Itaquiraí	100.079,83	111.954,15	124.716,69	131.167,96	140.860,46	139.704,84
		Amambai	178.535,58	201.795,75	227.001,30	244.650,52	269.219,68	276.324,25
		Antônio João	45.860,63	49.292,75	55.950,22	60.202,94	64.743,49	70.076,70
		Aral Moreira	61.486,38	68.304,74	75.688,88	83.924,91	86.930,89	93.045,46
		Coronel Sapucaia	72.752,18	80.128,03	88.053,32	92.806,32	100.533,12	101.544,56
		Eldorado	60.423,39	66.925,60	74.065,13	78.117,50	83.568,32	87.171,46
		Iguatemi	78.643,65	87.590,13	94.626,30	101.638,31	110.262,28	114.813,88
		Japorã	42.996,53	48.467,27	54.080,28	57.668,47	61.998,87	63.904,92
		Juti	34.038,17	38.597,22	40.674,67	43.830,07	47.315,84	50.767,62
		Mundo Novo	89.863,25	97.237,97	109.008,46	114.109,77	123.001,87	128.824,75
		Naviraí	268.940,88	310.921,07	338.301,59	358.010,28	384.452,81	389.932,33
		Paranhos	69.531,38	80.469,15	85.856,32	89.963,64	99.754,94	104.158,18
		Ponta Porã	414.367,42	464.464,47	513.524,66	548.298,95	600.432,44	616.755,83
		Sete Quedas	55.003,28	60.922,14	65.663,64	69.508,37	73.917,17	72.588,56
		Tacuru	56.903,54	61.758,62	67.578,68	72.575,42	76.998,55	78.407,02
PIB Total XIV - Cone Sul-mato-grossense			1.629.426,08	1.828.829,06	2.014.790,12	2.146.473,42	2.323.990,72	2.388.020,36
PIB Total Mato Grosso do Sul			5.996.367,61	6743053,812	7401517,697	7828032,444	8564973,676	8854876,709

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC (2015, 2013, 2017, 2018, 2019, 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 50 – Distribuição do setor Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social - Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000) nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul, 2015-2020



5.5.12.4.4 – Indústria – VAB a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MS

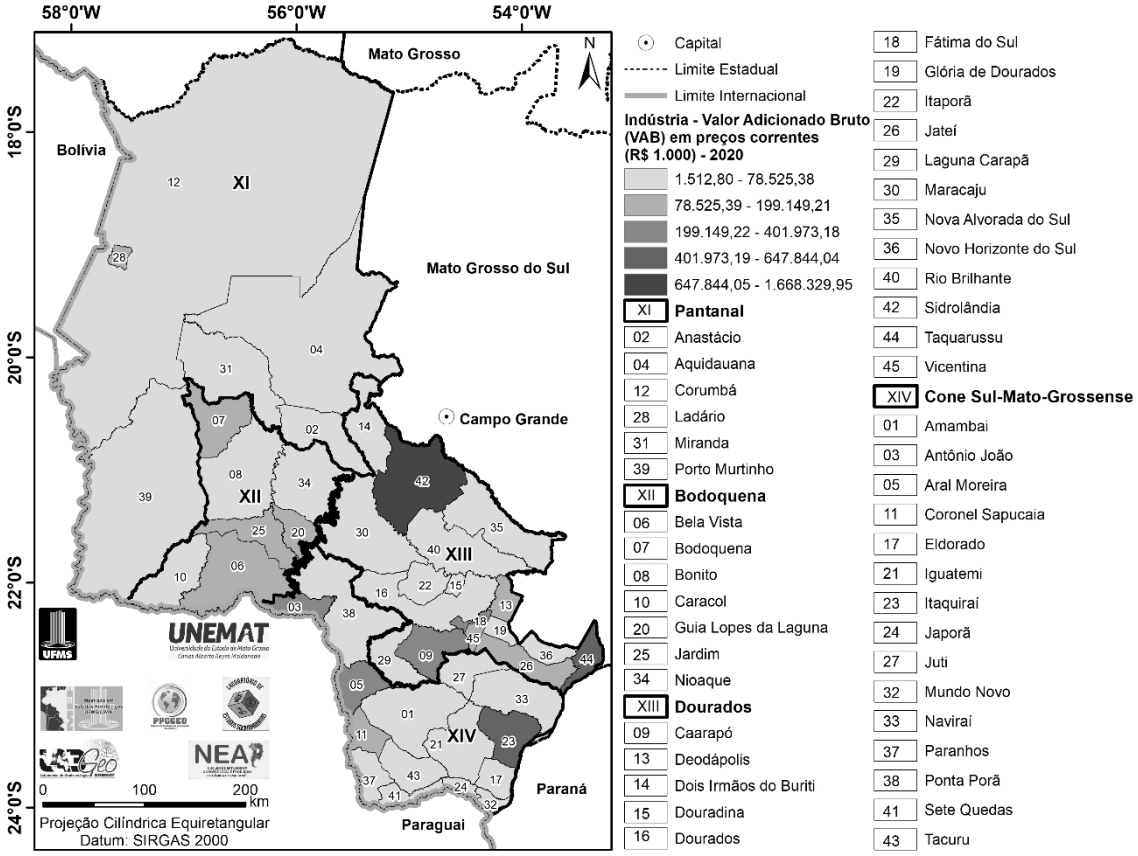
Quadro 81 - Indústria - Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000) nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul, 2015-2020.

UF	Sub-Região	Nome do Município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PIB Total XI – Pantanal (MS)			**671.410,82**	**507.735,73**	**653.065,30**	**656.962,39**	**618.249,35**	**597.628,01**
PIB Total XI – Pantanal (BR)			**1.779.600,79**	**1.643.282,37**	**1.676.227,12**	**1.843.901,22**	**1.974.417,38**	**2.275.526,04**
MS	XII - Bodoquena	Bela Vista	42.336,24	31.920,48	51.787,01	62.687,24	61.085,40	53.297,05
		Bodoquena	47.912,73	40.896,26	42.267,55	40.055,53	48.168,10	60.493,60
		Bonito	36.185,78	41.868,21	42.179,93	47.172,66	57.282,58	59.966,94
		Caracol	3.245,16	3.047,75	3.170,24	3.354,86	3.954,85	4.286,64
		Guia Lopes da Laguna	28.027,20	38.746,18	33.788,83	34.143,54	31.490,34	36.083,18
		Jardim	33.688,94	39.924,61	38.951,58	42.584,91	40.006,45	43.377,91
		Nioaque	7.901,20	8.337,90	9.294,58	24.921,27	52.047,46	74.899,52
PIB Total XII - Bodoquena			**199.297,25**	**204.741,38**	**221.439,72**	**254.920,01**	**294.035,17**	**332.404,84**
MS	XIII - Dourados	Caarapó	177.691,38	269.895,97	286.882,42	297.966,47	151.035,30	332.808,07
		Deodápolis	15.279,61	19.454,70	22.212,81	29.247,82	29.871,17	36.898,94
		Dois Irmãos do Buriti	11.335,93	14.249,22	12.434,77	16.048,06	19.008,05	21.051,13
		Douradina	5.557,74	4.971,77	4.620,63	5.212,74	5.052,90	6.403,44
		Dourados	1.104.524,16	1.083.212,87	1.100.759,95	1.139.893,21	1.334.101,34	1.668.329,95

		Fátima do Sul	43.976,65	62.586,67	93.224,32	92.545,42	101.011,08	108.471,29
		Glória de Dourados	11.038,80	13.329,97	10.168,38	9.478,38	11.037,42	19.200,20
		Itaporã	72.553,53	69.130,10	58.497,93	64.550,73	62.002,31	55.371,66
		Jateí	9.809,37	11.437,92	11.464,58	13.751,87	16.790,58	20.811,78
		Laguna Carapã	21.092,24	19.657,91	19.070,33	26.368,54	22.148,48	25.078,32
		Maracaju	253.313,41	309.352,16	346.773,70	279.927,11	163.047,08	177.058,70
		Nova Alvorada do Sul	274.424,32	323.682,88	412.513,05	471.014,29	378.894,96	352.221,47
		Novo Horizonte do Sul	8.490,74	10.073,92	9.410,92	8.653,23	9.382,19	13.666,37
		Rio Brilhante	374.025,60	492.061,00	500.139,68	470.586,57	512.178,44	811.854,55
		Sidrolândia	142.568,50	151.476,07	133.932,05	219.289,60	228.991,80	264.334,77
		Taquarussu	4.885,22	7.166,70	5.294,99	5.254,09	5.448,10	6.874,13
		Vicentina	43.832,73	62.227,24	59.525,03	85.648,23	94.191,17	78.525,38
PIB Total XIII - Dourados			**2.574.399,92**	**2.923.967,07**	**3.086.925,52**	**3.235.436,36**	**3.144.192,36**	**3.998.960,16**
MS	XIV - Cone Sul-mato-grossense	Itaquiraí	78.199,80	131.103,58	114.324,38	136.319,61	153.009,77	171.207,92
		Amambai	65.405,09	85.775,08	80.220,41	85.000,20	85.246,37	90.703,90
		Antônio João	8.610,43	8.172,02	7.726,62	10.022,36	9.704,80	12.877,78
		Aral Moreira	21.533,49	21.110,02	17.759,69	22.063,20	28.472,12	35.603,99
		Coronel Sapucaia	10.703,09	11.180,72	10.756,50	11.612,74	12.481,47	13.651,86
		Eldorado	31.959,31	30.571,46	43.991,61	54.417,91	56.216,85	66.320,05
		Iguatemi	62.670,39	73.901,77	49.680,09	43.691,85	52.506,06	73.425,61
		Japorã	3.386,57	3.971,34	4.542,09	4.472,61	3.846,93	4.398,45
		Juti	11.690,24	37.565,74	38.832,20	28.809,34	26.953,62	21.772,76
		Mundo Novo	67.192,63	82.587,51	80.404,39	85.342,56	105.892,48	129.338,37
		Naviraí	275.950,62	302.079,88	242.101,68	280.586,43	369.921,18	623.970,86
		Paranhos	8.238,12	8.244,67	7.652,52	7.771,63	8.375,70	9.190,30
		Ponta Porã	258.367,78	293.473,03	360.292,73	345.375,09	295.135,53	332.133,39
		Sete Quedas	10.693,73	12.357,65	10.869,61	15.234,43	25.328,59	16.858,01
		Tacuru	6.940,92	7.049,23	7.855,01	7.997,73	7.736,98	9.265,42
PIB Total XIV - Cone Sul-mato-grossense			**921.542,20**	**1.109.143,68**	**1.077.009,54**	**1.138.717,69**	**1.240.828,44**	**1.610.718,68**
PIB Total Mato Grosso do Sul			**4.366.650,18**	**4.745.587,86**	**5.038.440,08**	**5.286.036,45**	**5.297.305,32**	**6.539.711,69**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC (2015, 2013, 2017, 2018, 2019, 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 51 - Distribuição do setor Indústria - Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000) nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul (2020).



5.5.12.4.4 – Serviços – VAB a preços correntes (R$1.000) na FF-CO em MS

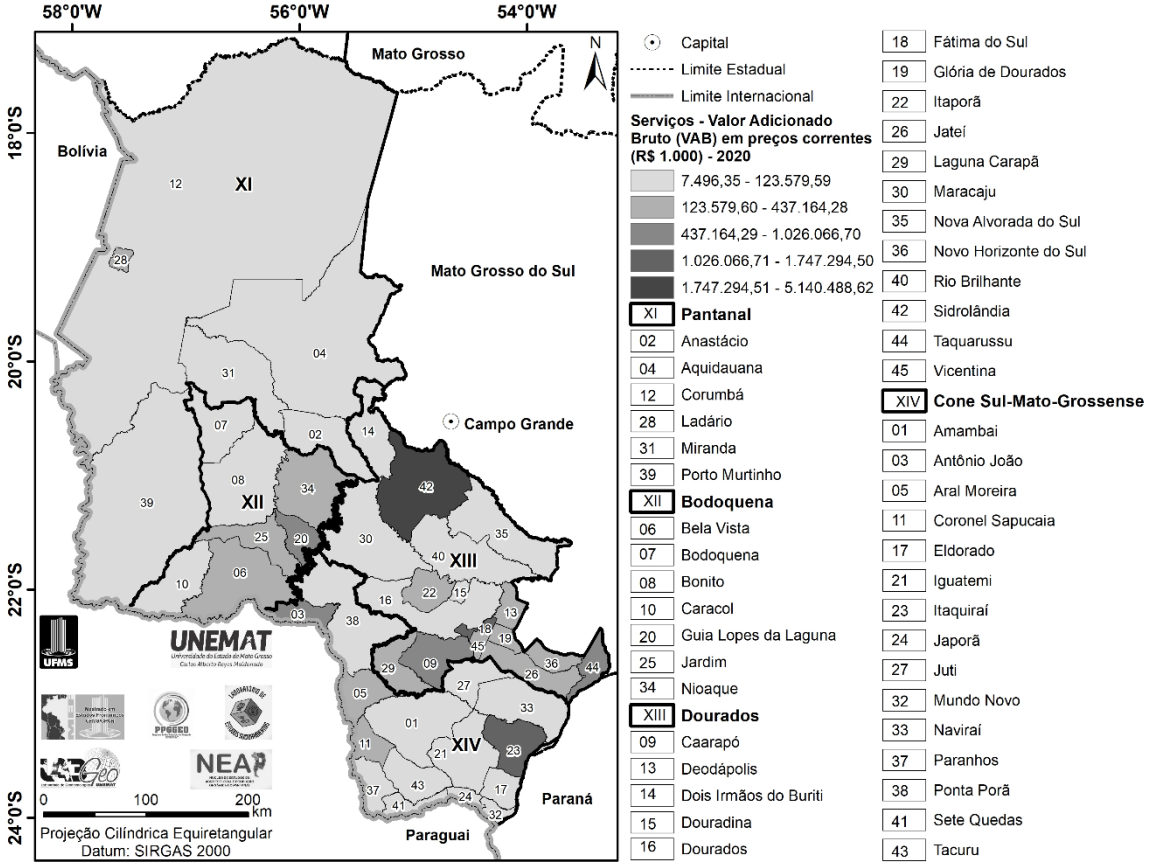
Quadro 82 - Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) - Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000) nos municípios e sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso do Sul (2015-2020).

UF	Sub-região	Nome do Município	2015	2016	2017	2018	2019	2020
MS	XI – Pantanal	Anastácio	112.051,64	120.971,25	136.546,76	143.861,47	161.980,99	173.589,25
		Aquidauana	302.205,87	316.641,31	356.336,22	367.868,97	366.868,95	390.005,52
		Corumbá	1.067.133,23	1.055.303,30	1.127.530,85	1.236.467,79	1.029.752,32	1.026.066,70
		Ladário	132.578,34	119.848,44	122.589,28	123.941,68	147.813,81	112.725,52
		Miranda	145.066,45	153.420,79	179.235,37	170.946,78	177.600,71	181.345,93
		Porto Murtinho	51.374,91	52.446,98	65.306,87	79.454,15	77.341,33	78.915,87
PIB Total XI – Pantanal (MS)			**1.810.410,44**	**1.818.632,06**	**1.987.545,35**	**2.122.540,83**	**1.961.358,11**	**1.962.648,79**
PIB Total XI – Pantanal (BR)			**2.789.103,60**	**2.900.859,34**	**3.137.814,76**	**3.323.856,42**	**3.188.125,12**	**3.165.264,84**
MS	XII - Bodoquena	Bela Vista	111.673,81	140.001,46	156.065,37	145.009,86	139.481,72	163.408,45
		Bodoquena	47.074,09	46.315,69	52.509,86	50.584,77	50.531,46	57.784,26
		Bonito	219.764,90	245.837,23	286.091,67	298.938,01	330.682,62	341.186,39
		Caracol	13.870,41	14.990,60	16.148,73	17.380,16	17.892,93	20.073,75
		Guia Lopes da Laguna	58.430,41	62.708,72	72.153,20	75.689,43	70.075,03	74.495,79
		Jardim	197.118,22	228.917,88	230.011,56	264.220,32	254.273,42	290.134,22
		Nioaque	53.130,52	57.162,58	60.827,29	72.045,40	76.892,59	92.037,99
PIB Total XII - Bodoquena			**701.062,34**	**795.934,16**	**873.807,69**	**923.867,94**	**939.829,77**	**1.039.120,83**
MS	XIII - Dourados	Caarapó	355.439,64	375.192,76	344.242,72	393.295,75	409.526,10	484.977,03
		Deodápolis	74.616,15	79.497,68	90.399,06	95.297,12	97.640,20	116.608,05
		Dois Irmãos do Buriti	38.539,12	41.321,33	42.377,57	45.600,95	48.211,34	55.570,53
		Douradina	30.524,67	35.790,91	38.405,26	41.991,69	42.655,94	47.705,30

		Dourados	3.786.537,37	3.993.627,44	4.380.232,84	4.209.283,18	4.763.775,72	5.140.488,62
		Fátima do Sul	156.073,54	162.914,48	184.604,92	196.676,70	189.905,55	221.997,49
		Glória de Dourados	54.549,32	58.819,50	64.389,68	67.306,58	66.049,12	71.086,47
		Itaporã	170.921,69	194.707,71	213.224,43	258.956,73	270.980,76	314.956,06
		Jateí	23.018,20	31.392,55	32.803,81	38.564,45	36.066,04	39.621,28
		Laguna Carapã	70.474,37	80.846,99	90.475,38	110.780,21	102.229,91	150.839,23
		Maracaju	689.549,75	774.178,54	828.641,94	992.043,33	951.955,53	1.120.687,38
		Nova Alvorada do Sul	247.516,00	309.138,66	299.995,82	292.008,87	285.073,55	297.544,45
		Novo Horizonte do Sul	31.346,90	34.947,28	40.687,74	40.594,18	37.957,20	46.030,63
		Rio Brilhante	390.316,48	494.597,46	489.758,08	556.185,97	621.261,20	687.821,59
		Sidrolândia	367.882,60	430.526,32	519.193,32	640.285,62	549.090,34	674.824,19
		Taquarussu	15.276,38	18.340,48	19.068,50	19.986,93	19.194,67	21.987,96
		Vicentina	38.335,27	45.313,36	43.492,44	50.568,48	48.149,13	47.719,76
PIB Total XIII - Dourados			**6.540.917,45**	**7.161.153,44**	**7.721.993,50**	**8.049.426,71**	**8.539.722,30**	**9.540.466,01**
MS	XIV - Cone Sul-mato-grossense	Itaquiraí	108.737,68	150.885,28	154.023,81	181.066,84	164.997,42	200.276,72
		Amambai	261.871,49	287.556,41	309.024,45	327.648,83	313.530,85	437.164,28
		Antônio João	51.647,38	49.954,48	71.355,82	95.999,82	150.898,78	194.351,85
		Aral Moreira	109.256,03	168.927,50	115.742,30	128.621,40	121.750,86	191.696,71
		Coronel Sapucaia	40.503,61	39.655,07	41.234,28	43.905,88	44.841,41	52.305,06
		Eldorado	97.575,13	105.318,55	102.255,04	103.976,88	101.509,45	114.297,80
		Iguatemi	93.055,26	95.919,16	98.035,45	107.682,06	99.766,96	123.579,59
		Japorã	11.688,24	14.289,70	16.751,31	17.302,03	14.673,79	16.960,31
		Juti	28.708,94	45.776,69	48.380,00	48.488,97	46.807,38	53.717,82
		Mundo Novo	143.388,01	155.075,06	170.767,40	192.676,11	202.357,41	219.776,90
		Naviraí	481.766,96	522.351,24	547.584,84	664.259,04	676.099,31	769.235,12
		Paranhos	26.753,07	29.720,45	28.931,73	30.681,54	33.621,08	40.875,22
		Ponta Porã	762.135,53	884.242,51	928.154,76	1.096.717,71	1.232.871,96	1.398.743,90
		Sete Quedas	56.651,71	64.482,09	63.924,94	75.986,40	80.420,93	81.538,99
		Tacuru	37.316,96	43.008,18	43.061,79	48.235,86	41.035,18	42.973,54
PIB Total XIV - Cone Sul-mato-grossense			**2.311.055,99**	**2.657.162,35**	**2.739.227,91**	**3.163.249,36**	**3.325.182,74**	**3.937.493,80**
PIB Total Mato Grosso do Sul			**11.363.446,22**	**12432882,01**	**13322574,45**	**14259084,84**	**14766092,92**	**16479729,42**

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, MUNIC (2015, 2013, 2017, 2018, 2019, 2020). Org.: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Figura 52 - Distribuição do setor Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) - Valor adicionado bruto a preços correntes (R$ 1.000) nos municípios e sub-regiões da FF-CO em Mato Grosso do Sul (2020).



5.5.12.4.5 – Valor Adicionado Bruto Total dos setores (em %) nos municípios da FF-CO em MS

Quadro 83 - Valor Adicionado Bruto Total (em %) nas sub-regiões e municípios da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul (2020)

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas	VAB total	Impostos
XI – Pantanal	**24,03**	**10,13**	**30,99**	**25,95**	**91,10**	**8,90**
Anastácio	18,27	15,37	29,80	27,75	91,19	8,81
Aquidauana	15,44	8,31	37,68	29,74	91,17	8,83
Corumbá	13,85	12,46	35,55	30,23	92,08	7,92
Ladário	2,75	5,29	34,46	49,19	91,68	8,32
Miranda	20,36	5,64	32,19	33,86	92,06	7,94
Porto Murtinho	39,31	3,31	19,44	31,66	93,72	6,28
XII – Bodoquena	**28,50**	**9,76**	**30,32**	**22,16**	**90,74**	**9,26**
Bela Vista	35,69	7,75	23,78	25,27	92,50	7,50
Bodoquena	21,25	22,81	21,79	24,57	90,41	9,59
Bonito	32,04	6,16	35,06	16,31	89,58	10,42
Guia Lopes da Laguna	38,33	11,29	23,30	20,62	93,54	6,46
Jardim	16,03	6,06	40,54	25,55	88,18	11,82
Nioaque	26,78	18,72	23,00	24,59	93,09	6,91
XIII – Dourados	**26,15**	**14,65**	**34,31**	**13,71**	**88,82**	**11,18**
Caarapó	35,09	17,44	25,41	11,48	89,41	10,59
Caracol	46,20	2,94	13,77	31,92	94,83	5,17

Deodápolis	30,79	9,26	29,27	21,66	90,97	9,03
Dois Irmãos do Buriti	34,62	7,88	20,79	30,44	93,73	6,27
Douradina	37,98	3,53	26,31	24,90	92,72	7,28
Dourados	9,34	15,37	47,36	15,09	87,17	12,83
Eldorado	29,85	14,94	25,75	19,64	90,19	9,81
Fátima do Sul	13,75	18,20	37,24	21,60	90,79	9,21
Glória de Dourados	32,01	7,52	27,83	25,53	92,88	7,12
Itaporã	36,90	5,23	29,73	15,25	87,12	12,88
Jateí	69,18	5,18	9,86	10,82	95,04	4,96
Maracaju	42,20	4,81	30,45	9,96	87,42	12,58
Nova Alvorada do Sul	44,88	19,75	16,69	9,83	91,15	8,85
Novo Horizonte do Sul	54,02	5,53	18,63	14,14	92,32	7,68
Rio Brilhante	34,59	26,01	22,04	8,67	91,30	8,70
Sidrolândia	40,43	9,75	24,90	14,27	89,35	10,65
Taquarussu	54,67	4,15	13,29	23,64	95,76	4,24
Vicentina	31,14	27,46	16,69	16,04	91,33	8,67
XIV – Cone Sul-mato-grossense	**33,37**	**11,13**	**28,17**	**16,78**	**89,44**	**10,56**
Amambai	24,97	7,11	34,28	21,67	88,04	11,96
Antônio João	30,15	2,41	36,42	13,13	82,11	17,89
Aral Moreira	56,45	3,72	20,05	9,73	89,95	10,05
Coronel Sapucaia	31,54	5,13	19,67	38,19	94,54	5,46
Iguatemi	38,54	12,74	21,44	19,92	92,63	7,37
Itaquiraí	37,08	18,31	21,41	14,94	91,74	8,26
Japorã	34,72	3,17	12,24	46,12	96,26	3,74
Juti	64,27	5,26	12,97	12,26	94,77	5,23
Laguna Carapã	57,55	3,46	20,79	9,00	90,79	9,21
Mundo Novo	8,63	20,18	34,29	20,10	83,20	16,80
Naviraí	19,66	24,55	30,27	15,34	89,82	10,18
Paranhos	29,27	3,93	17,50	44,59	95,30	4,70
Ponta Porã	33,70	7,74	32,60	14,38	88,42	11,58
Sete Quedas	38,11	5,28	25,56	22,75	91,71	8,29
Tacuru	43,25	3,57	16,58	30,25	93,66	6,34

5.5.13 – Análise SWOT/FOFA do Eixo Desenvolvimento Econômico

Do ponto de vista das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, o eixo desenvolvimento econômico na Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste pode ser organizado, conforme quadro 84.

Quadro 84 - Análise SWOT do Eixo Infraestrutura e Logística

Forças	**Fraquezas**
- Crescimento Populacional: o Brasil, a região Centro-Oeste e a faixa de fronteira apresentaram crescimento populacional entre 2010 e 2022, o que indica dinamismo demográfico. - Diversidade étnica e cultural: a presença significativa de população quilombola e indígena na região reflete uma diversidade étnica e cultural rica, o que pode ser uma força em termos de preservação cultural e promoção da diversidade. - Taxa de urbanização: A maioria da população da faixa de fronteira do Centro-Oeste é urbana,	- Desigualdades sociais: embora tenha havido crescimento populacional, persistem desigualdades sociais na região, incluindo diferenças significativas entre áreas urbanas e rurais. - Ameaças aos povos indígenas e quilombolas: a população indígena e quilombola é vulnerável a ameaças, como invasão de terras, desmatamento e pressões externas que afetam suas terras e modos de vida. - Baixo IDHM em alguns municípios: apesar das melhorias, ainda existem municípios com

o que pode representar oportunidades em termos de desenvolvimento urbano e acesso a serviços. - Melhoria no IDHM: Vários municípios da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, como Dourados, tiveram melhorias significativas em seus índices de desenvolvimento humano ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010. Isso indica um progresso na qualidade de vida da população. - Participação de municípios com IDHM elevado: Alguns municípios da região, como Campos de Júlio e Tangará da Serra, alcançaram IDHM consideravelmente elevados. - Alto número de assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas: a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste possui muitos assentamentos (263), o que representa uma base sólida para a implementação de políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural. - Área considerável: a área total dos assentamentos na região é significativa (954.470,06 ha), o que pode suportar uma variedade de atividades agrícolas e agropecuárias. - Dos 45 municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul, 27 possuem territórios indígenas e 11 dos 28 municípios em Mato Grosso. - Presença de população quilombola de 1642 pessoas, presentes em 16 dos 73 municípios da faixa de fronteira. 5. - População assentada expressiva: com mais de 31 mil famílias assentadas, essas comunidades podem se tornar um importante fator de desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais da faixa de fronteira. - Diversidade de sub-regiões: a região inclui várias sub-regiões com características distintas, o que permite a adaptação de políticas e estratégias de desenvolvimento de acordo com as necessidades específicas de cada área. - Forte presença no setor agrícola e oportunidades de expansão. - Importância como portas de entrada para o comércio internacional. - Crescimento constante nos setores de comércio e serviços. - Potencial para diversificar a economia.	baixos índices de desenvolvimento humano na Faixa de Fronteira, como Japorã e Mundo Novo. Essa disparidade pode gerar desigualdades sociais. - Necessidade de investimento em educação e saúde: os indicadores de educação e saúde são áreas onde muitos municípios ainda apresentam fraquezas, refletindo a necessidade de investimentos nessas áreas. - Baixa produtividade agrícola: algumas áreas de assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas podem enfrentar desafios em termos de baixa produtividade agrícola devido à falta de infraestrutura, tecnologia e capacitação adequadas. - Falta de infraestrutura: muitos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas podem carecer de infraestrutura básica, como estradas, eletricidade, escolas e serviços de saúde, o que limita o potencial de desenvolvimento. - Vulnerabilidade a flutuações nos preços das commodities agrícolas. - Falta de infraestrutura industrial avançada. - Necessidade de melhorias na qualificação da mão de obra. - Desafios na prestação de serviços de qualidade. - Ausência de acordos para comercialização fronteiriça de produtos da agricultura familiar, em especial, nas cidades-gêmeas.
Oportunidades - Desenvolvimento regional: o crescimento populacional pode impulsionar o	**Ameaças** - Desmatamento e exploração ambiental: o crescimento populacional pode aumentar a

desenvolvimento econômico regional, criando oportunidades de emprego e negócios. - Valorização da diversidade cultural: a presença de população quilombola e indígena pode promover a valorização da diversidade cultural e impulsionar atividades econômicas relacionadas ao turismo cultural e étnico. - Potencial de crescimento econômico: a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste abriga uma parte significativa da produção agropecuária do Brasil. Isso oferece oportunidades para o desenvolvimento econômico e a melhoria do IDHM por meio de investimentos em infraestrutura e diversificação econômica. - Apoio governamental: o governo pode direcionar políticas públicas específicas para a região, com foco na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, como programas de educação e saúde. - Tendência mundial para o agronegócio sustentável: a região tem um grande potencial para o desenvolvimento do agronegócio sustentável, com oportunidades para produção orgânica, agroecologia e agricultura de pequena escala. - Mercados locais e regionais: a proximidade de centros urbanos e mercados locais oferece oportunidades para os agricultores assentados venderem seus produtos, promovendo o desenvolvimento econômico local. - Recursos naturais abundantes: a região é rica em recursos naturais, como água e biodiversidade, que podem ser explorados de forma sustentável para o benefício das comunidades locais. - As terras indígenas representam potenciais para a conservação ambiental, manejo sustentável de recursos, conhecimento botânico e medicinal, preservação de sementes tradicionais, turismo cultural e ecoturismo, patentes e propriedade intelectual, autonomia e autodeterminação e diálogo intercultural. - Diversificação da economia para reduzir a dependência da agricultura. - Investimento em infraestrutura industrial e qualificação da mão de obra. - Promoção do turismo e serviços relacionados. - Exploração de novos mercados no comércio internacional.	pressão sobre os recursos naturais, levando a ameaças como desmatamento e degradação ambiental. - Conflitos sociais: o aumento da população e a presença de comunidades vulneráveis podem levar a conflitos fundiários e sociais, representando uma ameaça para a estabilidade regional. - Pressões ambientais: o desenvolvimento econômico da região pode levar a pressões ambientais, como desmatamento e degradação ambiental, que afetam a qualidade de vida da população. - Desigualdades regionais: a persistência de municípios com baixos IDHM na região pode criar desigualdades sociais e econômicas, levando a problemas sociais e políticos. - Desmatamento e exploração não sustentáveis: a pressão por desmatamento e exploração não sustentável dos recursos naturais pode representar uma ameaça ao meio ambiente e aos meios de subsistência das comunidades locais. - Conflitos fundiários: a região pode ser suscetível a conflitos fundiários devido a disputas pela posse da terra, o que pode prejudicar a estabilidade e o desenvolvimento dos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas. - Mudanças climáticas: as mudanças climáticas podem afetar negativamente a produção agrícola e a disponibilidade de recursos hídricos, representando uma ameaça para a sustentabilidade dos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas. - Riscos climáticos que afetam a produção agrícola. - Flutuações nos preços das commodities. - Concorrência de outras regiões. - Questões de infraestrutura inadequada. - Gripe aviária.

Fonte: Autores, 2023.

5.5.13.1 – Potencialidades a partir do quadro populacional

Após a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças) com base nas informações apresentadas nos quadros sobre o panorama e evolução populacional do país, dos estados da região Centro-Oeste e da faixa de fronteira do Centro-Oeste, considerando também a população quilombola e indígena, pode ser observado as potencialidades a partir dos seguintes temas:

1. Desenvolvimento urbano sustentável: a urbanização da região pode ser direcionada para um desenvolvimento urbano sustentável, com investimentos em infraestrutura e serviços públicos.
2. Preservação cultural: a presença de populações quilombolas e indígenas oferece a oportunidade de preservar e promover as ricas tradições culturais desses grupos.
3. Agronegócio sustentável: a região Centro-Oeste é uma das principais áreas de produção agrícola do Brasil, e o crescimento populacional pode impulsionar o desenvolvimento do agronegócio sustentável.

Em resumo, o panorama e evolução populacional da região Centro-Oeste e da faixa de fronteira apresentam desafios, como desigualdades sociais e pressões ambientais, mas também oportunidades de desenvolvimento econômico, preservação cultural e valorização da diversidade étnica. A gestão sustentável dos recursos naturais e a promoção da inclusão social são essenciais para aproveitar ao máximo as potencialidades da região e enfrentar as ameaças.

5.5.13.2 – Potencialidades a partir do IDHM na Faixa de Fronteira

Após a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças) com base nas informações apresentadas nos quadros referentes ao panorama e evolução do IDHM na Faixa de Fronteira do Centro-Oeste brasileiro, pode-se observar as potencialidades a partir dos seguintes pontos:

1. Investimento em educação e saúde: A melhoria dos indicadores de educação e saúde pode ser uma potencialidade, pois contribuirá para o aumento do IDHM e da qualidade de vida da população.

2. Desenvolvimento sustentável: a região tem potencial para adotar práticas de desenvolvimento sustentável, promovendo a conservação ambiental e o crescimento econômico equilibrado.
3. Valorização do potencial humano: investir em programas de capacitação e qualificação da mão de obra local pode melhorar o mercado de trabalho e aumentar a renda da população, impactando positivamente no IDHM.

Em resumo, a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste apresenta uma variedade de situações em relação ao IDHM de seus municípios. Enquanto alguns demonstram progressos significativos, outros ainda enfrentam desafios para melhorar a qualidade de vida de suas populações. O investimento em educação, saúde e desenvolvimento sustentável, aliado ao potencial econômico da região, pode contribuir para um aumento geral no IDHM e na qualidade de vida das comunidades locais. No entanto, é importante monitorar e abordar as ameaças, como pressões ambientais e desigualdades regionais, para garantir um desenvolvimento equitativo e sustentável.

5.5.13.2 - Potencialidades a partir dos Territórios

Após a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças) com base nas informações apresentadas nos quadros referentes ao número de assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas nos municípios da faixa de fronteira do Centro-Oeste, pode-se observar as potencialidades a partir dos seguintes pontos:

1. Diversificação agrícola: os assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas têm a oportunidade de diversificar suas atividades agrícolas, explorando culturas diferentes e sistemas de produção inovadores.
2. Integração de saberes locais: a rica diversidade cultural das comunidades de assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas podem ser uma fonte valiosa de conhecimento tradicional, que pode ser integrado às práticas agrícolas e de conservação ambiental.
3. Apoio governamental: o compromisso do governo em apoiar a reforma agrária, a demarcação de terras e o desenvolvimento rural na região pode ser uma vantagem importante para impulsionar o crescimento e a sustentabilidade dos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas.

5.5.6 - TURISMO

Os dados deste relatório visam fornecer uma visão abrangente das estratégias propostas e seus potenciais impactos, contribuindo para uma compreensão mais clara das perspectivas de desenvolvimento econômico nesta região estratégica do Brasil, bem como oportunizar reflexões e geração de propostas de iniciativas que visam fortalecer a economia regional, gerar empregos, atrair investimentos e promover a inclusão social, considerando os fatores internos e externos, ou seja, as particularidades, com suas forças, fraquezas, bem como as oportunidades e desafios impostas ou apresentadas aos municípios fronteiriças. Ou seja, os dados, informações e análises estão relacionadas aos fatores internos e externos, forças e fraquezas, oportunidades e ameaças relativas as atividades de desenvolvimento econômico dos municípios mato-grossenses e sul-mato-grossenses. São os seguintes Eixos Estratégicos trabalhados em sequência: desenvolvimento econômico; segurança; saúde; infraestrutura e logística; educação; turismo; e meio ambiente.

5.5.6.1 - Procedimentos metodológicos do componente turismo

O fato de os/as pesquisadores/as conhecerem os municípios e estarem imersos em redes (sejam formais ou informais) de contatos e interações com agentes que atuam no *trade* turístico dos destinos sob análise, permitiu com que fosse desenvolvido um “olhar” mais apurado, por parte dos/as pesquisadores/as, acerca das questões que norteiam a presente investigação.

As redes de contatos e interações com os atores municipais possibilitaram, por exemplo, com que os/as pesquisadores/as realizassem várias trocas de mensagens e telefonemas, tendo como propósito: **(a)** apresentar as características gerais da pesquisa; **(b)** coletar dados secundários já sistematizados e; **(c)** mapear uma rede de atores do turismo nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo como meta apurar informações que sejam mais profundas e detalhadas.

Os elementos considerados no diagnóstico preliminar desta pesquisa foram:

1) Municípios do Estado de Mato Grosso já consolidados turisticamente na faixa de fronteira, tais como: Barão de Melgaço, Cáceres e Poconé. Estes municípios são considerados consolidados em função das questões comerciais, de planejamento e de governança;

2) Municípios do Estado de Mato Grosso em consolidação turística na faixa de fronteira, tais como: Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade. Estes municípios são considerados em consolidação em função das questões comerciais, de planejamento e de governança;

3) Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul já consolidados turisticamente na faixa de fronteira, tais como: Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim e Ponta Porã. Estes municípios são considerados consolidados em função das questões comerciais, de planejamento e de governança;

4) Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul já consolidados turisticamente na faixa de fronteira, tais como: Bodoquena e Porto Murtinho. Estes municípios são considerados consolidados em função das questões comerciais, de planejamento e de governança;

5) Mapeamento das atratividades locais do ecoturismo de cada município;

6) Mapeamento das atratividades locais do turismo de base comunitária de cada município;

7) Mapeamento do calendário de eventos tradicionais e de festividades de cada município.

Além desses elementos considerados, foram também indicadas as principais fraquezas, fortalezas e oportunidades da atividade turística de cada município. Após todo o processo de levantamento de dados secundários no escopo da pesquisa, foram realizadas reuniões virtuais com o propósito fazer uma reflexão acerca da conjuntura dos processos da dinâmica do turismo na faixa fronteiriça.

Nas entrevistas realizadas foram feitas as seguintes perguntas:

- Quais as modalidades de pesquisas acadêmicas nos anos recentes nos municípios turísticos?
- Quais as estratégias para a qualificação do turismo, de acordo com a Política Nacional De Qualificação em Turismo?
- Qual a direção dos fluxos em busca pelos equipamentos de lazer do turismo nas cidades-gêmeas?
- O que sonha em ter ou ver no município daqui a 10 anos em termos de turismo?

5.5.6.2 - Mato Grosso do Sul

I - Rota Turística Estratégica Pantanal Sul e Bonito

5.5.6.1.1– Bonito (MS)

O município de Bonito caracteriza-se, nacional e internacionalmente, como um relevante destino de ecoturismo. Dentre as atividades normalmente empreendidas no âmbito do ecoturismo em Bonito, destacam-se: passeios de flutuação e mergulho (com a possibilidade de contemplação da flora e fauna subaquática), trilhas ecológicas, passeios de bote, cavalgadas, arvorismo, *boia cross*, sem contar as atividades de recreação e lazer que podem ser empreendidas nos balneários que existem na cidade.

Deve-se destacar que um dos principais atributos valorizados pelos turistas que visitam Bonito são as águas dos rios, que são significativamente cristalinas, sobretudo em função das formações geomorfológicas da localidade. Por conta do aspecto cristalino das águas dos rios de Bonito, são muito procurados os passeios que envolvem flutuação, mergulho e contemplação da fauna e flora subaquáticas. Além disso, a cidade possui cavernas e grutas, dentre as quais a mais conhecida é a Gruta do Lago Azul, que já foi palco para gravação de novelas e, atualmente, é um dos atrativos turísticos mais visitados em Bonito.

No ano de 2019 o município de Bonito recebeu um total de 209.568 visitantes, valor pouco mais de 4% superior em relação à quantidade de visitantes do ano de 2018 (OTEB, 2019). Dentre as atividades predominantemente realizadas pelos turistas em Bonito no ano de 2019 estão as visitas aos balneários, seguidas dos passeios de flutuação, além dos passeios em grutas e cachoeiras (OTEB, 2019).

O quadro 85 sintetiza algumas informações básicas sobre a quantidade de visitantes, além do total de passeios visitados em Bonito no período de 2015 até 2019.

Quadro 85- Relação de visitantes e passeios turísticos realizados em Bonito, no período entre 2015 e 2019

Ano	Total de visitantes	Quantidade de passeios feitos no destino	Média de passeios por visitante
2015	204.299	634.846	3,11
2016	212.817	662.171	3,11
2017	201.220	590.319	2,93
2018	201.215	631.389	3,14
2019	209.568	711.515	3,40

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base em OTEB (2019)

Considerando os turistas que conheceram a Gruta do Lago Azul no ano de 2019, tem-se que os visitantes que residem no Brasil e que estiveram neste atrativo são provenientes principalmente dos Estados de São Paulo (33,7% do total de visitas), Rio de Janeiro (11,7%), Paraná (8,4%) e outros municípios do próprio Mato Grosso do Sul (8,2%) (OTEB, 2019). Já os visitantes estrangeiros que estiveram no mesmo atrativo são provenientes sobretudo da Alemanha (1,1% da nacionalidade de todos os visitantes), Paraguai (1%), Estados Unidos (0,9%) e França (0,7%) (OTEB, 2019). Muito embora os dados de visitação da Gruta do Lago Azul não permitam o estabelecimento de um panorama da origem e nacionalidade de todos os turistas de Bonito em 2019, ainda assim acredita-se que tais informação perfazem uma boa indicação do perfil dos turistas que conheceram a cidade no ano em questão.

Do ponto de vista da organização e planejamento do turismo em Bonito, as principais instância de governança dos agentes do *trade* turístico local são as seguintes:

- Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (SECTUR), vinculada à Prefeitura Municipal;
- Bonito *Convention & Visitors Bureau*, fundado no ano de 2005, trata-se de uma associação sem fins lucrativos e mantido pelo empresariado local, cujo propósito é atuar na captação de eventos para Bonito e no desenvolvimento de ações de marketing que promovam o destino nacional e internacionalmente;
- Conselho Municipal de Turismo de Bonito, fundado no ano de 1995 e com um regulamento interno, atualmente vigente, que data do ano de 2011. Possuem assento no COMTUR as principais associações representativas do *trade* turístico de Bonito (que serão pontuadas logo abaixo);
- Associação Bonitense dos Proprietários de Agências de Ecoturismo (ABAETUR);
- Associação Bonitense de Hotelaria (ABH);
- Associação Comercial e Empresarial de Bonito (ACEB);
- Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Bonito/MS (ABRASEL);
- Associação de Guias de Turismo de Bonito (AGTB);
- Associação Bonitense das Empresas de Transportes Turísticos e Locadoras (ABETTUL);
- Sindicato Rural e Patronal de Bonito;
- Associação dos Atrativos Turísiticos de Bonito e Região (ATRATUR).

Merece destaque o fato de que a localidade em análise possui, em operação, o Observatório de Turismo e Eventos de Bonito-MS (OTEB), cujo propósito é gerar informações e estatísticas que “sustentem” o planejamento e operacionalização da atividade do turismo em Bonito. O Observatório possui uma página na internet, na qual é possível, sem maiores

empecilhos, acessar boletins mensais sobre os desdobramentos do turismo na localidade (tais boletins estão disponíveis desde janeiro de 2017), além de anuários estatísticos e inventários sobre os equipamentos de apoio ao turismo existentes em Bonito. Chama a atenção o fato de que o Observatório de Turismo e Eventos de Bonito é coordenado pelo Bonito *Convention & Visitors Bureau*, de modo que tal informação está publicada, em destaque, logo na página inicial da página online do Observatório.

Muito embora o turismo seja uma atividade de significativa importância em Bonito, foi possível verificar que a localidade não possui um Plano Municipal de Turismo vigente, com a especificação de diretrizes de longo prazo para o planejamento da atividade turística no município. Ao longo dos processos de coleta de dados empíricos para esta pesquisa, constatamos – segundo relatos de agentes do *trade* turístico de Bonito – que o destino está às voltas, neste ano de 2020, com a elaboração de um Plano Estratégico do Turismo (denominado de "Fortalece Turismo"), com destaque para a criação de estratégias de marketing do destino, que notadamente divulguem as belezas de Bonito, atraiam turistas e auxiliem as organizações locais do turismo nos esforços de retomada da atividade, ante aos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a oferta e demanda local por serviços de turismo.

No que tange aos equipamentos de apoio ao turismo, os inventários sistematizados pelo Observatório de Turismo e Eventos de Bonito (OTEB, 2020a), relativos aos anos de 2015 e 2016, dão conta de que a localidade em análise possui:

- 76 meios de hospedagem, sendo: 6 albergues, 1 *resort* e 69 hotéis. Do total de meios de hospedagem, 8 localizam-se no perímetro rural (incluindo o *resort*), ao passo em que os 68 restantes estão no perímetro urbano de Bonito;
- 68 bares, restaurantes e similares, a imensa maioria no centro de Bonito, localizados ao longo da Rua Cel. Pilad Rébua (considerada a principal e mais movimentada da cidade);
- 47 agências de turismo, que empregam, de forma permanente, 230 funcionários. Do total de agências de turismo de Bonito, 27 (57,4% do total) são anexas à estrutura de operação de hotéis e do *resort* que há em Bonito;
- 9 empresas de transporte e de aluguel de veículos;
- 119 guias de turismo, todos/as com a devida certificação, ou seja: possuem cursos técnicos de guia. Do total de guias, 24 (20,2% do total) possuem fluência em inglês, ao passo em que 9 (7,6% do total) são fluentes em espanhol. De todos os guias de Bonito, 76 deles (63,9% do total) não são fluentes em outra língua, além do português;
- 42 lojas de artesanato, camisetas e *souvenires* diversos;
- Centro de Informações Turísticas (CAT).

Quanto aos atrativos turísticos existentes em Bonito, o quadro 86 sumariza os principais deles (que são um total de 33), que também constam nos inventários organizados pelo Observatório de Turismo e Eventos de Bonito (OTEB, 2020a). Vale destacar, conforme se perceberá no quadro por ora em análise, que a quase totalidade dos atrativos são ligados à perspectiva do ecoturismo, considerada a mais promissora e importante no âmbito do turismo em Bonito.

Quadro 86: Principais Atrativos turísticos de Bonito

Nome do atrativo	Atividade principal	Localização	nº visitantes por dia
Abismo Anhumas	Rapel com flutuação	Zona Urbana	20
Aquário de Bonito	Visitação	Zona Urbana	----
Boca da Onça Ecotur	Trilha e Rapel	Zona Rural	180
Balneário do Sol	Balneário	Zona Rural	1500
Balneário Ilha Bonita	Balneário	Zona Rural	1000
Balneário Municipal	Balneário	Zona Rural	1500
Barra do Sucuri	Flutuação	Zona Rural	80
Bonito Aventura	Flutuação	Zona Rural	80
Cabanas Arvorismo	Arvorismo	Zona Rural	60
Cabanas Boia Cross	Boia Cross	Zona Rural	120
Caiman Scuba Dive	Mergulho de cilindro	Zona Urbana	20
Cavalgada Recanto do Peão	Cavalgada	Zona Urbana	40
Ceita Corê Ecoturismo	Trilha e cachoeiras, com mergulho	Zona Rural	126
Discovery Bonito Scuba no Rio Formoso	Escola de Mergulho com discovery no Rio Formoso	Zona Urbana	20
Estância Mimosa Ecoturismo	Trilha e cachoeiras	Zona Rural	156
Fabrica Taboa Encantos	Visitação	Zona Urbana	
Gruta de São Miguel	Contemplação	Zona Rural	260
Gruta do Lago Azul	Contemplação	Zona Rural	305
Gruta São Mateus e Museo	Contemplação	Zona Rural	223
Kelm Scuba Dive	Mergulho com cilindros sem necessidade de curso	Zona Rural	20
Lobo Guara Bike Adventure	Passeio de bike com reflorestamento	Zona Urbana	16
Nascente Azul	Flutuação	Zona Rural	150/400
Parque das Cachoeiras	Trilha Ecológica com banhos de cachoeiras	Zona Urbana	150
Parque Ecológico Baia Bonita	Flutuação	Zona Rural	180
Parque Ecológico Rio Formoso	Boia Cross, Cavalgada, Flutuação, Trilhas, Recreação	Zona Rural	150
Porto da Ilha	Bote no Rio Formoso, Duck, Stand Up, Boia.	Zona Rural	1.000
Praia da Figueira	Balneário	Zona Urbana	700
Projeto Jibóia	Visitação	Zona Urbana	200
Rio do Peixe	Trilha e cachoeiras	Zona Rural	183
Rio Sucuri Ecoturismo	Flutuação	Zona Urbana	150
Rotta Zagaia	Passeio de Quadriciclo	Zona Rural	60
Sitio Ybira Pe	Arvorismo	Zona Rural	50
Trilha Boiadeira	Passeio de Quadriciclo	Zona Urbana	40

Fonte: OTEB (2020a)

Um aspecto que merece vir à tona, nesta caracterização turística, é a existência do *voucher* único digital, que permite um maior controle dos desdobramentos e potenciais impactos da atividade do turismo em Bonito. Conforme já pontuado anteriormente neste relatório técnico, vale reiterar que o *voucher* único digital representa uma espécie de cupom, emitido quando o turista adquire um passeio em uma agência de viagem de Bonito, que permite com que esse turista acesse o atrativo que pretende conhecer, e receba os serviços efetivamente adquiridos (o que inclui o serviço de guia, caso seja necessário para que o passeio se concretize da melhor forma possível).

Todos os dias, as agências de turismo que atuam em Bonito, com a anuência do COMTUR, possuem um limite máximo de *vouchers* que podem emitir e comercializar, por intermédio de um sistema eletrônico integrado. Desse modo, o funcionamento do *voucher* permite com que o destino tenha um controle maior quanto à quantidade de visitantes que, diariamente, passam pelos atrativos, numa dinâmica em que é perfeitamente possível respeitar a capacidade máxima de carga que os atrativos podem suportar, de modo a fazer com que a prática do turismo, na localidade, não implique em maiores prejuízos e impactos para os atrativos e o meio ambiente local.

Para o futuro, merece destaque a perspectiva de que Bonito possui a visão de "ser o melhor destino do mundo em ecoturismo sustentável até 2030", de tal modo que esta projeção já está devidamente registrada nos planos estratégicos em elaboração pelo *trade* turístico do destino. Para que tal visão seja "materializada", constam os seguintes objetivos, definidos pelo *trade* local: (a) Criar e fomentar implantação de boas práticas de sustentabilidade no destino; (b) Conscientizar a comunidade para a importância da atividade turística no destino; (c) Fortalecer a cooperação público-privada no turismo e; (d) Melhorar a promoção do destino turístico.

Um último aspecto que merece ser brevemente ressaltado é o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a atividade do turismo em Bonito. Em suma, devido à pandemia, o destino em análise ficou praticamente fechado no período de 23 de março até 1 de julho de 2020. Segundo uma sondagem, realizada no correr de maio de 2020, sobre os impactos da pandemia no setor de turismo de Bonito, constatou-se que o *trade* turístico local já havia demitido, até maio/2020, um total de 566 funcionários (o que equivale a 29% do número de colaboradores com carteira assinada no setor de turismo de Bonito), de modo que o maior número de demissões ocorreu no setor de meios de hospedagem e restaurantes (OTEB, 2020b).

5.5.6.1.2 – Bodoquena (MS)

O município de Bodoquena estrutura-se, do ponto de vista do turismo, de modo especialmente voltado para o segmento de ecoturismo, com o predomínio de atividades ligadas aos seguintes aspectos: (a) visitação de rios e cachoeiras de águas cristalinas e com bom potencial para banho; (b) *day use* em balneários, muitos deles com piscinas naturais; (c) visitação em grutas de grutas com formações espeleológicas muito peculiares e; (d) visitação ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena, cujo acesso mais prático se dá pela cidade de Bodoquena.

Merece destaque o fato de que Bodoquena localiza-se muito próximo de Bonito (a distância entre as duas cidades é de 74 quilômetros). Pelo fato de Bonito ser um destino turístico mais conhecido e consolidado, percebe-se uma espécie de dependência de Bodoquena em relação à Bonito, de modo que normalmente os turistas que visitam Bodoquena, em especial aqueles provenientes de outros países e de outros Estados da Federação, dirigem-se até esta cidade depois de terem conhecido Bonito. Vale frisar que a imensa maioria dos passeios feitos em Bodoquena são comercializados pelas agências de viagem que se localizam e operam em Bonito.

Muito embora o *trade* turístico local reconheça que a proximidade com Bonito implica na atração de mais visitantes para Bodoquena, ainda assim tais agentes concordam que há uma necessidade premente de que o destino se diversifique, a fim de que crie identidade e também ofereça uma quantidade maior de produtos turísticos que agradem e atraiam os turistas.

Outro aspecto que deve ser salientado é o fato de que Bodoquena também fica muito próximo de Miranda (a distância é de cerca de 50 quilômetros), esta última uma cidade já localizada em uma área cercada pelo bioma pantaneiro, de modo que também não são incomuns os turistas que, depois de visitarem Miranda, acabam se dirigindo até Bodoquena, muito embora a frequência seja menor em relação àqueles que visitam Bonito e depois vão até Bodoquena.

Vale dizer, em função dos aspectos brevemente sumarizados acima, que Bodoquena dispõe da possibilidade de posicionar-se enquanto um destino turístico deveras singular e estrategicamente bem localizado, atraindo as externalidades positivas decorrentes da proximidade em relação à Bonito e Miranda, estes últimos destinos turísticos mais conhecidos e movimentados em relação à Bodoquena. De todo modo, para que o município por ora em análise logre tal feito, é fundamental que se empreenda um processo de planejamento

estratégico, com o consequente incremento da oferta de produtos e serviços turísticos na localidade.

Do ponto de vista da governança entre os agentes do trade turístico, constatou-se que Bodoquena apresenta as seguintes instâncias:

- Conselho Municipal de Turismo de Bodoquena (COMTUR), criado por intermédio da lei municipal nº 271, de 1997. Fazem parte do COMTUR de Bodoquena os representantes do poder público, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada, além da comunidade local;
- Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Econômico que, dentre uma série de atribuições, possui a missão de zelar pela atividade turística do município de Bodoquena.

Destaque-se que o destino turístico em análise consolidou, em março de 2020, o Plano Municipal de Turismo (2020-2025) de Bodoquena, idealizado por intermédio de uma parceria entre o *trade* turístico de Bodoquena e o *campus* de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAQ/UFMS), que possui um curso de bacharelado em Turismo. Em suma, o Plano Municipal de Turismo em tela apresenta uma série de análises estratégicas (a maioria feita por meio da ferramenta SWOT), cuja finalidade é apresentar os principais trunfos e fragilidades evidenciados no âmbito do "arranjo" do turismo em Bodoquena.

No que tange aos equipamentos de apoio ao turismo em Bodoquena, foram sistematizadas as seguintes informações:

- A cidade dispõe de 2 hotéis, que foram inventariados pelo Observatório de Turismo e Eventos de Bonito (OTEB);
- Há 2 restaurantes mais conhecidos na cidade, que também foram catalogados pelo Observatório de Turismo e Eventos de Bonito (OTEB);
- Conforme consta no Plano Municipal de Turismo, Bodoquena dispõe de 3 agências bancárias, uma agência de correios e telégrafos, além de 15 estabelecimentos de saúde, que são adequados para ocorrências de baixa e média complexidade. Ressalte-se ainda que há 2 companhias de ônibus que oferecem linhas regulares até Bodoquena, a maioria saindo da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Quanto aos atrativos turísticos de Bodoquena, deve-se frisar que o principal atrativo da localidade é a cachoeira Boca da Onça, na qual é possível fazer trilhas, rapel, observação de aves além de, é claro, banhar-se nas águas cristalinas do atrativo. A capacidade de carga da Boca da Onça é de 180 pessoas por dia, de modo que atrativo em questão é comercializado

pelas agências de viagens que se localizam em Bonito (não há uma agência de viagem atualmente em operação na cidade de Bodoquena).

O quadro 87, abaixo, sumariza os principais atrativos turísticos localizados especificamente em Bodoquena:

Quadro 86 - Principais Atrativos turísticos de Bodoquena

Nome do atrativo	Atividades que podem ser empreendidas
Cachoeira Boca da Onça	Trilhas, rapel, observação de aves e banho
Cachoeiras Serra da Bodoquena	Trilhas e banho
Cachoeira do Buraco do Macaco	Trilhas, banho e contemplação
Refúgio Canaã	Banho, tirolesa e *camping*
Queda d'Água Fazenda do Betione	Trilhas, banho e passeio de bote
Balneário Águas de Bodoquena	Banhos em piscinas naturais e *camping*

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base em TripAdvisor (2020a)

Por fim, vale destacar que consta no Plano Municipal de Turismo de Bodoquena as seguintes diretrizes estratégicas para o incremento do turismo na localidade em análise: (a) consolidação do segmento de *birdwatching* (observação de aves); (b) realização de eventos esportivos no município; (c) implementação do *voucher* único digital, nos mesmos moldes do modelo já adotado em Bonito (vale ressaltar que, com o *voucher* único digital, espera-se atrair agências de turismo interessadas em operar na cidade); (d) formação de um grupo de guias de turismo, especializados nos atrativos da localidade e; (e) estímulo ao turismo gastronômico, com foco especial na Palga Serrana, prato típico da localidade.

5.5.6.1.3 – Jardim (MS)

O município de Jardim estrutura-se, do ponto de vista do turismo, de modo sobremaneira voltado para o segmento de ecoturismo, com destaque para as seguintes atividades: (a) passeios de flutuação, com a possibilidade de se contemplar a fauna e flora subaquáticas (o que factível em função do predomínio de águas cristalinas nos rios da região); (b) *birdwatching*, de modo que se podem observar mais de 150 espécies de aves, sobretudo em um importante atrativo da localidade, que é a Reserva Particular do Patrimônio Natural Buraco das Araras; (c) realização de trilhas; (d) cavalgadas e; (e) atividades de *camping* e banhos nos balneários que existem na cidade sob análise.

Merece destaque o fato de que Jardim localiza-se muito perto de Bonito – a distância entre as duas cidades é de pouco menos de 70 quilômetros, que podem ser percorridos em estradas em bom estado de conservação. Assim como ocorre com Bodoquena, vale salientar

que os turistas que visitam Jardim normalmente conhecem os atrativos da cidade depois de terem visitado Bonito. A grande maioria dos passeios de Jardim são comercializados pelas agências de turismo que se localizam e atuam na cidade de Bonito. Sendo assim, percebe-se que Jardim carece de maior identidade no que tange à "formatação" do turismo, visto que boa parte dos atrativos turísticos da localidade são automaticamente associados à Bonito, uma vez que, *stricto sensu*, os turistas adquirem esses passeios quando estão em Bonito, motivados pelo desejo de conhecer sobretudo esta localidade.

Do ponto de vista da governança entre os agentes do *trade* turístico, constatou-se que Jardim apresenta as seguintes instâncias:

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico que, dentre uma série de temáticas, também é incumbida de "responder" pelos assuntos alusivos ao planejamento e difusão do turismo em Jardim. Vale sublinhar que o fato de o termo "turismo" não aparecer, de modo explícito, no nome da secretaria em questão sugere a falta de uma gestão pública focada no fomento e difusão de tal atividade.
- Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Jardim. De todo modo, nas pesquisas em documentos oficiais e nos sítios eletrônicos das autarquias públicas de Jardim, não foram encontradas menções à composição atual do COMTUR e aos detalhes da atuação de tal instância de governança do turismo, na atualidade. A última menção ao COMTUR que foi encontrada na página oficial da Prefeitura de Jardim data de 2013, em um documento oficial que nomeou a composição de tal Conselho para o biênio 2013/2014.

Ainda no que tange à organização do turismo em Jardim, destaque-se que o destino não possui um Plano Municipal de Turismo vigente. Sendo assim, inexistem, no município, estratégias e planejamentos que norteiem as ações do *trade* turístico local, tendo como propósito o incremento da atividade do turismo na região.

No que tange aos equipamentos de apoio ao turismo, vale destacar que Jardim apresenta as seguintes especificidades, que foram mapeadas pelo Observatório do Turismo e Eventos de Bonito (OTEB, 2020a), com informações relativas à 2015/2016:

- Há 3 hotéis na cidade de Jardim, com uma disponibilidade total de 81 Unidades Habitacionais (UH's) e 310 leitos;
- Há 5 bares e restaurantes em Jardim cuja configuração e estrutura são minimamente adequadas para receber turistas, muito embora nenhum deles possua funcionários que sejam fluentes em outras línguas (além do português);
- Há 2 agências de viagem que operam na cidade em análise e;

- Existem 5 guias de turismo, com certificação, que atuam em Jardim – dois deles são fluentes em inglês;
- O destino conta com um Centro de Informações Turísticas (CAT), que se localiza logo na entrada da cidade, na principal rodovia que dá acesso à Jardim.

Quanto aos atrativos turísticos localizados em Jardim, vale registrar que a cidade possui dois atrativos mais (re)conhecidos: (a) o Buraco das Araras, que trata-se de uma dolina localizada em uma RPPN, na qual é possível fazer trilhas e observação de espécies de aves (das quais a mais conhecida e admirada é a arara-vermelha) e; (b) o Recanto Ecológico Rio da Prata, no qual é possível realizar atividades de flutuação, mergulho, além de trilhas.

De um modo geral, os atrativos turísticos em operação na cidade de Jardim, segundo o Observatório do Turismo e Eventos de Bonito (OTEB, 2020a), são os seguintes, sumarizados no quadro 88. Ressalte, por ser oportuno, que todos os atrativos abaixo pontuados se localizam no perímetro rural de Jardim.

Quadro 87 - Principais Atrativos turísticos de Jardim

Nome do atrativo	Atividade principal	nº visitantes por dia
Buraco das Araras Ecoturismo	Caminhada com contemplação de uma dolina, observação e fotografia de aves.	220
Lagoa Misteriosa	Trilha e flutuação; Mergulho com cilindro	50 (flutuação) e 28 (mergulho)
Recanto Ecológico Rio da Prata	Trilha e flutuação	150
Balneário Municipal de Jardim	*Day-use*	1.200

Fonte: OTEB (2020a)

Um último aspecto que merece destaque é o fato de que, assim como foi evidenciado no caso de Bodoquena, os atrativos turísticos de Jardim normalmente são associados à Bonito, principalmente pelo fato de o turista normalmente comprar o passeio em Bonito e dirigir-se até Jardim depois de ter conhecido Bonito, motivado pelas experiências turísticas e pelo próprio marketing deste último destino.

5.5.6.1.4 - Aquidauana (MS)

O município de Aquidauana, em linhas gerais, sempre foi (re)conhecida como a "porta de entrada" do Pantanal Sul-mato-grossense, uma vez que é passagem praticamente obrigatória dos turistas que saem de Campo Grande e rumam para Corumbá ou Miranda, por via terrestre. Desse modo, Aquidauana se estruturou, historicamente, enquanto um destino de turismo de

pesca, que é a atividade mais demandada pelos turistas interessados em conhecer o bioma pantaneiro.

De todo modo, contemporaneamente Aquidauana, aos poucos, tem despontado para o segmento de ecoturismo, de modo que são empreendidas, na localidade, as seguintes atividades: (a) Trilhas e caminhadas; (b) passeios de *bike*; (c) corridas; (d) atividades de contemplação (tais como a vista do Morro do Paxixi, que se localiza na morraria da Serra de Maracaju) e; (e) banhos nos rios e lagos da região. Vale frisar que o distrito de Piraputanga, em Aquidauana, é destino recorrente dos turistas, sobretudo provenientes de Campo Grande, que desejam realizar atividades de ecoturismo e turismo de aventura na região.

Dos municípios que compõem a Rota Turística Estratégica do Pantanal Sul e Bonito, Aquidauana é cidade que fica mais próxima de Campo Grande, a capital e cidade mais populosa do Mato Grosso do Sul – a distância entre ambos os municípios é de 140 quilômetros, que podem ser percorridos em estradas em bom estado de conservação. Desse modo, em função da proximidade física, Aquidauana é destino recorrente de campo-grandenses que, nos feriados e fins de semana, viajam para conhecer outros destinos turísticos sul-mato-grossenses.

Do ponto de vista da governança entre os agentes do *trade* turístico, constatou-se que Aquidauana apresenta as seguintes instâncias:

- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR), que foi criada em 2019 em substituição à antiga Fundação de Cultura e Turismo de Aquidauana (Fundact), cuja missão é planejar e desenvolver estratégias que tenham como propósito o incremento da atividade do turismo na localidade sob análise;

- O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Aquidauana. De todo modo, deve-se frisar que, muito embora conste, em documentos oficiais, a existência do COMTUR de Aquidauana, ainda assim não foi possível encontrar, nos sítios eletrônicos das autarquias públicas do município, a atual composição de tal Conselho e suas respectivas linhas de atuação prioritárias.

Atualmente, Aquidauana não possui um Plano Municipal de Turismo “em vigência”, com a especificação de estratégias e ações para o incremento do turismo local. Em diálogos com agentes do *trade* turístico de Aquidauana foi possível apurar que, neste ano de 2020, o destino está às voltas com os diálogos e reflexões para a constituição de um Plano Municipal de Turismo. Segundo os agentes que foram contatados, o atraso na consolidação e divulgação

do referido Plano se deu por conta da emergência da pandemia de Covid-19 no Brasil e em todo o mundo.

No que tange aos equipamentos de apoio ao turismo em Aquidauana, foi possível apurar as seguintes informações, disponibilizadas na página online da Prefeitura de Aquidauana (2020):

- Há 4 agências de turismo receptivo que atuam em Aquidauana, a maioria delas localizadas no centro da cidade;
- Existem 15 meios de hospedagem no município, sendo: 6 hotéis e 9 pousadas, a maioria delas no perímetro rural de Aquidauana;
- Há 6 restaurantes em Aquidauana com estrutura e serviços condizentes para a recepção de turistas;
- Há 2 lojas de artesanatos e *souvenires* na cidade – dentre elas está a Casa do Artesão, que oferece produtos confeccionados por artesãos locais e;
- A cidade conta com um Centro de Atendimento ao Turista (CAT).

No que se refere, em específico, aos atrativos turísticos, destaque-se que as principais alternativas disponíveis em Aquidauana são as seguintes, sumarizadas no quadro 89:

Quadro 88 - Principais Atrativos turísticos de Aquidauana

Nome do atrativo	Atividades que podem ser empreendidas
Morro dos Mirantes – Trilha do pôr-do-sol do Paxixi	Turismo de contemplação, trilhas, passeio de *bike*
Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição	Turismo histórico-cultural e religioso
Parque da Lagoa Comprida	Caminhadas, piquenique, contemplação
Museu Marechal José Machado Lopes	Turismo histórico-cultural
Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro	Turismo de contemplação
Centro Cultural Décio Corrêa de Oliveira – Teatro	Turismo histórico-cultural
Museu de Arte Pantaneira	Turismo histórico-cultural
Ruínas de Xaraés	Turismo histórico-cultural
Sítio Arqueológico de Aquidauana (localizado na comunidade quilombola de Furnas dos Baianos)	Turismo histórico-cultural
Ponte Roldão Carlos De Oliveira	Turismo histórico-cultural, contemplação

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base em TripAdvisor (2020b)

Vale frisar, por fim, que o trade turístico de Aquidauana, contemporaneamente, possui o desafio de se diversificar, atrair uma quantidade maior de turistas, tendo como escopo retomar os ganhos potenciais do setor, fortemente impactados pela pandemia de Covid-19 que atingiu o Brasil.

5.5.6.1.5 - Corumbá (MS)

O município de Corumbá, localizado na fronteira oeste do Mato Grosso do Sul, já na fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, desponta como o principal destino de turismo de pesca do Estado. Vale ressaltar que Corumbá é nacional e regionalmente (re)conhecida como a "capital do Pantanal", uma vez que é o município que concentra a maior parcela do bioma pantaneiro sul-mato-grossense.

Um dos cartões postais mais marcantes de Corumbá é o Rio Paraguai, que margeia a cidade e é ponto de encontro de turistas que, diariamente, chegam e saem nas diversas embarcações que funcionam como suporte para a operacionalização do turismo de pesca e, mais recentemente, também para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, estas últimas ligadas predominantemente à observação da fauna e flora do Pantanal sul-mato-grossense.

Ressalte-se ainda que, contemporaneamente, há uma miríade de atividades de ecoturismo que se desenvolvem na Estrada Parque Pantanal, que perfaz uma via que liga Miranda até Corumbá, em uma estrada de terra que "cruza" boa parcela do bioma do Pantanal do Mato Grosso do Sul. Dentre as atividades normalmente empreendidas ao longo da Estrada Parque Pantanal, destacam-se: observação da fauna e flora pantaneiras (com ênfase na prática de *birdwatching*), trilhas, passeios de *bike* e até circuitos com veículos tracionados.

A despeito da relevância e magnitude do turismo de pesca em Corumbá, vale ressaltar que a localidade se revela enquanto um verdadeiro caldeirão cultural, uma vez que: (a) a cidade recebe, diariamente, intensos fluxos de bolivianos, que circulam por Corumbá em função dos mais variados fatores, dos quais se destacam as motivações ligadas ao trabalho, saúde, estudos e consumo de bens e serviços e; (b) o fato de Corumbá localizar-se em pleno bioma pantaneiro faz com que a cidade seja "contaminada" pela cultura pantaneira, que determina uma série de hábitos manifestados pelas pessoas que residem na localidade. Portanto, vale frisar que a perspectiva da cultura efervescente de Corumbá também revela enquanto um potencial atrativo para a difusão do turismo no território.

Do ponto de vista da governança entre os agentes do *trade* turístico, constatou-se que Corumbá apresenta as seguintes instâncias:

- Fundação de Turismo do Pantanal, autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Governo, cujo propósito é planejar e desenvolver políticas públicas voltadas ao fomento do turismo na localidade, além de atuar na atração de investimentos e novos negócios no segmento local de turismo;

- Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Corumbá, que possui um corpo diretivo efetivamente constituído, muito embora não estejam plenamente disponíveis, nos documentos oficiais e nos sítios eletrônicos do poder público de Corumbá, as diretrizes fundamentais e ações propostas pelo COMTUR corumbaense;
- Associação Corumbaense das Empresas de Turismo (ACERT). De todo modo não há maiores detalhes acerca da atuação de tal associação nos documentos oficiais e páginas, na internet, de organizações do *trade* turístico local.

É importante registrar que Corumbá apresenta um Plano Municipal de Turismo, elaborado ao longo do ano de 2019 e com metas, ações e estratégias relativas ao período de 2020 até 2023. Ao se consultar o Plano Municipal em tela percebe-se que as diretrizes fundamentais das estratégias elaboradas para o destino giram em torno de três eixos principais: (a) a capacitação e profissionalização dos agentes do *trade* do turismo de pesca para que se engajem em atividades de pesca esportiva, considerada promissora para o destino; (b) o fomento de atividades de ecoturismo, seja no Rio Paraguai, na Estrada Parque Pantanal ou nos demais atrativos de Corumbá que "se conectem" com a perspectiva da natureza e dos ativos ambientais do Pantanal, em específico e; (c) a difusão de atividades ligadas à perspectiva do turismo histórico-cultural.

Outro aspecto que merece vir à tona é o fato de que Corumbá – segundo consta em notícias veiculadas no site da Prefeitura Municipal – possui um Observatório de Turismo específico para a localidade. De todo modo, não há uma página específica de tal Observatório, ao passo em que também inexistem informações específicas, boletins, anuários e/ou inventários produzidos sobre a realidade da atividade turística na localidade.

No que tange aos equipamentos de apoio ao turismo em Corumbá, foi possível apurar as seguintes informações, que constam no anuário do Observatório de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (OBSERVATURMS, 2019):

- Há em Corumbá, segundo informações relativas ao ano de 2018, um total de 34 meios de hospedagem, que dispõem de 833 Unidades Habitacionais (UH's) e 2.280 leitos;
- Existem 17 agências de turismo que operam em Corumbá, segundo dados disponibilizados pelo Cadastur, relativos ao ano de 2019;
- Há 9 guias de turismo, com certificação, que atuam no município de Corumbá;

- Há 13 empresas de transportes turísticos que atuam em Corumbá e que possuem os devidos registros no Cadastur;

Quanto aos atrativos turísticos de Corumbá, o quadro 90 abaixo sumariza as principais alternativas existentes na localidade:

Quadro 90 -Principais Atrativos turísticos de Corumbá

Nome do atrativo	Atividades que podem ser empreendidas
Casario do Porto Geral de Corumbá	Turismo histórico-cultural (patrimônio tombado em 1992 pelo IPHAN)
Cristo Rei do Pantanal, no topo do Morro do Cruzeiro	Turismo religioso e de contemplação da planície pantaneira
Artizu - casa da artesã Izulina Xavier	Turismo cultural
Escadinha da Quinze	Turismo histórico-cultural e de contemplação
Forte Junqueira	Turismo histórico-cultural
Igreja Nossa Senhora da Candelária	Turismo histórico-cultural e religioso
ILA – Instituto Luiz de Albuquerque	Turismo histórico-cultural
Ladeira Cunha e Cruz	Turismo histórico-cultural e de contemplação
Praça da Independência	Turismo histórico-cultural
Santuário Nossa Senhora Auxiliadora	Turismo histórico-cultural
Casa do Artesão	Turismo histórico-cultural
Casa do Massa Barro	Turismo cultural
Muhpan (Museu da História do Pantanal)	Turismo histórico-cultural
Forte Coimbra	Turismo histórico-cultural
Capela Nossa Senhora do Carmo	Turismo histórico-cultural e religioso
Rio Paraguai	Turismo de pesca e ecoturismo
Instituto do Homem Pantaneiro – IHP	Turismo cultural
Estrada Parque Pantanal	Ecoturismo

Fonte: Elaborado e adaptado pelos pesquisadores com base em Prefeitura de Corumbá (2020)

Percebe-se, nos planejamentos que foram sistematizados no Plano Municipal de Turismo de Corumbá, que a localidade almeja, para o futuro, “ser reconhecida como principal destino turístico do Pantanal, referência em inovação e em hospitalidade” (FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL, 2019, p. 14). Como potenciais empecilhos para a consecução de tal visão de futuro, percebe-se que o destino apresenta as seguintes preocupações: (a) a ausência de índices de desempenho das organizações do setor de turismo; (b) a carência de recursos do Fundo Municipal de Turismo, necessários para o estabelecimento de ações para a difusão da atividade turística na localidade; (c) a falta de iniciativas mais efetivas para a atração de negócios, investimentos e eventos para o município e; (d) os processos cada vez mais acelerados de devastação do bioma pantaneiro que, neste ano de 2020, arde em chamas, em função do número recorde de queimadas.

5.5.6.1.6 – Miranda (MS)

O município de Miranda localiza-se na região do pantanal do Mato Grosso do Sul, distante 222 quilômetros de Corumbá e pouco mais de 73 de Aquidauana. Pensando em linhas bem gerais e até grosseiras, pode-se dizer que Aquidauana é a "porta de entrada" do Pantanal Sul-mato-grossense; Corumbá, no outro extremo, já representa uma espécie de "fim da linha" do bioma pantaneiro sul-mato-grossense, uma vez que está na fronteira do Brasil com a Bolívia e Paraguai, ao passo em que Miranda, por seu turno, localiza-se no meio do caminho entre as duas localidades anteriormente citadas. Vale frisar que as três cidades em questão (Aquidauana, Miranda e Corumbá) nutrem uma relação muito íntima com o bioma do Pantanal e, por conseguinte, com as práticas de turismo que tal recurso natural pode proporcionar.

De um modo geral, Miranda apresenta, do ponto de vista turístico, vocação para os segmentos de turismo de pesca, turismo rural e ecoturismo, de modo que são comuns as seguintes atividades, na localidade sob análise: (a) passeios de *bike*; (b) trilhas; (c) cavalgadas; (d) pesca esportiva; (e) *day* use em instâncias rurais; (f) atividades de banho nos rios, lagos e piscinas naturais da região e; (g) contemplação da fauna e flora pantaneiras.

Do ponto de vista da governança entre os agentes do *trade* turístico, constatou-se que Miranda apresenta as seguintes instâncias:

- Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, responsável por planejar e implementar ações que incrementem a atividade do turismo na localidade e;
- Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Miranda. Porém, muito embora o COMTUR possua uma diretoria nomeada, não foram encontrados documentos que especifiquem, mesmo que em linhas gerais, as estratégias e diretrizes para atuação de tal Conselho no município de Miranda.

Vale destacar que Miranda não possui um Plano Municipal de Turismo vigente, com a especificação de metas, ações e estratégias gerais que norteiem o desenvolvimento da atividade do turismo na localidade. Além disso, a cidade não dispõe de um Observatório de Turismo da localidade – algumas informações relativas à configuração do turismo de Miranda estão disponíveis nos anuários produzidos pelo Observatório do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul.

No que tange aos equipamentos de apoio ao turismo de Miranda, destaque-se a cidade apresenta a seguinte configuração (OBSEVATURMS, 2019; PREFEITURA DE MIRANDA, 2020b):

- Miranda possui um total de 12 meios de hospedagem, que oferecem, juntos, 225 Unidades Habitacionais (UH's) e 562 leitos, segundo dados de 2018;
- Há um total de 4 agências de turismo que atuam em Miranda e que possuem o respectivo registro no Cadastur;
- Há 2 empresas de transportes turísticos que atuam no Município de Miranda e que apresentam registro no Cadastur;
- Existem 21 bares e restaurantes no município, que possuem estrutura e serviços adequados para a recepção de turistas – muito embora inexistam informações acerca da fluência dos colaboradores desses estabelecimentos em outras línguas, para além do português.

Quanto aos principais atrativos turísticos de Miranda, o quadro 91 abaixo sumariza as principais opções disponíveis na localidade:

Quadro 89 - Principais Atrativos turísticos de Miranda

Nome do atrativo	Atividades que podem ser empreendidas
Rio Miranda	Turismo de pesca, ecoturismo e contemplação da fauna e flora pantaneiras
Marco Histórico da Guerra do Paraguai	Turismo histórico-cultural
Casa Colonial	Turismo histórico-cultural
Usina de Açúcar Santo Antônio	Turismo histórico-cultural
Centro Referencial da Cultura Terena	Turismo cultural
Prédio da Antiga Prefeitura	Turismo histórico-cultural
Estação Ferroviária	Turismo histórico-cultural
Igreja Matriz de Miranda	Turismo histórico-cultural e religioso
Refúgio Ecológico Caiman	Ecoturismo
Fazenda San Fracisco	Trilhas e contemplação da fauna e flora pantaneiras
Passo do Lontra	Ecoturismo
Base de Estudos do Pantanal da UFMS/Passo do Lontra	Turismo pedagógico

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores com base em Prefeitura de Miranda (2020b) e TripAdvisor (2020c)

Um último aspecto que merece vir à tona nesta caracterização turística é o desejo, expresso pelos agentes do *trade* e até mesmo pelos documentos norteadores do turismo no Estado de Mato Grosso do Sul, de integrar as ofertas de produtos turísticos ligados ao Pantanal e à Serra da Bodoquena. Nesse sentido, a ideia é que sejam formatados produtos turísticos que permitam com que o turista conheça Jardim, Bonito e Bodoquena (com a prática de atividades de ecoturismo e turismo de aventura, típicas da região da Serra da Bodoquena), e na sequência possa se dirigir para Aquidauana, Miranda e Corumbá, de modo a conhecer o bioma do

Pantanal, praticar pesca esportiva e participar de atividades de contemplação da fauna e flora pantaneiras.

5.5.6.1.7 - Ladário (MS)

Ladário é um município, situado no Centro-Oeste brasileiro do Estado do Mato Grosso do Sul. Este município está localizado na região pantaneira do Estado às margens direita do rio Paraguai, faz divisa nos limites de 6 km do município de Corumbá. Sua área é de 342.509 km², com elevação média de 114 m de altitude e atualmente com 23.689 habitantes. O Turismo municipal é razoavelmente significativo com o turismo de pesca, podendo se calcular pelos últimos três anos. Do ponto de vista da infraestrutura turística, pode-se identificar:

i) Meios de hospedagem: 05

- No perímetro urbano, encontram-se 02, "Hotel Rios" e a "Pousada Pantanal". Na zona rural, têm 03, sendo: "Pousada Levy Tour", "Pousada Pontal", "Hotel Pesqueiro Anzol de Ouro").

ii) Agencias: 04

- 1) "JDS", 2) "Barco Hotel Celebridade", 3) "Barco Hotel Magnata" e 4) "Barco Hotel Liberdade I".

ii) Bares, Restaurantes e Lanchonetes: 21

- Pizzaria e Lanches Calçadão, Restaurante e Churrascaria Perola do Pantanal, 14 Grill Restaurante, Chicos Beer Lancheria, Taliban Lanches, Delicias & Sabores, Cascão House, Lanchonete Chapa quente do Máscara, Coco Verde, Restaurante da Nena, Restaurante da Neia no Porto, Top Mix Lanches e Açai, L & R Lanches, Lanchonete R.R, Burgão do Guga, J M Lanches, Bar e conveniência do Gordinho, Lanchonete Volte Sempre, Pizzaria e Lanche Calçadão, Cachorro quente da Jussara, Pizzaria Campo Grande, Hamburgueria Sr Di.

iii) Locadora de Veículos: 00

Acerca da instância de governança, constatou-se que há:

- Conselho Municipal de Turismo (CMT);
- Participa de Instância de Governança Regional: IGR - Pantanal-Bonito-Serra da Bodoquena.

Atualmente podemos encontrar como local de visitação a Praça Almirante Gastão Brasil onde se encontra a máquina locomotiva que desbravou a região trazendo o minério do Urucum

ao Porto de embarque. que foi trazida pelos ingleses que faziam a exploração no início do século. Também temos a estátua da Irmã Maria Regula Huber, nascida na Alemanha Ocidental em 1911 chegou em Ladário em 26/06 de 1942 a bordo do navio Fernandes Vieira e fundou a escola São Miguel trazendo um novo impulso ao conhecimento na cidade.

Outro ponto de visitação interessante é o mirante Pantaneiro inaugurado a 02 de setembro de 1993 próximo a barranca do Rio Paraguai e onde está eternizado através de um busto, uma homenagem ao maior escultor de todos os tempos da cidade de Ladário, João Barcellos.

Os atrativos culturais de Ladário, como o Sítio Arqueológico, a Casa do Artesão e o Pátio Ferroviário resgatam a história da cidade e a reavivam na memória dos moradores e visitantes. Uma das grandes atrações turísticas do local é o Rio Paraguai, que oferece pesca, passeios, safáris fotográficos. Destaque entre os praticantes de pesca esportiva, o rio possui fauna aquática muito diversificada, com presença de peixes como dourado, jaú, pintado, cachara, Matrinchã e pacu. Há também os atrativos da fronteira com a cidade boliviana de Puerto Suárez. Alguns pontos turísticos de Ladário: i) Arco do Triunfo, ii) Cristo Redentor, iii) Portão da Marinha de Guerra, iv) APA Baia Negra, v) Igreja Nossa Senhora dos Remédios e vi) Maria Fumaça.

II - Mato Grosso do Sul: Municípios da FF-CO fora da Rota Estratégica Pantanal Sul

5.5.6.1.8 - Ponta Porã (MS)

Ponta Porã é um município brasileiro localizado no sudoeste do Estado do Mato Grosso do sul, constituindo uma área conturbada com a cidade Pedro Juan Caballero, no Paraguai. O município está distante aproximadamente 350 quilômetros da cidade de campo grande, capital do estado. Segundo dados do IBGE, a população estimada do município em 2018 é de 91.082 habitantes, e quando somada a conurbação com Pedro Juan Caballero ultrapassa os 200 mil habitantes.

Ponta Porã possui uma temperatura média anual de 30°, com um clima muito particular, principalmente no outono/inverno, que uma neblina característica sempre surgi, dando um toque especial na região. Além disso ponta Porã, destaca-se pelo papel importante enquanto centro de ligação da fronteira internacional, e importante polo do agronegócio brasileiro, sendo

classificado como o segundo município de MS, mais rico neste segmento. O agronegócio, o setor de comércio e serviços dinamiza a economia local, fazendo com que o município seja um dos que mais geram postos de trabalho no estado de ms. Separada de Pedro Juan Caballero pela linha de fronteira, seu processo de ocupação e posterior urbanização ocorreu a partir dessa linha fronteiriça e, dessa forma, tanto as residências como as lojas comerciais foram sendo instaladas ao longo desse limite.

A concentração das atividades econômicas no centro da cidade, que está próximo à linha internacional, promove a grande circulação de pessoas e veículos de Ponta Porã, de Pedro Juan Caballero e de outras localidades que buscam o turismo de compras.

O turismo de compras, que movimenta o segundo maior fluxo turístico do estado de MS, a fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero possui potencial turístico em várias áreas, sobretudo pela sua característica sociocultural.

O hibridismo cultural que ocorre nesta região é um elemento para a exploração do turismo histórico e cultural, nesta direção, três momentos se apresentam como relevantes, a guerra do Paraguai, o ciclo dos ervais e o território federal de Ponta Porã. Além disso, estão surgindo opções de turismo de aventura e ecoturismo, e turismo esportivo em diferentes áreas como ciclismo, atletismo e corrida de rua.

Neste sentido os investimentos públicos, reforçam esses potenciais, a implantação da ciclovia, da pista de atletismo, das pistas de skate e reforma do ginásio poliesportivo Pepe Portela, são ações que reforçam esse potencial no turismo esportivo. Com a construção do museu da erva mate, a reforma do “castelinho” e a construção do parque linear na linha internacional, através dos investimentos do FONPLATA, apresentarão três grandes atrativos turísticos para o município.

A infraestrutura turística conta com:

- 29 empresas no ramo da hospedagem,
- 24 hotéis e 5 outros alojamentos,
- 1900 unidades habitacionais e 2300 leitos;
- 02 Centros de Convenções, sendo: 1) Miguel Gomes, público com capacidade 600 pessoas; 2) Majestic Hall, particular com capacidade 10 mil pessoas.
- 45 Vans e 75 taxis;
- 124 restaurantes e 249 lanchonetes.

Na governança municipal possui:

i) Conselho Municipal de Turismo;

ii) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional, Industria, Comércio e Turismo.

Quanto aos principais atrativos turísticos de:

- **Parque dos ervais (prefeito Aires Marques)**, onde ocorre atividades culturais passeios para festas, festivais, celebrações locais, manifestações populares, negócios, eventos, conferências, congressos, convenções, cursos, férias, missões, empresariais, reuniões de negócios, rodadas de negócios, seminários, viagens corporativas, visitas técnicas, workshops;

- **Castelinho Atividades cultural,** visitas a monumentos e celebrações cívicas visitas a museus e casas de cultura visitas a sítios históricos;

- **Centro Internacional de Convenções "Miguel Gomez",** negócios, eventos, conferências, congressos, convenções, cursos, missões empresariais, reuniões de negócios, rodadas de negócios, seminários, viagens corporativas, visitas técnicas, workshops;

- **Horto Florestal de Ponta Porã** turismo de eventos, ecoturismo, aventura e cultural;

- **Assentamento Itamarati turismo cultural**, de aventura, ecoturismo, turismo rural;

- **11° Regimento de Cavalaria Mecanizada turismo cultura**l, ecoturismo, de eventos, de negócios;

- **Prédio Histórico da Estação Ferroviária Noroeste do Brasil (FUNCESPP**), turismo cultural de negócios e de eventos;

- **Museu da Erva Mate - Santo Antônio,** turismo cultural de negócios e de eventos;

- **Parque Nacional Cerro Corá**, ecoturismo, aventura e turismo rural;

- **Centro Cultural Intendente Carlos Dominguez**, turismo cultural, de negócios e de eventos.

5.5.6.1.9 - Porto Murtinho (MS)

A infraestrutura turística conta com:

- Agências de Turismo: 03

- Meios de Hospedagem: 05
- Transportadoras turísticas: 02
- Restaurantes, cafeteria e bar: 05

Quanto aos principais atrativos turísticos naturais, possui:

Morro Pão de Açúcar: possui cerca de 550 metros de altura e possui trilha interpretativa até o topo do morro. O atrativo é um dos pontos mais altos da região, também tem a função de mirante, para a visualização do Pantanal do Nabileque, do Pantanal do Chaco, áreas limítrofes do Paraguai e do próprio município de Porto Murtinho;

Fecho dos Morros: um dos pontos mais altos do Rio Paraguai, um local que atrai os visitantes pela pesca e pela vista panorâmica, além disso, podemos observar muitos animais silvestres e contemplar a beleza da fauna e flora pantaneiras;

Cachoeira do APA: está localizada no *Parque Municipal Cachoeira do Apa*, onde passa o Rio Apa que deságua no Rio Paraguai, na divisa do Brasil com o Paraguai, região de fronteira. Distante 80 km de Porto Murtinho, a Cachoeira do APA, está em uma área de proteção ambiental com 40 ha. O local oferece praia com areia ideal para banho, área para camping e realizações de trilhas ecológicas;

Fazenda Barranco Branco: abriga o destacamento da 2ª Companhia de Fronteira do Comando Militar do Oeste, território do Exército Brasileiro. É uma fazenda histórica que foi ponto estratégico na defesa da fronteira brasileira durante a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. Às margens do Rio Paraguai, hoje, ainda podemos encontrar as ruínas das construções antigas que insistem em resistir ao tempo, retratando um período importante da nossa história;

Cachoeiras do Rio Aquidaban: localizada na Fazenda Baía das Garças é uma das mais antigas propriedades do Município. Distante 300 km, possui onze cachoeiras (com cinco, oito, dez e a última com cento e vinte metros de altura) uma das mais altas quedas da região, de onde se tem uma visão panorâmica da Serra e Planície pré-pantaneira, um visual deslumbrante. O passeio tem um percurso de 800 metros de trilha ao longo do Rio Aquidaban, onde, além do contato com a natureza, pode-se relaxar nas cristalinas águas das piscinas naturais.

Quanto aos principais atrativos turísticos naturais, possui:

- Castelinho: construído por Thomaz Herrera, entre 1905 e 1914, quando foi interrompida em função da 1ª Guerra Mundial. Thomaz Herrera mandou construir o prédio em estilo europeu para receber sua amada Virgínia, sobrinha de um imperador austríaco. O material da construção foi importado da Europa, incluindo instalações inexistentes na região, como água encanada e energia elétrica;

- Edifício Jorge Abrão: antigamente denominado Prefeitura Cuê – que tem o significado de Prefeitura Velha – foi construído entre 1920 e 1922, pelo uruguaio José Grosso Ledesma, para ser a Prefeitura do município. Em 2005, após revitalização, voltou a abrigar o Paço Municipal;

- Paróquia Sagrado Coração de Jesus: foi fundada em 04 de abril de 1924, inicialmente atendida pelos membros da Cúria da Diocese dos franciscanos de Corumbá. A Matriz foi solenemente inaugurada em primeiro de janeiro de 1939. Em 27 de setembro de 1940 voltou aos cuidados dos padres franciscanos que executaram reforma em 1953, deixando-o com a configuração atual, inspirada no ecletismo;

- Trenzinho: também denominada antiga Locomotiva, foi utilizado para transporte da erva-mate, do quilômetro 18 até o depósito na barranca do Rio Paraguai, onde se encontra o prédio do Cine Teatro Murtinhense. Hoje, é a representação simbólica do Ciclo da Erva-Mate e encontra-se na praça central Thomaz Laranjeira;

- Chaminé Florestal Brasileira: as ruínas retratam o período do Ciclo do Tanino. Da madeira quebracho, muito abundante na região, extraía-se a matéria-prima do tanino – substância essa utilizada na fabricação de produtos químicos e curtição do couro e tecidos – muito requisitada em países da Europa. Tal descoberta levou a criação da Florestal Brasileira S/A com o objetivo de fazer a industrialização desse produto. Em Porto Murtinho chegaram a ser instaladas duas fábricas de tanino: A Florestal Brasileira e a Quebracho Brasil que juntas empregam cerca de 2.800 trabalhadores desde o processo de extração até o de industrialização desse material;

- Monumento "O Pantanal" – Praça Dos Tuiuiús: homenagem ao Santuário Ecológico considerado pela UNESCO Patrimônio Natural e Reserva da Biosfera e um dos mais importantes ecossistemas mundiais com aproximadamente 250 mil

km² de extensão. Engloba os Estados Brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e os Países sul-americanos Paraguai e Bolívia;

- Praça do Tereré: local de lazer localizado na Beira do Rio Paraguai. Recebeu este nome pelo hábito da comunidade tomar a bebida denominada tereré, feita de erva-mate. No centro da Praça existe uma guampa grande simbolizando a bebida e um bebedouro para atender aqueles que desejam experimentá-la;

- Monumento "Touro Candil": Manifestação Cultural influenciada pelo folclore da região de fronteira com mais de 100 anos de tradição, que envolve a Crença Religiosa na Virgem de Caacupê, Danças e Brincadeiras Típicas, além da disputa entre os Touros para coroar àquele que verdadeiramente possui suas origens ligadas ao grandioso Touro Candil;

- Monumento "O Pioneiro": homenagem aos colonizadores de Porto Murtinho que contribuíram para a formação e o desenvolvimento da cidade e marcaram época construindo a história do município. São eles imigrantes vindos de todo o então Estado de Mato Grosso, comerciantes atraídos pela prosperidade que se desenhava naquele momento, gaúchos e paraguaios atraídos pelo cultivo, manejo e exportação da erva-mate e uruguaios e alemães, no período econômico do ciclo do Charque e do Tanino, que originaram a arquitetura e trouxeram os avanços tecnológicos da época;

- Monumento ao Chalaneiro: a Chalana é uma pequena embarcação movida a remo que aproxima brasileiros e paraguaios da região de Fronteira. Conduzida por homens, mulheres e crianças num eterno vai e vem, garante a sobrevivência de muitas famílias dos dois países. Essa é uma singela homenagem aos heróis do rio que fazem da arte de flutuar sobre as águas um ganho digno para o sustento familiar;

- Monumento ao Lenhador: o Ciclo do Tanino movimentou um batalhão de carroceiros conhecidos como lenhadores. Após derrubar com o machado, cortar em toras e rachar, eles carregavam numa carroça, puxada por cavalos e transportava até a cidade onde era vendida;

- Monumento ao Aguatero: homenagem ao criativo e honrado trabalhador conhecido como AGUATERO que soube fazer proveito das águas do rio Paraguai para sustentar sua família. Com apenas um jumento, uma carroça, um tambor e um

latão o nobre AGUATERO fez do hábito de vender água à comunidade uma profissão para criar seus filhos com honestidade;

- Monumento ao Pescador: homenagem aos amantes da Pesca – pescadores locais, turistas e visitantes – que todos os anos encontram em Porto Murtinho um verdadeiro paraíso da natureza que é banhado pelas águas do imponente Rio Paraguai e cercado de belezas naturais, históricas e culturais de uma região peculiar na fronteira do Brasil com o Paraguai.

5.5.6.2 Mato Grosso

Os dados foram obtidos de questionários aplicados junto ao gestor responsável pelo setor no município em julho de 2023.

5.5.6.2.1 - Cáceres (MT)

A infraestrutura turística conta com:

- Agências de Turismo: 07 agências
- Meios de Hospedagem: 24 hotéis e pousadas, com 551 UH's, 1.682 leitos

26 barco-hotéis, 23 UH's e 470 leitos

- Restaurantes, cafeteria e bar: 54 estabelecimentos
- Locadoras de veículos: 01 locadora

Na governança municipal possui:

i) Secretaria Municipal de Turismo e Conselho Municipal de Turismo

Quanto aos principais atrativos turísticos naturais, possui:

Quadro 90 - Atrativos Turísticos de Cáceres

Nome	Endereço	Potencial/Uso
Cachoeira da Fazenda Primavera	Fazenda Primavera, acesso pela estrada do Cinturão Verde	Área particular, não comercializada, acesso não controlado.
Cachoeira Facão	BR-070	Área pública, não comercializada, acesso não controlado.
Cachoeira Piraputanga	MT-343	Área particular, não comercializada, acesso não controlado.
Cachoeira Rio Quilombo	Fazenda do Dr. Ataú	Área particular, não comercializada, necessidade de permissão para acesso.

5.5.6.2.2 - Barão de Melgaço (MT)

A infraestrutura turística conta com:

I) - Meio de hospedagem: 32 com 187 leitos, divididos em pousadas e pesqueiros;

II) - Restaurantes, bares e lanchonetes: 07 bares, 04 distribuidoras de bebidas, 05 restaurantes; 04 lanchonetes, com pontos fixos e 06 trailers de rua;

III) Turismo de base comunitária, mas vem se reorganizando a fim de ampliar as visitas e recepções;

IV) Calendário de festividades;

V) Eventos tradicionais.

Na governança municipal possui:

- O município possui secretaria de turismo e Conselho Municipal de Turismo.

Por outro lado, não possui: agências de turismo e locadoras de veículos**.**

Quanto aos principais atrativos turísticos naturais, possui:

i) CENTRO HISTÓRICO: O centro histórico tombado nos níveis federal e estadual voltado para preservar casas de arquitetura colonial do século XIX, vestígios do período em que a região era uma importante produtora de açúcar.

ii) PANTANAL: Banhada pelos rios Cuiabá e Mutum, a cidade possui 98% de seu território inserido no bioma Pantanal, a maior planície alagada do mundo.

iii) PESCA: Há uma diversidade de peixes, que atraem pescadores de todo o Brasil e de países vizinhos em busca da captura de grandes pintados e outras espécies típicas do Pantanal.

iv) PASSEIO DE CHALANA: Durante o percurso, é possível avistar diversas espécies de pássaros, como garças, taiamãs, colhereiros, anhumas, papagaios e tuiuiús, além de animais como capivaras, iguanas e jacarés. A flora da região também é exuberante, com piúvas, ipês, canafístulas, orquídeas, bromélias, helicônias e muitas plantas aquáticas, que se renovam a cada ciclo de cheias e secas.

v) LAGOAS E BAÍAS: Acorizal, do Buritizal, do Receio, de Siá Mariana e a de Chacororé, esta última com 15 km de extensão, sendo considerada uma das

maiores do mundo. Essas baías oferecem vistas deslumbrantes da área alagada do Pantanal e são utilizadas para safáris fotográficos e passeios de barco.

vi) VISITA À COMUNIDADE RIBEIRINHA DE MIMOSO: comunidade ribeirinha de Mimoso, um pequeno povoado onde nasceu Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como o "Pai das Comunicações" e considerado o maior sertanista brasileiro.

vii) CAVALGADA: uma representação de uma luta hípica entre cristãos e mouros, com cenários e figurinos característicos. Realizada em junho, a festa movimenta a cidade e atrai centenas de visitantes, mantendo vivas as tradições das Danças do Lenço, típicas do sul do país, e da Pesca com Arco e Flecha, herdada dos povos indígenas Boe Bororos.

viii) SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: Barão de Melgaço abriga sítios arqueológicos que evidenciam a presença de antigas tribos indígenas na região, especialmente nas praias e encostas do Capão do Caco, onde vestígios históricos são claramente visíveis.

ix) POUSADAS: A cidade possui inúmeras pousadas à beira rio, onde é possível apreciar a paisagem pantaneira bem como praticar atividades esportivas de pesca, passeios de barcos, e interagir com a comunidade local.

5.5.6.2.3 - Poconé (MT)

A infraestrutura turística conta com:

I) Meio de hospedagem: 46 hotéis;

II) Restaurantes, bares e lanchonetes: 25;

III) Agências de turismo: 15;

IV) Locadoras de veículos: 4.

Na governança municipal possui:

- Secretaria de Turismo de Poconé;
- Conselho Municipal de Turismo;
- Associação Civil do Ecoturismo do Pantanal Norte.

Os principais atrativos turísticos concentram-se nas:

- Pousadas na zona rural do município, marcadamente ao longo da Estrada Parque Transpantaneira, que não é pavimentada;

- Possui 119 pontes e diversos pontos estratégicos para observação da natureza, sobretudo aves, répteis e mamíferos, além de possibilitar também o movimento do manejo com o gado pantaneiro.

5.5.6.2.4 - Nossa Senhora do Livramento (MT)

A infraestrutura turística conta com:

I) Meio de hospedagem: 01 hotel;

II) Restaurantes, bares e lanchonetes: Possui 05 bares, 04 restaurantes, 03 lanchonetes;

III) Turismo de base comunitária, mas não vem sendo fomentado de forma a ter força como o modelo empresarial;

IV) Eventos tradicionais.

Não possui: locadoras de veículos, agência de turismo, calendário de festividades.

A governança municipal possui:

- Conselho Municipal de Turismo;
- Secretaria Municipal de Turismo.

Os principais atrativos turísticos concentram-se nas:

a) HIPÓDROMO: O Hipódromo Municipal “Francisco Corrêa de Almeida” é um espaço criado com instalações e ambientes adequados para atividade da equinocultura. Foi criado em virtude de muitos criadores de equinos necessitarem de local adequado para a realização das atividades afins.

b) CENTRO FAMILIAR: O Centro Familiar é um atrativo turístico histórico localizado na cidade, o centro abrigava um cinema, teatros, festas sociais e religiosas. Em seu interior, os visitantes podem explorar um amplo salão com palco. Apesar das reformas ao longo dos anos, o local preserva parte de sua estrutura original.

c) RELÓGIO - FONTE PÚBLICA: O Poço do Relógio, também conhecido como "Fonte Pública", é um atrativo turístico histórico projetado pelo Frei Salvador Rouquete. Construído em 1945, o monumento abriga o poço que fornecia água

para a cidade na época. Com uma mureta, um arco de ferro e um mural de granito com a inscrição "FONTE PÚBLICA", o local é decorado com um relógio, possivelmente trazido da França. Uma importante colaboração conjunta do Frei Salvador Rouquete, autoridades locais e estaduais tornou possível a construção deste marco.

d) COMUNIDADE QUILOMBOLA - MATA CAVALO: A comunidade quilombola de Mata Cavalo, a 50 km de Cuiabá, é um atrativo turístico que abriga aproximadamente 500 famílias. Com solo fértil e rica biodiversidade, a comunidade cultiva uma diversidade de alimentos, destacando-se a banana. Além disso, o artesanato, como as bonecas de pano e de palha produzidas pelas mulheres locais, e as danças que representam a cultura afro-brasileira, apresentadas por grupos de jovens, são expressões culturais fascinantes para os visitantes conhecerem e apreciarem.

e) PRAÇA PORTAL DO PANTANAL: A Praça Portal da Cidade, localizada na entrada da cidade às margens da rodovia Transpantaneira MT 060, é um encantador cartão postal para os moradores locais e turistas. Inaugurada em 2008, em parceria entre a Prefeitura Municipal e o Governo Federal, a praça oferece um ambiente turístico e de lazer com apelo ecológico. Destacam-se a escultura em forma de galho de árvore com aves simbolizando o Pantanal Mato-grossense, dois quiosques e um belo gramado iluminado à noite, além da vista privilegiada para o nascer e pôr do sol.

f) IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento, construída no século XVIII, é um marco histórico da cidade. Ao longo dos anos, passou por várias reformas, inclusive com a contribuição do Frei Salvador Rouquete. Com uma única torre imponente, a igreja foi completamente reformada e agora abriga a Paróquia, contando com a dedicação de dois padres e o apoio das famílias tradicionais para a preservação deste patrimônio religioso.

g) PRAÇA DO CARNAVAL OU PRAÇA DE EVENTOS FERNANDO DE BARROS: A Praça de Eventos "Fernando de Barros" é uma praça suntuosa, homenageando um ilustre Livramentense. É um local arborizado, onde acontecem eventos culturais e religiosos, como a festa da Padroeira e o Carnaval Pantaneiro "Banana Folia".

h) CASA DA CULTURA LIVRAMENTENSE: A Casa da Cultura Livramentense é um ponto turístico importante de Nossa Senhora do Livramento. Um casarão histórico, reformado sem perder sua originalidade, localizado no centro da cidade. Lá, os visitantes podem conhecer a cultura local, apreciar artesanatos, objetos da região e fotografias históricas.

i) PARQUE MUNICIPAL MARIA JOANA DA CONCEIÇÃO: Dispõe de um lago arborizado, para realização de atividades lazer, em conexão com a cidade.

5.5.6.2.5 - Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)

A infraestrutura turística conta com:

I) Meio de hospedagem: sete hospedagens, totalizando 156 leitos e um hostel em construção, com 50 quartos;

II) Turismo de base comunitária, mas não vem sendo fomentado de forma a ter força como o modelo empresarial;

III) Restaurantes, bares e lanchonetes: estima-se que dispõe de 14 bares, 8 restaurantes e 10 lanchonetes;

IV) Eventos tradicionais.

A governança municipal possui Conselho Municipal de Turismo.

O município não possui locadoras de veículos, calendário de festividades, eventos tradicionais e agência de turismo.

Vila Bela se destaca pela presença de danças típicas como o congo e o chororô que remonta os períodos escravocratas. São manifestações presentes, alimentadas atualmente pela gestão estadual e municipal e fortalecidas com a construção do congódromo. Em comunhão com essas manifestações culturais destaca-se a produção de uma bebida típica e única denominada canjinjin, feita a base de aguardente, mel, gengibre, cravo, canela, erva doce, raízes e outros produtos não revelados na receita.

Dentre os principais atrativos turísticos, estão:

a) PRAÇA CENTRAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE: "A praça central da cidade é bem simples, possui algumas árvores, bancos, e parquinho infantil. A praça abriga também a atual e pequena igreja matriz de Vila Bela, que fica em frente às ruínas da antiga matriz".

b) MUSEU DO PALÁCIO DOS CAPITÃES GENERAIS: O Palácio dos Capitães Generais de Vila Bela da Santíssima Trindade, foi fundado em 1752 pelo

governador de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, e foi durante 68 anos a sede do governo da província de Mato Grosso. Foi edificado na época da pujança aurífera, sendo uma extensa casa térrea com paredes muito grossas em taipa de pilão. Atualmente o prédio abriga o museu municipal, com uma coleção de objetos. A entrada é gratuita.

c) RUÍNAS DA IGREJA MATRIZ DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE: A Igreja Matriz da Santíssima Trindade teve sua construção iniciada em 1771 e finalizada parcialmente em 1793. A matriz nunca chegou a ser concluída, provavelmente, por ter sua construção iniciada no período da decadência de Vila Bela. As ruínas constituem um marco histórico da expansão colonial portuguesa, com paredes em adobe de grande espessura. Há alguns anos foi construída uma cobertura de proteção para conservar as ruínas.

d) ORLA DO RIO GUAPORÉ: A Orla do Rio Guaporé é o melhor local de Vila Bela da Santíssima Trindade para passar o final de tarde, fazer uma caminhada e também para ver o pôr do sol. No local há uma lanchonete onde são servidas porções e bebidas. No local tem também um mirante, parquinho infantil e alguns bancos para sentar. Com sorte, o visitante pode até avistar um boto cor-de-rosa que às vezes aparece nos finais de tarde.

e) PASSEIO DE BARCO PELAS PRAINHAS DO RIO GUAPORÉ: Este passeio é uma boa opção para a época seca (julho a outubro) quando o rio Guaporé baixa de nível e surgem os bancos de areia e as praias de água doce. Uma das praias mais conhecidas é a Praia Morena.

f) CACHOEIRA DO CAPIVARI: A Cachoeira do Capivari é uma queda d'água situada ao lado de um paredão, que oferece uma bela piscina natural para banho. É a cachoeira de mais fácil acesso onde o carro chega bem próximo, porém, fica bem distante, a 60 km da cidade. É um bom local para quem quer passar o dia, já que é de livre acesso, pode ser visitado sem guia, e é permitido levar alimentos e acampar. No local é cobrada uma taxa de acesso.

g) CACHOEIRA DO ARCO ÍRIS: Arco Íris é a última cachoeira do roteiro, tem em torno de 5 m de altura com sua queda distribuída em degraus. Seu poço possui duas cores bem definidas, com verde esmeralda na parte mais profunda e um tom laranja na parte mais rasa.

h) PISCINA DO ESCORREGADOR: Localizado poucos metros acima da Cachoeira da Esmeralda, é uma piscina natural estreita com coloração verde, entre lajes e corredeiras que formam um escorregador natural.

i) CACHOEIRA DA ESMERALDA: A Cachoeira da Esmeralda tem em torno de 10 m de altura e tem como principal destaque a coloração de um verde intenso de sua piscina natural que lhe deu o nome de esmeralda. É um ótimo local para banho com partes rasas e outras mais profundas.

j) PISCINA DO VALE ENCANTADO: Pequena queda d'água que tem como destaque a sua piscina natural de água verde na parte mais profunda e de tons de laranja na parte mais rasa por conta do lajeado em baixo.

k) CACHOEIRA DOS CRISTAIS: A primeira cachoeira do circuito escorre por degraus de rocha de arenito cor laranja e conta com uma piscina natural de águas transparentes, como é comum nas cachoeiras de Vila Bela da Santíssima Trindade.

l) CACHOEIRA DOS NAMORADOS: A Cachoeira dos Namorados é uma das mais disputadas atrações em Vila Bela da Santíssima Trindade. Com aproximadamente 70 metros de altura, a queda é cercada de enormes paredes de arenito. Sua piscina natural é a maior em Vila Bela, com água transparente e bonita e vai se aprofundando bastante até chegar na queda.

m) CASCATINHA: Apesar do nome não condizer, é uma grande cachoeira, que tem uns 30 metros de altura. Possui um belo paredão e sua piscina natural é uma das mais bonitas quando o sol entra no local pela mistura das cores. É um ótimo local para banho, com início raso e aprofundando mais próximo da queda. No ponto de acesso há enormes pedras. Fica em um desvio na metade da trilha da Cachoeira dos Namorados.

n) PISCINA DA TEREZA: Outra piscina natural que fica no caminho para as cachoeiras, possui coloração entre verde e azul, além de refletir a cor das pedras do fundo.

15- POÇÃO: A primeira atração é Poção, uma piscina natural de águas verdes, localizada a 300 m da estrada. O poço é bom para banho, mas possui pontos profundos. É um local bastante visitado por moradores locais pela facilidade de acesso, por isso não é o melhor lugar para quem busca curtir a natureza, melhor seguir para as outras atrações.

o) TRILHA DA POAIA: O roteiro da Poaia tem como principais atrações, as belíssimas piscinas naturais de águas muito transparentes numa mistura de tons verdes e azuis, pequenas cachoeiras e dois incríveis mirantes. Este roteiro possui uma subida inicial pesada, um longo trecho pela mata, depois uma descida até a parte alta do rio, onde estão a maior parte das atrações. Distância da cidade de Vila Bela MT: 15 km de carro por estrada de terra até o local, onde há uma ponte é bem-sinalizado com placas. 3,5 km de trilha (6,5 km ida e volta). Acesso somente com guia. Melhor época de visitação: De novembro a junho tem mais água, de julho a outubro diminui a vazão, mas continua o ano todo. Não há cobrança de taxa de acesso. Conheça as principais atrações da Trilha da Poaia.

p) MIRANTE DA CASCATINHA: Após o trecho de subida inicial e um trecho pela mata se chega na primeira atração da Trilha da Poaia. O Mirante da Cascatinha fica em cima das pedras e oferece uma vista parcial da cachoeira, dos paredões e do vale abaixo por onde passa o rio.

q) MIRANTE DA CACHOEIRA DOS NAMORADOS (TOPO): O topo da Cachoeira dos Namorados desvenda uma bela paisagem do pequeno cânion, dos paredões e do vale com a mata fechada. A poucos metros rio acima há um poço muito profundo e outras piscinas naturais com águas verdes e belíssimas rochas.

r) CACHOEIRA DO PISCINÃO: Cachoeira de baixa altura, com cerca de 2 metros, mas que forma uma grande piscina natural de águas transparentes e verdes, cercada pelas rochas. O poço mescla partes rasas e outras profundas e é ótimo para um bom banho.

s) PISCINA DOS NAMORADOS: A cachoeira espremida entre as paredes rochosas forma uma bela piscina natural de águas verdes, que vai se alargando. A maior parte do poço é bem profundo, porém, o final dele é mais raso.

t) PISCINA DA TARTARUGA: A Piscina da Tartaruga não possui cachoeira, mas é uma piscina natural de grande beleza pela transparência e a mistura de cores refletida nas pedras do fundo do rio.

u) CACHOEIRA DA POAIA: A Cachoeira do Poaia, que dá o nome à trilha, é o ponto final do roteiro. A queda tem em torno de uns 5 metros de altura, distribuída em degraus. Próxima da cachoeira há um poço muito profundo e o restante do espaço abaixo é formado por lajeados e uma piscina natural de pouca profundidade.

5.5.6.3 Calendário de festividades e eventos tradicionais

5.5.6.3.1 - Barão de Melgaço (MT)

FEVEREIRO
- Carnaval Cultural de Barão de Melgaço

MARÇO
- Aniversário da Cidade

MAIO
- Festival da Pesca de Barão de Melgaço

JUNHO
- Cavalgada “os Melgacenses”
- Festa de São Pedro

AGOSTO
- Festival Gastronômico

SETEMBRO
- Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores

Ao consultar a prefeitura do município, foi informado que ainda não existe um calendário oficial de eventos da cidade - permanece em desenvolvimento.

5.5.6.3.2 - Poconé (MT)

Segundo o site oficial da Prefeitura de Poconé, os eventos do calendário de festividades da cidade são:

JANEIRO
- Aniversário da Cidade – 21/01
- Festa de São Sebastião – Casa Dona Negrinha e Dona Maria do Carmo
- Festa de São Gonçalo – Casa Dona Pretinha Puiu
- Festa de São Gonçalo – Casa Gonçalo Aníbal de Toledo

FEVEREIRO
- Carnaval
- Festa de Jesus Maria José
- Comunidade Boi de Carro – Dona Ângela

MARÇO
- Festa de São José
- Aniversário de Poconé
- Bairro Areão – Casa Senhor Ângelo
- Festa de Nossa Senhora Aparecida
- Assentamento Modelo – casa Senhor Sebastião

- Festa de Jesus Maria José
- Jurumirim – Casa Dona Dulce

ABRIL

- Festa Malhação de Judas – Bairro Boa Nova
- Festa Jesus Maria José
- Casa Dona Neuza – Bairro Porto Alegre
- Festa de Jesus Maria José – Carandazinho
- Festa de São Jorge
- Lambari – Casa Senhor Geraldo

MAIO

- Festa do Divino Espírito Santo – Praça da Matriz
- Festa de Santa Rita dos Impossíveis
- Chácara da Professora Mariana Petrolina de Arruda Pereira (Chiquinho Xavier)
- FESTA DE SANTA DOS IMPOSSÍVEIS- HARAS SANTA RITA.

JUNHO

- Cavalhada
- Festa de Santo Antonio
- Comunidade Maravilha – casa Dona Balbina
- Festa de Santo Antonio – Residência dos Martins
- Festa de São Benedito
- Dona Maria – jardim dos Palmeiras

Festa de São Benedito

- Praça da Matriz – casa das Festas
- Festa de São João e Gonçalo
- Dona Polônia
- Festa de São Pedro
- Pedro Otaviano

JULHO

- Festa Agropecuária
- Festa de Nossa Senhora do Carmo – Distrito de Cangas
- Festa de São Benedito – Comunidade Buriti
- Festa de São João – Dona Colíria
- Festa de São Benedito – Senhor Bené – Pantanalzinho
- Festa de São Benedito e Nossa Senhora Aparecida – Dona Leila
- Festa de São Benedito – Juvenil – Bairro São Benedito
- Festa do Divino Espírito Santo
- Senhor Mané – Bairro Cruz Preta
- Festa de São Benedito – Senhor Euzébio
- Festa de Santo Antonio – Dona Benedita

AGOSTO

- Festa de Nossa Senhora Santana – Dona Misael
- Festa de Nossa Senhora Santana – Dona Nhatê
- Festa de São Gonçalo
- Dona Maria do Carmo – Pantanalzinho

SETEMBRO

- Festa de São Francisco
- Bairro Cohab Nova – Igreja São Francisco
- Festa de Cosme e Damião – Manéquinho
- Festa de São Benedito

- Dona Benedita – Comunidade Piraputanga

OUTUBRO

- Festa de Nossa Senhora do Rosário – Praça da Matriz
- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Res.: Manelito
- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Res.: Dona Pedrosa
- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Res.: Senhor Agripino
- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Res.: Ducarma – Campo Limpo
- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Comunidade Sapé
- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Dona Kátia
- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Dona Maruca
- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Janjá
- Festa do Senhor Menino Jesus – Carandá Fundo
- Festa Folclórica – COHAB Nova

NOVEMBRO

- Festa de Nossa Senhora Aparecida – Res.: Senhor Eduardo
- Festa de Santa Cecília – Irmandade
- Festa de Santa Catarina – Casa de Jeferson
- Festa de Santa Catarina – Casa Senhor Eduardo – Vila Toledo
- Festa de São Jorge – Casa Senhor Eduardo – Vila Toledo

DEZEMBRO

- Festa de Nossa Senhora da Conceição – Casa de Dona Colíria
- Festa de Nossa Senhora da Conceição
- Casa Senhor Bené – Pantanalzinho
- Festa do Senhor Menino Jesus – Casa Dona Odete – Bairro Areal

Dança dos Mascarados - apresentada em dias festivos da cidade. (Plano Municipal de Turismo de Poconé).

5.5.6.3.3 - Cáceres - MT

Eventos Programados da Cidade (Plano Municipal de Turismo de Cáceres - MT)

JANEIRO

- Festa de Santos Reis

FEVEREIRO

- Água Viva
- Cáceres Folia

MAIO

- Projeto Cultura e Sabores - Evento Gastronômico

JUNHO

- Arraiá Corrêa – Festa da PM
- Arraial dos Agricolinos
- Arraial Pantaneiro

JULHO

- Festival Internacional de Pesca Esportiva – FIPe Cáceres
- Festival de Dança de Cáceres

AGOSTO

- Festa de São Luís

SETEMBRO

- ExpoCáceres
  OUTUBRO
- Aniversário de Cáceres
- Festa de Nossa Senhora Aparecida
  DEZEMBRO
- Festa do Peão
- Natal de Luzes

5.5.6.3.4 - Nossa Senhora do Livramento (MT)

Segundo o diagnóstico e plano de ação para o desenvolvimento do turismo de Nossa Senhora do Livramento - MT, 2020 - 2023, os eventos abaixo fazem parte do calendário de eventos do estado, e fomentam o turismo no município.

- Feira é de Livramento - Todo 2º sábado do mês

FEVEREIRO

- Carnaval do Papa Banana - "Banana Folia"
- Carnaval Pantaneiro
- Carnaval de Rua

MAIO

- Feira de Artes, Música, Gastronomia e Produtos Regionais
- Festa de São Benedito

JULHO

- Festa da Banana
- Aniversário da Cidade

SETEMBRO

- Festa da Nossa Senhora do Livramento

DEZEMBRO

- Natal Iluminado

5.5.6.3.5 - Bonito (MS)

Segundo a assessoria de comunicação da prefeitura municipal de Bonito - MS, em 2022, o município lançou um calendário oficial de eventos.

MARÇO

- Circuito de Laço da Nabileque

ABRIL

- Copa Sudoeste de Futsal
- Circuito Estadual de Beach Tênis
- Rolly Rio Formoso de Canoagem

MAIO

- Corrida e Caminhada do Trabalhador
- Festa do Peão Boiadeiro
- Festival de Pesca do Águas do Miranda
- Inspira Ecoturismo
- Bonito Eco Fight

JUNHO

- Bonito Blue & Jazz Festival
- Desafio Boiadeiro Corrida
- Festa do Padroeiro São Pedro

JULHO

- Circuito de Laço do Nabileque
- Evento Corporativo
- Feira Literária de Bonito
- Copa Turismo de Voleibol
- Corrida Solar 10K
- Festival de Inverno de Bonito
- Festa dos Reis de Águas de Miranda

AGOSTO

- Pescaria das Mulheres - Distrito Águas do Miranda
- Evento HIP HOP
- Copa Turismo de Futsal
- Estrela do Formoso Corrida

SETEMBRO

- Encontro Nacional do Clube RV10
- Dia Mundial do Turismo
- Festival de Dança Paraguaia
- Brasil Ride - Edição Bonito/MS

OUTUBRO

- Aniversário de Bonito
- Procissão e Reza na Capela do Sinhozinho
- Congresso Médico
- Festa da Federação - Clube de Laço
- I Running Master Farma
- Semana Cultural de Bonito

NOVEMBRO

- Parque das Cachoeiras Corrida
- Natal + Bonito Abertura Oficial
- Bonito Run Night - Corrida de Rua Noturna

- Festival da Guavira
- Copa Mutante IFBB Ms
- Evento de Fomento à Ciência
- Etapa Circuito Estadual Beach Tênis

DEZEMBRO

- Etapa Circuito de Laço do Nabileque
- Bonito 22k - Corrida e Ciclismo
- Bonito Aventure Bike
- Festa de Réveillon

5.5.6.3.6 - Corumbá (MS)

JANEIRO

- Festa de Nossa Senhora de Candelária

FEVEREIRO

- Carnaval de Corumbá

ABRIL

- Festa do Divino Espírito Santo
- Festa Literária - Abril Livro

JUNHO

- Arraial do Banho de São João
- Festa de Santo Antônio
- Festa de São Pedro - Colônia dos Pescadores

JULHO

- Festival de Show Popular
- Festa de São Paulo

SETEMBRO

- Aniversário da Cidade

OUTUBRO

- Festival Internacional de Pesca

DEZEMBRO

- Concurso de Presépios, Árvores de Natal e de fachadas.
- Festa de Réveillon

5.5.6.3.7 - Aquidauana (MS)

Calendário de Eventos de Aquidauana MS, segundo Prefeitura de Aquidauana (2021) e Calendário de Eventos do município realizado pela Secretaria de Cultura e Turismo de Aquidauana – SECTUR.

JANEIRO

- Festa do Pequi de Camisão

FEVEREIRO/MARÇO

- Pirafolia
- Desfile das Escolas de Samba de Aquidauana e Anastácio

ABRIL

- Festa do Dia do Índio
- Paixão de Cristo

JUNHO

- Encontro de Relíquias de Aquidauana

AGOSTO

- Festa da Sopa Paraguaia
- ExpoAqui
- Aniversário da Cidade de Aquidauana

SETEMBRO

- Festa do Peixe de Camisão

NOVEMBRO

- Encontro de Comitivas
- Festival da Bocaiúva

DEZEMBRO

- Dia da Padroeira (Nossa Senhora da Conceição)
- Natal da Esperança

ANO TODO

- Feira da Estação Ferroviária

5.5.6.3.8 - Miranda (MS)

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Miranda - MS (https://www.miranda.ms.gov.br/), os eventos tradicionais da cidade são:

FEVEREIRO

- Carnaval do Pantanal

ABRIL

- Festa do Peixe de Miranda/MS
- Sarau da Cultura Indígena

MAIO

- Festival Internacional de Chamamé do Pantanal Sul

JULHO

- FECIR - Feira Ecológica Cultural Indígena e Rural

NOVEMBRO

- FEGAPAN - Festival Gastronômico do Pantanal

DEZEMBRO

- Semana do Natal
- Festa de Réveillon

5.5.6.3.9 - Jardim (MS)

MAIO

- Aniversário da Cidade
- Desfile Cívico

JUNHO

- Festa de São João

JULHO

- Festa do Pé de Cedro
- Festa do Milho

AGOSTO

- ExpoJardim
- Festival da Carne

SETEMBRO

- Festa do Peão de Jardim

DEZEMBRO

- Festival da Guavira

A agenda de eventos e/ou calendário oficial de eventos da prefeitura de Jardim - MS, segue obsoleta.

5.5.6.3.10 - Ladário (MS)

FEVEREIRO

- Carnaval de Ladário
- Festival do Peixe (FIPEC – Festival Internacional de Pesca Esportiva de Corumbá)

JUNHO

- São João de Ladário
- Arraial do Banho de São João de Ladário
- Festa de São Pedro
- Festa do Padroeiro da Comunidade Santo Antonio

SETEMBRO

- Festa do Peixe
- Aniversário da Cidade
- Semana da Pátria
- Desfile Cívico Militar
- Encontro de Comitivas da Região Pantaneira

OUTUBRO

- Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios

5.5.6.3.11 - Bodoquena (MS)

Segundo o site da Prefeitura de Bodoquena/MS, os eventos tradicionais oficiais da cidade são:

JANEIRO

- Festa/Folia de Santo Reis
- Festa de São Sebastião

MAIO

- Aniversário da Cidade

JUNHO

- Festa da Padroeira

DEZEMBRO

- Reveillon Luzes de Bodoquena/MS

5.5.6.3.12 - Ponta Porã (MS)

Aniversário da Cidade – julho;

Exporã – março;

Motorcycle – novembro

Festival Nacional de Cerveja Artesanal – novembro;

Torneios de Texas Holdem – junho

Black Friday – setembro;

Carnaval – fevereiro;

Encontro de Carros Antigos – outubro;

Ponta Agrotec – maio;

Encontro Estadual do Laço Comprido - Abril;

Marcha para Jesus – novembro;

Cantata de Natal – dezembro.

5.5.6.3.13 - Porto Murtinho (MS)

Carnaval Porto Folia – fevereiro;

Campeonato Estadual de Canoagem – abril;

Vozes na Fronteira - abril;

Rodeio Internacional – junho;

Festival do Greiffo – agosto;

Festival de Chamamé – novembro;

Festival de rua do Toro Candil – dezembro;

Reveillon – virada do ano.

5.5.6.4 Pesquisas acadêmicas

I - Mato Grosso do Sul

5.5.6.4.1 - UFMS

- Economia Social e Solidária, Turismo Rural Comunitário e Educação Ambiental em Espaços Rurais de Mato Grosso do Sul;

- BRUACA: Vivências Culturais e Produtos do Turismo de Base Comunitária;

- Concepção de referenciais metodológicos para a qualificação no turismo em Mato Grosso do Sul;

- O turismo sustentável como campo de possibilidade para o desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul;

- Birdwatching: um estudo das potencialidades na APA Estrada Parque Piraputanga;

- Construção Multidisciplinar para o corredor bioceânico;

5.5.6.4.2 – UEMS

- Echauka Guarani-Kaiowa Teko: manifestações culturais fronteiriças dos povos indígenas de Dourados e Amambai, Mato Grosso do Sul;

- Manifestações culturais e religiosas nas áreas de fronteiras de Mato Grosso do Sul;

- Paisagem e Turismo de Natureza no Pantanal de Corumbá/MS/Brasil, Porto Suarez e Porto Quijarro/Santa Cruz/Bolívia e suas relações transfronteiriças;

- Caminho dos Ervais;

- Parque Tecnológico e Sustentabilidade: uma proposta para o desenvolvimento regional fronteiriço;

- Análises e proposições sobre o desenvolvimento do turismo a partir do prisma institucionalista e da sustentabilidade;

- Aspectos históricos e atuais do corredor bioceânico.

- UEMS na Rota/Corredor Bioceânico;

- ROTA BIOCEÂNICA E UNIRILA (Universidades da Rota de Integração Latino Americana): Conhecendo as potencialidades existentes como novos espaços de desenvolvimento e práticas inovadoras;

- Corredor Bioceânico: Mato Grosso do Sul frente ao desenvolvimento;

- Perspectiva(s) da(s) Territorialidade(s) e Desenvolvimento(s) a partir do Turismo de Experiência(s) em Mato Grosso do Sul, Brasil.

5.5.6.4.3 – UCDB

- Observatório interdisciplinar de pesquisa e inovação e suas interfaces: UCDB-MS e Rede Universitária Latino Americana -UniRILA com vistas à Rota Bioceânica;

- Apoio ao Desenvolvimento do Plano Diretor da cidade de Porto Murtinho MS;

- ROTA DAS FRONTEIRAS: Os impactos sociais junto às comunidades locais dos territórios que integram o Corredor Rodoviário Bioceânico.

5.5.6.6.4 – UFGD

- Desarrollo turístico sustentable en espacios fronterizos de integración. Pautas teórico-metodológicas para el diseño, planificación y gestión público-privada de circuitos transfronterizos potenciales. Estudio de casos;

- O território turístico Pantanal e a produção da natureza na fronteira Brasil - Paraguai – Bolívia;

- Capacidade de Suporte e Sustentabilidade do Turismo no Pantanal;

- Unidades de Conservação e produção do território turístico na fronteira Brasil-Paraguai.

II - Mato Grosso

Quadro 91 - Projetos acadêmicos de pesquisa e extensão na FF em Mato Grosso (2012/2023)

N.	Ano	Título	Categoria	Instituição
1 -	2023	Turismo no corredor fluvial do Rio Paraguai entre Cáceres e a Estação Ecológica da Ilha de Taiamã em Mato Grosso	Pesquisa/ Dissertação	UNEMAT
2 -	2022	Etnoturismo sustentável em terras indígenas no estado de Mato Grosso (EtnoTusti-MT)	Extensão	UNEMAT
3 -	2022	Serviços de alimentação: práticas, formações e turismo	Extensão	UNEMAT
4 -	2022	Patrimônio cultural das populações negras da região central de Cuiabá: memória e turismo	Pesquisa	UFMT
5 -	2022	Turismo de resistência - Baquitê sensorial-comunidade quilombola Mutuca - território Mata Cavalo.	Extensão	UFMT
6 -	2020	Animais não humanos e humanos no turismo do Pantanal mato-grossense: da representação midiática ao encontro	Pesquisa/ TCC	UFMT
7 -	2017	Turismo pedagógico como prática educativa: reflexões a partir do Centro Histórico de Cáceres/MT	Pesquisa/ Dissertação	UNEMAT
8 -	2016	Rede de cooperação instrumento de gestão de políticas públicas: um estudo nos consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico, social, ambiental e turismo do Vale do Guaporé e nascentes do pantanal	Pesquisa	UNEMAT
9 -	2014	Produção agroindustrial desenvolvida nos assentamentos da região sudoeste mato-grossense e a atividade de turismo rural	Pesquisa/ Dissertação	UNEMAT
10 -	2013	Áreas protegidas no Pantanal de Mato Grosso: análise territorial no trecho do Rio Piquiri no Parque Estadual Encontro das Águas (Poconé e Barão do Melgaço)	Pesquisa/ Dissertação	UFMT
11 -	2012	O turismo no rio Paraguai em Cáceres, Pantanal mato-grossense, Brasil	Pesquisa/ Dissertação	UNEMAT
12 -	2012	O turismo como fator de integração entre Brasil, Bolívia, Peru e Chile.	Pesquisa	UFMT

6.5 Análise SWOT/FOFA

A valorização e exaltação da vida das famílias pantaneiras com suas histórias de vida ribeirinha, onde se deu em grandes fazendas, acarretando toda mudança cultural que veio com

a miscigenação e mistura de muitas nacionalidades, com grande influência dos países vizinhos (Bolívia e Paraguai) em nosso dia a dia, como por exemplo: em nossa culinária, comércio e nas festividades.

5.5.6.5.1. Aquidauana (MS)

Análise FOFA do turismo de Aquidauana - MS, de acordo com o “Inventário da oferta turística do município de Aquidauana - 2022, SECTUR).

> *PONTOS FORTES = 1. Recursos naturais: Aquidauana possui rios, cachoeiras, trilhas e uma rica biodiversidade, o que oferece um potencial turístico significativo para atividades de ecoturismo e turismo de natureza; 2. Cultura e história: A região possui um patrimônio histórico e cultural rico, incluindo a herança indígena e a cultura pantaneira, o que pode atrair turistas interessados em experiências culturais autênticas;3. Potencial para turismo rural: A economia rural forte da região oferece oportunidades para o desenvolvimento do turismo rural e agroturismo, permitindo que os visitantes vivenciem a vida no campo e conheçam a produção local; 4. Localização estratégica: Aquidauana está localizada em uma região central de Mato Grosso do Sul, com fácil acesso a outros destinos turísticos populares, como Bonito e Pantanal, o que pode permitir a criação de roteiros turísticos integrados. 5. Belezas naturais: Aquidauana está situada em uma região privilegiada, cercada por uma exuberante natureza. A cidade é banhada pelo Rio Aquidauana e oferece paisagens deslumbrantes, com rios, cachoeiras, matas e trilhas. A região é ideal para a prática de atividades como pesca esportiva, passeios de barco e ecoturismo; 6. Pantanal: Aquidauana é conhecida como a "Portal do Pantanal" devido à sua proximidade com essa importante região pantaneira. O Pantanal é um dos maiores ecossistemas úmidos do mundo, famoso por sua biodiversidade, incluindo aves, mamíferos, répteis e plantas. Os turistas podem desfrutar de safáris fotográficos, observação de aves, cavalgadas e trilhas ecológicas no Pantanal; 7. Gastronomia: A culinária de Aquidauana reflete a mistura de influências indígenas, portuguesas e pantaneiras. Os pratos típicos incluem peixes de água doce, como o pintado e o pacu, preparados de diversas formas. Além disso, é possível encontrar deliciosas comidas tradicionais, como arroz carreteiro, pirão de peixe e chipa, um pão de queijo típico da região. 8. Turismo de aventura: Aquidauana oferece várias atividades emocionantes para os aventureiros. Os visitantes podem desfrutar de rafting no Rio Aquidauana, passeios de quadriciclo, trilhas de mountain bike, rapel em cachoeiras e até mesmo a prática de mergulho em rios de água cristalina.*
>
> *PONTOS FRACOS = 1. Infraestrutura limitada: A infraestrutura turística em Aquidauana pode ser considerada limitada, com desafios em termos de transporte, hospedagem e serviços complementares, o que pode impactar a experiência do turista; 2. Falta de promoção adequada: A falta de esforços de marketing e divulgação pode limitar a visibilidade das atrações turísticas de Aquidauana, dificultando a atração de visitantes; 3. Capacitação limitada: A falta de programas de capacitação e treinamento para profissionais do setor turístico pode afetar a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes. 4. Diversidade limitada de atrações: Embora a região seja rica em recursos naturais, como rios, trilhas e paisagens exuberantes, a diversidade de atrações turísticas pode ser considerada limitada. Isso pode resultar em uma oferta turística menos variada, o que pode não atrair uma ampla gama de visitantes com diferentes interesses.*

OPORTUNIDADES = 1. *Ecoturismo e turismo de natureza: Aquidauana possui uma localização privilegiada, com rios, cachoeiras, trilhas e uma rica biodiversidade. Isso cria oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo e turismo de natureza; 2. Passeios de barco, observação da fauna e flora, trilhas e atividades de aventura podem ser explorados para atrair visitantes que buscam experiências na natureza; 3. Turismo histórico e cultural: A região de Aquidauana tem um patrimônio histórico e cultural significativo, com destaque para o legado indígena, as fazendas antigas e a cultura pantaneira. A promoção do turismo histórico e cultural, com visitas a sítios arqueológicos, fazendas tradicionais e eventos culturais locais, pode ser uma oportunidade para atrair turistas interessados na história e na cultura da região; 4.Turismo de pesca esportiva: Mato Grosso do Sul é conhecido por suas ricas áreas de pesca, e Aquidauana não é exceção. A região oferece oportunidades para o turismo de pesca esportiva, com rios e lagos propícios para a prática dessa atividade. A promoção de pacotes turísticos específicos para pescadores, incluindo hospedagem, guias especializados e infraestrutura adequada, pode atrair um público específico de pescadores aficionados; 5. Turismo rural e agroturismo: Aquidauana possui uma economia rural forte, com atividades como agricultura, pecuária e produção de alimentos. O desenvolvimento do turismo rural e agroturismo pode oferecer aos visitantes a oportunidade de vivenciar a vida no campo, participar de atividades agrícolas e conhecer a produção local, como laticínios, vinícolas e plantações. Isso pode ser complementado com a oferta de hospedagem em fazendas e restaurantes com produtos regionais; 5. Turismo de aventura: Com sua geografia diversificada, Aquidauana possui potencial para o turismo de aventura. Atividades como rafting, canoagem, trilhas de mountain bike e rapel podem ser desenvolvidas para atrair visitantes que buscam adrenalina e emoção; 6. Turismo de eventos: A realização de eventos culturais, festivais, competições esportivas e feiras temáticas pode atrair turistas para Aquidauana. Esses eventos podem destacar a cultura local, promover a economia e criar uma atmosfera animada na cidade.*

AMEAÇAS = 1. Infraestrutura limitada: A falta de infraestrutura adequada, como estradas em más condições, falta de serviços básicos e deficiências na oferta de transporte público, pode dificultar o acesso dos turistas à região. Isso pode levar a uma experiência negativa para os visitantes e limitar o crescimento do turismo em Aquidauana; 2. Impactos ambientais: O turismo, especialmente o ecoturismo, pode causar impactos negativos ao meio ambiente se não for devidamente planejado e gerenciado. O aumento do número de visitantes pode levar à degradação dos ecossistemas naturais, poluição da água, destruição de habitats e perturbação da fauna e flora local. É essencial implementar práticas sustentáveis e medidas de conservação para minimizar esses impactos; 3. Concorrência de destinos turísticos próximos: A região de Mato Grosso do Sul possui vários destinos turísticos populares, como Bonito e Pantanal. A competição com esses destinos pode representar uma ameaça para Aquidauana, pois os turistas podem optar por visitar locais já estabelecidos e com maior visibilidade. É necessário desenvolver uma estratégia de diferenciação e promover as características únicas de Aquidauana para atrair visitantes; 4. Falta de conscientização e promoção: A falta de conscientização e promoção adequada sobre as atrações turísticas de Aquidauana pode limitar o conhecimento dos potenciais visitantes sobre o destino. A ausência de campanhas de marketing eficazes e a falta de uma presença forte nos canais de divulgação podem dificultar a atração de turistas para a região; 5. Limitações sazonais: Alguns destinos turísticos em Aquidauana podem enfrentar limitações sazonais, ou seja, períodos específicos do ano em que a demanda turística é baixa. Isso pode afetar a sustentabilidade econômica dos negócios relacionados ao turismo, tornando-os dependentes de períodos específicos para gerar receita; 6. Questões de segurança: A segurança é uma preocupação importante para os turistas. A existência de problemas de segurança, como crimes, violência ou áreas consideradas perigosas, pode afastar os visitantes e prejudicar a reputação de Aquidauana como destino turístico seguro.

5.5.6.5.2. Corumbá (MS)

Quadro 1 – Análise da oferta e demanda turística da pesca esportiva em barcos hotéis no Rio Paraguai. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

> *PONTO FORTE = Oferta adequada ao perfil de cada grupo consumidor. Personalização gera satisfação. Satisfação gera mais indicações. Demanda da pesca significa 30,60% do fluxo de turistas do Município (Observatório do Turismo de Corumbá – 2016).*
> *PONTO FRACO = N/A*
> *OPORTUNIDADE = Oportunidade de se posicionar como um dos melhores destinos de pesca esportiva do Brasil. Oportunidade de ampliar número de barcos hotéis que ofertam ecoturismo durante período da piracema.*
> *AMEAÇA = N/A*

Quadro 2 – Análise da oferta e demanda de cruzeiros de ecoturismo do Rio Paraguai. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

> *PONTO FORTE = Consegue posicionar o produto e o destino em todo o país e países vizinhos. Realização de Famturs e Fampress capacitam Influenciadores para promover e comercializar o produto e o destino.*
> *PONTO FRACO = Espaços públicos não atendem os requisitos do mercado de ecoturismo (praças e museus). Tarifa alta para o transporte aéreo.*
> *OPORTUNIDADE = Estimular a abertura de cruzeiros de ecoturismo em mais empresas. Adequar os espaços públicos aos requisitos do público de ecoturismo. Ofertar treinamento para agentes e operadores participantes das feiras. Famturs e Fampress. Ofertar novos roteiros e novos atrativos.*
> *AMEAÇA = Turistas ficarem com imagem negativa do destino devido a infraestrutura e manutenção de espaços e atrativos públicos. Ameaça de agências realizarem programação isolada dos atrativos urbanos. Baixa competitividade devido ao preço elevado.*

Quadro 3 - Análise da oferta e demanda de passeios de ecoturismo no Rio Paraguai (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

> *PONTO FORTE = Agências fidelizadas. Passeios acessíveis com vários preços e possibilidade de almoço a bordo.*
> *PONTO FRACO = Desentendimentos entre agenciadores.*
> *OPORTUNIDADE = Regulamentar a comercialização direta do segmento.*
> *AMEAÇA = Turistas ficarem com imagem negativa do destino devido a desregulamentação da oferta.*

Quadro 4 - Análise da oferta e da demanda da pesca em barcos hotéis no Passo do Lontra. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

> *PONTO FORTE = Operadoras oferecem acesso à novos mercados e difundem o destino. Demanda da pesca significa 30,60% do fluxo de turistas do Município (Observatório do Turismo de Corumbá – 2016). Algumas empresas realizam*

Famturs independentes, sem auxílio do Governo. Experiências vividas por clientes transmitidas à novos grupos geram credibilidade.
PONTO FRACO = Empresas ainda conhecem pouco sobre gerenciamento de redes sociais. Nem todas as empresas conseguem adequar a oferta para o público da "cota zero". Infraestrutura da comunidade do Passo do Lontra não atende os requisitos do público.
OPORTUNIDADE = Reposicionar o mercado para os requisitos da "cota zero". Estimular o aumento da maturidade das empresas no gerenciamento de redes sociais e investimentos em impulsionamentos de posts e ferramentas Google; Estimular clientes a postarem nas redes sociais. Preencher período da piracema com oferta de ecoturismo.
AMEAÇA = Reposicionamento de mercado para os requisitos da "cota zero" pode prejudicar o fluxo de caixa no curto prazo. Terceirização do gerenciamento de redes sociais pode não trazer resultados satisfatórios.

Quadro 5 - Análise da oferta e demanda das pousadas de ecoturismo do Passo do Lontra. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Há empresas que impulsionam ofertas nas redes sociais. Operadoras oferecem acesso à novos mercados e difundem o destino. Algumas empresas realizam Famturs independentes, sem auxílio do Governo. Experiências vividas por clientes transmitidas à novos grupos geram credibilidade. Participação do ecoturismo no fluxo turístico de Corumbá foi ampliado de 17,70% em 2015, para 24,80% em 2016, segundo o Observatório do Turismo do Pantanal.
PONTO FRACO = Com exceções, empresas não oferecem tecnologias de preservação ambiental. Comunidade do Passo do Lontra não atende aos requisitos do público de ecoturismo. Empresas ainda conhecem pouco sobre gerenciamento de redes sociais.
OPORTUNIDADE = Implantar técnicas de gerenciamento de redes sociais nas empresas. Adequar a infraestrutura, preservação e interpretação ambiental da comunidade do Passo do Lontra aos requisitos do público de ecoturismo. Conhecer a taxa de ocupação da categoria e elaborar plano de oferta da localidade (conjunto de empresas com apoio do poder público) para as baixas temporadas.
AMEAÇA = Ausência de envolvimento da comunidade do Passo do Lontra na preservação e interpretação do meio ambiente gerar insatisfação dos turistas.

Quadro 6 - Análise da oferta e da demanda das fazendas e pousadas pantaneiras. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Opinião de quem vivenciou experiências ajudam a promover a oferta e a decisão de compra. Pantanal vende com facilidade.
PONTO FRACO = Empresas ainda conhecem pouco sobre gerenciamento de redes sociais. Com exceções, empresas não oferecem tecnologias de preservação ambiental. Há espaço para ampliar a competitividade da oferta através de gestão de desempenho das empresas e do setor.
OPORTUNIDADE = Implantar governança local, estruturar e ofertar a Rota Turística Estrada Parque Pantanal. Realizar oferta de Pousadas Pantaneiras integradas com empresas e atrativos do centro urbano de Corumbá e da Rota Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena. Profissionalizar o gerenciamento de redes

sociais e sites de reservas. Ampliar as recomendações de turistas através de sites de avaliações. Impulsionar posts com imagens de turistas divulgadas nos sites e redes sociais. Direcionar a oferta, nas baixas temporadas de fluxo internacional, para o mercado interno. Ampliação e melhoria da oferta, utilizando linhas de financiamento com juros subsidiados e Lei Municipal de Incentivo. Oportunidade para implantação de pousadas e hotéis na modalidade "ecolodge".
AMEAÇA = Não ofertar com a competitividade de outras empresas e outros destinos. Empresas não promoverem a oferta em períodos de baixa ocupação. Ausência de governança na EPP não permitir a evolução da Rota.

Quadro 7 – Análise da oferta e da demanda das pousadas de pesca em Albuquerque. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Acesso à Baia de Albuquerque, aos Rios Paraguai, Miranda, Abobral, Taquari, Negrinhos e afluentes.
PONTO FRACO = Necessidade de trabalhadores bilíngues. Empresas com diferentes níveis de maturidade gerencial.
OPORTUNIDADE = Reposicionar a pesca para mercado esportivo. Implantar divulgação conjunta da pesca esportiva na localidade, com apoio governamental. Adaptar oferta para o ecoturismo através da formação de guias e aquisição de equipamentos. Ofertar pesca e passeios de barco à Baia de Albuquerque, aos Rios Paraguai, Miranda, Abobral, Taquari, Negrinhos e afluentes. Implantar novas práticas para divulgação em redes sociais. Ampliar o alcance das redes sociais para outros Estados do Brasil.
AMEAÇA = Ausência de maturidade estratégica das empresas não possibilitar o reposicionamento de mercado.

Quadro 8 – Análise da oferta e da demanda das pousadas de pesca em Porto Morrinho. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Fidelização de clientes é utilizada pelas empresas.
PONTO FRACO = Proximidade com o Paraguai impede políticas de preservação de estoque de peixes. Pouca fiscalização sobre pescadores ribeirinhos. Escassez de peixes afeta a demanda. Empresas não possuem técnicas de gestão de redes sociais. Pouca presença no mundo virtual.
OPORTUNIDADE = Reposicionar a oferta para novo perfil de pescadores. Implantar divulgação conjunta da pesca esportiva na localidade, com apoio governamental. Ampliar a oferta de pesca esportiva direcionada à Cooperativas agrícolas do Sul do País. Aprimorar a fiscalização da pesca na região. Evoluir a participação no mundo virtual através de técnicas e utilização de ferramentas específicas.
AMEAÇA = Baixo estoque pesqueiro pode impactar fluxo de turistas. Ausência de maturidade estratégica das empresas não possibilitar o reposicionamento de mercado.

Quadro 9 – Análise da oferta e da demanda de pousadas de ecoturismo na Serra do Amolar. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Excepcionalidade do ambiente, flora e fauna. Utiliza Impulsionamento em redes sociais, com retorno.
PONTO FRACO = Custo elevado de acesso, por barco ou avião.
OPORTUNIDADE = Oportunidade de implantar novas formas de ofertar o produto. Oportunidade de abrir mercado através de novas agências e operadoras. Integrar a Serra do Amolar ao roteiro urbano de Corumbá, à Rota da Estrada Parque Pantanal e à Rota Pantanal, Bonito Serra da Bodoquena. Oportunidade de

aprimorar técnicas de gerenciamento de redes sociais. Oportunidade para implantação de pousadas e hotéis na modalidade "ecolodge".
AMEAÇA = N/A

Quadro 10 – Análise da oferta e da demanda em hotéis, pousadas e similares da área urbana. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Sites de reserva realizam marketing, acesso para reserva e pagamento seguro. Grandes empresas asseguram bom faturamento ao setor. Possuem técnicas de gerenciamento de redes sociais.
PONTO FRACO = Comissão e custo dos sites de reserva diminuem a lucratividade. Pouca mão de obra capacitada para administrar redes sociais. Pouca oferta integrada com passeios. Falta operadores de receptivos formalizados, com profissionalismo.
OPORTUNIDADE = Investimentos em redes sociais e ferramentas Google ampliarem venda direta, sem comissão. Profissionalizar o uso de redes sociais para aumentar a taxa de ocupação aos finais de semana. Modernização dos equipamentos e implantação de tecnologias sustentáveis. Ampliação e melhoria da oferta utilizando linhas de financiamento com juros subsidiados e Lei Municipal de Incentivo. Atração de investimentos em operadores de receptivo. Ampliar a oferta integrada com empreendimentos da Estrada Parque Pantanal, Rota Pantanal Bonito e Serra da Bodoquena e Bolívia. Oportunidade para implantação de pousadas e hotéis na modalidade "ecolodge".
AMEAÇA = Escassez de mão de obra especializada restringir a utilização de marketing digital. Ausência de profissionalismo no receptivo dificultar oferta integrada.

Quadro 11 – Análise da oferta e da demanda dos eventos culturais, religiosos e esportivos. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Mídia espontânea é o forte da promoção. Recomendações de quem participou dos eventos.
PONTO FRACO = Limitação de voos. Indefinição de datas fixas para alguns eventos.
OPORTUNIDADE = Ampliar a oferta para o Oeste do Estado de São Paulo. Ampliar oferta de pacotes com roteiros integrados envolvendo transporte, eventos, traslados, passeios, hospedagem e alimentação. Oportunidade de definir calendário com foco na distribuição da ocupação hoteleira durante o ano.
AMEAÇA = Limitação de fluxo devido poucos voos.

Quadro 12 – Análise da oferta e da demanda dos atrativos históricos, culturais e do artesanato. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Promovem visitação nos atrativos e comercialização de artesanatos em datas específicas, para grupos dos cruzeiros de ecoturismo divulgam o local. Fundação de Cultura de MS e Fundação de Cultura do Pantanal promovem os atrativos.
PONTO FRACO = Infraestrutura deficiente e ausência de ambientes climatizados prejudicam as visitas. Não possuem guias bilíngues. Ausência de oferta integrada entre empresas de turismo e atrativos culturais da cidade. Pouco interesse dos equipamentos de turismo em ofertar os atrativos culturais. Não possuem conhecimento sobre gerenciamento de redes sociais.
OPORTUNIDADE = Ampliar relacionamentos com outras agências e hotéis de Corumbá, com pousadas da Estrada Parque Pantanal e do fluxo de Bonito e Serra

da Bodoquena. Profissionalizar a presença no mundo digital (sites) e aprimorar o uso de redes sociais e ferramentas virtuais (Google). Elaborar convênio para Fundação de Turismo impulsionar publicações da instituição. Implantar cobrança para visitação de alguns atrativos.
AMEAÇA = Visitação gratuita compromete a sustentabilidade de atrativos.

Quadro 23 - Análise do acesso pela BR 262. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = BR 262 totalmente pavimentada, com câmeras de controle de velocidade e alambrados para evitar atropelamento de animais nos trechos de maior incidência de acidentes.
PONTO FRACO = Trecho da BR 262, próximo ao trevo da mineração com sinalização de trânsito deficiente. Após Miranda, há um longo trecho na BR 262 sem Posto de Combustível ou ponto de apoio.
OPORTUNIDADE = Realizar estudos sobre estratégias de prevenção de acidentes com animais. Implantar melhorias objetivando ampliar a integração entre o fluxo de Bonito e Estrada Parque Pantanal até o Centro Urbano de Corumbá.
AMEAÇA = Risco de acidentes. Viagem tensa. Desestímulo ao deslocamento de turistas até a zona urbana de Corumbá.

Quadro 24 – Análise do acesso pela Estrada Parque Pantanal. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Estrada Parque Pantanal denominada Área de Especial Interesse Turístico através de Decreto Estadual.
PONTO FRACO = Ausência de fiscalização da oferta de travessia de balsa na EPP; custo elevado e ausência de atendimento noturno da balsa na EPP. Pouca sinalização de trânsito e sinalização turística na EPP.
OPORTUNIDADE = Profissionalizar a Rota da Estrada Parque do Pantanal através da gestão da localidade turística (empresas de turismo), fortalecimento da identidade (marca - rota), infraestrutura e promoção. Integração da Rota Bonito Pantanal via EPP com empreendimentos urbanos de Corumbá.
AMEAÇA = Ausência de atendimento de emergência e operações noturnas. *Diminuir a competitividade do passeio pela EPP.*

Quadro 25 – Análise da infraestrutura de acesso por transporte aéreo. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Aeroporto Internacional com boa infraestrutura. Translado feito por táxi e aplicativo de celular.
PONTO FRACO = Poucas opções de conexões.
OPORTUNIDADE = Incentivar as Companhias Aéreas para realizarem estudos de implantação de escala em Corumbá de voos existentes.
AMEAÇA = Fluxo menor de passageiros.

Quadro 26 – Análise da infraestrutura do Porto Geral. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Porto Geral com infraestrutura e Casario Histórico parcialmente restaurado com algumas empresas instaladas (artesanato, agências, lanchonetes, produtos náuticos, esportes).

PONTO FRACO = Desordenamento no Porto Geral (lixo, mau cheiro, atividades ilícitas, ausência de segurança, poluição visual e sonora). Infraestrutura portuária é deficiente em questões de segurança, acessibilidade no embarque e desembarque.
OPORTUNIDADE = Implantar o ordenamento e a gestão do local turístico com foco na atração de investidores e turistas. Implantar paisagismo e lixeiras.
AMEAÇA = Atividades sem controle no Porto Geral prejudicarem a imagem do destino e a atração de investimento privado para o local. Dificuldade de embarque e desembarque de pessoas idosas e portadores de necessidades especiais.

Quadro 27 – Análise da infraestrutura do Cristo Rei do Pantanal. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Obra da artista Izulina Xavier, possui visão privilegiada do Pantanal, de Corumbá, Ladário e Bolívia, com horário de funcionamento das 8 horas às 18 horas.
PONTO FRACO = Monumentos depredados e lixo prejudicarem a visitação.
OPORTUNIDADE = Restaurar o monumento, implantando paisagismo, iluminação e dispositivos de segurança (câmeras e alambrado). Oportunidade de instalação de placa com horário de funcionamento no portão. Oportunidade de instalação de totem com informações sobre as estações da "via sacra" e um breve histórico da artista e instalação de uma "rosa dos ventos" indicando a posição geográfica (Norte, Sul, Leste, Bolívia).
AMEAÇA = Afetar a imagem do destino.

Quadro 28 – Análise da infraestrutura de espaços públicos no centro histórico. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Existência de três Praças no Centro Histórico, com monumentos e passeios. Destaque para o lago da Praça da Independência.
PONTO FRACO = Ausência de lixeiras e placas com os nomes das ruas no centro histórico. Jardim da Independência com lago vazio, sem paisagismo e manutenção. Há ausência de segurança e pontos de venda e consumo de drogas. Ausência de sanitário público. Ausência do cumprimento de normas técnicas nas calçadas do centro histórico.
OPORTUNIDADE = Reformar o lago da Praça da Independência, inclusive como dispositivo de conforto térmico. Implantação de paisagismo adequado ao clima e dispositivos de irrigação. Aprimorar a manutenção e limpeza do local.
AMEAÇA = Ocorrência de acidentes prejudica a imagem do destino. Espaços serem excluídos da programação de agências e operadoras. Dificuldade de localização no trânsito. Lixo nas ruas. Desvalorização do passeio pelo Centro Histórico.

Quadro 29 – Análise da infraestrutura de combate a incêndios florestais. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Existência de Brigadas contra incêndios no Pantanal.
PONTO FRACO = Alta incidência de queimadas no Pantanal.
OPORTUNIDADE = Ampliar a infraestrutura de prevenção e de combate a incêndios.
AMEAÇA = Imagem do destino prejudicada.

Quadro 30 – Análise da segurança pública. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Município atendido pelas Polícias Civil, Militar, Ambiental e Federal.
PONTO FRACO = Carência de monitoria ou vigilância por câmeras nas áreas turísticas (Estrada Parque, Porto Geral, Centro Histórico, Cristo Rei Mirante da Capivara). Ausência de atendimento policial especializado ao turista.
OPORTUNIDADE = Implantar batalhão de atendimento especializado ao turista. Implantar monitoria ou vigilância por câmeras nas áreas turísticas.
AMEAÇA = Sensação de insegurança prejudicar a atratividade dos locais turísticos. Imagem do destino prejudicada pela falta de atendimento especializado.

Quadro 31 – Análise da infraestrutura de comunicação. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Existem serviços de telefonia móvel e internet 4G na área urbana atendendo algumas áreas rurais.
PONTO FRACO = A oferta de serviços de internet não suporta a demanda. Ausência de cobertura de internet em diversos pontos do município.
OPORTUNIDADE = Aprimorar a oferta de serviços de telefonia e internet móvel na área urbana, Baía do Tamengo, Estrada Parque Pantanal, Albuquerque, Porto Morrinho e Serra do Amolar.
AMEAÇA = Falta de conectividade impedir ou dificultar a promoção, gestão de negócios, divulgação e presença no mundo virtual. Gerar insatisfação em turistas.

Quadro 50 – Análise do programa de apoio a promoção e comercialização por meio do perfil "Corumbá Incrível". (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = Fundação de Turismo do Pantanal possui equipe responsável, equipamentos e técnicas de gestão de redes sociais.
PONTO FRACO = Limitação orçamentária e processos burocráticos.
OPORTUNIDADE = Fortalecer o posicionamento do destino por meio da integração da comunicação dos diversos produtos. Implantar mecanismos de impulsionamentos pagos. Divulgar os produtos e localidades do destino, com impulsionamentos pagos, com foco no perfil e abrangência geográfica de cada segmento. Ampliar o canal de promoção através da implantação de site. Incentivar a utilização da marca "Corumbá Incrível" por empresas do destino.
AMEAÇA = Presença limitada do destino no mundo virtual por falta de orçamento e condições de utilização de ferramentas pagas.

Quadro 51 - Análise do apoio a promoção e comercialização de segmentos específicos. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTE = N/A (Programa inexistente).
PONTO FRACO = Empresas promovem individualmente.
OPORTUNIDADE = Aumentar a maturidade de gestão por segmento (união de empresários). Implantar análise de índices dos segmentos para direcionar a oferta e a promoção. Implantar programas para promoção conjunta de produtos dos mesmos segmentos e/ ou localidades, unindo recursos privados com apoio do poder público. Elaborar e comunicar textos com linguagem e teor unificados para cada segmento.

AMEAÇA = Promoção individual das empresas podem não fortalecer o posicionamento do destino.

Quadro 52 – Análise do programa de apoio a promoção e comercialização em feiras. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTOS FORTES = Fundação de Turismo de MS e Fundação de Turismo do Pantanal apoiam a participação em feiras através de stands. Além de posicionamento de mercado, abre relacionamento comercial.
PONTOS FRACOS = Investimento elevado. Pouca participação de empresas nos stands das feiras.
OPORTUNIDADES = Abrir novos canais de vendas, nacionais e internacionais. Envolver empresas do mesmo segmento ou localidade para participação conjunta em feiras. Ofertar treinamento para agentes e operadores participantes das feiras. Oportunidade de explicar detalhes da nova política de pesca (Cota Zero) ao público final.
AMEAÇAS = Ausência de participação de empresas desestimular o Governo a priorizar setores específicos nos stands.

Quadro 53 – Análise do programa de apoio a promoção e comercialização por meio de Fampress e Famturs. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTO FORTES = Fundação de Turismo do Pantanal oferece apoio a demandas específicas. Influenciadores saem capacitados para promover e comercializar o produto e o destino.
PONTO FRACOS = Não há um Programa específico. Necessita profissionalismo na execução.
OPORTUNIDADES = Criar Programa específico para a realização de Famturs e Fampress, prevendo contemplar todos os segmentos e localidades da oferta, com foco nos respectivos mercados.
AMEAÇAS = Não obter retorno, se mal executado.

Quadro 54 – Análise da promoção e apoio à comercialização por meio do calendário de eventos públicos. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTOS FORTES = Calendário de eventos ofertado no Estado fomenta o setor turístico em vários períodos do ano.
PONTOS FRACOS = Eventos realizados simultaneamente lotam a rede hoteleira em uma só data.

OPORTUNIDADES = Definir o calendário com foco na ocupação hoteleira. Integrar a oferta dos eventos com a oferta dos produtos da Rota Bonito e Serra da Bodoquena e da EPP.
AMEAÇAS = N/A

Quadro 61 – Análise da gestão do destino e do Plano Municipal de Turismo. (Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo).

PONTOS FORTES = (COMTUR). Existe Lei de Criação do Conselho. Houve três mandatos de Conselhos. Houve deliberações, Atas e Comissões. Atualmente há uma Comissão para discutir a Taxa de Turismo.

(Fundo Municipal de Turismo). Existência de Lei do Fundo Municipal de Turismo, prevendo receitas de taxas de turismo, transferências, Alvarás do setor de turismo e doações.

(Gestão da Orla Portuária). Excelente infraestrutura e casario histórico com potencial muito elevado. Existência de uma Agência Portuária e Fundação de Turismo com áreas delimitadas de gestão. Há um Decreto que regulamenta a gestão do espaço. Há uma proposta de ordenamento prevista.
PONTOS FRACOS = (COMTUR). Há poucos representantes do COMTUR nas reuniões de elaboração do Plano Municipal de Turismo. Há pouca presença nas reuniões. Última reunião do Conselho foi em fevereiro de 2019. Número muito elevado de representantes.
(Fundo Municipal de Turismo). Não existe movimentação do Fundo Municipal de Turismo. Não existe uma fonte de receita real para o Fundo Municipal de Turismo.
(Gestão da Orla Portuária). Área reduzida de embarque e desembarque administrada pela Agência Municipal Portuária. Falta de definição nos papéis das instituições gestoras da Orla. Ausência de Ordenamento. Ausência de ambiente de Negócios. Ausência de Segurança.
OPORTUNIDADES = (COMTUR). Atualizar a estrutura do Conselho, institucionalizando a participação dos segmentos.
(Fundo Municipal de Turismo). Apontar formas de recursos para constituir o Fundo Municipal de Turismo.
(Gestão da Orla Portuária). Rever a proposta de ordenamento existente, e adequá-la para a realidade atual, prevendo a criação de um ambiente para implantação de empresas, de aperfeiçoamento do uso do espaço público e de segurança no embarque e desembarque.
AMEAÇAS = (COMTUR). Diminuir a nota de classificação do destino junto ao MTUR. Não envolver a participação de empresários e sociedade organizada da gestão do turismo do destino.
(Fundo Municipal de Turismo). COMTUR não deliberar sobre orçamento. Ausência de deliberação sobre orçamento não estimular a participação no COMTUR.

(Gestão da Orla Portuária). Ambiente impedir a implantação de novas empresas. Ausência de segurança inviabilizar fluxo de turismo. Ausência de fluxo inviabilizar negócios.

5.5.6.5.3 – Cáceres (MT)

Quadros 18 – Matriz SWOT governança, legislação e gestão pública do turismo. (Plano Municipal de Turismo de Cáceres - MT, Secretaria de Turismo e Cultura, 2022).

PONTO FORTE = Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Fundo Municipal de Turismo instituídos; O Turismo está contemplado no organograma da administração pública municipal – Secretaria de Turismo e Cultura; Turismólogo efetivo no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal; Participação efetiva do município na Instância de Governança da Região Turística Pantanal Mato-Grossense; O município tem histórico de bom desempenho em programas de planejamento do turismo (PNMT, 65 Destinos Indutores, Roteirização); Número considerável de associações e cooperativas populares; Existência do Conselho Municipal de Cultura.
PONTO FRACO = Falta de fomento e incentivo às redes de cooperação; Dificuldades de fortalecimento e/ou desenvolvimento de Políticas Públicas, Planos e Projetos de Turismo do próprio município, e para demandas de esferas Federal e Estadual; Atuação desarticulada entre setores que trabalham com o turismo, arranjo produtivo enfraquecido; Baixa adesão ao CADASTUR e ao Selo Turismo Responsável; Inexistência de mecanismos, legislação, políticas próprias do município para continuidade de ciclos de atividades; Divergências de interesses entre a iniciativa pública e privada; Inexistência de pesquisas de demanda turística; Ausência de mecanismos de controle de qualidade dos prestadores de serviço turístico; Carência de dados e informações estatísticas que são importantes para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões; Equipe técnica reduzida atuando na Secretaria de Turismo e Cultura;
OPORTUNIDADE = Legalização, Integração e fortalecimento da Instância de Governança da Região Turística Pantanal Mato-Grossense; Investimento e fomento para a formatação de novos produtos turísticos. Implantação da prática de Pesca Esportiva (pesque e solte); Retomada do Turismo no pós-pandemia. Alternativas de geração de emprego e renda a partir do turismo para a comunidade local; Integração comercial entre os municípios da Região Turística Pantanal Mato-Grossense; Os instrumentos de planejamento do turismo – Plano de Turismo e Inventário da Oferta Turística atualizado – que poderão nortear as ações do turismo no município; Articulação de agenda que integre o turismo a outras agendas do município, como econômicas, ambientais e sociais;

> *Fortalecimento, integração e planejamento das do COMTUR; Qualificação, profissionalização e fortalecimento da governança turística a partir da atuação do SEBRAE e parceiros no município; Implantar formas de geração de fonte de receita para o Fundo Municipal de Turismo.*
> *AMEAÇAS = Atividade de pesca sem fiscalização efetiva: O segmento corre risco de desaparecer na região; Pouco incentivo à valorização da Cultura e preservação do Patrimônio histórico. Descontinuidade de políticas e programas de fomento ao turismo; Ausência de indicadores do turismo que orientem as políticas públicas e ações da gestão pública; Falta de política de incentivos para investimento no turismo, construções reformas e modernização de equipamentos turísticos.*

Infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos, atrativos turísticos (Plano Municipal de Turismo de Cáceres - MT, Secretaria de Turismo e Cultura, 2022).

> *PONTOS FORTES = Facilidade de acesso terrestre a partir de Cuiabá - BR 070 em boas condições; Boa estrutura de serviços turísticos e de apoio (Bares, restaurantes, hotéis, transportadoras turísticas e locadora de veículos); Grande potencial em atrativos naturais e histórico-culturais. Turismo de Pesca consolidado como segmento de turismo; Cidade Polo em Tratamento de Saúde e Educação; Potencial produtivo das comunidades: existência de produção que pode ser associada ao turismo, das quais já comercializam produtos com matéria prima local (Ex.: doces, pães, bolachas, licores e outros de frutos do Cerrado e Pantanal); O aeroporto possui características de padrão internacional; Oferta de excelente estrutura de barco hotéis, que podem ser utilizados para outros segmentos, além da pesca; O Bioma Pantanal tem forte apelo internacional; Número expressivo de guias de turismo e condutores locais; Potencial das fazendas históricas; Beleza cênica do Rio Paraguai; Foi registrado recorde no Guinnes Book, pela realização do maior Festival de Pesca de água doce do mundo; A cultura cacerense possui elementos expressivos, retratados nos artesanatos, artefatos e obras de arte; alguns dos artistas locais já comercializaram e/ou expuseram suas obras no exterior; Os saberes e fazeres local da cultura pantaneira é um patrimônio imaterial rico, que se expressa nas tradições, festividades, religiosidade, dança, música, rezas, benzimentos, etc.; A cultura e modos de vida sertanejo são expressões dos aqui conhecido como povos morriquianos, ribeirinhos (comunidades tradicionais) e dos agricultores familiares (comunidades e assentados rurais) presentes na região; O patrimônio edificado presente no centro histórico e em seu entorno apresenta exemplares em estilos arquitetônicos Art Déco, Art Nouveau, Colonial, Neocolonial, Neoclássico, Eclético e Neogótico, bem*

preservados; Lendas e causos diversos que são contados pelos mais velhos da cidade – como o pai-domato, o minhocão, cumbaru-de-ouro e os contos da figueira. Grupos que são cultura viva que tiram rezas cantadas "ladainhas" em festas de Santos; Existência de UCs no território, que podem ser alternativas para fomentar o turismo.

PONTOS FRACOS = Ausência de linhas regulares de ônibus. O aeroporto não possui linhas/voos regulares. Portal Turístico com espaço para centro de atendimento ao turista sucateado. Ausência de acordos comerciais com grandes operadoras. Falta de estrutura adaptada para acessibilidade nos comércios. Falta de urbanização e paisagismo em vários pontos da cidade; Sustentabilidade: Desconhecimento e ausência de práticas sustentáveis nos equipamentos turísticos; Ausência planos de segurança nos atrativos; Empreendedores do setor turístico desmotivados. Formatação de produtos turísticos pouco criativos e sem inovação que propiciem experiências únicas e diferenciadas ao turista; Informalidade latente; Predominância do individualismo entre os empreendedores do setor turísticos; Oferta de produtos/pacotes com muita similaridade entre os destinos turísticos pantaneiros; Pouco incentivo à valorização da Cultura e integração ao produto turístico local; Foco quase exclusivo no Turismo de Pesca; Acessibilidade: Falta de estrutura adequada nos comércios e equipamentos turísticos; Sinal de internet fora da zona urbana do município; Produtos locais não são associados ao turismo; Necessidade de melhoria e embelezamento da orla do Rio Paraguai, principal área turística do centro urbano; Pouco aproveitamento dos saberes e fazeres locais, como forma de ofertar experiências únicas aos visitantes; Faltam incentivos a requalificação dos patrimônios edificados, com o aproveitamento de seus aspectos históricos e culturais, pautado na reversão do processo de esvaziamento socioeconômico da área central; Pouco interesse em aprender as ladainhas, lendas, músicas e práticas de reprodução social que ocorrem nos festejos, por parte das novas gerações; Não aproveitamento das UCs existentes no território, na dinâmica turística local.

OPORTUNIDADES = Retomada do Turismo Pós Pandemia; Atração de novos investidores; Crescimento do interesse da demanda por outros segmentos turísticos com políticas e práticas sustentáveis; Implantação da prática de pesca esportiva/pesca sustentável; O segmento de pesca tem atraído novos perfis - mulheres e famílias - oportunizando diversificação do produto e ampliação da demanda; Grande potencial de desenvolvimento de novos produtos turísticos no município e através da integração com os demais munícipios da região a partir do Programa de Regionalização do Turismo; Criação de novos produtos turísticos com foco no potencial histórico, cultural e natural do município; Estímulo ao desenvolvimento do turismo em áreas privadas próximas à cidade, por meio de apoio direto à estruturação de atrações e/ou com incentivos. Tornar Cáceres um

destino turístico mais competitivo a partir das diretrizes dos Destinos Turísticos Inteligentes.
AMEAÇAS = Crise hídrica; Queimadas: Degradação e aumento dos focos de incêndio nas áreas de vegetação natural. Destinos concorrentes mais bem estruturados e com diversidades de produtos ofertados. Oferta turística com localização distante dos grandes centros emissores e malha aérea desfavorável ao fluxo turístico nacional e internacional. Diminuição da população de peixes: Atividade pesqueira desenfreada e com ausência de fiscalização efetiva. Descaracterização do ambiente natural do Pantanal. A ausência de práticas de sustentabilidade pode gerar insatisfação dos turistas A falta de qualidade em estruturas e serviços pode gerar insatisfação dos turistas. Problemas ambientais e atividades econômicas predatórias ao longo do Rio Paraguai. A falta de conectividade pode dificultar a promoção, gestão dos negócios, divulgação e presença digital. Além de gerar insatisfação dos turistas.

Capacitação e sensibilização (Plano Municipal de Turismo de Cáceres - MT, Secretaria de Turismo e Cultura, 2022).

PONTOS FORTES = Presença de unidades Regionais do Sistema "S" (SEBRAE, SESC, SENAR, SESI e SENAI); Empresas turísticas com potencial de crescimento como restaurantes e pousadas; Centros de Pesquisa (EMPAER, INDEA, Projetos de pesquisa pela UNEMAT, etc.); Universidade e Faculdades consolidadas; Ecossistema de inovação.
PONTOS FRACOS = Qualidade no atendimento nos equipamentos turísticos e comércio em geral; Falta de interesse dos empresários em capacitar seus colaboradores; Ausência de práticas sustentáveis nos equipamentos turísticos; Comunidade local não percebe os benefícios do turismo e muitas vezes nem como se inserir nessa atividade; Carência de profissionais treinados.
OPORTUNIDADES = Qualificação da mão-obra turística a partir das ações do Pró-Pantanal e parceiros; Criar diferencial de competitividade a partir das ações do Pró-Pantanal e parceiros; Tornar os negócios turísticos mais sustentáveis através das certificações existentes de Turismo Sustentável (ISO's e NBR's); Integração das comunidades locais, nos arranjos produtivos do turismo; Cursos gratuitos na modalidade EAD ofertados pelo Ministério do Turismo; Sensibilizar a comunidade local sobre as possibilidades de envolvimento com a atividade turística; Campanhas de endomarketing turístico para promover orgulho e sentimento de pertencimento da população local.
AMEAÇAS = A falta de qualidade em estruturas e serviços pode gerar insatisfação dos turistas; Limitação de recursos para investimento em capacitação.

Promoção e apoio à comercialização (Plano Municipal de Turismo de Cáceres - MT, Secretaria de Turismo e Cultura, 2022).

> *PONTOS FORTES = Possui uma grande diversidade de atrativos que permitem a diversificação da oferta turística e ampliação da competitividade do destino; Possui equipamentos turísticos em quantidade e qualidade para organização e diversificação do produto turístico; Presença de receptivo local; Forte apelo internacional do Bioma Pantanal.*
>
> *PONTOS FRACOS = Inexistência de Plano de Marketing Turístico; Calendário de Eventos desestruturado; Ausência de presença digital oficial do turismo do município (portal oficial, redes sociais oficiais); Baixo reconhecimento da identidade turística municipal; Oferta turística dissociada dos elementos da cultura pantaneira e da produção associada ao turismo; Não há rotas ou roteiros turísticos instituídos, a oferta é individualizada; Inexistência de material promocional digital e impresso; As empresas ainda conhecem pouco sobre gerenciamento de redes sociais e marketing digital; Oferta turística atual não oportuniza experiências diferenciadas ao turista.*
>
> *OPORTUNIDADES = Oportunidade de divulgação do destino através das Mídias Sociais de forma inovadora; Participação de Eventos e Feiras Nacionais e Internacionais: Destinos que participam de Eventos tem mais oportunidades de negócios; Retomada dos Eventos no pós-Pandemia; Investir na força do engajamento das redes sociais; Valorização dos destinos turísticos pantaneiros; Criação de marca que represente a identidade local.*
>
> *AMEAÇAS = Ausência de inovação no produto turístico; Produto turístico "Pantanal" apresenta preços elevados em comparação com produtos nacionais de lazer e praia ou mesmo ecoturismo de outras regiões; Competitividade: outros destinos possuem dinâmica e oferta turística semelhante; Baixo conhecimento dos operadores e agências de turismo sobre a região do Pantanal.*

5. Poconé - MT

Governança, Legislação e Gestão Pública do Turismo (Plano Municipal de Turismo de Poconé – MT, 2022 - 2030).

> *PONTOS FORTES = COMTUR instituído; Participação IGR - Região Turística Pantanal Mato-Grossense; Plano de Governo Municipal que considera o Turismo; Existência de um conjunto de leis municipais relativas ao Turismo (Fumtur, Taxa de Turismo Sustentável e Voucher Único); Existência de diversos estudos, análises e documentos que se relacionam com o processo de planejamento do Turismo, tais como: inventário da oferta turística, Plano de marketing para o Turismo, Relatório de Destinos*

Inteligentes, Relatórios da participação no Projeto Travessia do Pantanal e Relatórios sobre o programa PDITS Pantanal, entre outros. Secretaria municipal com estrutura, corpo técnico e orçamento específico para o Turismo; Existência de agências e operadores de turismo conectados com os grandes centros de emissão nacional e internacionais.

PONTOS FRACOS = COMTUR pouco atuante e não integra alguns setores chaves do Turismo. Secretaria municipal com atuações tímidas acerca do Turismo e sua relação com a Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social. COMTUR sem regimento interno. Inexistência de Plano Diretor Municipal. Baixo orçamento municipal, corpo técnico em baixo número e pouco preparado – relativo à Sec. De Turismo. Plano de governo Municipal com propostas de ações generalistas sobre o Turismo municipal. Inventário da Oferta Turística desatualizado. Baixa presença de turismólogos na administração privada e pública no município. Pouca autonomia e participação da comunidade nas decisões sobre o desenvolvimento do Turismo. Falta de instrumentos de monitoramento e acompanhamento dos impactos do Turismo (positivos e negativos), bem como acompanhamento da demanda e controle de visitação. Dependência do Poder Público para o desenvolvimento de ações integradas para o Desenvolvimento do Turismo.

OPORTUNIDADES = Fortalecimento da IGR – Região Turística do Pantanal Mato-Grossense com ações cooperativas e integradas entre os municípios que a compõe. Políticas públicas e fortalecimento institucional modelo para os demais municípios da região, liderança de Poconé juntamente com Cáceres induzindo os demais municípios do Pantanal. Captação de recursos por meio da participação de políticas públicas. Melhoria da classificação no mapa do turismo brasileiro passando de B para A, com o desenvolvimento de ferramentas para mensurar e acompanhar os impactos do Turismo. Aproveitamento de ações desenvolvidas por entidades relacionadas ao Turismo. Criação de mecanismos para a recuperação do turismo no pós-pandemia como por exemplo: a) observância do mercado local e regional; b) Retomada dos eventos tradicionais dos municípios, de forma gradativa observando a retração da Pandemia do Covid-19. Criação de uma agenda que integre as atividades turísticas, ambientais, sociais e econômicas comuns à região. Campanhas de endomarketing turístico, para promover orgulho e sentimento de pertencimento da população local. Disponibilização de relatórios e instrumentos de planejamento relativos no município de forma pública e de fácil acesso. Transformação do Plano de Turismo de Poconé em lei para que possa garantir a continuidade das ações independente das mudanças de gestores. Estruturação de um Observatório do Turismo no Pantanal de Mato Grosso a fim de monitorar os impactos positivos e negativos do Turismo e gerar dados para investimentos no setor.

AMEAÇAS = Descontinuidade de políticas públicas do Turismo por parte da SEADTUR/MTUR. Enfraquecimento da IGR devido à inação, pouca articulação, assim como de conflitos de interesses entre os municípios que a compõe. Não continuidade das ações com as trocas de gestores públicos.

Infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos (Plano Municipal de Turismo de Poconé – MT, 2022 - 2030).

PONTOS FORTES = Boa via de acesso – BR 070 e MT 060 pavimentada até Poconé. Estrada Parque Poconé – Porto Cercado pavimentada. Manutenção da Estrada Parque Transpantaneira em boas condições no período de alta temporada. População hospitaleira. Boa capacidade de hospedagem – 1.376 hóspedes. SESC Pantanal com boa estrutura turística. Existência de estrutura urbana capaz de crescer junto com a demanda turística (Comércio, bancos, farmácias etc.). Posicionamento do destino relacionado à sustentabilidade ambiental. Boa estrutura dos equipamentos turísticos sobretudo pousadas e barco-hotéis. Guias de turismo qualificados. Alta taxa de ocupação hoteleira na alta temporada.

PONTOS FRACOS = Baixa qualidade no atendimento e deficiências de mão de obra especializada no Turismo. Centro de atendimento e orientação ao turista inoperante. Falta de controle de visitação de mensuração dos impactos do Turismo na economia, meio ambiente e cultura. Poucos espaços para Eventos. Coleta de lixo deficiente. Saneamento básico deficiente. Sinalização turística deficiente. Pouca acessibilidade nos empreendimentos turísticos. Baixo número de empreendimentos e profissionais de turismo cadastrados no CADASTUR. Forte competição no lugar de cooperação empresarial. Baixa presença digital na publicidade e comercialização turística. Cobertura de internet, telefonia e energia elétrica deficiente na zona rural – onde estão a maioria dos equipamentos turísticos. Pouco incentivo público para geração de novas oportunidades de negócios turísticos. Alta sazonalidade turística, com pouco dinâmica na baixa temporada. Informalidade e/ou baixo nível de gestão empresarial nos equipamentos e serviços turísticos.

OPORTUNIDADES = Proximidade de Cuiabá (aeroporto e rodoviária estruturados). Parceria com o sistema "S" para qualificação e profissionalização dos empreendimentos turísticos. Desenvolvimento e execução de políticas públicas voltadas ao incremento do comércio local. Incentivo ao empreendedorismo com vistas ao aumento do índice da geração de emprego e renda no município. Parcerias com instituições públicas e privadas para qualificação da mão de obra. Inserção em programas regionais de melhoria da infraestrutura básica.

AMEAÇAS = Crise econômica provocada pela pandemia do Covid-19 provocou desanimo no empresariado local. Competitividade com outros destinos semelhantes em MT e MS. Descontinuidade de programas de aprimoramento da infraestrutura básica por parte do governo. Custos operacionais no turismo elevado, resultante de uma série de fatores.

Atrativos Turísticos (Plano Municipal de Turismo de Poconé – MT, 2022 - 2030).

PONTOS FORTES = Existência de 5 unidades de conservação no território do município. Existência de um calendário de eventos. Diversidade de eventos ofertadas, sobretudo culturais ligados às festas de santos. Existência de mais de 50 comunidades tradicionais entre quilombolas, ribeirinhos e indígenas. Conhecimento por parte da população dos atrativos naturais e histórico-culturais. Possibilidade de criação de pequenos negócios turísticos. Presença do SESC com um dos mais importantes empreendimentos turísticos do País – SESC Pantanal. Reconhecimento do trade e da população local sobre ações sociais e de turismo desenvolvidas pelo SESC e SEBRAE. Reconhecimento internacional do Pantanal como destino de Ecoturismo. Reconhecimento nacional do Pantanal como um importante destino de Pesca. Perspectivas de integração física entre MT e MS via Transpantaneira.

PONTOS FRACOS = Pouca diversificação de atrativos turísticos. Pouca integração do Parque Nacional do Pantanal na dinâmica turística. Inexistência de calendário de eventos. Cultura, tradições, saberes e fazeres populares subutilizados na dinâmica de negócios associados ao Turismo. Inexistência de dados sobre os impactos positivos e negativos do turismo. Não há controle de visitação e acompanhamento formal do perfil da demanda. Polarização entre empreendimentos turísticos e pecuaristas – as atividades são vistas como antagônicas. Unidades de Conservação percebidas como locais que impedem o desenvolvimento.

OPORTUNIDADES = Diversificação no uso dos atrativos turísticos naturais e culturais. Ampliação das Unidades de conservação para Uso Sustentável por meio do Turismo. Educação ambiental atrelada à dinâmica turística. Empreendedorismo social, turismo de experiência e economia criativa associadas às comunidades tradicionais. Inserção das comunidades tradicionais na diversificação da oferta turística. Diversificação da oferta turística para o período de cheia no Pantanal. Ampliação da oferta integrada a outros destinos do Pantanal (MT e MS) e de outras regiões turísticas de Mato Grosso. Tornar os negócios turísticos mais sustentáveis através das certificações existentes (ISOs e NBRs). Crescimento da demanda local (região metropolitana) e regional (outras cidades de Mato Grosso). Aproveitamento da mídia existente e que pode ser captada para estruturação de programas, matérias, reportagens e atração de influenciadores digitais para o Pantanal. Ex. Novela

Pantanal exibida em 2022. Ampliação da oferta para regiões vizinhas – Goiás, Rondônia e estados Amazônicos.

AMEAÇAS = Poluição do Pantanal que recebe detritos de outras regiões do Estado. Aumento da pressão do agronegócio e do garimpo. Frequência anual de queimadas diminuindo significativamente as espécies de fauna e flora. Nova onda da Covid-19. Crise econômica nacional/internacional. Impactos ambientais de grandes proporções ocasionados pelas queimadas no Pantanal. Diminuição dos volumes dos rios em virtude do aquecimento global.

6. Bodoquena - MS

Balneários (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

PONTOS FORTES = 1. Recursos naturais; 2. Localização geográfica; 3. Proximidade do perímetro urbano; 4. Atendimento de serviços de hospedagem e alimentação na maioria dos balneários; 5. Formação de um grupo de guias de turismo de Bodoquena em 2019;

PONTOS FRACOS = 1. Falta de estrutura de Acessibilidade para portadores de necessidades especiais; 2. Profissionais capacitados; 3. Falta de horários flexíveis aos clientes em alguns locais; 4. A falta de gestão empresarial focada na qualidade; 5. Ausência de Infraestrutura de lazer e segurança em alguns locais; 6. Precificação incoerente com o serviço prestado; 7. Ausência de guarda-vidas em alguns Balneários; 8. Falta de capacidade de investimento de muitos dos proprietários das áreas naturais com potencialidade turística;

OPORTUNIDADES = 1. Consolidação do segmento de observação de aves; 2. Localização próxima à Bonito; 3. Presença de áreas naturais com forte apelo para o Turismo; 4. Inserção do município na Rota Pantanal/ Bonito – Serra da Bodoquena 5. Elaboração do Plano Municipal de Turismo; 6. Aumento da procura por locais que proporcionem maior contato com a natureza e com a história e a cultura local; 7. Programa MS "Investe Turismo", convênio SEBRAE e Governo do Estado; 8. O município possui 90% de seu perímetro urbano saneado; 9. Presença de locais com forte apelo turístico (grutas, mirantes, patrimônio cultural, local propícios para atividades de aventura); 10. Elaboração para implementação do "Plano Municipal de Coleta Seletiva" de Bodoquena; 11. Realização de eventos esportivos no município;

AMEAÇAS = 1. Concorrência com outros atrativos localizados em Bonito, com maior qualidade na estrutura e nos serviços; 2. Falta de local adequado para descarte de resíduos sólidos; 3. Ausência de uma cadeia produtiva do Turismo fortalecida; 4. Falta de alguns serviços e infraestrutura urbana essenciais para o Turismo (saúde, unidade do corpo de bombeiros, unidade de apoio ao consumidor); 5. Assoreamento dos rios Betione, Salobra e Campina proveniente de

atividades econômicas e descarte inadequado de resíduos sólidos; 6. Influência negativa da agropecuária nos rios;

Equipamentos de alimentos e bebidas (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

PONTOS FORTES = 1. Prato típico do local (Palga Serrana) contextualizada com a história e a cultura local;
PONTOS FRACOS = 1. Falta de Acessibilidade para portadores de necessidades especiais; 2. Escassez de profissionais capacitados; 3. Falta de flexibilidade de horários aos clientes em alguns empreendimentos; 4. A falta de gestão empresarial com foco na qualidade; 5. Atendimento de má qualidade em alguns estabelecimentos de AeB; 6. Falta de capacidade de investimento de muitos dos proprietários das áreas naturais com potencialidade turística;
OPORTUNIDADES = 1. Existência de uma demanda potencial pelo Turismo Gastronômico; 2. Existência de eventos esportivos com presença de um perfil de turista com maior interesse pela culinária local; 3. Existência da Feira do Produtor, com atividades de lazer semanais; 4. Realização de ações promovidas pela prefeitura municipal para capacitação na gestão (Mostra de Turismo, Cidade Empreendedora etc.); 5. Realização de eventos esportivos no município; 6. Carne bovina diferenciada da região 7. Mídias sociais;
AMEAÇAS = 1. Proximidade de Bonito, com uma oferta de equipamentos de AeB bem estruturada;

Equipamentos de hospedagem urbanos (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

PONTOS FORTES = 1. Existência de alguns empreendimentos com foco na gestão da qualidade;
PONTOS FRACOS = 1. Falta de acessibilidade para portadores de necessidades especiais; 2. Falta de harmonia e decoração nos ambientes internos (Unidades Habitacionais e demais instalações de acolhimento e lazer) 3. Falta de Profissionais capacitados nos locais; 4. Falta de flexibilidade de horários e informação aos clientes em alguns estabelecimentos; 5. A falta de gestão empresarial com foco na qualidade do atendimento; 6. Preços praticados que não condizem com o serviço prestado; 7. Falta de capacidade de investimento de muitos dos proprietários das áreas naturais com potencialidade turística;
OPORTUNIDADES = 1. Localização geográfica; 2. Presença de áreas naturais com forte apelo para o Turismo; 3. Realização de eventos esportivos no município; 4. Realização de ações promovidas

pela prefeitura municipal para capacitação na gestão (Mostra de Turismo, Cidade Empreendedora etc.)

AMEAÇAS = 1. Proximidade com o município de Bonito e Miranda, que possui uma cadeia hoteleira consolidada;

De acordo com o Plano Municipal de Turismo de Bodoquena, evidencia-se os seguintes fatos/rastreamentos a seguir:

PONTOS FORTES = No que concerne aos aspectos positivos, o município de Bodoquena possui uma oferta de equipamentos turísticos que atende à necessidade da demanda atual em termos quantitativos, no perímetro urbano, com a presença de alguns empreendimentos que imprimem qualidade no atendimento. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

PONTOS FRACOS = A partir da pesquisa de campo realizada no mês de maio de 2018, foram constatadas realidades que demandam atenção por parte da iniciativa privada e da instância de governança local, o COMTUR, a saber: os empreendimentos de hospedagem sem funcionamento nos finais de semana e feriados; o Ausência de pessoas capacitadas nas funções estratégicas de recepção e governança nos meios de hospedagem; o Necessidade de melhoria nas instalações dos meios de hospedagem e alimentação (limpeza, decoração e organização do espaço) localizados no perímetro urbano de Bodoquena, com vistas à qualidade no atendimento e da imagem da oferta turística local no mercado turístico; o Número reduzido de empreendimentos de hospedagem e alimentação com CADASTUR. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).
Uma outra questão detectada é a pequena oferta de agências de viagem no município. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

OPORTUNIDADE = Tal diagnóstico aponta a importância da sensibilização junto à cadeia produtiva do Turismo para o entendimento que dentro da dinâmica do Turismo existem agentes sociais distintos, também com papéis distintos. Deste modo, cabe à iniciativa privada ofertar produtos de qualidade, o que implica diretamente na organização, limpeza, estruturação e excelência no atendimento dos empreendimentos turísticos. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

Em termos locais, uma estratégia que oportunizaria este segmento, seria a implantação do voucher único ou outra forma de regulamentação de uso e acesso aos atrativos locais. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

AMEAÇAS = Inexistência de mecanismos que estimulem a qualidade e o devido conhecimento da realidade e da demanda turística local. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo,Campus de Aquidauana).

Recursos naturais (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

PONTOS FORTES = 1. Rios de águas cristalinas e com potencial para áreas de banho, relevo propício para contemplação da paisagem, áreas naturais propícias realizações de esportes de aventura menos impactantes ambientalmente; 2. Raras formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas; 3. Áreas extensas com remanescentes de florestas, no Parque Serra da Bodoquena; 4. Presença de fauna exótica pela proximidade com o Pantanal, tendo a demanda turística como referência;

PONTOS FRACOS = 1. Extensas áreas de atividades econômicas ambientalmente impactantes e sem o atendimento do passivo ambiental que geram; 2. Falta de licenciamento ambiental de muitos empreendimentos turísticos localizados nas áreas naturais; 3. Falta de capacidade de investimento de muitos dos proprietários das áreas naturais com potencialidade turística; 4. Falta de controle do fluxo e registro de visitação nas áreas naturais com potencialidade turísticas e nos balneários; 5. Falta de conhecimento das boas práticas ambientais no manejo e na operacionalização das atividades internas;

OPORTUNIDADES = 1. Estruturação para uso turístico do Parque Nacional Serra da Bodoquena; 2. Aumento da demanda turística nacional e internacional por áreas naturais; 3. Proximidade do município de Bonito; 4. Melhor acesso ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena;

AMEAÇAS = 1. Fragilização da Política Ambiental Brasileira; 2. Fragilidade do órgão de fiscalização de Meio Ambiente de MS; 3. Ausência de Lei municipal de Meio Ambiente;

PATRIMÔNIO CULTURAL (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana).

PONTOS FORTES = 1. Presença de prato típico Bodoquenense; 2. Banda de Música atuante; 3. Falta de diretrizes para a gestão pública direcionada à cultura; 4. Festas religiosas;

PONTOS FRACOS = 1. Casa do Artesão subutilizada; 2. Ausência de alinhamento entre os eventos ocorridos na cidade e os canais de expressão da cultura material e imaterial; 3. Falta de cadastro de fomentadores da cultura (artesãos, músicos, artistas locais, etc.)

OPORTUNIDADES = 1. Localização geográfica estratégica; 2. Proximidade e acesso de tribo indígena no município; 3. Feira do Produtor; 4. Cultura pantaneira que reflete no município;

AMEAÇAS = 1. Falta de um centro de apoio ao Turista que pudesse mostrar o artesanato e a cultura local; 2. Falta de produtos que alinhem natureza e cultura;

7. Polo Bonito - Serra da Bodoquena

Diagnóstico SWOT (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = 1. Diversidade de rios em bom estado de conservação; 2. Rios cristalinos, fauna e flora singulares; 3. Áreas conservadas e atrativos turísticos com estruturas de mitigação do impacto ambiental instaladas; 4. Desenvolvimento sustentável com controle da capacidade de carga nos principais atrativos (uso dos vouchers); 5. Experiência no desenvolvimento do ecoturismo; 6. Infraestrutura viária em fase final de pavimentação entre as localidades; 7. Número de atrativos com alta hierarquia; 8. Existência do Parque Nacional da Serra da Bodoquena; 9. Existência do Geopark Bodoquena-Pantanal; 10. Existência de estrutura de eventos; 11. Atrativos ecoturísticos já desenvolvidos – numerosos, com capacidade de carga estimada; 12. Existência de atrativos potenciais e a serem descobertos (em especial cavernas, grutas e pontos de observação de animais); 13. Presença de ecótonos (transição entre ecossistemas) – Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica; 14. Disponibilidade de recursos humanos para o turismo (hospitalidade); 15. Presença e atuação dos guias de turismo dotando de qualidade o produto; 16. Presença da UFMS, da UEMS e SEBRAE/MS; 17. Atrativos importantes nos três municípios foco do estudo; 18. Imagem amplamente divulgada nos mercados emissores nacionais; 19. Empresas certificadas pela ABNT em Sistemas de Gestão de Segurança NBR 15331; 20. Atrativos turísticos com sistemas de gestão ambiental (SGA) instalados; 21. Implantação do Programa Aventura Segura e do Tour da Experiência; 22. COMTUR atuante em Bonito, e COMTUR instalados nos demais municípios

assim como o Fórum Regional e associações de classe - ATRATUR, ABAETUR, ABIH, IASB, Instituto Família Legal; 23. Aeroporto estruturado e em funcionamento.

PONTOS FRACOS = 1. Coleta e destinação de resíduos sólidos deficientes; 2. Menor presença do artesanato local; 3. Oferta limitada de hospedagens de qualidade; 4. Oferta limitada de serviços de alimentação de qualidade na alta temporada; 5. Pequena oferta de programas e ações de cultura local – festival de inverno; 6. Deficiência na oferta de transporte coletivo intermunicipal; 7. Dificuldade da operação do transporte aos atrativos; 8. Custo elevado do transporte para os atrativos; 9. Limitação na oferta de mão de obra bilíngue; 10. Esforço de divulgação pulverizado (há forte divulgação, não há política de comunicação); 11. Ausência de um sistema de monitoramento de mercado (pesquisas de demanda); 12. Pouca oferta de empreendimentos turísticos e de serviços com acessibilidade; 13. Baixa disponibilidade de novos guias de turismo; 14. Inexistência de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento para guias atuantes; 15. Cidadãos desconhecem os atrativos; 16. Presença de atrativos sem licenciamento ambiental.

OPORTUNIDADES = 1. Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil; 2. Crescimento do turismo de eventos e convenções; 3. Crescimento do turismo da melhor idade; 4. Turismo de estudantes para a educação de jovens contemplando viagens de estudos; 5. Classe média em ascensão; 6. Crescimento do turismo familiar voltado para natureza; 7. Observadores de pássaros; 8. Crescimento do turismo de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (GLBT); 9. Crescimento do turismo de acessibilidade; 10. Crescimento do Geoturismo; 11. Concorrência restrita em atrativos de flutuação e mergulho em água doce, mergulho em caverna (único no Brasil) 12. Aumento da demanda turística internacional no Brasil; 13. Divulgação do país no exterior; 14. Mega eventos no Brasil (copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas); 15. Crescimento do Turismo cultural/histórico; 16. Turismo de visitação em Unidades de Conservação; 17. Sinergia com destino de compras no Paraguai; 18. Sinergia com destino Campo Grande (Aquário pantanal); 19. Sinergia com destino Pantanal Sul.

AMEAÇAS = 1. Desconhecimento do turista da obrigatoriedade do voucher para acesso os principais passeios; 2. Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil (cavernas, cachoeiras, rafting, rapel, tirolesas, etc.); 3. Oscilação do câmbio; 4. Turismo de massa para o destino de ecoturismo; 5. Perda da experiência outdoor das crianças, comprometendo a futura demanda de ecoturismo e turismo de aventura (aumenta o potencial da experiência); 6. Alta sazonalidade dos segmentos atendidos atualmente; 7. Deterioração do patrimônio cultural; 8. Desenvolvimento do turismo sem solução dos problemas de saneamento; 9. O não uso de instrumento de monitoramento da visitação adequada ou de recursos humanos necessários como salva vidas; 10. Deterioração do patrimônio natural.

Quadro OEM 4 – Estratégias de Marketing para o Polo Bonito Serra da Bodoquena. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = Existência de estoque considerável de atrativos ainda não explorados turisticamente.
PONTOS FRACOS = Presença de atrativos sem licenciamento ambiental.
OPORTUNIDADES = Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil; Classe média em ascensão; Crescimento do turismo familiar voltado para natureza; Crescimento do Geoturismo Turismo de visitação em Unidades de Conservação; Aumento da demanda turística internacional no Brasil.
AMEAÇAS = Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil Alta sazonalidade do segmento atendido.

Diversificação e ampliação da oferta de atrativos histórico-culturais. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = Disponibilidade de recursos humanos para o turismo (hospitalidade).
PONTOS FRACOS = Menor presença do artesanato local; Pequena oferta de programas e ações de cultura local.
OPORTUNIDADES = Crescimento do Turismo cultural/histórico.
AMEAÇAS = Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil; Deterioração do patrimônio cultural.

Fortalecimento dos atrativos turísticos naturais. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = Diversidade de rios em bom estado de conservação Rios cristalinos, fauna e flora singulares. Áreas conservadas e atrativos turísticos com estruturas de mitigação do impacto ambiental instaladas Desenvolvimento sustentável com controle da capacidade de carga nos principais atrativos.

PONTOS FRACOS = Dificuldade da operação do transporte aos atrativos Custo elevado do transporte para os atrativos.

OPORTUNIDADES = Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil Classe média em ascensão; Crescimento do turismo familiar voltado para natureza.

AMEAÇAS = Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil Turismo de massa para o destino de ecoturismo.

Estruturar roteiros turísticos para os segmentos prioritários e potenciais. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

> *PONTOS FORTES = Diversidade de rios em bom estado de conservação Rios cristalinos, fauna e flora singulares; Áreas conservadas e atrativos turísticos com estruturas de mitigação do impacto ambiental instaladas; Desenvolvimento sustentável com controle da capacidade de carga nos principais atrativos; Existência do Parque Nacional da Serra da Bodoquena; Existência do Geopark Bodoquena-Pantanal; Existência de estrutura de eventos.*
> *PONTOS FRACOS = Dificuldade da operação do transporte aos atrativos; Custo elevado do transporte para os atrativos.*
> *OPORTUNIDADES = Sinergia com destino de compras no Paraguai; Sinergia com destino Campo Grande (Aquário pantanal); Sinergia com destino Pantanal Sul; Crescimento do Geoturismo; Turismo de visitação em Unidades de Conservação; Aumento da demanda turística internacional no Brasil.*
> *AMEAÇAS = Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil.*

Capacitação de recursos humanos para o turismo. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

> *PONTOS FORTES = Disponibilidade de recursos humanos para o turismo.*
> *PONTOS FRACOS = Limitação na oferta de mão de obra bilíngue; Baixa disponibilidade de novos guias de turismo Inexistência de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento para guias atuantes.*
> *OPORTUNIDADES = Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil; Crescimento do turismo de eventos e convenções; Crescimento do turismo da melhor idade; Educação de jovens contemplando viagens de estudos; Classe média em ascensão; Crescimento do turismo familiar voltado para natureza.*
> *AMEAÇAS = Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil.*

Conscientização da população para a atividade turística. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

> *PONTOS FORTES = Disponibilidade de recursos humanos para o turismo (hospitalidade) COMTUR atuante em Bonito, e COMTUR instalados nos demais municípios assim como o Fórum Regional e associações de classe - ATRATUR, ABAETUR, ABIH, IASB, Instituto Família Legal.*
> *PONTOS FRACOS = Cidadãos desconhecem os atrativos.*

OPORTUNIDADES = Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil; Crescimento do turismo de eventos e convenções; Crescimento do turismo da melhor idade; Crescimento do turismo familiar voltado para natureza.
AMEAÇAS = Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil.

Desenvolvimento de parcerias com operadoras e agências. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = Imagem amplamente divulgada nos mercados emissores nacionais; Diversidade de rios em bom estado de conservação; Rios cristalinos, fauna e flora singulares; Áreas conservadas e atrativos turísticos com estruturas de mitigação do impacto ambiental instaladas; Desenvolvimento sustentável com controle da capacidade de carga nos principais atrativos (uso dos vouchers); Experiência no desenvolvimento do ecoturismo.
PONTOS FRACOS = Dificuldade da operação do transporte aos atrativos; Custo elevado do transporte para os atrativos; Presença de atrativos sem licenciamento ambiental.
OPORTUNIDADES = Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil; Crescimento do turismo de eventos e convenções; Crescimento do turismo da melhor idade; Educação de jovens contemplando viagens de estudos; Classe média em ascensão; Crescimento do turismo familiar voltado para natureza.
AMEAÇAS = Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil Turismo de massa para o destino de ecoturismo.

Reformulação do Website. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = Imagem amplamente divulgada nos mercados emissores nacionais.
PONTOS FRACOS Esforço de divulgação pulverizado (há forte divulgação, não há política de comunicação).
OPORTUNIDADES = Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil; Crescimento do turismo de eventos e convenções; Crescimento do turismo da melhor idade; Educação de jovens contemplando viagens de estudos; Classe média em ascensão; Crescimento do turismo familiar voltado para natureza.
AMEAÇAS = Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil.

Elaboração de programa de captação de eventos. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = Existência de estrutura de eventos.
PONTOS FRACOS = Oferta limitada de hospedagens de qualidade; Limitação na oferta de mão de obra bilíngue.
OPORTUNIDADES = Crescimento do turismo de eventos e convenções.
AMEAÇAS = Turismo de massa para o destino de ecoturismo.

Participar de eventos Regionais, Estaduais, Nacionais e Internacionais. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = Imagem amplamente divulgada nos mercados emissores nacionais; Diversidade de rios em bom estado de conservação; Rios cristalinos, fauna e flora singulares; Áreas conservadas e atrativos turísticos com estruturas de mitigação do impacto ambiental instaladas; Desenvolvimento sustentável com controle da capacidade de carga nos principais atrativos (uso dos vouchers); Experiência no desenvolvimento do ecoturismo;
PONTOS FRACOS = Esforço de divulgação pulverizado (há forte divulgação, não há política de comunicação).
OPORTUNIDADES = Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil; Crescimento do turismo de eventos e convenções; Crescimento do turismo da melhor idade; Educação de jovens contemplando viagens de estudos; Classe média em ascensão; Crescimento do turismo familiar voltado para natureza.
AMEAÇAS Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil Turismo de massa para o destino de ecoturismo.

Realização de pesquisas sistemáticas do perfil de demanda. (Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011).

PONTOS FORTES = Experiência no desenvolvimento do ecoturismo COMTUR atuante em Bonito, e COMTUR instalados nos demais municípios assim como o Fórum Regional e associações de classe - ATRATUR, ABAETUR, ABIH, IASB, Instituto Família Legal.
PONTOS FRACOS = Ausência de um sistema de monitoramento de mercado (pesquisas de demanda).
OPORTUNIDADES = Reconhecimento nacional e internacional. Crescente interesse mundial pelo turismo de natureza e ecoturismo. Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Chancela da UNESCO para criação do GEOPARK.
AMEAÇAS = Alta sazonalidade dos segmentos atendidos atualmente.

8. Nossa Senhora do Livramento

Infraestrutura e patrimônio natural e cultural (Diagnóstico e Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Nossa Senhora do Livramento - MT, 2020 - 2030).

PONTOS FORTES = Serra das Araras; Existência de rios e cachoeiras junto a Serra das Araras; Fontes Naturais; Região do Pantanal; Fazendas Centenárias; Riqueza Cultural; Centro Histórico; Acesso/Rodovia; Construções históricas do Séc XVIII; Museus já criados; Área quilombola; Missão São José (projetos); Fábricas de Doces; Feira é de Livramento.
PONTOS FRACOS = Infraestrutura física e humana; Acessos, estradas e pontes; Organização dos atrativos turísticos; Maior integração do poder com a sociedade (estrutura física e material); Falta de acesso a determinadas localidades rurais; Ausência de capacitações na área turística; Segurança Social; Falta de sinalização com painéis nos distritos e comunidades rurais; Carência de mapas, guias de roteiros turísticos; Falta de pontos turísticos de referência; Ausência de Casa da Memória;
OPORTUNIDADES = Mudança de Mentalidade/ Participação efetiva da comunidade; Organização de Governança; Capacitações e treinamentos; Criação do Centro de Comercialização de produtos; Asfaltamento da via Capão Grande/Ribeirão dos Cocais; Criação do "CCPDEL"; Capacitações (linguística, história, geração de renda e etc); Associação Idosos - Mutuca; Peregrinação Turística; Economia da Comunhão.
AMEAÇAS = Falta de estrutura financeira e recursos humanos; Falta de conscientização por parte da sociedade; Falta de continuidade do projeto pelo poder público na troca de gestor; Falta de recursos advindos de políticas públicas; Falta da união das comunidades; Pouca ou nenhuma divulgação.

Governança, legislação e monitoramento (Diagnóstico e Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Nossa Senhora do Livramento - MT, 2020 - 2030).

PONTOS FORTES = IGR Pantanal Matogrossense; Existência dos conselhos Turismo e Cultura; Associativismo; Vontade Política; Lei do tombamento estadual (ex. fonte do relógio); Lei de criação da APA Serra das Araras; Criação da Secretaria de Cultura e Turismo.
PONTOS FRACOS = Falta de legislação específica para o turismo; Falta de comprometimento da comunidade; Falta de comprometimento da gestão pública; Falta de integração das associações; Captação de recursos para realização dos projetos.
OPORTUNIDADES = Criação de Leis para captação de recursos para criação Casa da Memória - Museu; Monitoramento integrado dos conselhos através das informações por meio digital; Criação do Fundo de Turismo; Criação do Fundo de Cultura; Criação de Leis que oportuniza a captação de recursos para o Fundo de Turismo; Criação de Lei Municipal para preservação do Centro Histórico.

AMEAÇAS = Mudança de gestão municipal; Participação efetiva do poder público e da comunidade; Ausência de leis que garantam a continuidade de projetos e ações; Falta de verbas destinadas no orçamento.

Estruturação do produto turístico e regionalização (Diagnóstico e Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Nossa Senhora do Livramento - MT, 2020 - 2030).

PONTOS FORTES = Produtos existentes e comercializados; Existência de restaurantes (zona urbana e rural); Hotéis; Participação do município na IGR Pantanal Matogrossense; Realizaçao da Feiras É de Livramento; Festas religiosas (Festa da padroeira, Festa de São Benedito, Festa de Nossa Senhora da Conceição, e Festa da Banana); Grupos folclóricos: Bacuri, Congo, os grupos de Capoeira, Grupos folclóricos das comunidades quilombolas e grupos de danças do Cururu.

PONTOS FRACOS = Falta de integração das secretarias; Falta de recursos; Falta de Equipe técnica qualificada para montagem de projetos; Falta de conhecimento do potencial turístico do município; Falta de monitoramento e fiscalização do patrimônio público e privado.

OPORTUNIDADES = Agregar ou interligar os segmentos e comunidades, e dar visibilidade; Criação de Pesque e Pague; Roteiros Turísticos Integrados; Roteiros Turísticos Individualizados; Rádio; Criação do Centro de Comercialização dos Produtos ''É de Livramento''; Revitalização do Papa Banana; Criação de roteiros turísticos (centro histórico, comunidade quilombola, serra das araras, pantanal, festa religiosas); Abertura da Casa da Memória e Casa da Cultura; Organização dos roteiros para o acompanhamento do Calendário anual do município; Revitalização do Tanque Municipal; Revitalização do Parque Zoofloestal; Revitalização da Praça dos Eventos.

AMEAÇAS = Comodismo; Não se aderir à cultura de Debater temas Relacionados; Falta de participação das tomadas de decisões públicas; Utilização exacerbada de Agrotóxicos nas plantações; Falta de vontade política.

Capacitação, qualificação e sensibilização (Diagnóstico e Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Nossa Senhora do Livramento - MT, 2020 - 2030).

PONTOS FORTES = Existência de órgãos de capacitação: Sebrae, Senar, Senai e etc.; Biblioteca Municipal "Cilo Torres Seixas" - Estudo coletivo de patrimônio natural e cultural do município; - Cursos de idiomas; - Palestras de formação e sensibilização; - Projeto ambiental e preparação de jovens para o atendimento turístico do município; Oficinas para o segmento turístico; Capacitações para os participantes da Feira É de

Livramento com a participação do Sebrae; Cursos diversos para a comunidade oferecidos pelo Senar.

PONTOS FRACOS = Desinteresse dos munícipes pela capacitação (especialmente em relação a comércio local); Falta de preparo (interesse) para a conservação do meio ambiente; Falta de fomento do poder público; Maior integração associações e poder público; Falta de estrutura para atender a demanda de cursos oferecidos. Ex: falta de veículo para levar o instrutor, local para hospedagem e etc.;Falta de alinhamento entre entidades e associações.

OPORTUNIDADES = Promover cursos para formação de guias e turismólogos; Aproveitar profissionais da área de educação ambiental; Troca de experiências de pontos positivos entre as comunidades rurais; Novos cursos oferecidos pelo Sebrae, Senar, Empaer e Universidades Públicas; Palestras, oficinas, seminário e reuniões voltados para o segmento turístico; Maior participação das associações para receber o instrutor e apoia a realização do curso; Continuação dos cursos de linguagens e oficinas na biblioteca.

AMEAÇAS = Falta de fiscalização do Meio Ambiente sobre a Aplicação indevida de agrotóxico; Limitações econômicas do estado, do Mtur e do município; Falta de valorização da Secretaria de Cultura e Turismo em relação aos recursos e estrutura física e humana.

Promoção e apoio a comercialização (Diagnóstico e Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Nossa Senhora do Livramento - MT, 2020 - 2030).

PONTOS FORTES = Organizações de festas das comunidades (religiosas e culturais) para divulgação e venda dos produtos; Aquisição de mão de obra mais barata para produtores (parcerias). Ex: uso do trator; Existência de cooperativas; Calendário oficial de eventos do município; Calendário oficial de eventos do município faz parte do calendário oficial de eventos do estado do Mato Grosso; Feiras e eventos geradores de fluxo turístico. Ex: É de Livramento; Natal Iluminado e etc.

PONTOS FRACOS = Ausência de parceria como agências de turismo; Transporte para transbordo dos produtos (do campo); Desvalorização dos produtos (falta de hábito por parte dos consumidores no consumo do produto); Falta de atuação das cooperativas e associações existentes (apoio a comercialização); Falta de legalização dos produtos rurais; Falta de espaço de comercialização dos produtos rurais; Falta de roteiros segmentados.

OPORTUNIDADES = Local de divulgação do Turismo e Cultura Local; Comercialização fora do âmbito municipal; Divulgação através de folders, sites, whatsapp, vídeos e carros de som; Criação de roteiros segmentados; Legalização dos produtos rurais; Inserção dos Eventos do município no calendário oficial de eventos da cidade; Criação do CCPEDL (Centro de

Comercialização); Fomentar oportunidades para a Cadeia do Turismo.

AMEAÇAS = Poder aquisitivo baixo da comunidade; Desinteresse em apreciação pelas artes.

5.5.6.5.4 - Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)

Os indicadores comuns que configuram em forças para promoção e desenvolvimento do turismo dos municípios de Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade estão descritos nos quadros abaixo e constam os indicadores que não são comuns entre as três municipalidades.

5.5.6.4.1 - Forças (Strengths): indicadores comuns dos fatores internos da Matriz SWOT dos três municípios

Quadro 92 - Forças (*Strengths*): indicadores comuns dos fatores internos da Matriz SWOT dos três municípios

1 -	Existência de grupos que promovem o turismo de base comunitária
2 -	Presença de unidades de conservação ambiental
3 -	Interesse manifestado por investidores em empreender no setor de turismo
4 -	Existência de rios, lagos e/ou lagoas navegáveis, com possibilidade de implementar equipamentos aquáticos como moto aquática, lancha ou qualquer outra embarcação para passeios
5 -	Disponibilidade de profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência, como domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
6 -	Geração de empregos no setor de Turismo
7 -	Participação em governanças regionais e estaduais de turismo
8 -	Disponibilidade de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia e coleta de lixo
9 -	Presença de agências bancárias e de casas de câmbio
10 -	Existência de atrativos turísticos consolidados e reconhecidos nos níveis local e estadual
11 -	Disponibilidade de barcos para passeios turísticos
12 -	Existência de bares, lanchonetes, restaurantes e hotéis para garantir meios de hospedagem

13 -	Presença de empresas de comercialização de produtos ou serviços náuticos, como *stand up*, caiaque, surf, pesca, boias, mergulho.
14 -	Existência de empresas formais do setor do turismo
15 -	Existência de inventários turísticos
16 -	Reconhecimento de patrimônio natural local
17 -	Presença de pontes sobre os seus rios, com potencial para o desenvolvimento de mirantes e atrativo turístico
18 -	Disponibilidade de pronto atendimento público de saúde
19 -	Disponibilidade de redes de telefonias celular disponíveis
20 -	Existência de uma diversidade de templos de manifestação de fé e igrejas
21 -	Promoção do turismo de pesca
22 -	Existência de guias e/ou condutores de turismo
23 -	Patrimônios cultural de natureza material e imaterial reconhecidos por instâncias municipal, estadual ou federal
24 -	Os municípios contam com um Plano Municipal de Turismo e/ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo.
25 -	Há eventos tradicionais
26 -	Possui Sinalização Turística adequada para orientar os visitantes.

Quadro 93 - Forças (Strengths): indicadores não comuns entre os três municípios

1 -	Promove cursos, programas e ações de qualificação profissional voltados para o setor de turismo.	Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade
2 -	Realiza Oficinas e workshops de artesanato, proporcionando atividades que demonstram e ensinam as artes tradicionais da região.	
3 -	Possui um Fundo Municipal de Turismo para fomentar e apoiar iniciativas turísticas locais.	
4 -	Oferece cursos, programas e ações de qualificação profissional específicos para o setor de turismo.	
5 -	Implementa programas, projetos e ações relacionados à atividade turística.	
6 -	Possui sistema de transporte rodoviário intermunicipal para facilitar o deslocamento dos visitantes.	
7 -	Possuem legislações que institucionalizaram normas para as atividades de turismo.	Barão de Melgaço e Vila Bela da Santíssima Trindade
8 -	Faz parte de rota turística.	Vila Bela da Santíssima Trindade
9 -	Possui equipe integrada.	

10-	Possui planejamento estratégico.	
11-	Têm diversidade de patrimônio cultural e natural.	
12-	Possui Pronto Atendimento Privado de Saúde (Pronto Socorro) para atendimento emergencial para atender necessidades de saúde.	Nossa Senhora do Livramento
13-	Comunidade é participativa.	
14-	Possui rede de hotéis.	
15-	Possui espaços reservados para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.	
16-	Possui calendário de festividades	Nossa Senhora do Livramento e Barão de Melgaço
17-	Oferece a opção de "*Homestays*", permitindo aos turistas se hospedarem na casa de um membro da comunidade e vivenciarem a rotina do anfitrião.	Barão do Melgaço
18 -	Mantém um Calendário de Festividades que destaca eventos e celebrações relevantes para o turismo local.	
19 -	Disponibiliza outras linhas de crédito acessíveis aos empresários do setor turístico.	
20 -	Existem espaços devidamente reservados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
21 -	Os locais de embarque e desembarque são sinalizados e possuem acesso em nível para maior comodidade.	
22 -	Faz parte de uma rota turística estabelecida, contribuindo para aumentar o fluxo de visitantes.	
23 -	Conta com marinas/garagens náuticas para guardar barcos com segurança.	
24 -	Tem uma Lei que regulamenta a atividade náutica, estabelecendo diretrizes para essa prática.	
25 -	Possui Licença Ambiental vigente, assegurando o adequado gerenciamento ambiental de suas atividades turísticas.	

5.5.6.4.4.2 - Fraquezas (Weaknesses): indicadores dos fatores internos da Matriz SWOT

Dentre os indicadores avaliados que conformam as fraquezas da promoção e desenvolvimento do turismo nos municípios pode-se apontar 16 fraquezas comuns entre Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade, conforme o Quadro.

Quadro 94 - Fraquezas (Weaknesses) - indicadores comuns entre os três municípios

1 -	Empresas não tiveram acesso ao crédito do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR.
2 -	Não existem linha regular de transporte turístico que interligue os principais atrativos.
3 -	Não há delegacia de proteção ao turista.
4 -	Não há uma política de atração de investimentos privados para o setor.
5 -	Não possuem gestão adequada de Resíduos Sólidos (Conforme Lei nº 12.305/2010).
6 -	Não participam ou é contemplado em programas ou projetos com o MTur.
7 -	Não possuem aeroporto.
8 -	Não possuem Agências de Turismo.
9 -	Não possuem atividades turísticas de mergulho.
10 -	Não possuem atividades turísticas de vela.
11 -	Não possuem estudos sobre a profundidade de seus rios, lagos ou lagoas.
12 -	Não possuem locadoras de imóveis, automóveis, embarcações e aeronaves para temporadas.
13 -	Planos Diretores Urbanos não contemplam ações voltadas para o Setor de Turismo.
14 -	Não há uma política pública de investimento no turismo de base comunitária.
15 -	Linhas de transporte público intermunicipal com poucos horários de deslocamento à capital.
16 -	Sinalizações turísticas precárias e defasadas.

Quadro 95 - Fraquezas (Weaknesses) - indicadores não comuns entre os três municípios

1 -	Não existem linhas de crédito para os empresários do trade turístico.	Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela as Santíssima Trindade
2 -	Não existem locais de embarque e desembarque sinalizados e com acesso em nível nos rios.	
3 -	Não possuem marinas/garagens náuticas, guarda para barcos.	
4 -	Não têm Lei que regulamenta a atividade náutica.	
5 -	Não existe no Município o "*Homestays*": se hospedar na casa de um membro da comunidade e acompanhar a rotina do anfitrião.	
6 -	Não existem espaços reservados para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida em espaços turísticos.	
7 -	Não existem oficinas e workshops de artesanato voltados para promover atividades que demonstram e ensinam as suas artes tradicionais.	Barão do Melgaço

8 -	Não possui programas, projetos e ações acerca da atividade turística.	
9 -	Não possui um Fundo Municipal de Turismo.	
10 -	Não tem recursos próprios	
11 -	Não possui mão de obra não qualificada.	
12 -	Os empresários apáticos a perspectiva de investimento ao setor.	
13 -	Infraestrutura de receptivo inapta.	
14 -	Cultura e artesanato desestimulados após a pandemia;	
15-	Não possui Legislação relacionada ao Turismo.	Nossa Senhora do Livramento
16-	Não faz parte de alguma rota turística	
17-	Poucos recursos para investimento	
18 -	Falta de implementação de diretrizes que orientam a educação ambiental sustentável	
19 -	Ausência da presença digital oficial no turismo do município	
20 -	Desconhecimento sobre operação e comercialização turística	
21 -	Falta de qualidade no atendimento nos equipamentos turísticos e comércio em geral.	
22 -	Não possui Calendário de Festividades.	Vila Bela da Santíssima Trindade
23-	Não possui licença Ambiental vigente	
24-	Sinalização turística precária.	
25-	Não faz parte de uma rota turística.	
26-	Promove pontualmente possui cursos de capacitação de culinária voltadas para a apresentação e valorização da comida típica da região ou de grupos étnicos, com muita troca de saberes sobre técnicas e ingredientes locais.	
28-	Equipe pequena de servidores.	
29-	Estrutura precária.	
30-	Ausência de um técnico específico para elaboração de projetos.	
31-	Falta de integração da população com a Secretária Municipal	
32-	Ausência do Conselho de Turismo atuante.	
33-	Ausência de reconhecimento da importância da Secretaria de Turismo.	

5.5.6.4.4.3 - Oportunidades (*Opportunities*): indicadores dos fatores externos da Matriz SWOT

Os indicadores apontaram diversas oportunidades para a promoção e desenvolvimento do turismo nos municípios de Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade (Quadro 8).

Quadro 96 - Oportunidades (*Opportunities*): indicadores comuns dos três municípios

1-	Fomentar ações voltadas para a capacitação de empresas de modo que possam acessar o crédito do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR.
2-	Desenvolver e promover oficinas e workshops de artesanato e culinária local com atividades voltadas para demonstrar e ensinar as suas artes tradicionais, bem como as comidas e bebidas típicas através de encontros com trocas de saberes e técnicas locais.
3-	Fomentar e ampliar ações públicas voltadas para fomentar o turismo de base comunitária a partir da capacitação e formação de diferentes grupos sociais ligados as comunidades tradicionais e povos indígenas.
4-	Criar de linhas de crédito para que empresários e grupos tradicionais possam ampliar o trade turístico.
5-	Ampliar e fortalecer a Política Nacional de Segurança Pública através da criação de delegacias de proteção ao turista.
6-	Fortalecer as políticas nacional e estadual de turismo através da institucionalização do Fundo Municipal de Turismo.
7-	Desenvolver programas e projetos de educação patrimonial, museal e ambiental integrados ao desenvolvimento do turismo a partir das suas unidades de conservação.
8-	Estimular os investidores em empreender no setor do turismo.
9-	Desenvolver projetos náuticos, com programas e projetos voltados para ampliar a navegação dos rios e o uso dos equipamentos aquáticos.
10-	Fomentar o *Homestays* nas comunidades tradicionais e aldeias indígenas.
11-	Ampliação do número de vagas e pessoas empregadas no setor do turismo.
12-	Desenvolver e integrar rotas turísticas da região da Faixa de Fronteira em Mato Grosso e com municípios bolivianos.
13-	Ampliar e criar cursos, programas e/ou ações voltadas para a capacitação ou qualificação de profissionais e guias turísticos de modo que possam atuar com o público em geral e o com deficiências físicas, intelectuais e/ou motoras.

14-	Fomentar atividades turísticas de mergulho, vela, pesca, trilha e vivências nas comunidades tradicionais da faixa de fronteira.
15-	Estimular a instalação de locadoras de imóveis, automóveis, embarcações e aeronaves para temporadas nos municípios.
16-	Criar programas de proteção, conservação, valorização e divulgação dos patrimônios culturais materiais e imateriais, bem como os patrimônios naturais a fim de ampliar o número de atrativos turísticos.
17-	Criar instrumentos para ampliar o conhecimento local e estadual dos atrativos turísticos.
18-	Criar programas e projetos voltados para a elaboração e ampliação dos inventários turísticos através de parcerias com as universidades públicas, privadas e SEBRAE.
19-	Estimular a publicação de pesquisas voltadas para difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural e natural localizados nos municípios da Faixa de Fronteira.
20-	Incentivar a criação de programa de marketing do turismo.
21-	Ampliar a institucionalização da política municipal do turismo através da criação de leis das políticas e planos municipais de turismo.
22-	Fomentar a criação de postos de atendimento médico privados.
23-	Valorizar a diversidade cultural e religiosa.
24-	Ampliar a rede intermunicipal de transporte rodoviário.
25-	Lutar pela implantação de novos modais de transporte, como aeroportos com linhas de voos integradas com aeroportos nacionais.
26-	Ampliar e valorizar o turismo de pesca.
27-	Fortalecer o fundo de desenvolvimento integrado do centro-oeste para municípios da Faixa de Fronteira.

5.5.6.4.4.3 - Ameaças (*Threats*): indicadores dos fatores internos da Matriz SWOT

As ameaças comuns à promoção e desenvolvimento do turismo nos municípios de Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade, estão listadas no quadro.

Quadro 97 - Ameaças (Threats): variáveis dos fatores internos da Matriz SWOT

1-	Falta de capacitação de técnicos locais e de empresas de modo que possam acessar o crédito do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR.
2-	Turismo de massa.

3-	Descontinuidade das ações públicas voltadas para fomentar o turismo de base comunitária a partir da capacitação e formação de diferentes grupos sociais ligados as comunidades tradicionais e povos indígenas.
4-	Falta de linhas de crédito para que empresários e grupos tradicionais possam ampliar o trade turístico nos municípios de Faixa de Fronteira do Centro Oeste.
5-	Fragilidades na implementação e coordenação da Política Nacional de Segurança Pública através da criação de delegacias de proteção ao turista.
6-	Fragilidades na implementação e coordenação das políticas nacional e estadual de turismo através da institucionalização do Fundo Municipal de Turismo.
7-	Ausência de programas e projetos de educação patrimonial, museal e ambiental integrados ao desenvolvimento do turismo nos municípios da Faixa de Fronteira.
8-	Falta de estímulo aos investidores em empreender no setor do turismo.
9-	Ausência de Programa de Investimento para o desenvolvimento de projetos náuticos, com projetos voltados para ampliar a navegação dos rios e o uso dos equipamentos aquáticos.
10-	Ausência de Programa de Investimento para fomentar o *Homestays* nas comunidades tradicionais e aldeias indígenas nos municípios da Faixa de Fronteira.
11-	Descontinuidade de ações voltadas para desenvolver e integrar rotas turísticas da região da Faixa de Fronteira em Mato Grosso e com municípios bolivianos.
12-	Ausência de cursos de graduação e pós-graduação em turismo, programas e/ou ações voltadas para a capacitação ou qualificação de profissionais e guias turísticos de modo que possam atuar com o público em geral e o com deficiências físicas, intelectuais e/ou motoras.
13-	Falta de cursos para capacitar e estimular profissionais a desenvolver atividades turísticas de mergulho, vela, pesca, trilha e vivências nas comunidades tradicionais da faixa de fronteira.
14-	Ausência de locadoras de imóveis, automóveis, embarcações e aeronaves para temporadas nos municípios.
15-	Ausência de programas de proteção, conservação, valorização e divulgação dos patrimônios culturais materiais e imateriais tombados e registrados, respectivamente, bem como os patrimônios naturais a fim de ampliar o número de atrativos turísticos.
16-	Falta de incentivo a pesquisa e divulgação científica de modo a possibilitar a ampliação do conhecimento local e estadual dos atrativos turísticos.
17-	Falta de incentivo a criação de programas e projetos voltados para a elaboração e ampliação dos inventários turísticos, junto com as diferentes comunidades, através de parcerias com as universidades públicas, privadas e SEBRAE.

18-	Falta de estímulo a publicação de pesquisas voltadas para difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural e natural localizados nos municípios da Faixa de Fronteira.
19-	Falta de incentivo a criação de programa de marketing do turismo nos municípios da Faixa de Fronteira.
20-	Baixa institucionalização da política municipal do turismo através da criação de leis das políticas e planos municipais de turismo.
21-	Pouca oferta de meios de transporte intermunicipal rodoviário.
22	Poucos modais de transporte, como aeroportos com linhas de voos integradas com aeroportos nacionais

5.5.6.5.5 – Ladário (MS)

Fraquezas

Fraquezas na organização da comunicação de ideias e iniciativas pontuais de imediata ação junto aos munícipes para uma conscientização da divulgação do valor dos produtos e da paisagem.

Fortalezas

Fauna, Flora com safaris fotográficos, pesca esportiva, cultura com danças religiosidade, história de conquistas e guerras, de milagres e lendas. Divulgação com material em espanhol da história e atrativos de Ladário, participação em feiras nos país vizinho, divulgação da festa da Padroeira que está ente as 10 manifestações culturais e religiosas no Estado do Mato Grosso do Sul, divulgação da observação de aves na Area de Proteção Ambiental - APA Baia Negra.

5.5.6.5.6 - Ponta Porã (MS)

Fraquezas

Voo Comerciais Inativos

Dotação Orçamentária do Turismo no PPA

Inexistência de Roteiro Turístico Binacional

Ministério do Turismo reconhecer o Município como Rota Prioritária para a Regionalização

Fortalezas

Sistema Inteligente de Informação do Turismo na Fronteira

Ampliação e Qualificação da Oferta Turística

Imagem e Marca do Turismo na Fronteira

Sensibilização e Educação para o Turismo e para a Hospitalidade

Institucionalização da Gestão do Turismo

5.5.6.5.7 - Porto Murtinho (MS)

Fortalezas

Criação de Material Institucional

Participação em Feiras de Turismo

Calendário Oficial de Eventos

Política Municipal de Turismo com Legislação Implementada

Fraquezas

Capacitação e qualificação dos segmentos

Plano Municipal de Turismo não concluído

Não existência de Conselho Municipal de Turismo

Baixo contato com prestadores de serviços

5.5.6.5.8 - SWOT / FOFA de Porto Murtinho

1. Ecoturismo e turismo de natureza: O território possui uma localização privilegiada, com rios, cachoeiras, trilhas e uma rica biodiversidade. Isso cria oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo e turismo de natureza;

2. Turismo de base comunitária: O território possui uma diversidade privilegiada de comunidades, compostas por assentados, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Isso cria possibilidades de educação no relacionamento; gestões ambiental, cultural e operacional; desenvolvimento pessoal: aprender/conhecer-ensinar/mostrar; melhoria da qualidade de vida: comunidade e visitantes

3. Passeios de barco, observação da fauna e flora, trilhas e atividades de aventura podem ser explorados para atrair visitantes que buscam experiências na natureza;

4. Turismo histórico e cultural: O território tem um patrimônio histórico e cultural significativo, com destaque para o legado indígena, as fazendas antigas e a cultura pantaneira. A promoção do turismo histórico e cultural, com visitas a sítios arqueológicos, fazendas

tradicionais e eventos culturais locais, pode ser uma oportunidade para atrair turistas interessados na história e na cultura da região;

5. Turismo de pesca esportiva: O território é conhecido por suas ricas áreas de pesca, e Aquidauana não é exceção. A região oferece oportunidades para o turismo de pesca esportiva, com rios e lagos propícios para a prática dessa atividade. A promoção de pacotes turísticos específicos para pescadores, incluindo hospedagem, guias especializados e infraestrutura adequada, pode atrair um público específico de pescadores aficionados;

6. Turismo rural e agroturismo: O Estados possuem uma economia rural forte, com atividades como agricultura, pecuária e produção de alimentos. O desenvolvimento do turismo rural e agroturismo pode oferecer aos visitantes a oportunidade de vivenciar a vida no campo, participar de atividades agrícolas e conhecer a produção local. Isso pode ser complementado com a oferta de hospedagem em fazendas e restaurantes com produtos regionais;

7. Turismo de eventos: A realização de eventos culturais, festivais, competições esportivas e feiras temáticas pode atrair turistas para Aquidauana. Esses eventos podem destacar a cultura local, promover a economia e criar uma atmosfera animada na cidade.

8. Estimular a abertura de cruzeiros de ecoturismo em mais empresas. Adequar os espaços públicos aos requisitos do público de ecoturismo. Ofertar treinamento para agentes e operadores participantes das feiras. Famturs e Fampress. Ofertar novos roteiros e novos atrativos.

9. Estimular o aumento da maturidade das empresas no gerenciamento de redes sociais e investimentos em impulsionamentos de posts e ferramentas Google; estimular clientes a postarem nas redes sociais. Preencher período da piracema com oferta de ecoturismo.

10. Implantar governança local, estruturar realizar oferta de Pousadas Pantaneiras integradas com empresas e atrativos dos centros urbanos do território;

11. Reposicionar a oferta para novo perfil de pescadores. Implantar divulgação conjunta da pesca esportiva na localidade, com apoio governamental. Ampliar a oferta de pesca esportiva direcionada à Cooperativas agrícolas do Sul do País. Aprimorar a fiscalização da pesca na região. Evoluir a participação no mundo virtual através de técnicas e utilização de ferramentas específicas

12. Aumentar a maturidade de gestão por segmento (união de empresários). Implantar análise de índices dos segmentos para direcionar a oferta e a promoção. Implantar programas para promoção conjunta de produtos dos mesmos segmentos e/ ou localidades, unindo recursos privados com apoio do poder público;

13. Qualificação de trabalhadores a partir das vocações regionais e locais da base territorial;
14. Criar diferencial de competitividade a partir das ações das politicas públicas e iniciativa privada;
15. Cursos gratuitos na modalidade EAD e/ou presencial com metodologias ativas; ofertados pelas Instituições de Ensino Superior do Território;
16. Participação efetiva da comunidade; Organização de Governança; Capacitações e treinamentos; Criação do Centro de Comercialização de produtos;

5.5.6.6 Potencialidades de atratividades locais para turismo de base comunitária

5.5.6.6.1 - Mato Grosso do Sul

Quilombola Campos Correa, Corumbá;

Quilombola Família Ozório, Corumbá;

Quilombola Maria Teodora, Corumbá;

Quilombola Furnas dos Baianos, Aquidauana;

APA Baia Negra – Ladário;

Assentamento 72, Ladário;

Aldeia Mãe Terra, Aldeia Babaçu, Aldeia Argola, Aldeia Morrinho, Aldeia Lagoinha; Terra Indígena Pilad Rebuá: Aldeia Moreira e Aldeia Passarinho; Terra Indígena Lalima: Aldeia Lalima e Aldeia Campina, Miranda.

Comunidade Ribeirinha: Associação de Apicultores Apiário Flor de Camalote e Associação de Moradores do Salobra, Miranda.

Comunidade de Assentados: Assentamento Tupã Baê e Assentamento Bandeirantes, Miranda.

Assentamento Monjolinho e São Manoel, Aquidauana;

Festa da Farinha, Anastácio;

Assentamento Santa Lúcia, Bonito;

Assentamento Andalucia, Nioaque;

Vila do Amolar – Mel do Pantanal, Corumbá;

Comunidade do Amolar – Mel do Pantanal, Corumbá;

Terra Indígena Kadiweu – Porto Murtinho.

5.5.6.6.2 - Mato Grosso

Visita a Comunidade Ribeirinha de Mimoso – Barão de Melgaço;

Comunidade Mata Cavalo – Quilombola Nossa Senhora do Livramento;

Ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade - Vila Bela da Santíssima Trindade;

Produção de Farinha de Mandioca da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de São Benedito Remanescentes de Quilombos – Poconé.

5.5.6.7 - Estratégias para a qualificação do turismo (Política Nacional de Qualificação em Turismo)

Entre os anos de 2018 a 2022, o Instituto Federal de Mato Grosso e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, juntamente com outras Instituições de Ensino Superior, participaram do projeto "Concepção de Referenciais Metodológicos para os Planos Territoriais, Programas e Projetos de Qualificação no Turismo Nacional" , encomendado pelo Ministério do Turismo e coordenado pelo Núcleo de Políticas Públicas de Turismo/Centro de Excelência em Turismo/Universidade de Brasília.

A pesquisa em tela teve como objeto a proposição de referenciais metodológicos para a implantação do Plano Nacional de Qualificação em Turismo na base territorial – local e regional –, capacitando técnicos e gestores do processo de planejamento territorial garantindo que os princípios, premissas e proposições expressos na Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT) sejam concretizados.

O Plano Nacional de Qualificação em Turismo expressa os princípios do entendimento da educação profissional como uma construção social e como um direito dos cidadãos, os quais se materializam em uma política pública que deve contribuir para o desenvolvimento dos territórios. Soma-se aos princípios, a sua finalidade, a qual concebe a qualificação social e profissional de jovens e adultos do setor de turismo, com mais de 16 anos.

A proposta de trabalho foi possibilitada pela transferência de recursos entre entes da federação (TED) firmado entre o Ministério de Turismo (MTur) e a Universidade de Brasília - UnB, Centro de Excelência em Turismo - CET, e por seu Núcleo de Pesquisa em Políticas

Públicas em Turismo - NPPT, grupo de pesquisa CNPq, que já desenvolveu dois projetos de pesquisa com este ente federativo que foram as Diretrizes Nacionais de Qualificação Profissional (2015), em parceria com o Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS, e a Política Nacional de Qualificação em Turismo (2016-2018).

A metodologia desenvolvida foi a pesquisa-ação, por ser um caminho investigativo que tem na problematização seu eixo condutor, pois esta está comprometida com a alteração da realidade investigada e com o envolvimento dos atores sociais pertencentes aos territórios analisados.

Os resultados almejados incidiram sobre a construção de novos conhecimentos de planejamento-ação-reflexão, participação, redes de cooperação, governança territorial, ecossistema turístico, educação e qualificação profissional em Turismo tecidos no sentido de vir a ser conhecimentos emancipadores a partir da experiência histórico-social dos territórios.

A política de qualificação profissional deve ser pensada como estratégia de integração e articulação das relações sociais de produção com as questões políticos-culturais e, para tanto deve ser pautada em um projeto alternativo de desenvolvimento humano com recursos como:

1) Aprendizagem o longo da vida;
2) Formação em contexto real de trabalho;
3) Permissão para futuras mudanças de carreira;
4) Atenção às mulheres (formação e oportunidades de trabalho);
5) Incentivo: ações de formação pelos empregadores;
6) Garantia: direito dos trabalhadores (redução da informalidade);
7) Desenvolvimento de uma “inteligência coletiva” (responder aos desafios das crises econômicas conjunturais);
8) Favorecer o entendimento da condição humana diante das ameaças ao planeta (processos ambientais, econômicos, ideológicos, sociais);
9) Pedagogia problematizadora: saberes acadêmicos X “saber-fazer” tendo a ética e solidariedade como princípios.

Nessa perspectiva de discussão, amparados/as em uma qualificação em turismo, acreditamos que um caminho fértil seja explorar a extensão universitária. A universidade pública é um importante espaço de produção, acumulação e trocas de conhecimentos. Ela se

fundamenta em três bases inter-relacionadas: ensino, pesquisa e extensão. A Extensão Universitária é a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento produzido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social.

A Extensão Universitária[46] é, portanto, uma das funções sociais da Universidade, que tem por objetivo promover o desenvolvimento social, fomentar ações de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social. É, portanto, atribuição da universidade e fundações de pesquisa promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas nas instituições.

5.5.6.7.1 - Diretrizes para condução de uma qualificação pautada nas potencializações da FFCO

- Diretriz 1: Estimular a agricultura familiar nas comunidades locais.

A) Ação Prioritária: Cursos de formação profissional e de atualização de conhecimento nas diversas áreas da agricultura familiar.

B) Meio de Implementação: Fortalecimento e direcionamento das ações de formação profissional; adequação de currículos com a realidade local; promoção de cursos de atualização de conhecimento e rodas de conversas enfatizando o processo de trabalho como potência para a divulgação da cultura local e fortalecimento organizacional, estrutural e operacional, principalmente quanto à definição de conteúdo programáticos, métodos de ensino e orientação de docentes e instrutores/as, não abrangendo uma formação integrada que contemple conhecimentos básicos, técnicos e de gestão.

[46] É importante destacar que a Extensão Universitária compõe uma das estratégias dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), isto é, ela faz parte de uma ação que fomenta a democratização do conhecimento que é produzido nas universidades e compartilhado junto às comunidades e outros setores da sociedade, produzindo coletivamente outros saberes. Dito de outra forma, ela cria um elo com a sociedade ao ultrapassar os muros dos espaços acadêmicos.

C) Atores Sociais Envolvidos: Secretarias Municipais e de Estado de Educação, Organizações Não-Governamentais, Fundações de Turismo, Universidades, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

- Diretriz 2: Conhecer as culturas locais, promovendo oportunidades para as comunidades.

A) Ação Prioritária: fortalecer articulação com o governo local de projetos que estejam em consonância com as necessidades das comunidades locais e valorização dos seus saberes.

B) Meio de Implementação: a valorização do patrimônio histórico-cultural é a valorização da identidade que molda as pessoas. Por isso, preservar as paisagens, as obras de arte, as festas populares, a culinária ou qualquer outro elemento cultural de um povo, é manter a identidade desse povo. Construção de atrativos culturais com a comunidade através de escutas e rodas de conversas, oficinas de interpretação patrimonial, cursos de saberes e sabores do território para gestores públicos, trabalhadores e iniciativa privada tendo como protagonistas as comunidades locais, cursos de dinâmicas de sustentabilidade para as comunidades tradicionais, *webinars* e *lives* sobre cultura e turismo como política pública de implementação de turismo de base comunitária para a iniciativa privada, poder público e comunidades locais.

C) Atores Sociais Envolvidos: Secretarias Municipais e de Estado de Educação, Secretarias Municipais e de Estado de Cultura, Organizações Não-Governamentais, Fundações de Turismo, Universidades, Escolas de nível básico, fundamental e médio.

- Diretriz 3: Formar bases de informações e disseminar o conhecimento do cooperativismo nas comunidades locais.

A) Ação Prioritária: as cooperativas colaboram para a geração de empregos, para a inclusão social e econômica, para uma melhor distribuição de renda e para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde estão inseridas. Participação democrática, solidariedade, independência e autonomia são os pilares do Cooperativismo, sistema consagrado que tem como fundamento o ser humano. A ação

prioritária é estimular as comunidades para o desenvolvimento das atividades econômicas através do cooperativismo.

B) Meio de Implementação: articulação institucional, promoção de eventos e outras atividades envolvendo as comunidades locais para um programa de extensão universitária de desenvolvimento de habilidades para disseminar o cooperativismo na base territorial e permitindo uma aproximação maior com a comunidade universitária.

C) Atores Sociais Envolvidos: Secretarias Municipais e de Estado de Educação, Secretarias Municipais e de Estado de Cultura, Organizações Não-Governamentais, Fundações de Turismo, Universidades, escolas de nível básico, fundamental e médio.

- Diretriz 4: Curricularização dos saberes tradicionais, da sociobiodiversidade e da história regional no ensino básico, fundamental, médio e superior da base territorial.

A) Ação Prioritária: reconhecimento dos saberes tradicionais como subsídios para implementação de sistemas de manejo, políticas públicas, agregação de renda e geração de conhecimento técnico-científico para a sociedade brasileira e sul-mato-grossense na perspectiva da sociobiodiversidade, contribuindo significativamente para a redução das desigualdades sociais para conservação ambiental.

B) Meio de Implementação: oficinas pedagógicas nas escolas por meio da curricularização das atividades de extensão universitária através dos cursos superiores das mais diversas áreas do conhecimento das Universidades em parceria com as escolas de nível básico, fundamental e médio da base territorial. A curricularização da extensão universitária consiste na adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) visando garantir um percentual mínimo na carga horária dos cursos para as atividades de extensão. A proposta da curricularização da extensão vem se mostrando muito importante para o desenvolvimento acadêmico dos discentes de nível superior, possibilitando um diálogo mais realista entre a prática e teoria, contribuindo para um melhor desempenho acadêmico e uma boa inserção no mercado de trabalho. A implementação desta diretriz deve ser pautada na “cidadania” e no “pertencimento” em seus conteúdos formativos, geralmente não dialogados com as realidades locais dos territórios, o que evidencia o surgimento de outros sujeitos sociais na base territorial.

C) Atores Sociais Envolvidos: Secretarias Municipais e de Estado de Educação, Organizações Não-Governamentais, Escolas de ensino básico, fundamental e médio e Universidades.

- Diretriz 5: estimular iniciativas de turismo de base comunitária (TBC) como campo de possibilidades para o conhecimento dos saberes e sabores das comunidades da base territorial.

A) Ação Prioritária: Sensibilizar o poder público na criação de políticas públicas territoriais de Turismo de Base Comunitária, que levem em consideração:

> (i) gestão comunitária, onde toda a comunidade local tem papel ativo desde o planejamento, implementação e desenvolvimento do turismo, bem como é o pilar principal de sua gestão e deve considerar a capacidade do turismo de se integrar com as outras atividades econômicas; (ii) valorização do patrimônio, tratando o patrimônio local, que se constitui no ambiental e no histórico/cultural, não apenas como um item do escopo turístico, mas pensar na atividade como uma forma de valorização sem interferência e; (iii) roteiro turístico, onde a comunidade é o principal atrativo. O turista deve conhecer os costumes, os saberes, as vivências e rotinas do local, é importante que o turista sinta como é ser membro daquela comunidade, experimentando-a como um todo inclusive nos produtos gastronômicos e de recordações (ZANETONI, 2022, p. 50).

B) Meio de Implementação: Vivências e dinâmicas lúdicas em Turismo de Base Comunitária; oficinas de negócios eco sustentáveis; planejamento turístico participativo na base territorial, entendendo que o planejamento turístico participativo se inscreve na esfera dos princípios democráticos para os atores sociais através de laços de solidariedade ao conceber que o território deve ser pensado a partir e pela comunidade; visitas aos domicílios que já praticam a hospitalidade, com o objetivo de identificar as demandas e catalogar as estruturas físicas dos domicílios; oficinas de gastronomia a partir dos frutos do pantanal estimulando a criação de restaurantes e panificadoras geridos pelas comunidades; oficinas em forma de dinâmicas de grupos visando a preservação das características culturais e valores identitários da base territorial; oficinas orientadas de roteirização turística.

C) Atores Sociais Envolvidos: Secretarias Municipais e de Estado de Cultura, Secretarias Municipais de Turismo e Fundações de Turismo, Universidades e Organizações Não-Governamentais.

5.5.6.7.2 - Fluxos em busca pelos equipamentos de lazer do turismo nas cidades-gêmeas

5.5.6.7.2.1 - Corumbá - Puerto Quijarro

A relevância desse portão internacional pode ser observada pelo fluxo de pessoas, que segundo o Departamento de Polícia Federal, 109.040 pessoas passaram pela fronteira em 2013 e mais de 163.800 mil em 2016.2, sugerindo que, entre diversas funcionalidades, o turismo se faz presente de maneira relevante.

Segundo dados levantados pelo Observatório do Turismo do Pantanal, através do Documento Referencial do Turismo de Corumbá, no ano de 2014 estiveram em Corumbá mais de 214 mil turistas, não há dados que indicam a porcentagem de turistas via fronteira Corumbá - Puerto Quijarro.

Fonte: Machado; Ronan Xavier. Roteiro Integrado de Turismo Fronteiriço. Corumbá - MS, 2018.

De acordo com o observatório nacional de turismo, cerca de 14.795 turistas bolivianos chegaram ao Brasil, via fronteira terrestre Bolívia - MS, em 2020.

Fonte: https://paineis.turismo.gov.br/extensions/observatorio/turistas.html

6.7.2.2 - Cáceres - San Matias

De acordo com o observatório nacional de turismo, cerca de 45.449 turistas bolivianos chegaram ao Brasil em 2020. Dessa quantia, 21.099 foram via acesso terrestre (fronteiras terrestres). Entretanto, o Ministério do Turismo não contabiliza e/ou não disponibiliza informações suficientes para relacionar a quantidade de turistas que chegam ao Brasil via San Matias - Cáceres, e se limita a divulgar que 1.313 turistas chegaram ao Brasil, via acesso terrestre, em 2020 em outras unidades da Federação, na qual, o Estado de Mato Grosso (MT), também, está inserido.

Fonte: https://paineis.turismo.gov.br/extensions/observatorio/turistas.html

6.7.2.3 - Ponta Porã - Pedro Juan Caballero

De acordo com o observatório nacional de turismo, cerca de 10.006 turistas paraguaios chegaram ao estado de Mato Grosso do Sul (MS), em 2020 via acesso terrestre (fronteiras terrestres).

Fonte: https://paineis.turismo.gov.br/extensions/observatorio/turistas.html

5.5.7 - MEIO AMBIENTE

5.5.7.1 - A Região de fronteira e o meio ambiente

De acordo com a FUNAG, 2015 A concepção de fronteira, para a gestão do meio ambiente, está nitidamente associada às disputas, controle pelo Estado, perda da liberdade de ir e vir e também às guerras. Nos últimos anos, identificam-se mais intensamente diversas áreas do conhecimento debatendo a temática fronteiriça, remetendo a esta, significados distintos entre a perspectiva tradicional e a crítica. Nesse contexto, a perspectiva tradicional atribui à fronteira um sentido ligado mais a demarcação do solo, território e à apropriação desse espaço pela sociedade. A fronteira também traz em seu bojo uma diversidade de sentidos e aponta para os significados construídos em distintas realidades sócio-históricas.

Ainda de acordo com o mesmo órgão, tradicionalmente, os estados atribuem à fronteira um sentido relacionado apenas à demarcação do solo, limite do território. Cabe destacar que as áreas de fronteira sempre foram espaços sensíveis aos estados, pois nesta se contatam interesses soberanos distintos. De acordo com o geógrafo francês Lapradelle, na fronteira "tocam-se fisicamente" interesses soberanos, valores culturais, línguas e economias diferentes, o que torna inevitável uma interpretação que resulta, muitas vezes, num jogo de interesses. Nesse contexto, pode-se dizer que as questões ambientais transcendem a nacionalidade natural, pois um dano ambiental ou não é restrito aos limites jurídicos e políticos de um Estado, especialmente no que tange a água e ao ar, bens indispensáveis à sadia qualidade de vida e de interesse de todos.

5.5.7.2 – Desmatamento, queimadas e incêndios florestais

O Pantanal é considerado uma das mais importantes áreas úmidas continentais do planeta. Essa área úmida, inundada periodicamente, é muito importante para o suprimento de água, estabilização do clima e a conservação do solo contribuindo para uma rica biodiversidade.

Nos últimos anos, ocorreu um aumento significativo nos índices de incêndios de algumas localidades localizadas ao longo da faixa de fronteira do Brasil – Bolívia e Brasil – Paraguai. Os maiores registros de incêndios florestais nos anos de 2020 e 2021 foram registrados na região do Pantanal Mato-Grossense e está relacionado as questões climáticas

com a redução dos índices de pluviosidade e assim, reduzindo as áreas inundadas, contribuindo para que os incêndios atingissem a região.

Os incêndios são predominantes no Pantanal hoje e têm sérias consequências para o ciclo do carbono, serviços ecossistêmicos e saúde humana nas zonas úmidas.

A seguir, apresenta-se o quadro 98 com a área de ocorrência de queimada por município estudados.

Quadro 98 - Área (Km²) de Queimada por Sub-região estudadas.

Sub-região Chapada dos Parecis											
Município	Área Municipal Km²	Área Km² queimada 2017	Percentual queimado 2017*	Área Km² queimada 2018	Percentual queimado 2018	Área Km² queimada 2019	Percentual queimado 2019	Área Km² queimada 2020	Percentual queimado 2020	Área Km² queimada 2021	Percentual queimada 2021
01 - Campos de Júlio	6.792,81	36,34	0,53	31,99	0,47	61,52	0,91	75,86	1,12	7,63	0,11
02 - Comodoro	21.485,02	277,20	1,29	238,02	1,11	236,11	1,10	518,34	2,41	97,10	0,45
03 - Conquista D'Oeste	2.684,68	35,96	1,34	45,50	1,69	49,53	1,85	303,75	11,31	73,29	2,73
04 - Nova Lacerda	4.780,43	192,21	4,02	61,84	1,29	110,62	2,31	394,29	8,25	99,34	2,08
05 - Sapezal	13.614,55	51,17	0,38	52,90	0,39	144,14	1,06	69,98	0,51	42,04	0,31
06 - Tangará da Serra	11.636,82	1.016,89	8,74	817,56	7,03	1.501,55	12,90	1.645,21	14,14	779,61	6,70
Total**	60.994,31	1.609,77	2,64	1.247,81	2,05	2.103,46	3,45	3.007,42	4,93	1.099,00	1,80
Observação*: Percentual de área queimada dos municípios											
Observação**: Percentual de área queimada na região											
Sub-região de Dourados											
Município	Área Municipal Km²	Área Km² queimada 2017	Percentual queimado 2017*	Área Km² queimada 2018	Percentual queimado 2018	Área Km² queimada 2019	Percentual queimado 2019	Área Km² queimada 2020	Percentual queimado 2020	Área Km² queimada 2021	Percentual queimada 2021
01 - Caarapó	2.115,73	21,05	0,99	12,25	0,58	5,40	0,26	2,67	0,13	21,97	1,04
02 - Deodápolis	828,53	1,03	0,12	0,52	0,06	0,89	0,11	0,20	0,02	3,58	0,43
03 - Dois Irmãos do Buriti	2.431,61	3,15	0,13	2,51	0,10	7,05	0,29	5,60	0,23	4,65	0,19
04 - Douradina	280,46	0,53	0,19	0,34	0,12	0,79	0,28	0,32	0,11	1,41	0,50

05 - Dourados	4.062,24	100,36	2,47	13,48	0,33	63,76	1,57	20,71	0,51	73,00	1,80
07-Fatima do Sul	315,33	0,07	0,02	0,66	0,21	0,31	0,10	1,75	0,56	0,21	0,07
08-Glória de Dourados	493,43	0,00	0,00	0,25	0,05	0,01	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00
09-Itaporã	1.342,76	3,78	0,28	7,67	0,57	2,72	0,20	2,63	0,20	1,82	0,14
10-Jateí	1.933,32	124,93	6,46	2,38	0,12	59,06	3,05	0,59	0,03	1,49	0,08
Laguna Carapã	1.725,78	30,15	1,75	5,87	0,34	7,44	0,43	12,01	0,70	16,77	0,97
11-Maracaju	5.396,91	36,66	0,68	19,76	0,37	27,18	0,50	13,93	0,26	29,30	0,54
12-Nova Alvorada do Sul	4.025,01	31,29	0,78	20,08	0,50	22,49	0,56	13,30	0,33	31,87	0,79
13-Novo Horizonte do Sul	849,19	2,74	0,32	0,48	0,06	0,01	0,00	0,02	0,00	0,08	0,01
14- Rio Brillhante	3.983,56	25,03	0,63	33,61	0,84	48,35	1,21	11,53	0,29	176,19	4,42
Sidrolândia	5.265,70	59,34	1,13	31,86	0,61	84,70	1,61	19,19	0,36	104,62	1,99
15-Taquarussu	1.052,22	0,55	0,05	0,70	0,07	28,38	2,70	10,84	1,03	2,89	0,27
16-Vicentina	312,43	0,13	0,04	0,02	0,01	0,21	0,07	0,03	0,01	0,00	0,00
Total	36.414,21	440,81	1,21	152,45	0,42	358,75	0,99	115,34	0,32	469,87	1,29
Sub-região Cone Sul-Mato-grossense											
Município	Área Municipal Km²	Área Km² queimada 2017	Percentual queimado 2017*	Área Km² queimada 2018	Percentual queimado 2018	Área Km² queimada 2019	Percentual queimado 2019	Área Km² queimada 2020	Percentual queimado 2020	Área Km² queimada 2021	Percentual queimada 2021
01 -Amambai	4.193,77	6,05	0,14	3,39	0,08	4,27	0,10	1,85	0,04	3,89	0,09
02-Antonio João	1.142,90	35,98	3,15	8,35	0,73	23,38	2,05	6,49	0,57	40,44	3,54

03 -Aral Moreira	1.653,86	13,96	0,84	6,06	0,37	11,54	0,70	4,01	0,24	8,02	0,48
04 -Coronel Sapucaia	1.023,73	17,11	1,67	1,02	0,10	6,21	0,61	0,19	0,02	2,65	0,26
05 -Iguatemi	2.957,41	1,62	0,05	6,69	0,23	0,34	0,01	1,49	0,05	8,07	0,27
06 -Itaquirai	2.063,72	1,42	0,07	1,37	0,07	0,59	0,03	0,22	0,01	0,43	0,02
07-Japora	416,61	3,81	0,91	4,46	1,07	10,44	2,51	1,57	0,38	3,04	0,73
08-Juti	1.569,18	1,15	0,07	0,65	0,04	2,63	0,17	1,02	0,07	0,61	0,04
09-Laguna Carapã	1.725,78	21,96	1,27	0,96	0,06	0,90	0,05	0,14	0,01	1,89	0,11
10-Mundo Novo	478,38	0,41	0,08	0,94	0,20	5,37	1,12	3,98	0,83	33,07	6,91
11-Navirai	3.189,67	5,60	0,18	6,63	0,21	20,89	0,65	85,92	2,69	3,43	0,11
12-Paranhos	1.307,09	13,61	1,04	3,37	0,26	9,30	0,71	8,73	0,67	4,84	0,37
13-Ponta Porã	5.359,35	50,77	0,95	19,86	0,37	50,17	0,94	48,90	0,91	80,19	1,50
14-Sete Quedas	839,12	0,93	0,11	0,61	0,07	0,06	0,01	0,91	0,11	1,09	0,13
15-Tacuru	1.784,21	0,52	0,03	0,16	0,01	0,38	0,02	0,84	0,05	0,40	0,02
Total	29.704,77	174,89	0,59	64,50	0,22	146,48	0,49	166,27	0,56	192,06	0,65
Sub-região Alto Paraguai											
Município	Área Municipal Km²	Área Km² queimada 2017	Percentual queimado 2017*	Área Km² queimada 2018	Percentual queimado 2018	Área Km² queimada 2019	Percentual queimado 2019	Área Km² queimada 2020	Percentual queimado 2020	Área Km² queimada 2021	Percentual queimada 2021
01 - Araputanga	1.639,73	3,63	0,22	3,24	0,20	1,82	0,11	79,34	4,84	0,36	0,02
02 - Barra do Bugres	5.976,86	14,59	0,24	75,41	1,26	124,58	2,08	375,79	6,29	42,21	0,71
03 - Curvelândia	357,13	0,61	0,17	0,14	0,04	0,47	0,13	9,07	2,54	5,45	1,53

04 - Figueirópolis D'Oeste	891,45	1,60	0,18	0,50	0,06	1,58	0,18	1,35	0,15	0,00	0,00
05 - Glória D'Oeste	833,13	2,58	0,31	2,03	0,24	1,01	0,12	12,21	1,47	3,42	0,41
06 - Indiavaí	592,49	6,53	1,10	4,74	0,80	4,03	0,68	9,12	1,54	0,00	0,00
07 - Jauru	1.345,41	7,52	0,56	9,98	0,74	1,24	0,09	69,09	5,14	4,68	0,35
08 - Lambari D'Oeste	1.810,55	3,92	0,22	8,70	0,48	3,06	0,17	9,35	0,52	25,49	1,41
09 - Mirassol d'Oeste	1.085,48	12,49	1,15	8,54	0,79	12,10	1,11	9,10	0,84	11,80	1,09
10 - Pontes e Lacerda	8.545,29	81,32	0,95	232,22	2,72	631,30	7,39	596,61	6,98	510,59	5,98
11 - Porto Esperidião	5.835,28	17,96	0,31	9,71	0,17	329,93	5,65	50,07	0,86	289,10	4,95
12 - Porto Estrela	2.045,47	1,77	0,09	0,63	0,03	1,69	0,08	47,53	2,32	1,49	0,07
13 - Reserva do Cabaçal	1.331,68	0,11	0,01	3,63	0,27	0,31	0,02	103,67	7,79	0,00	0,00
14 - Rio Branco	539,29	0,59	0,11	1,40	0,26	0,09	0,02	0,42	0,08	2,66	0,49
15 - Salto do Céu	1.753,38	1,43	0,08	0,32	0,02	1,27	0,07	4,19	0,24	0,79	0,04
16 - São José dos Quatro Marcos	1.282,77	0,40	0,03	0,67	0,05	1,57	0,12	1,73	0,14	0,58	0,04
17 - Vale de São Domingos	1.901,54	6,57	0,35	17,70	0,93	86,96	4,57	266,12	14,00	1,13	0,06
18 - Vila Bela da Santíssima Trindade	13.484,72	661,28	4,90	187,82	1,39	452,01	3,35	750,63	5,57	183,36	1,36
Total	51.251,65	824,90	1,61	567,38	1,11	1.655,02	3,23	2.395,38	4,67	1.083,10	2,11
Sub-região Bodoquena											

Município	Área Municipal Km²	Área Km² queimada 2017	Percentual queimado 2017*	Área Km² queimada 2018	Percentual queimado 2018	Área Km² queimada 2019	Percentual queimado 2019	Área Km² queimada 2020	Percentual queimado 2020	Área Km² queimada 2021	Percentual queimada 2021
01 - Bela Vista	4.899,44	7,17	0,15	4,95	0,10	12,98	0,26	6,15	0,13	65,93	1,35
02 - Bodoquena	2.591,93	2,29	0,09	1,20	0,05	1,70	0,07	1,57	0,06	7,69	0,30
03 - Bonito	5.373,02	4,84	0,09	5,80	0,11	3,13	0,06	5,96	0,11	11,41	0,21
04 - Caarapó	2.943,21	0,35	0,01	0,04	0,00	0,48	0,02	0,25	0,01	6,89	0,23
05 - Guia Lopes da Laguna	1.225,43	15,74	1,28	19,06	1,56	12,25	1,00	5,91	0,48	12,59	1,03
06 - Jardim	2.126,13	3,27	0,15	2,53	0,12	2,33	0,11	6,33	0,30	46,42	2,18
07 - Nioaque	3.909,44	14,42	0,37	13,02	0,33	13,48	0,34	9,68	0,25	16,75	0,43
Total	23.068,60	48,08	0,21	46,62	0,20	46,34	0,20	35,84	0,16	167,69	0,73
Sub-região Pantanal											
Município	Área Municipal Km²	Área Km² queimada 2017	Percentual queimado 2017*	Área Km² queimada 2018	Percentual queimado 2018	Área Km² queimada 2019	Percentual queimado 2019	Área Km² queimada 2020	Percentual queimado 2020	Área Km² queimada 2021	Percentual queimada 2021
Anastácio	2.913,18	7,60	0,26	1,70	0,06	11,94	0,41	2,47	0,08	12,36	0,42
Aquidauana	17.087,00	346,46	2,03	79,76	0,47	996,87	5,83	133,87	0,78	331,49	1,94
Barão de Melgaço	11.374,89	480,14	4,22	139,19	1,22	560,11	4,92	3.417,79	30,05	176,73	1,55
Cáceres	24.495,51	64,20	0,26	52,59	0,21	702,58	2,87	3.374,86	13,78	3.086,02	12,60
Corumbá	64.432,21	2.629,81	4,08	344,47	0,53	7.073,16	10,98	9.010,09	13,98	6.992,44	10,85
Ladário	354,26	1,16	0,33	0,13	0,04	5,15	1,45	21,22	5,99	3,99	1,13
Miranda	5.471,43	9,68	0,18	6,80	0,12	295,73	5,40	21,10	0,39	47,45	0,87
Nossa Senhora do Livramento	5.537,42	139,71	2,52	62,29	1,12	120,71	2,18	790,12	14,27	18,99	0,34

Poconé	17.156,76	158,38	0,92	20,22	0,12	296,37	1,73	3.904,17	22,76	533,92	3,11
Porto Murtinho	17.505,20	196,35	1,12	116,48	0,67	1.418,32	8,10	752,88	4,30	2.359,08	13,48
Total	166.327,85	4.033,51	2,43	823,63	0,50	11.480,92	6,90	21.428,58	12,88	13.562,46	8,15
Sub-região Faixa De Fronteira											
Município	Área Municipal Km²	Área Km² queimada 2017	Percentual queimado 2017*	Área Km² queimada 2018	Percentual queimado 2018	Área Km² queimada 2019	Percentual queimado 2019	Área Km² queimada 2020	Percentual queimado 2020	Área Km² queimada 2021	Percentual queimada 2021
01 -MS	357.140,94	2.479,51	0,69	586,83	0,16	8.944,19	2,50	9.408,28	2,63	10.125,31	2,84
02 - MT	903.208,76	1.694,10	0,19	973,96	0,11	3.126,37	0,35	10.854,06	1,20	5.032,49	0,56
Total	1.260.349,70	4.173,61	0,33	1.560,79	0,12	12.070,56	0,96	20.262,35	1,61	15.157,80	1,20

A partir dos dados organizados foi possível elaborar os seguintes mapas temáticos referente às áreas queimadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso Sul. As figuras 53 a 57 representam as áreas de queimadas no estado de Mato Grosso do Sul dos anos de 2017 a 2021 respectivamente.

Figura 53- Área Queimadas no Mato Grosso do Sul em 2017.

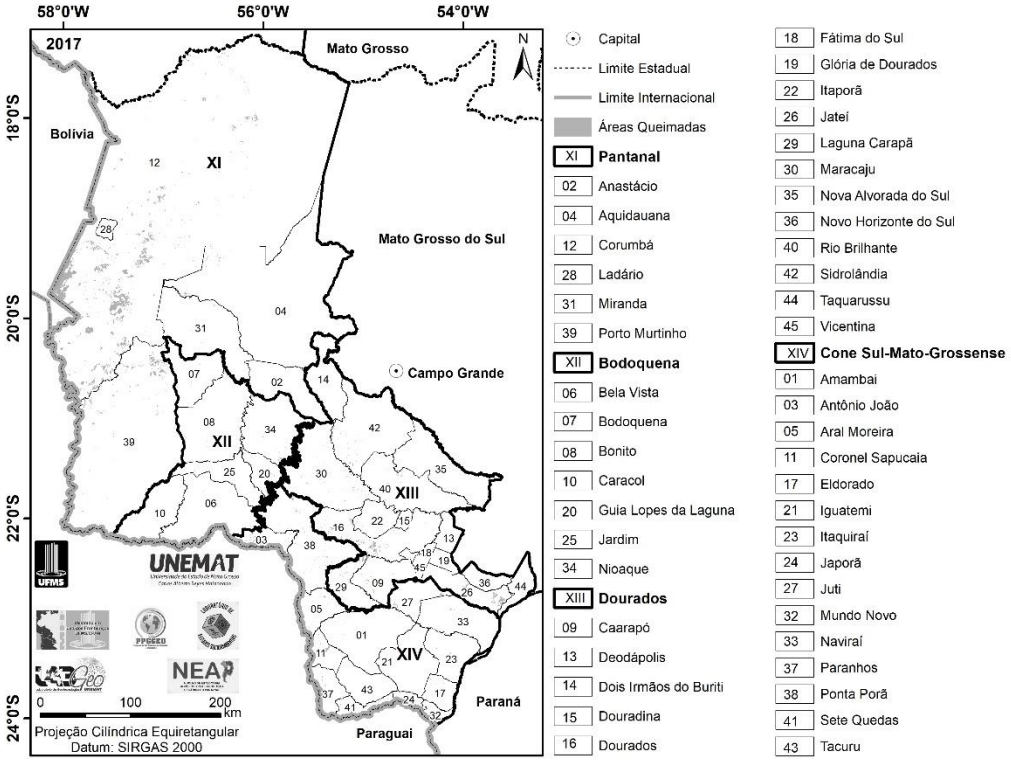


Figura 54-

Área Queimadas no Mato Grosso do Sul em 2018.

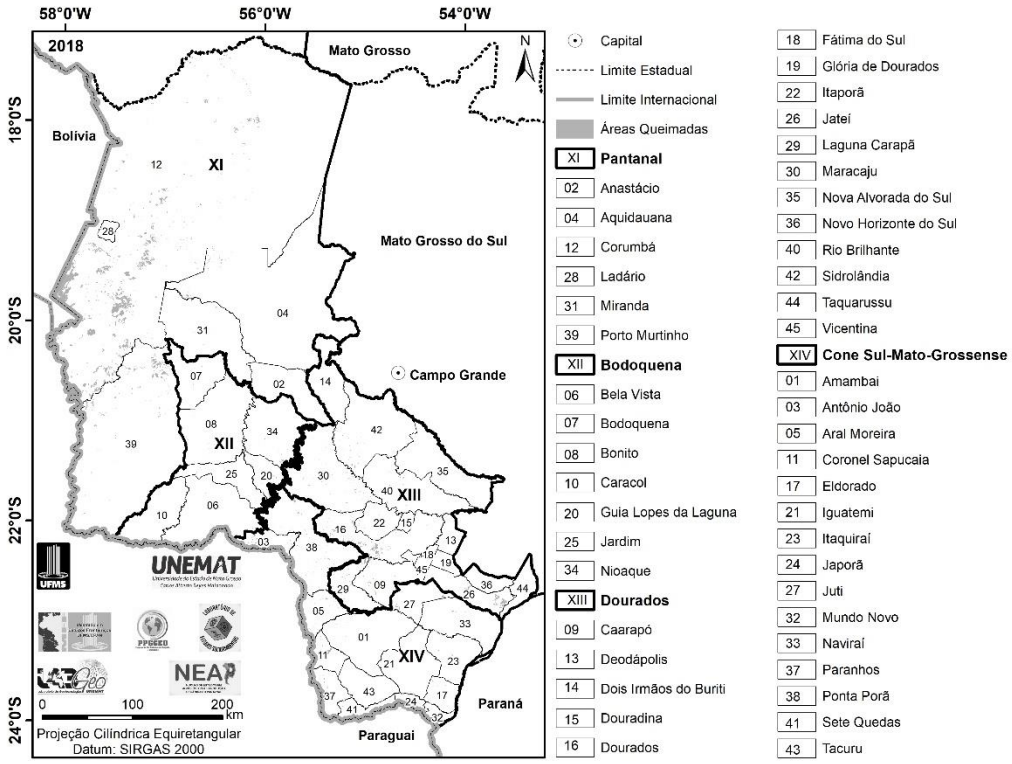


Figura 55 - Área Queimadas no Mato Grosso do Sul em 2019.

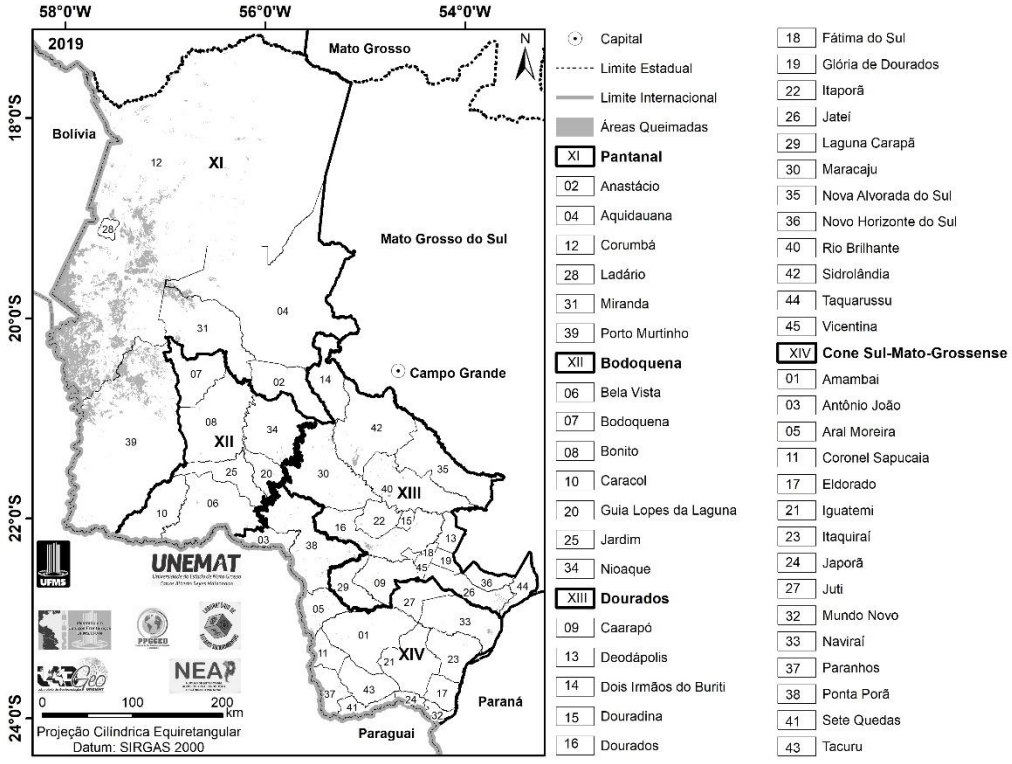


Figura 56 - Área Queimadas no Mato Grosso do Sul em 2020.

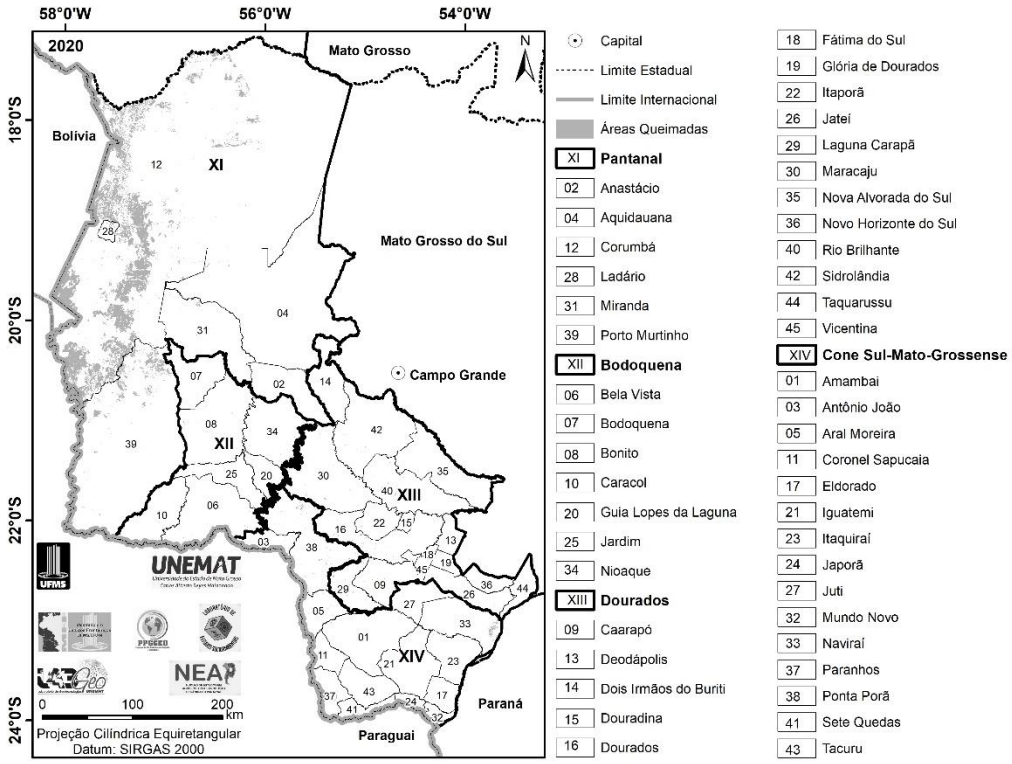
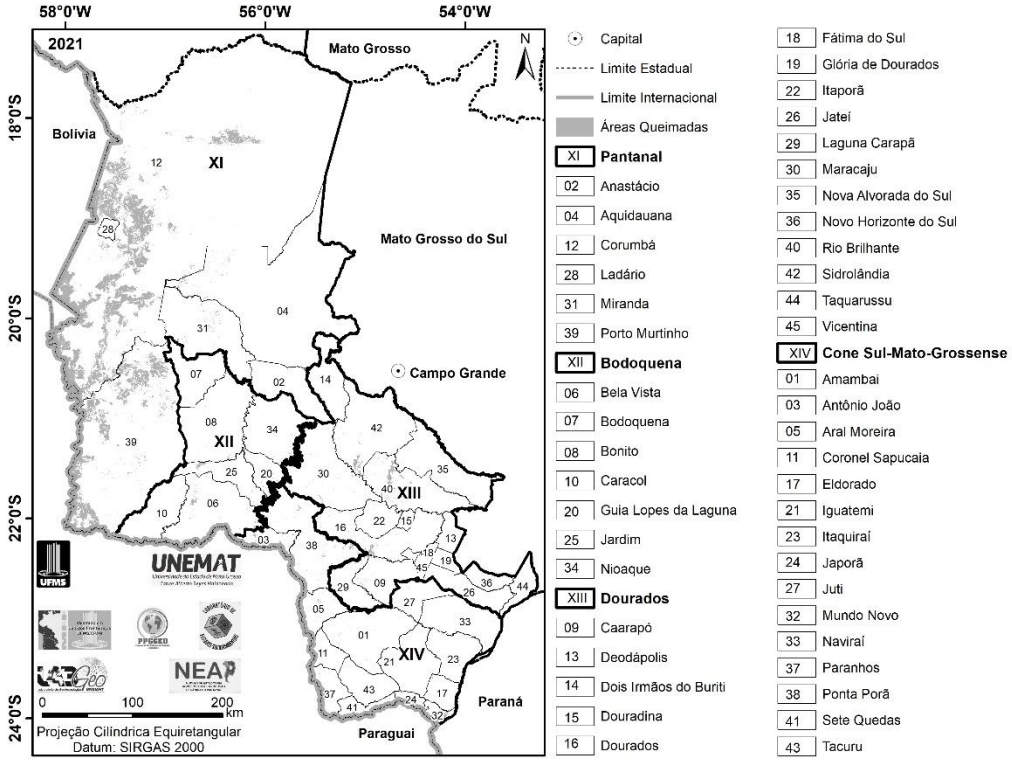


Figura 57 - Área Queimadas no Mato Grosso do Sul em 2021.



A partir dos mapas apresentados sobre as áreas queimadas no Estado de Mato Grosso do Sul

na região da faixa de fronteira, é possível observar que o município de Corumbá no período de 2017 – 2021foi o que apresentou os maiores índices de queimadas.

Nas figuras 58 a 62 a seguir, são apresentados os mapas com as áreas queimadas dos municípios do Estado de Mato Grosso, localizados na faixa de fronteira Brasil-Bolívia.

Figura 58 - Área Queimadas no Mato Grosso em 2017.

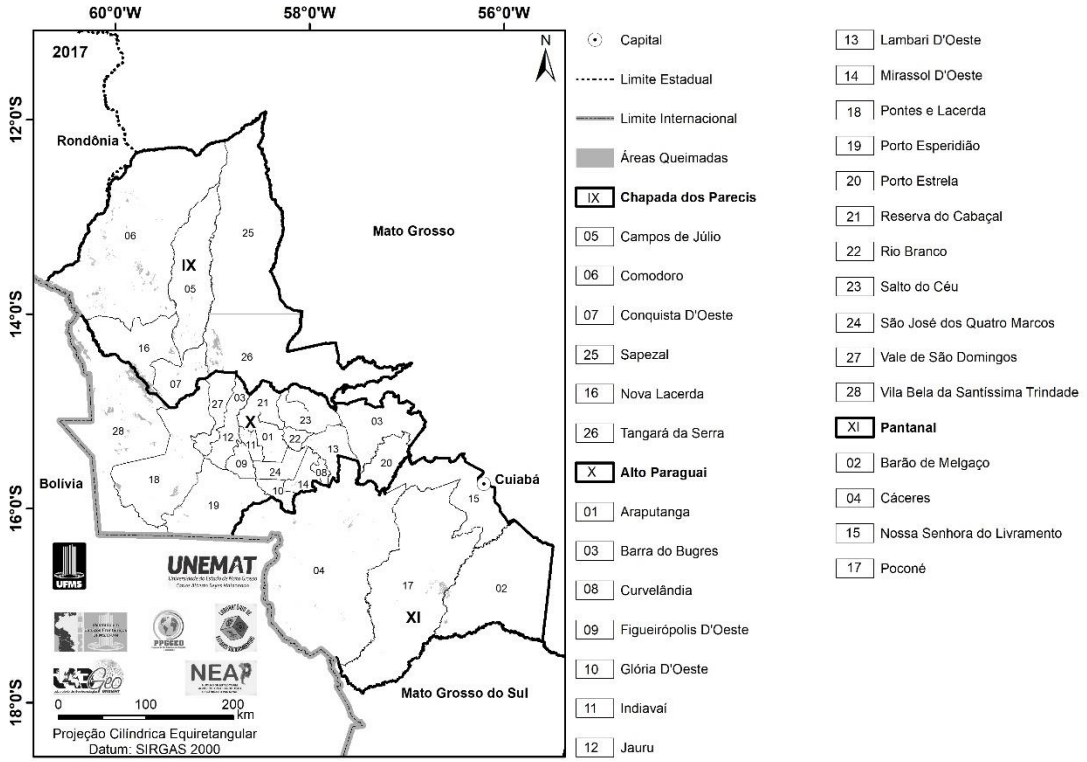


Figura 59 - Área Queimadas no Mato Grosso em 2018.

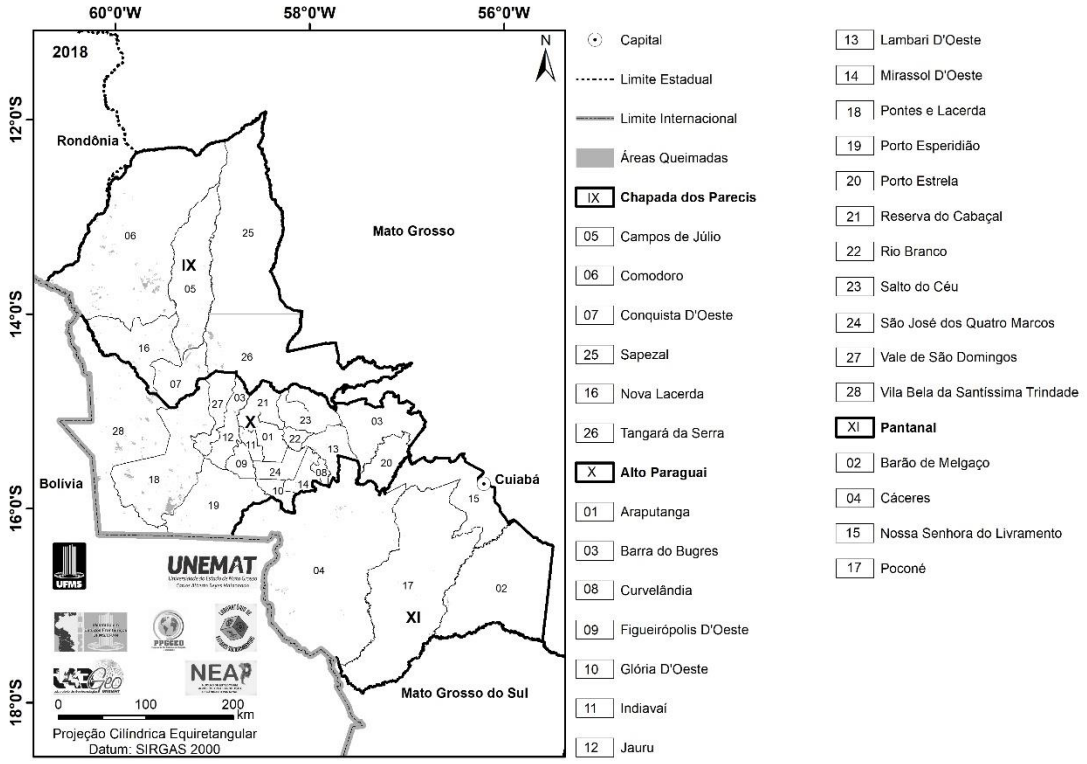


Figura 60 - Área Queimadas no Mato Grosso em 2019.

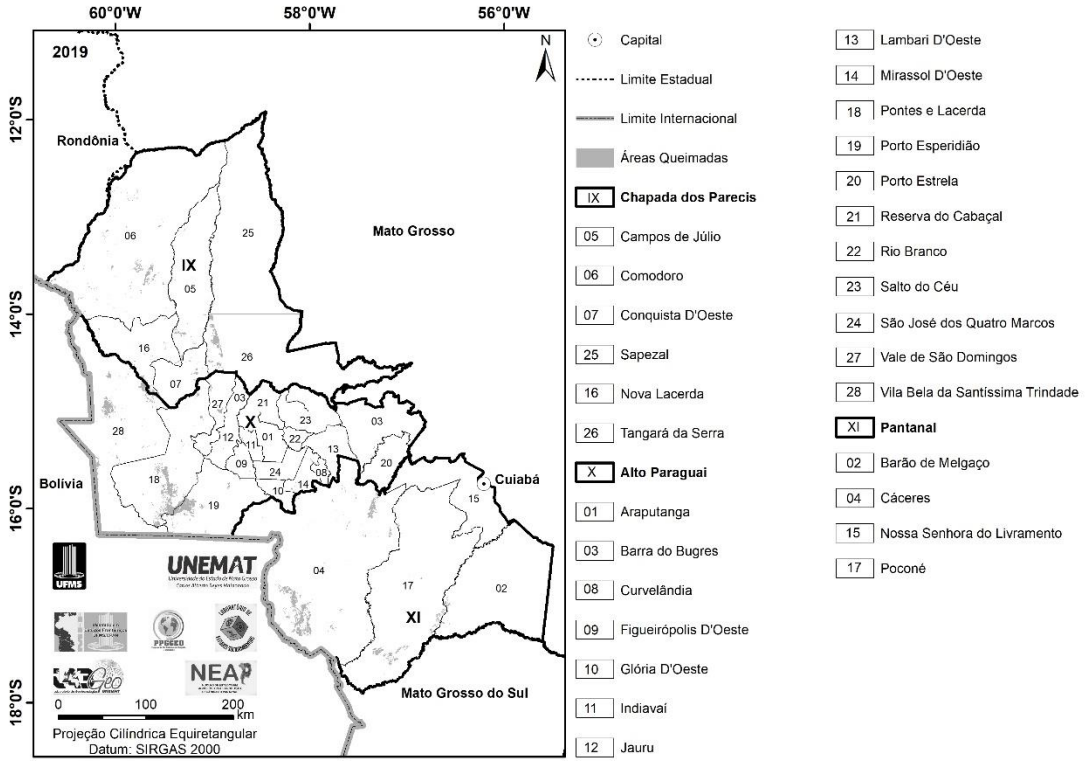


Figura 61 - Área Queimadas no Mato Grosso em 2020.

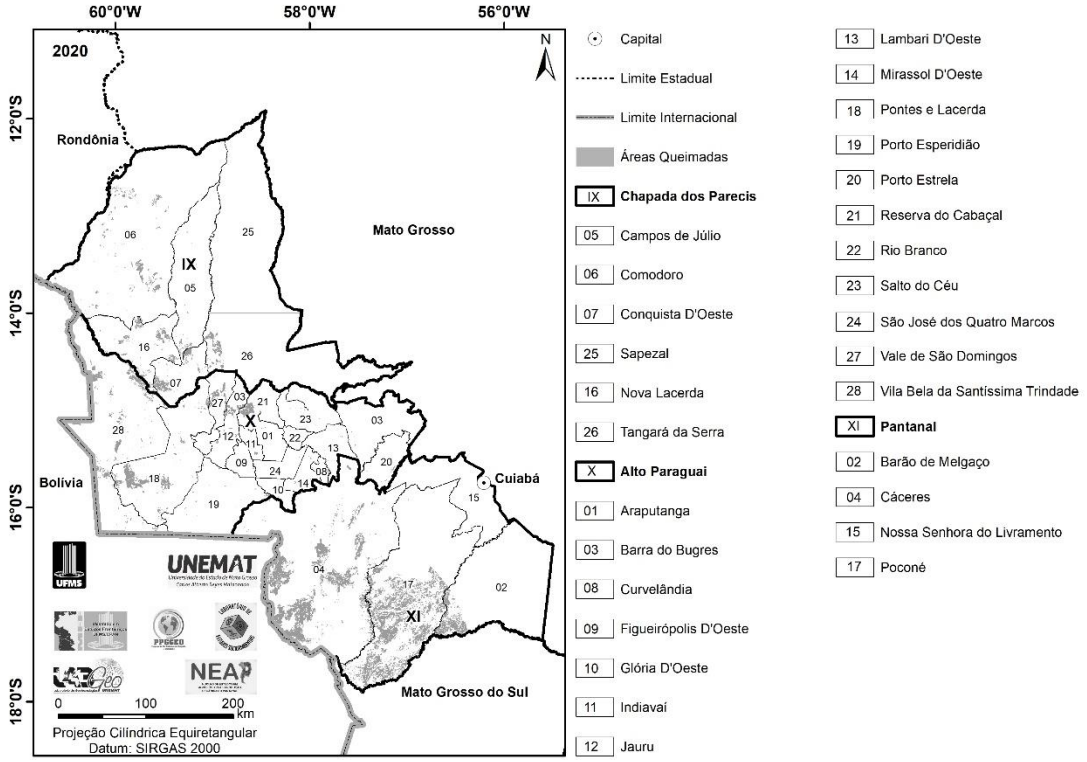
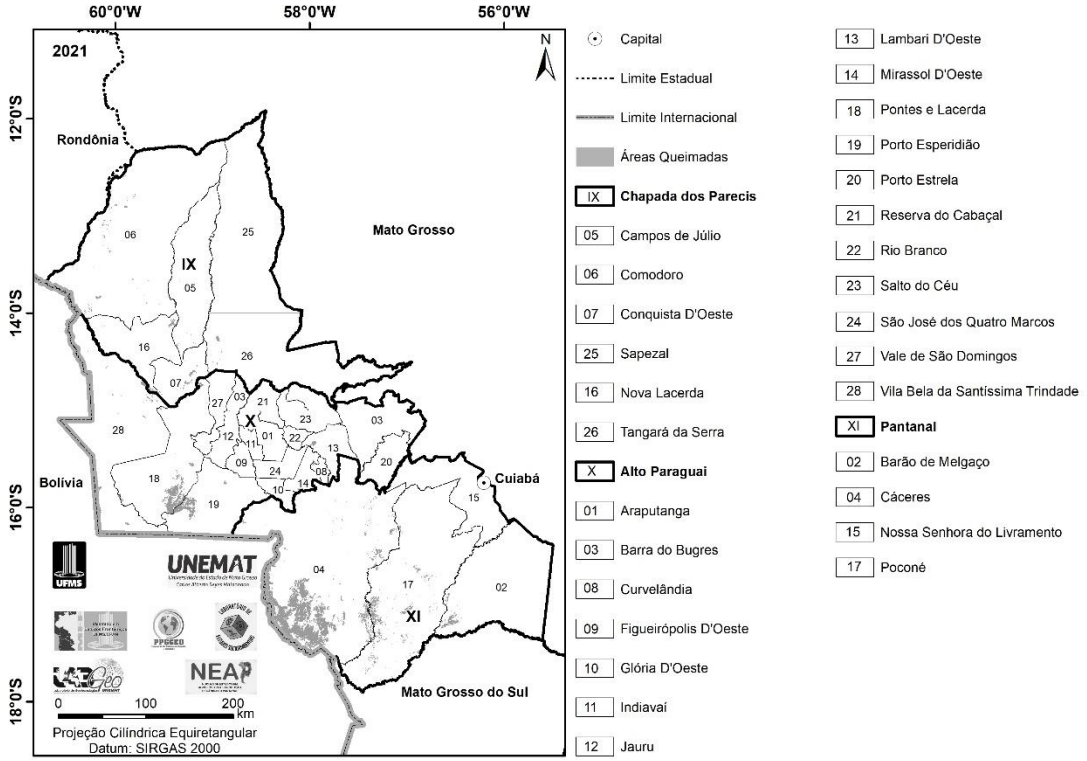


Figura 62 - Área Queimadas no Mato Grosso em 2021.



Analisando os mapas sobre as áreas queimadas, observa-se que as áreas com maiores ocorrências foram os municípios de Cáceres, Poconé e Barão de Melgaço. O que chama a atenção é que esses municípios estão localizadas no Pantanal demonstrando que essa região vem sendo nos últimos anos a mais atingida pelos incêndios.

Vale destacar que ainda não há um parâmetro específico para determinar se um município teve mais incêndios que outros, o INPE faz identificação de focos de incêndios. Apenas com imagens de satélites não dá para evitar os incêndios, pois quando o sensor detecta, o fogo já está instalado.

Nas figuras 63 e 64, a seguir, estão apresentadas as informações da existência de brigadistas do PrevFogo de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso respectivamente. Verifica-se que ainda há um déficit de quantitativos para poder atuar na área para atuar no combate e prevenção de incêndios.

Figura 63 - Existência de Brigadistas do PrevFogo em Mato Grosso do Sul

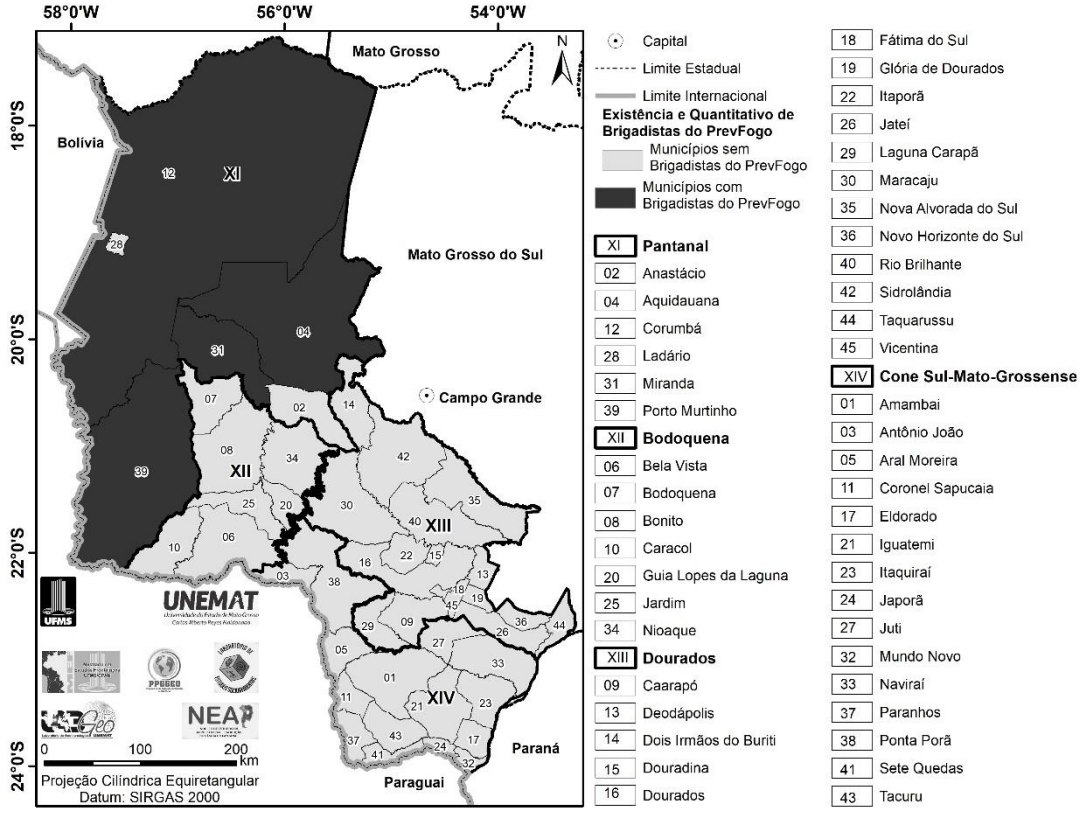
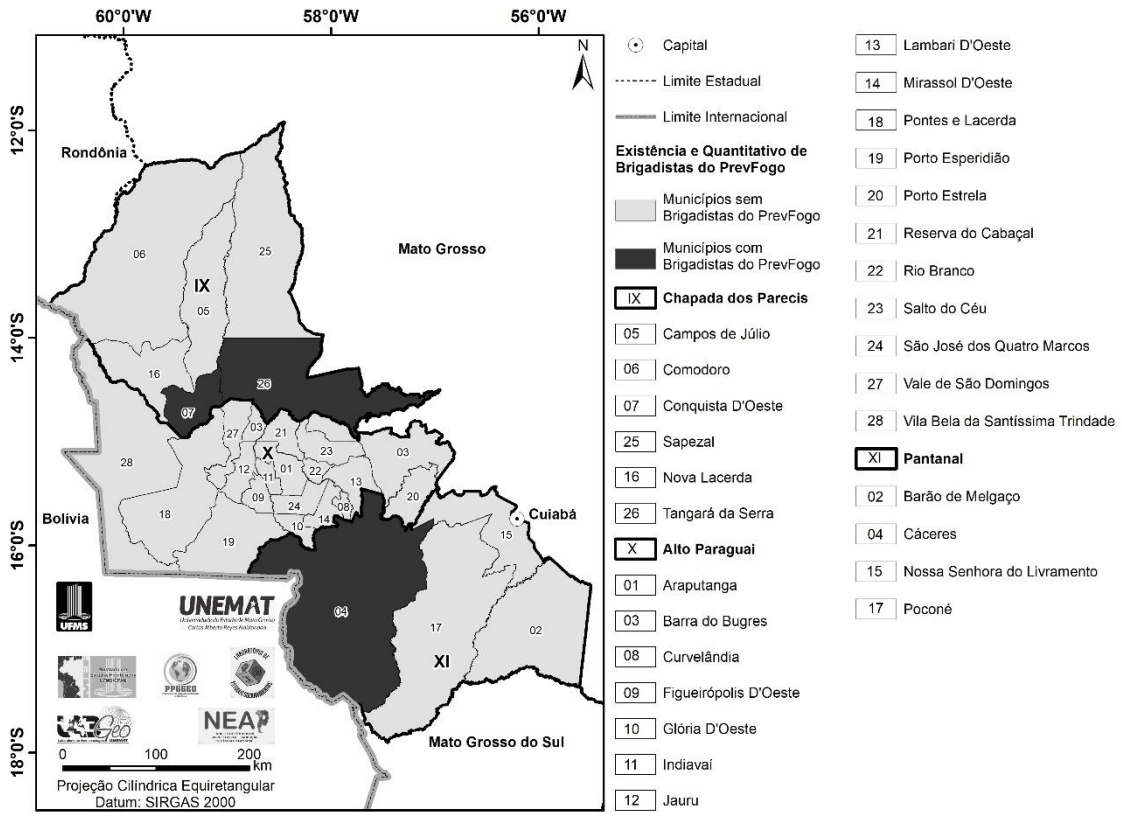


Figura 64 - Existência de Brigadistas do PrevFogo em Mato Grosso.



5.5.7.3 – Desastres naturais (deslizamentos e inundações)

Segundo Tominaga et al (2009), os Desastres Naturais constituem um tema cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, independentemente delas residirem ou não em áreas de risco. Ainda que em um primeiro momento o termo nos leve a associá-lo com terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, ciclones e furacões, os Desastres Naturais contemplam, também, processos e fenômenos mais localizados tais como deslizamentos, inundações, subsidências e erosão, que podem ocorrer naturalmente ou induzidos pelo homem.

Ainda os mesmos autores afirmam que os desastres naturais podem ser provocados por diversos fenômenos, tais como, inundações, escorregamentos, erosão, terremotos, tornados, furacões, tempestades, estiagem, entre outros. Além da intensidade dos fenômenos naturais, o acelerado processo de urbanização verificado nas últimas décadas, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, levou ao crescimento das cidades, muitas vezes em áreas impróprias à ocupação, aumentando as situações de perigo e de risco a desastres naturais. Além disso, diversos estudos indicam que a variabilidade climática atual, com tendência para o aquecimento global, está associada a um aumento de extremos climáticos. Nesta situação, os eventos de temporais, de chuvas intensas, de tornados ou

de estiagens severas, entre outros, podem tornar-se mais frequentes, aumentando a possibilidade de incidência de desastres naturais.

O quadro 98 a seguir apresenta as informações de ocorrência de desastres naturais.

Quadro 98 - Informações da ocorrência de deslizamento e inundação por munícipio.

Sub-região	Município	Deslizamento	Inundações	Esgoto	Água
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Campos De Julio	Não	Sim	Não	Sim
	Comodoro	Não	Sim	Não	Sim
	Conquista D'oeste	Não	Não	Não	Sim
	Nova Lacerda	Não	Sim	Não	Sim
	Sapezal	Sim	Sim	Não	Sim
	Tangara Da Serra	Não	Sim	Sim	Sim
X – Sub-região Alto Paraguai	Araputanga	Não	Sim	Não	Não
	Barra Do Bugres	Não sabe	Sim	Sim	Sim
	Curvelândia	Não	Não	Não	Sim
	Figueirópolis D'oeste	Não	Sim	Não	Não
	Gloria D`Oeste	Não	Sim	Não	Não
	Indiavaí	Não	Não	Não	Não
	Jauru	Não	Sim	Sim	Sim
	Lambari D`Oeste	Não	Não	Não	Sim
	Mirassol D'oeste	Não	Sim	Sim	Sim
	Pontes e Lacerda	Não	Sim	Sim	Sim
	Porto Esperidião	Não	Não	Sim	Sim
	Porto Estrela	Não	Não	Não	Sim
	Reserva do Cabaçal	Não	Não	Não	Sim
	Rio Branco	Não	Não sabe	Não	Sim
	Salto Do Céu	Não	Não	Não	Sim
	São Jose Dos Quatro Marcos	Não sabe	Sim	Sim	Sim
	Vale De São Domingos	Não	Não	Não	Não
	Vila Bela Da Santíssima Trindade	Não	Sim	Sim	Sim
XI – Sub-região Pantanal	Anastácio	Não	Não	Sim	Sim
	Aquidauana	Não	Sim	Sim	Sim
	Barão De Melgaço	Não informou	Não informou	Não	Não
	Cáceres	Não	Sim	Sim	Sim
	Corumbá	Sim	Sim	Sim	Sim
	Ladário	Sim	Não	Sim	Sim
	Miranda	Não	Não	Sim	Sim
	Nossa Senhora Do Livramento	Não	Sim	Não	Sim
	Poconé	Não	Sim	Não	Sim
	Porto Murtinho	Não	Não	Sim	Sim

	Sidrolândia	Não	Não	Sim	Sim
XII – Sub-região Bodoquena	Bela Vista	Não	Sim	Sim	Sim
	Bodoquena	Não	Não	Sim	Sim
	Bonito	Não	Sim	Sim	Sim
	Guia Lopes Da Laguna	Não	Não	Sim	Sim
	Jardim	Não	Não	Sim	Sim
	Nioaque	Não	Sim	Sim	Sim
XIII – Sub-região Dourados	Caarapó	Não	Não	Sim	Sim
	Caracol	Não	Sim	Sim	Sim
	Deodápolis	Não	Sim	Sim	Sim
	Dois Irmãos do Buriti	Não	Não	Sim	Sim
	Douradina	Não	Sim	Sim	Sim
	Dourados	Não	Sim	Sim	Sim
	Eldorado	Não	Não	Sim	Sim
	Fatima Do Sul	Não	Não	Sim	Sim
	Gloria de Dourados	Não	Não	Sim	Sim
	Itaporã	Recusa	Recusa	Sim	Sim
	Jatei	Não	Não	Sim	Sim
	Maracaju	Sim	Sim	Sim	Sim
	Nova Alvorada do Sul	Não	Não	Sim	Sim
	Novo Horizonte do Sul	Não	Sim	Não	Sim
	Rio Brilhante	Não	Não	Sim	Sim
	Taquarussu	Não	Não	Não	Sim
	Vicentina	Não	Sim	Sim	Sim
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	Amambai	Sim	Sim	Sim	Sim
	Antônio Joao	Não	Não	Sim	Sim
	Aral Moreira	Não	Não	Sim	Sim
	Coronel Sapucaia	Sim	Sim	Sim	Sim
	Iguatemi	Não	Sim	Sim	Sim
	Itaquirai	Não	Sim	Não	Sim
	Japora	Não	Sim	Sim	Sim
	Juti	Não	Não	Sim	Sim
	Laguna Carapa	Não	Sim	Sim	Sim
	Mundo Novo	Não	Não sabe	Não	Sim
	Naviraí	Não	Sim	Sim	Sim
	Paranhos	Não	Não sabe	Sim	Sim
	Ponta Porã	Não	Não	Sim	Sim
	Sete Quedas	Sim	Não	Não	Sim
	Tacuru	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: SNIS - Série Histórica (mdr.gov.br) .https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads

A partir das informações oficiais, foi gerado os mapas de ocorrência sobre deslizamos e inundações na faixa de fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As figuras 65 e 66 apresentam as informações de desastres naturais (deslizamentos) de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Figura 65- Ocorrência de Deslizamentos em Mato Grosso do Sul

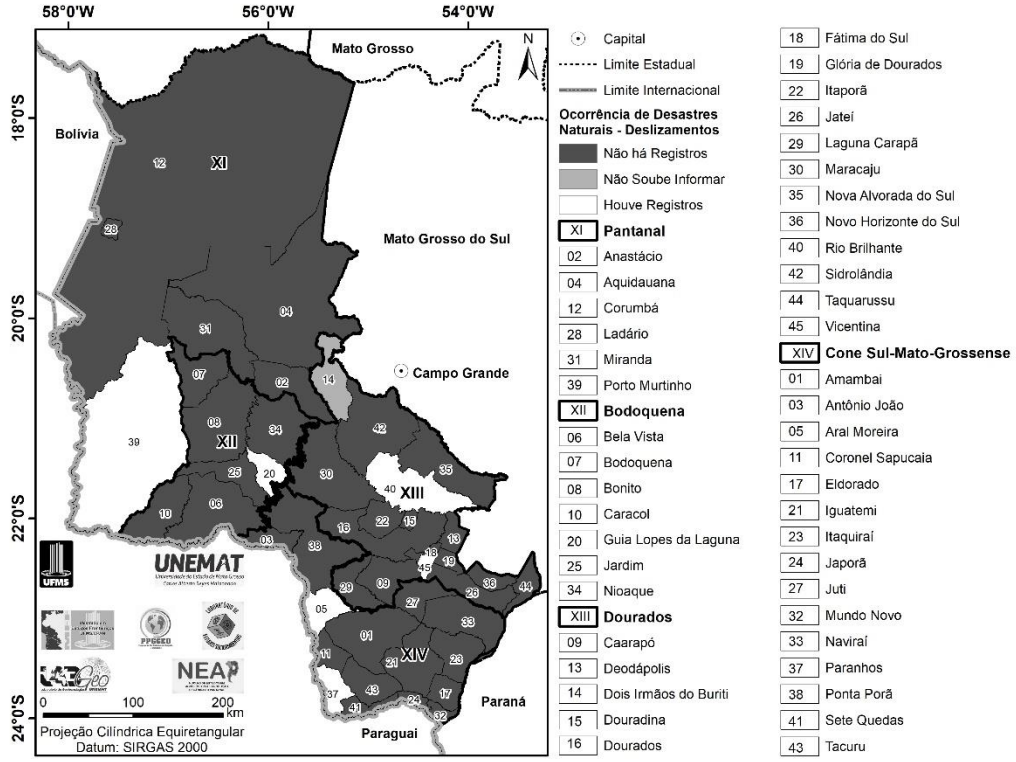
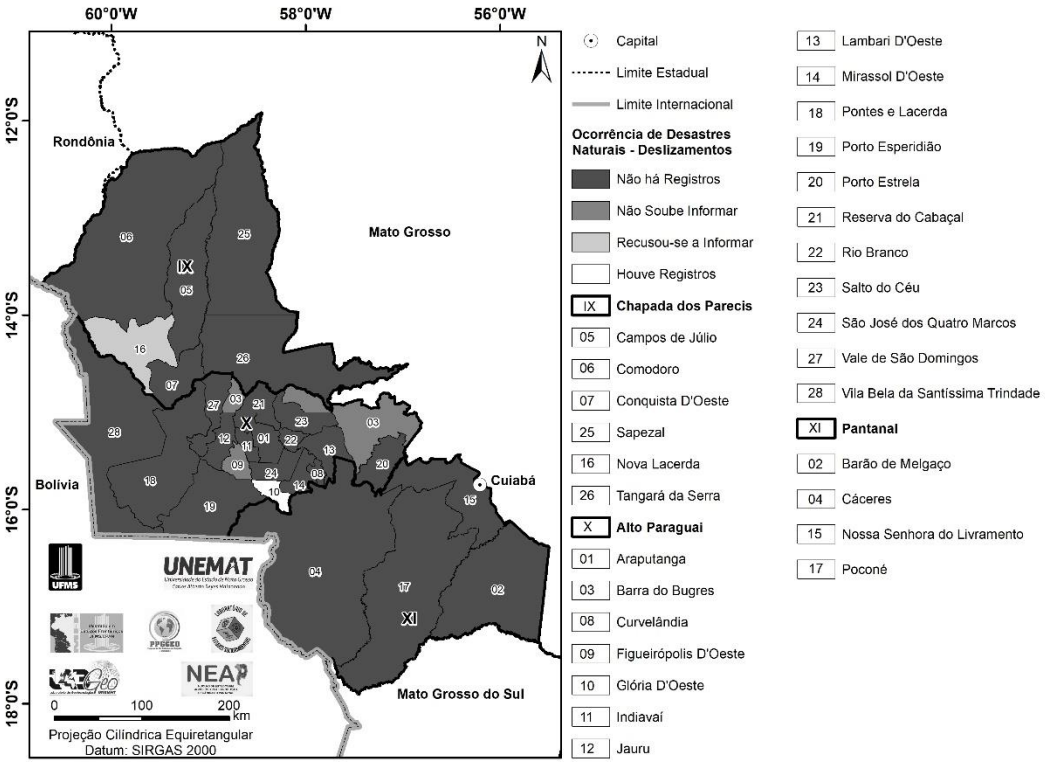


Figura 66 - Ocorrência de Deslizamentos em Mato Grosso.



As figuras 67 e 68 apresentam as inundações dos municípios estudados.

Figura 67 - Ocorrência de Inundações em Mato Grosso do Sul

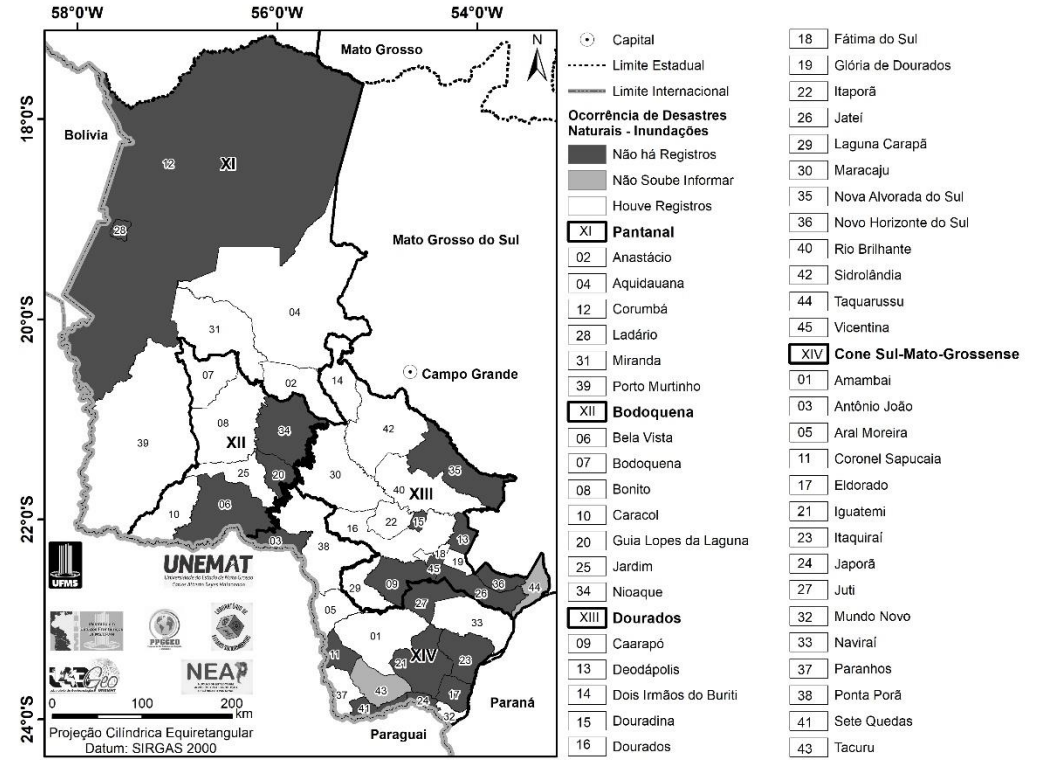
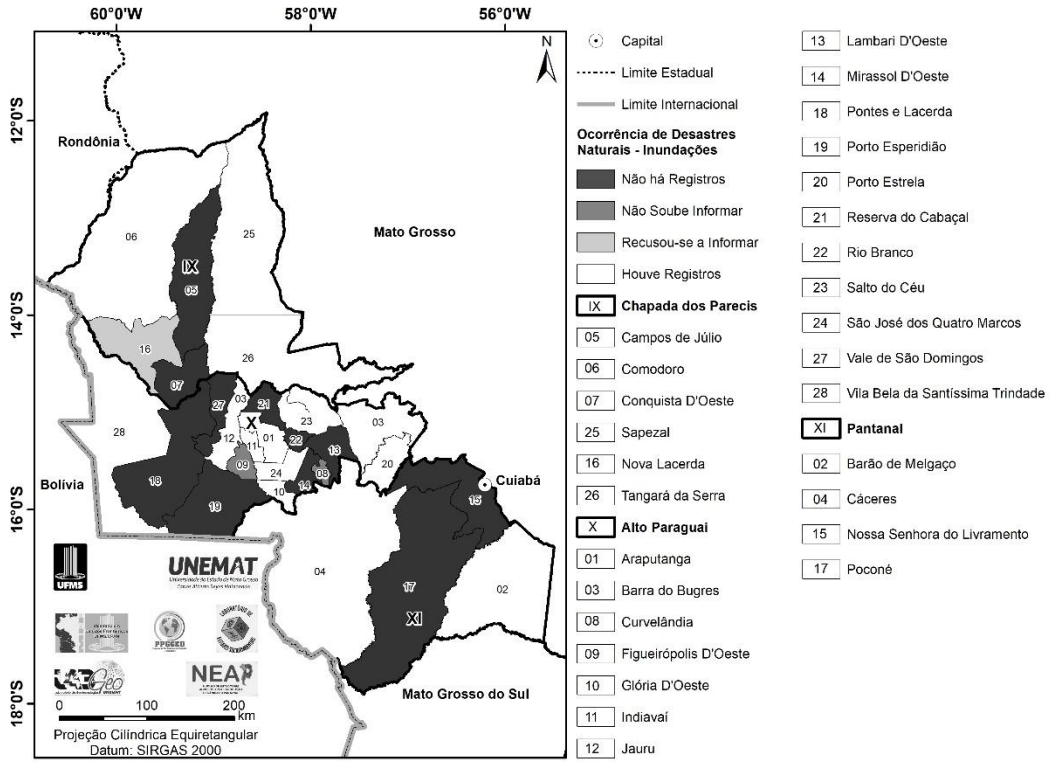


Figura 68 - Ocorrência de Inundações em Mato Grosso.



A partir dos mapas com os resultados, é possível observar que os maiores impactos naturais que atinge os municípios na faixa de fronteira, está relacionado aos processos de inundações. Algumas dessas cidades o processo de inundação está relacionado ao regime de cheia de alguns rios onde algumas áreas (bairros) são atingidas pela inundação provocada pela cheia dos rios e outras, em decorrência as incidências de chuva aliada ao precário sistema de drenagem que acabam provocando impactos sociais em algumas cidades.

5.5.7.4 - Uso e cobertura da FF-CO

A partir dos levantamentos das informações, foram produzidos diversos mapas com a classificação do uso e cobertura dos municípios dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, localizados na faixa de fronteira. A figuras 69 a 73 estão os mapas gerados do uso e cobertura do território de Mato Grosso do Sul.

Figura 69 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2017.

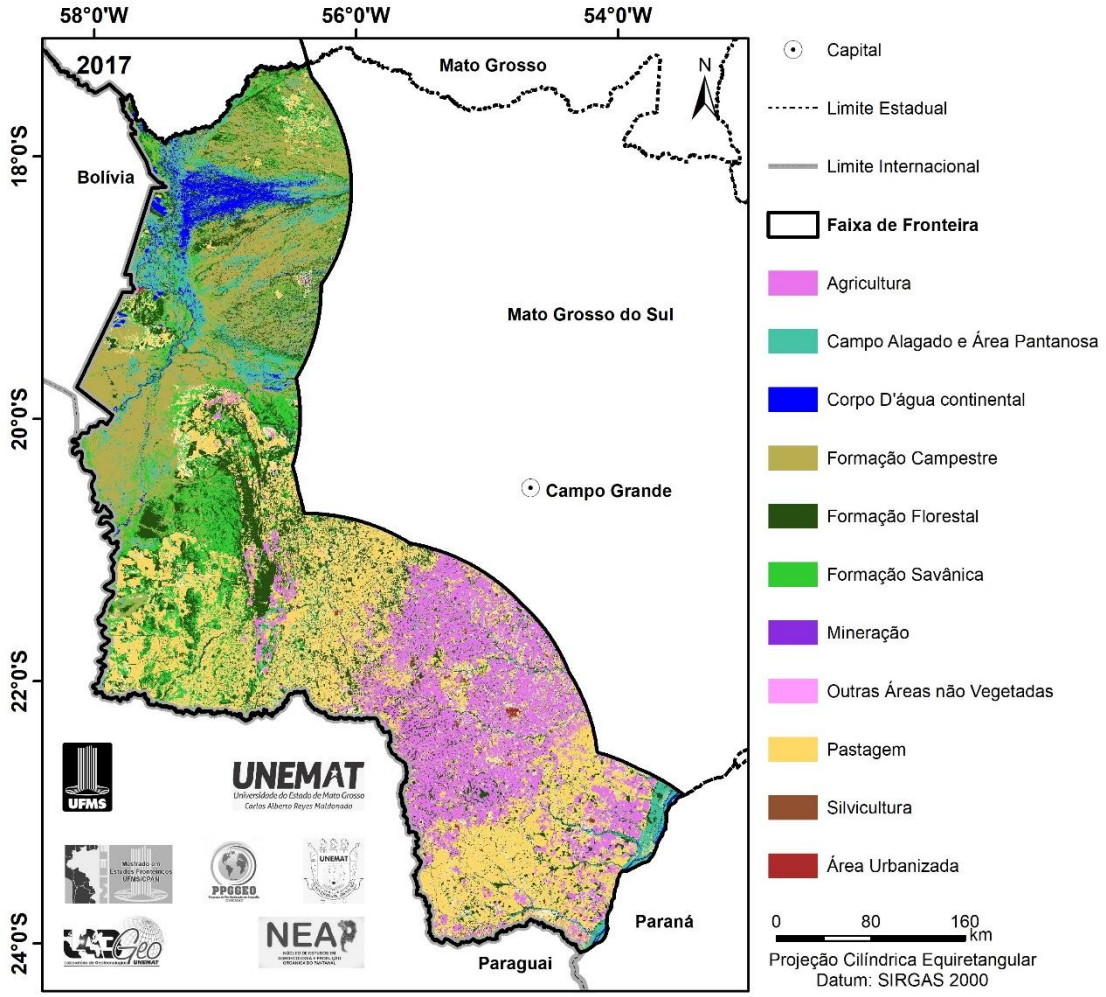


Figura 70 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2018.

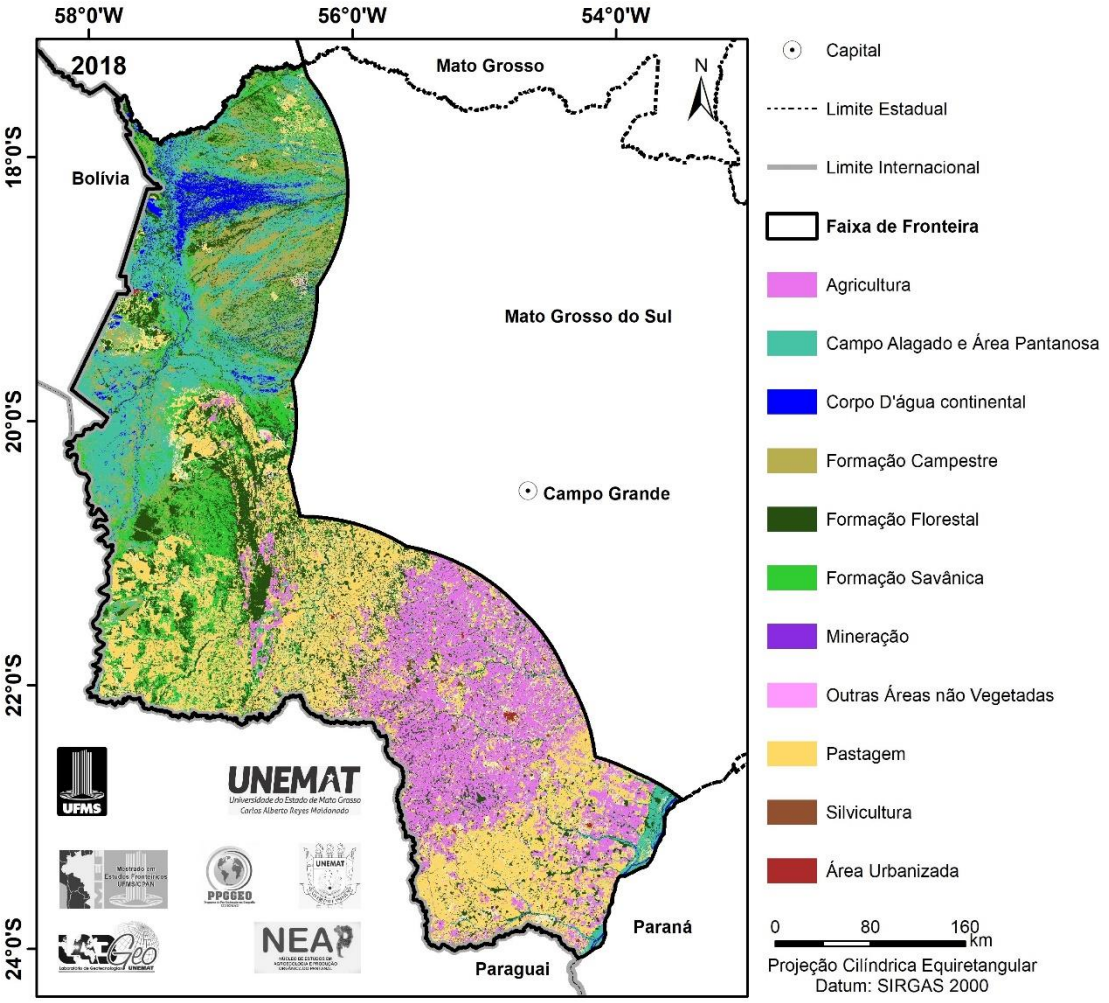


Figura 71 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2019.

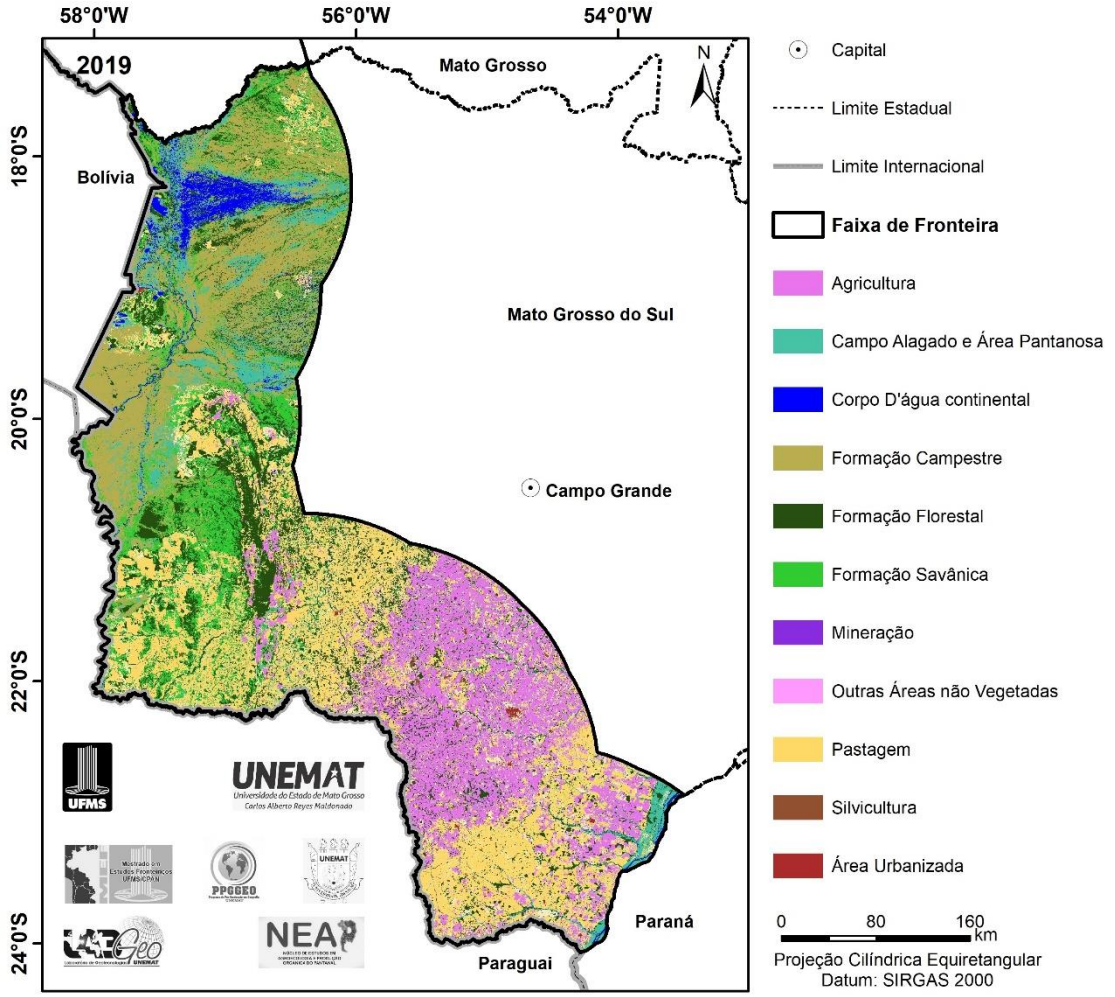


Figura 72 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2020.

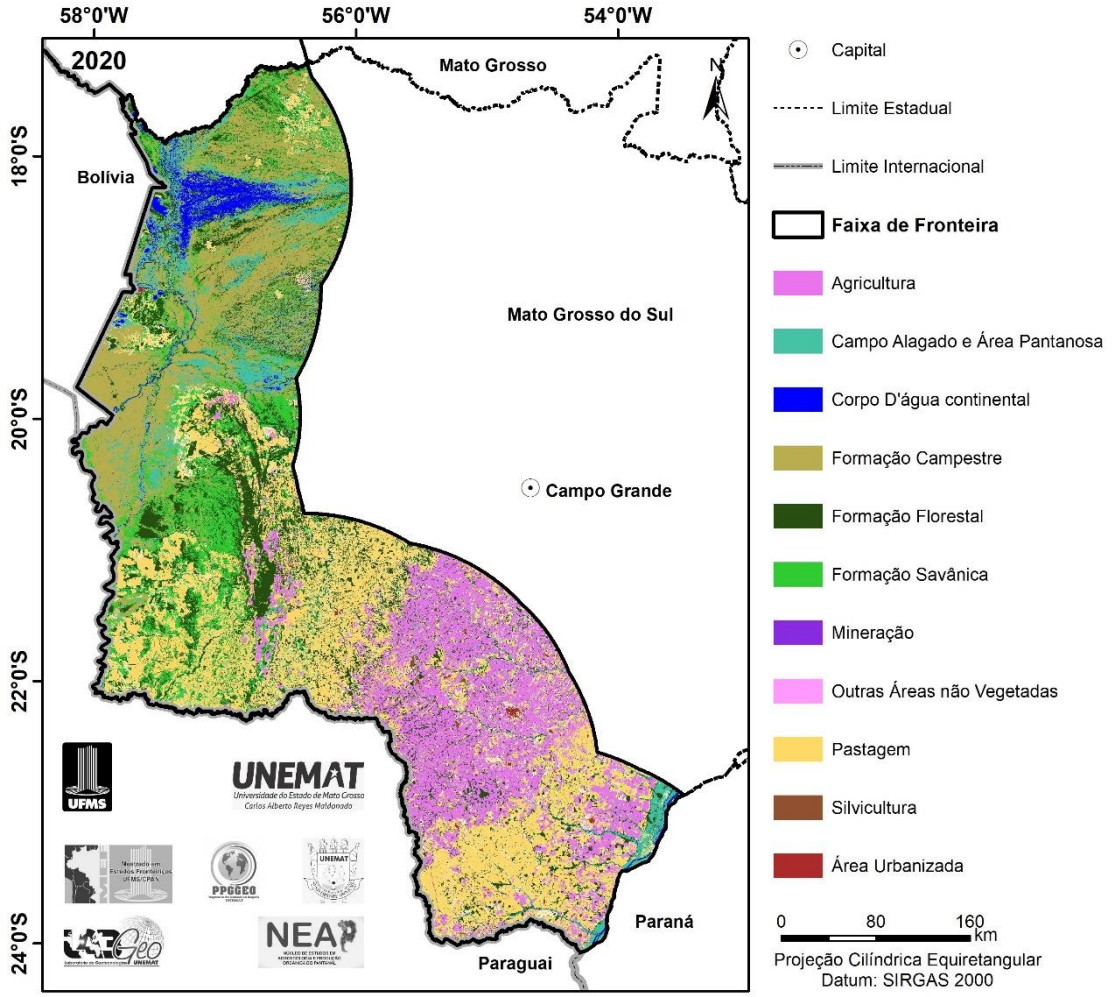
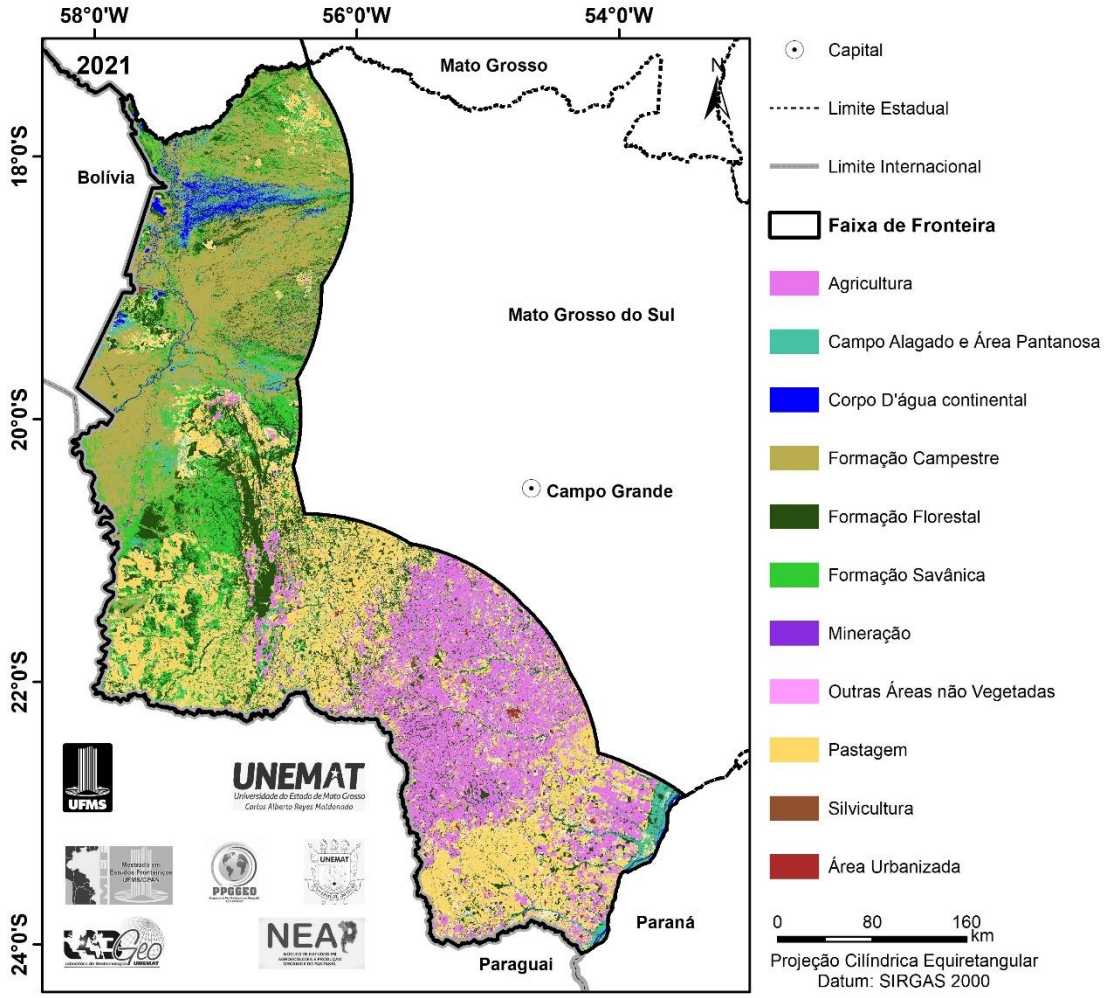


Figura 73 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso do Sul em 2021.



O período analisado para o uso e ocupação foi de 2017 – 2021, desta forma, não se observa grandes transformações. Merece destaque as sub-regiões XIII – Dourados e XIV – Cone Sul-Mato-grossense onde existe uma rotatividade no uso da terra. Nas cidades localizadas na região do Pantanal, ocorre o predomínio de cobertura natural e de pastagens que é utilizada para a pecuária.

As figuras 74 a 78 apresentam os mapas elaborados do uso e cobertura do território do estado de Mato Grosso, nos anos de 2017 a 2021.

Figura 74 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2017.

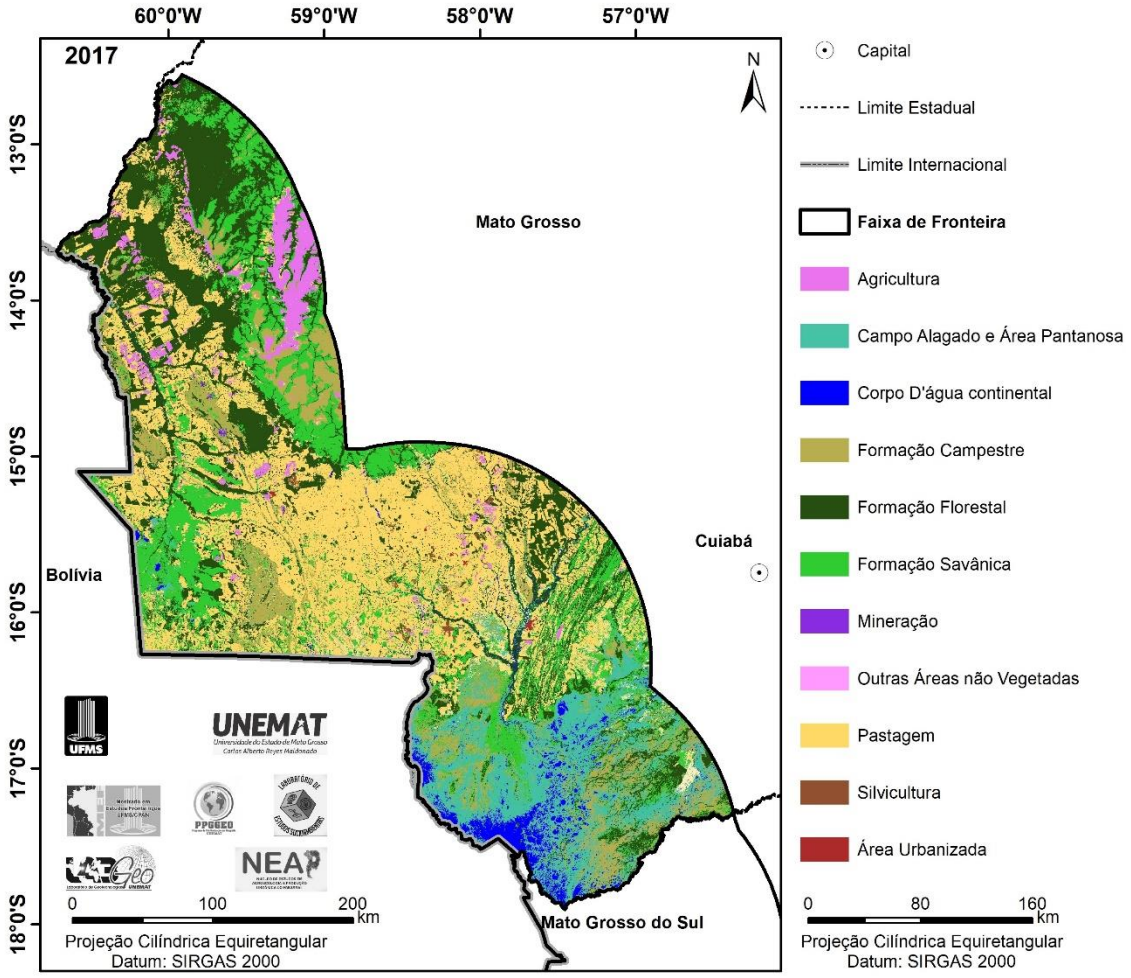


Figura 75 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2018.

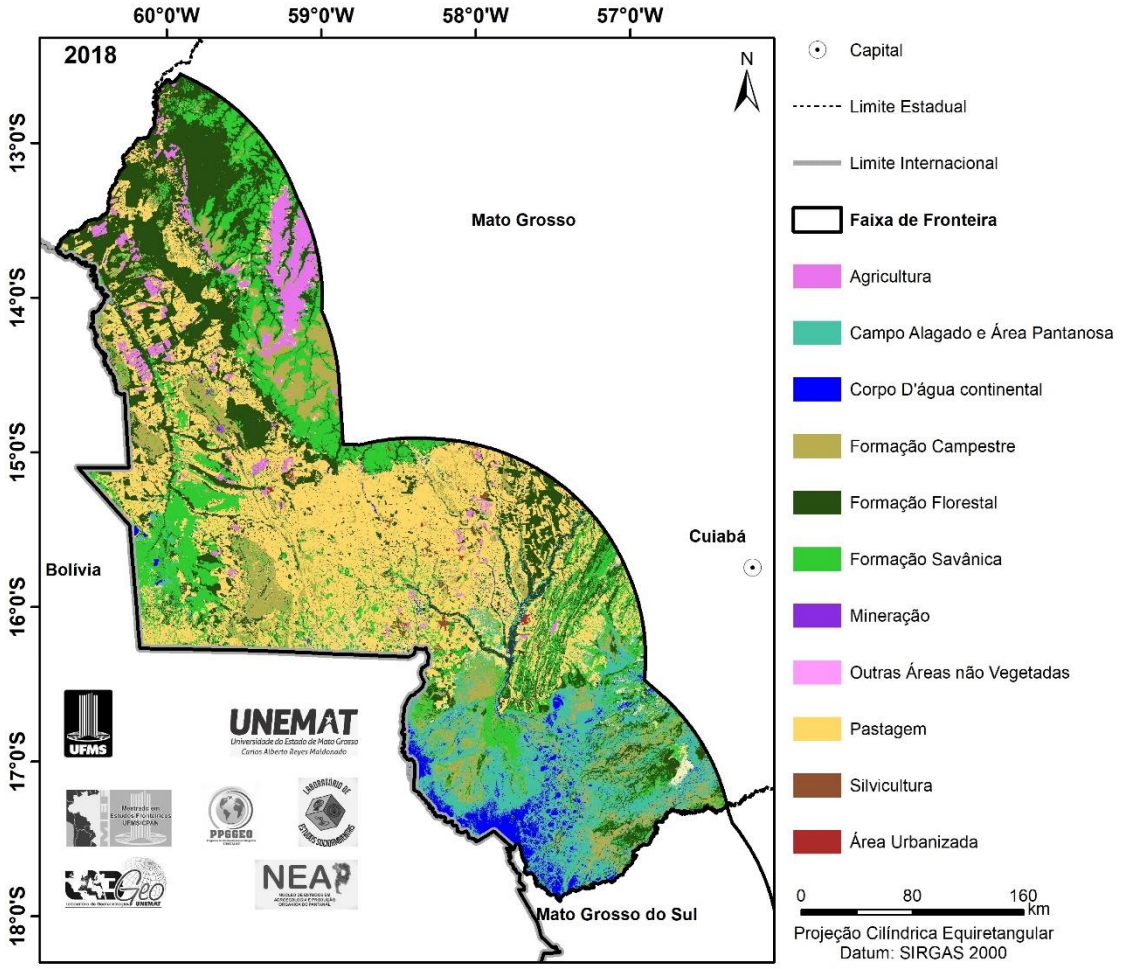


Figura 76 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2019.

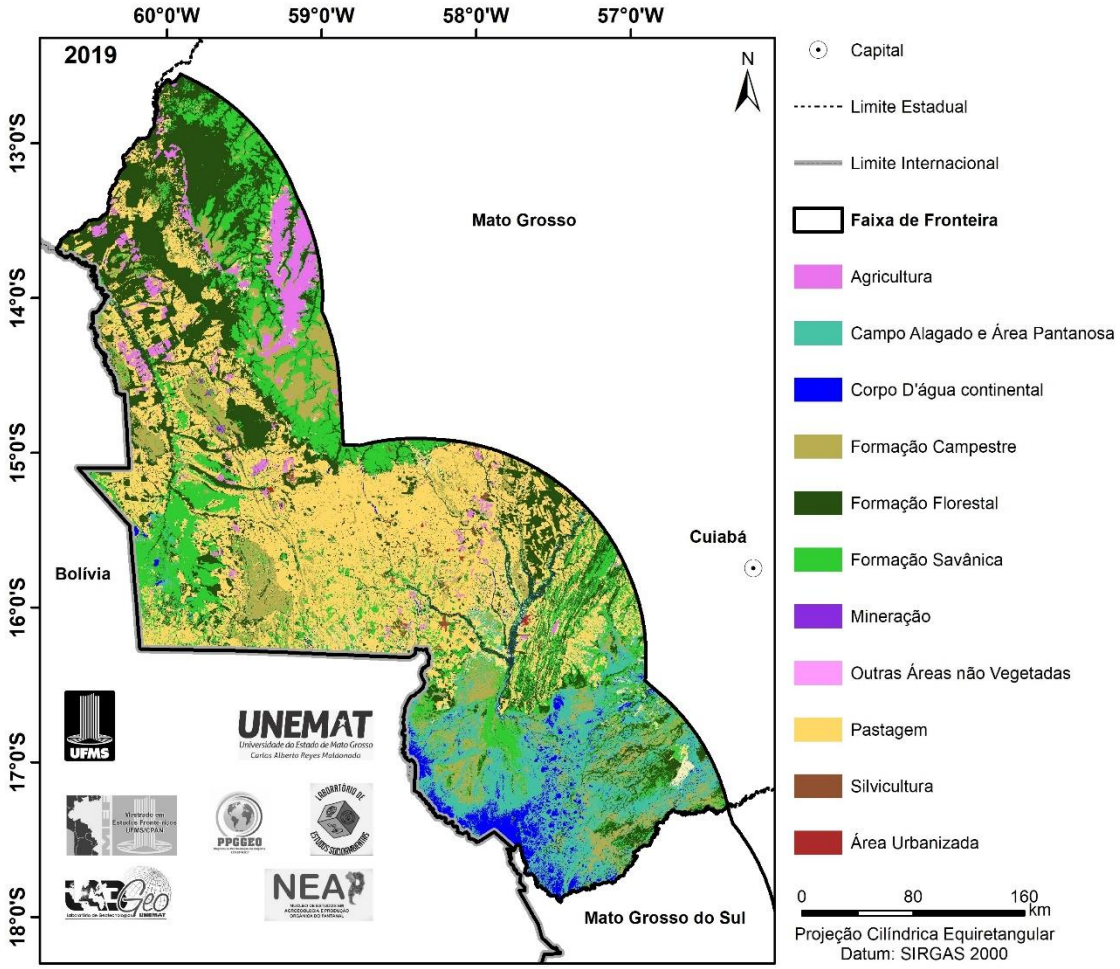


Figura 77 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2020.

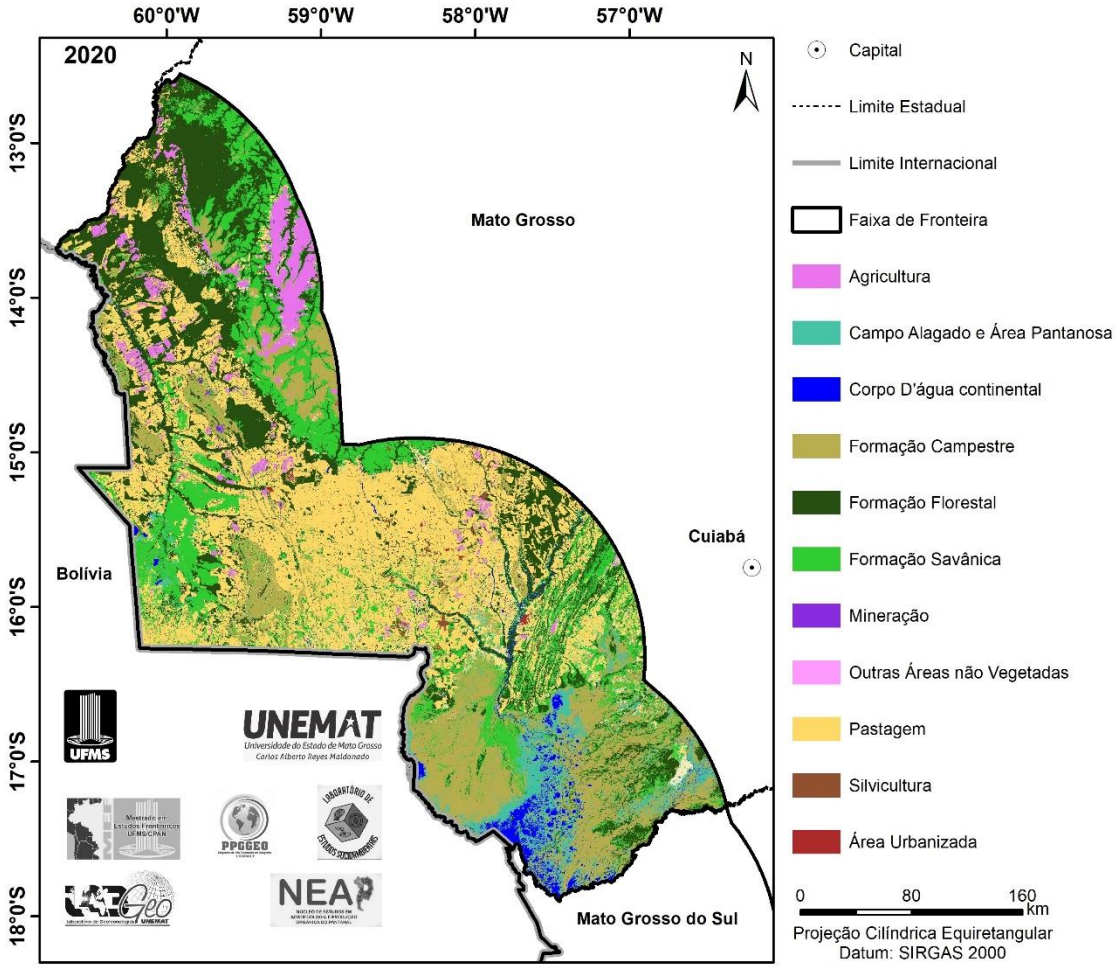
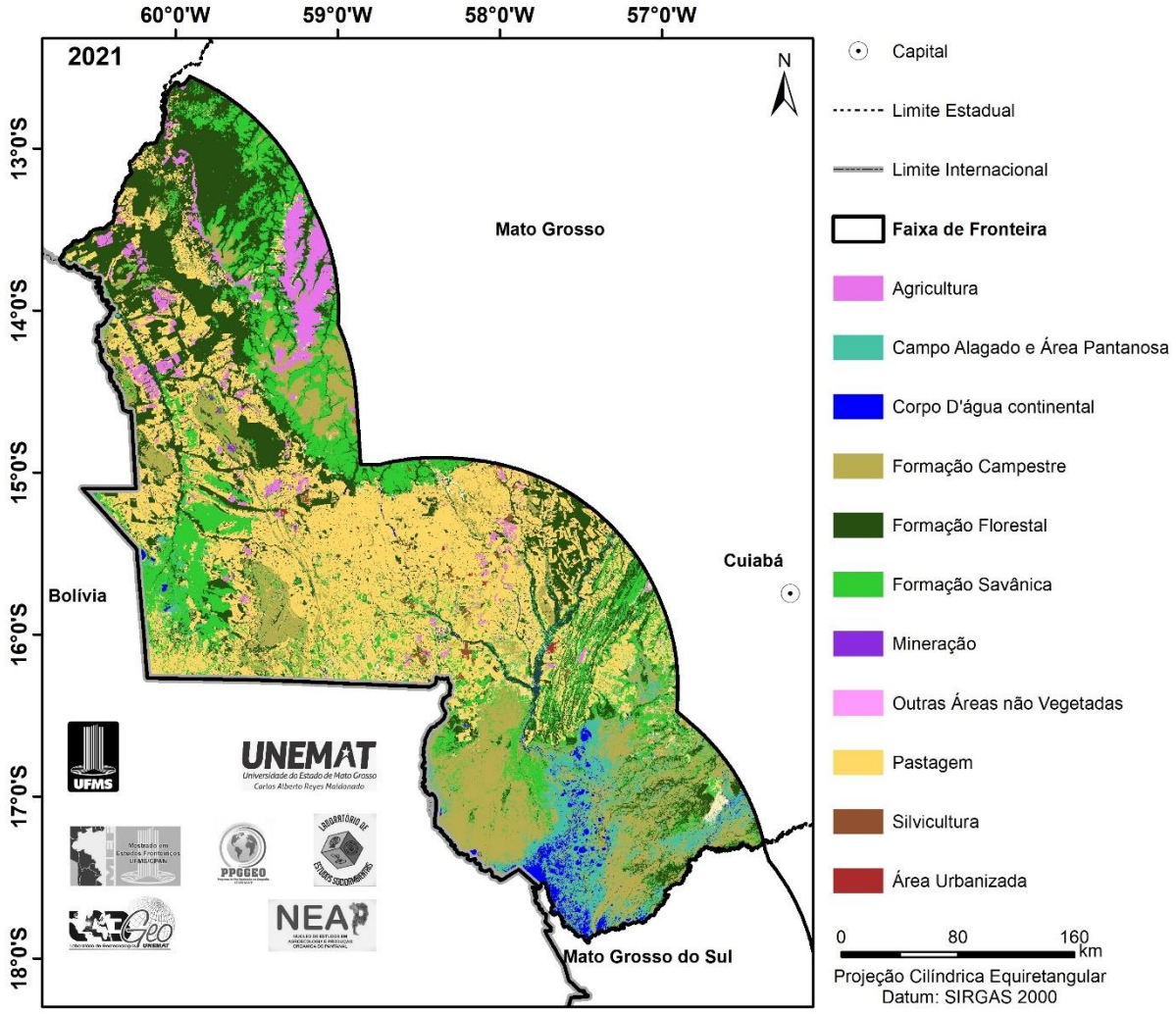


Figura 78 - Mapa do uso e Cobertura da Faixa de Fronteira em Mato Grosso em 2021.



Nos municípios do Estado de Mato Grosso, localizados na faixa de fronteira, ocorro o predomínio de pastagens destinada para pecuária e o aumento da área destinada para a agricultura, principalmente na região de Sapezal.

5.5.7.5 – Corredores ecológicos

No Brasil, há corredores implantados diretamente pelo MMA com o apoio de doadores estrangeiros por meio da execução de projetos-piloto. Assim observa-se a existência de corredores legalmente reconhecidos em âmbito estadual, federal e internacional. Essas informações estão consolidadas na quadro 99 e a sua menção não necessariamente implica no reconhecimento da sua

efetividade ou no uso de ferramentas capazes de medir ou garantir, nesse momento, que seus objetivos tenham sido integralmente atingidos.

Quadro 99 - Corredores Ecológicos

Corredor Ecológico	Ato Legal de Reconhecimento
Federais (Reconhecimento pelo MMA)	
Corredor Capivara-Confusões	Portaria nº 76 de 11 de março de 2005
Corredor Caatinga	Portaria n 131 de 04 de maio de 2006
Corredor Ecológico Santa Maria	Portaria 137 de 9 de outubro de 2001 (IBAMA)
Estaduais	
Corredor Ecológico Chapecó	Decreto Estadual (SC) nº 2.957/2010
Corredor Ecológico Timbó	Decreto Estadual (SC) nº 2.956/2010
Corredor Ecológico da Quarta Colônia	Portaria nº 143/2014 (RS)
Internacionais	
Reservas da Biosfera Brasileiras	Resoluções UNESCO - MAB

Fonte: Brasil, 2016. Corredores Ecológicos. Iniciativa Brasileira no Contexto Continental.

A partir desse quadro de reconhecimento, nota-se que não há corredores ecológicos na faixa de fronteira estudados e reconhecidos por órgãos oficiais.

5.5.7.6- Unidades de conservação

As Unidades de Conservação são instrumentos legais de conservação da natureza, amplamente adotados pela maior parte dos países, constituindo-se na mais importante estratégia mundial para a proteção da biodiversidade. Segundo a Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, as Unidades de Conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

A Lei do SNUC também estabelece que no entorno das UCs, exceto Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), deve haver uma Zona de Amortecimento, com normas específicas regulamentando a sua ocupação e o uso dos recursos. Diante do crescimento desordenado da ocupação territorial – causa de sérios conflitos entre a conservação do patrimônio natural, que deveria ser um bem comum de todos, e o uso e apropriação dos espaços pelo homem – as áreas legalmente protegidas desempenham um papel essencial no ordenamento

territorial. Embora muitas destas áreas ainda não estejam efetivamente implantadas, elas vêm-se demonstrando muito eficazes para a conservação ambiental.

No Brasil, temos a seguintes áreas de Unidades de Conservação na faixa de fronteira.

Quadro 100 - UCs por Bioma na FF-CO

Quantidade de UCs por Bioma Faixa Fronteira				
Bioma	**Quantidade de Ucs**	**Área km²***	**Área ha ***	**Área (%)**
Amazônia	2	2.775,61	277.560,66	10,48
Cerrado	38	6.459,32	645.931,87	24,39
Mata Atlântica	62	10.516,85	1.051.685,17	39,71
Pantanal	32	6.729,37	672.936,89	25,41
Total	**134**	**26.481,15**	**2.648.114,58**	**100,00**

Fonte: IBGE e MMA

Para fazer a análise das Unidades de Conservação em faixa de fronteira, foram elaborados mapas por meio de dados oficiais dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme as figuras 79 e 80 a seguir:

Figura 79 - Unidade de Conservação em Mato Grosso do Sul.

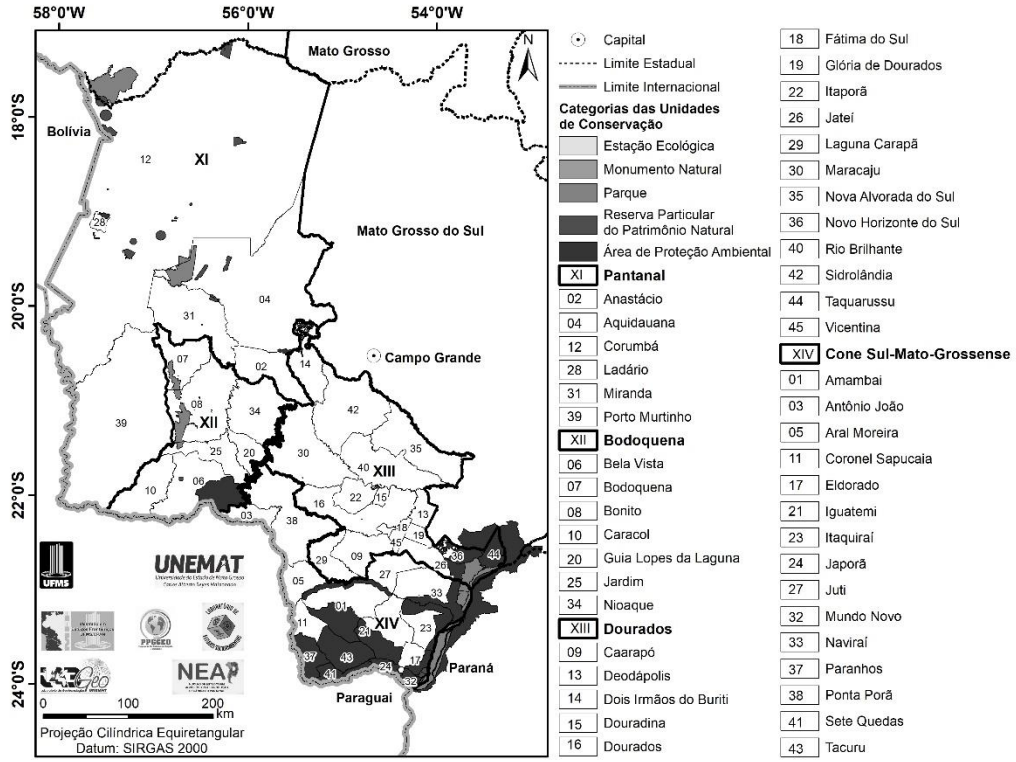
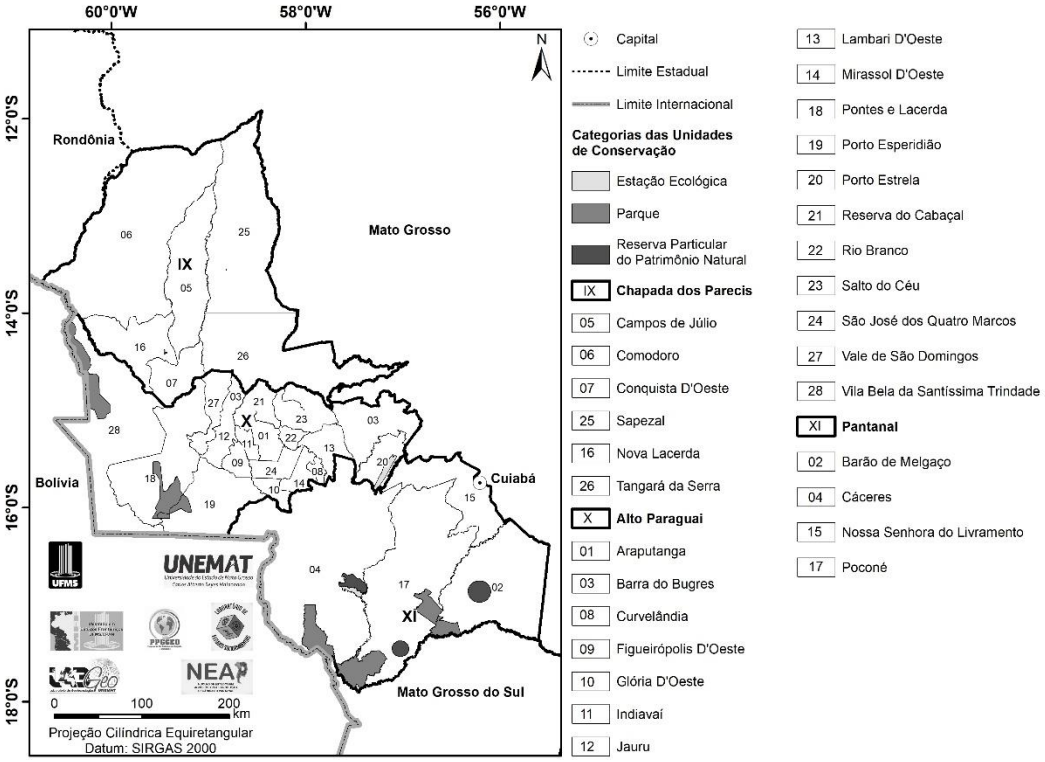


Figura 80 - Unidade de Conservação em Mato Grosso.



Observa-se que no Estado de Mato Grosso do Sul há grande áreas destacadas na sub-região do Cone Sul-Mato-grossense, na região do Pantanal há o predomínio de RPPN, principalmente do município de Corumbá-MS. Em Mato Grosso há a predomínio de Parques.

A seguir também foram plotadas as informações relacionadas a Esfera de Administração das Unidades de Conservação dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme figuras 81 e 82.

Figura 81- Esfera de Administração das Unidades de Conservação em Mato Grosso do Sul.

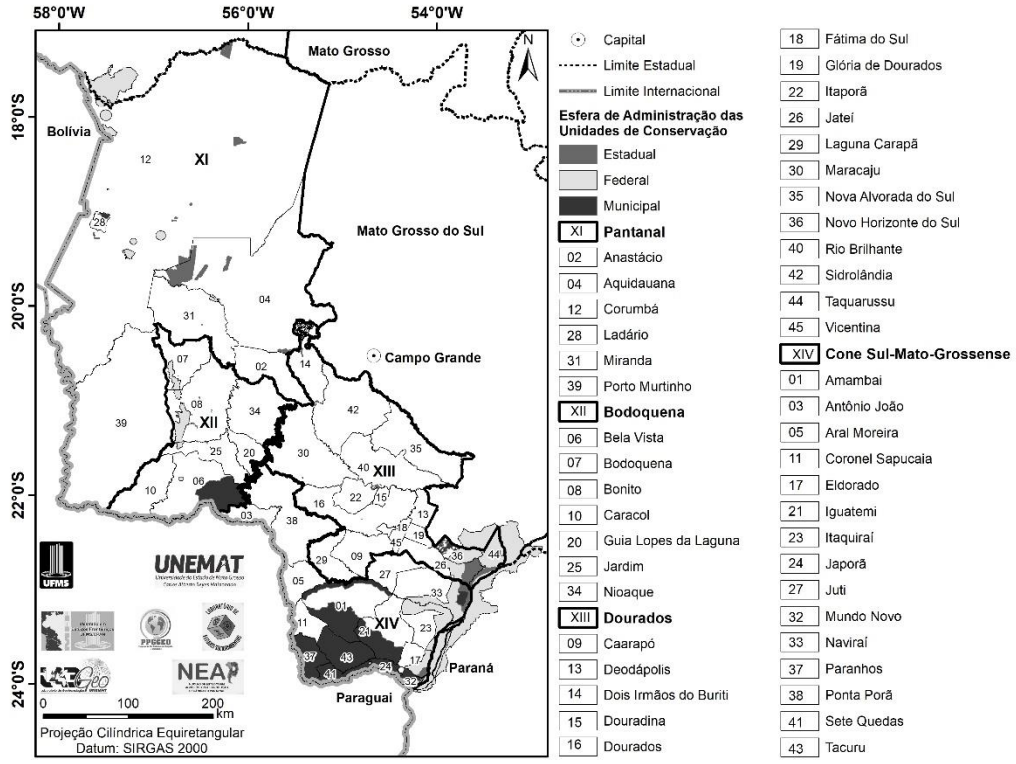
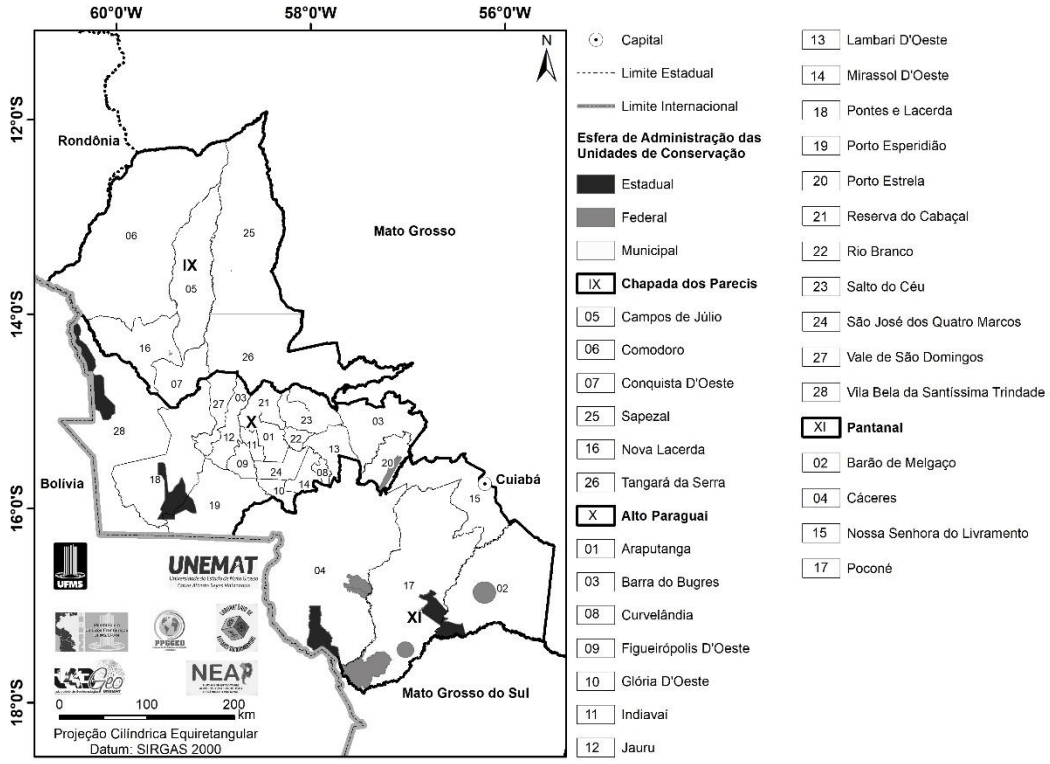


Figura 82 - Esfera de Administração das Unidades de Conservação em Mato Grosso.



Além disso, também se apresenta os Grupos de Proteção Integral e de Uso Sustentável de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nas figuras 83 e 84.

Figura 83 - Grupos das Unidades de Conservação em Mato Grosso do Sul.

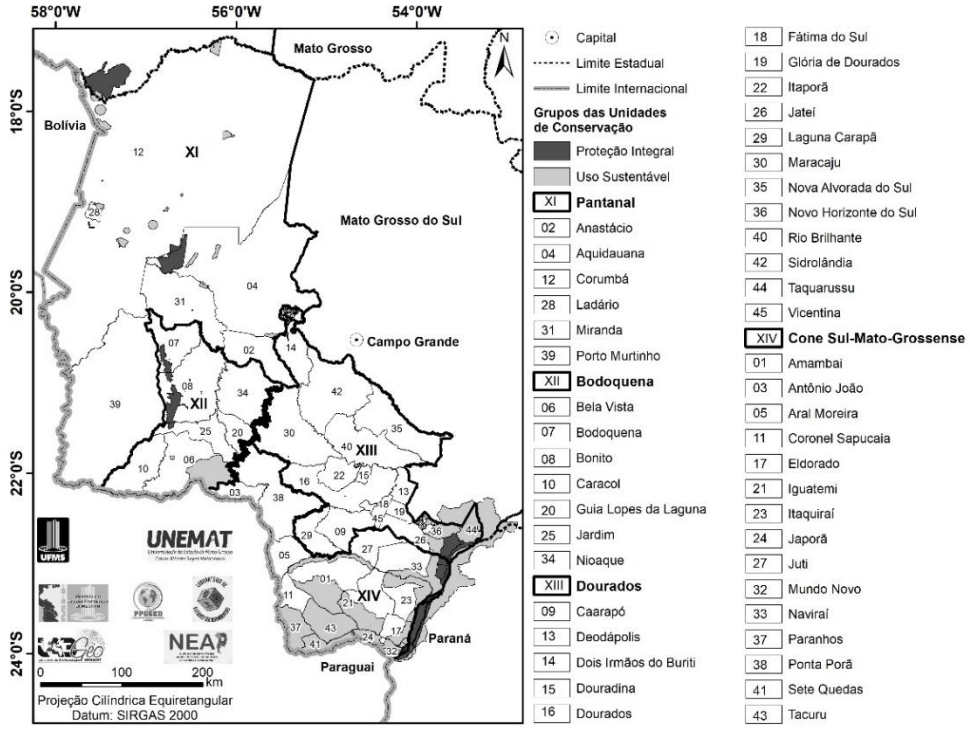
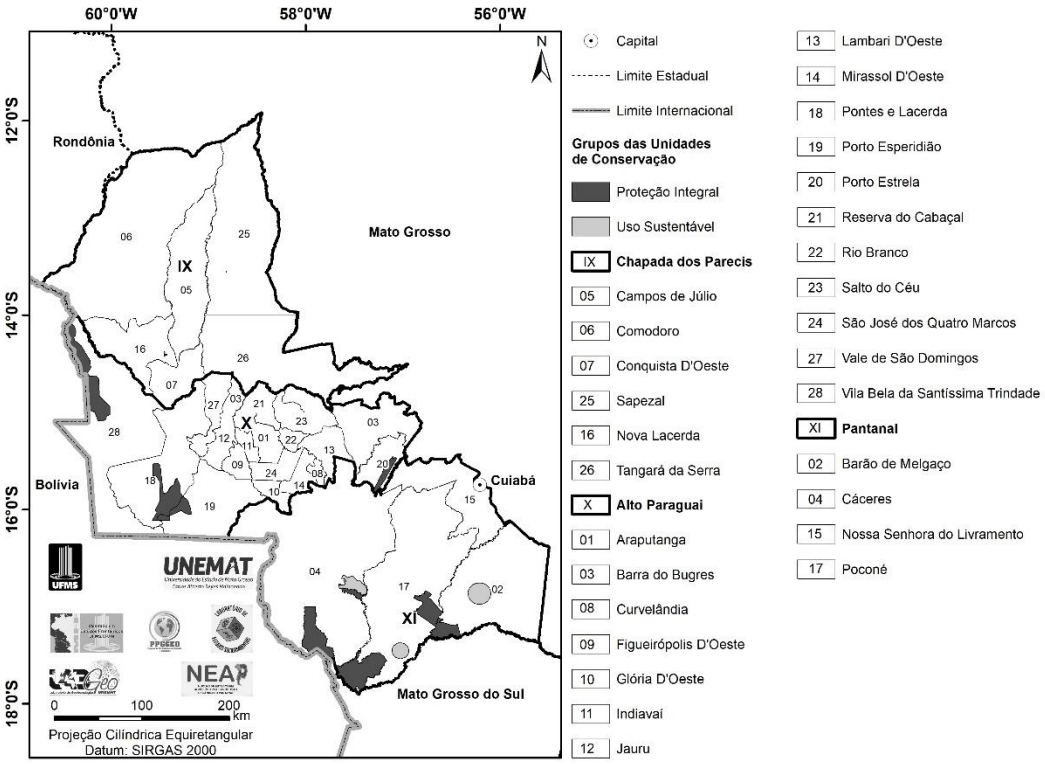


Figura 84 - Grupos das Unidades de Conservação em Mato Grosso.



Nas figuras 85 e 86 apresentam-se as Unidades de Conservação com ou sem Plano de Manejo dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Figura 85 - Plano de Manejo das Unidade de Conservação de Mato Grosso do Sul.

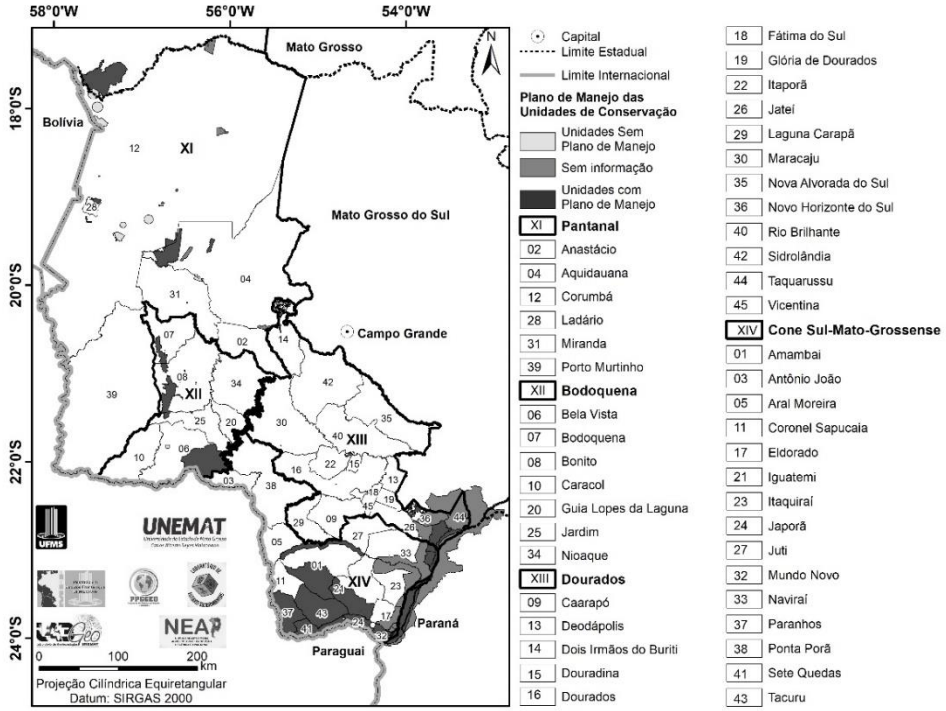
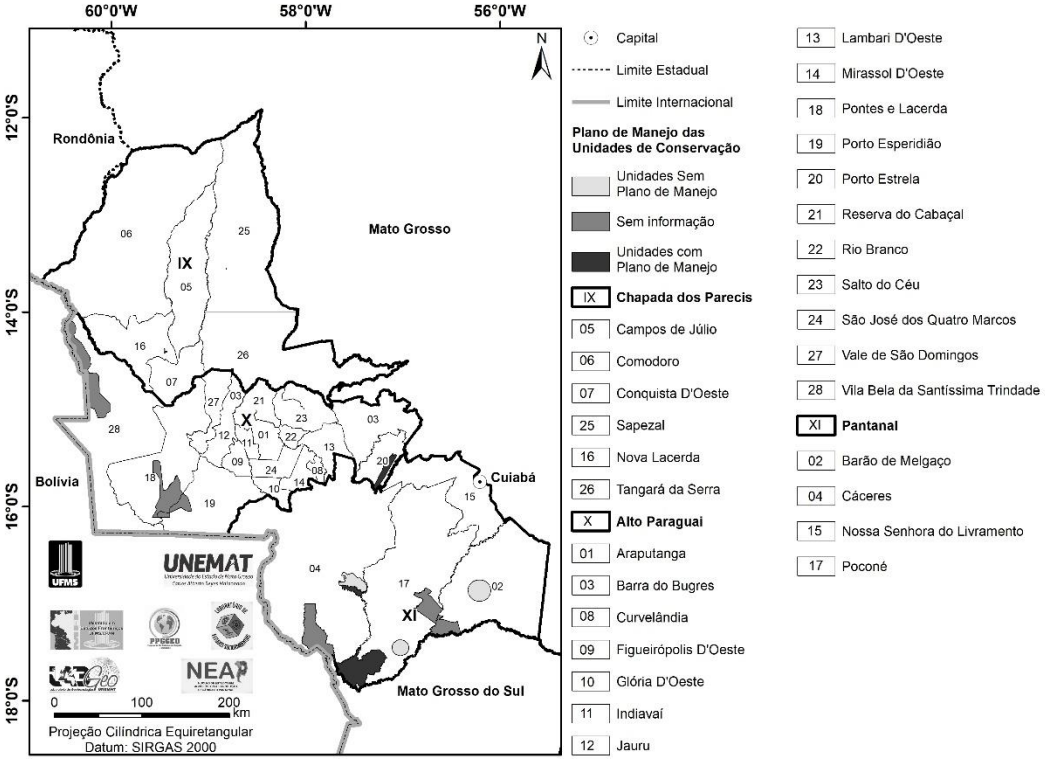


Figura 86 - Plano de Manejo das Unidade de Conservação de Mato Grosso.



5.5.7.7 – Resíduos sólidos

Inicialmente cabe destacar a definição de resíduos sólidos, que nada mais são que os materiais resultantes, em geral, da atividade humana. A lei 12.305/2010 que dispõe sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS trouxe definições importantes em seu bojo, dentre elas a que se refere ao termo "resíduos sólidos", em seu artigo 3º, inciso XVI:

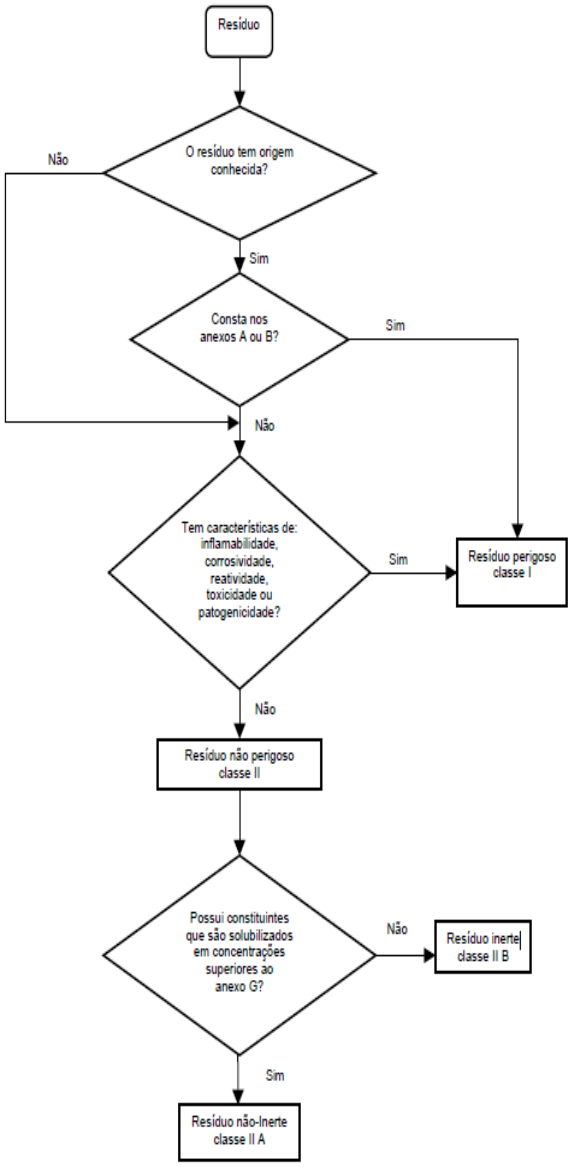
> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
> (...)
> XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. (BRASIL, 2010).

Neste sentido, a definição, caracterização e as etapas no processo de gestão dos resíduos encontram guarida na NBR 10004 da ABNT:

> Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. (ABNT, 2004, p.1)

As características químicas e físicas, bem como a origem dos resíduos é que vão definir sua classificação, bem como os requisitos, critérios e procedimentos para sua adequada gestão, direcionando o trato dos materiais até a sua destinação final. A referida NBR 10004 ABNT traz o fluxograma para a caracterização e classificação dos resíduos, conforme figura 87 abaixo:

Figura 87 - Caracterização e classificação dos resíduos



Fonte: ABNT (2004)

No Brasil, a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo considerada o marco regulatório para o tema no país. Suas diretrizes têm como objetivo envolver e engajar sociedade civil, empresas e esfera pública visando elevar patamares de gestão, promovendo melhorias na qualidade ambiental e também na vida da população" (Matos, 2012). Nela são consideradas as variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável e da eficiência ecológica.

A PNRS inova ao propor diretrizes que traçam responsabilidades solidárias, seja na produção, consumo e pós-consumo dos produtos, além de envolver os setores públicos responsáveis. Todo esse conjunto caracteriza uma proposição de prevenção/redução e não apenas uma medida mitigadora.

A referida política traz também outras mudanças, seja na Administração Pública, seja nas organizações privadas de diversos segmentos, bem como nas organizações não governamentais. A citada lei responsabiliza todos os envolvidos no ciclo de vida dos produtos, incluindo os cidadãos. Dentre essas mudanças, pode-se destacar o que menciona o artigo 3º, sobre os efeitos desta lei no que diz respeito à destinação e disposição final ambientalmente adequada de resíduos, desde a reutilização, logística reversa, reciclagem, compostagem, recuperação e aproveitamento energético repensando-se as destinações adequadas (Brasil, 2010).

Também faz estas mesmas observações quando cita que um dos princípios básicos da PNRS é a obediência à seguinte ordem de prioridades de ações: não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Dessa forma, tal princípio representa um desafio relevante, tendo em vista a situação da disposição final dos resíduos sólidos nos municípios brasileiros. A Abrelpe (2014) destaca que a destinação de resíduos sólidos em locais inadequados é um dos piores impactos causados ao meio ambiente, contaminando diretamente o solo, as águas, o ar e representa um perigo para a saúde humana. “Além de ser uma prática ilegal, cujos efeitos negativos não são controláveis, com o passar do tempo terá custos cada vez mais elevados para adoção de medidas de controle e remediação” (Abrelpe, 2014).

Mas, a problemática da disposição inadequada de resíduos sólidos vai muito além dos aspectos de contaminação do solo, águas subterrâneas e superficiais e da proliferação de doenças.

Pesquisa realizada pelo IBGE em 2008, concluiu que 30,7% dos municípios brasileiros sofrem com inundações causadas por lançamento inadequado de resíduos sólidos em vias, ruas, avenidas e mananciais superficiais (IBGE, 2017).

Por isso, dada sua importância e urgência, este diploma normativo estabeleceu prazo inicialmente até 2014 para que os entes federados estabelecessem seus Planos Integrados de Gestão de Resíduos Sólidos.

Para atender a demanda do diagnóstico, os dados referentes aos resíduos sólidos estão em fase de tabulação e para ser elaborados os mapas e gráficos.

5.5.7.8 - Tecnologias limpas

Segundo SEBRAE (2023) a Tecnologia limpa (clean technology) se refere a uma ampla variedade de práticas e tecnologias ecologicamente corretas e a métodos de redução do impacto ambiental negativo. Esse tema foi popularizado nos Estados Unidos, onde empresas visavam melhorar a sustentabilidade ambiental de suas ações.

As Tecnologias Limpas, podem significar várias coisas que contribuem com as práticas sustentáveis. Como exemplos podemos citar, fontes de energia renováveis, novos métodos de reciclagem e outras práticas sustentáveis.

Os sites Electropages e Future Learn listam os seguintes exemplos de tecnologias limpas já presentes no dia a dia, em especial de países desenvolvidos:

- Iluminação LED: as lâmpadas LED consomem menos energia do que as incandescentes tradicionais.
- Painéis solares: um único aquecedor solar de água já reduz drasticamente o uso de energia.
- Energia eólica: as turbinas eólicas fornecem energia limpa estável e confiável.
- Compostagem: um dos melhores e mais fáceis exemplos de tecnologia verde, super simples de fazer até na sua casa.
- Automóveis elétricos: embora carregar um veículo elétrico em uma rede movida a carvão não seja tão sustentável quanto poderia ser, ainda é uma alternativa melhor do que um carro movido a petróleo.
- Termostato programável: uma solução de tecnologia verde de baixo custo com a qual você pode definir um cronograma e ajustar automaticamente a temperatura do ambiente.
- Fazenda vertical: o conceito de cultivo de produtos em camadas verticais empilhadas em vez de horizontalmente.
- Hidroponia: o cultivo de culturas que usa água enriquecida com nutrientes, sem o uso de solo.
- Materiais reciclados: reciclagem e reutilização são ferramentas extremamente poderosas para aumentar os esforços de sustentabilidade.

A maioria dos municípios localizados na faixa de fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, adotam a prática de tecnologias limpas. Algumas dessas ações são praticadas pelos gestores públicos como a instalação de iluminação de lâmpadas de led, tratamento de resíduo sólido e o uso de painéis solares para iluminação das repartições públicas.

Destaca-se que a maior parte no uso de tecnologias limpas, são praticadas pelas empresas, hotéis que utilizam a energia solar e também em alguns casos, o reaproveitamento de água.

Novos levantamentos estão sendo realizados para atingir e identificar o uso das Tecnologias Limpas nos municípios. As maiores dificuldades é o fato do desconhecimento do termo Tecnologias Limpas o que interfere na pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 10004**. Resíduos sólidos –Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: https://analiticaqmcresiduos.paginas.ufsc.br/files/2014/07/Nbr-10004-2004-Classificacao-De-Residuos-Solidos.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

AGUIAR, Bárbara Lucy Pinheiro de. **Atividade turística como incentivo ao desenvolvimento local para o Vale do São Lourenço no Mato Grosso**. 2018. 70 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2018.

AQUIDAUANA. Análise FOFA do turismo de Aquidauana - MS, de acordo com o "Inventário da oferta turística do município de Aquidauana - 2022, SECTUR.

BAPTISTELLA, Eveline dos Santos Teixeira. **Animais não humanos e humanos no turismo do Pantanal mato-grossense: da representação midiática ao encontro.** 2020. 406 f. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação e Artes. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2020.

BARÃO DO MELGAÇO. **Guia Viagens Brasil**. Disponível em: < https://www.guiaviagensbrasil.com/mt/barao-do-melgaco/>. Acessado em: 24 de julho de 2023

BRASIL, **Relatório [2021 a 2024] Cursos da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES - DAV - Diretoria de Avaliação. Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2020.

BRASIL. Corredores Ecológicos. Iniciativa Brasileira no Contexto Continental. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2016

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 12 de ago. 2020.

BRASIL. **Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste**: PRDCO 2024 -2027. Brasília: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; Diretoria de Planejamento e Avaliação, 2023.

BRASIL. Presidência da República. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.

BRASIL. **Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2021**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Disponível em: < https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados >. Acesso em: 6 jun. 2023.

CÁCERES. Plano Municipal de Turismo de - MT, Secretaria de Turismo e Cultura, 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO. **Lei nº 549, de 03 de maio de 2019**. Barão de Melgaço-MT: Câmara Municipal de Barão de Melgaço, 2019.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo.

DECRETO **N. 097/2017, de 05 de dezembro de 2017**. Disponível em <https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/fotos_downloads/24.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

EMBRAPA. **Portal Embrapa**. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FAPEMAT. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso**. 2023. Disponível em: <https://www.fapemat.mt.gov.br/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FILETTO, Ferdinando. **Elaboração de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães**. 2015.

FRANCZAK, Jourdane Victória de Almeida**. Uma análise sobre o turismo *Visiting Friends and Relatives* - VFR**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Nova Xavantina, UNEMAT, 2018.

FUNAG. Cunha e Menezes, Pedro de Castro da. Áreas de preservação ambiental em zona de fronteira: sugestões para uma cooperação internacional no contexto da Amazônia / Pedro de Castro da Cunha e Menezes. – Brasília 2015

GALINDO, Dolores Cristina Gomes. **Turismo de resistência:** baquitê sensorial- comunidade quilombola mutuca- território mata cavalo [Projeto de Extensão]. Cuiabá: UFMT, 2022.

GUIA VIAGENS BRASIL. **Guia Viagens Brasil**. 2023. Disponível em: https://www.guiaviagensbrasil.com/mt/barao-do-melgaco/. Acesso em: 09 jul. 2023.

IBGE. MUNIC 2017: 48,6% dos municípios do país foram afetados por secas nos últimos 4 anos. Agência IBGE Notícias, [s.l.], jul. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia sala de imprensa/2013 agencia de noticias/releases/21636 munic. 2017 48 6 dos municípios do pais foram afetados por secas nos últimos 4 anos.

IEMA - RESOLUÇÃO TCE/MS n49, de 16 de novembro de 2016.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul. Disponível em https://www.imasul.ms.gov.br/unidades-de-conservacao-municipais/

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios | IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-

nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 05 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios** | IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 set. 2023.

KONZEN, Ione G. N. C.; PESSOA, Allisson S.; SILVA, Valdinei T. Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública. In: **Revista de Gestão e Secretariado.** V. 14, n. 06, p. 9493-9521, 2023.

LIMA, José Ricarte de. **Rede de cooperação instrumento de gestão de políticas públicas:** um estudo nos consócios intermunicipais de desenvolvimento econômico, social, ambiental e turismo do vale do Guaporé e nascentes do pantanal. Cuiabá: UFMT, 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira/MS**. Campo Grande, MS, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira/MS**. Campo Grande, MS, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011.

MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá, MT, 2012.

MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá, MT, 2012.

MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Cien Saude Colet.**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. https://www.gov.br/mma/pt-br

MITRAUD, Sylvia (Org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470p.

MORAES, Elen da Silva. **Áreas protegidas no Pantanal de Mato Grosso:** análise territorial no trecho do Rio Piquiri no Parque Estadual Encontro das Águas**.** 172 f. 2013. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

NASCIMENTO, Érica Nayara Santana do. **Turismo pedagógico como prática educativa:** reflexões a partir do Centro Histórico de Cáceres-MT. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia] – Faculdade de Ciências Humanas. Cáceres/MT: Universidade eo Estado de Mato Grosso, 2017.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (município). **Nossa Cidade**: Turismo e Cultura (s.d). Disponível em: <https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/>. Acessado em: 24 jul. 2023.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (Município). **Nossa Senhora do Livramento**. 2023. Disponível em: https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/. Acesso em: 08 jul. 2023.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. Diagnóstico e Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Nossa Senhora do Livramento - MT, 2020 – 2030.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. Prefeitura Municipal. **Nossa Cidade**: Turismo e Cultura. Disponível em: < https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/>. Acesso em: 24 de julho de 2023

POCONÉ. Plano Municipal De Turismo de Poconé – MT, 2022 – 2030.

PRANDI, Jair. **Viagens e Caminhos Vila Bela da Santíssima Trindade**, 2023. Disponível em: https://www.viagensecaminhos.com/2023/04/vila-bela-da-santissima-trindade.html. Acesso em: 08 jul. 2023.

Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana.

PROTIC. **Universidade Federal de Rondonópolis**, 2023. Disponível em: <https://ufr.edu.br/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

QUINTINO, Wellington Pedrosa. **Etnoturismo sustentável em terras indígenas no estado de Mato Grosso (EtnoTusti-MT).** [Projeto de extensão]. Cáceres, UNEMAT, 2022.

MONTEIRO, S. T. (Coord.). **A fronteira Brasil-Bolívia no Mato Grosso**. Cuiabá: ALMT, 2016.

SEBRAE 2023. Tecnologias Limpas: Observatório Internacional Sebrae. https://ois.sebrae.com.br/publicacoes/tecnologias-limpas-cebri-2013/

SEBRAE. **Plano Municipal de Turismo de Barão de Melaço-MT**. Cuiabá: SEBRAE, 2022. 109p.

SEBRAE. **Plano Municipal de Turismo de Nossa Senhora do Livramento-MT**. Cuiabá: SEBRAE, 2022. 60p.

SEMA. Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura de Mato Grosso. Unidades de Conservação de Mato Grosso. Disponível em https://sema.rs.gov.br/unidades-de-conservacao-2016-10

SILVA, Regiane Caldeira da. **Serviços de alimentação: práticas, formações e turismo**. Cuiabá: SEBRAE, 2022.

SNIS - Série Histórica (mdr.gov.br) .https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva. **O turismo no rio Paraguai em Cáceres, Pantanal Mato Grossense, Brasil.** 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas. Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT, 2012.

TEIXEIRA, Cristina Maria Silva. **O desafio da acessibilidade no turismo**. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Nova Xavantina/MT, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2017.

TOMINAGA, Lídia Keiko; Santoro, Jair; Amaral, Rosangela do (Organizadores). Desastres naturais: conhecer para prevenir / Lídia Keiko Tominaga, Jair Santoro, Rosangela do Amaral (orgs.) –. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UFMT. **Universidade Federal de Mato Grosso,** 2023. Disponível em: <https://www.ufmt.br/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

UNEMAT. **Universidade do Estado de Mato Grosso**. Tecnologia da Informação. Reitoria UNEMAT, 2023. Disponível em: <https://unemat.br/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

Sites visitados

https://www.viagensecaminhos.com/2023/04/vila-bela-da-santissima-trindade.html#o%20que%20fazer. Acesso em: Acessado em: 24 de julho de 2023

https://www.leiagora.com.br/entrete/3957/celebracao-dos-69-anos-de-barao-de-melgaco-comeca-neste-sabado

https://www.baraodemelgaco.mt.gov.br/not%C3%ADcias-em-geral/item/3071-17%C2%B0-cavalgada-os-melgacenses

https://www.gazetadigital.com.br/variedades/gastronomia/baro-de-melgao-sedia-festival-gastronmico/702685

https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/05/festival-de-pesca-de-barao-de-melgaco-mt-comeca-nesta-quinta.html

https://www5.sefaz.mt.gov.br/-/municipios-de-mt-organizam-carnaval-e-inserem-evento-como-atividade-turistica

http://www.coisasdematogrosso.com.br/noticias/noticia.asp?id=4573&noticia=BAR%C3O_DE_MELGA%C7O_Festa_de_Nossa_Senhora_das_Dores_em_setembro

https://circuitocuiaba.com.br/movimento-vambora-resgata-carnaval-cultural-de-santo-antonio-de-leverger-e-barao-de-melgaco/

https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/cavalgada-enriquece-a-centenaria-festa-de-sao-pedro-de-joselandia/visualizar

https://www.pocone.mt.gov.br/Prefeitura/Eventos/

https://www.caceres.mt.gov.br/Noticias/Festa-do-peao-no-distrito-nova-caceres--foi-um-sucesso-de-publico-e-atracoes-8986

http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=59136&noticia=fe_e_economia_festa_de_sao_luiz_sera_a_maior_da_historia_de_caceres

https://www.secel.mt.gov.br/-/17579968-festival-de-danca-de-caceres-comeca-nesta-sexta-feira-23-

https://www.caceresnoticias.com.br/cidade/comeca-hoje-a-61-festa-de-santos-reis-em-caceres/659696

https://www.expressaonoticias.com.br/agenda-de-fim-de-semana-as-opcoes-de-lazer-e-entretimento-em-caceres/

https://anoticiadigital.com.br/noticia/30491/botelho-prestigia-projeto-culturas-e-sabores-em-caceres

https://www.caceres.mt.gov.br/Noticias/Prefeitura-faz-lancamento-do-natal-de-luzes-e-anuncia-atracoes-e-grade-de-shows-nacionais--8936/https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/04/30/festa-de-sao-benedito-reune-5-mil-pessoas-no-ultimo-dia-de-celebracao-em-mt.ghtml

https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/especial-publicitario/sebrae-mt/empreendedorismo/noticia/2022/12/08/feira-e-de-livramento-tera-edicao-especial-neste-sabado-dia-9.ghtml

https://omatogrosso.com/variedades/livramento-tera-atracoes-regionais-e-culturais-no-aniversario-da-cidade/

https://omatogrosso.com/variedades/livramento-tera-atracoes-regionais-e-culturais-no-aniversario-da-cidade/

https://www.camaranossasenhoradolivramento.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Municipio-eleva-festa-da-padroeira-de-nossa-senhora-do-livramento-como-sendo-patrimonio-cultural-e-imaterial-280

https://www.leiagora.com.br/entrete/3760/carnaval-de-rua-em-livramento-esta-de-volta-com-a-festa-banana-folia

https://www.turismo.bonito.ms.gov.br/bonito-cultural

https://www.turismo.bonito.ms.gov.br/agenda

https://www.achetudoeregiao.com.br/ms/corumba/eventos.htm

https://corumba.ms.gov.br/noticias/category/9

https://ww2.corumba.ms.gov.br/2022/02/corumba-celebra-dia-de-nossa-senhora-da-candelaria-padroeira-do-municipio/

https://corumba.ms.gov.br/noticias/carnaval-da-alegria-no-coracao-do-pantanal-confira-a-programacao-da-folia-corumbaense

https://corumba.ms.gov.br/noticias/prefeito-anuncia-programacao-do-arraial-do-banho-de-sao-joao-nesta-terca-feira-no-porto-geral

Site oficial da Prefeitura de Corumbá - MS

https://miranda.ms.gov.br/noticias/39/eventos-em-miranda-calendario-de-festividades-do-municipiohttp://jardim.ms.gov.br/noticiasView/4222_1o-Festa-do-Milho-entrou-para-a-historia-de-Jardim.html

http://jardim.ms.gov.br/noticiasView/4283_Jardim-celebra-77-anos-com-feira-agro,-desfile-civico-e-shows-neste-mes-de-maio.html

https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/festas-e-eventos-tv/17a-feira-agropecuaria-de-jardim-agita-interior-de-m

Fonte: http://jardim.ms.gov.br/agenda/

https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/1504/prefeitura-divulga-programacao-da-festa-da-padroeira-de-ladario-nossa-senhora-dos-remedios

https://www.capitalnews.com.br/cultura-e-entretenimento/tradicional-festa-de-sao-joao-de-ladario-comeca-no-domingo/279910

https://revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/14242-20-05-2022-corumba-e-ladario-ms-comemoram-um-ano-do-registro-do-banho-de-sao-joao-como-patrimonio-cultural.html

https://perolanews.com.br/ladario/tradicional-festa-do-peixe-atrai-grande-publico-no-porto-ecologico-de-ladario

https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/corumba-e-ladario-mantem-tradicao-do-maior-carnaval-e-abrem-alas-para-folioes/

https://www.capitaldopantanal.com.br/geral/ladario-celebra-244-anos-com-cinco-dias-de-programacao/547547/

https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/3055/apa-baia-negra-realiza-comemoracoes-da-festa-de-sao-pedro?fbclid=IwAR3Qb2SyEd61qmuzfnNiHCkP-2kmctqOoZ5kfyfwJcGf8Cv0fFfpywjL5S4

https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/3024/trezena-inicia-comemoracoes-alusivas-a-festa-do-padroeiro-da-comunidade-santo-antonio?fbclid=IwAR2oHO8FabtqrOe5pAgX-kV1n3raX5TOcIzfFAtF__w1HmzZVTNXeFsEs_A

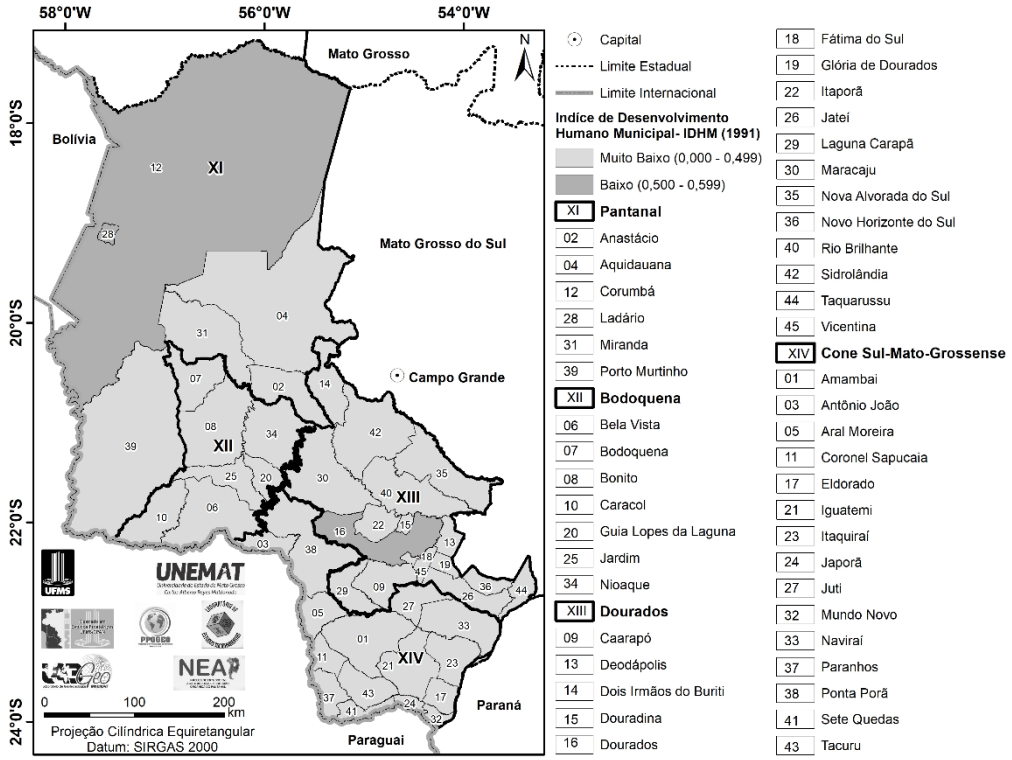
https://bodoquena.ms.gov.br/turista/eventos

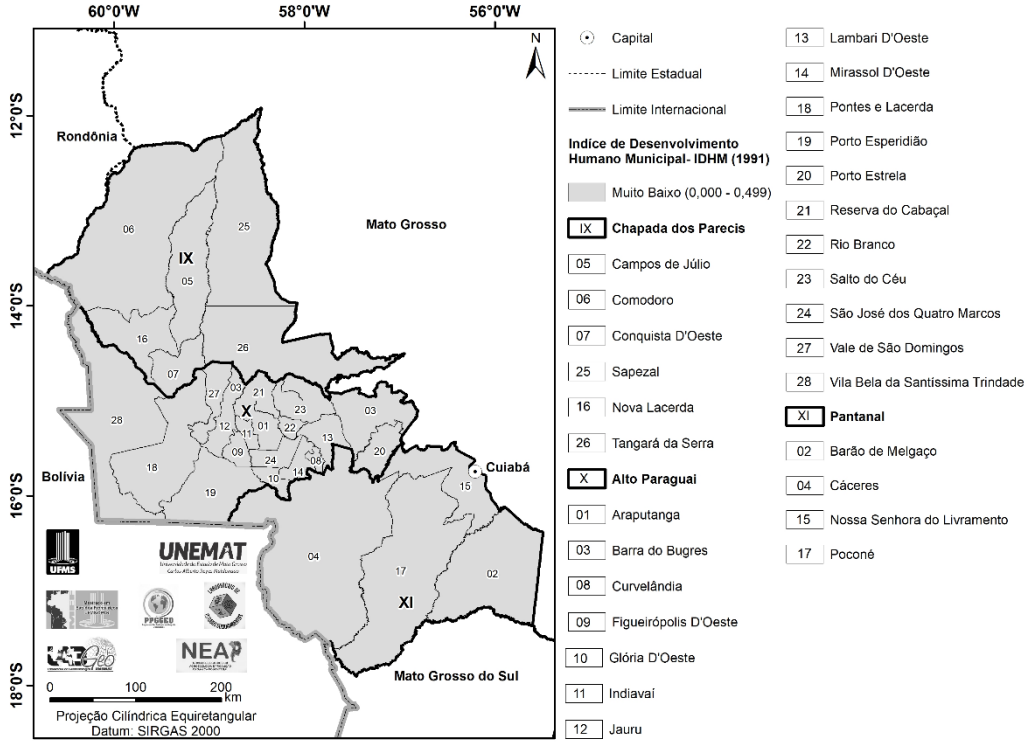
https://www.opantaneiro.com.br/eventos/show-do-grupo-eco-do-pantanal-encerra-comemoracoes-de-aniversario-de/202096/

APÊNDICE

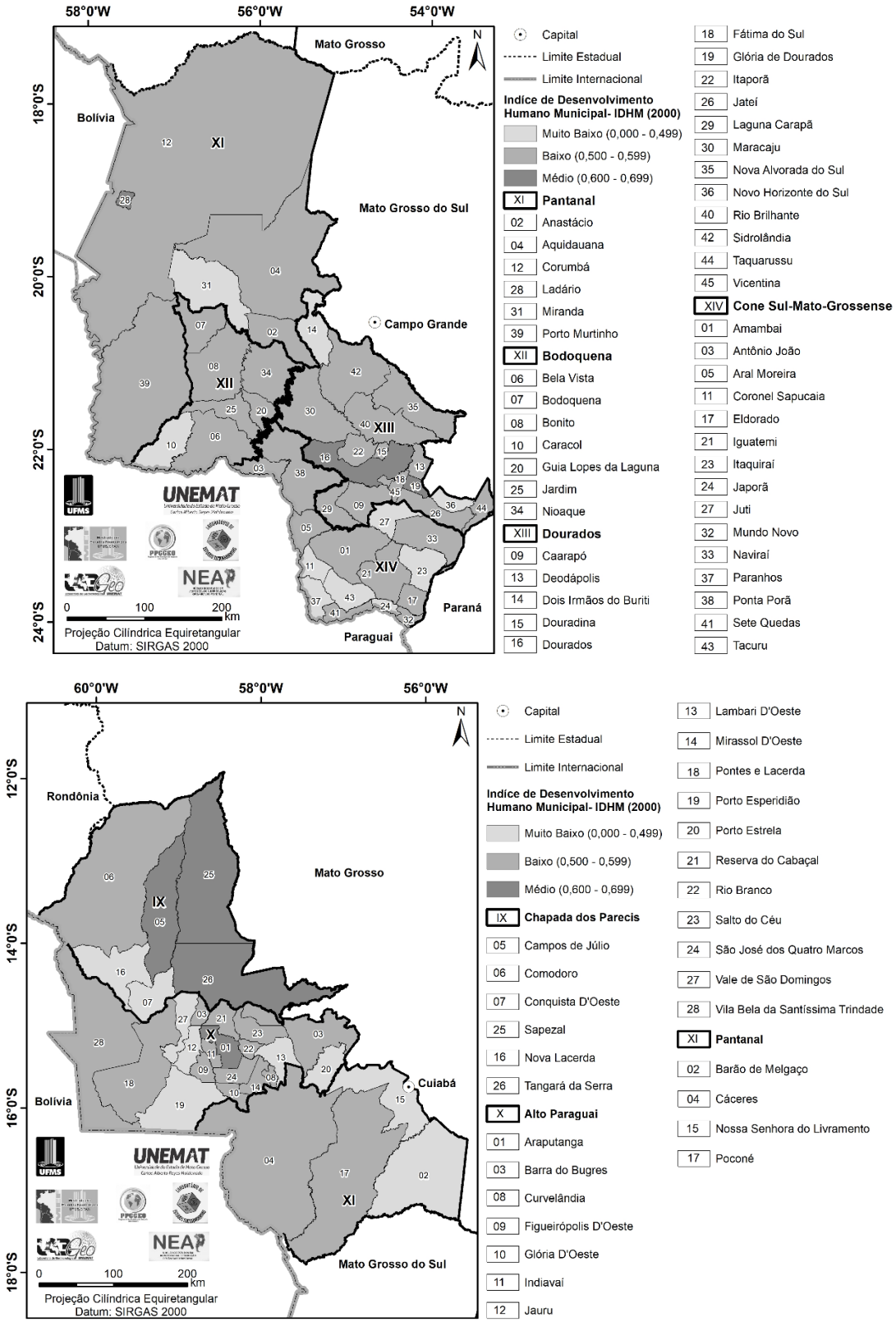
IDHM na FF-CO (MS e MT)

IDHM – 1991 nos municípios da Faixa de Fronteira do Centro Oeste

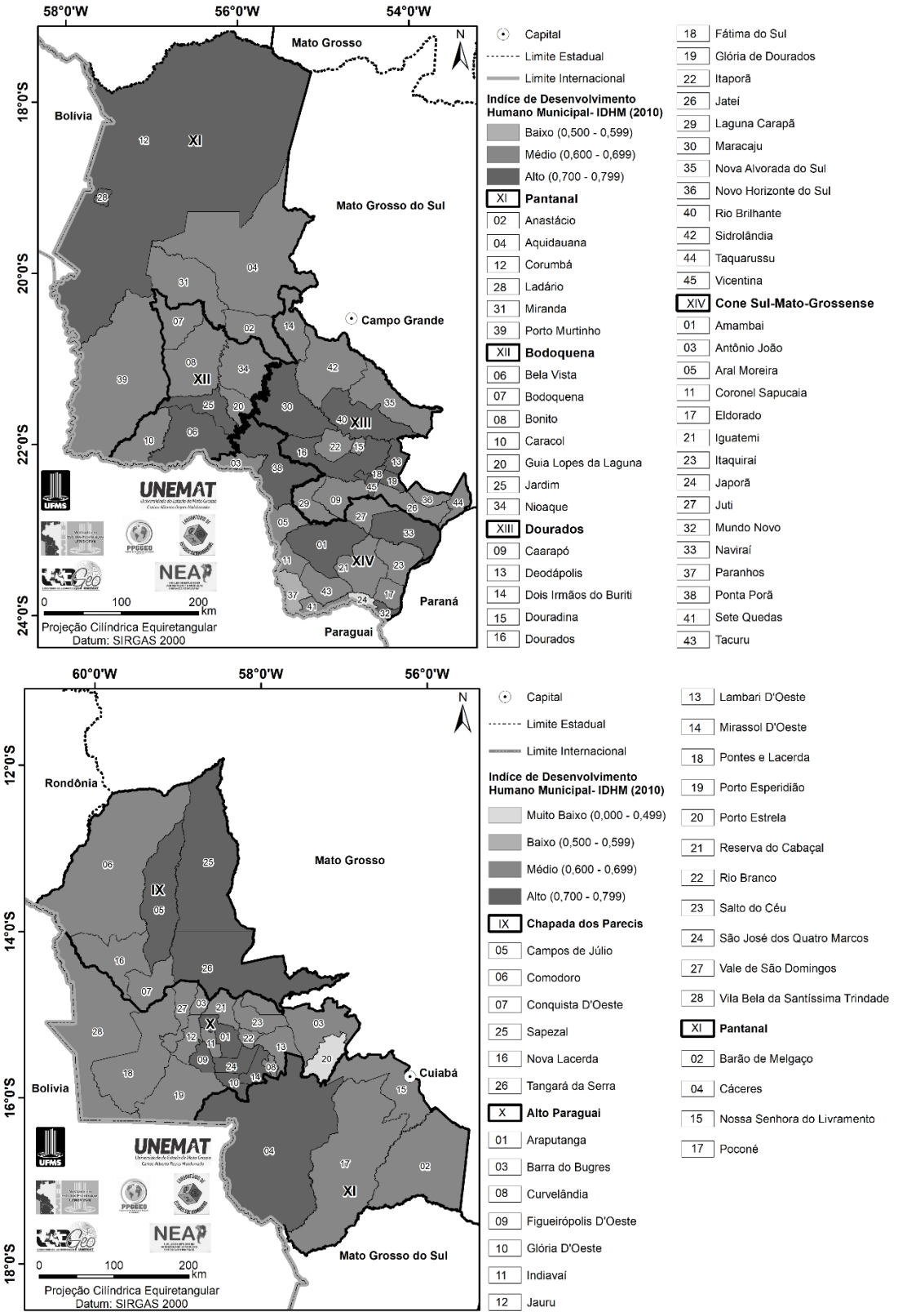




IDHM – 2000 nos municípios da Faixa de Fronteira do Centro Oeste



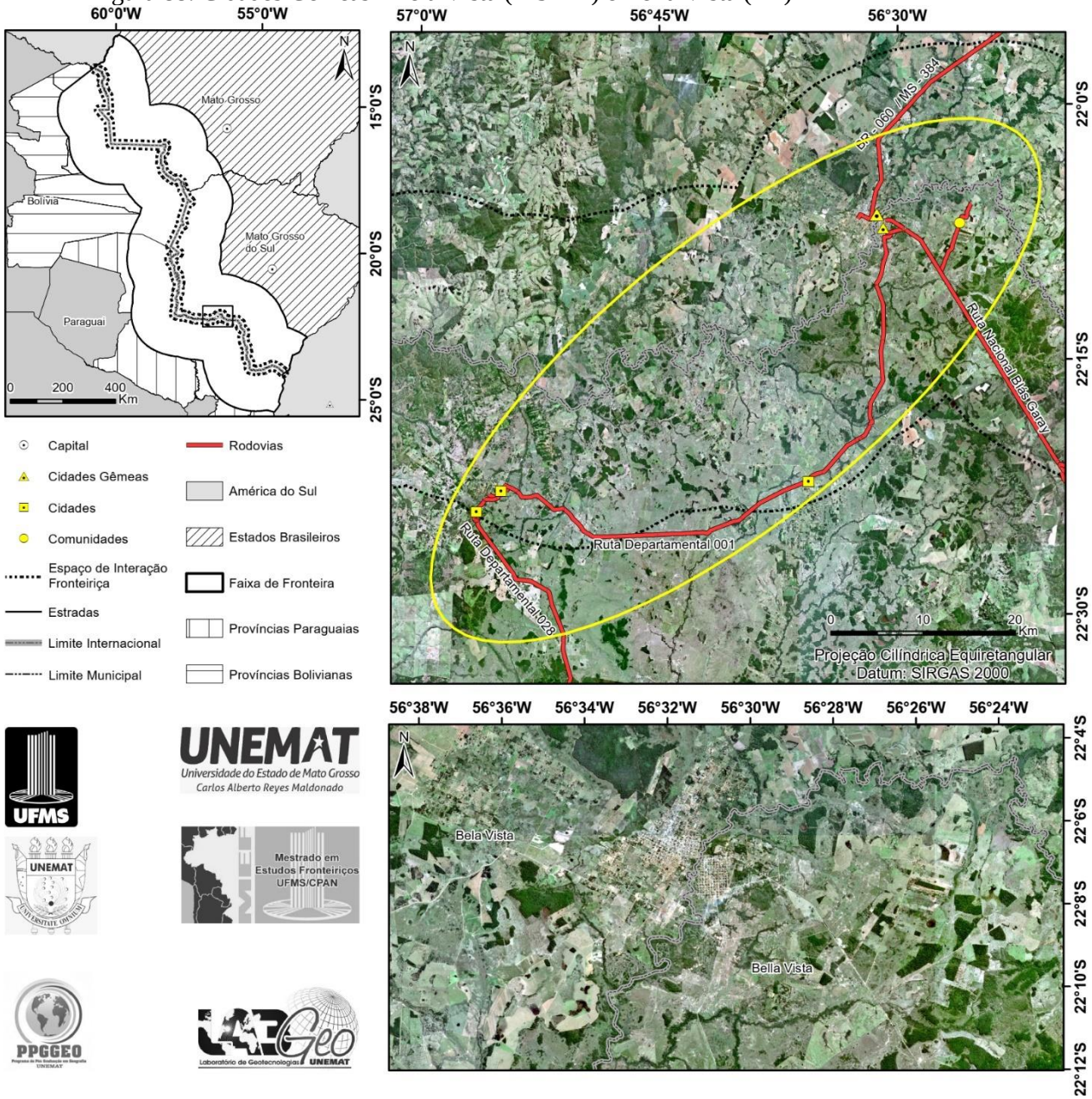
IDHM – 2010 nos municípios da Faixa de Fronteira do Centro Oeste



Carta imagem das cidades gêmeas em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraguai e Bolívia

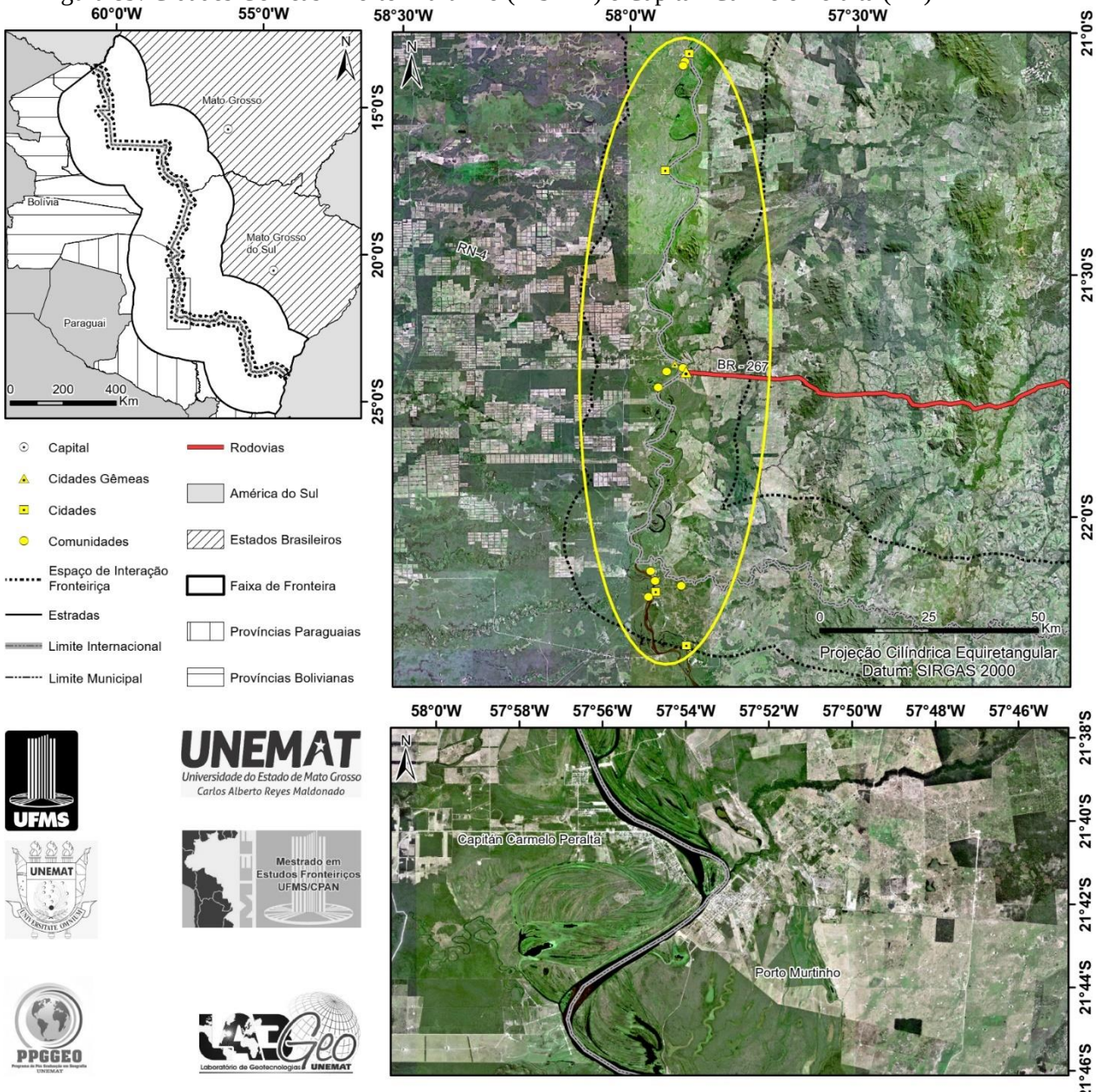
Bela Vista (MS-BR) e Bella Vista (PY)

Figura 88: Cidades Gêmeas - Bela Vista (MS-BR) e Bella Vista (PY)



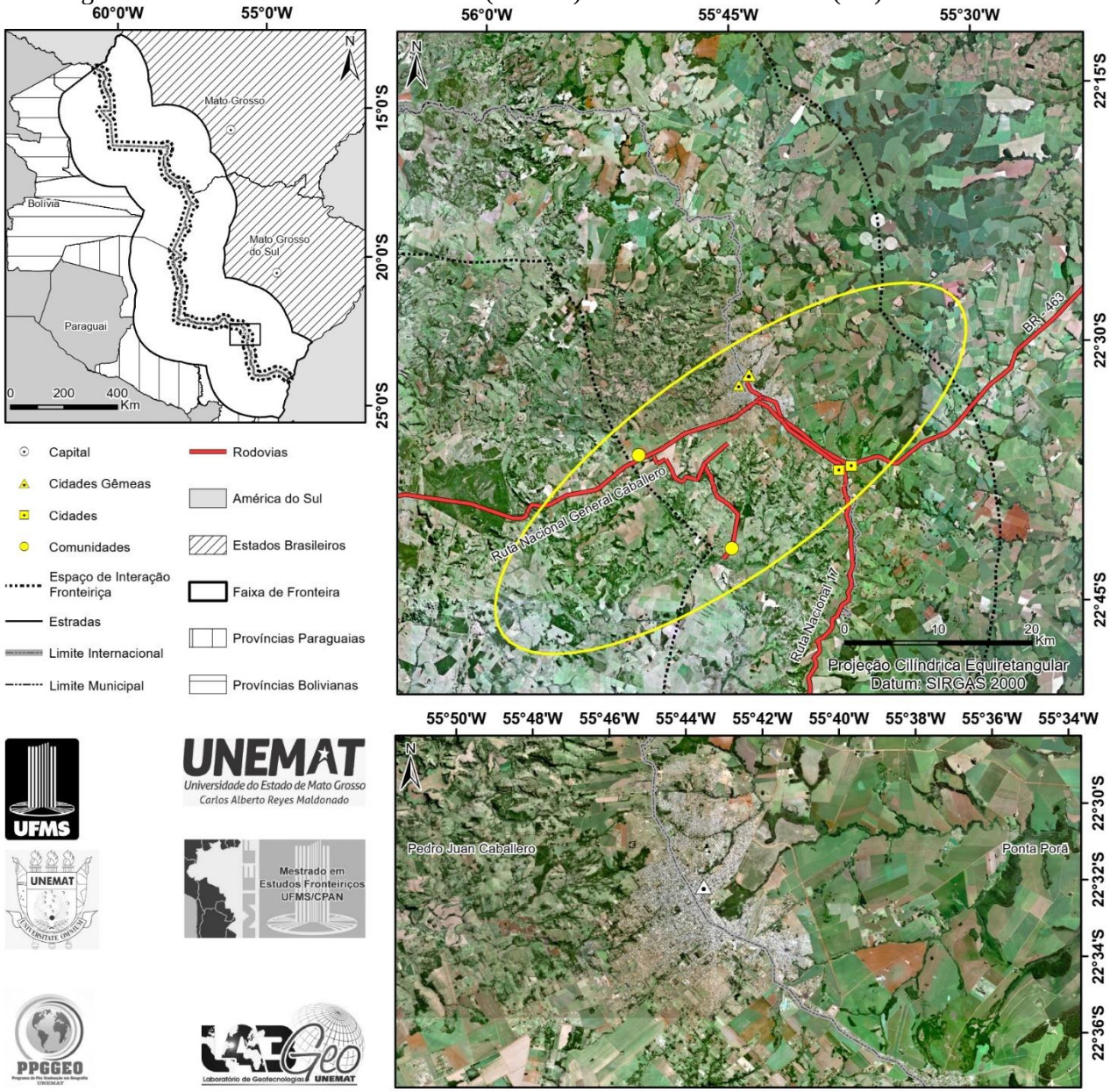
Porto Murtinho (MS-BR) e Capitán Carmelo Peralta (PY)

Figura 89: Cidades Gêmeas - Porto Murtinho (MS-BR) e Capitán Carmelo Peralta (PY)



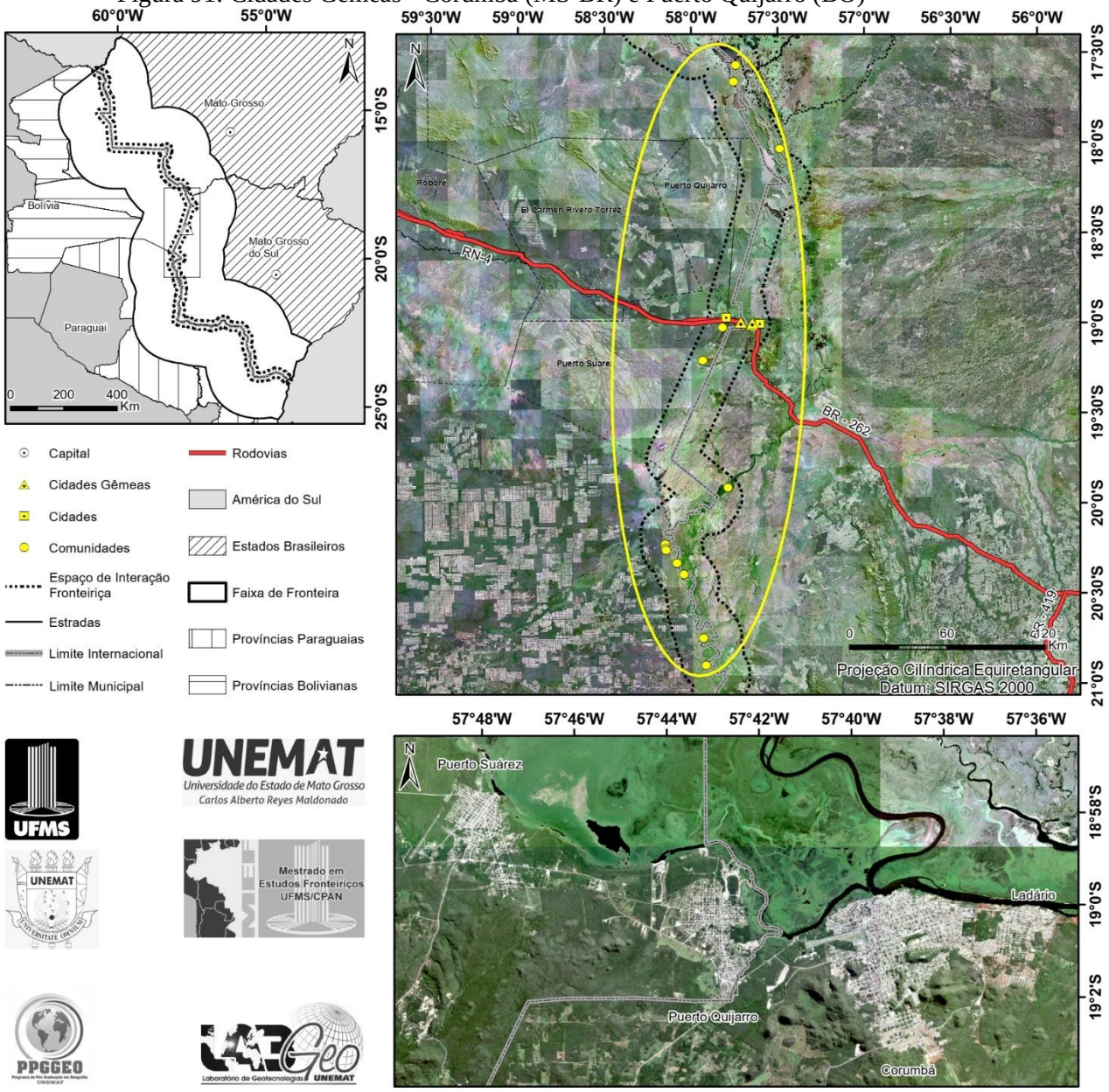
Ponta Porã (MS-BR) e Pedro Juan Caballero (PY)

Figura 90: Cidades Gêmeas - Ponta Porã (MS-BR) e Pedro Juan Caballero (PY)



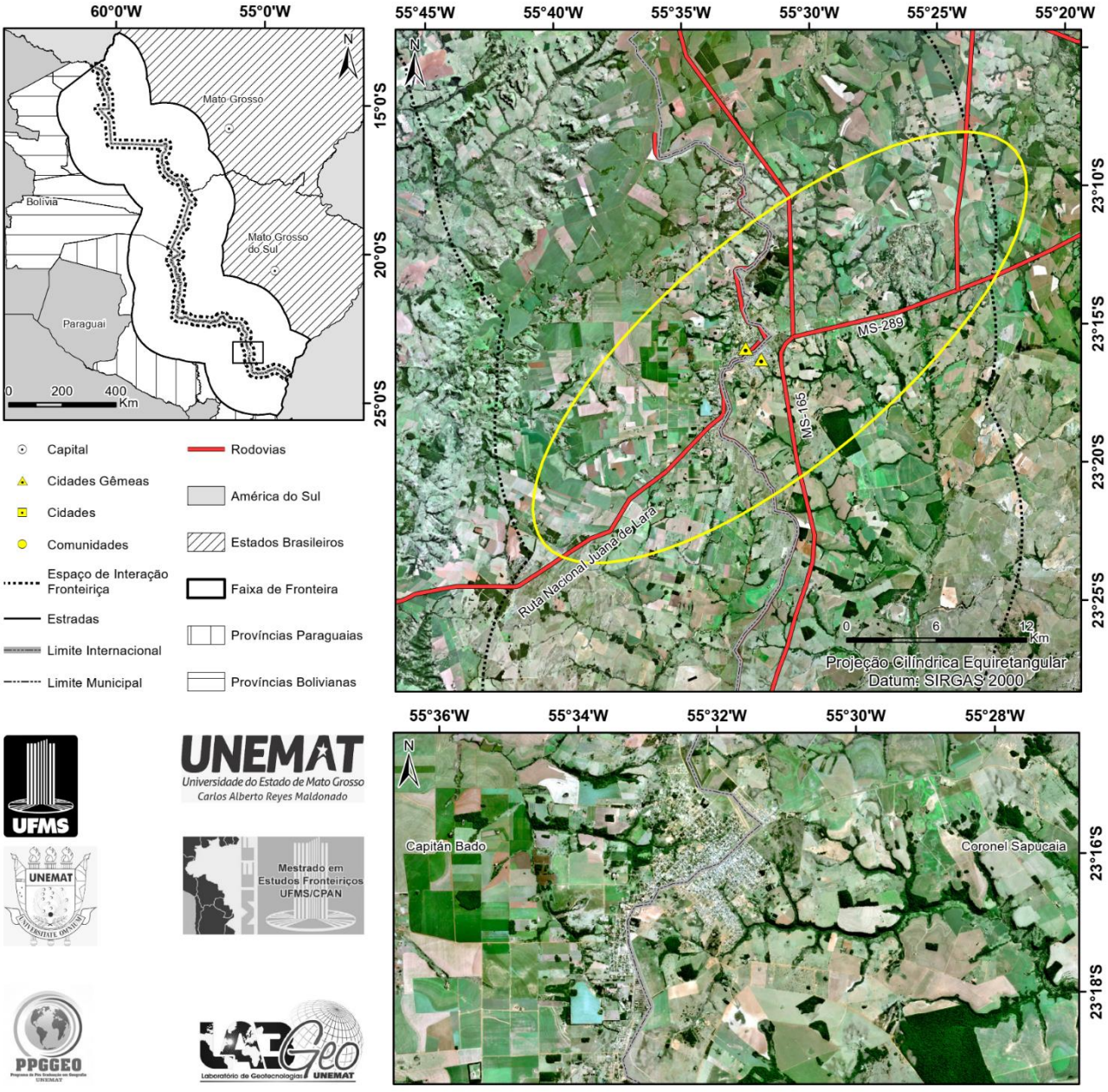
Corumbá (MS-BR) e Puerto Quijarro (BO)

Figura 91: Cidades Gêmeas - Corumbá (MS-BR) e Puerto Quijarro (BO)



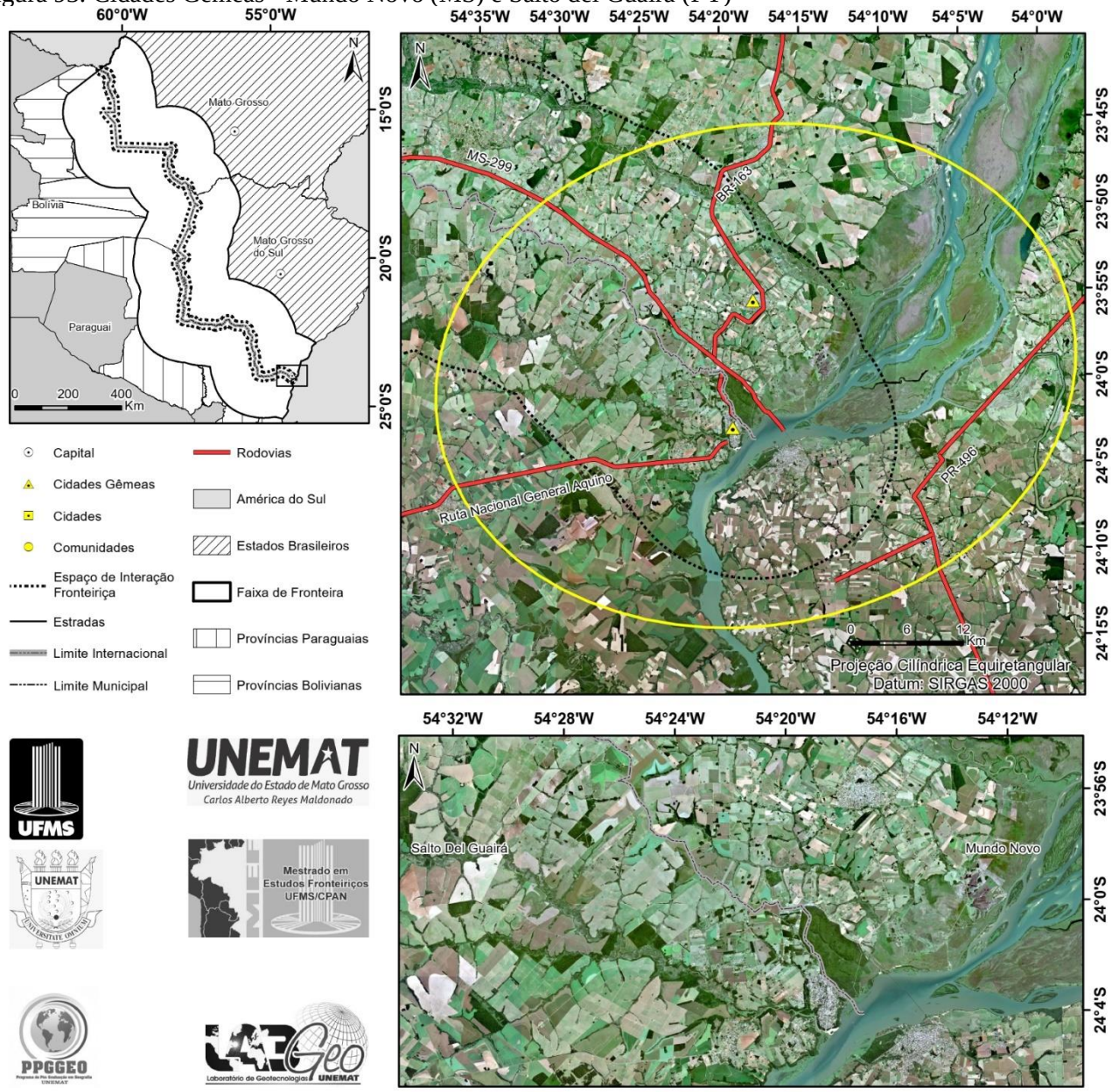
Coronel Sapucaia (MS) e Capitán Bado (PY)

Figura 92: Cidades Gêmeas - Coronel Sapucaia (MS) e Capitán Bado (PY)



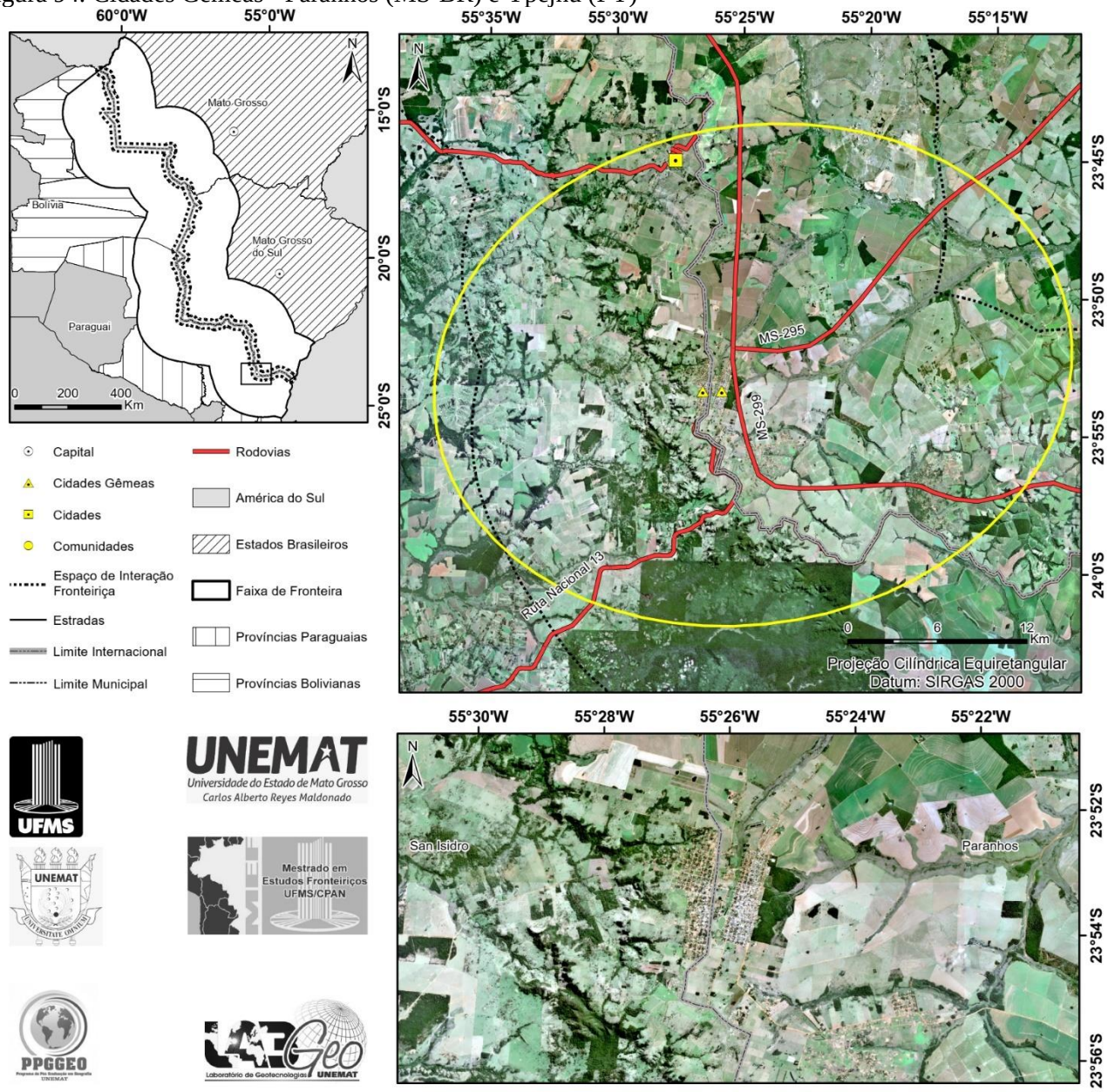
Mundo Novo (MS) e Salto del Guairá (PY)

Figura 93: Cidades Gêmeas - Mundo Novo (MS) e Salto del Guairá (PY)



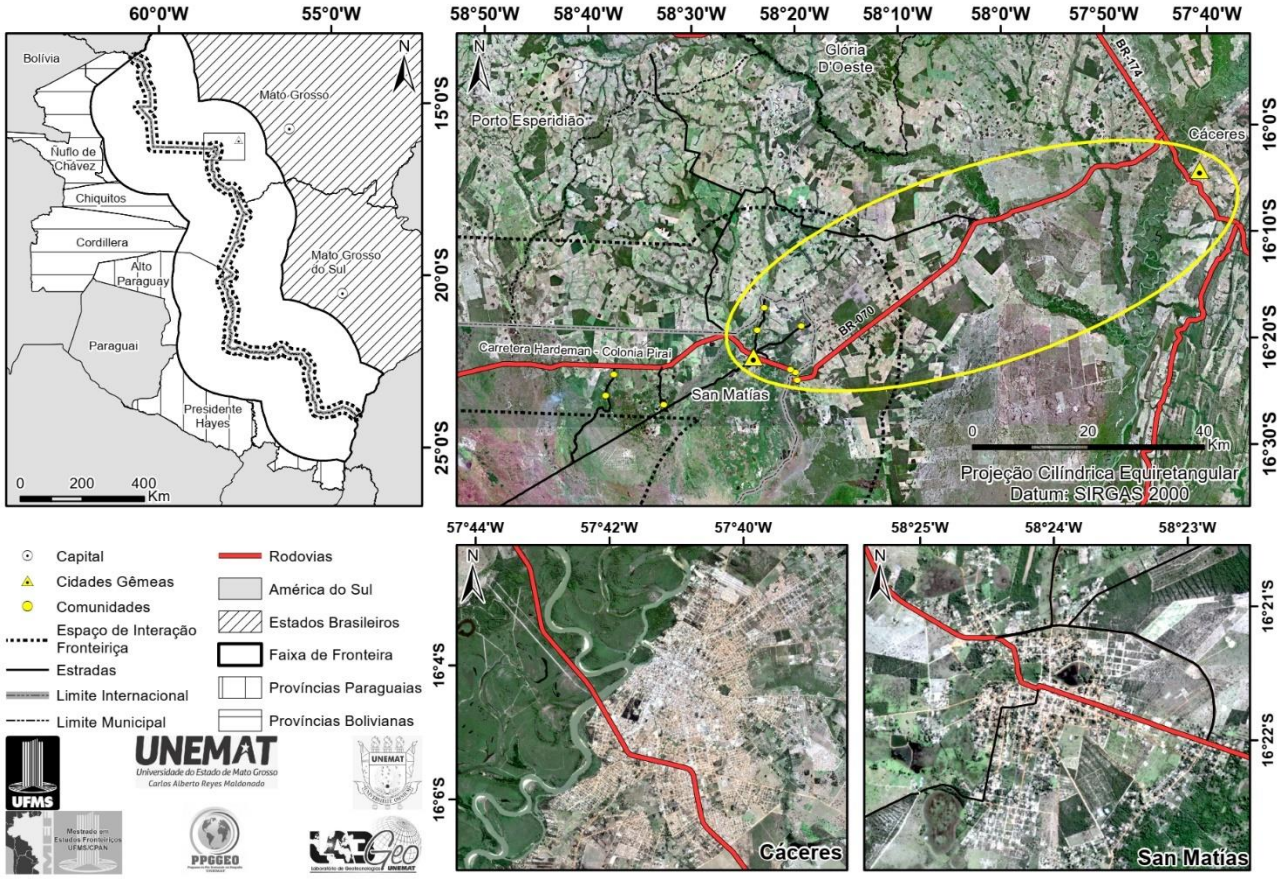
Paranhos (MS-BR) e Ypejhú (PY)

Figura 94: Cidades Gêmeas - Paranhos (MS-BR) e Ypejhú (PY)



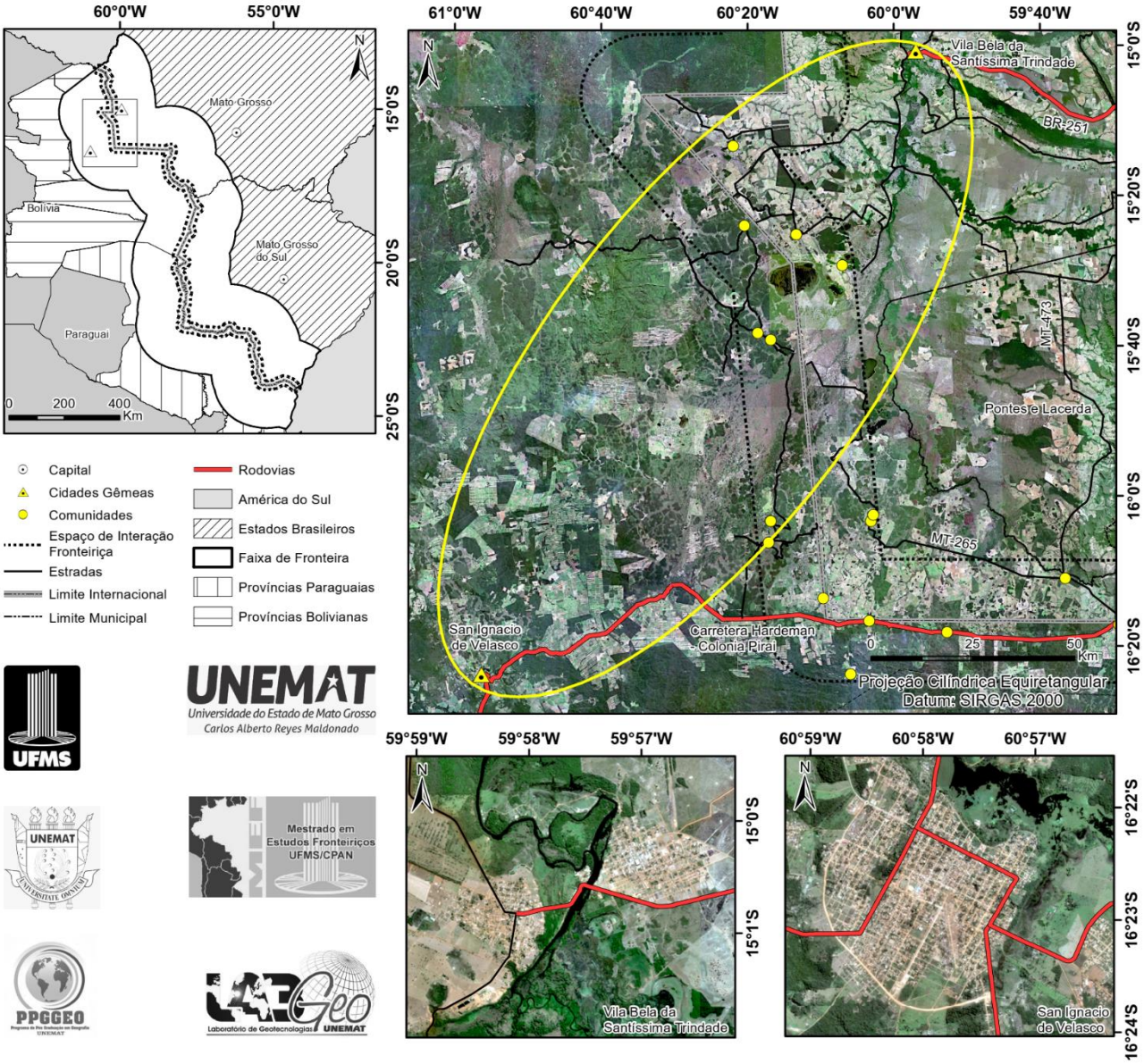
Cáceres (MT-BR) e San Matías (BO)

Figura 95: Cidade Gêmea - Cáceres (MT-BR) e San Matías (BO)



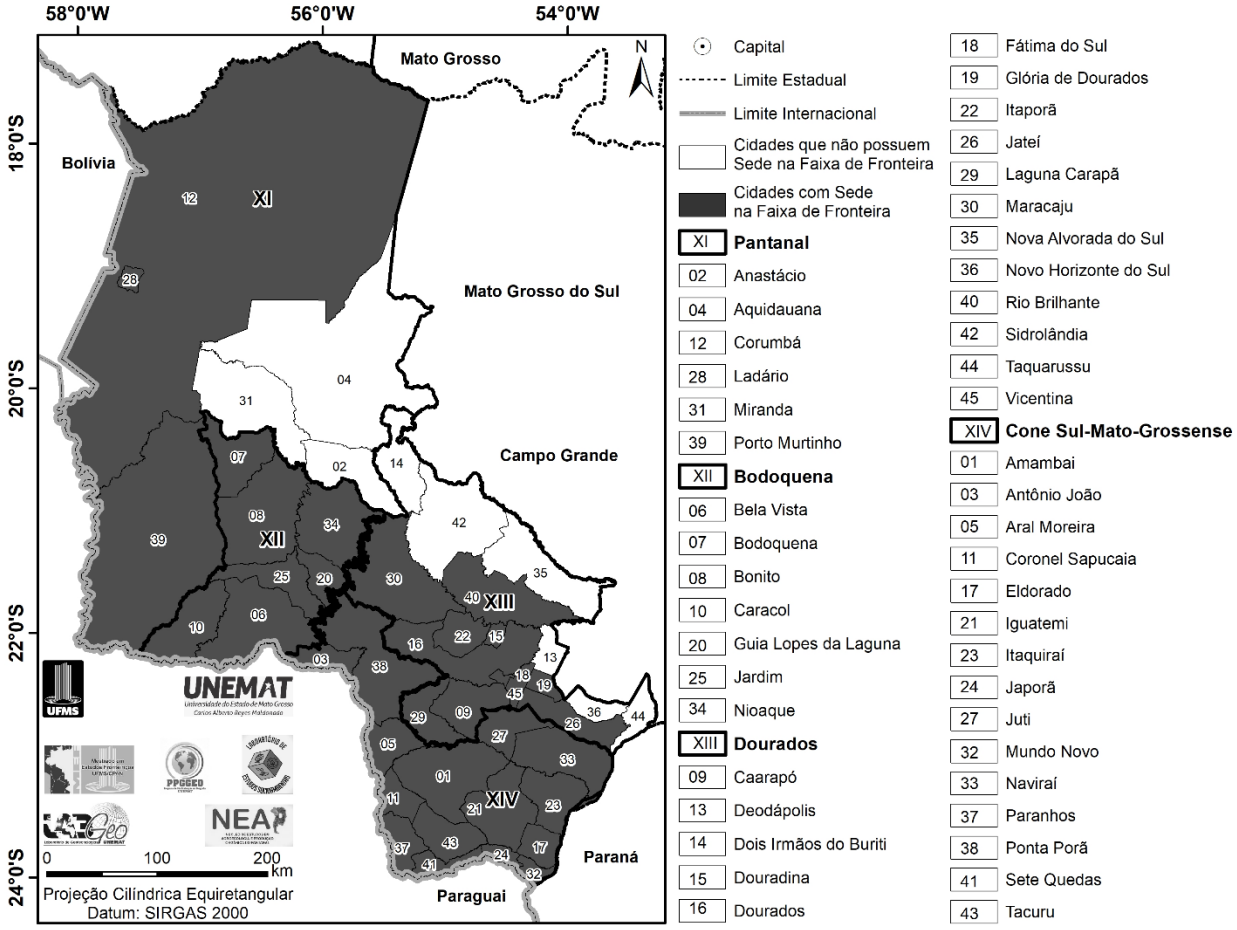
Vila Bela da Santíssima Trindade (MT-BR) e San Ignacio de Velasco (BO)

Figura 96: Proposta de Cidades Gêmeas - Vila Bela da Santíssima Trindade (MT-BR) e San Ignacio de Velasco (BO)



Municípios com sede na FF-CO (MS)

Figura 97: Municípios com sede na FF-CO no Estado de Mato Grosso do Sul



Concentração de estabelecimentos por tipo de atividades de comércio na FF-CO (MS)

Figura 98: Distribuição de estabelecimentos comerciais por município na FF-CO em 2018 (MS)

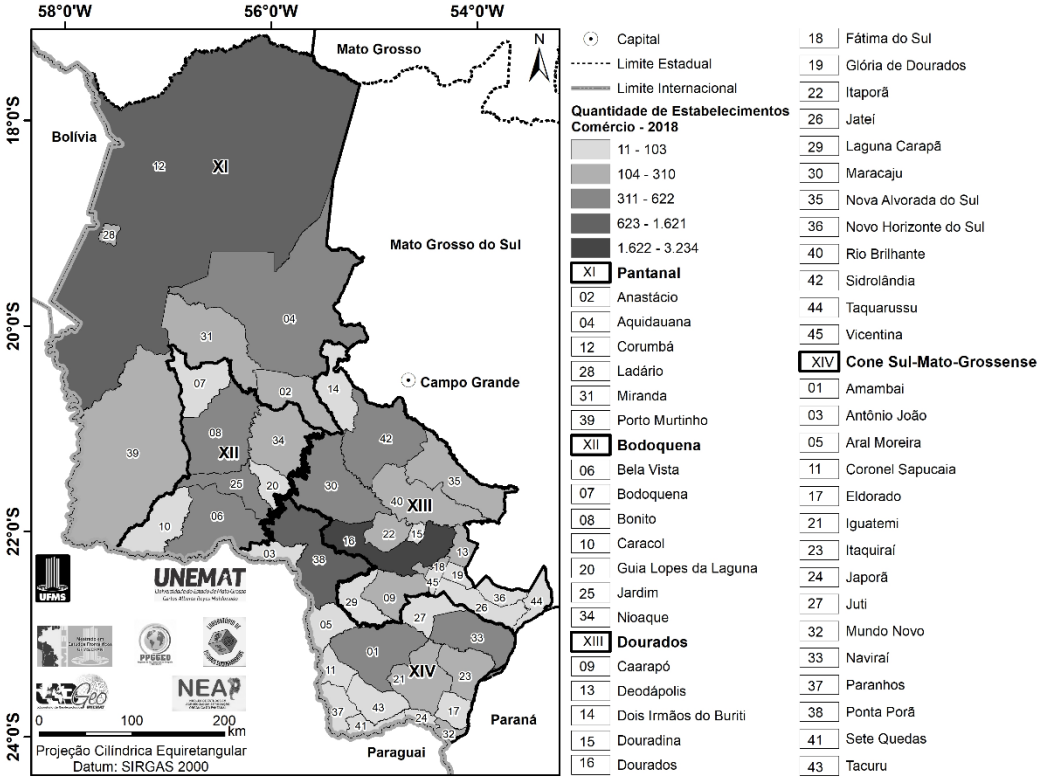
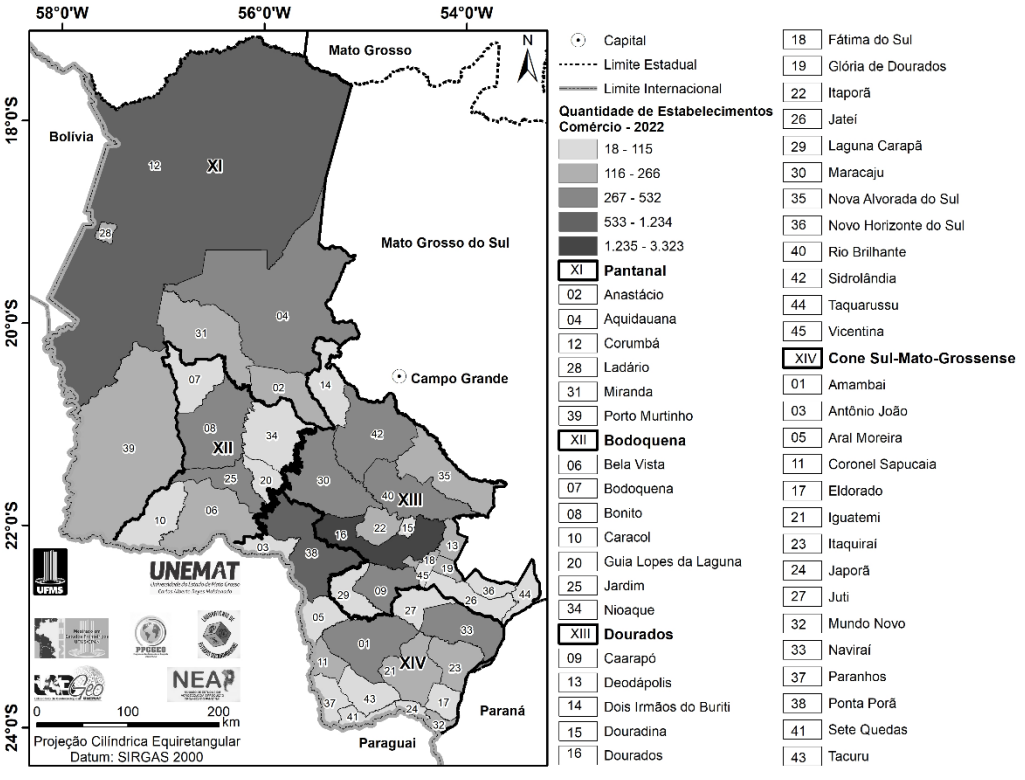


Figura 99: Distribuição de estabelecimentos comerciais por município na FF-CO em 2022 (MS)



Comércio por atacado (MS)

Figura 100: Distribuição de estabelecimentos do comércio por atacado na FF-CO em 2018 (MS)

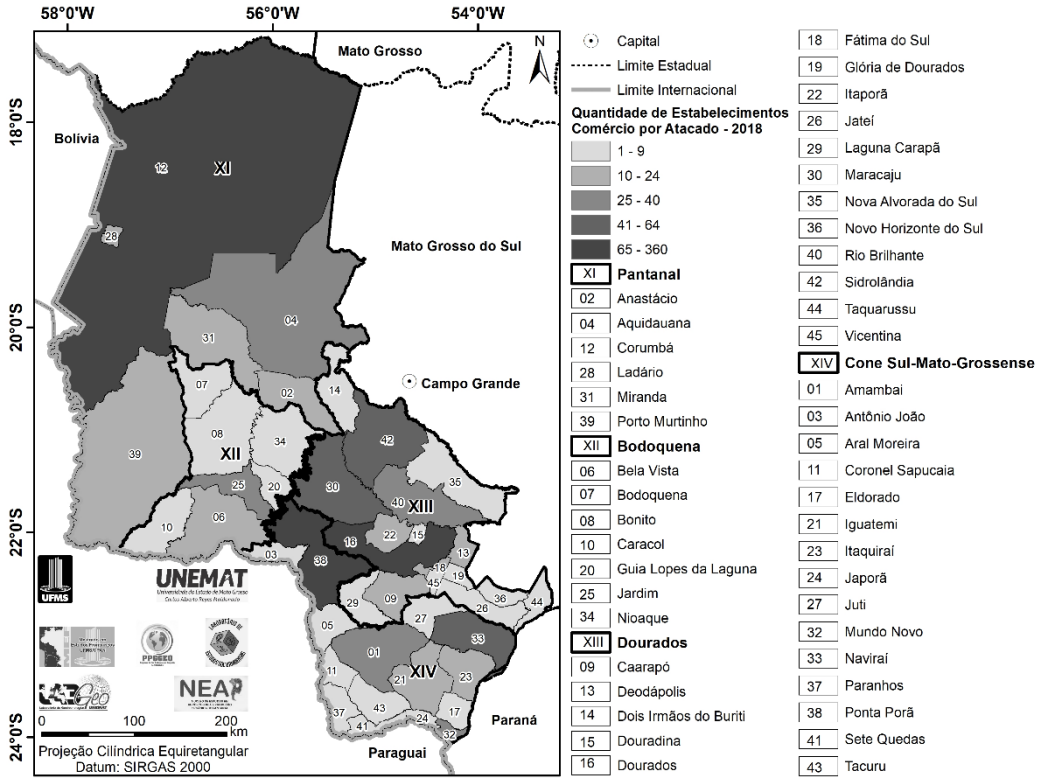
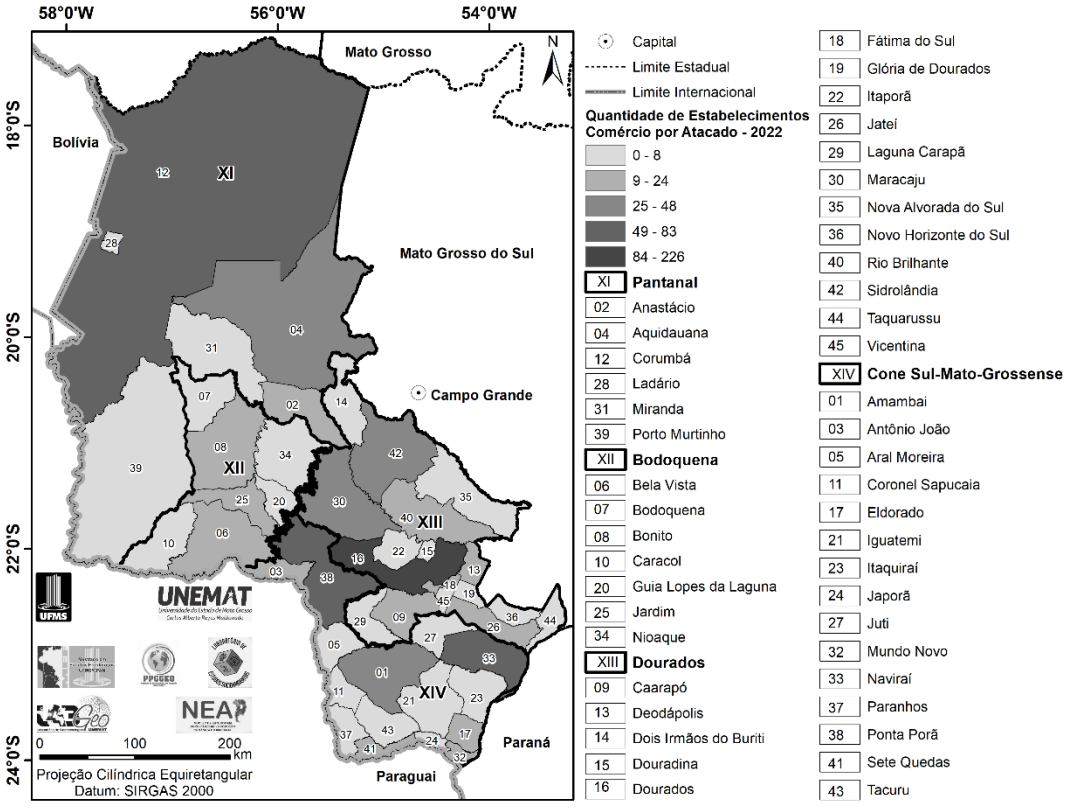


Figura 101: Distribuição de estabelecimentos do comércio por atacado na FF-CO em 2022 (MS)



Comércio varejista (MS)

Figura 102: Distribuição de estabelecimentos do comércio varejista na FF-CO em 2022 (MS)

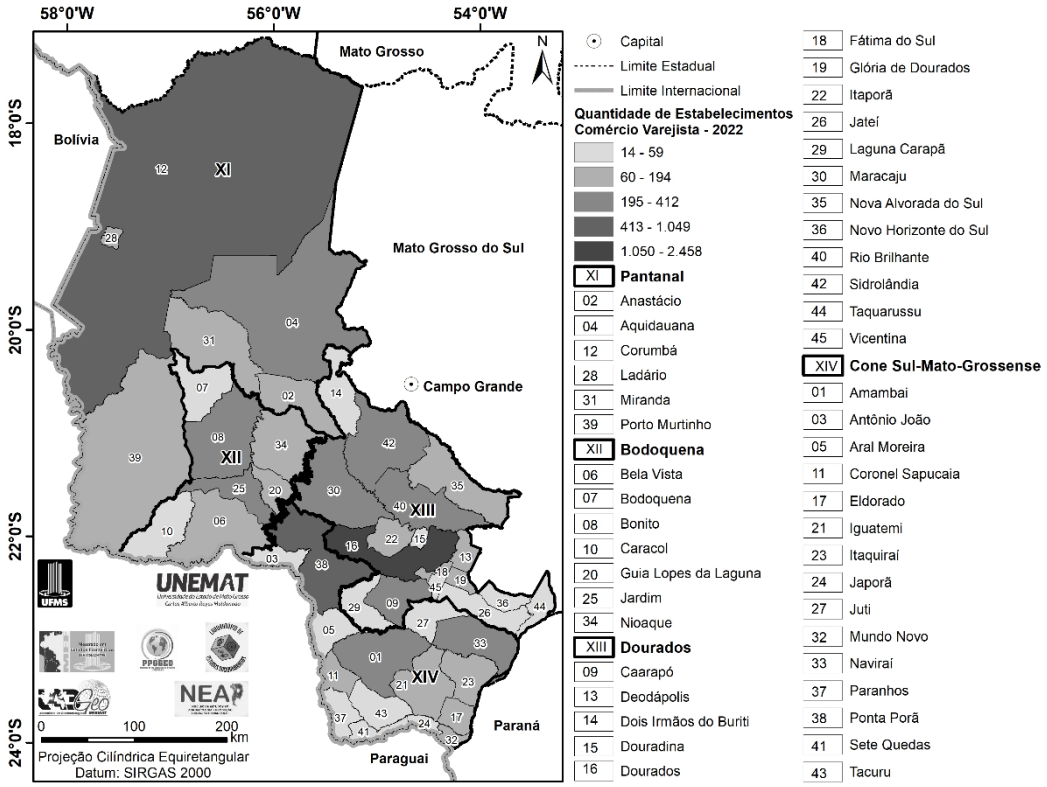
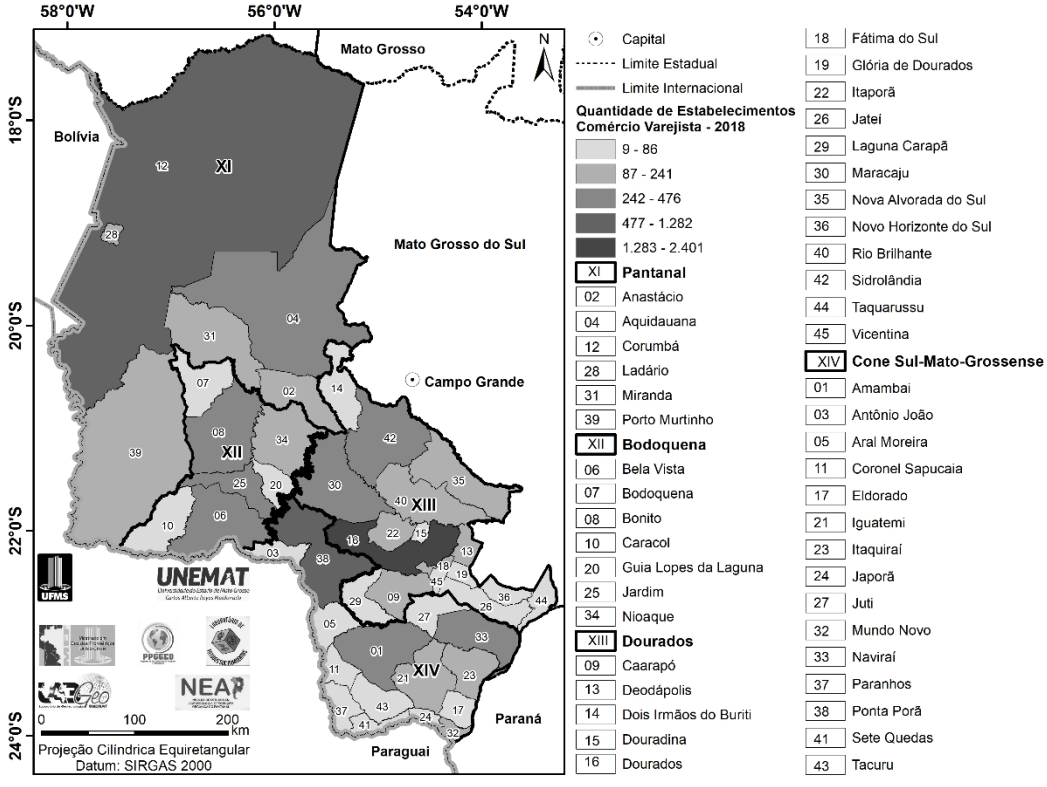


Figura 103: Distribuição de estabelecimentos do comércio varejista na FF-CO em 2018 (MS)



Comércio varejista de reparação de veículos na FF-CO (MS)

Figura 104: Distribuição de estabelecimentos do comércio de reparação de veículos na FF-CO em 2018 (MS)

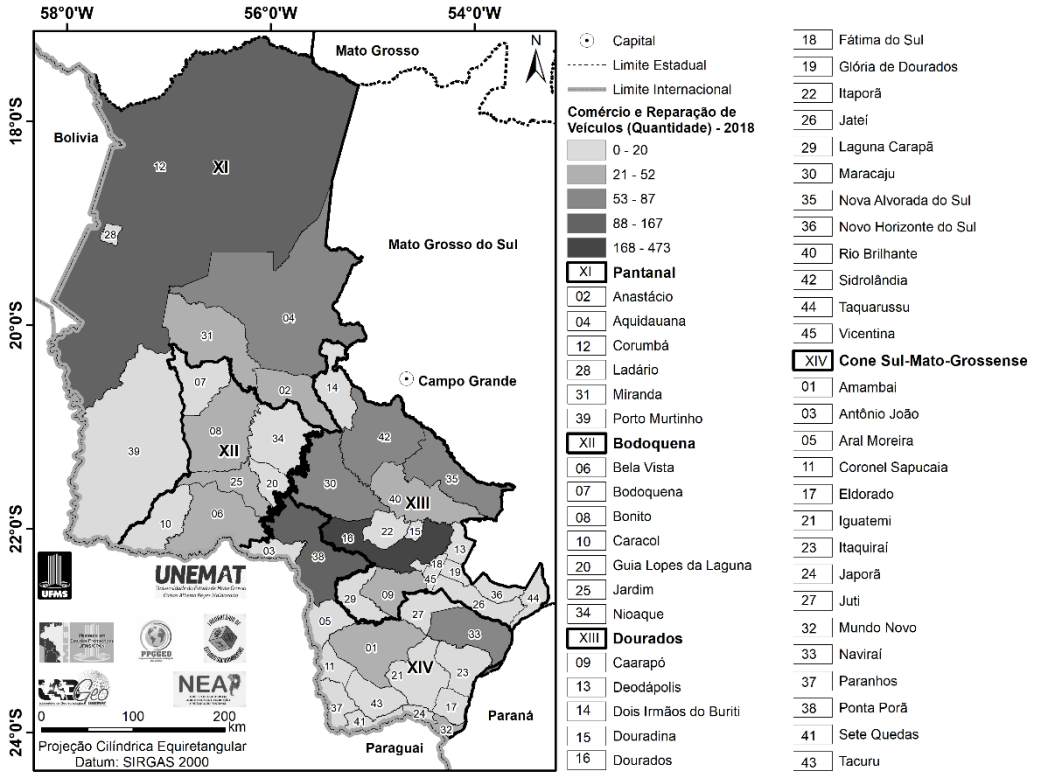
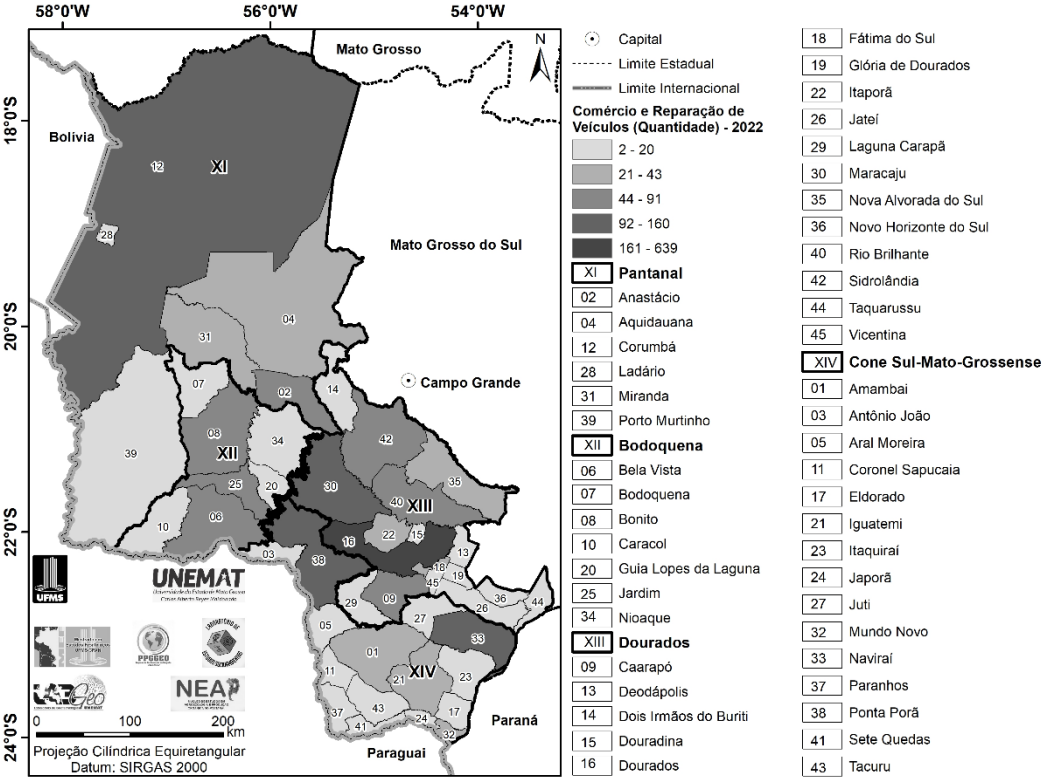


Figura 105: Distribuição de estabelecimentos do comércio de reparação de veículos na FF-CO em 2022 (MS)



Concentração de estabelecimentos por tipo de atividades de comércio na FF-CO (MT)

Figura 106: Distribuição de estabelecimentos comerciais por município na FF-CO em 2018 (MT)

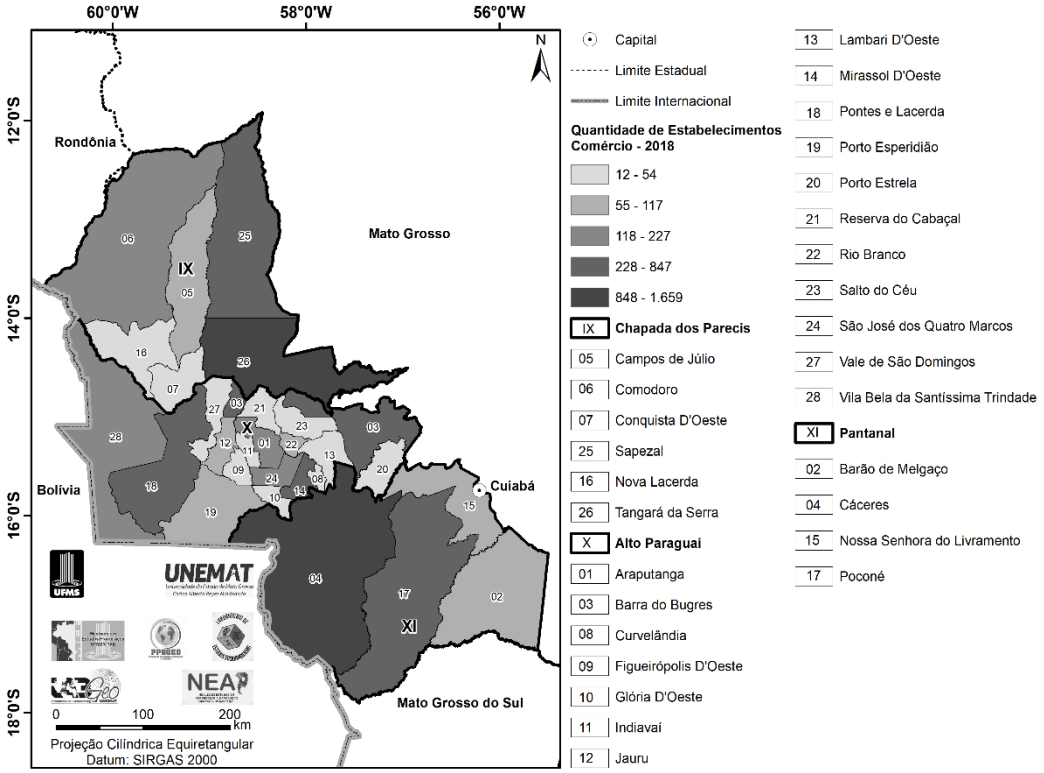
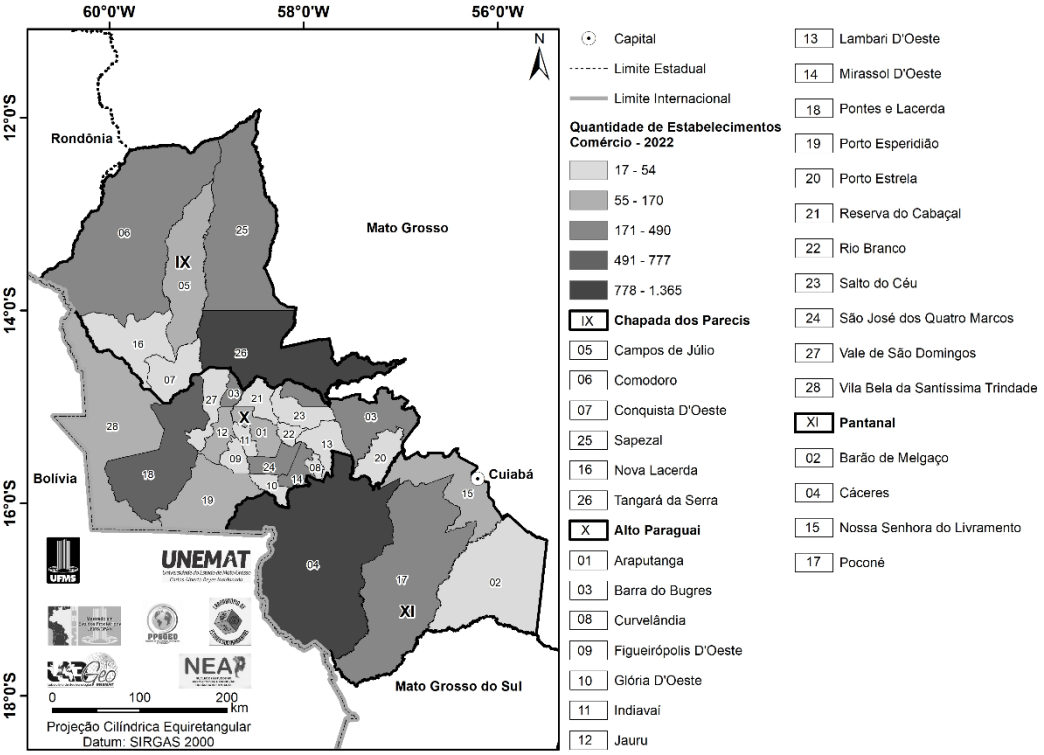


Figura 107: Distribuição de estabelecimentos comerciais por município na FF-CO em 2022 (MT)



Comércio por atacado (MT)

Figura 108: Distribuição de estabelecimentos do comércio por atacado na FF-CO em Mato Grosso (2018)

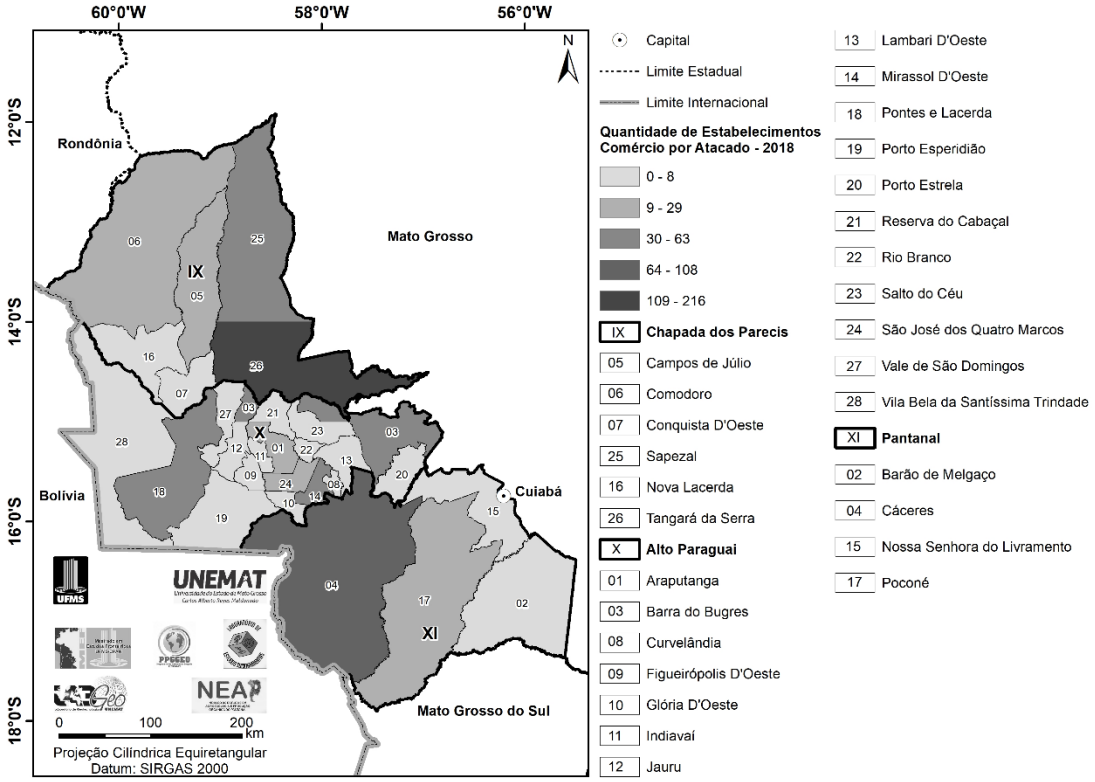
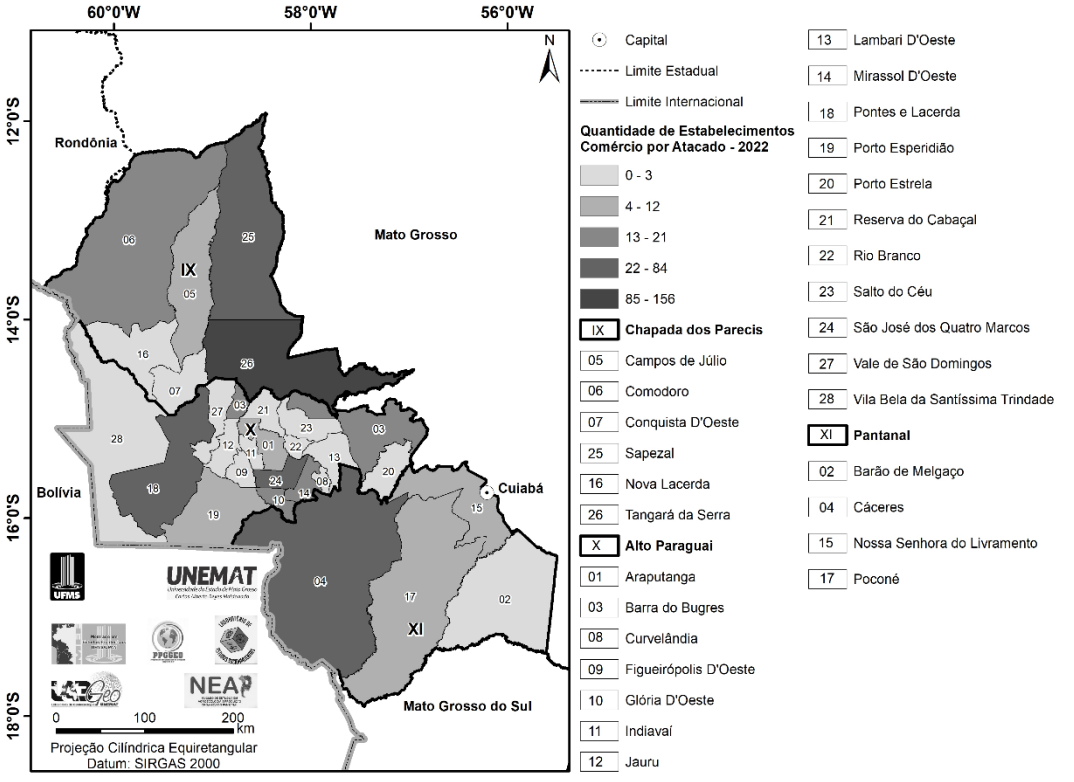


Figura 109: Distribuição de estabelecimentos do comércio por atacado na FF-CO em Mato Grosso (2022)



Comércio varejista (MT)

Figura 110: Distribuição de estabelecimentos do comércio varejista na FF-CO em Mato Grosso (2018)

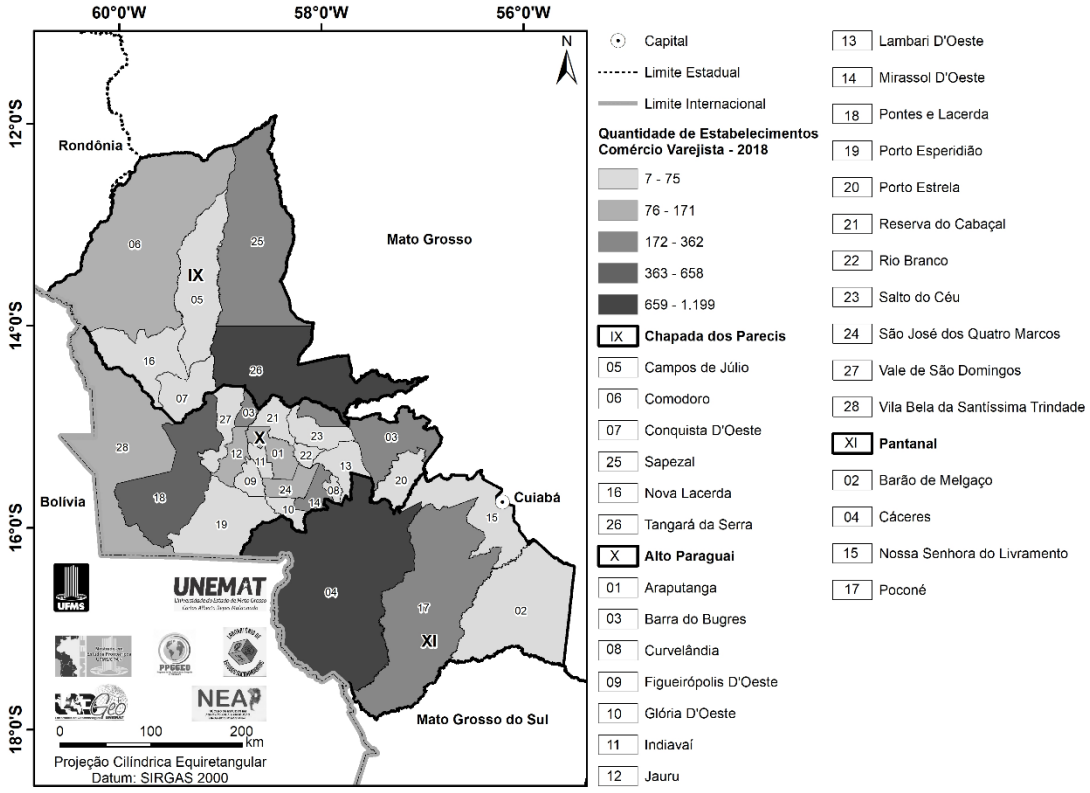
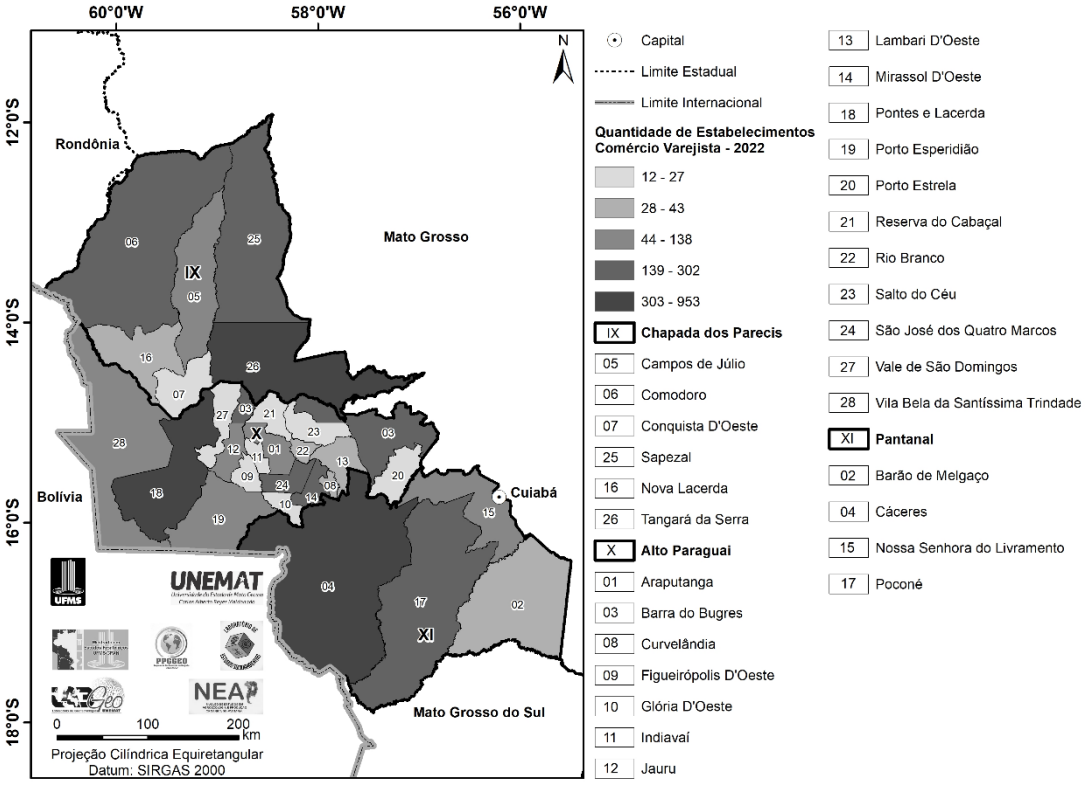


Figura 111: Distribuição de estabelecimentos do comércio varejista na FF-CO em Mato Grosso (2022)



Comércio de reparação de veículos (MT)

Figura 112: Distribuição de estabelecimentos do comércio de reparação de veículos na FF-CO em Mato Grosso (2018)

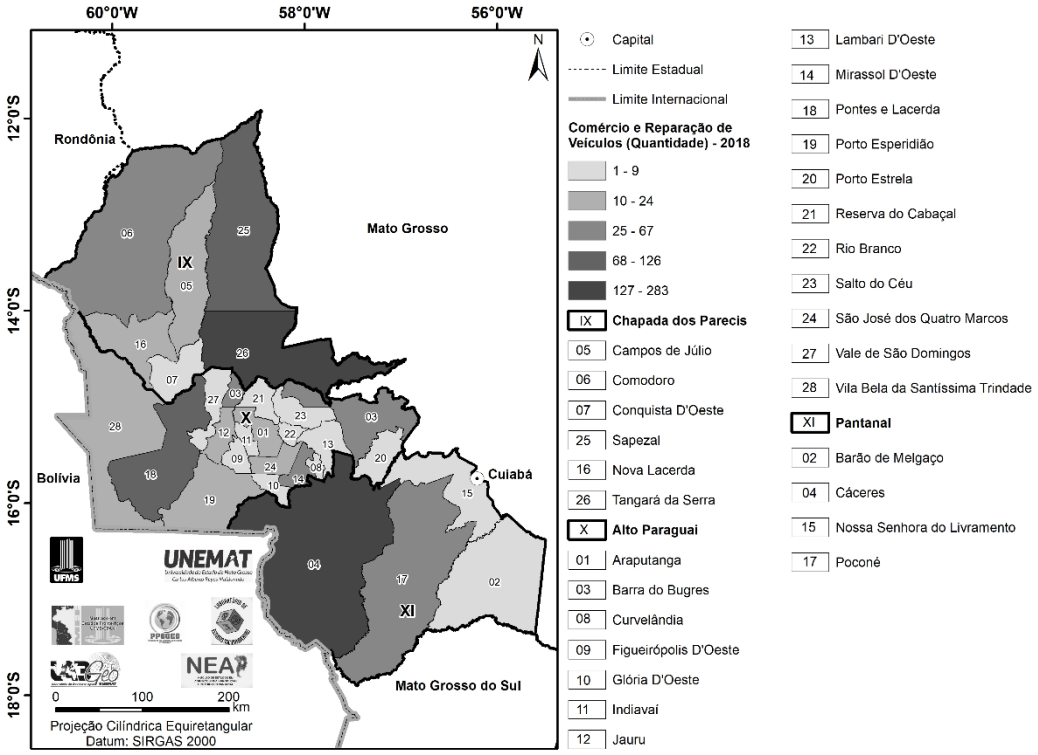
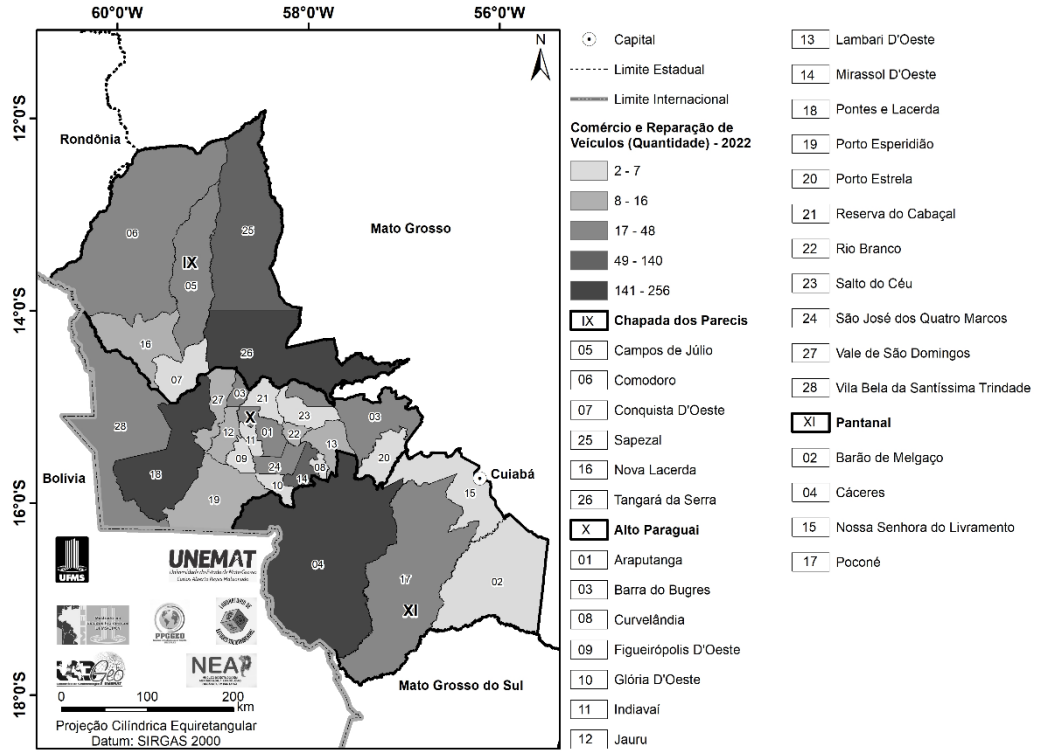


Figura 113: Distribuição de estabelecimentos do comércio de reparação de veículos na FF-CO em Mato Grosso (2022)



Área plantada em lavoura temporária nos municípios da FF-CO em 2017 e 2021 (MT e MS)

Abacaxi

Figura 114: Distribuição da Área plantada de abacaxi por município na FF-CO em 2017 (MT)

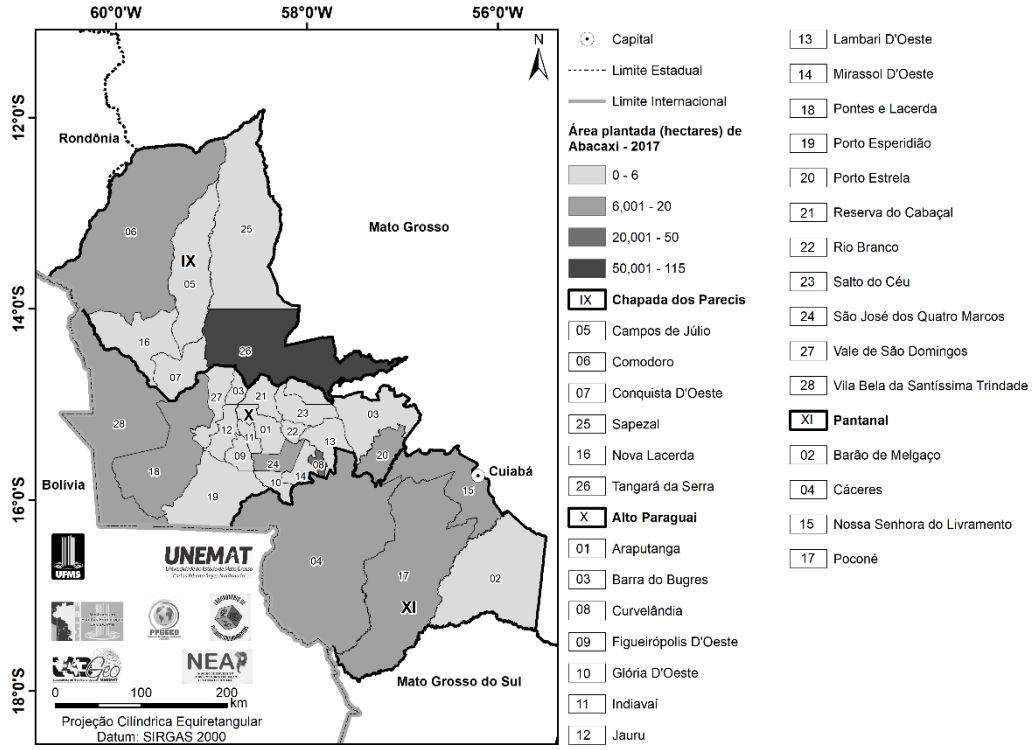


Figura 115: Distribuição da Área plantada de abacaxi por município na FF-CO em 2017 (MS)

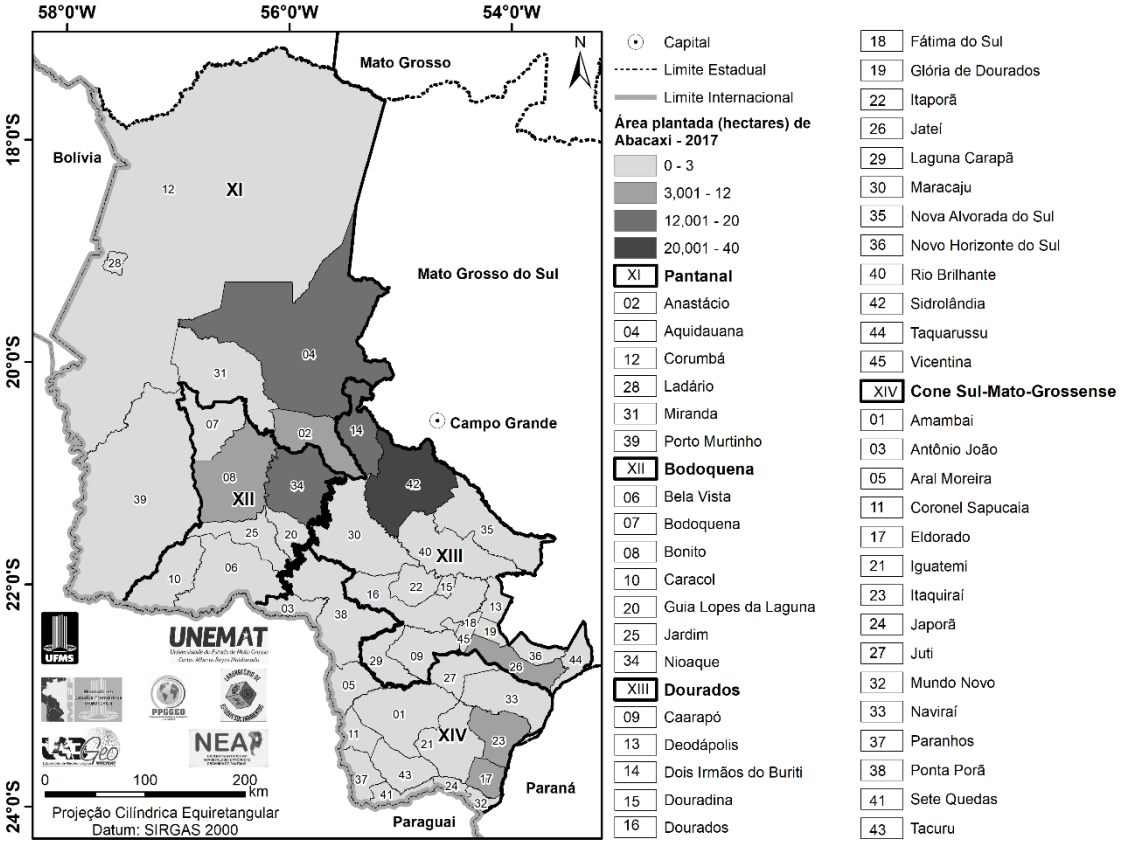


Figura 116: Distribuição da Área plantada de abacaxi por município na FF-CO em 2022 (MT)

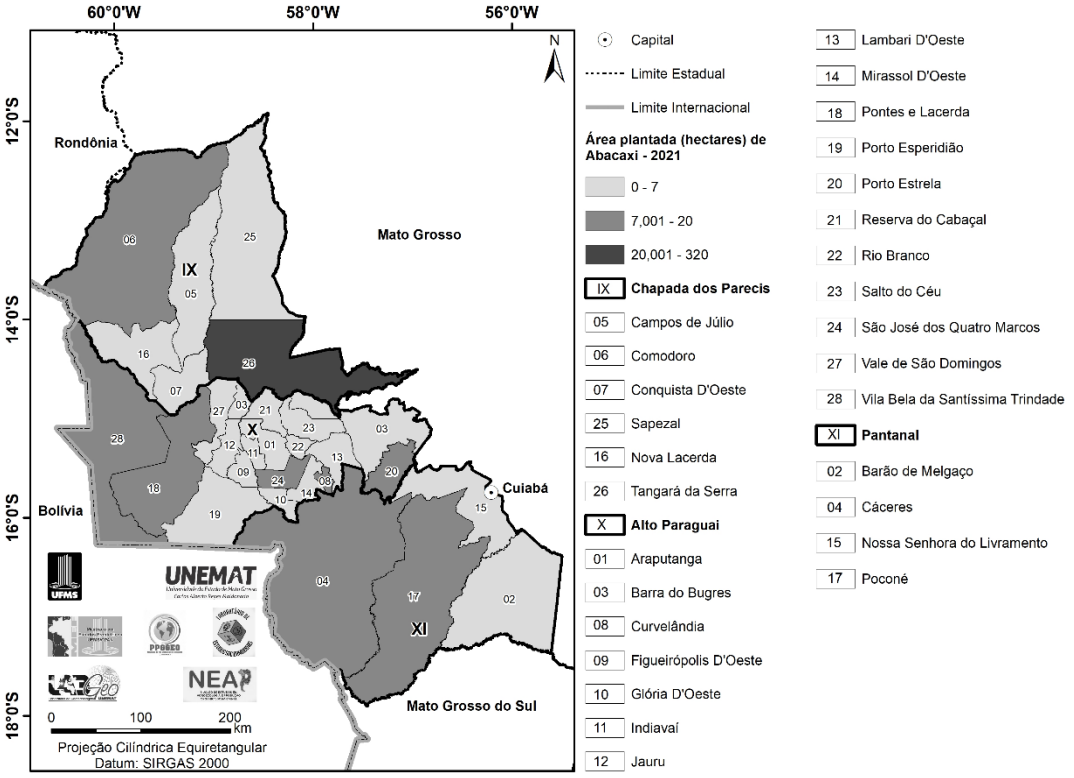
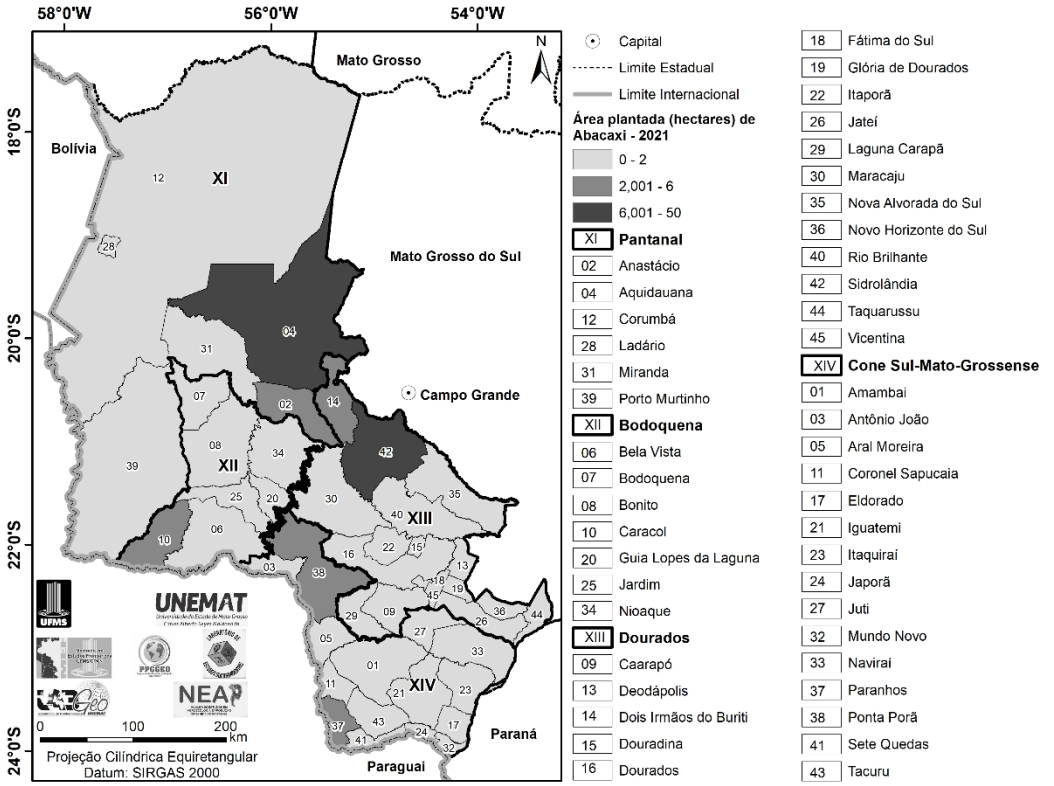


Figura 117: Distribuição da Área plantada de abacaxi por município na FF-CO em 2022 (MS)



Algodão

Figura 118: Distribuição da Área plantada de algodão com caroço por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

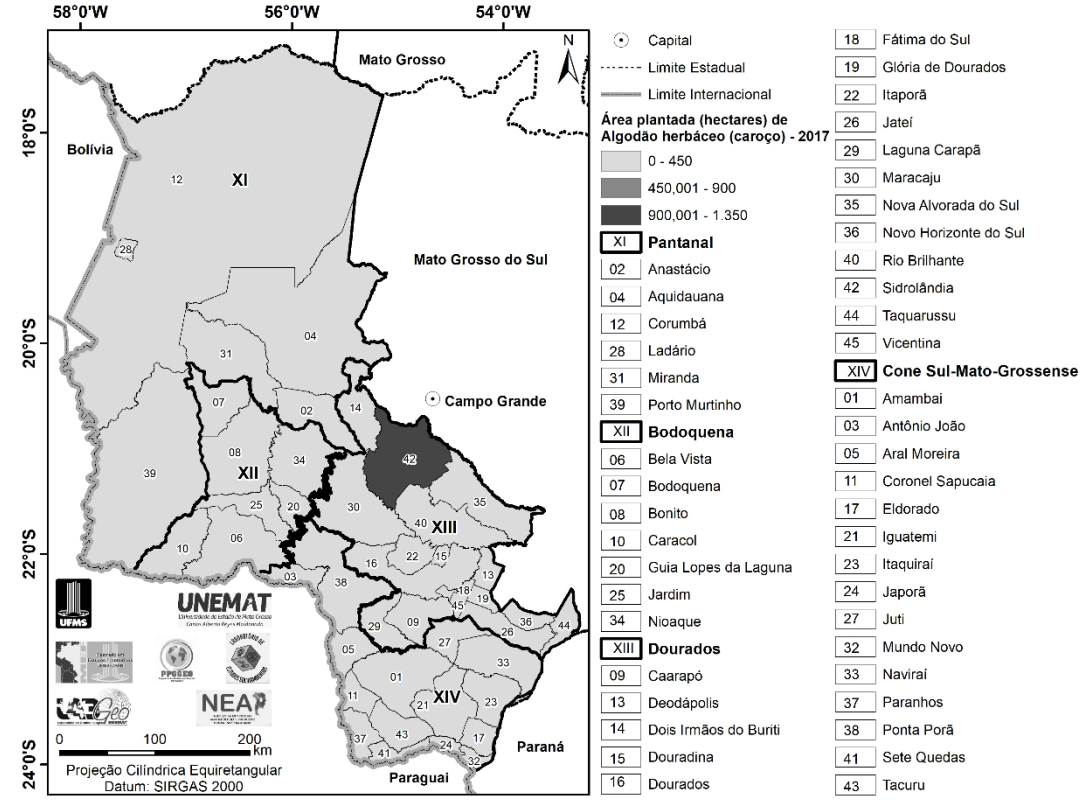


Figura 119: Distribuição da Área plantada de algodão com caroço por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

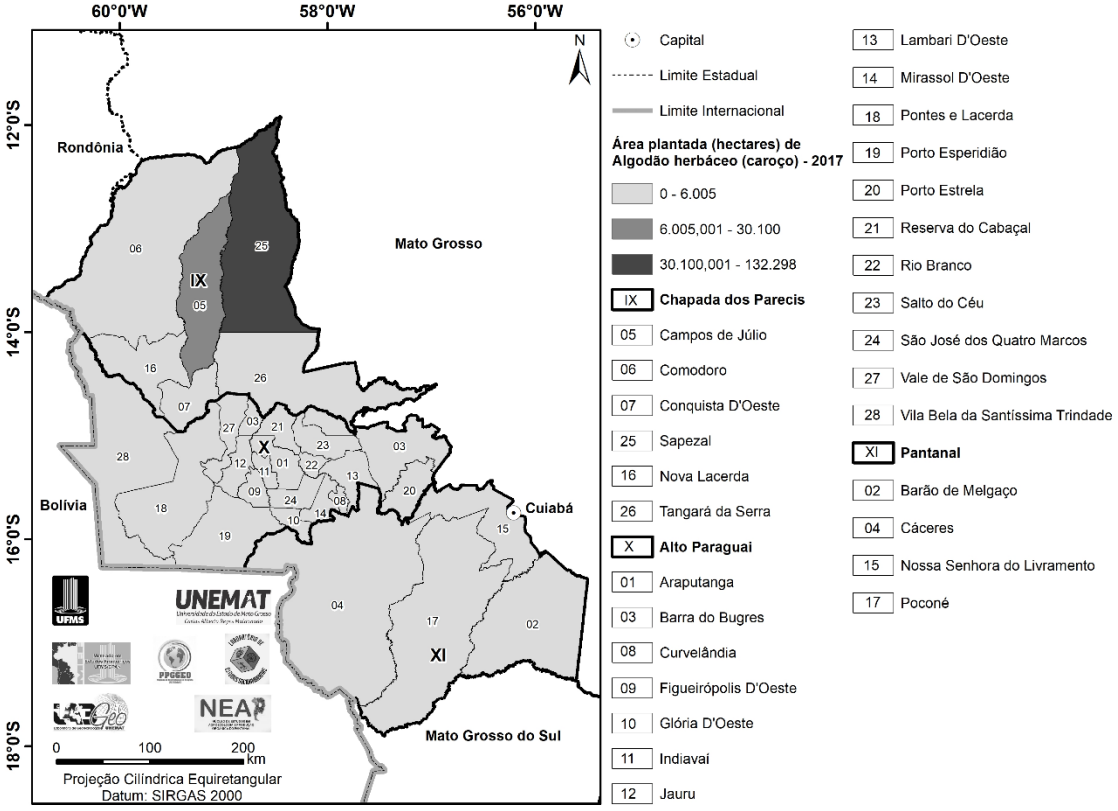


Figura 120: Distribuição da Área plantada de algodão com caroço por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

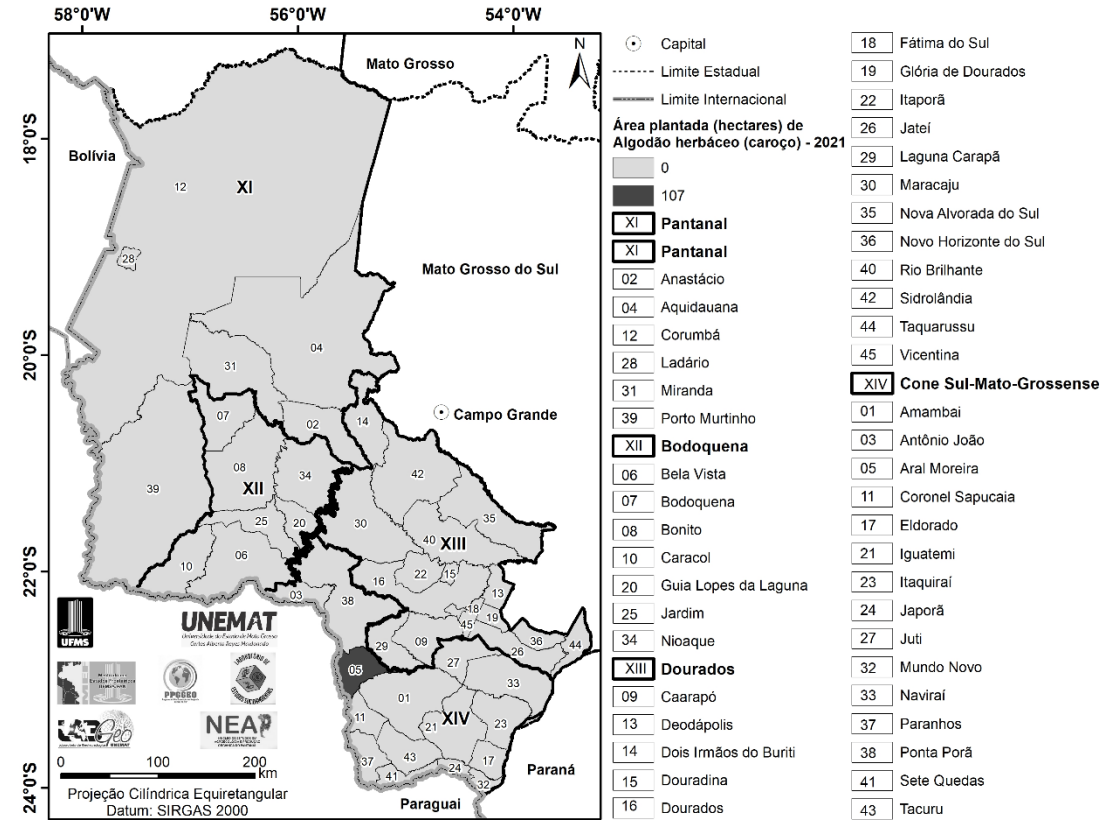
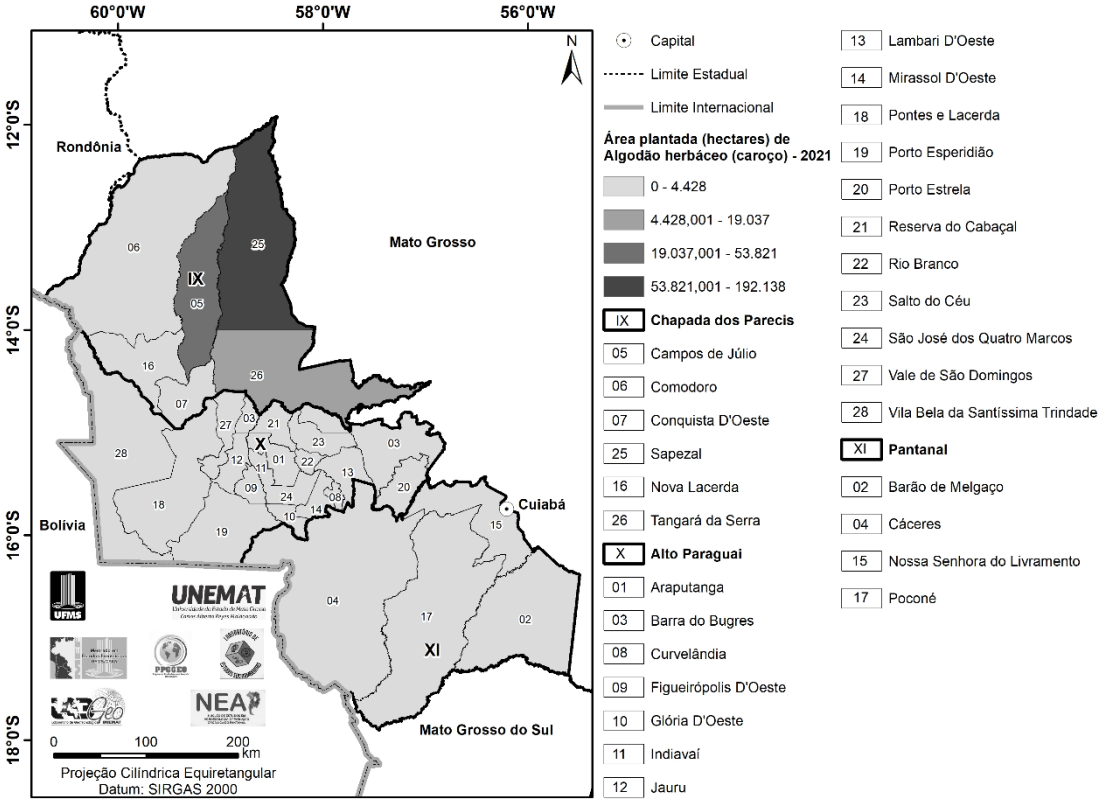


Figura 121: Distribuição da Área plantada de algodão com caroço por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



Arroz

Figura 122: Distribuição da Área plantada de arroz em casca por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

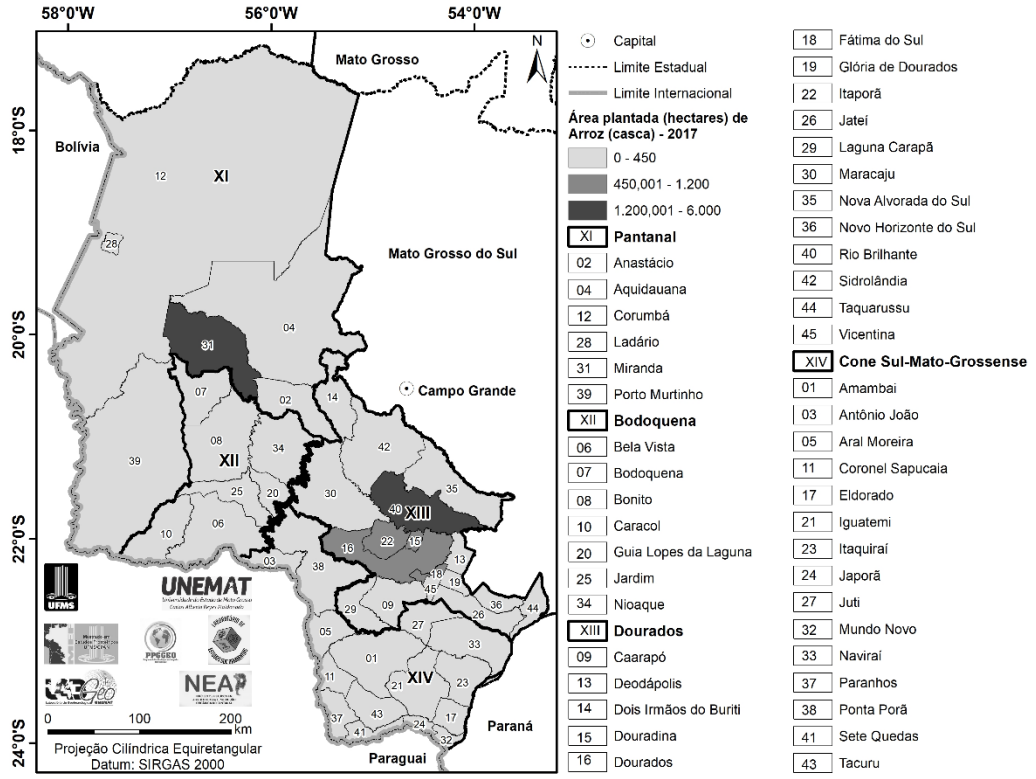


Figura 123: Distribuição da Área plantada de arroz em casca por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

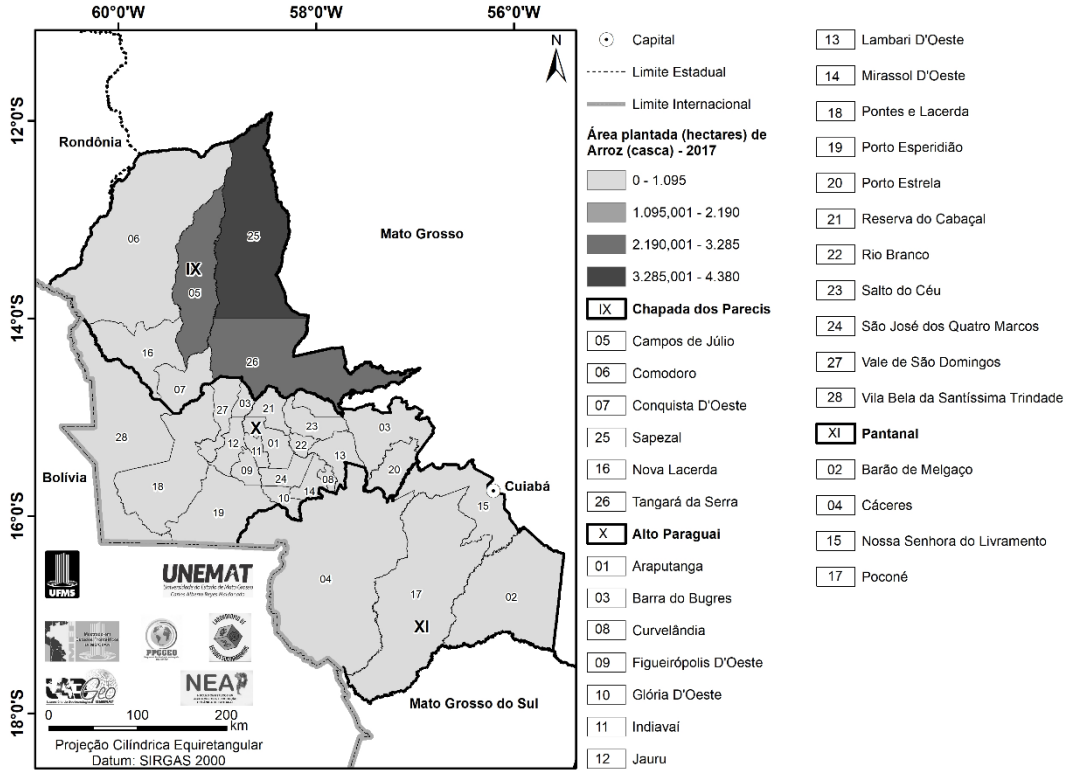


Figura 124: Distribuição da Área plantada de arroz em casca por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

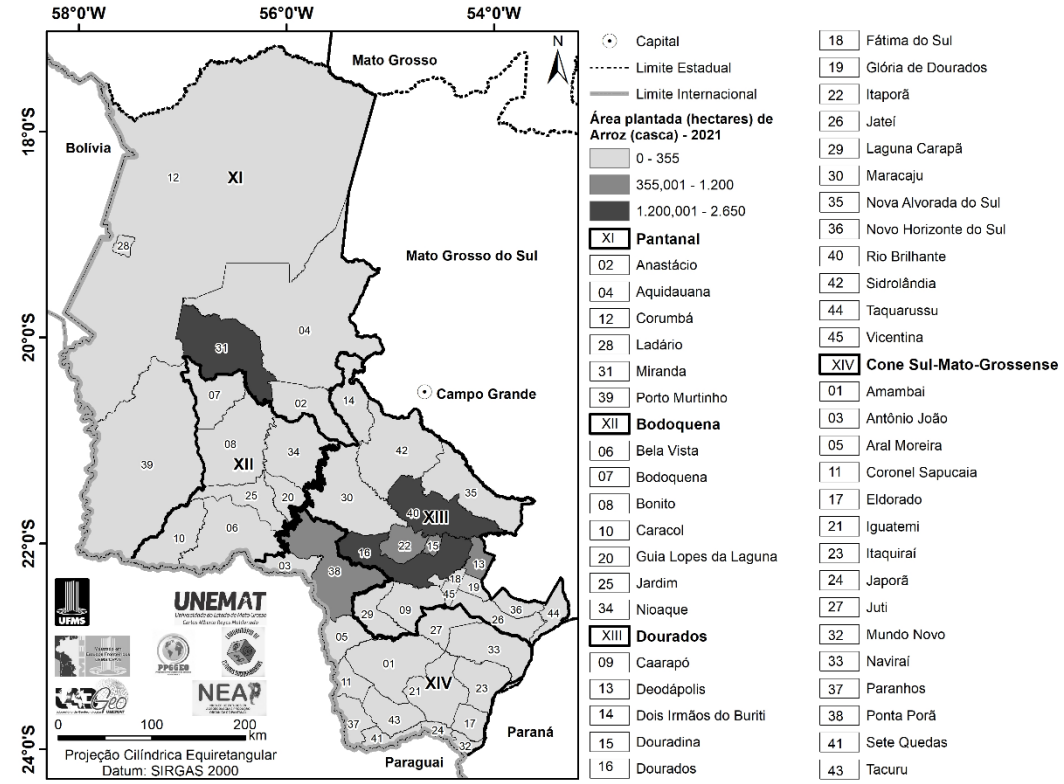
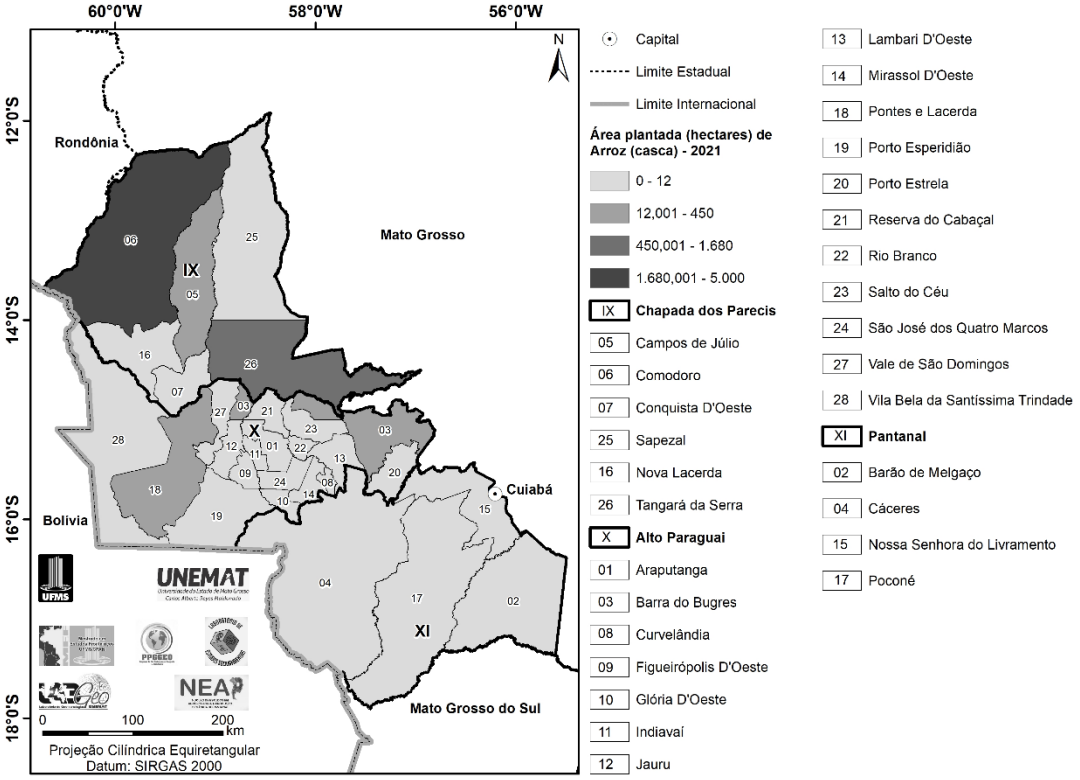


Figura 125: Distribuição da Área plantada de arroz em casca por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



Cana-de-açucar

Figura 126: Distribuição da Área plantada de cana-de-açúcar por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

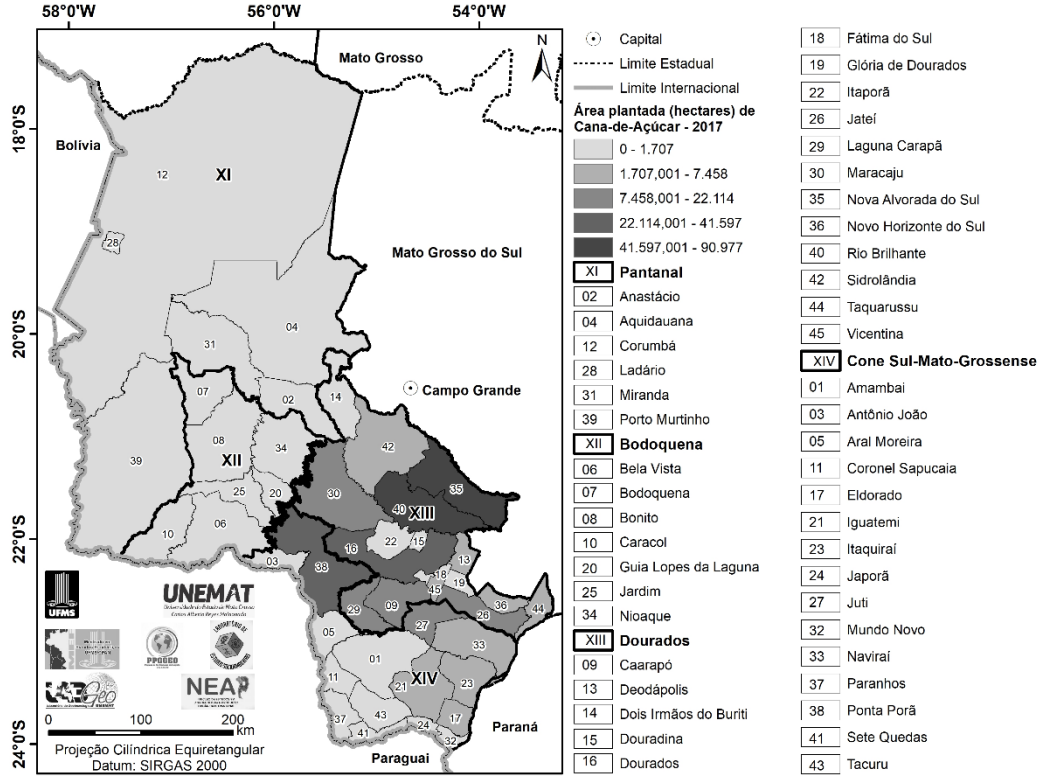


Figura 127: Distribuição da Área plantada de cana-de-açúcar por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

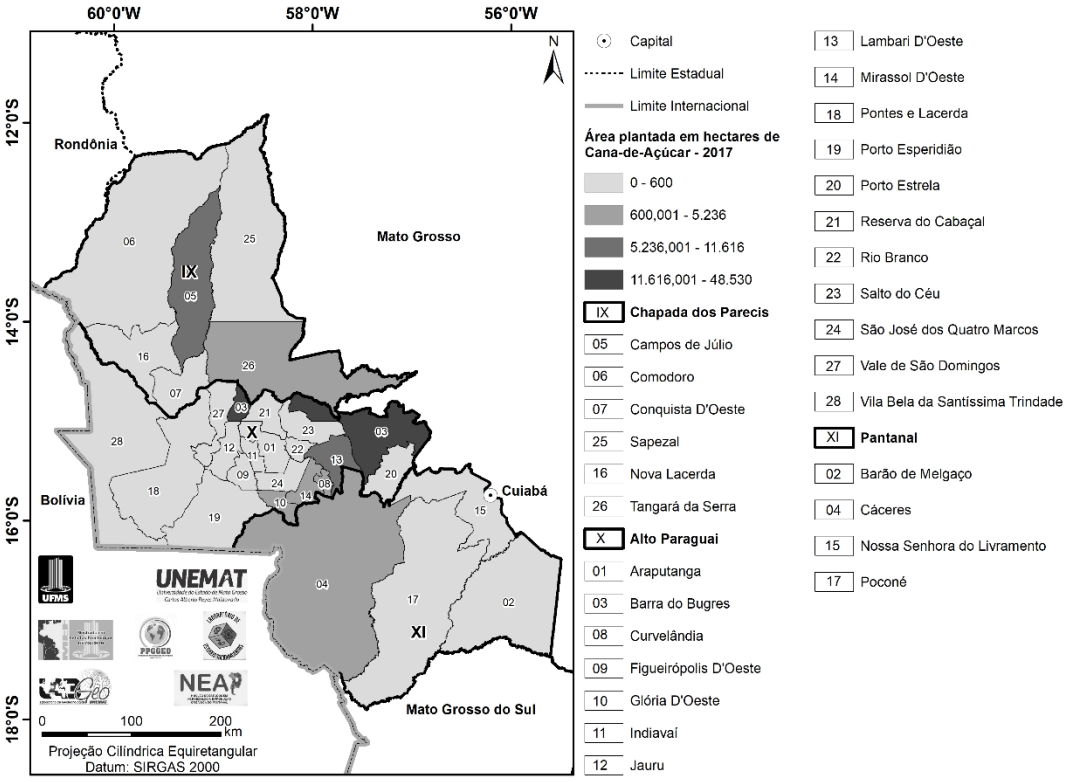


Figura 128: Distribuição da Área plantada de cana-de-açúcar por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

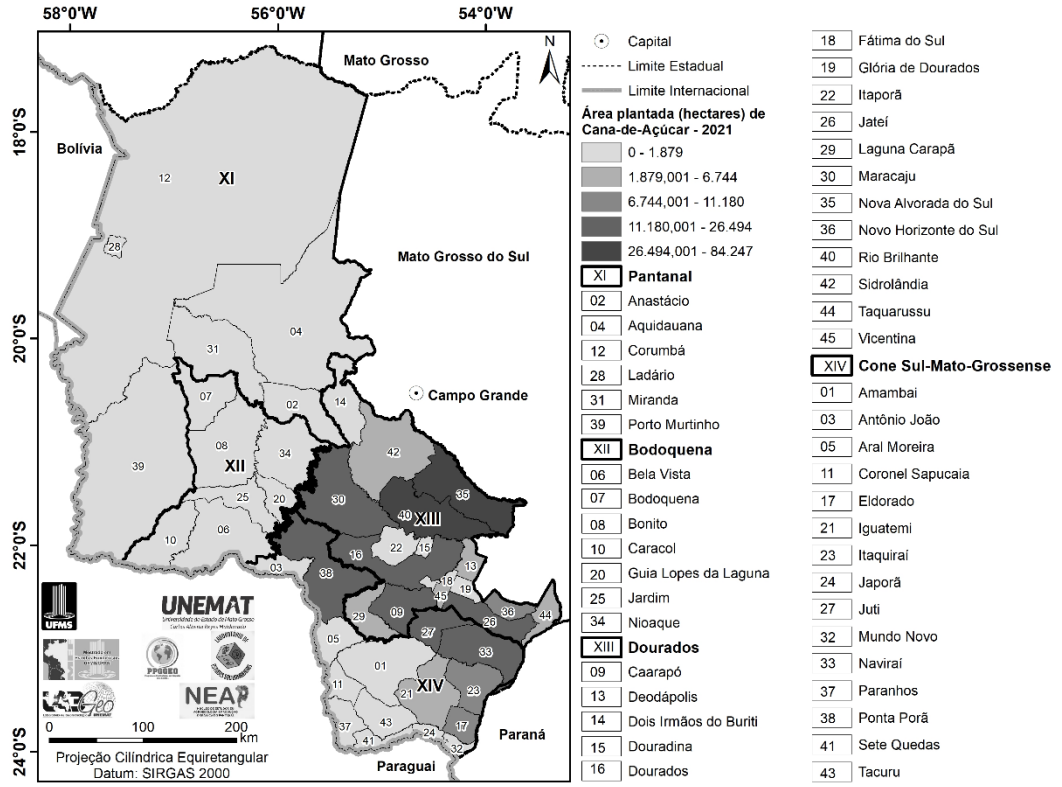
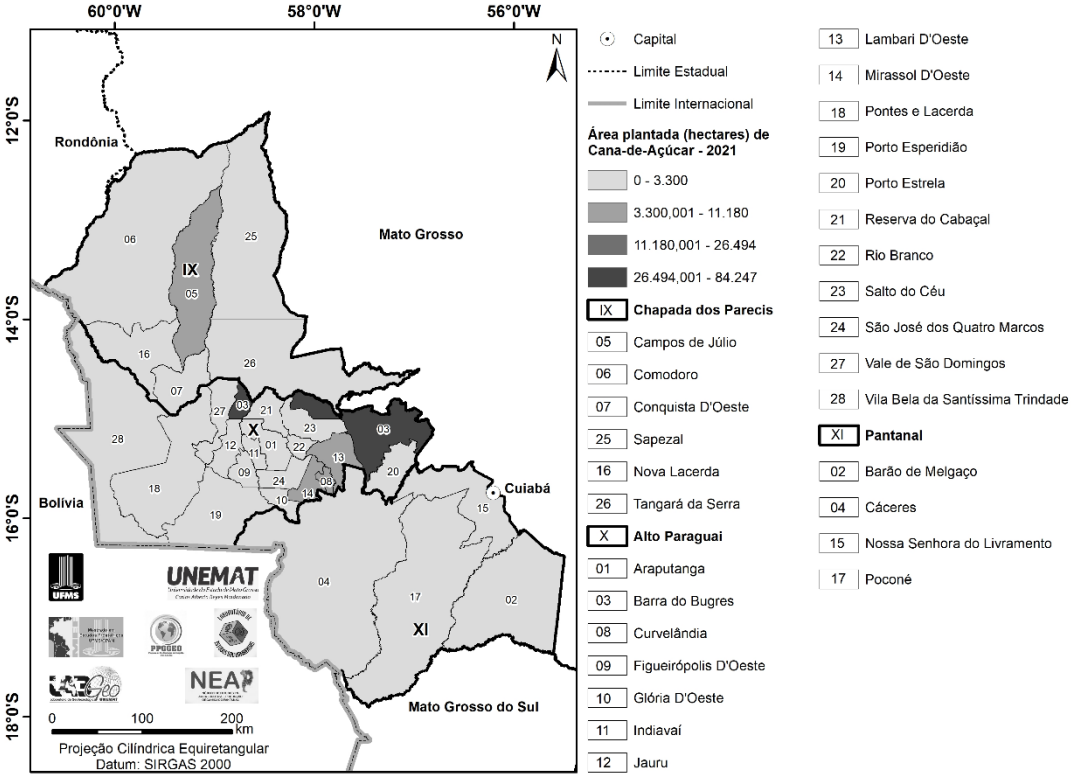


Figura 129: Distribuição da Área plantada de cana-de-açúcar por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



Feijão

Figura 130: Distribuição da Área plantada de feijão em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

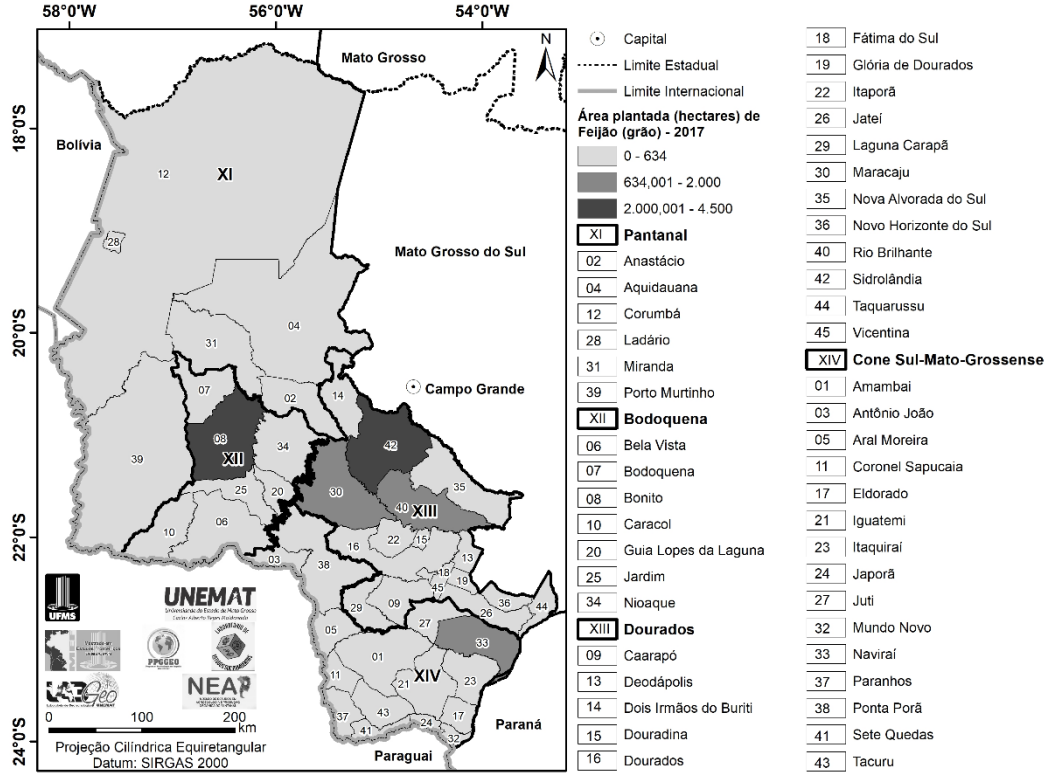


Figura 131: Distribuição da Área plantada de feijão em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

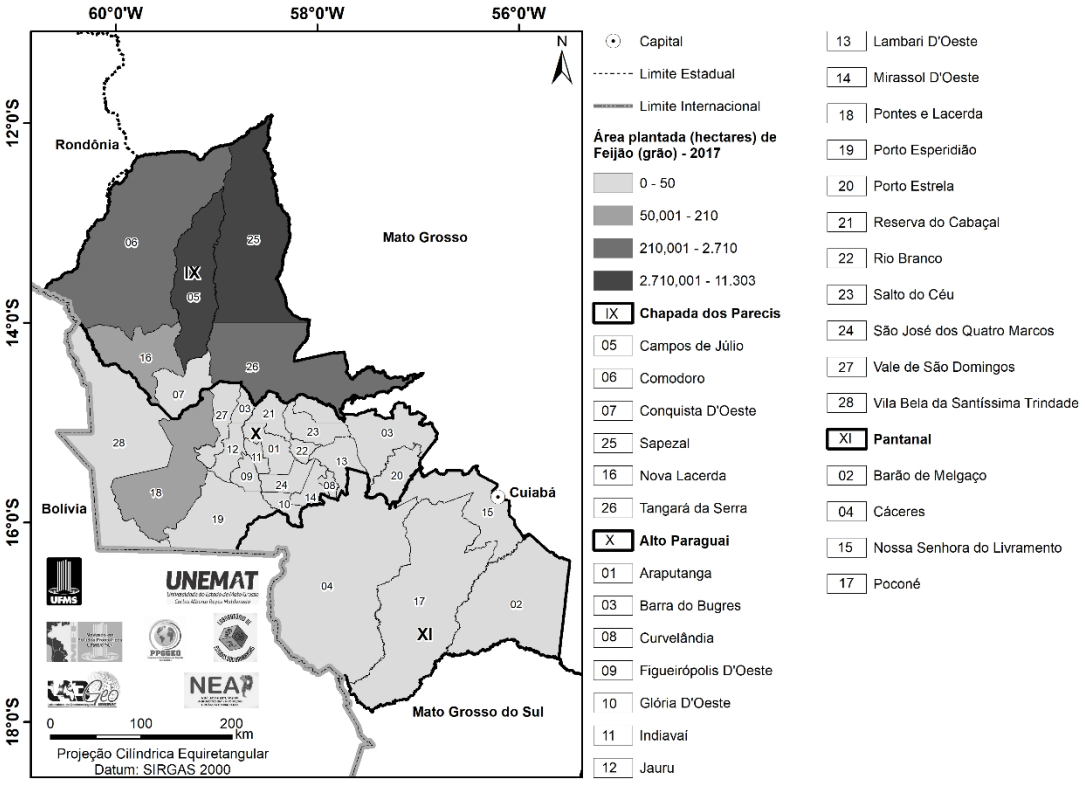


Figura 132: Distribuição da Área plantada de feijão em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

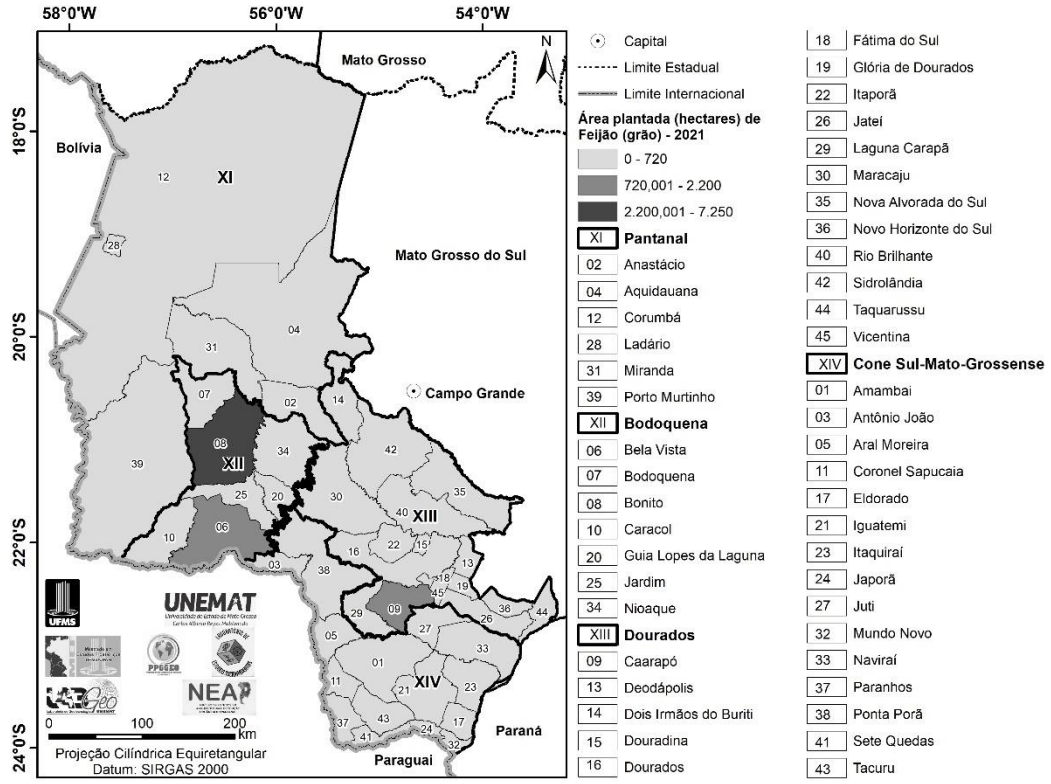
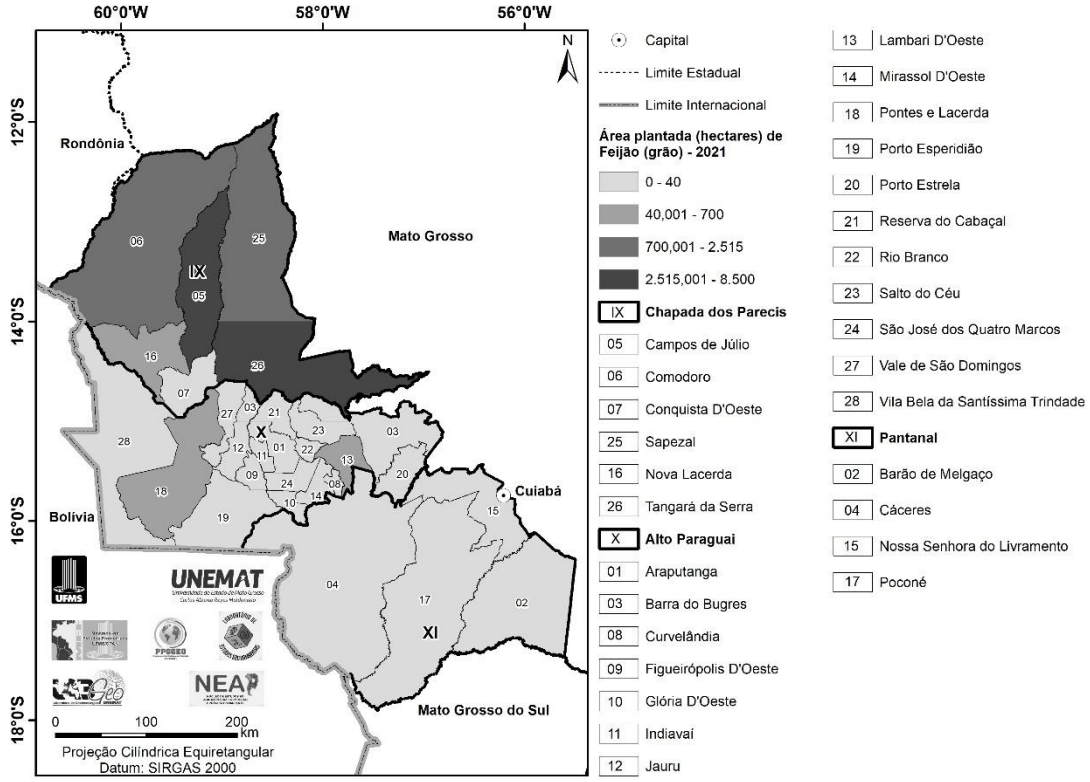


Figura 133: Distribuição da Área plantada de feijão em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



Mandioca

Figura 134: Distribuição da Área plantada de mandioca por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

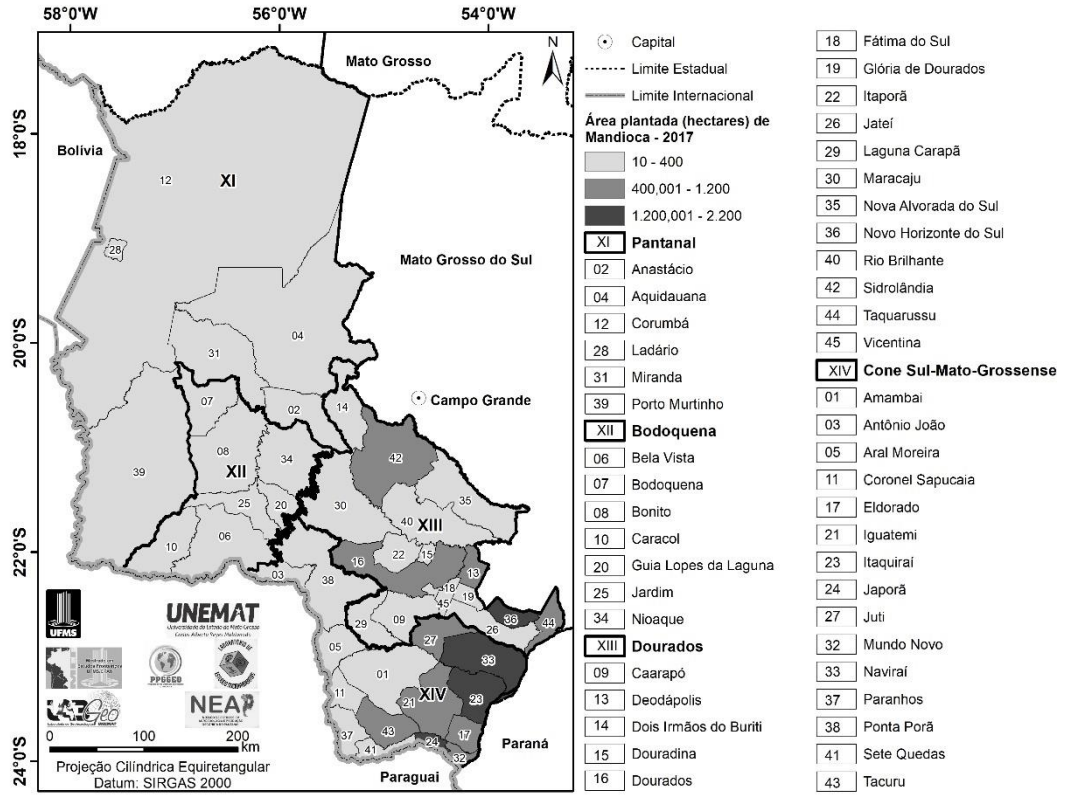


Figura 135: Distribuição da Área plantada de mandioca por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

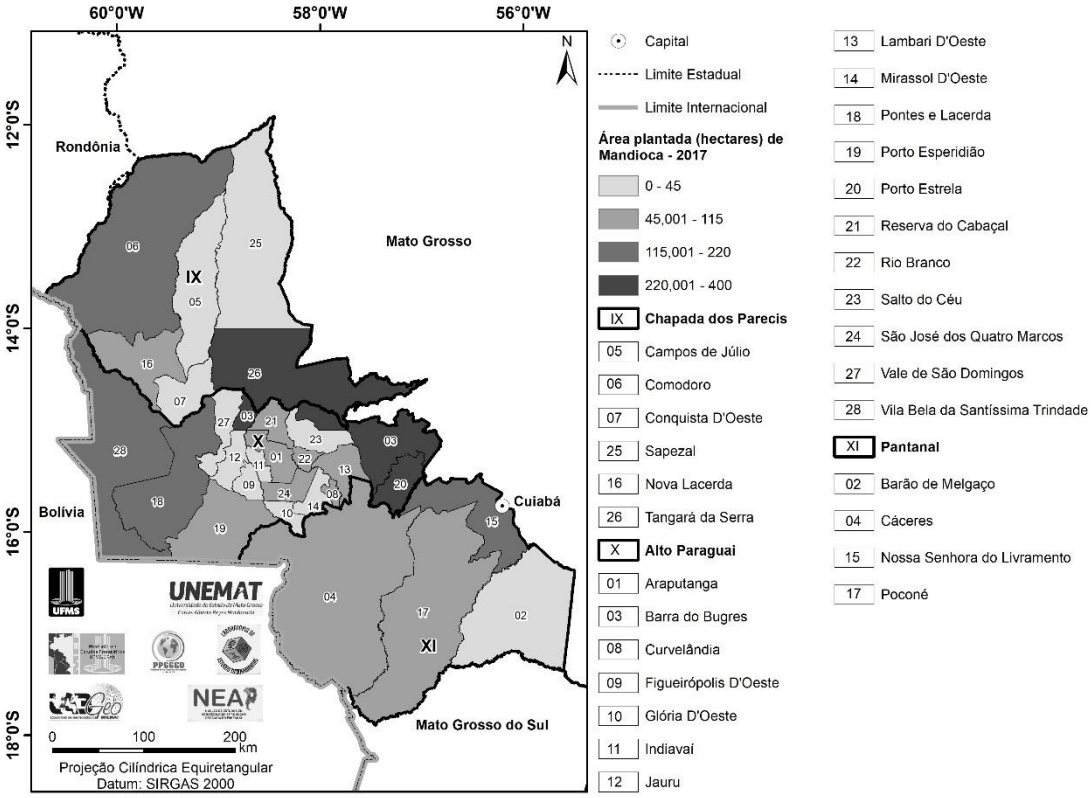


Figura 136: Distribuição da Área plantada de mandioca por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

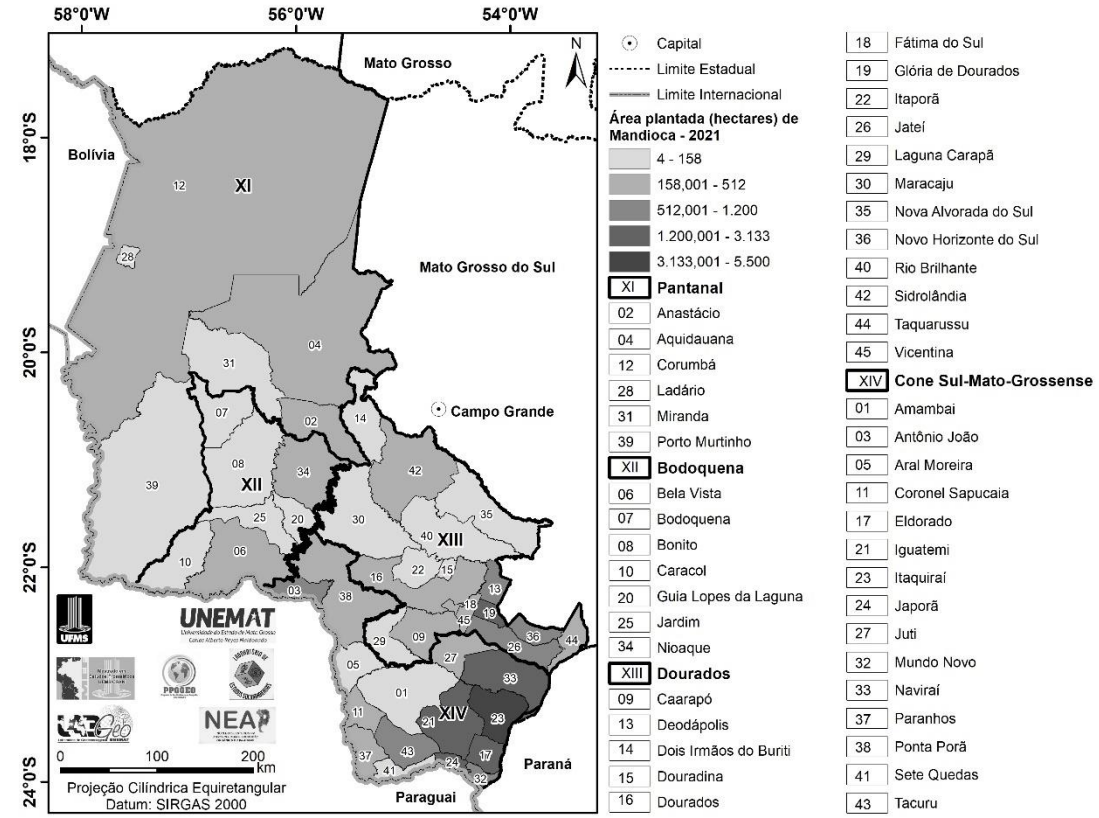
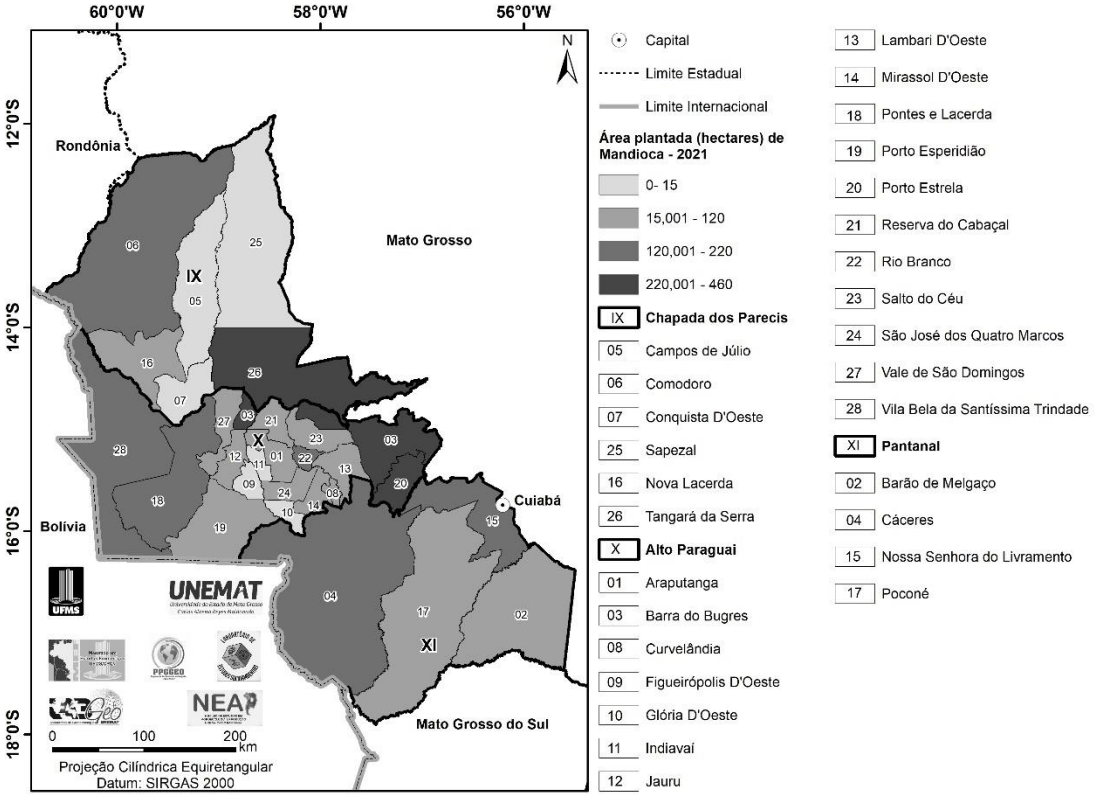


Figura 137: Distribuição da Área plantada de mandioca por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



Milho

Figura 138: Distribuição da Área plantada de milho em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

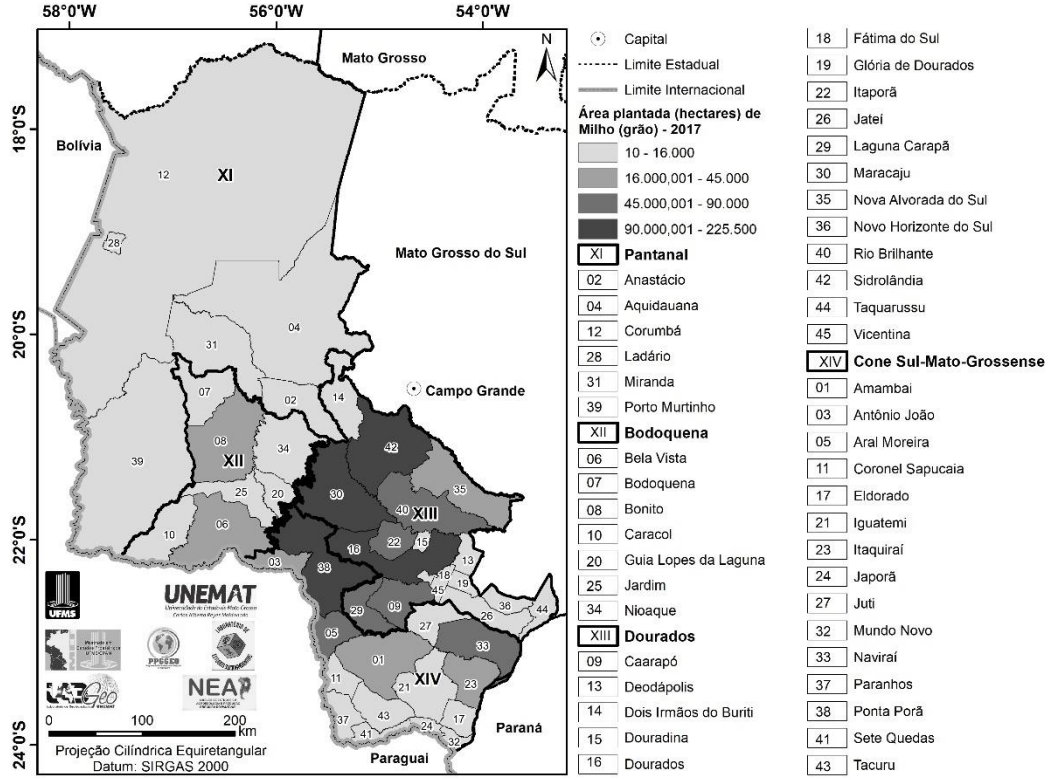


Figura 139: Distribuição da Área plantada de milho em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

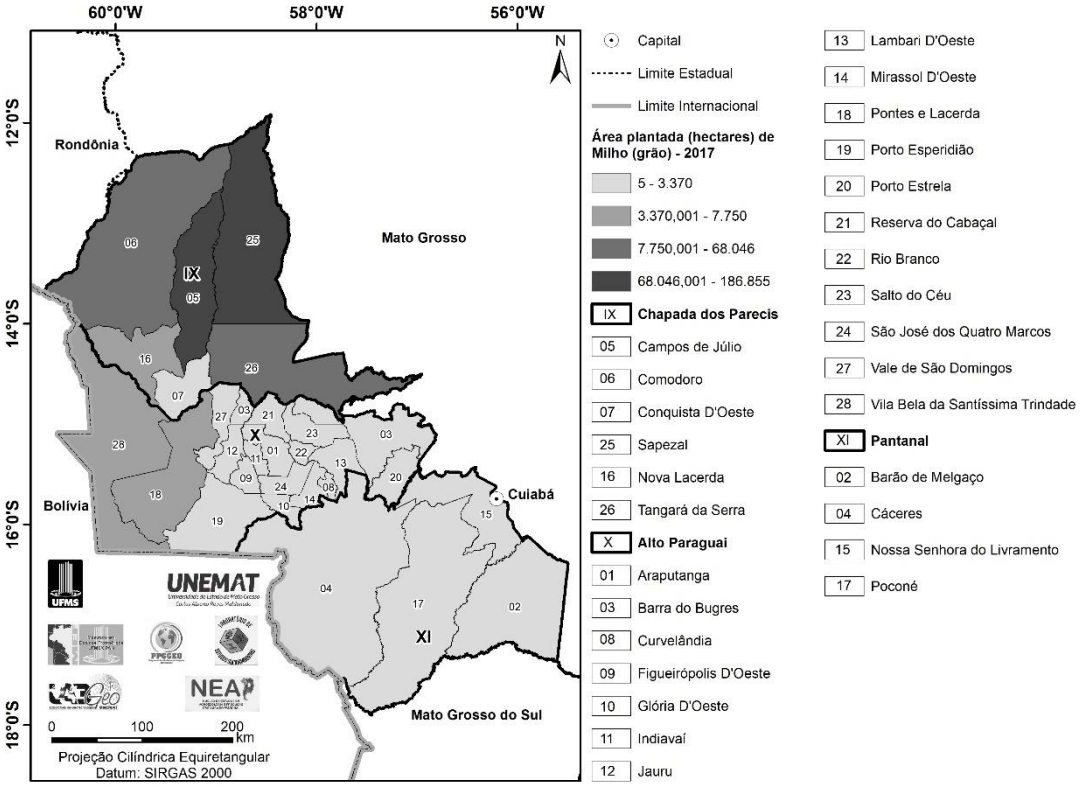


Figura 140: Distribuição da Área plantada de milho em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

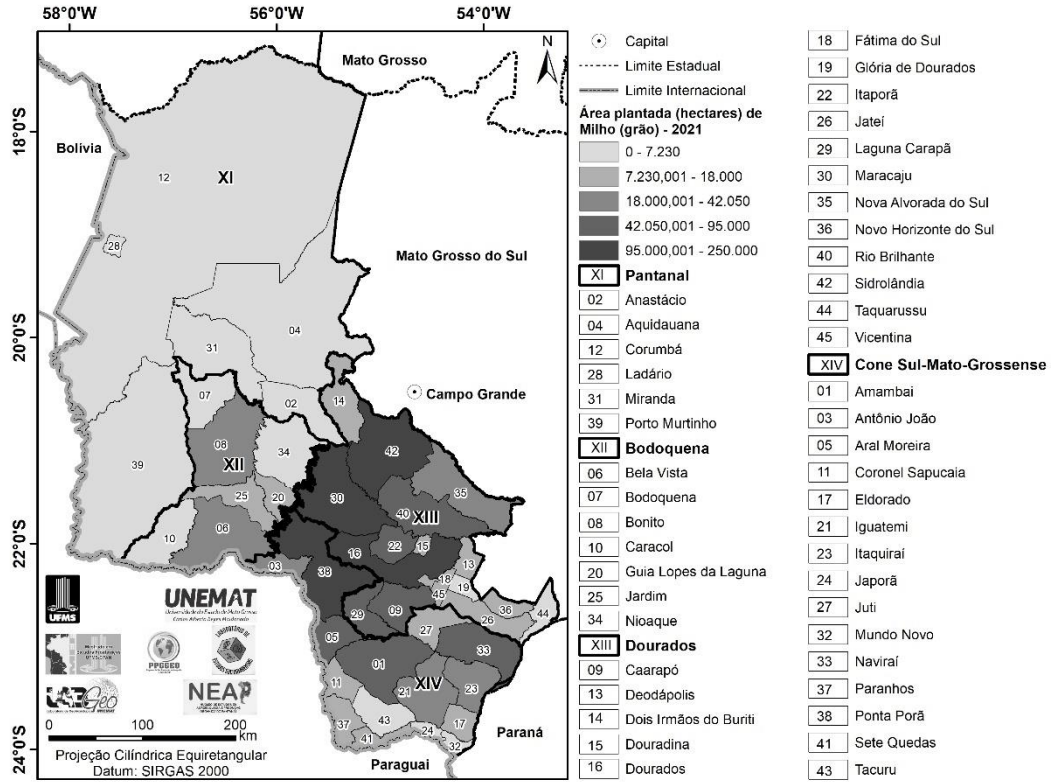
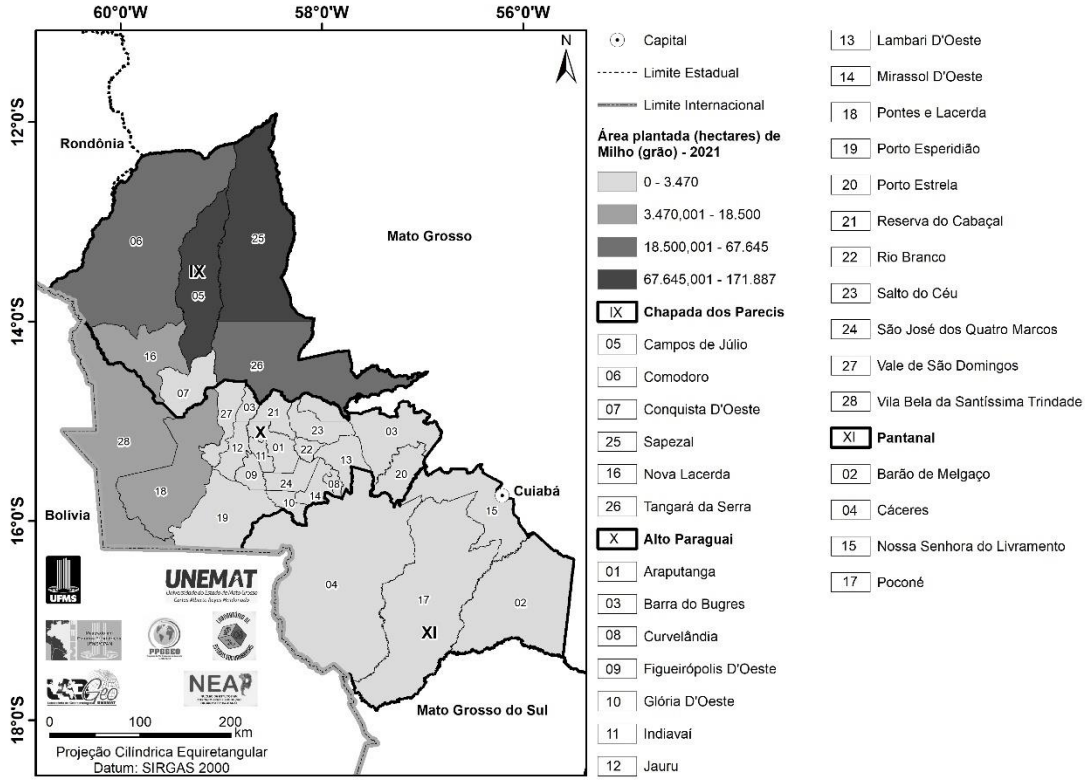


Figura 141: Distribuição da Área plantada de milho em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



Soja

Figura 142: Distribuição da Área plantada de soja em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

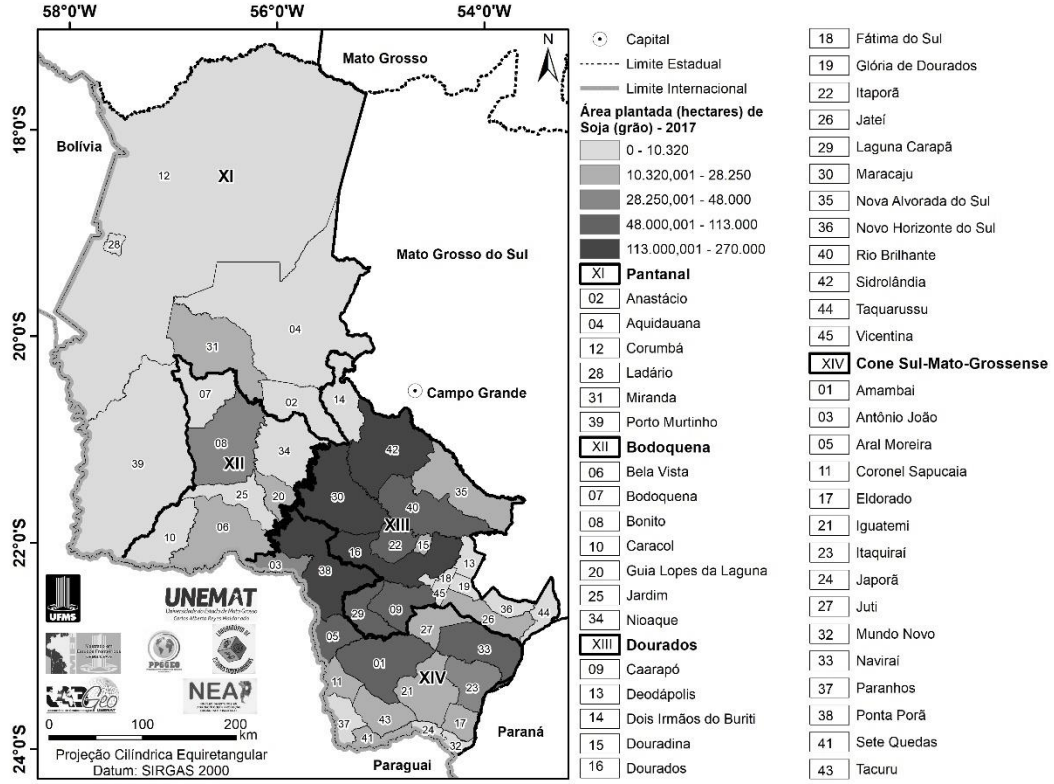


Figura 143: Distribuição da Área plantada de soja em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

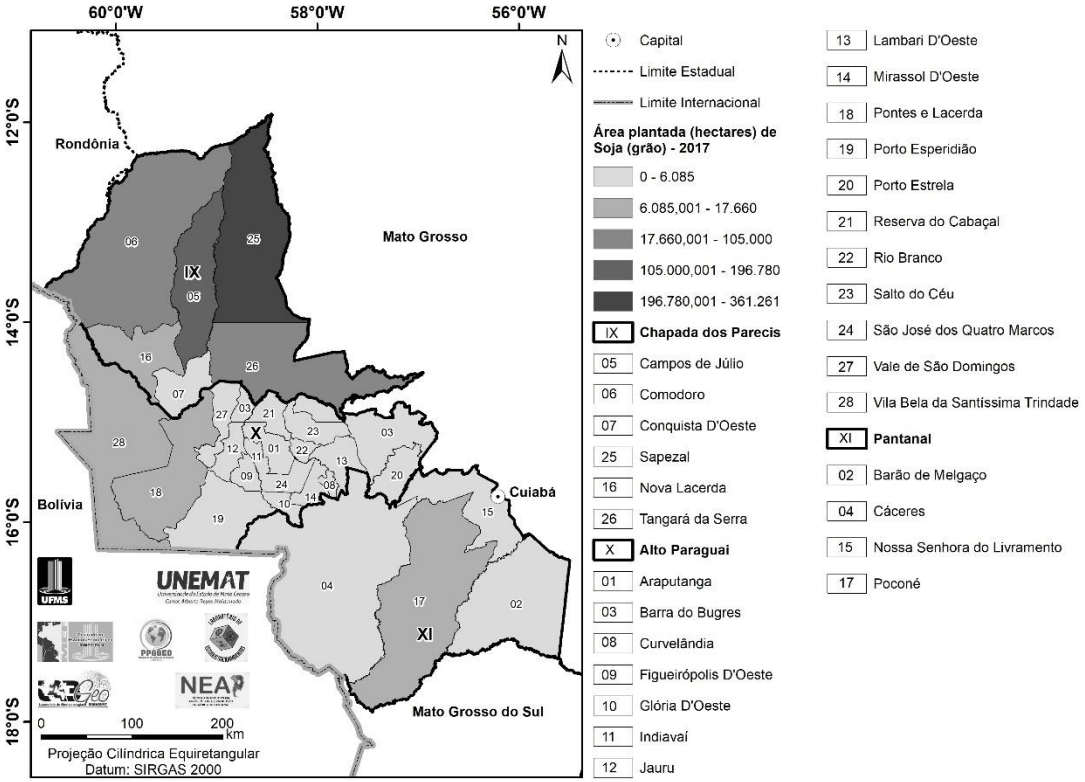


Figura 144: Distribuição da Área plantada de soja em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

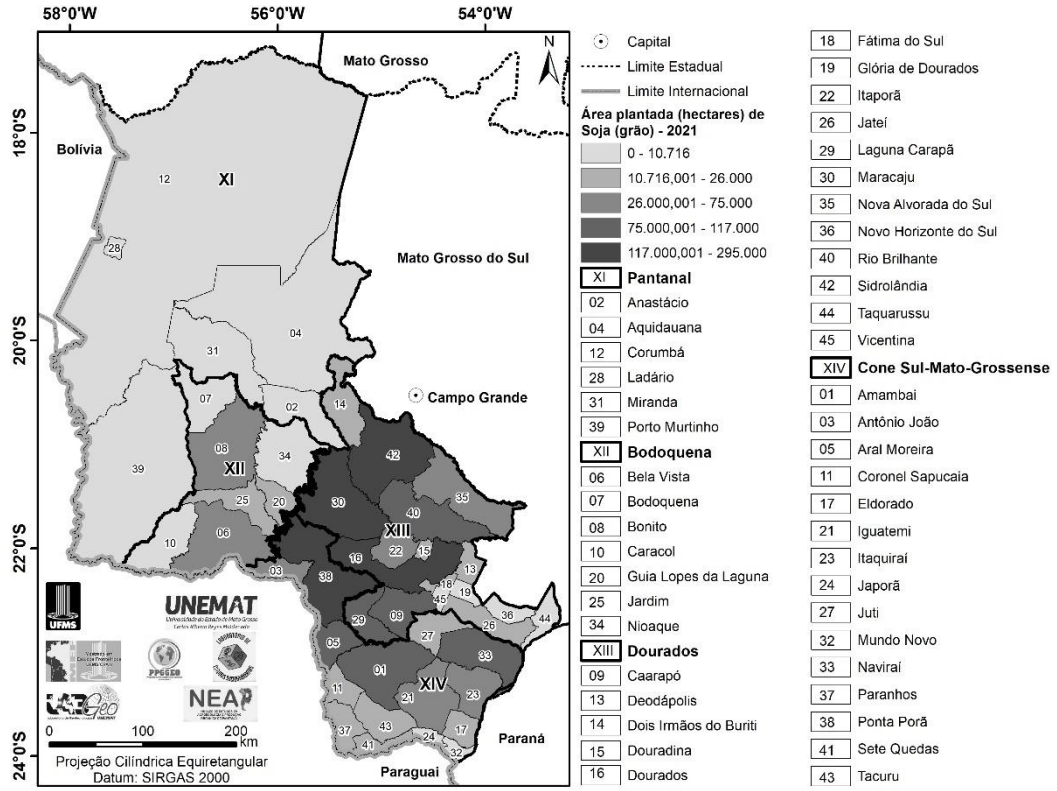
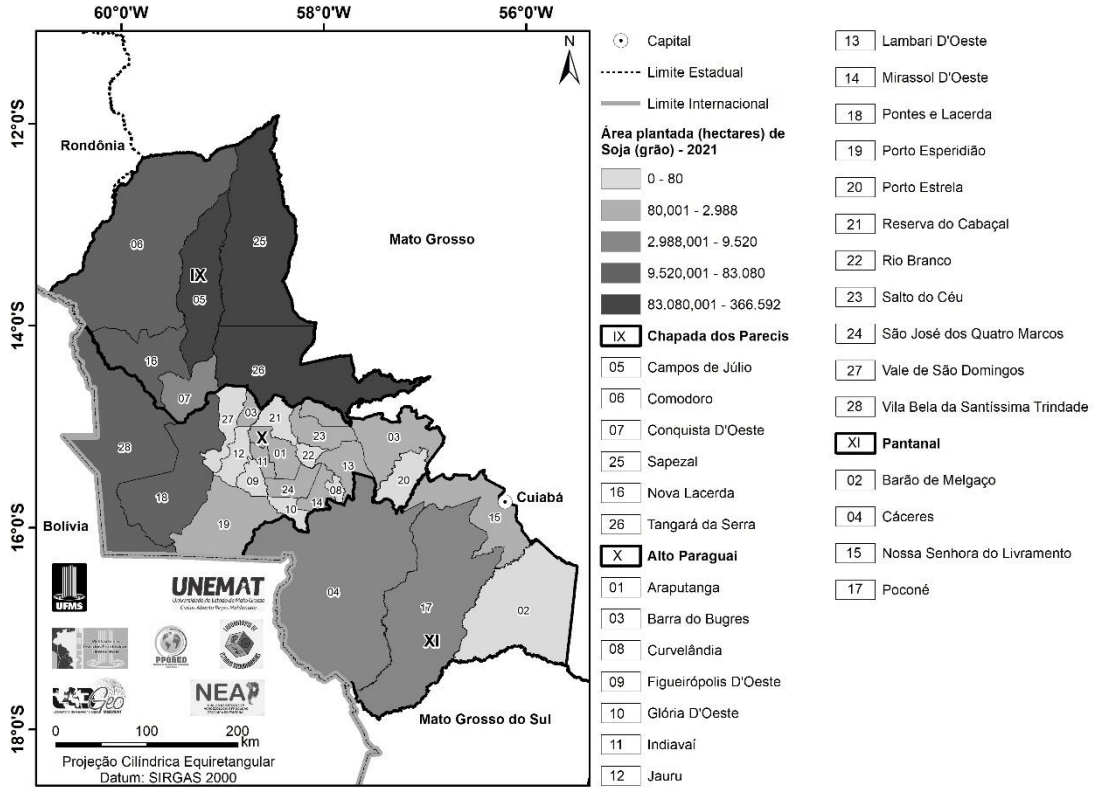


Figura 145: Distribuição da Área plantada de soja em grãos por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



Tomate

Figura 146: Distribuição da Área plantada de tomate por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MS).

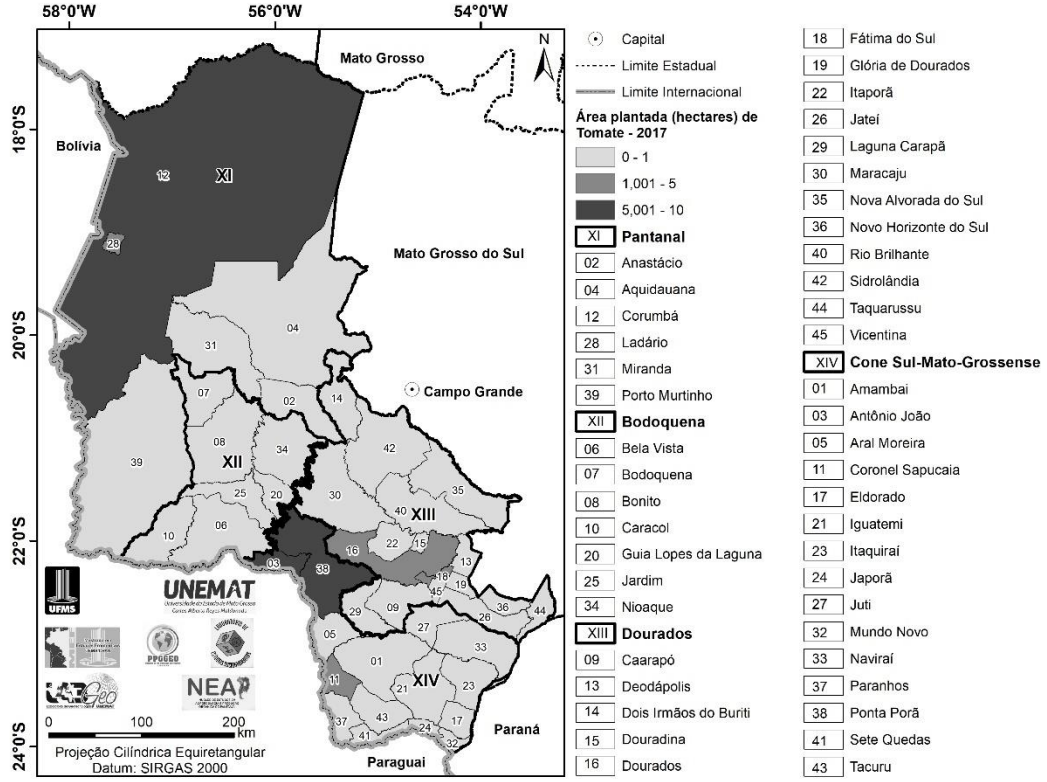


Figura 147: Distribuição da Área plantada de tomate por ha nos municípios da FF-CO em 2017 (MT).

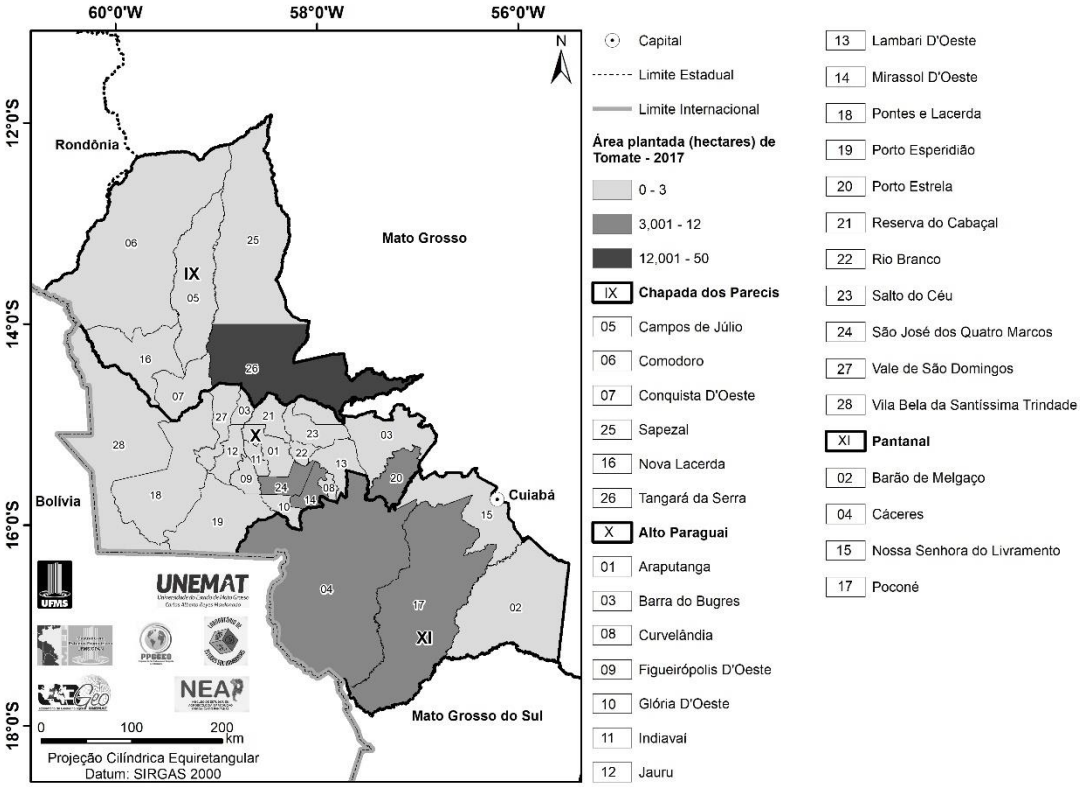


Figura 148: Distribuição da Área plantada de tomate por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MS).

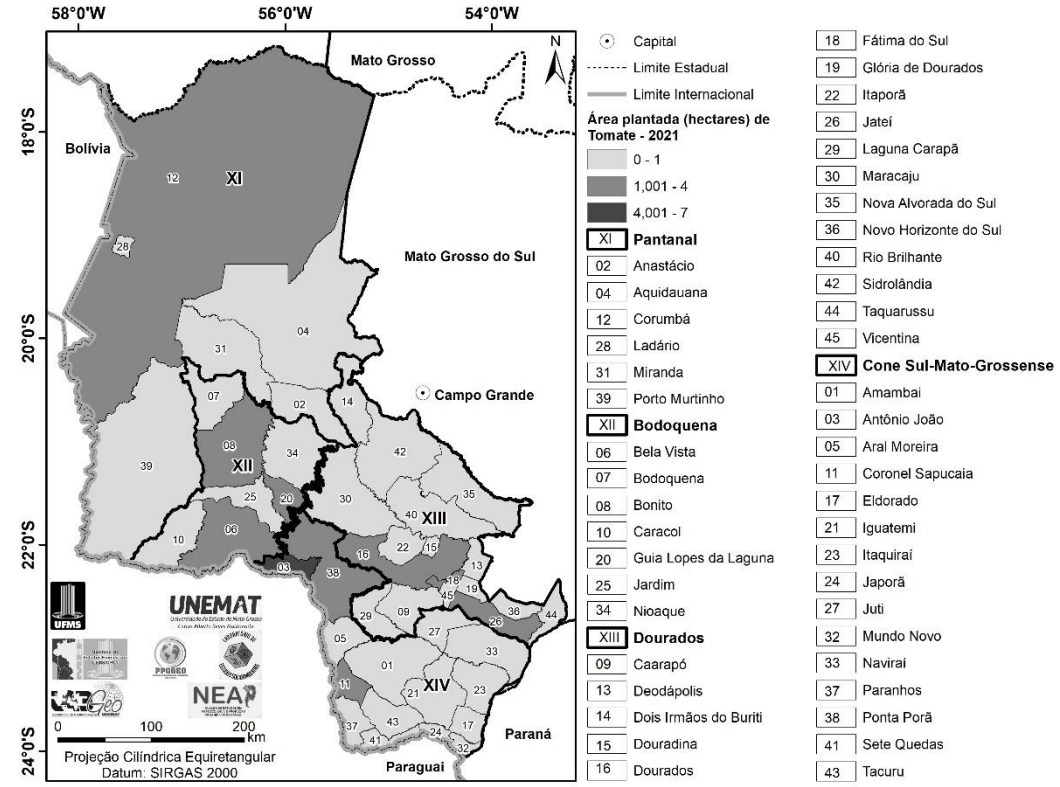
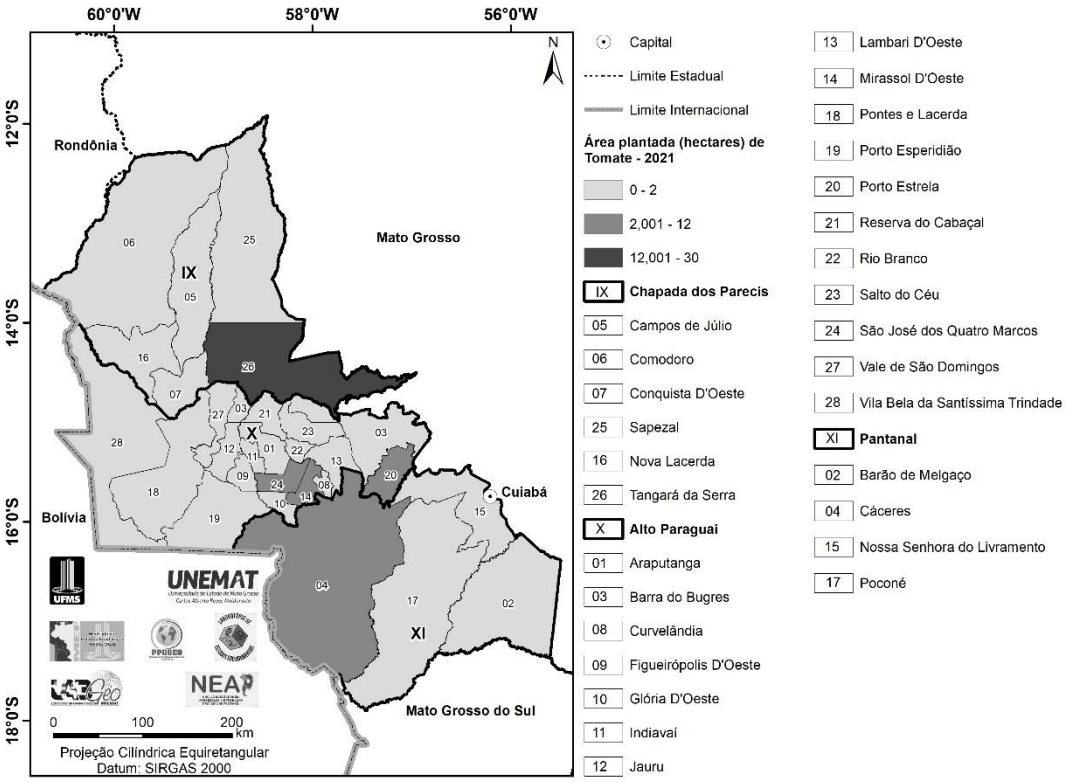


Figura 149: Distribuição da Área plantada de tomate por ha nos municípios da FF-CO em 2021 (MT).



Concentração de estabelecimentos por tipo de serviços nos municípios da FF-CO (2018/ 2022)

Distribuição de estabelecimentos com serviços de atividades científicas (2018 / 2022)

Figura 150: Distribuição de estabelecimentos com serviços de atividades científicas por município da FF-CO em 2018 (MS)

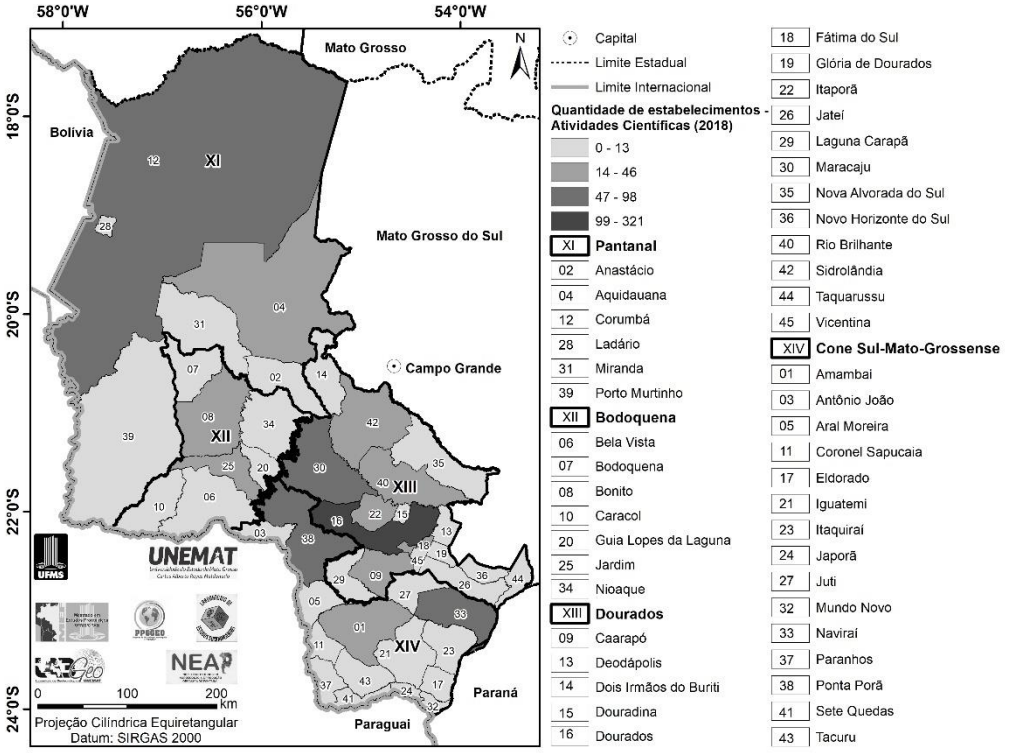


Figura 151: Distribuição de estabelecimentos com serviços de atividades científicas por município da FF-CO em 2022 (MS)

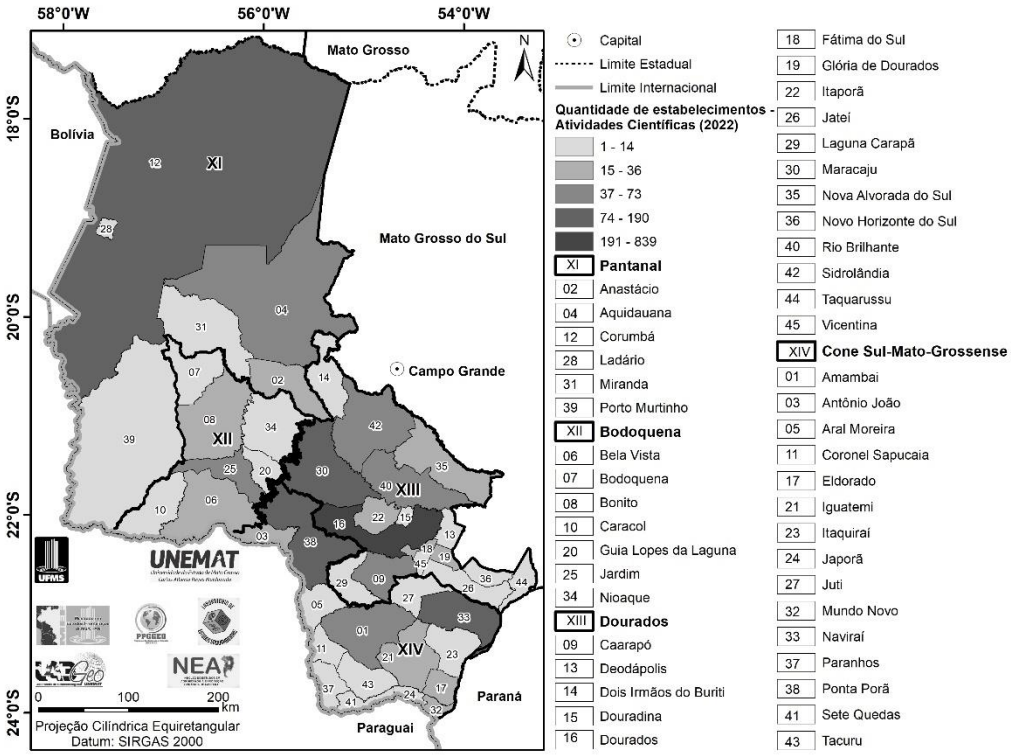


Figura 152: Distribuição de estabelecimentos com serviços de atividades científicas por município da FF-CO em 2018 (MT)

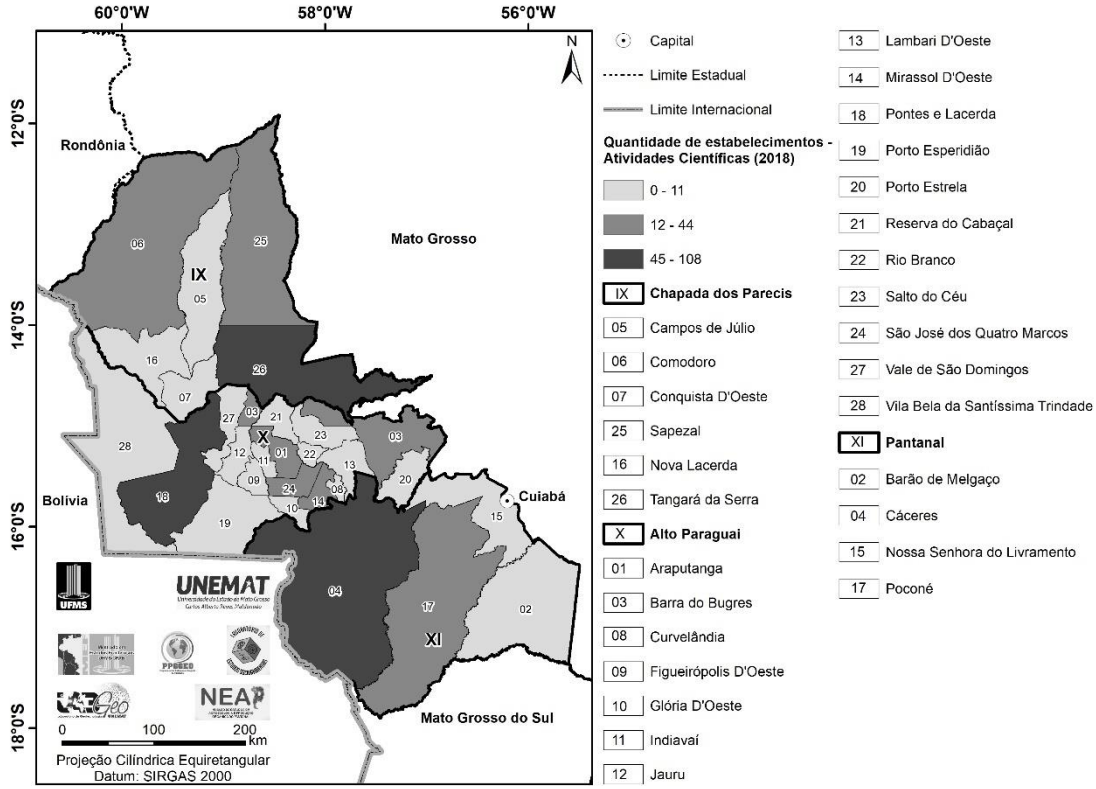
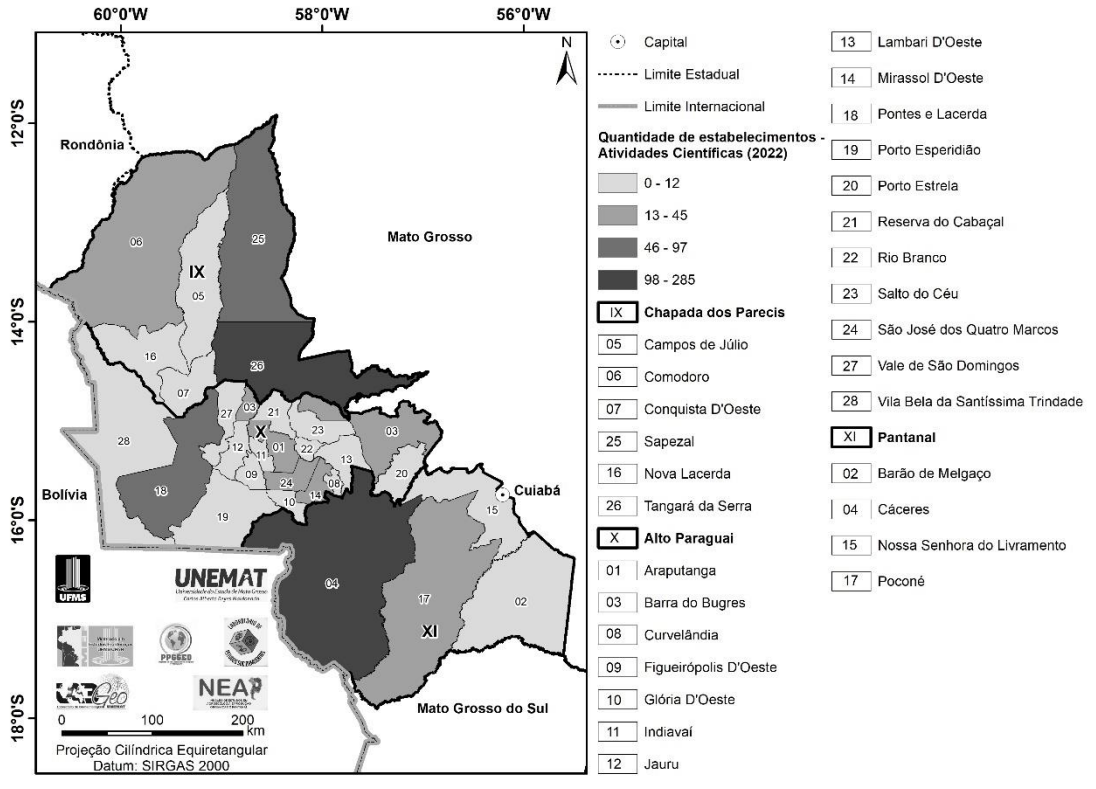


Figura 153: Distribuição de estabelecimentos com serviços de atividades científicas por município da FF-CO em 2022 (MT)



Distribuição de estabelecimentos com serviços de Artes

Figura 154: Distribuição de estabelecimentos com serviços de artes por município da FF-CO em 2018 (MS)

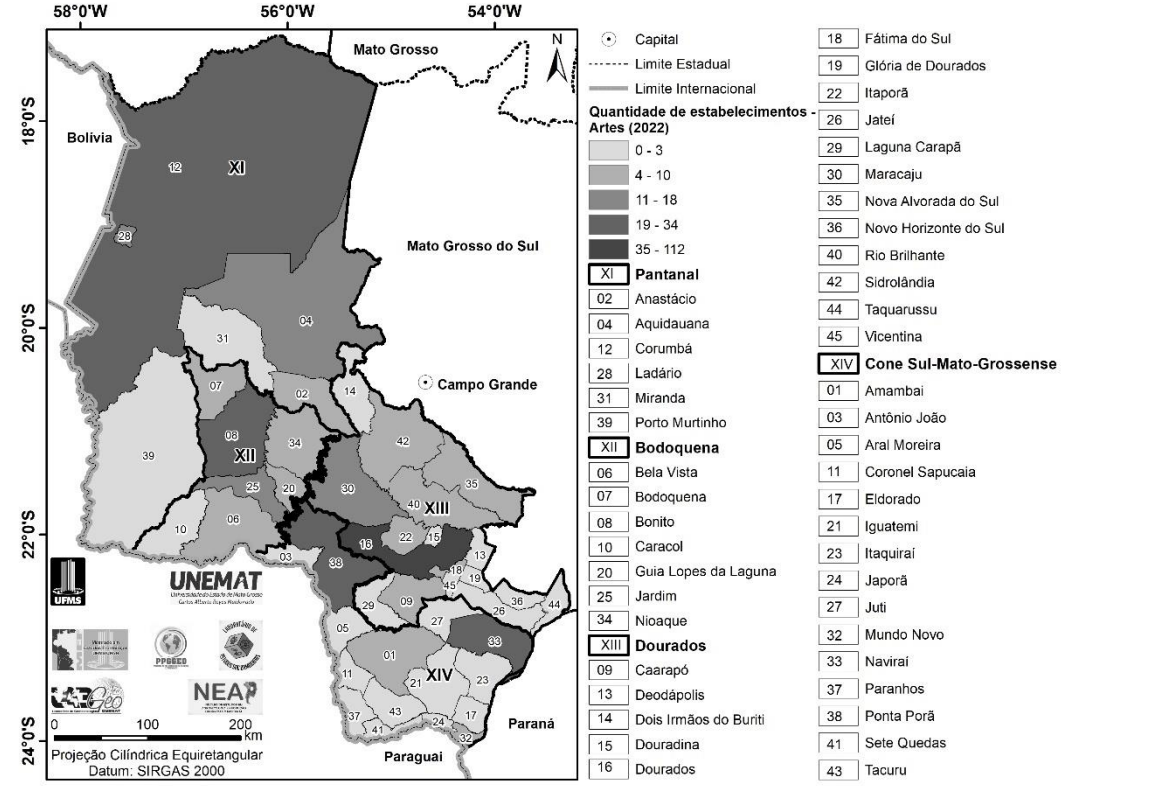


Figura 155: Distribuição de estabelecimentos com serviços de artes por município da FF-CO em 2022 (MS)

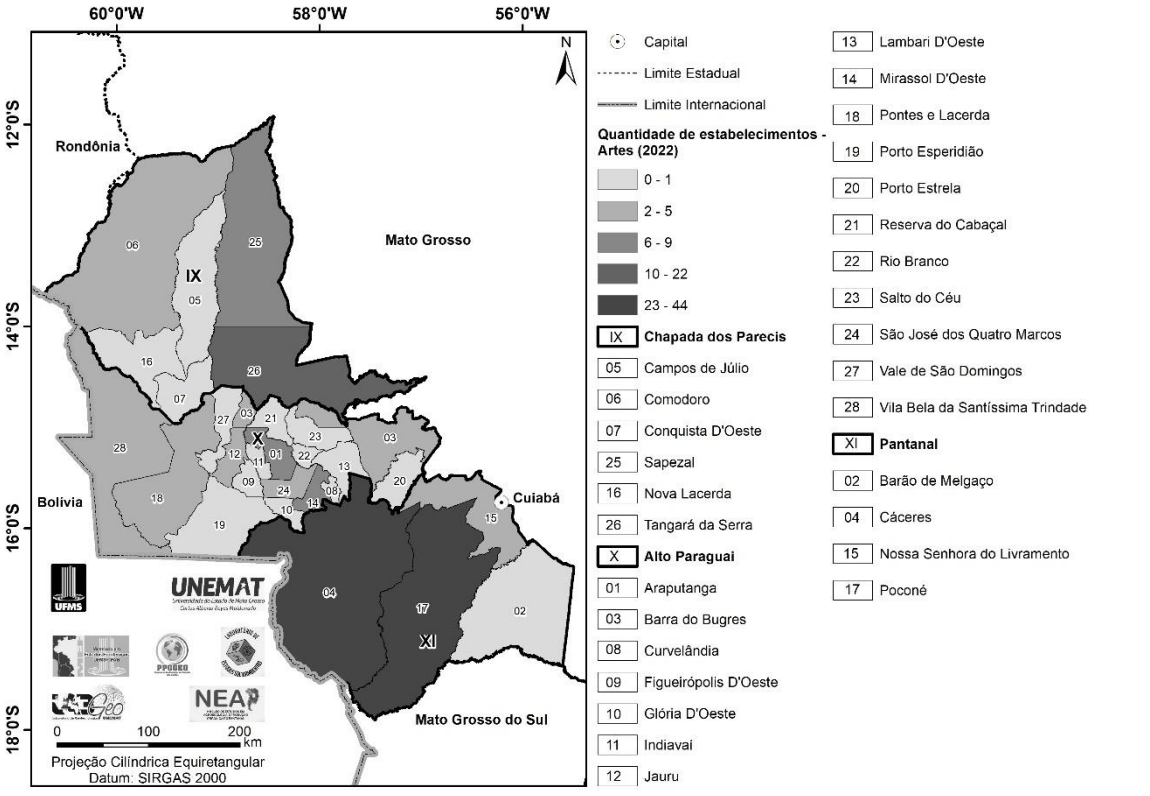


Figura 156: Distribuição de estabelecimentos com serviços de artes por município da FF-CO em 2018 (MT)

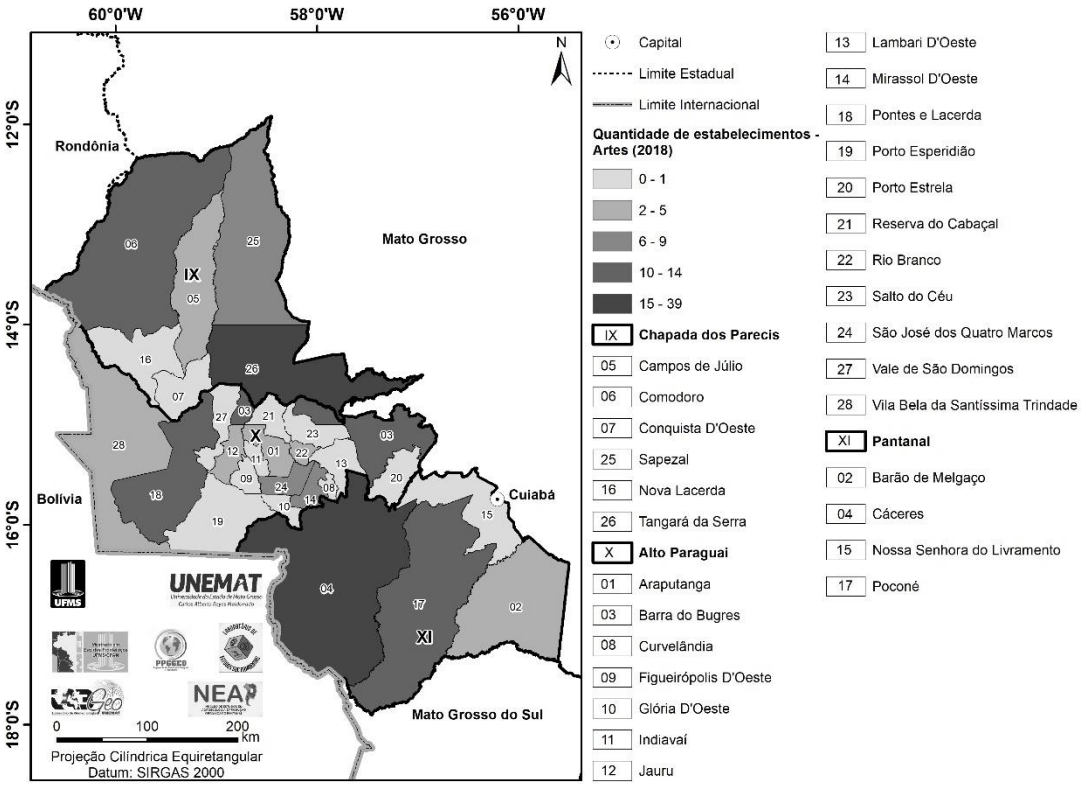
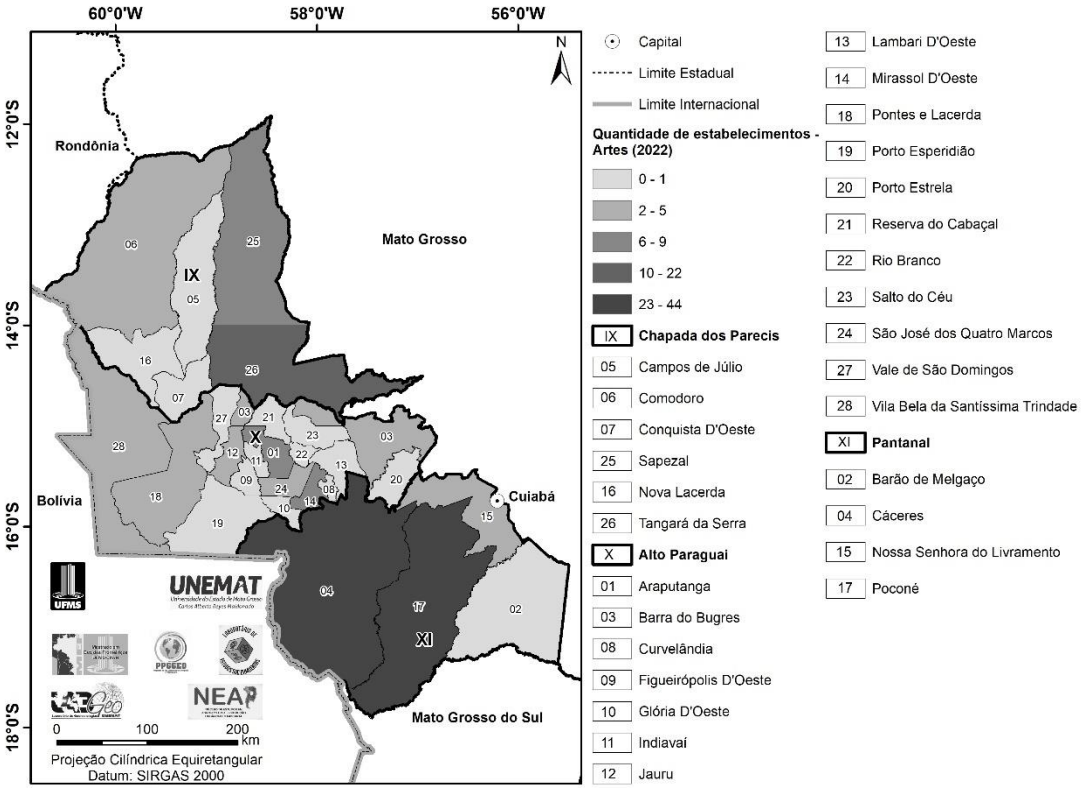


Figura 157: Distribuição de estabelecimentos com serviços de artes por município da FF-CO em 2022 (MT)



Distribuição de estabelecimentos com serviços educacionais

Figura 158: Distribuição de estabelecimentos com serviços educacionais por município da FF-CO em 2018 (MS)

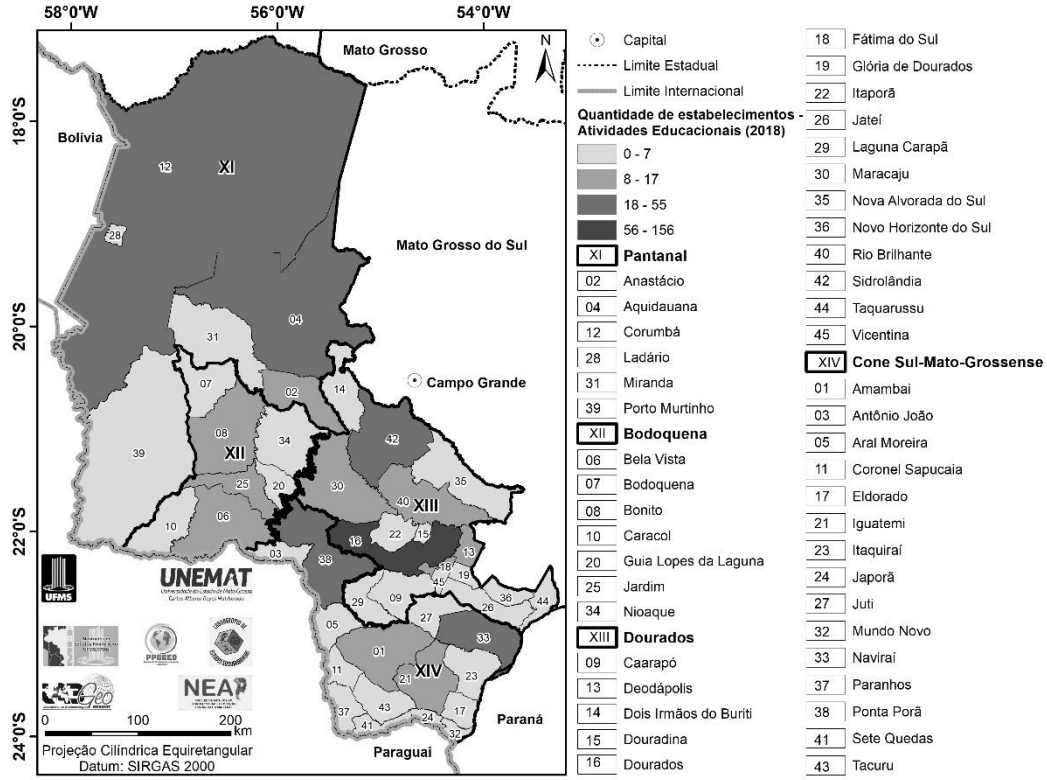


Figura 159: Distribuição de estabelecimentos com serviços educacionais por município da FF-CO em 2022 (MS)

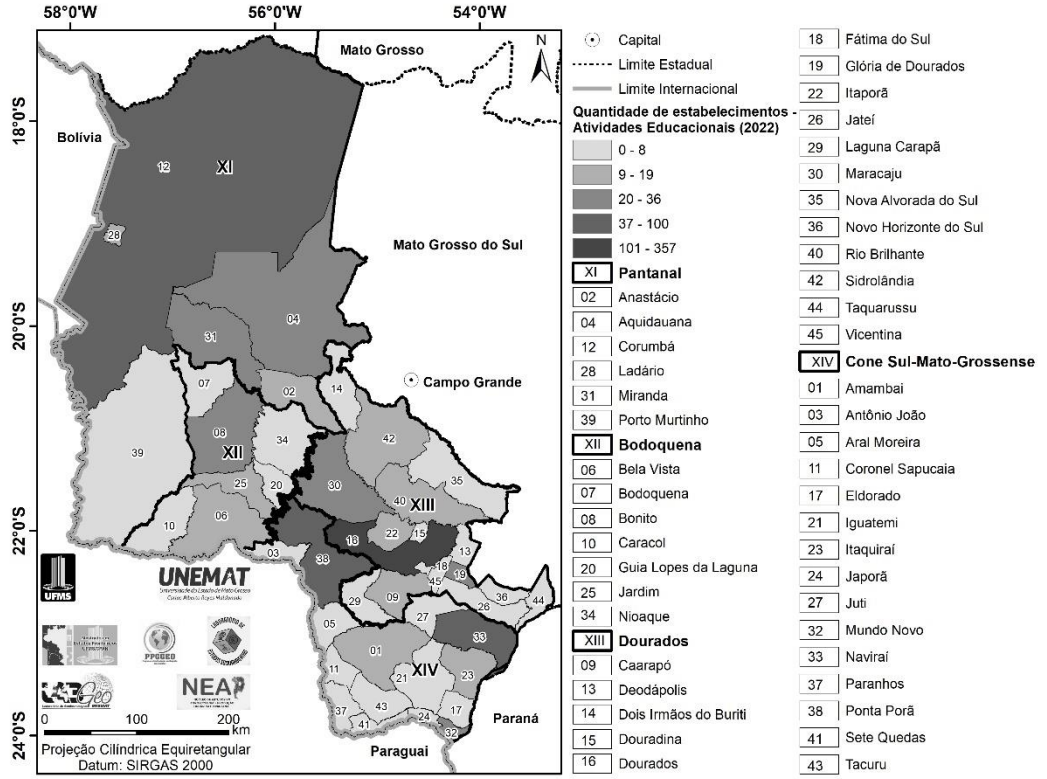


Figura 160: Distribuição de estabelecimentos com serviços educacionais por município da FF-CO em 2018 (MT)

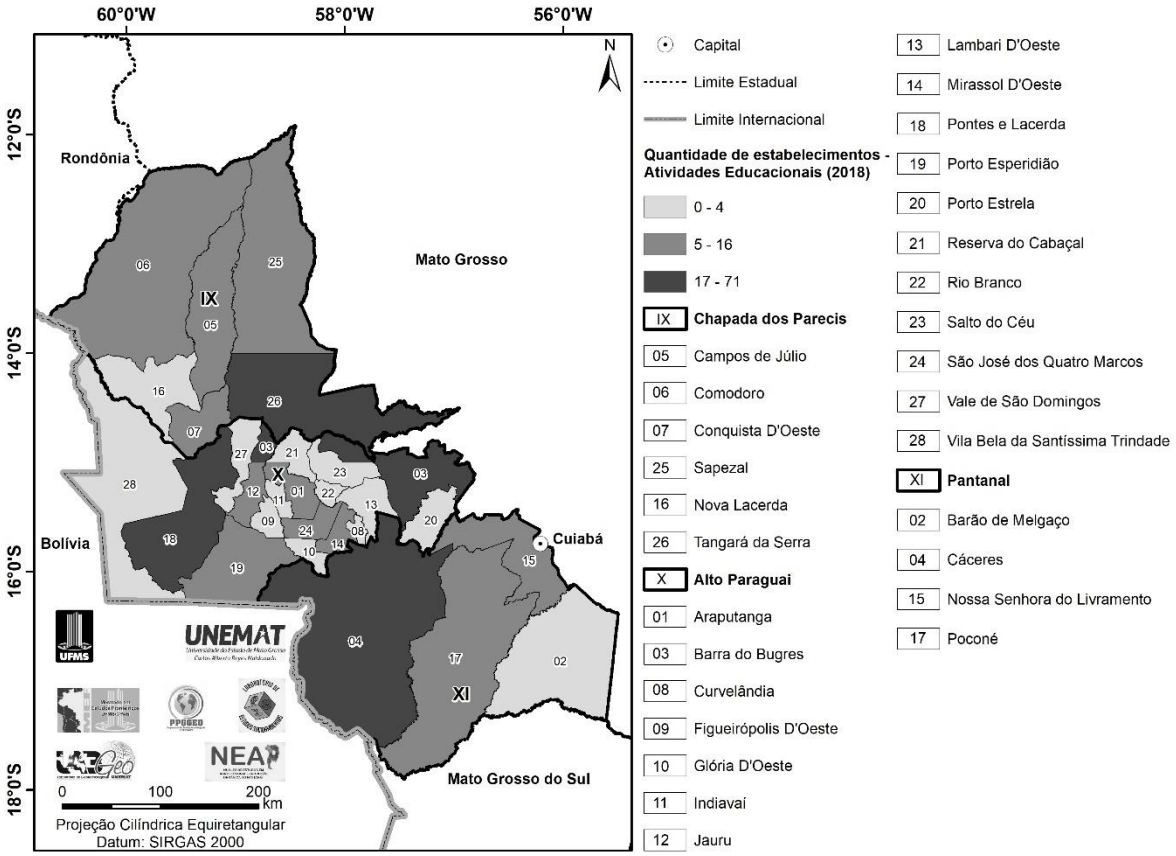
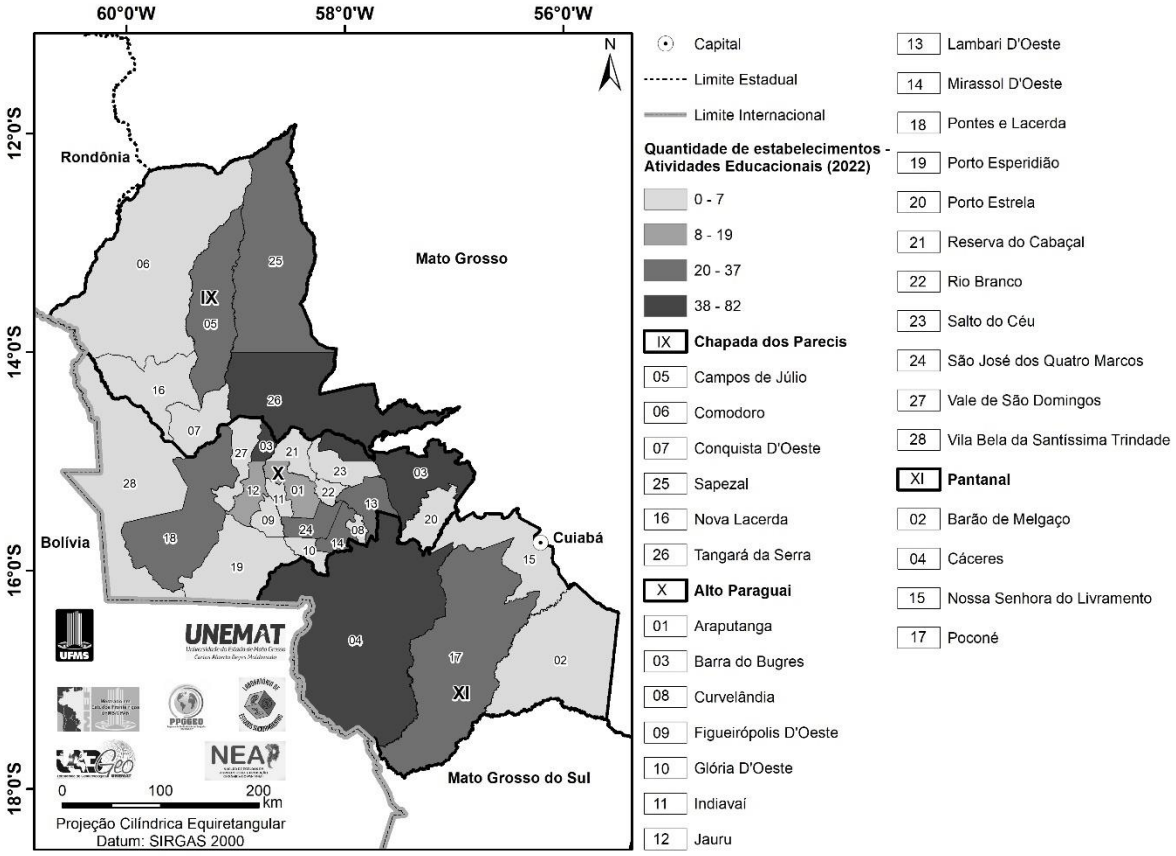


Figura 161: Distribuição de estabelecimentos com serviços educacionais por município da FF-CO em 2022 (MT)



Distribuição de estabelecimentos com serviços de alojamento

Figura 162: Distribuição de estabelecimentos com serviços de alojamento por município da FF-CO em 2018 (MS)

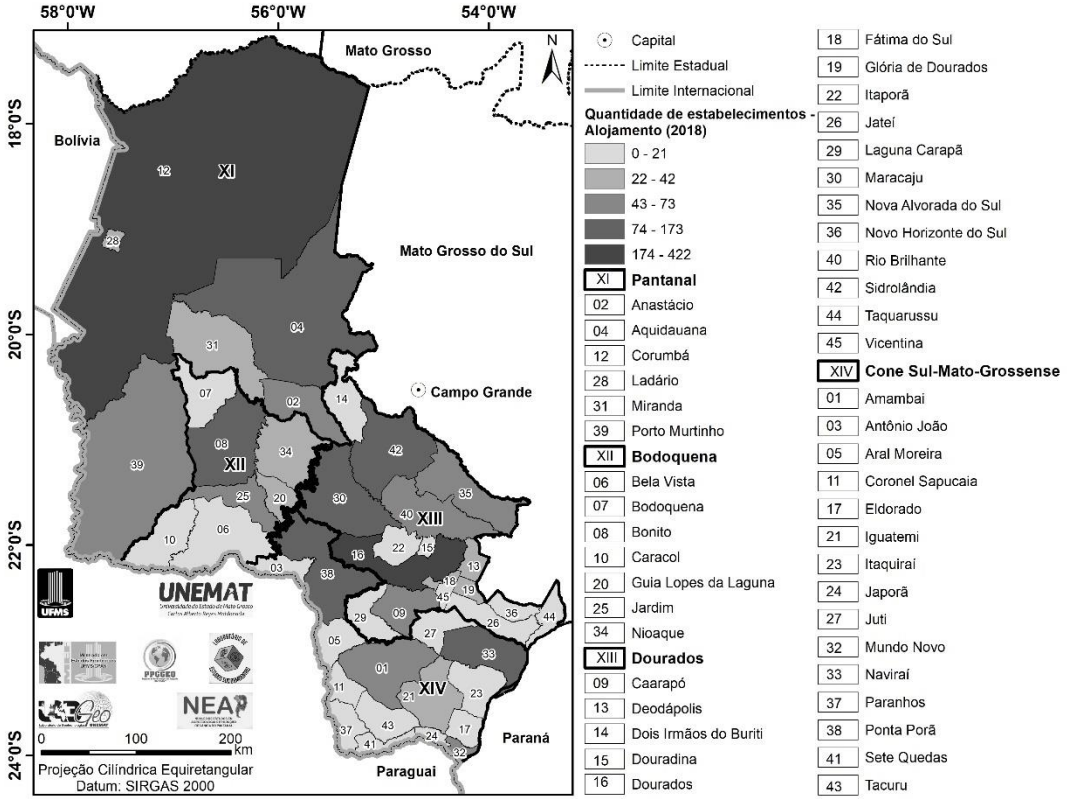


Figura 163: Distribuição de estabelecimentos com serviços de alojamento por município da FF-CO em 2022 (MS)

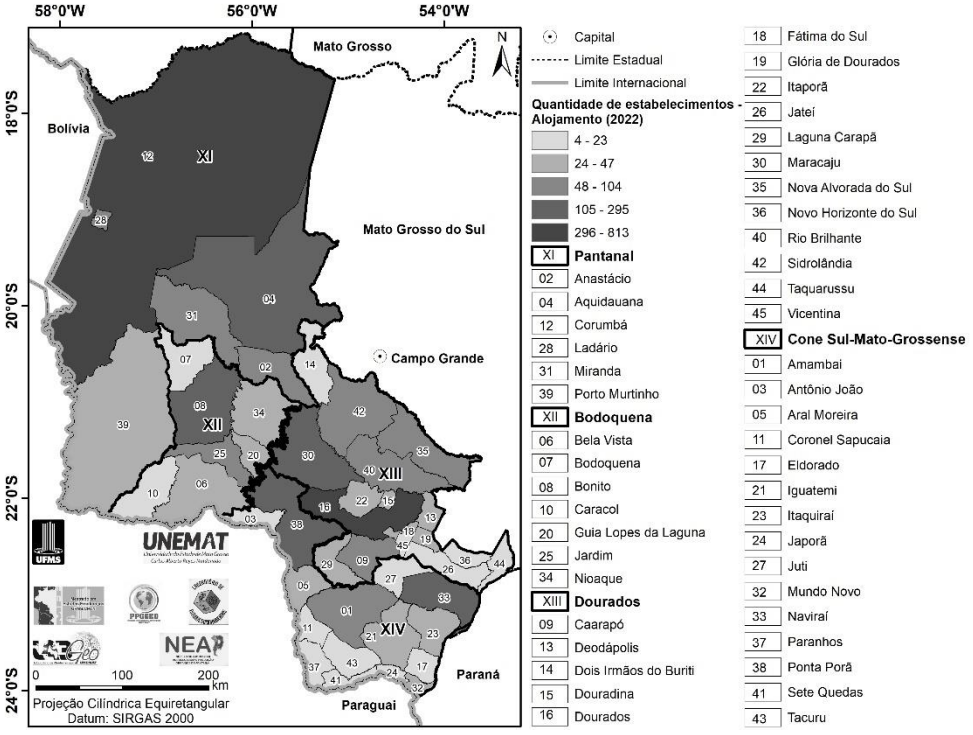


Figura 164: Distribuição de estabelecimentos com serviços de alojamento por município da FF-CO em 2018 (MT)

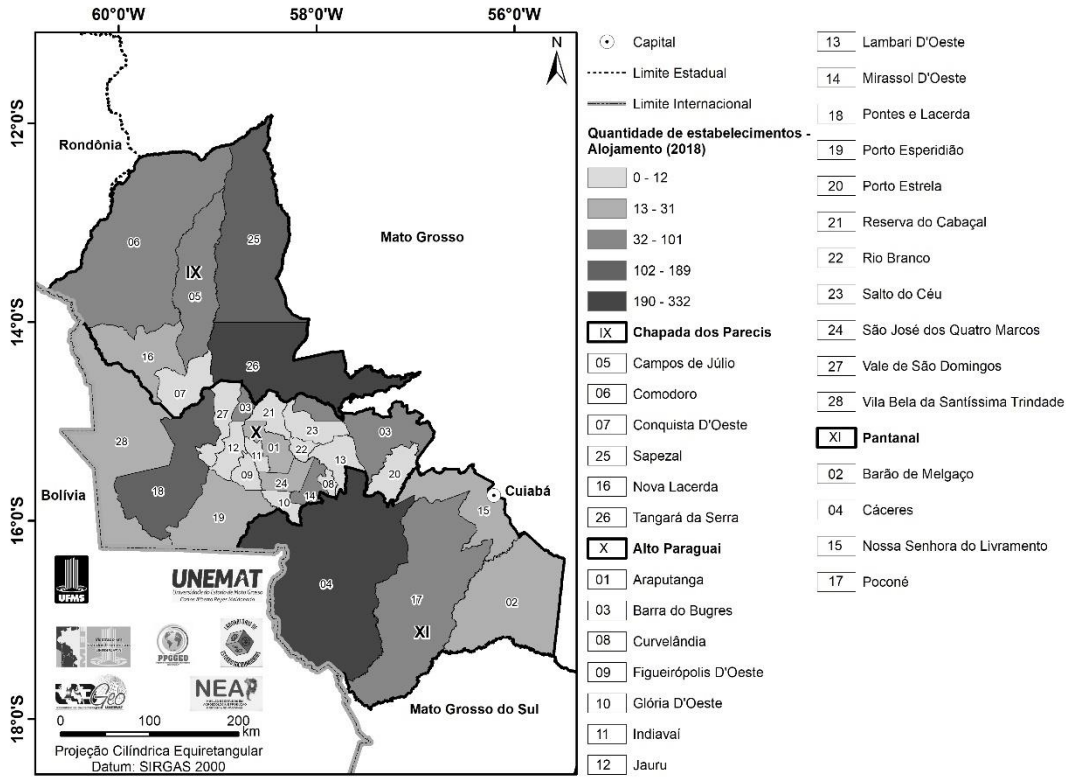
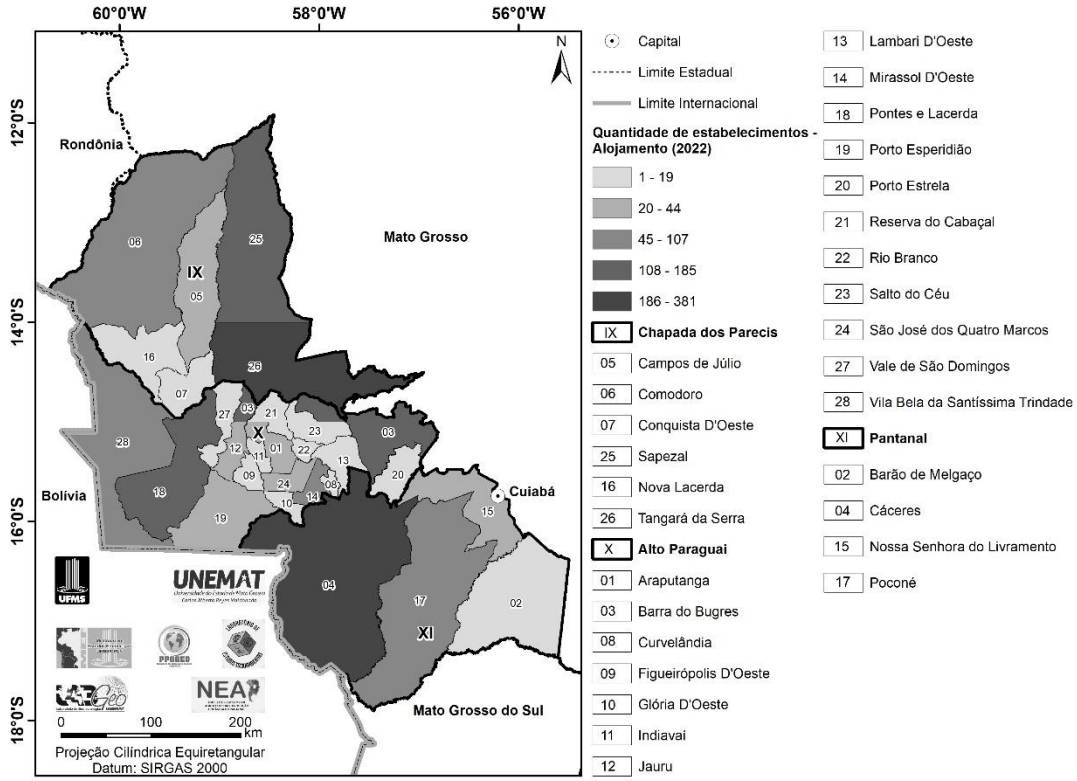


Figura 165: Distribuição de estabelecimentos com serviços de alojamento por município da FF-CO em 2022 (MT)



Distribuição de estabelecimentos com serviços de saúde

Figura 166: Distribuição de estabelecimentos com serviços de saúde por município da FF-CO em 2018 (MS)

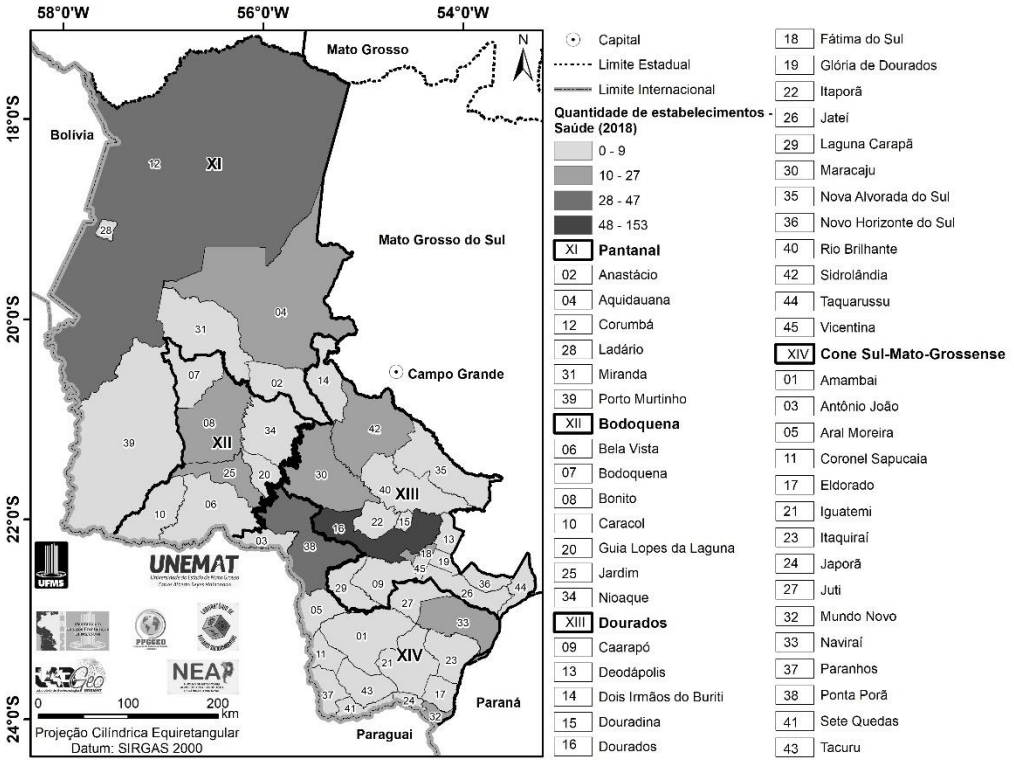


Figura 167: Distribuição de estabelecimentos com serviços de saúde por município da FF-CO em 2022 (MS)

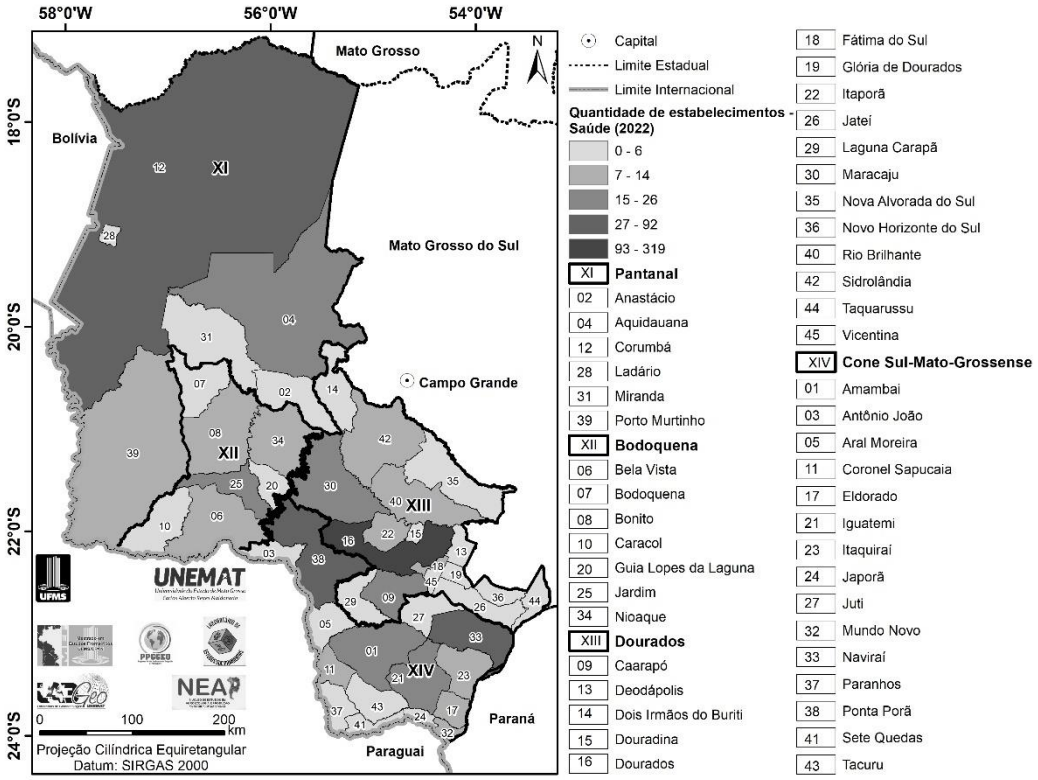


Figura 168: Distribuição de estabelecimentos com serviços de saúde por município da FF-CO em 2018 (MT)

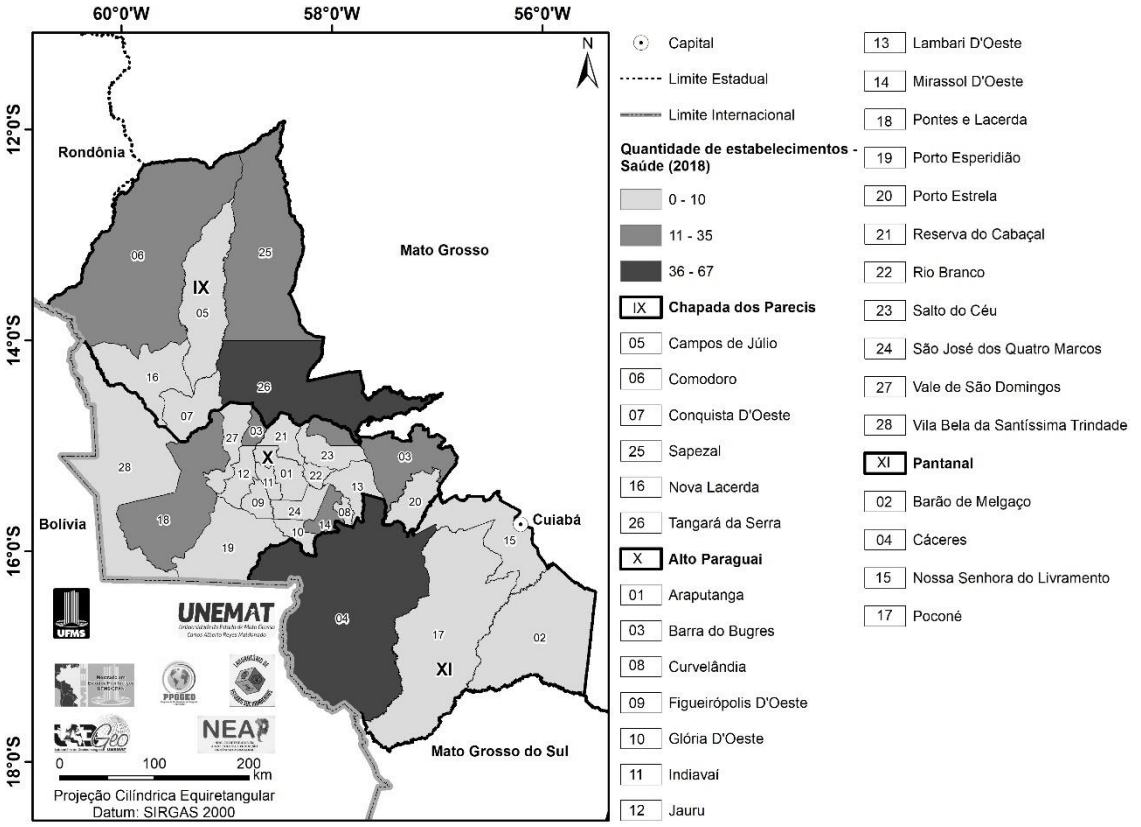
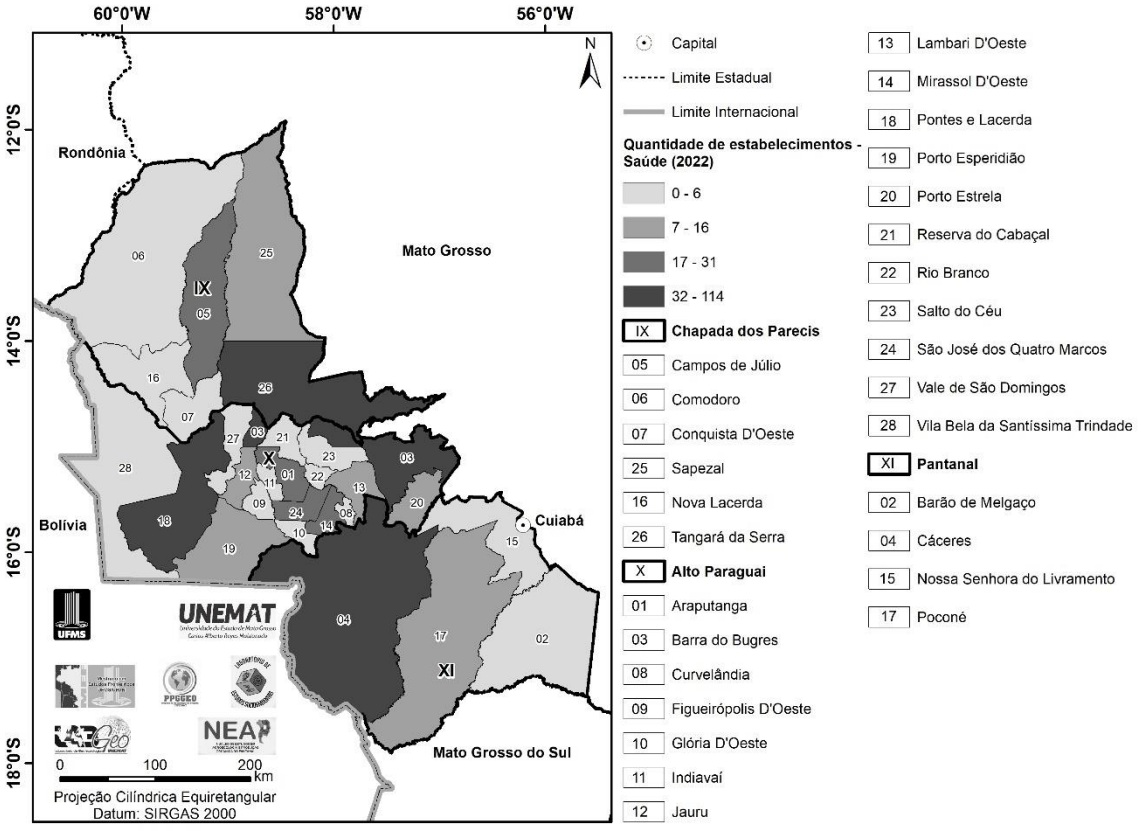


Figura 169: Distribuição de estabelecimentos com serviços de saúde por município da FF-CO em 2022 (MT)



Distribuição de estabelecimentos com serviços de informação

Figura 170: Distribuição de estabelecimentos com serviços de informação por município da FF-CO em 2018 (MS)

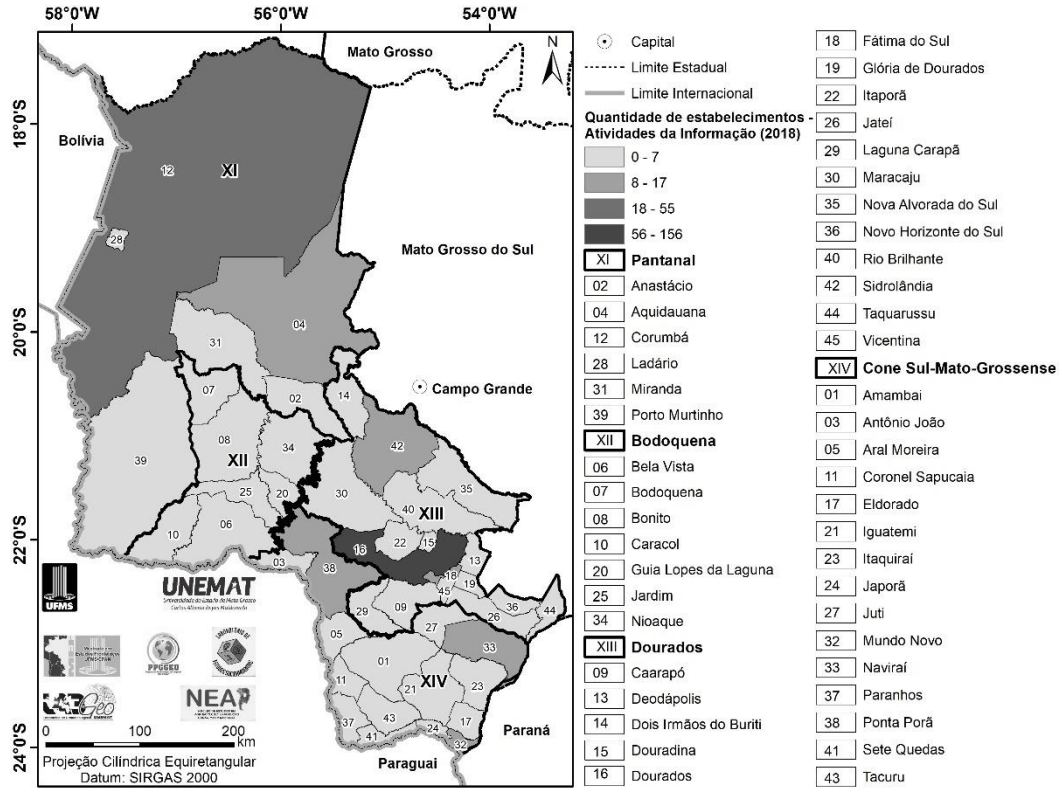


Figura 171: Distribuição de estabelecimentos com serviços de informação por município da FF-CO em 2022 (MS)

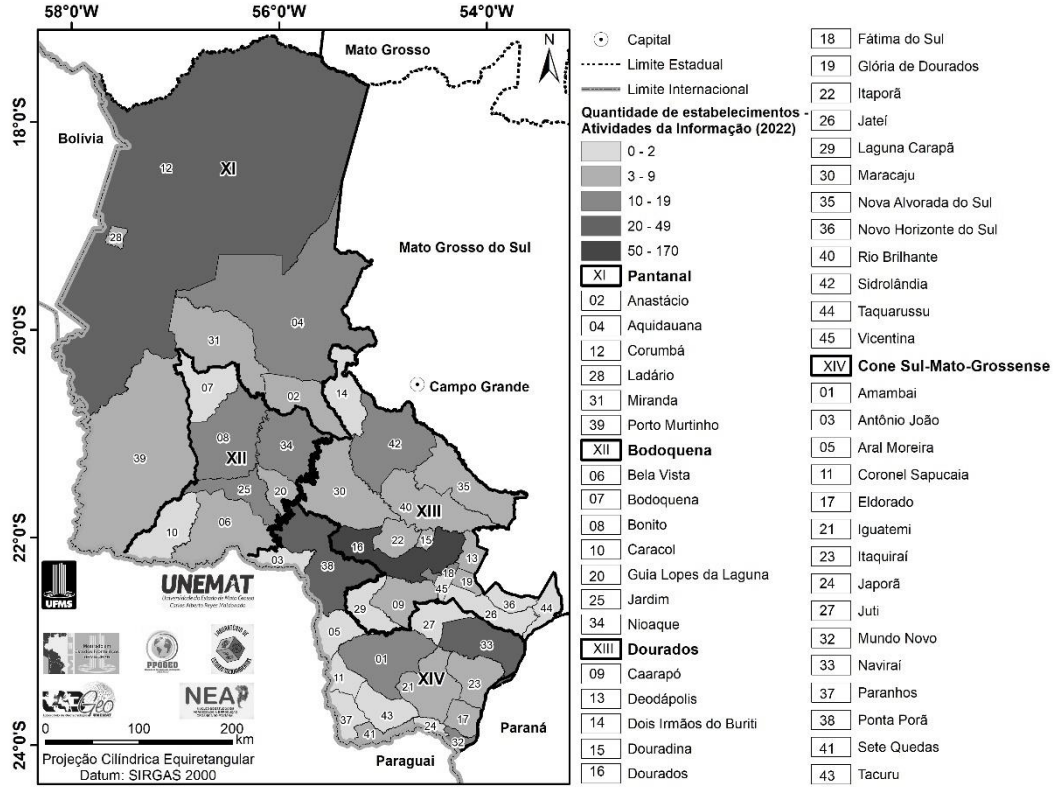


Figura 172: Distribuição de estabelecimentos com serviços de informação por município da FF-CO em 2018 (MT)

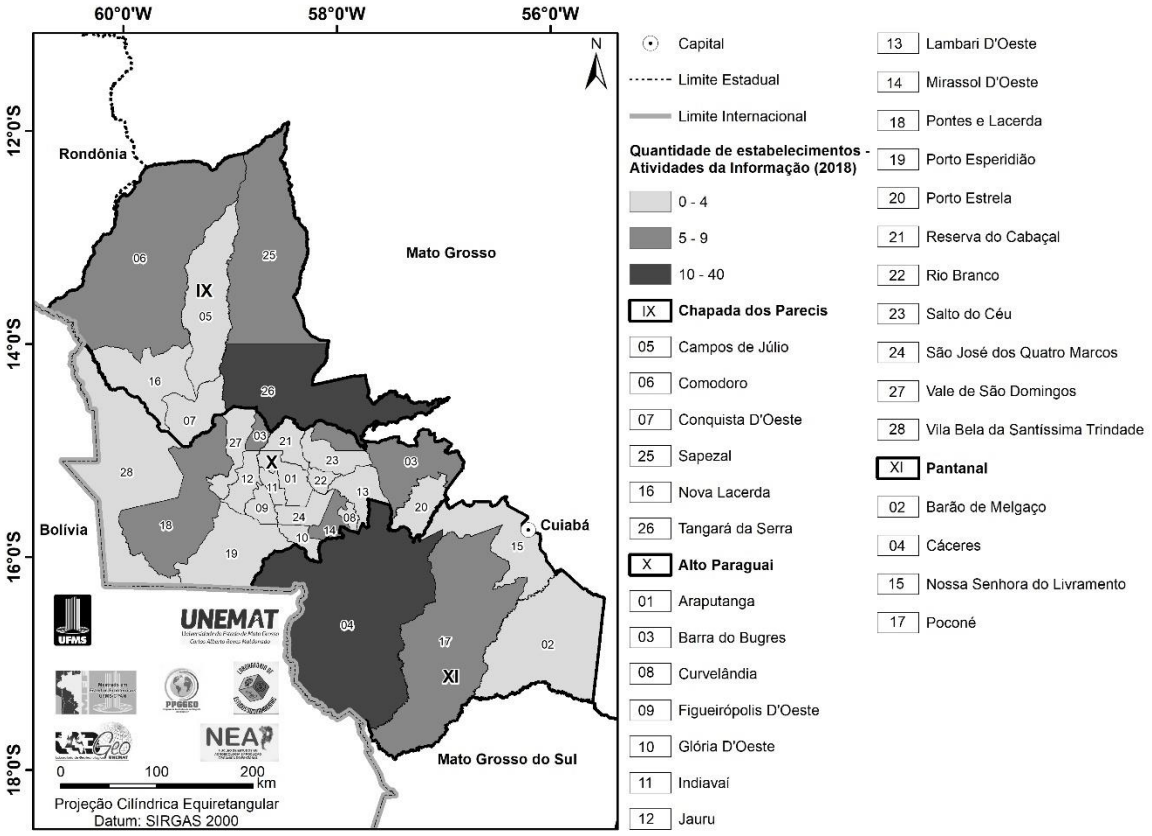
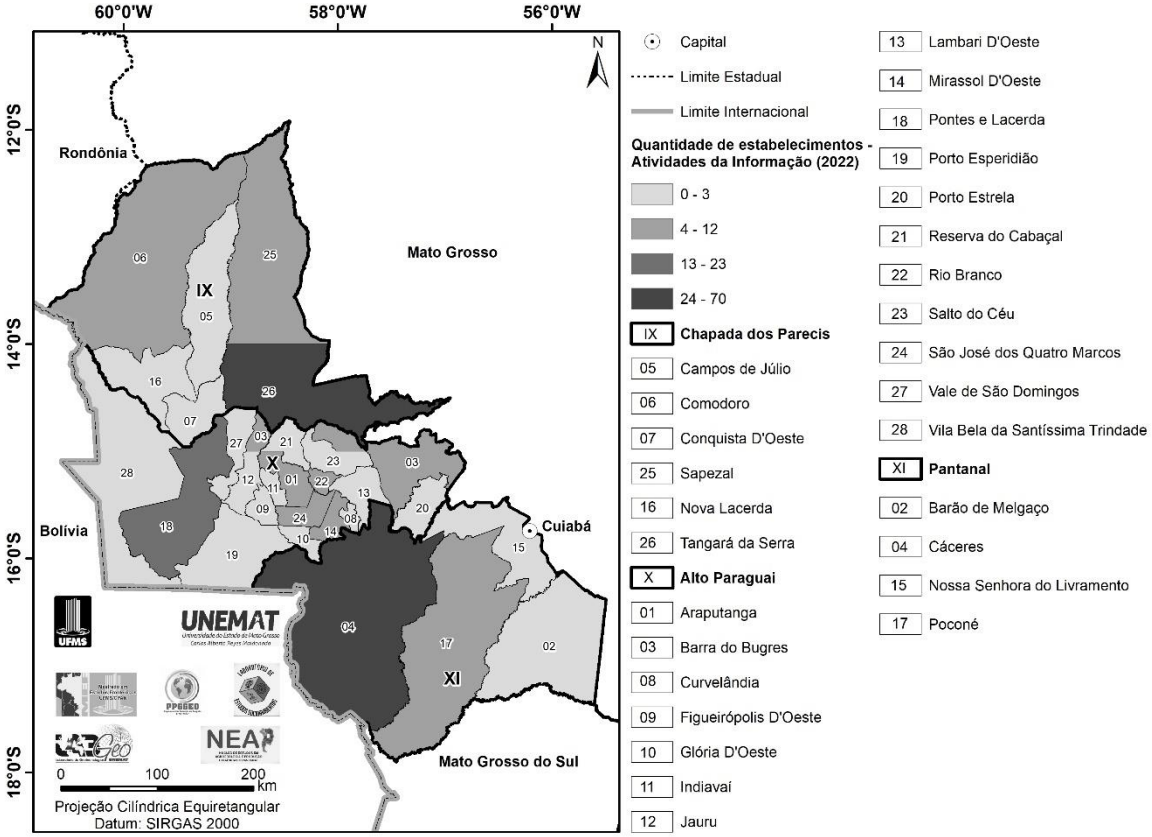


Figura 173: Distribuição de estabelecimentos com serviços de informação por município da FF-CO em 2022 (MT)



Distribuição de estabelecimentos com serviços de transporte

Figura 174: Distribuição de estabelecimentos com serviços de transporte por município da FF-CO em 2018 (MS)

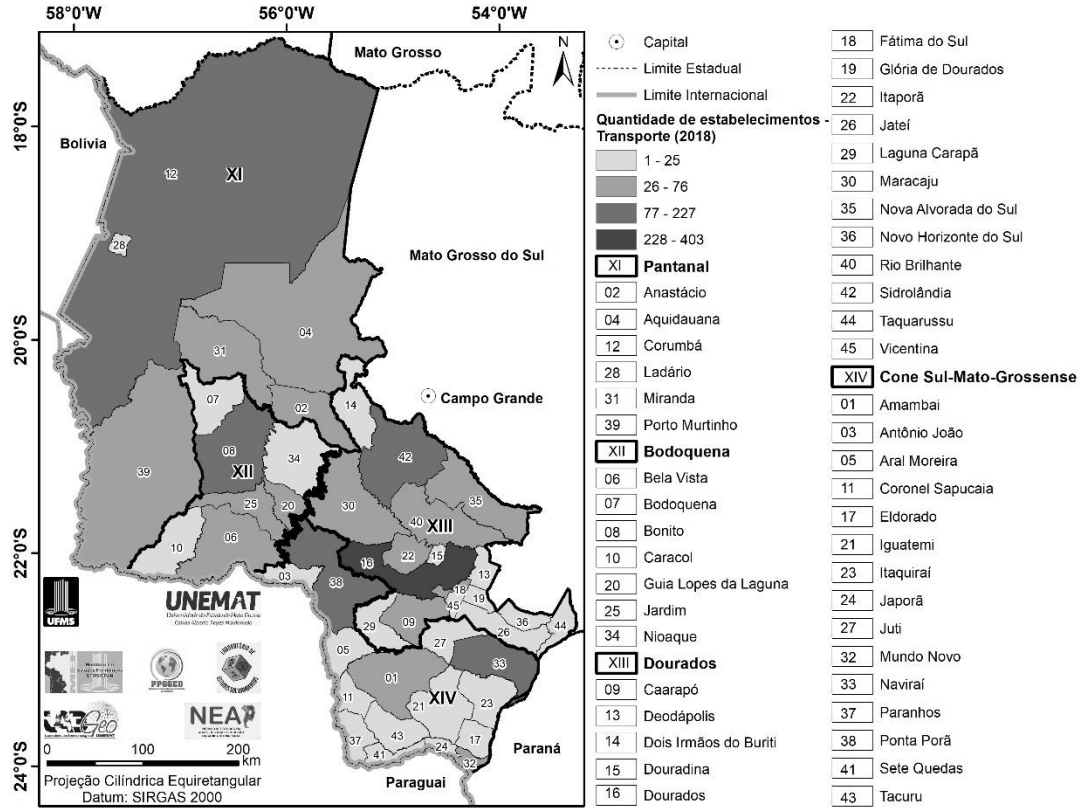


Figura 175: Distribuição de estabelecimentos com serviços de transporte por município da FF-CO em 2022 (MS)

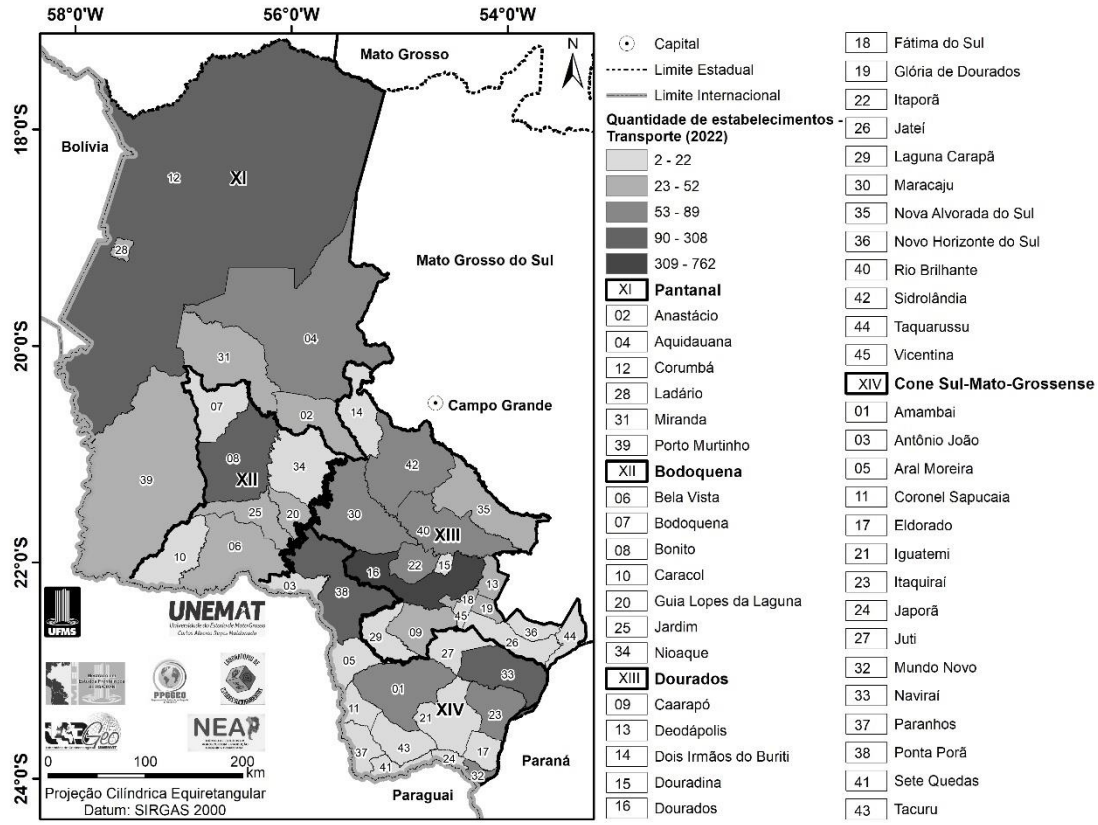


Figura 176: Distribuição de estabelecimentos com serviços de transporte por município da FF-CO em 2018 (MT)

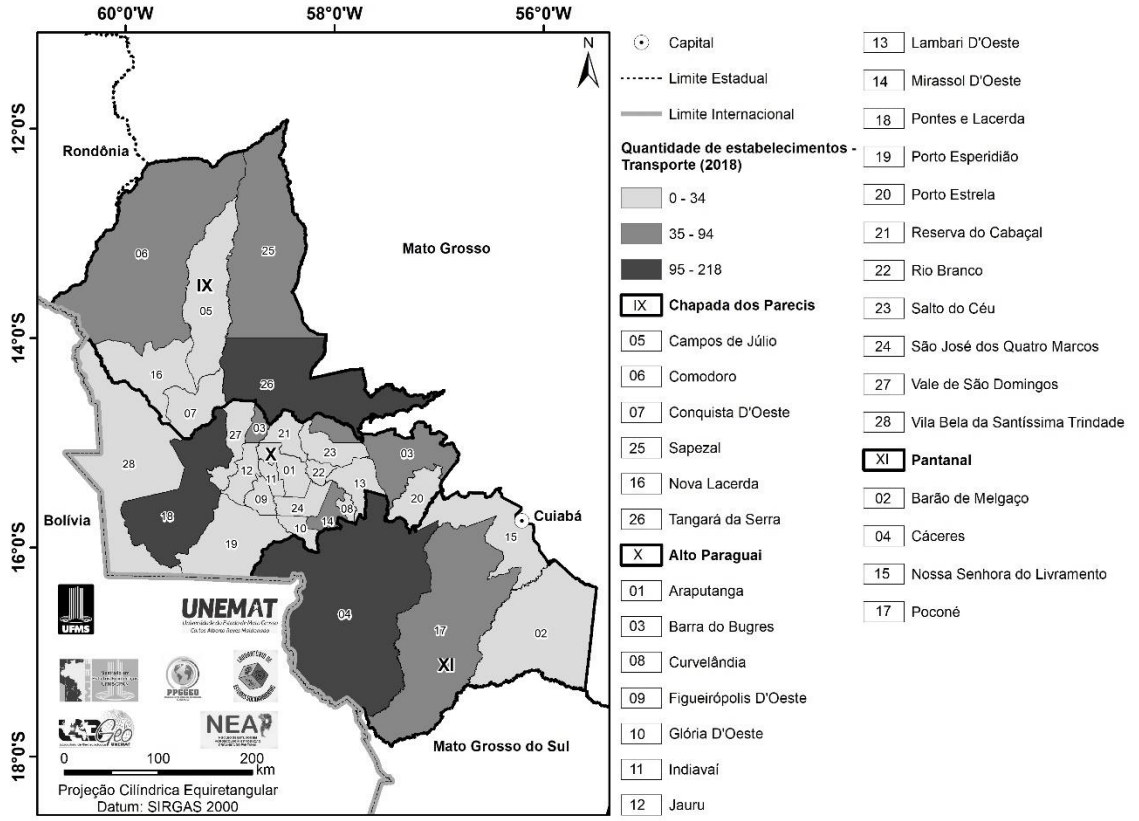


Figura 177: Distribuição de estabelecimentos com serviços de transporte por município da FF-CO em 2020 (MT)

